JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Colíder 4
Camara Municipal de Conquista D`Oeste 4
Camara Municipal de Curvelândia 5
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 5
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 6
Prefeitura Municipal de Água Boa 7
Prefeitura Municipal de Alto Garças 21
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 22
Prefeitura Municipal de Araguainha 24
Prefeitura Municipal de Aripuanã 25
Prefeitura Municipal de Cáceres 49
Prefeitura Municipal de Campinápolis 51
Prefeitura Municipal de Campo Verde 52
Prefeitura Municipal de Carlinda 53
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 53
Prefeitura Municipal de Cocalinho 53
Prefeitura Municipal de Colíder 54
Prefeitura Municipal de Confresa 77
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 78
Prefeitura Municipal de Diamantino 78
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 79
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 83
Prefeitura Municipal de General Carneiro 95
Prefeitura Municipal de Itanhangá 98
Prefeitura Municipal de Juara 98
Prefeitura Municipal de Juscimeira 105
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 105
Prefeitura Municipal de Marcelândia 107
Prefeitura Municipal de Matupá 107
Prefeitura Municipal de Nortelândia 108
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 117
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 189
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 189
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 191
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 192
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 227
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 228
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 228
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 229
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 232
Prefeitura Municipal de Rondolândia 236
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 236
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 238
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 239
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 239
Prefeitura Municipal de São José do Povo 261
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 261
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 265
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 266
Prefeitura Municipal de Tabaporã 269
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 270
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 294

Prefeitura Municipal de Várzea Grande 294

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 045/2017

ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 045/2017

O Vereador**JOSÉ ÉLCIO DE MATOS,** Presidente da Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º -Nomear,o servidor Helton Geraldo Romeiro, matricula nº. 117, fiscal do Contrato 005/2017 que consiste na Execução de Obra de Reforma do Telhado da Câmara Municipal de Colider/MT, conforme descrição contida na Carta Convite nº 001/2017, que representará a Câmara Municipal perante a CONTRATADA e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Recusar a obra em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

e) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

f) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

g) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

h) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

i) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Artigo 2º**:** Na ausência do servidor supra designado, fica designada como suplente a servidora Dienifher Camila Ferreira Mesquita Matrícula nº 116.

colider-MT, EM 27 DE DEZEMBRO de 2017.

Vereador JOSÉ ELCIO DE MATOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 044/2017

ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 044/2017

O Vereador**JOSÉ ÉLCIO DE MATOS,** Presidente da Câmara Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º -Nomear,o servidor Elizabeth Pavão, matricula nº. 115, fiscal do Contrato 006/2017 que consiste no fornecimento de materiais e equipamentos de informática, móveis e equipamentos para escritório e aparelho de ar condicionado para a Câmara Municipal de Colider/MT, conforme descrição contida no processo de Dispensa de Licitação nº 004/2017, que representará a Câmara Municipal perante a CONTRATADA e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, devendo ainda:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Recusar os materiais e equipamentos entregues em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

e) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

f) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

g) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

h) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

i) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Artigo 2º**:**Na ausência da servidora supra designado, fica designada como suplente a servidora Maria Edineuza da Silva Pêrego Matrícula nº 37.

colider-MT, EM 27 DE DEZEMBRO de 2017.

Vereador JOSÉ ELCIO DE MATOS

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2017

PARTES: Câmara Municipal de Conquista D' Oeste e M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB - ME.

OBJETO: A **CONTRATADA** prestará para a **CONTRATANTE** serviços consistentes de reformulação do leiaute, hospedagem, suporte técnico, manutenção e locação de sistema administrador do website: **www.camaraconquistadoeste.mt.gov.br**

VIGENCIA: 01 de Janeiro à 31 de Dezembro de 2018

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2016

PARTES: Câmara Municipal de Conquista D' Oeste e **LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA**.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso de software da **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, consistentes na divulga-

ção, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções), do Município supra descrito por este fornecidos, dispostos no site LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica oficial da Câmara, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL (endereço) de conexão será fornecida pela **CONTRATADA** ao setor técnico da **CONTRATANTE**.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

VALOR: R$ 5.053,32 (cinco mil e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos)

VIGENCIA: 01 de Janeiro à 31 de Dezembro de 2018

CAMARA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DE FORNECIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO

A Câmara Municipal de Curvelândia /MT, com sede a Rua São Paulo, nº. 2870, representada neste ato pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal ROBERTO SERENINI, **A U T O R I Z A** à Empresa: Central Veículos Comercio e Participações LTDA CNPJ n° 08.467819/001-75 com endereço a Rua 01, esq. c/a rua 14, n° 811 Centro Agua Boa MT, representada pelo supervisor de vendas Rafael Moura Martinel, portador do RG n° 2131473-0 SSP/MT e do CPF 054.190.231-80 a fornecer o seguinte veículo:

QUANT.	DESCRIÇÃO	MODALIDADE LICITATÓRIA
01	01 (um) Veículo tipo sedan, zero km, de fabricação nacional, ano modelo no mínimo 2017/2018, ou correspondente a emissão da nota fiscal, na cor branca em pintura do tipo lisa no padrão original de fábrica e de linha de produção; com 04 (quatro) portas, bi combustível, motor com potência mínima de 85 CV, transmissão de 05(cinco) velocidades a frente e 01 (uma) a ré, com capacidade de transporte para cinco passageiros, com volume de porta malas de no mínimo 500 litros, com ar condicionado original de fábrica, embreagem com acionamento hidráulico, direção hidráulica, volantes com regulagem de altura, banco do motorista com regulagem de altura; bolsa porta objetos nas portas dianteiras e traseiras, com no mínimo vidro elétricos dianteiro, chave com telecomando para abertura das portas, vidros e porta-malas, desembaçador do vidro traseiro temporizado, computador a bordo; protetor de Carter, faróis de neblina, para choques, maçanetas e retrovisores pintados na cor do veículo, brake light, tanque para no mínimo 185/60R15 e rodas de aço estampado com calotas integrais,, barra de proteção nas portas, assoalho com carpete conta-giros, banco traseiro rebatível com três encostos de cabeça rebaixados e com regulagem de altura, Para brisa degrade, Tomada 12v, bancos revestidos com tecido, cinto de segurança dianteiros com regulagem de altura e retrátil e traseiros laterais retratáveis e de 3 pontos e central fixo,, console central com porta objetos e porta copos, conta giros, hidrômetro digital (total ou parcial), espelho retrovisor interno dia/noite, espelha retrovisores externos direito/esquerdo com regulagem interna, para sol dos lados do motorista e do passageiro com espelho; Airbag duplo motorista e passageiro, freios com sistema ABS, comprimento do veiculo de no mínimo 4.250 mm, Altura de no mínimo 1.500 mm, largura de no mínimo de 1.675 mm, com garantia de no mínimo de 12 (doze) meses, sem limites de quilometragem. Conter os demais itens exigidos pelo CONTRAN. Obs: Os equipamentos e acessórios do veiculo deverão estar acompanhados de seus respectivos manuais, certificados e condições de garantia. Primeiro emplacamento em nome da Câmara Municipal de Curvelândia/MT - Marca FIAT GRAND SIENA ATRACTIVE 1.4 EVO FLEX.	Adesão Ata de Registro de Preço 030/2047, Item 003 do Anexo III do Edital do Pregão Presencial n° 32/2017, Prefeitura Municipal de Tangará da Serra MT.

Curvelândia MT, 27 de dezembro de 2017

Roberto Serenini

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DE FORNECIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO

A Câmara Municipal de Curvelândia /MT, com sede a Rua São Paulo, nº. 2870, representada neste ato pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal ROBERTO SERENINI, **A U T O R I Z A** à Empresa: Central Veículos Comercio e Participações LTDA CNPJ n° 08.467819/001-75 com endereço a Rua 01, esq. c/a rua 14, n° 811 Centro Agua Boa MT, representada pelo supervisor de vendas Rafael Moura Martinel, portador do RG n° 2131473-0 SSP/MT e do CPF 054.190.231-80 a fornecer o seguinte veículo:

QUANT.	DESCRIÇÃO	MODALIDADE LICITATÓRIA
01	01 (um) Veículo tipo sedan, zero km, de fabricação nacional, ano modelo no mínimo 2017/2018, ou correspondente a emissão da nota fiscal, na cor branca em pintura do tipo lisa no padrão original de fábrica e de linha de produção; com 04 (quatro) portas, bi combustível, motor com potência mínima de 85 CV, transmissão de 05(cinco) velocidades a frente e 01 (uma) a ré, com capacidade de transporte para cinco passageiros, com volume de porta malas de no mínimo 500 litros, com ar condicionado original de fábrica, embreagem com acionamento hidráulico, direção hidráulica, volantes com regulagem de altura, banco do motorista com regulagem de altura; bolsa porta objetos nas portas dianteiras e traseiras, com no mínimo vidro elétricos dianteiro, chave com telecomando para abertura das portas, vidros e porta-malas, desembaçador do vidro traseiro temporizado, computador a bordo; protetor de Carter, faróis de neblina, para choques, maçanetas e retrovisores pintados na cor do veículo, brake light, tanque para no mínimo 185/60R15 e rodas de aço estampado com calotas integrais,, barra de proteção nas portas, assoalho com carpete conta-giros, banco traseiro rebatível com três encostos de cabeça rebaixados e com regulagem de altura, Para brisa degrade, Tomada 12v, bancos revestidos com tecido, cinto de segurança dianteiros com regulagem de altura e retrátil e traseiros laterais retratáveis e de 3 pontos e central fixo,, console central com porta objetos e porta copos, conta giros, hidrômetro digital (total ou parcial), espelho retrovisor interno dia/noite, espelha retrovisores externos direito/esquerdo com regulagem interna, para sol dos lados do motorista e do passageiro com espelho; Airbag duplo motorista e passageiro, freios com sistema ABS, comprimento do veiculo de no mínimo 4.250 mm, Altura de no mínimo 1.500 mm, largura de no mínimo de 1.675 mm, com garantia de no mínimo de 12 (doze) meses, sem limites de quilometragem. Conter os demais itens exigidos pelo CONTRAN. Obs: Os equipamentos e acessórios do veiculo deverão estar acompanhados de seus respectivos manuais, certificados e condições de garantia. Primeiro emplacamento em nome da Câmara Municipal de Curvelândia/MT - Marca FIAT GRAND SIENA ATRACTIVE 1.4 EVO FLEX.	Adesão Ata de Registro de Preço 030/2047, Item 003 do Anexo III do Edital do Pregão Presencial n° 32/2017, Prefeitura Municipal de Tangará da Serra MT.

Curvelândia MT, 27 de dezembro de 2017

Roberto Serenini

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/2016

Extrato do **2º Termo Aditivo ao Contrato 014/2016**, Contratante**: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé-CISVAG**. Contratado: **SMHO Serviço Hospitalares Ltda,** Objeto**:** Opresente termo aditivo tem por objeto prorrogar, por 03 (três) meses, o prazo do contrato original nº. 014/2016, conforme permissivo na cláusula sétima do contrato original, passando a ter seu termo de encerramento em **31/03/2018**, caracterizado por serviços de execução de forma contínua. Data: 22-12-2017.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2017

Extrato do **1º Termo Aditivo ao Contrato 006/2017**, Contratante**: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé-CISVAG**. Contratado**: SMHO Serviço Hospitalares Ltda.** Objeto:Opresente termo aditivo tem por objeto prorrogar, por 07 (sete) meses, o prazo do contrato

original nº. 006/2017, conforme permissivo da cláusula SÉTIMA do contrato original, passando a ter seu termo de encerramento em **31/07/2018**, caracterizado por serviços de execução de forma contínua. Data: 22-12-2017

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2017

Extrato do **1º Termo Aditivo ao Contrato 002/2017**, Contratante**: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé-CISVAG**. Contratado**: Divinomar Jose de Matos.** Objeto:Opresente termo aditivo tem por objeto prorrogar, por 12 (doze) meses, o prazo do contrato original nº. 002/2017, conforme permissivo da cláusula décima primeira do contrato original, passando a ter seu termo de encerramento em **31/12/2018**, caracterizado por serviços de execução de forma contínua. Data: 22-12-2017.

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
ATA DE REUNIÃO

ATA DE REUNIÃO

PAUTA: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na sede do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, sito a Rua Fernando Correa da Costa, nº 637, Centro, nesta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os membros do Conselho Diretor do CORESS/MT para discutir sobre o orçamento financeiro do Consórcio para o exercício de dois mil e dezoito. Fizeram-se presentes: Srs. Fábio SchroeteR, Presidente do Conselho Diretor do CORESS e Prefeito do Município de Campo Verde/MT, humberto bortolini, Vice-Presidente do Conselho Diretor do CORESS e Prefeito do Município de Itiquira/MT, NELSON ANTONIO PAIM, Secretário Geral do Conselho Diretor do CORESS e Prefeito do Município de Poxoréu/MT, ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD, Suplente do Conselho Diretor do CORESS e Prefeito de Jaciara/MT, Eulice Idalina de Almeida, Secretária Executiva do CORESS/MT e ANDRÉ LUIZ PEREIRA DA SILVA, Contador do CORESS/MT. A reunião teve início às nove horas, com a acolhida da Secretária Executiva e constatação de "*quorum*" suficiente para aprovação da pauta. Em seguida, ressaltou-se a necessidade de elaborar o orçamento do CORESS/MT, para o exercício de dois mil e dezoito, em atendimento ao disposto na Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000, Resolução 02/2004 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e demais disposições legais aplicáveis à espécie. Mencionou que desde o exercício anterior o orçamento é elaborado baseado unicamente nas receitas advindas dos Convênios firmados com os Municípios Consorciados, de forma a adequar as despesas com a previsão de receitas que serão auferidas no decorrer do ano. Os Conselheiros demonstraram estar cientes da situação em questão, uma vez que o Consórcio não dispõe de outra fonte de Receitas. Na sequência, a Secretário Executiva apresentou como previsão de orçamento os Quadros Orçamentários constantes do Resumo da Estimativa da Receita Total e Resumo da Estimativa da Despesa Total, da seguinte forma:

RESUMO DA ESTIMATIVA DA RECEITA TOTAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA 2018
1723.01.01.00.00	Transf. de Recursos do Município de Alto Araguaia	295.220,40
1723.01.02.00.00	Transf. de Recursos do Município de Alto Garças	301.372,68
1723.01.03.00.00	Transf. de Recursos do Município de Alto Taquari	82.430,28
1723.01.04.00.00	Transf. de Recursos do Município de Araguainha	31.539,60
1723.01.05.00.00	Transf. de Recursos do Município de Dom Aquino	181.499,04
1723.01.06.00.00	Transf. de Recursos do Município de Campo Verde	963.400,44
1723.01.07.00.00	Transf. de Recursos do Município de Guiratinga	207.733,68
1723.01.08.00.00	Transf. de Recursos do Município de Itiquira	839.627,88
1723.01.09.00.00	Transf. de Recursos do Município de Jaciara	877.635,96
1723.01.10.00.00	Transf. de Recursos do Município de Juscimeira	365.331,48
1723.01.11.00.00	Transf. de Recursos do Município de Pedra Preta	333.812,16
1723.01.12.00.00	Transf. de Recursos do Município de Poxoréu	375.217,56
1723.01.13.00.00	Transf. de Recursos do Município de Primavera do Leste	482.932,92
1723.01.14.00.00	Transf. de Recursos do Município de Santo Antônio Leste	117.353,52
1723.01.15.00.00	Transf. de Recursos do Município de São José do Povo	126.122,40
1723.01.16.00.00	Transf. de Recursos do Município de São Pedro da Cipa	250.549,56
1723.01.17.00.00	Transf. de Recursos do Município de Tesouro	60.662,40
1723.01.18.00.00	Transf. de Recursos do Município de Paranatinga	261.026,76
1723.01.19.00.00	Transf. de Recursos do Município de Rondonópolis	3.622.188,24
1723.01.20.00.00	Transf. de Recursos do Município de Jaciara – Plantões	1.152.000,00
1723.01.21.00.00	Transf. de Recursos dos Convênios - VigiÁgua	151.524,00
TOTAL DAS RECEITAS:		**11.079.180,96**

RESUMO DA ESTIMATIVA DA DESPESA TOTAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA 2018
3350.43.00.00.00	0001 Subvenções Sociais	0,00
3190.09.00.00.00	0002 Salário Família	2.200,00
3190.11.00.00.00	0003 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	850.000,00
3190.13.00.00.00	0004 Obrigações Patronais	340.000,00
3190.16.00.00.00	0005 Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	3.000,00
3390.14.00.00.00	0006 Diárias Civil	15.000,00
3390.30.00.00.00	0007 Materiais de Consumo	120.000,00
3390.32.00.00.00	0008 Material de Distribuição Gratuita	0,00
3390.35.00.00.00	0009 Serviços de Consultoria	40.000,00
3390.36.00.00.00	0010 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	28.000,00
3390.39.00.00.00	0011 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	9.580.980,96
3390.47.00.00.00	0012 Obrigações Tributárias e Contributivas	20.000,00
4490.52.00.00.00	0013 Equipamentos e Materiais Permanente	60.000,00
3190.91.00.00.00	0014 Sentenças Judiciais	20.000,00
TOTAL DAS DESPESAS:		**11.079.180,96**

Após lidos e analisados, os Quadros Orçamentários foram aprovados pelos membros do Conselho Diretor. Contudo, ficou estabelecido pelos presentes que, havendo insuficiência de dotação orçamentária em qualquer rubrica, a mesma deverá receber suplementação de outra que esteja com saldo suficiente até o final do exercício. Ficou definido ainda que a Contabilidade, por meio de seu encarregado, terá autonomia para efetuar qualquer remanejamento de dotação onde houver necessidade para a referida suplementação, o que fica desde já autorizado, sem que haja nenhuma outra formalidade. Assim, a previsão do orçamento do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – CORESS/MT, para o exercício financeiro de dois mil e dezoito foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dez horas. Eu, _____ Wiviane Karla Freitas Borges, Assessora Jurídica do CORESS/MT, lavrei a presente ata, que será lida e assinada por todos. **A PRESENTE É CÓPIA FIEL DA ATA DE REUNIÃO CUJA PAUTA FOI DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.**

_____

_____

FABIO SCHROETER HUMBERTO BORTOLINI

Presidente do CORESS/MT Vice Presidente do CORESS/MT

_____

_____

NELSON ANTONIO PAIM ABDULJABAR G. MOHAMMAD

Secretário Geral do CORESS/MT Suplente do CORESS/MT

_____

_____

EULICE IDALINA DE ALMEIDA ANDRÉ LUIZ PEREIRA DA SILVA Secretária Executiva do CORESS/MT Contador do CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
CORESS MT – CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO

RESOLUÇÃO Nº 030/2017

Dispõe sobre a alteração das atribuições e remuneração mensal do cargo de Coordenador Geral do Centro de Especialidades Médicas – CEM do Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso - CORESS/MT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT, no uso de prerrogativas e competências legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, Regimento Interno e demais disposições legais aplicáveis, considerando a necessidade de adequar as funções e a remuneração mensal do cargo de Coordenador Geral do Centro de Especialidades Médicas do CORESS/MT, previstas nas Resoluções n.º 002/2005, 002/2011 e 019/2015, **RESOLVE**:

Artigo 1º - Alterar e definir as seguintes atribuições para o cargo de Coordenador Geral doCentro de Especialidades Médicas – CEM:

I. Realizar a organização, gerenciamento e execução de todo o serviço de Enfermagem do Centro de Especialidades Médicas, com implementação e sistematização dos serviços;

II. Realizar o planejamento dos cuidados de Enfermagem dos pacientes sob sua responsabilidade;

III. Realizar a distribuição das tarefas e funções adequadas a cada profissional da equipe do Centro de Especialidades Médicas do CORESS;

IV. Planejar, organizar, coordenar e avaliar o funcionamento do Serviço, informando qualquer necessidade ou atipicidade que julgar necessária, ao superior hierárquico;

V. Administrar o suprimento de materiais necessários ao desempenho das atividades de saúde do CEM, bem como sua conservação;

a) São definidos como materiais, todo e qualquer equipamento, instrumento, utensílio e ferramenta, necessários ao bom desenvolvimento das especialidades médicas ofertadas aos pacientes;

VI. Receber e elaborar relatórios das atividades realizadas, quando solicitado;

VII. Administrar os recursos materiais necessários às suas funções;

VIII. Supervisionar o cuidado com os equipamentos, materiais e instrumentos utilizados, providenciando sua substituição ou recuperação, se necessário;

IX. Participar da elaboração e execução de rotinas junto aos serviços de saúde, com o fim de fortalecer as ações desempenhadas no CEM;

X. Realizar serviços de saúde, conforme rotinas ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo superior hierárquico, observadas as disposições legais da profissão;

XI. Executar atividades determinadas pelo superior hierárquico que não estejam aqui descritas, mas que façam parte das atribuições de serviços de enfermagem.

XII. É considerado superior hierárquico a pessoa nomeada para o cargo de Secretário Executivo do CORESS/MT;

Artigo 2º - A remuneração mensal do Coordenador Geral do CEM, será no valor correspondente a R$ R$2.300,50 (dois mil, trezentos reais e cinquenta centavos).

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Registra-se. Publica-se. Cumpra-se.

Rondonópolis, 01 de julho de 2015.

_____

FABIO SCHROETER

Presidente do Conselho Diretor do CORESS/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LEI Nº 1389, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Projeto de Lei nº. 1408, de 14 de dezembro de 2017 – do Executivo)

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar a Secretaria de Estado de Educação- SEDUC, imóvel urbano, e da outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 19 de dezembro de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar um imóvel urbano, a ser desmembrado de uma área maior, localizado na Quadra 17 com área de 500m2 (quinhentos) metros quadrados, com as seguintes confrontações um lote de terras com frente para a Rua 13 (antiga rua 4) com 20 (vinte) metros; lado direito com o Lote 01 remanescente, medindo 25 (vinte cinco) metros;

Lado esquerdo com a Rua 04 (antiga rua 08) medindo 25 (vinte cinco) metros.

Fundos com o Lote 01 remanescente, medindo 25 (vinte cinco) metros.

Art. 2º - A área objeto desta doação destina-se a construção, pela SEDUC da Assessoria Pedagógica.

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 6 (seis) meses, após a lavratura da escritura de doação, para o inicio das obras, em consonância com a planta previamente aprovada pelo setor de engenharia da Prefeitura Municipal.

§ Único: Fica estipulado o prazo de 18 (dezoito) meses a partir da lavratura da escritura, para a conclusão das obras.

Art. 4º - No caso de descumprimento do prazo designado nesta Lei, será revertido o imóvel objeto desta doação ao Poder Executivo Municipal. Em caso de necessidade de majoração do prazo designado no artigo anterior, será necessária autorização do Poder Legislativo. (Emenda Aditiva nº 023/2017).

Art. 5º - As despesas decorrentes desta doação correrão por conta das dotações próprias, consignadas nos orçamentos de cada exercício.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 20 de dezembro de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de provas, que **NÃO HOUVE *TERMO ADITIVO***, ao **EDITAL DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO Nº 002/2016 – UNIFICADO, do CONCURSO PÚLBICO Nº 001/2016** da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

Água Boa – MT, 20 de agosto de 2017.

LUCINÉIA BERNARDO DA SILVA

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2016

Nomeada pelo Decreto Municipal nº 2944/2016

LEI Nº 1387, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Projeto de Lei nº 1399, de 15 de setembro de 2017, do Executivo)

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2018 e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 19 de dezembro de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Nos termos da Constituição Federal, Art. 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2018 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas Lei Complementar n.º 101 de 04 de Maio de 2000.

Art. 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2018 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Quadro I – Metas e Resultados - Receitas, Despesas, Resultados Primário e Nominal e Dívida (art. 4º § 2º, Inciso I da LC 101/00);

II – Quadro II – Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00);

III – Quadro IV - Evolução do Patrimônio Líquido (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

IV – Quadro V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos (art. 4º, § 2º, Inciso III da LC 101/00);

V – Quadro VI – Renúncia de Receita (art. 4º, § 2º, V da LC 101/00);

VI – Quadro VII - Expansão das Despesas Obrigatórias de Duração Continuada (art. 4º, § 2º, Inciso V da LC 101/00);

VII – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a" da LC 101/00);

VIII – Riscos Fiscais (art. 4º, § 3º c/c art. 5º, III, ambos da LC 101/00);

IX – Obras em Andamento (art. 45 da LC 101/00);

Art. 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2018, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do Plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021.

Art. 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência**.**

Art. 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;

b) Saúde;

c) Saneamento

d) Infra Estrutura Urbana Básica;

e) Modernização Administrativa Funcional;

f) Política Salarial de acordo com a vigente;

g) Assistência Social; e

h) Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Turismo.

Art. 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;

b) Pagamento de pessoal e seus encargos;

c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

d) Cobertura de precatórios judiciais;

e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;

f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica; e

g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde.

Art. 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Art. 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Conforme previsto no art. 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4992, art. 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do art. 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Art. 9º - Até trinta (30) dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2018, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma men-

sal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Art. 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar n.º 101.

Art. 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Art. 12 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Art. 13 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 34.379,33 (trinta e quatro mil trezentos e setenta e nove e trinta e três centavos) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 64.461,24 (sessenta e quatro mil e quatrocentos e sessenta e um e vinte e quatro centavos), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia, conforme Lei Complementar Municipal Nº 1347/2017.

Art. 14 – Fica autorizada a criação de novas fontes de recursos para as despesas fixadas na Lei Orçamentéria Anual (LOA), sendo a unica alteração, a fonte de recursos.

§ 1º - As suplementações do caput deste artigo serão feitas separadamente crédito suplementar especial.

§ 2º - As suplementações não computam para o cálculo de limite de suplementação fixado na Lei Orçamentária Anual, pois a única mudança na despesa será a fonte de recurso.

Art. 15 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado e sejam firmados convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

Art. 16 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, e privada sem fins lucrativos desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, contrato de rateio, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – Empaer;

II – Policias Civil e Militar;

III – Indea;

IV – Sema;

V – Tribunal Regional Eleitoral;

VI – Tribunal Regional do Trabalho;

VII – Ministério Público;

VIII – SEFAZ;

IX – IBAMA;

X – Consórcios Publicos legalmente constituidos;

XI – Associação Pestalozzi;

XII – Lar da Criança;

XIII – Associação Radio Cultura Siriema;

XIV – AMA - Associação dos Municípios do Araguaia;

XV – AMM- Associação Matogrossensse dos Municipios;

XVI – CNM – Confederação nacional dos Municipios;

XVII - COSEMS - Conselho Estadual de Secretarios de Saúde;

XVIII - Instituto Lions da Visão;

XIX - Hospital de Cancer de Mato Grosso;

XX – INCRA/MT;

XXI – Undime – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação;

XXII – Associação Desportiva de Agua Boa;

XXIII – Expovale;

XXIV - Associação dos Amigos de Água Boa;

XXV- Conselhos Deliberativos; e

XXVI- Associação de Pais e Mestres.

Art. 17 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Art. 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos arts. 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101, e cumpridas às exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Art. 18 – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº. 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Art. 19 – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e

outros riscos fiscais, equivalente até 1,00% (um por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do artigo 42 da Lei n.º 4.320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de crédito adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei n.º 4.320/64.

Art. 20 - A inclusão de dotações para o pagamento de precatórios na Lei Orçamentária de 2018 obedecerá ao disposto no art. 100 da Constituição Federal e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT.

Art. 21 - A Procuradoria Geral do Municipio providenciará junto ao Poder Judiciário a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a sem incluidos na proposta orçamentária de 2018, conforme determina o §1º do art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgãos da administração direta e indireta, especificando, no mínimo:

I – número da ação ordinária;

II- data do ajuizamento da ação originária, quando ingressada após 31 de dezembro de 1999;

III- número do precatório;

IV- natureza da despesa: alimentar ou comum;

V- data de atuação do precatório;

VI- nome do beneficiário e o número de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Fisica (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoas Juridicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

VII- valor individualizado por beneficiário e total do precatório a ser pago:

VIII- data de atualização do valor requisitado;

IX- órgão ou entidade devedora;

X- data do trânsito em julgado.

Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Municipio encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, até 30 de setembro de 2017, a relação de todos precatórios judiciais emitidos em desfavor do Municipio, acompanhados dos respectivos ofícios requisitórios, para serem incluidos na proposta orçamentária de 2018, observada o dispositovo no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 22 - O empenho e pagamento de precatórias judiciais será efetuado em categoria de programação específica, incluida na Lei Orçamentária para esta finalidade, no órgão orçamentária planejamento e finanças, ou conforme o caso, nos órgãos respectivos.

Art. 23 - A Lei Orçamentária discriminará a dotação destinada ao pagamento de débitos judiciais transitados em julgado considerados de pequeno valor.

Art. 24 – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2018 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2018, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC n.º 101/2000.

Art. 25 – Até 15 de junho de 2018, o executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

I - Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU e ITBI;

II - Atualização das alíquotas do ISSQN;

III - Atualização das taxas municipais;

IV - Contribuição de Melhorias;

V - Outras receitas de competência Municipal.

Art. 26 – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao art. 12 da L.C. nº. 101 e arts. 22 a 26 da Lei Federal n.º 4. 320/64.

Art. 27 – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2018, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Art. 28 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 20 de dezembro de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Administrativo n°. 119/2017

Tomada de Preço nº. 007/2017

Aviso de Abertura de Propostas de Preços

Ficam convocadas as empresas habilitadas à Tomada de Preço 008/2017, tendo por objeto: Contratação de Empresa para execução da ciclovia na Avenida Araguaia no Município de Água Boa-MT; conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, para comparecerem na sessão de abertura das Propostas de Preços, que se realizara em:

Data: 08/01/2018.

Horário: 08h30min, horário local.

Local: Prefeitura Municipal de Água Boa, localizada na Avenida Planalto, 410, centro.

Água Boa, 27 de dezembro de 2017.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LEI Nº 1386, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Projeto de Lei nº. 1404, de 16 de outubro de 2017 – do Executivo)

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento, cria o Fundo Municipal de Saneamento e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SI LVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal em sessão de 18 de dezembro de 2017 aprovou e, eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º - Para efeitos desta lei considera-se:

I – saneamento básico: conjunto de serviços e infraestruturas e instalações operacionais de: **Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.**

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III- universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

IV - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

V - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VI - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º - Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º - Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo dos resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º - O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º - Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea "c "do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Seção II

Dos Princípios Fundamentais

Art. 7º - A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I – universalização;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso a conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, que não causem risco a saúde pública e promovam o uso racional da energia, conservação e racionalização do uso da água e dos demais recursos naturais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental e proteção dos recursos hídricos, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;

VIII - adoção de medidas de fomento à moderação do consumo de água.

IX - eficiência e sustentabilidade econômica;

X - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

XI - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

XII - controle social;

XIII - segurança, qualidade e regularidade;

XIV – subsídio, com instrumentos econômicos de política social para viabilizar a manutenção e a continuidade dos serviços públicos, com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda, como vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 8º - São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda, indígenas e tradicionais;

II - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

III - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

IV - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

V - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VI - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde, desenvolvendo programas de:

a) preservação dos recursos hídricos e de bacias hidrográficas, com vistas ao alcance do desenvolvimento sustentável e preservação ambiental;

b) execução do manejo do solo e da água, com a recuperação de áreas degradadas, conservação e recuperação de matas ciliares e demais florestas de proteção;

c) execução de campanhas de educação sanitária e ambiental.

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos contemplados as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - A execução da política municipal de saneamento básico será de competência da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, que distribuirá, de forma transdisciplinar, à todas as Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Art. 10 - A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas socioeconômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII – adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento para fins e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, à capacitação tecnológica da área, à formação de recursos humanos e à busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares.

Art. 11 - No acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos deverão ser observados, além de outros previstos, os seguintes procedimentos:

I - acondicionamento separado do resíduo sólido doméstico dos resíduos passíveis de reciclagem e a coleta seletiva destes;

II - acondicionamento, coleta e destinação própria dos resíduos hospitalares e dos serviços de saúde;

III - os resíduos industriais, da construção civil, agrícolas, entulhos e rejeitos nocivos à saúde, aos recursos hídricos e ao meio ambiente, bem como pilhas, baterias, acumuladores elétricos, lâmpadas fluorescentes e pneus, não poderão ser aterrados no aterro sanitário;

IV - utilização do processo de compostagem dos resíduos orgânicos, sempre que possível e viável;

V - manter o aterro sanitário dentro das normas da SEMA/MT, Resoluções do CONAMA e Normas da ABNT e demais legislações vigentes;

§1º - A separação e o acondicionamento dos resíduos de que trata o inciso I é de responsabilidade do gerador, sendo a coleta, transporte e destino final de responsabilidade do Município (serviço terceirizado) de acordo com regulamentação específica.

§2º - O acondicionamento, coleta, transporte e disposição final dos resíduos de que trata os incisos II e III é de responsabilidade do gerador.

§3º - Os resíduos da poda de árvores e manutenção de jardins poderão ser coletados pela Prefeitura, quando não superior a 30 kg (trinta quilos) e dimensões de até 50 cm (cinquenta centímetros) e acondicionado separadamente dos demais resíduos.

§4º - A disposição de qualquer espécie de resíduo gerado em um município, só poderá ser disposto em outro município, se autorizado pelo município depositário. Observando que, no caso de consórcio intermunicipal de aterro sanitário, a autorização para a disposição final dos resíduos sólidos entre os municípios consorciados deverá atender as exigências legais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da composição

Art. 12 - A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15 - Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, anexo único, documento destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental para a execução dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº. 11.445/2007.

Art. 16 - O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - Adequação legislativa conforme legislação federal vigente.

Art. 17 - O Plano Municipal de Saneamento Básico, instituído por esta lei, será avaliado anualmente e revisado em prazo não superior a 4 (quatro) anos.

§1º - O Poder Executivo Municipal deverá encaminhar as alterações decorrentes da revisão prevista no caput à Câmara dos Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§2º - A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como elaborada em articulação com a prestadora dos serviços.

§3º - A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§4º - O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 18 - Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tornar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19 - O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento.

Seção III

Do Conselho Municipal de Saneamento

Art. 20 - Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento como órgão superior de assessoramento e consulta da administração municipal, com funções fiscalizadoras e deliberativas no âmbito de sua competência, conforme dispõe esta lei.

Art. 21 - São atribuições do Conselho Municipal de Saneamento:

I - elaborar e aprovar seu regimento interno;

II - dar encaminhamento às deliberações das Conferências Municipal, Regional, Estadual e Nacional de Saneamento Básico;

III - opinar sobre questões de caráter estratégico para o desenvolvimento da cidade e território municipal quando couber;

IV - deliberar e emitir pareceres sobre propostas de alteração da Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos Regulamentos;

V- acompanhar a execução do desenvolvimento de planos e projetos de interesse do desenvolvimento do Município quando afetar o âmbito do saneamento básico;

VI - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política do saneamento municipal, antes do seu encaminhamento a Câmara;

VII - acompanhar a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua revisão, devendo reunir-se pelo menos duas vezes ao ano com fins específicos de monitoramento do mesmo, e efetuar a sua revisão conforme previsto nesta lei;

VIII - apreciar e deliberar sobre casos não previstos na Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico e na legislação municipal correlata;

IX - Deliberar sobre recursos de competência do FMSB, bem como acompanhar seu cronograma de aplicação.

Art. 22 - O Conselho será composto em um modelo bipartite paritário, composto por no mínimo 5 (cinco) membros efetivos e por seus respectivos suplentes, com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução, nomeados por decreto do Prefeito, assegurada a representação:

I - dos titulares dos serviços;

II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;

III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;

IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;

V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

§1º - Os membros devem exercer seus mandatos de forma gratuita, vedada à percepção de qualquer vantagem de natureza pecuniária.

§2º - O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho será prestado pela Prefeitura Municipal de Água Boa-MT.

§3º - As reuniões do Conselho são públicas, facultado aos munícipes solicitar, por escrito e com justificativa, que se inclua assunto de seu interesse na pauta da primeira reunião subsequente.

§4º - As decisões do Conselho dar-se-ão, sempre, por maioria absoluta de seus membros.

§5º - O Presidente do Conselho e seu Vice-Presidente, será eleito pelos Conselheiros dentre seus Membros.

Parágrafo Único. As funções e competências dos órgãos colegiados a que se refere o caput deste artigo poderão ser exercidas por órgãos colegiados já existentes, com as devidas adaptações das leis que os criaram.

Art. 23 - São atribuições do Presidente do Conselho:

I - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

II - solicitar pareceres técnicos sobre temas de relevante na área de saneamento e nos processos submetidos ao Conselho;

III - firmar as atas das reuniões e homologar as resoluções e decisões.

Seção IV

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FMSB)

Art. 24. Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado ao DEMAE.

§1º - Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§2º - A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB, da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 25 - Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo Único. O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Art. 26 - O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei n°. 4.320/64 e Lei Complementar nº. 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo Único. Os procedimentos contábeis relativos ao FMS serão executados pela Contabilidade do Município de Água Boa.

Art. 27 - A administração executiva do FMS será de exclusiva responsabilidade do DEMAE.

Art. 28 – O Secretário de Cidade e Meio Ambiente, por meio da Contadoria Geral do Município, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais. (Emenda Modificativa nº 021/2017).

Seção V

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 29 - Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§1º - As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§2º - O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em um ano, contados da publicação desta lei.

Seção VI

Da Conferência Municipal de Saneamento Básico

Art. 30 - A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§1º - Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§2º - A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, proposta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Do Exercício da Titularidade

Art. 31 - Os serviços básicos de saneamento de que trata esta Lei poderão ser executados das seguintes formas:

I - de forma direta pela Prefeitura ou por órgãos de sua administração indireta;

II - por empresa contratada para a prestação dos serviços através de processo licitatório;

III - por empresa concessionária escolhida em processo licitatório de concessão, nos termos da Lei Federal nº. 8.987/95;

IV - por gestão associada com órgãos da administração direita e indireta de entes públicos federados por convênio de cooperação ou em consórcio público, através de contrato de programa, nos termos do artigo 241 da Constituição Federal e da Lei Federal nº. 11.107/05.

§1º - A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração municipal depende de celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§2º - Excetuam do disposto no parágrafo anterior os serviços autorizados para usuários organizados em cooperativas, associações ou condomínios, desde que se limite a distrito ou comunidade rural.

§3º - Da autorização prevista no parágrafo anterior deverá constar a obrigação de transferir ao titular os bens vinculados aos serviços por meio de termos específicos, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 32 - São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I- a existência do Plano de Saneamento Básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

Art. 33 - Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do artigo anterior deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - inclusão no contrato das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação de serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;

b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;

c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização e transparência dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção, penalidades e de retomada dos serviços.

§1º - Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou de acesso às informações sobre serviços contratados.

§2º - Na prestação regionalizada, o disposto neste artigo e no artigo anterior poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

VII- Atender as legislações vigentes no que se refere à qualidade da água.

Art. 34 - Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá órgão único encarregado das funções de regulação e de fiscalização.

Parágrafo Único. A Entidade reguladora definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade e regularidade dos serviços aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores dos serviços;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município;

VI - a compensação socioambiental por atividades causadoras de impacto.

Art. 35 - O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições, e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

Seção II

Da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico

Art. 36 - A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 37 - Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§1º - Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§2º - A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

§3º - As edificações temporárias deverão dispor de meios específicos para conexão às redes públicas de água tratada e esgoto sanitário.

Art. 38 - Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 39 - Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento, assegurando acesso amplo e gratuito aos usuários dos sistemas.

Seção III

Dos Direitos e Deveres dos Usuários

Art. 40 - São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - o acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 41. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrosanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

Seção IV

Da Participação Regionalizada Em Serviços de Saneamento Básico

Art. 42 - O Município poderá participar de prestação regionalizada de serviços de saneamento básico que é caracterizada por:

I - um único prestador dos serviços para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

§1º - Na prestação de serviços de que trata este artigo, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

a) por órgão ou entidade de ente da Federação a que o titular tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação técnica entre entes da Federação, obedecido ao disposto no artigo 241 da Constituição Federal;

b) por consórcio público de direito público integrado pelos titulares dos serviços.

§2º - No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o titular poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos técnicos fornecidos pelos prestadores.

Art. 43 - A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal; na totalidade das atividades em sua parte como: Tratamento, Regulação, Normatização;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços;

§1º - O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer ao plano de saneamento básico elaborado para o conjunto dos municípios consorciados.

§2º - Os prestadores deverão manter sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço para cada um dos municípios atendidos.

§3º - A empresa que se refere o inciso II deverá ser contratada através de processo licitatório.

Seção V

Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 44 - Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§1º - Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observarão as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§2º - Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 45 - Observado o disposto no artigo anterior, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídos por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento de demanda dos serviços, em períodos distintos;

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 46 - Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda poderão ser:

I - diretos: quando destinados a usuários determinados;

II - indiretos: quando destinados ao prestador dos serviços;

III - tarifários: quando integrarem a estrutura tarifária;

IV - fiscais: quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

V - internos a cada titular ou localidades: nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 47 - As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de coleta, tratamento e manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar em conjunto ou separadamente:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, as áreas edificadas e a sua utilização;

III - o peso ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio;

IV - tipo de resíduo gerado e a qualidade da segregação na origem.

Art. 48 - A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, podendo considerar também:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos, áreas edificadas e sua utilização.

Art. 49 - O reajuste de tarifas de serviços públicos de saneamento básico será realizado observando se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 50 - As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§1º - As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelo órgão ou entidade reguladora, ouvidos os usuários e os prestadores dos serviços.

§2º - Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§3º - O órgão ou entidade reguladora poderá autorizar o prestador dos serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei Federal nº. 8.987/95.

Art. 51 - As tarifas devem ser fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões tornados públicos com antecedência mínima de 90 (noventa) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo Único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá ter seu modelo aprovado pelo órgão ou entidade reguladora, que definirá os itens e custos a serem explicitados.

Art. 52 - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza no sistema;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário;

V - inadimplência do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§1º - As interrupções serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§2º - A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§3º - A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 53 - Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 54 - Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais.

§1º - Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§2º - Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pelo órgão ou ente regulador e Tribunal de Contas do Estado.

§3º - Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Capítulo IV

DA REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 55 - O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº. 11. 107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº. 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Parágrafo Único. As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

Art. 56 - São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência e defesa do consumidor;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade;

V - definir as penalidades.

Art. 57 - A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;

§1º - As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§2º - As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 58 - Em caso de gestão associada a prestação regionalizada dos serviços, poderão ser adotados os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação e prestação.

Art. 59 - Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§1º - Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§2º - Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 60 - Devem ser dadas publicidade e transparência aos relatórios, estudos e decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou a fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§1º - Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§2º - A publicidade e a transparência que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site na internet.

Art. 61 - É assegurado aos usuários dos serviços públicos de saneamento básico:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pelo órgão ou entidade reguladora;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

Capítulo V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 62 - A Prefeitura Municipal e seus órgãos da administração indireta compete promover a capacitação sistemática dos funcionários para garantir a aplicação e a eficácia desta lei e demais normas pertinentes.

Art. 63 - O Plano Municipal de Saneamento Básico e sua implementação ficam sujeitos ao contínuo acompanhamento, revisão e adaptação às circunstâncias emergentes e serão revisto em até dois anos após a publicação dos resultados dos Censos Demográficos realizados e publicados pelo IBGE.

Art. 64 - O Plano de Manejo, Recuperação, e ou Conservação de Mananciais Subterrâneos e/ou Superficiais para captação de abastecimento público de água potável, deverá estar concluído até três (3) anos após a aprovação e publicação desta Lei.

Parágrafo Único. Até três (3) anos após a publicação desta Lei a Prefeitura Municipal deverá ter viveiro de mudas para promover a recuperação nas nascentes e matas ciliares do município.

Art. 65 - Ao Poder Executivo Municipal compete dar ampla divulgação do PMSB e das demais normas municipais referentes ao saneamento básico.

Art. 66 - A entidade ou o órgão regulador dos serviços de que trata esta lei será definido mediante lei específica.

Art. 67 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar empresas temporariamente, para a execução dos serviços de que tratam as alíneas “b”, “c” e “d” contidas no inciso I do artigo 2º desta lei, no todo ou em parte. (Emenda Modificativa nº 021/2017).

Art. 68 - Os regulamentos dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas serão propostos pelo órgão regulador e baixados por decreto do Poder Executivo, após aprovação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 69 - Enquanto não forem editados os regulamentos específicos, ficam em uso as atuais normas e procedimentos relativos aos serviços de água e esgotos sanitários, bem como as tarifas e preços públicos em vigor, que poderão ser reajustadas anualmente pelos IPCA (índice de preço ao consumidor ampliado).

Art. 70 - Os serviços previstos no artigo anterior deverão ter sustentabilidade econômico-financeira através da cobrança de taxas, tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação de serviços.

Art. 71 - Esta lei entra em vigor da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 20 de dezembro de 2017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

Fábio Tadeu Weiler

Secretario de Planejamento e Finanças

LEI Nº 1391, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Projeto de Lei nº. 1410, de 14 de dezembro de 2017 – do Executivo)

Autoriza o Município de Água Boa- do Estado de Mato Grosso, a doar terrenos à famílias que serão atendidas nas construções de Casas no Programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 19 de dezembro de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º- Fica autorizado o Município de Água Boa, do Estado de Mato Grosso, **DOAR TERRENOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES**, à famílias que serão atendidas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, de acordo com a Lei Nº 11.977 de 07 de julho 2009, e suas alterações.

Art. 2º- A presente lei, tem por objetivo promover a construção de moradias destinadas às famílias com renda mensal e de acordo com os requisitos previstos na Lei 11.977/2009.

Art. 3º- O donatário terá como encargo utilizar o imóvel doado nos termos da Lei 11.977/2009, exclusivamente para construção de unidades habitacionais âmbito do PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

Art. 4º- A doação realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei ficará automaticamente revogada, revertendo a propriedade dos imóveis ao domínio pleno da municipalidade, se:

I – o donatário fizer uso dos imóveis doados para fins distintos daquele determinado no artigo anterior;

Art. 5º- Só poderão ser beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, pessoas ou famílias que atendam ao estabelecido na legislação do referido programa, bem como, as que atendam aos requisitos estabelecidos pela Política Municipal de habitação vigente.

Art. 6º- O Município poderá outorgar escritura pública, com cláusula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 - (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

Art. 7º- As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 20 de dezembro de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1385, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Projeto de Lei nº 1396, de 25 de agosto de 2017, do Executivo)

Institui o Plano Plurianual do Município de Água Boa - MT para o quadriênio 2018-2021 e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 19 de dezembro de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-estabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II - Programa Finalístico, aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;

III – Programa Administrativo, aquele que engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos demais programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação àqueles programas;

IV - Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;

V - Produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;

VI - Meta, quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

Art. 3º A programação constante no PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro Municipal, das Operações de Crédito Internas e Externas, das Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias da União e do Estado e, subsidiariamente, das parcerias implementadas com outros Municípios e com a iniciativa privada.

Parágrafo Único. Os valores financeiros constantes nos anexos e nas tabelas desta Lei são referenciais e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentária Anual, que deverá obedecer aos parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas efetivamente previstas em cada ano, consoante a legislação tributária em vigor à época.

Art. 4º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2018-2021 se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 5º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de lei específico.

Art.6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art.7º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, e/ou da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

Parágrafo único. O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito sob a coordenação das Secretarias de Planejamento e Finanças e de Administração, a quem compete:

I – definir as metodologias a serem utilizadas na elaboração, no acompanhamento e na revisão do PPA a ser observado por todos os órgãos da Administração Municipal;

II - definir a agenda de elaboração, de acompanhamento e, quando for o caso, de revisão do PPA;

III - auxiliar os demais órgãos e setores da Administração Municipal nos processos de elaboração, de acompanhamento e de revisão do PPA; e

IV – elaborar anualmente relatório de avaliação dos resultados da implantação deste Plano que será encaminhado ao Poder Legislativo, juntamente o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Integram o Plano Plurianual, as seguintes tabelas:

I – Tabela 01 – Estimativas de Receitas por Categoria Econômica e Origem;

II – Tabela 01- A – Estimativas da Receita Corrente Líquida;

III – Tabela 02 – Estimativas de Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

IV – Tabela 03 – Estimativas de Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde;

V – Tabela 04 – Estimativas de Gastos do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A, da Constituição da República;

VI – Tabela 05 – Estimativas de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo, nos termos do art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101, de 2000;

VII – Tabela 05 – A – Despesa de pessoal distribuída por área.

VIII – Tabela 06 – Avaliação global dos recursos disponíveis para o planejamento das despesas.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 20 de dezembro de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

LEI Nº 1388, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Projeto de Lei nº 1407, de 11 de dezembro de 2017, do Executivo).

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Lançar Campanha “Pró IPVA 2018” e Pró IPTU 2018”, e TRANSFERENCIA DE VEÍCULOS em Água Boa/MT e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão 19 de dezembro de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º – *O Município de Água Boa/MT fica autorizado a Lançar Campanha “Pró IPVA” e “Pró IPTU”, que visa estimular o Licenciamento e Pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores “IPVA”, a transferência de veículos e o Pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano no âmbito do Município para o ano de 2018.*

Parágrafo Único – A campanha tem como objetivos:

I – Educar e conscientizar a população sobre a importância de ter seu veiculo emplacado em Água Boa/MT.

II – Incutir na população o hábito de efetuar o pagamento e licenciamento de veículos no município.

III – Educar a população no sentido de cada proprietário de Imóvel Urbano sentir-se participante do processo de construção de sua cidade.

III – Contemplar com a concessão de prêmios e realização de sorteios e outros instrumentos promocionais, motivando e estimulando a sociedade para a plena participação nesta campanha, alem da Policia Militar e CRETRAN.

Art. 2º - *A Campanha será operacionalizada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças juntamente com a Secretaria Municipal de Administração e Gerência de Tributação, em parceria com os demais Departamentos da Municipalidade.*

Art. 3º *- A* premiação na modalidade sorteio, será feita entre os contribuintes que preencherem os requisitos desta Lei da seguinte forma:

1 – Uma Motocicleta 0 Km para os contribuintes que transferirem os veículos para o Município de Água Boa;

2 – Uma Motocicleta 0 Km, para os contribuintes do IPTU;

3- Uma TV de 50 Polegadas para os contribuintes do IPVA.

Art. 4º - Para cumprimento do disposto nos artigos precedentes, a Campanha deverá obedecer o seguinte regulamento:

1 - A campanha de incentivo e estímulo a taxa de transferencia de veículos para o municipio, “Pró IPVA”, e de incentivo ao Pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano “Pró IPTU”, corresponderá ao exercício de 2018.

2 - O comprovante de pagamento da transferencia, deverá ser efetuado de forma legível, contendo nome e endereço, bairro, telefone se houver, e estar devidamente firmado pelo participante, e o controle interno dos pagamentos de IPTU, junto à Gerência de Tributação até a data da realização do sorteio, servirá para credenciar todos os imóveis da cidade.

3 - Através do comprovante do pagamento serão emitidos cupons do IPVA e do Licenciamento, devidamente preenchidos, que deverão ser depositados em urna instalada no CIRETRAN de Água Boa/MT, sito na Rua 8 - Centro, nesta, em horário de expediente, e até o final da primeira quinzena do mês de dezembro de cada ano.

4 - Os cupons não terão validade ocorrendo rasuras, adulterações ou emendas que impossibilitem a identificação de sua autenticidade, bem como cupom reproduzido por qualquer outro mecanismo e/ou sistema que não seja o original expedido pela municipalidade.

5 - A Gerência de Tributos e Departamento Municipal de Trânsito/ou orgão correspondente, caberá:

I – Orientar os participantes e dirimir dúvidas referentes à campanha.

II – Aprovar ou impugnar os cupons sorteados.

III – Coordenar o processo de sorteio.

IV – Coordenar o processo de entrega da premiação.

V – Zelar pelo cumprimento do disposto na presente lei, e,

VI – Elaborar relatório geral da campanha.

§ único: Para ter direito ao prêmio, o veículo deverá continuar emplacado no municipio de Água Boa-MT, na data do sorteio

Art. 5º - São critérios na obtenção de cupons e ou direitos para o sorteio:

I – Para os proprietários de veículos licenciados e transferidos para o município de Água Boa/MT no exercício de 2018, o efetivo comprovante de pagamento do IPVA;

II – Estar com o pagamento do IPTU em dia, do ano 2018, e anteriores.

Art. 6º - A campanha será divulgada na imprensa local, site www.aguaboa.mt.gov.br, mural oficial do município, bem como qualquer esclarecimento será prestado pela Gerência de Tributação e Cadastro, e Departamento Municipal de Trânsito, ou orgão correspondente.

Art.º 7 – O sorteio ocorrerá durante a realização do evento Natal Iluminado, no mês de dezembro do ano de 2018.

Art. 8º - Cada contribuinte receberá um cupom, para cada veiculo, no ato do Licenciamento, Transferência e Pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores "IPVA"; e todos os imóveis urbanos do Município estarão concorrendo ao sorteio da Campanha "Pró IPTU", ficando a cargo da Gerência de Tributação, a verificação de regularidade fiscal no ato do sorteio.

Art.º 9º – Não estarão concorrendo na Campanha "Pró IPTU", os lotes públicos e aqueles contribuintes que forem beneficiados com isenção na forma da legislação em vigor.

Art. 10 – *As despesas para aquisição das Motocicletas a serem adquiridas, para atendimento do capitulado nos artigos retro desta Lei, deverão obedecer ao exigido na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com suas alterações, com a seguinte dotação orçamentária:*

Órgão: 04 – Secretaria de Planejamento e Finanças

Unidade: 002 – Tributação

Função: 04 Administração

Subfunção: 129- Administração de Receitas

Programa: 0205 – Gestão e Modernização Tributaria

Ação:1013- Aquisição de Veículo para a Tributação

Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e material permante

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000- Recursos ordinário

Valor: R$ 23.000,00

Art. 11 - *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 20 de dezembro de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário de Planejamento e Finanças

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1390, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

(Projeto de Lei nº. 1409, de 14 de dezembro de 2017 – do Executivo)

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a doar a Secretaria de Estado de Educação- SEDUC, imóvel urbano, e da outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 19 de dezembro de 2017 aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar um imóvel urbano, a ser desmembrado da área destinada para equipamentos públicos do loteamento Delcio Eduardo Mendel, com as seguintes características:

Um Área de terras com 10.104,41m2, **desmembrada** de uma área maior denominada de Matrícula 5.645, com superfície de 40.00 hectares, desmembrada de uma área maior, denominado Lote 31 do Loteamento Água Boa II, conforme dados do cartório de registro de imóveis de Água Boa - MT, saindo com o **Marco M-1** localizado no canto do muro da escola Ermindo Mendel, **Coordenadas Geográficas S= 14º 04' 41,1" e WE 52º 10' 06,2"** seguindo numa reta distância de 118,00 metros até **M-2** após o final do muro da escola Coordenadas; **S= 14º 04' 41,7" e WE 52º 10' 02,3"** daí vira para a direita num ângulo aproximado de 90º até o **M-3**, numa distância de 42,49 metros, Coordenadas; **S= 14º 04' 42,9" e WE 52º 10' 02,3"**daí vira para a direita margeando a Av. Lindermayr, numa reta até **M-4**, numa distância de 143,85 metros, Coordenadas;, **S= 14º 04' 44,9´e WE 52º 10' 06,9**" daí vira a direita numa distância de 2,12 metros até Marco **M-5**, Coordenadas; **14º 04' 44,9" e WE 52º 10' 07,0"** daí vira novamente a direita margeando a Rua BC-01 numa distância de 126,46 metros até **Marco Inicial M-1** finalizando o perímetro, ficando dentro dos seguintes limites e confrontações:

Frente para Rua BC-01, medindo 126,46 metros.

Lado Direito o lote da Escola Municipal Ermindo Mendel e área remanescente, medindo 118,00 metros.

Fundos com área remanescente, medindo 42,49 metros.

Lado Esquerdo com a Av. Lindenmayr, medindo 143,85 metros, encerrando assim o memorial descritivo.

Art. 2º - A área objeto desta doação destina-se a construção, pela SEDUC de uma Escola Estadual.

Art. 3º - Fica determinado o prazo de 6 (seis) meses, após a lavratura da escritura de doação, para o inicio das obras, em consonância com a planta previamente aprovada pelo setor de engenharia da Prefeitura Municipal.

§ Único: Fica estipulado o prazo de 24 (vinte quatro) meses a partir da lavratura da escritura, para a conclusão das obras.

Art. 4º - No caso de descumprimento do prazo designado nesta Lei, será revertido o imóvel objeto desta doação ao Poder Executivo Municipal. Em caso de necessidade de majoração do prazo designado no artigo anterior, será necessária autorização do Poder Legislativo. (Emenda Aditiva nº 024/2017).

Art. 5º - As despesas decorrentes desta doação correrão por conta das dotações próprias, consignadas nos orçamentos de cada exercício.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1159 de 04 abril de 2012.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 20 de dezembro de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 090 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

"**Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 824.984,92 (oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos), em favor da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Educação, e, dá outras providências**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 824.984,92 (oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.018	3.1.90.13.00.00.00.00	27.174,29
2.025	3.1.90.11.00.00.00.00	5.050,84
2.021	3.1.90.11.00.00.00.00	64.157,65
2.018	3.1.90.11.00.00.00.00	141.407,83
2.022	3.1.90.11.00.00.00.00	64.626,77
2.029	3.1.90.04.00.00.00.00	48.727,87
2.031	3.1.90.04.00.00.00.00	11.331,80
2.033	3.1.90.04.00.00.00.00	13.133,01
2.032	3.1.90.04.00.00.00.00	11.104,91
2.034	3.1.90.04.00.00.00.00	66.032,40
2.058	3.1.90.11.00.00.00.00	23.239,91
2.038	3.1.90.11.00.00.00.00	40.816,32
2.048	3.1.90.11.00.00.00.00	11.248,35
2.055	3.1.90.11.00.00.00.00	11.253,66
2.056	3.1.90.04.00.00.00.00	9.534,30
2.120	3.1.90.13.00.00.00.00	134,38
2.118	3.1.90.11.00.00.00.00	96.497,53
2.118	3.1.90.04.00.00.00.00	12.971,93
2.119	3.1.90.11.00.00.00.00	14.407,37
2.120	3.1.90.11.00.00.00.00	23.641,78
2.056	3.3.90.93.00.00.00.00	2.216,43
2.118	3.3.90.93.00.00.00.00	64.331,40
2.038	3.1.90.13.00.00.00.00	3.801,86
2.048	3.1.90.13.00.00.00.00	998,34
2.118	3.1.90.13.00.00.00.00	23.267,20
2.118	3.1.90.04.00.00.00.00	8.034,99
2.119	3.1.90.13.00.00.00.00	1.448,14
2.120	3.1.90.13.00.00.00.00	3.265,40
2.092	3.1.90.11.00.00.00.00	1.641,38
2.039	3.1.90.04.00.00.00.00	19.486,88
TOTAL		**824.984,92**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.022	3.1.90.04.00.00.00.00	10.000,00
2.022	3.1.90.13.00.00.00.00	10.958,60
2.022	3.3.90.30.00.00.00.00	936,99
2.022	3.3.90.30.00.00.00.00	119,47
2.022	3.3.90.39.00.00.00.00	264,02
2.024	3.3.90.30.00.00.00.00	22.694,73
2.025	3.1.90.11.00.00.00.00	4.542,34
2.025	3.1.90.13.00.00.00.00	8.194,04
2.079	3.1.90.11.00.00.00.00	107.419,25
1.012	4.4.90.51.00.00.00.00	113.285,92
2.009	3.1.90.11.00.00.00.00	24.002,02
2.029	3.1.90.11.00.00.00.00	73.192,68
2.032	3.1.90.11.00.00.00.00	77.137,31
2.038	3.1.90.04.00.00.00.00	12.440,37
2.038	3.1.90.11.00.00.00.00	1.103,10
2.039	3.1.90.04.00.00.00.00	1.837,81
2.039	3.1.90.13.00.00.00.00	22.059,75
2.040	3.1.90.04.00.00.00.00	21.617,54
2.005	3.3.90.36.00.00.00.00	6.033,64
2.040	3.1.90.11.00.00.00.00	23.480,23
2.040	3.1.90.13.00.00.00.00	17.292,63
2.048	3.1.90.04.00.00.00.00	20.000,00
2.048	3.1.90.11.00.00.00.00	3.351,38
2.055	3.1.90.04.00.00.00.00	30.000,00
2.056	3.1.90.11.00.00.00.00	6.831,24
2.056	3.1.90.13.00.00.00.00	39.660,04
2.056	3.3.90.32.00.00.00.00	5.349,32
2.056	3.3.90.36.00.00.00.00	60,00
2.056	3.3.90.93.00.00.00.00	628,48
2.058	3.1.90.13.00.00.00.00	2.244,31
2.058	3.3.90.30.00.00.00.00	4.106,12
2.092	3.1.90.13.00.00.00.00	535,47
2.092	3.3.90.14.00.00.00.00	2.440,00
2.119	3.3.90.30.00.00.00.00	268,39
2.119	3.3.90.39.00.00.00.00	36,92
2.478	3.3.50.41.00.00.00.00	44.000,00
1.005	4.6.90.71.00.00.00.00	43.814,26
1.002	4.4.90.52.00.00.00.00	2.258,25
2.006	3.1.90.11.00.00.00.00	7.851,64
2.006	3.1.90.13.00.00.00.00	2.165,70
2.006	3.1.90.91.00.00.00.00	10.000,00
2.006	3.1.90.92.00.00.00.00	12.000,00
2.006	3.1.90.94.00.00.00.00	9.284,08
2.038	3.3.90.14.00.00.00.00	19.486,88
TOTAL		**824.984,92**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 19 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 11 /2017

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PORTARIA Nº 11 /2017

*Dispõe sobre a concessão do usufruto de **férias coletivas** da parte dos profissionais que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Educação de Alto Paraguai-MT, referente ao exercício de **2017.***

A Secretária Municipal de Educação de Alto Paraguai-MT, Profª. **Sandra Maria Carvalho de Santana,** no usode suas atribuições legais que a Lei lhe confere e, considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos de concessão de férias dos profissionais que compõe o quadro da Rede Municipal de Educação de Alto Paraguai-MT com base na Lei Municipal **247/2010** de 01 de Março de 2010;

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Férias Coletivas em **2018,** aos Profissionais da Educação, referente ao exercício de **2017,** no período de **26/12 a 25/02/2018,** conforme relacionado abaixo**.**

1. ADERZENIRA ARAUJO DA SILVA
2. ADILAINE APARECIDA DE LIMA
3. ALCINDA LUCINDA DE BONFIM SILVA
4. ALDENIRA LEITE DE BRITO
5. ALZIRA DE ALMEIDA SANTANA SOUZA
6. ANA CLÁUDIA MACEDO DE OLIVEIRA
7. ANA CLÁUDIA DE ARAUJO SILVA
8. ANA ROSA MORENO DA SILVA
9. ANDRÉIA ARRUDA DE FREITAS
10. ANDRÉIA FLÁVIA PRATA CAMARÇO
11. ANGÉLICA PEREIRA DA SILVA
12. CARMINDA SIMAS DA SILVA
13. CAROLINA MAY DE OLIVEIRA

14. CHARLISSON FERREIRA DA SILVA
15. CLARICE MAY DA SILVA
16. CLARINDO MESSIAS BARBOSA
17. CREUZA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA
18. DILEUZA DE OLIVEIRA E SILVA
19. DELSINO PINTO SILVA
20. DÉBORA DA SILVA PAVÃO
21. DORAMY ROSA ROCHA
22. EDSON FREIRE DE SOUZA
23. EDIANE SANTOS DE OLIVEIRA
24. EDIVANIA OLIVEIRA DOS SANTOS
25. ELIZABETHE DE ARRUDA PRADO
26. ELIZABETH ARAUJO LIMA
27. ETELVINA SANTOS DE OLIVEIRA
28. EVA LUCIANA DE OLIVEIRA
29. GEICILENE DE OLIVEIRA MORAIS
30. GIRLENE DA SILVA SANTOS
31. GISELIA ANTONIA DA SILVA
32. GLEICE ANE ALVES DE SOUZA
33. GRACIETH EVA DA COSTA
34. GREICIANE ALMEIDA MARQUES RONDON
35. HELENA RODRIGUES DA SILVA
36. ILDES GRAVE MAY
37. INELITA FERREIRA DA SILVA
38. ISAURA ROSENDO DE ARRUDA E SILVA
39. JANETE FERRER DE FIGUEIREDO
40. JANETE SOARES DE ARAÚJO
41. JÉSSICA MOREIRA DOS SANTOS
42. JONAS BENEDITO DA CRUZ
43. JOSE MARIA FERREIRA DE ALMEIDA
44. JOSENI SANTIAGO DE OLIVEIRA
45. JUAN MATHEUS DE SOUZA E SILVA
46. LAELSON AGRIPINO DA SILVA
47. LEIDIMARA MORENO NASCIMENTO
48. LEONICE CORREA
49. LEONICE FERREIRA DA SILVA
50. LIANA MARIA DOS SANTOS SOUZA
51. LUCÉLIA LARA DA SILVA
52. LUCIANA RAMOS ALMEIDA
53. LUCILENE ORMOND PEREIRA
54. LUCINÉIA ORMOND DA SILVA
55. LUCIVÂNIA ORMOND DA SILVA CHAGAS
56. LUCY ANA BORGES BRITO
57. LUMARA SANTOS DA SILVA
58. LUZINEIDE AGRIPINA DA SILVA
59. MARIA APARECIDA DO BONFIM
60. MARIA NATALÍCIA ALVES GOMES
61. MARIA VITOR DA SILVA
62. MARILENE DOS SANTOS TITO
63. MARISELMA SANTIAGO DE OLIVEIRA
64. MAURÍCIO BATISTA DA SILVA
65. NADJA ARAÚJO DA SILVA
66. NATAN DE PAULA ROCHA
67. NELCY MAY DE SOUZA
68. NEUZA GRAVE MAY
69. NEUZELI DE CAMPOS MORAIS
70. NILDES RODRIGUES DE OLIVEIRA
71. OLINDINA DOS SANTOS PORTELA
72. PATRICIA CHAVES SANTANA
73. PATRICIA SIQUEIRA MAY
74. PRINAS MARINA LUIZ GALVÃO
75. RAQUEL CAMARGO DA SILVA
76. ROSIMERY ARRUDA DE SOUZA
77. ROSINETE DOS SANTOS SILVA
78. ROZENIL CONCEIÇÃO PROENÇA
79. RITA DE CÁSSIA R. FERREIRA DE ALMEIDA
80. SOLANGE LOPES RUYS
81. SEBASTIÃO DE ALMEIDA LARA
82. SILDALVA ORMOND DOS SANTOS
83. SIMONE RAMOS NEVES
84. TÂNIA REGINA DA SILVA
85. TATIANA DE OLIVEIRA CARDOSO
86. VALDELICE DO CARMO NUNES DA SILVA
87. VALDELI DE ALMEIDA CHAGAS BRITO
88. VANUZA DE ALMEIDA MOREIRA

Art. 2º - A concessão de férias de maneira escalonada para os demais profissionais será concedida em Portaria específica.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publica-se

Registra-se

Cumpra-se

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Alto Paraguai, 22 de Dezembro de 2017.

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PORTARIA Nº 11/2017

*Dispõe sobre a concessão do usufruto de **férias** escalonadas de parte dos profissionais que integram o quadro de pessoal da Rede Municipal de Educação de Alto Paraguai-MT, referente ao exercício de **2017.***

A Secretária Municipal de Educação de Alto Paraguai-MT, Profª. **Sandra Maria Carvalho de Santana,** no usode suas atribuições legais que a Lei lhe confere e, considerando a necessidade de disciplinar os procedimentos de concessão de férias dos profissionais que compõe o quadro da Rede Municipal de Educação de Alto Paraguai-MT e com base na Lei Municipal 247/2010 de 01 de Março de 2010;

R E S O L V E

Art. 1º - Os servidores abaixo relacionados irão usufruir férias em **2018**, referente ao exercício de **2017,** conforme especificado abaixo.

1. Ana Cláudia Gomes Modesto ..... 01/10 a 01/11/2018

2. Caroline Joferes Ferrer da Silva ..... 24/05 a 23/06/2018

3. Cinelândia Tito Santiago ..... 01/02 a 02/03/2018

4. Elizabeth Araujo Lima ..... 02/01 a 01/03/2018

5. Gisele dos Santos Barbieri..... 02/01 a 01/03/2018

6. Luzia Moreira da Silva ..... 22/09 a 21/10/2018

7. Márcia Araujo Gomes ..... 01/10 a 30/10/2018

8. Menara Kayly Almeida Campos ..... 02/04 a 01/05/2018

9. Mireli Vitor Fernandes ..... 03/09 a 02/10/2018

10. Ramom Gomes Costa..... 02/04 a 01/05/2018

11. Sandra Carvalho de Santana ..... 01/02 a 02/03/2018

12. Sirleide Rodrigues de Araújo ..... 03/04 a 02/05/2018

13. Valdeci Tibaldi ..... 02/01 a 01/02/2018

14. Valdelice do Carmo Nunes da Silva.....férias referente ao ano de **2016**..... 15/02 a 17/03/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publica-se

Registra-se

Cumpra-se

Gabinete da Secretária Municipal de Educação de Alto Paraguai, 22 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

DECRETO N° 50/2017

DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre o cancelamento dos Restos a Pagar Processados e Não Processados de exercícios anteriores, e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, **Sr. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO no** uso de suas atribuições legais que lhe confere em Lei e com fulcro no art. 1º do Decreto Presidencial nº 20.910, de 06 de janeiro de 1932;

CONSIDERANDO que a União em seu Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências, estabelece no seu art. 70, que:

"Art. 70. Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar Processados e no Art. 68, Dec. 93.872/86 estabelece o cancelamento de Restos a pagar Não processados até 31 de dezembro do exercícioseguinte";

CONSIDERANDO que com a aprovação do Código Civil Brasileiro, Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, trata da mesma matéria da prescrição dos restos a pagar processados incorporando-a ao texto normativo, conforme o disposto no art. 206, §5º, I que estabelece:

"Art. 206, Prescreve: (...)§ 5º Em cinco anos:(...)

I- a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular";

CONSIDERANDO a necessidade de verificar se ocorreu qualquer interrupção no prazo prescricional de cinco anos,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar n°. 101/2000, só devem compor a dívida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a Portaria STN/MF 633/06, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por poder e Órgão, componente do Relatório Resumido da Execução Orçamentaria;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000 , dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

CONSIDERANDO a necessidade de verificar se ocorreu contabilmente liquidação indevida da despesa e apurar os fatos comprovando a entrega do bem.

DECRETA:

Art. 1º - Os órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo Municipal, constantes do Orçamento Fiscal deverão cancelar, integralmente, os Restos a Pagar não processados inscritos anteriores a 2016, em decorrência de saldos indevidos, as quais não serão utilizados ou inexistem compromisso de pagamento, sendo estes saldos remanescentes de empenhos não devidos,empenhos transformados em precatórios, saldo de licitação não utilizado pelo município, parcelamentos entre outros, vinculados a este ato normativo, que não tiverem sido pagos até aquela data.

§ 1º - Os fornecedores e prestadores de serviços que tenham dívidas empenhadas inscritas em restos a pagar processados identificados no presente Decreto deverão comprovar a interrupção do prazo prescricional até o prazo estipulado neste artigo.

§ 2º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida ou de exercícios anteriores, com fundamento no art. 37 da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, regulamentado pelo Decreto nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968.

§ 3º Os restos a pagar processados, só poderão ser cancelados mediante a comprovação inconteste da não existência da obrigação financeira junto ao credor de origem, devendo ser formalizado um processo específico identificando o tipo de baixa bem como os motivos e fatos que comprovam a ausência da obrigação a ser cancelada.

§ 4º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

§ 3º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º - Fica desde já notificado todos os credores do inteiro teor deste Decreto, para que no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias a contar da sua publicação, requerer junto à Secretaria Municipal de Finanças o direito ao pagamento.

Parágrafo -Único 3º - O Caput do artigo poderá ser prorrogado de acordo com o cronograma de pagamento definido, respeitando a ordem cronológica de pagamentos e a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com termino em 31 dezembro de 2017.

Registre-se,

Publique-se,

Gabinete do Prefeito, 01 de Dezembro de 2017.

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº052 / 2017

"DISPÕE SOBRE O RECESSO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADO DE MATO GROSSO, SRº SILVIO JOSE DE MORAIS FILHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º - Considerando a contenção de gastos e os feriados nacionais dos dias 25 de Dezembro (Natal) e 01 de Janeiro (Confraternização Universal); Fica Decretado o Recesso no CRAS , a partir do dia 18 de Dezembro de 2017 a 08 de Janeiro de 2018.

OBS: OS FUNCIONÁRIOS QUE NÃO COMPARECER PARA TRABALHAR NO PERÍODO DE 11 A 15 DE DEZEMBRO TERÁ SEUS PONTOS CORTADOS E PREJUÍZO SALARIAL.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguainha, Estado de Mato Grosso, em 11 de Dezembro de 2017.

_____

Silvio José de Morais Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 092/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **FR BORTOLOTO EIRELI - ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **19.065. 389/0001-81**, com sede na Avenida Osmar Demeneck, Nº 202 – Vila Operária, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, telefone: (066) 3565-2195, representada por seu proprietário Srº. **Fabricio Ricardo Bortoloto,** portador do **RG 59334948 SESP/PR e CPF 822.807. 621-53,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	671531	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	2.650	35,00	92.750,00
2	671419	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	1.000	49,00	49.000,00
3	671533	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	1.000	31,00	31.000,00
4	671537	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	1.000	114,00	114.000,00
5	671542	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORAS	1.150	120,00	138.000,00
6	672324	SERVICO DE ALINHAR EIXO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.000	120,00	120.000,00
7	672302	SERVICO DE CARDAM PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	1.850	118,00	218.300,00
8	672330	SERVICO DE CUICAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	120,00	132.000,00
9	672320	SERVICO DE DESMONTAR E MONTAR EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	119,00	130.900,00

10	672335	SERVICO DE EMBUCHAMENTO MOLEJO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.300	120,00	156.000,00
11	672306	SERVICO DE ESCAPAMENTO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	1.400	118,00	165.200,00
12	672312	SERVICO DE MOLEJO DIANTEIRO PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	1.350	118,00	159.300,00
13	672342	SERVICO DE SACAR PARAFUSO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	120,00	132.000,00
14	672369	SERVICO DE TRAVESSA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, E CAMINHAO.	HORAS	1.100	120,00	132.000,00
15	672349	SERVICO DE TROCAR BUCHA DE PATIM, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	900	120,00	108.000,00
16	672353	SERVICO DE TROCAR COXIM DE CABINE TRAS.,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	1.400	120,00	168.000,00
17	672357	SERVICO DE TROCAR FLANGE DO PATIM, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	900	120,00	108.000,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

FR BORTOLOTO EIRELI - ME

CNPJ (MF) nº 19.065.389/0001-81

Fabricio Ricardo Bortoloto

CPF nº. 822.807.621-53

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 003/2017

EDITAL DA RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Prefeitura do Município de Aripuanã, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de acordo com o Edital Nº 001/2017 Processo Seletivo Simplificado Nº 002/2017 para Cadastro de Reserva para Contratação Temporária da Educação Básica da Sede do Município no Âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, amparado pelas Leis Municipais nº 961/2012 de 25/01/2012 que prevê a contratação temporária por excepcional interesse público e Lei nº 396/99 de 27/12/1999 e Lei Municipal nº 1.052/2013, **COMUNICA** aos candidatos abaixo à **RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**, para o processo seletivo simplificado para admissão de pessoal em caráter temporário e excepcional interesse público.

Aripuanã, 27 de dezembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CADASTRO DE RESERVA Nº 002/2017

SEDE DO MUNICÍPIO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
001/2017	CLAUDINEIA DOS SANTOS	945.562.451-68	1553012-3 SSP/MT	PEDAGOGIA
002/2017	MAURICIO INÁCIO NUNES	019.470.131-06	9208771-0 SESP/PR	PEDAGOGIA
003/2017	SONIA MARIA FERREIRA DE SOUZA	893.604.002-20	5315421 PC/PA	PEDAGOGIA
004/2017	ADRIANA SANTOS SIQUEIRA	024.886.721-06	1964179-6 SESP/MT	PEDAGOGIA
005/2017	IZAIAS DA COSTA SANTANA	529.810.452-53	00076245-7 SSP/RO	LETRAS
006/2017	ROZILDA DE MEDEIROS	871.618.262-68	00091960-3 SESDC/RO	PEDAGOGIA
007/2017	VERONICA FERREIRA DA SILVA	031.722.891-92	1686868-4 SJSP/MT	PEDAGOGIA
008/2017	REGIANE STRELOW ROYER	797.287.742-49	2823855-9 SESP/MT	PEDAGOGIA
009/2017	ROSIMEIRE ANDRADE DE JESUS	733.182.641-72	1617513-1 SESP/MT	PEDAGOGIA
010/2017	OURANY RODRIGUES NOGUEIRA	014.383.401-09	1699545-7 SSP/MT	PEDAGOGIA
011/2017	ANDRÉIA MIRIAN DELLA ROSA	815.103.141-72	1136334-7 SJ/MT	PEDAGOGIA
012/2017	SUZETE DE FATIMA RECK DA SILVA	937.721.901-97	1413496-9 SSP/MT	PEDAGOGIA
013/2017	LILIAN NUNES JUNKES DE SOUZA	260.986.928-23	27574493-0 SSP/SP	PEDAGOGIA
014/2017	ELAINE MARCELINO DA SILVEIRA	947.323.451-15	1213924-6 SJ/MT	PEDAGOGIA
015/2017	JUCELIA DE SOUSA SILVA	961.581.073-87	107011598-0 SEJSP/MA	PEDAGOGIA
016/2017	MARLENE ALVES DE CARVALHO SANTOS	248.798.002-87	265337 SSDC/RO	PEDAGOGIA
017/2017	ANGELA LUCI DE OLIVEIRA	582.635.862-91	1718502-5 SSP/MT	PEDAGOGIA
018/2017	SOLANGE FRANCISCA DOS SANTOS	968.478.912-20	3105398-0 SESP/MT	PEDAGOGIA
019/2017	CLEBER DA SILVA OLIVEIRA	066.520.201-65	2835815-5 SESP/MT	MATEMÁTICA
020/2017	TIANE DA CONCEIÇÃO SILVA	034.737.141-86	2114122-3 SESP/MT	PEDAGOGIA
021/2017	ALEXANDRA DE SOUZA OLIVEIRA	001.588.881-97	001394815 SEJSP/MS	PEDAGOGIA
022/2017	ANA DO CARMO ALVES	326.785.842-91	2050255-9 SSP/MT	PEDAGOGIA
023/2017	KACIELLI ZEMBRANI	013.550.081-82	1967414-7 SSP/MT	PEDAGOGIA
024/2017	DELCY TAMANKIEVIEZ	736.582.439-53	2872935-8 SESP/MT	PEDAGOGIA
025/2017	ANA PAULA CELESTINO AZEVEDO ZAMBIASI	038.758.401-35	2148503-8 SSP/MT	PEDAGOGIA
026/2017	JULIANA MEIRE DE AVILA	038.446.021-60	2204255-5 SSP/MT	PEDAGOGIA
027/2017	LUCIA SOUZA LIMA	828.336.481-20	000423590 SSP/RO	PEDAGOGIA
028/2017	SANDRA FERREIRA CANDIOTTO	654.497.702-00	1152936-9 SESP/MT	PEDAGOGIA
029/2017	ELINEIDE DA SILVA SOARES	015.772.422-03	1250931 SESDC/RO	HISTÓRIA
030/2017	GISLAINE MARIA DAMBROS	010.428.791-84	1482613-5 SSP/MT	PEDAGOGIA
031/2017	DANIELLA JACKELINE ZEFERINO	029.561.321-13	2064316-0 SSP/MT	EDUCAÇÃO FÍSICA
032/2017	ADRIANA ALVES LECIE	034.556.761-70	1821491-6 SSP/MT	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
033/2017	VALERIA REGINA DANIEL	037.641.999-70	8820296-1 SESP/PR	HISTÓRIA
034/2017	MARTA APARECIDA LOPES DA SILVA	419.423.102-34	000470474 SSP/RO	PEDAGOGIA
035/2017	MARCIO MOSCON COGO	754.214.022-15	742508 SSP/RO	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
036/2017	ESTELA NASCIMENTO DUARTE LOPES	362.837.798-67	41026107-5 SSP/SP	LETRAS
037/2017	CARMEM TEREZINHA CEOLIN	498.989.652-15	596782 SSP/RO	PEDAGOGIA

038/2017	TADEU AUGUSTO DE GODOI	080.251.209-70	12419955-7 SESP/PR	GEOGRAFIA
039/2017	VILMA FERREIRA SANTANA	639.067.592-53	000653448 SSP/RO	PEDAGOGIA
040/2017	MARINEZ RAIMONDI LARA	935.566.751-53	1205788-6 SEJSP/MT	LETRAS
041/2017	MIRIAM CRISTINA MANZANO	021.646.791-80	1892528-6 SSP/MT	PEDAGOGIA
042/2017	FABIO SPINA MORO CAPE	062.528.311-23	2382433-6 SESP/MT	GEOGRAFIA
043/2017	ALINE ALVES DIAS	040.741.071-63	1990139-9 SSP/MT	PEDAGOGIA
044/2017	VIVIANE ROCHA SIQUEIRA	028.604.211-81	1944198-3 SESP/MT	LETRAS
045/2017	CONCEIÇÃO APARECIDA DE SOUZA SANTANA	587.822.572-72	746861 SSP/RO	PEDAGOGIA
046/2017	MARY GLAYCIANE GULARTE DOS SANTOS	014.174.782-09	00001025091 SESDC/RO	EDUCAÇÃO FÍSICA
047/2017	RAFAELE CASTRO COSTA	046.302.533-43	033008012007-0 SESP/MA	LETRAS
048/2017	KARINA SIGNOR SCHMIDZ	757.892.481-87	2449117-9 SEJSP/MT	LETRAS
049/2017	LUCIANA CRISTINA DOS SANTOS	012.423.117-93	09145310-0 SEPC/RJ	PEDAGOGIA
050/2017	LUZIA VIAL DA SILVA	575.036.992-72	562523 SSP/RO	PEDAGOGIA
051/2017	MARILETE MARTA SILVA CRUZ	015.229.991-24	1692929-2 SSP/MT	OUTRAS LICENCIATURAS (LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO)
052/2017	MARLI GOMES	010.395.511-90	1595459-5 SSP/MT	PEDAGOGIA
053/2017	AMAZONILDO PEREIRA DOS SANTOS	840.808.501-82	11473746 SSP/MT	PEDAGOGIA
054/2017	FATIMA DA SILVA CLEMENTINO	964.471.502-06	2220049-5 SESP/MT	PEDAGOGIA
055/2017	JANAINA APARECIDA TSCHA FERREIRA	017.937.532-61	1209768 SSDC/RO	PEDAGOGIA
056/2017	JANDIRA PINHEIRO DE ARRUDA	395.919.561-34	0244184-5 SEJSP/MT	MATEMÁTICA
057/2017	EDILAINE PIERRI NEVES	061.803.736-55	42157882-8 SSP/SP	PEDAGOGIA
058/2017	SIRLEI FUNAIMA NETO	776.866.401-91	1129971-1 SJ/MT	PEDAGOGIA
059/2017	SIRLEI VICENTE DE JESUS	935.653.641-49	1405904-5 SSP/MT	LETRAS
060/2017	CLEYTIANA CATTANI PEREIRA	022.250.231-23	2113511-8 SSP/MT	PEDAGOGIA
061/2017	VAGNER ANTONIO NICLOTTI	022.073.101-23	1906638-4 SSP/MT	LETRAS
062/2017	JUCILEI CHAVES DOS SANTOS	020.898.841-69	1810580-7 SSP/MT	LETRAS
063/2017	EDSON FERNANDES DE OLIVEIRA	010.056.481-07	1662904-3 SJSP/MT	EDUCAÇÃO FISICA
064/2017	CLAUDILENE CABRAL CUNHA	006.398.312-57	00001086301 SESDC/RO	PEDAGOGIA
065/2017	PEDRO HUGO SOUZA SANTOS	015.360.372-06	1225596 SESDC/RO	GEOGRAFIA
066/2017	SANDRA DOS REIS MANDINGA	003.693.481-09	1481573-7 SSP/MT	PEDAGOGIA
067/2017	SARAH DE SOUZA FORTUNATO	786.322.851-49	0751968-0 SJ/MT	LETRAS
068/2017	PATRICIA KOVALSKI DA SILVA	048.881.291-77	2358422-0 SEJSP/MT	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
069/2017	CASSIANO BERVIG	002.385.710-25	8090013122 SJS/RS	GEOGRAFIA
070/2017	ELIZETE CRISPIM CANGUÇU	046.938.711-41	2355782-6 SSP/MT	PEDAGOGIA
071/2017	ANDRE GUSTAVO DA FONSECA	044.533.199-24	9.334.316-6 SESP/PR	MATEMÁTICA
072/2017	ZILMA GARCIA PAREDE BRAGANÇA	013.832.431-07	1726896-6 SSP/MT	PEDAGOGIA
073/2017	KEYLA CRISTINA FERREIRA JARDIM	709.020.971-72	1316994-7 SEJSP/MT	OUTRAS LICENCIATURAS (CIÊNCIAS SOCIAIS)
074/2017	PAULA CLEANE LEMES GOMES	043.609.871-70	2298313-9 SSP/MT	PEDAGOGIA
075/2017	MARTA MARIA FRANCISCA DE SOUZA	773.659.501-10	994116 SSP/MT	GEOGRAFIA
076/2017	GENIVANIA DOS SANTOS ARAUJO TIBURTINO	518.028.052-49	2840523-4 SESP/MT	PEDAGOGIA
077/2017	MARIA MADALENA SOUZA SILVA	032.815.701-51	1726433-2 SSP/MT	LETRAS
078/2017	APOLIENE APARECIDA PEREIRA SILVA	010.849.191-92	2644493-3 SEJSP/MT	HISTÓRIA
079/2017	JOSE VALBER ALVES PEREIRA	621.835.831-34	0569349-7 SSP/MT	LETRAS
080/2017	NAIR SILVA TEIXEIRA	857.207.801-06	1242917-1 SSP/MT	LETRAS
081/2017	MARIZA DONATO	962.412.841-34	34313901-7 SSP/SP	PEDAGOGIA
082/2017	ELIZABETE CAVALCANTE PEREIRA	838.666.551-34	0863576-5 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
083/2017	FABIANA BATISTA DE MENEZES	010.506.782-22	1140471 SESDC/RO	PEDAGOGIA
084/2017	ELISANGELA DE OLIVEIRA SANTANA	737.261.411-20	1443353-2 SSP/MT	PEDAGOGIA
085/2017	DULCINÉIA CORRÊA MENEZES	573.431.952-04	532.500 SSP/RO	PEDAGOGIA
086/2017	JUSSINEYDE XAVIER COSTA CAMPANHARO	048.692.541-23	2610345-1 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
087/2017	ELIANE BEZERRA DOS SANTOS	024.312.431-76	1889694-4 SSP/MT	PEDAGOGIA
088/2017	REGINA SCHMIDT	899.245.841-04	1158205-7 SJ/MT	PEDAGOGIA
089/2017	FRANCINEIA XAVIER DA SILVA	974.175.131-15	1195314-4 SJ/MT	PEDAGOGIA
090/2017	SANDRA BARANZELLI BARBOSA	006.277.841-27	1560731-3 SSP/MT	PEDAGOGIA
091/2017	CLEIDE BALIOT	617.979.872-91	619022 SESDC/RO	PEDAGOGIA
092/2017	JUCIMEIRE PEREIRA	037.567.951-01	2003506-3 SSP/MT	GEOGRAFIA
093/2017	JOCIELLE DE OLIVEIRA	012.041.031-19	9.269.986-2 SESP/PR	PEDAGOGIA
094/2017	ELISANGELA OLIVEIRA DE LANA	003.969.892-09	00001117200 SESDC/RO	PEDAGOGIA
095/2017	VILSON ALVES DA ROCHA JUNIOR	070.018.209-89	10.149.885-9 SESP/PR	HISTÓRIA
096/2017	ELIS BETANIA PEREIRA AROUCHE	062.190.731-69	2497601-6 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
097/2017	JESSICA PEREIRA AROUCHE	048.811.741-00	2369227-8 SEJSP/MT	PEDAGOGIA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 003/2017

EDITAL DA RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Prefeitura do Município de Aripuanã, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de acordo com o Edital Nº 001/2017 Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2017 para atender situação excepcional de interesse público para suprir a demanda, a fim de se proceder a Contratação Temporária da Educação Básica de Auxiliares de Salas da Sede e Professores do Campo do Município,amparado pelas Leis Municipais nº

961/2012 de 25/01/2012 que prevê a contratação temporária por excepcional interesse público e Lei nº 396/99 de 27/12/1999 e Lei Municipal nº 1. 052/2013, **COMUNICA** aos candidatos abaixo à **RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**, para o processo seletivo simplificado para admissão de pessoal em caráter temporário e excepcional interesse público.

Aripuanã, 27 de dezembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

RELAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 003/2017

LOCALIDADADE SEDE DO MUNICÍPIO

Auxiliar de Sala

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
003/2017	JUCIANE ANDRADE DE JESUS	026.451.101-85	1924862-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
006/2017	SOELI LOPES DOS REIS	033.478.041-12	1906428-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
007/2017	GREICE KELI VALENTE BATISTA	011.698.191-17	1616171-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
008/2017	MARIA DAS DORES GOMES DE SOUZA	977.277.093-87	01671402201-8 SESP/MA	ENSINO MÉDIO/MAGISTÉRIO
009/2017	ROSELI OLIVEIRA DE MATTOS	993.825.631-72	2140048-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
010/2017	FRANCIANE NAVES GARCIA	020.161.831-10	1736675-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
011/2017	ROSANGELA LUZIA VERÃO FERREIRA	027.866.671-00	1636758-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
012/2017	MARIZA DA SILVA	001.806.921-51	1509323-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
013/2017	SUELENN MAIHARA DE MIRANDA SOUZA	034.412.521-10	1815268-6 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
017/2017	CARLIENE SOUZA DE OLIVEIRA	021.076.581-02	000896913 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
018/2017	IDA BEGONHA E COUSO CABRAL	508.441.482-53	3091746 SESP/DF	ENSINO MÉDIO
020/2017	MONICA ANDRADE DE OLIVEIRA	063.904.141-88	2381972-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
022/2017	ILZA RODRIGUES XAVIER	264.356.118-07	33463576-7 SSP/SP	ENSINO MÉDIO
026/2017	LUCIA PEREIRA CALDAS	060.154.101-40	2063388-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
027/2017	GLAUCIENE BATISTA DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO	843.780.182-62	1598807-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
029/2017	GLEICE KELLI DE ALMEIDA CARQUEUS	024.344.261-07	1892550-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
033/2017	ANA PAULA SOUZA GOMES	016.607.551-58	1359133 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
036/2017	JURACI DE NAZARE	038.353.489-57	2316872-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
038/2017	OSMARINA PINHEIRO DA SILVA	920.678.591-53	2705111-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO/MAGISTÉRIO
039/2017	GLAUDÊNIA MARIA DE JESUS	042.930.163-41	2509839-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
040/2017	SIMONE MARTINS DE OLIVEIRA	006.370.771-30	2308571-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
043/2017	DAIANE AIURI CENTURIÃO DE OLIVEIRA	043.075.151-61	2304419-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
044/2017	QUEILA DE OLIVEIRA DA SILVA	012.668.411-13	001209081 SSP/MS	ENSINO MÉDIO
045/2017	ADENILDA DA SILVA LOURENÇO	736.226.642-15	732089 SSP/RO	ENSINO MÉDIO
046/2017	PATRICIA MIRANDA DE ARRUDA	007.228.741-11	1541481-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
051/2017	LAURA PEREIRA DA SILVA	045.274.341-95	2423955-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
067/2017	JUCILENE PRÁ DA SILVA FERNANDES	003.111.652-30	001054424 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
068/2017	FRANCIELE FATIMA HABOSKI	030.009.381-09	2072627-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
070/2017	SUZANA ZMUDA	008.479.571-95	1990649-8 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
071/2017	KEILA INACIO BARBOSA	054.870.851-70	2365718-9 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
074/2017	QUEZIA FRANCA NOGUEIRA	036.818.811-62	2462153-6 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
077/2017	LUCELIA XAVIER VIANA	021.963.141-70	1761296-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
079/2017	JOCELIA MARTINS SANTOS	060.782.421-21	3079949-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
082/2017	ELENILDA NEVES BARBOSA	896.101.722-53	000825983 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
084/2017	VERA MARINA HOMMERDING	988.388.901-10	1501531-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
086/2017	JANAINA CRISLEY D'AGOSTIN	929.961.241-20	1380778-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
087/2017	CRISTINA SOUZA SANTOS LIMA	820.574.861-68	1001064 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
088/2017	MARIA DIAS DA COSTA SILVA	674.218.732-87	2771975-8 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
090/2017	GLAUCIONE TETZNER TRISTÃO	776.549.782-00	770901 SSP/RO	ENSINO MÉDIO (MAGISTÉRIO)
093/2017	TAMIRES CALDEIRA PEREIRA	030.099.182-75	2924212-6 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
094/2017	CATIA DE SOUZA JUSTINO	694.752.372-91	726513 SSP/RO	ENSINO MÉDIO
095/2017	JULIANA ALVES DIAS	035.639.901-07	2218452-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
096/2017	DARLIANE SOUZA DA CUNHA	045.961.141-02	2425751-6 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
097/2017	DAIANE KELLY SANTOS	047.959.731-64	2381996-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
098/2017	THAIS APARECIDA BRUNO DA SILVA	060.867.371-42	2767491-6 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
102/2017	WILSILENE DE OLIVEIRA BORGES	032.771.831-57	53523715-7 SSP/SP	ENSINO MÉDIO
103/2017	REGIANE DA SILVA	830.191.892-68	000771787 SESP/RO	ENSINO MÉDIO
104/2017	MARINA BATISTTI	031.292.491-76	1904227-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
109/2017	ANA LUCIA DE SOUZA	023.572.431-98	1718480-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
111/2017	EDILAINE ANDRADE DOS SANTOS COTRIM	058.467.381-76	2770309-6 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
118/2017	SIRLENE MARIA CHRIST	046.949.809-98	9427035-9 SESP/PR	ENSINO MÉDIO
125/2017	GILVANE GNOATTO	015.956.391-79	1704659-9 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
127/2017	JANISLEY PEREIRA DE SOUZA	852.723.021-68	1230590-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

128/2017	ALINE PEREIRA DA SILVA	047.786.111-36	2416605-7 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
129/2017	CRISTIANE GRACIELE LIMA RUIZ	021.989.731-03	14826011 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
130/2017	GLEYCIANE DA SILVA	812.624.502-68	8002761 PC/PA	ENSINO MÉDIO (MAGISTÉRIO)
131/2017	JOSEFA APARECIDA SOARES CAMPOS	010.076.981-01	1826988-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
132/2017	LUCELIA NEVES BARBOSA	612.791.962-20	000786141 SSP/RO	ENSINO MÉDIO
142/2017	LUCAS JANGO ANTUNES MAURICIO	458.537.368-33	56685422-3 SSP/SP	ENSINO MÉDIO
143/2017	LEANDRA COINETE BEZERRA	035.726.361-83	2328664-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
144/2017	LINDAURA FERREIRA DE LIMA	746.983.701-91	2009534-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
145/2017	GISELE MARCIANA BORGES DOS SANTOS	012.206.381-81	1405832-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
146/2017	CELIA APARECIDA RAMOS MATIAS	190.937.408-30	24712035-2 SSP/SP	ENSINO MÉDIO (MAGISTÉRIO)
150/2017	ALINE CORREA LIMA	028.019.631-86	2029035-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
151/2017	VALDILEIA SOARES LEITE	045.213.681-40	1782653-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
152/2017	CAROLINE RAMOS CARDOSO	038.296.621-06	2246508-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
153/2017	MAIRA NASCIMENTO PINHEIRO	031.676.111-64	2065927-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
154/2017	MARIA ROSA DE CARVALHO XAVIER	013.832.321-64	1749707-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
155/2017	DORALUCE COTRIN DE OLIVEIRA	035.706.451-85	2009516-3 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
156/2017	ELIZETE SILVA DO AMARAL	813.288.771-91	1126235-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
157/2017	SILVANA MARQUES STAUT DE CARVALHO	992.394.771-87	1507114-6 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
158/2017	JONATAS DA CRUZ SANTOS	051.545.801-50	2536850-8 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
159/2017	GEANE BATISTA DE MENEZES	679.678.502-97	706692 SSP/RO	ENSINO MÉDIO
161/2017	ELAINE JOSE BINAS	615.354.432-00	3.189.899-8 SSP/SE	ENSINO MÉDIO
163/2017	NEILTON FRANCISCO DE CARVALHO	046.521.881-45	1.067.823 SSP/TO	ENSINO MÉDIO
164/2017	MARLEIDE COTRIN DE OLIVEIRA	049.548.731-77	2477639-4 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
170/2017	IONE PEREIRA DA SILVA	033.652.021-29	2423931-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
171/2017	DJORGENES SCHIMAINSKI DE MORAES	040.142.521-59	28917609-1 SSP/RJ	ENSINO MÉDIO
173/2017	ROSELI MACIEL DA SILVA	632.086.522-91	418867 SESP/RO	ENSINO MÉDIO
175/2017	JULIA DA SILVA MOTA	059.682.921-30	2458998-5 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
177/2017	MEIRIANI APARECIDA CERCHI	059.058.031-02	2386316-1 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
178/2017	SUZANE CHAVES	024.980.041-14	1541996-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
179/2017	CLAUDETE ALVES WARMELING	571.282.271-72	0903127-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
180/2017	CLAUDIA DOS SANTOS BARBOSA	009.175.871-89	1244446-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
181/2017	LETICIA ALVES FONSECA	041.718.521-96	00001115354 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
182/2017	TAISE CRISTINA BUENO	057.050.651-40	2157049-3 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
183/2017	KARINA VERONICA DURIGAN	006.778.971-46	1482609-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
185/2017	SUELEN RODRIGUES DA COSTA	053.158.371-65	2453700-4 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
186/2017	SONIA RODRIGUES DA COSTA	635.114.102-82	000790033 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
188/2017	SANDRA INACIO BARBOSA	014.665.952-05	1170890 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
189/2017	FABIANA SANTOS CRUZ	060.984.461-05	2968853-1 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
191/2017	TANIELY SANTOS DE ANDRADE	050.265.761-84	2319158-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
193/2017	MARIA APARECIDA NASCIMENTO DE JESUS	075.298.061-06	3103681-3 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
194/2017	MARIA CONCEIÇÃO ALVES DOS SANTOS	051.939.451-80	2180792-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
197/2017	MARIA SILVANA XAVIER	026.229.531-86	1980581-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
199/2017	ANDREIA APARECIDA DE OLIVEIRA MEURER	994.629.072-34	2655315-5 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
200/2017	SABRINA DE FATIMA FERRARI	061.253.491-01	2729869-8 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
201/2017	SILVANI COLLE	038.217.331-79	2228941-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
203/2017	EDNA DA SILVA	813.445.622-72	2792065-8 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
205/2017	GISELE SILVEIRA DE ARAUJO	015.706.191-40	1796432-6 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
207/2017	CRISTIANE DE CASTRO DO NASCIMENTO	891.230.262-00	000935868 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
211/2017	DIRCE DE SOUZA	755.013.762-63	000773212 SSP/RO	ENSINO MÉDIO
213/2017	LUCILENE RODRIGUES COTRIM	034.754.561-09	000808809 SESP/RO	ENSINO MÉDIO
214/2017	FABIO BATISTA GARCIA	864.523.981-72	1698203-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
215/2017	MONICA SILVA DOS SANTOS	058.277.671-66	2683345-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
216/2017	LORRAYNE SILVA DE ALMEIDA	058.996.541-71	2683341-7 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
217/2017	MARIA RITA DE SOUZA FERREIRA	930.003.321-20	1404035-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
219/2017	DEBORA CARDOSO MESQUITA MORIMA	040.868.691-01	2770637-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
220/2017	DJONATAN AUGUSTO GEDRO SOARES	045.683.671-31	2449134-9 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
221/2017	CAROLINE MICAELLA VITURINO SEGALA	046.699.821-14	2154990-7 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE CIDADE MORENA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
037/2017	RODRIGO RODRIGUES DOS SANTOS	046.795.281-76	2419636-3 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
041/2017	JAINE EICHENBERG	050.781.681-17	1518256-8 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
047/2017	CRISTIANE RODRIGUES	015.878.791-90	1815941-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
057/2017	CREUSA OFMANN FORTUNATO	019.173.981-23	1899120-3 SSP/MT	LETRAS
059/2017	GRAZIELE LATCZUK DE QUEIROZ	052.634.071-14	2539954-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
081/2017	ROSILENE DA SILVA	025.013.941-35	1980364-8 SSP/MT	LETRAS
105/2017	ANA GABRIELE VITCEL ZANELLA	056.597.841-19	2674965-3 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
107/2017	CLECIANARA SIGESMUNDO DA SILVA ROCHA	056.983.521-60	2503337-9 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
108/2017	ROSANGELA CARDOSO SOUZA	023.754.671-08	1756685-1 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
110/2017	VALKIRIA MARIA TAVARES DE OLIVEIRA ROCHA	035.420.211-13	1915634-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
148/2017	KELEN CRISTINA PITOL	055.320.101-88	2629485-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO

160/2017	CARLOS EDUARDO SARATTI	050.422.371-27	2767486-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
206/2017	JOCILENE DE JESUS DA SILVA	037.629.561-97	2298114-4 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
210/2017	BRUNA CRISTINA ALVES PEREIRA	049.893.931-63	2376272-1 SEJSP/MT	PEDAGOGIA

LOCALIDADE CIDADE MILAGROSA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
004/2017	RAINARA COUTO ANDRADE	062.998.551-00	2767497-5 SESPMT	ENSINO MÉDIO
014/2017	FERNANDA FELICIANO PINTO	795.611.871-91	1012412-8 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
028/2017	ROSANGELA EVA DA SILVA ARAUJO	758.273.792-04	000949692 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO

042/2017	ANDRE WILLER ALVES DA SILVA	058.070.971-06	2663662-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
048/2017	VERONICA BISPO DA SILVA	051.338.951-27	2572492-4 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
053/2017	JEOVANE MACHADO DOS SANTOS	040.214.561-55	10.520.411-6 SESP/PR	HISTÓRIA
054/2017	ANA PAULA ALVES DOS SANTOS	045.058.001-64	2162040-7 SSP/MT	LETRAS
056/2017	VENINA FERREIRA DA CRUZ	318.406.391-72	0378677-3 SSP/MT	PEDAGOGIA
058/2017	SEBASTIÃO JOSÉ DAMASCENO NETO	362.213.091-15	530153 SSP/MT	LETRAS
060/2017	NILCEIA VERICIMA FERREIRA	033.494.651-45	1475269-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
064/2017	ANGELITA MEDEIROS PINTO	474.649.501-78	697556 SSP/MT	ENSINO MÉDIO (MAGISTÉRIO)
065/2017	NERCI RODRIGUES FUCHS	143.147.402-10	000176152 SESDC/RO	LETRAS
075/2017	NEUZENI RODRIGUES VIEIRA	045.493.781-40	2310251-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
076/2017	GESLAINE RUFINO DOS PASSOS	050.115.841-35	2310346-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
078/2017	ADRIANA CARDOSO DE OLIVEIRA	029.162.441-31	9883827-9 SESP/PR	PEDAGOGIA
080/2017	SUZANA RODRIGUES PAIVA	048.901.151-96	2497635-0 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
100/2017	FRANCILENE BENICIO DE OLIVEIRA BORGES	967.056.471-91	1435423-3 SSP/MT	PEDAGOGIA
101/2017	MARIZA VAZ PINHEIRO	023.432.439-21	3146714-8 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
112/2017	FLAVIO VIEIRA	457.555.152-04	410092 SESP/RO	ENSINO MÉDIO
114/2017	SILVANA FERREIRA DA SILVA	498.208.932-91	549966 SSP/RO	LETRAS
124/2017	NELIA BESSA BATISTA	348.348.502-34	356246-6 SESP/RO	ENSINO MÉDIO (MAGISTÉRIO)
133/2017	MARIA ROZANIA RICARTE AMARO FELICIANO	023.086.471-67	1412565-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
134/2017	ZENILDA MEURER	010.095.471-67	1759248-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
168/2017	ISMAEL AGUIAR BARBOSA BEZERRA	704.778.831-09	2887170-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
169/2017	DEMICIANO DE MATOS	356.160.278-98	38.669.450-3 SSP/SP	ENSINO MÉDIO
172/2017	EVA GOMES DE OLIVEIRA	456.799.242-34	14.165.436 SSP/MG	PEDAGOGIA
174/2017	BEATRIZ CRISTINA DE PAULA	018.657.021-02	2003941-7 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
208/2017	ELENILDA MARIA INACIO	039.341.161-32	2246619-3 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE PROJETO LONTRA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
016/2017	MARCILEIA ANDRADE FRANK CARVALHO	066.568.451-98	2472336-3 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
063/2017	KELY ALVES DA SILVA	005.266.911-40	4484529 DGPC/GO	ENSINO MÉDIO
072/2017	MARCELO FENSKI	036.173.871-44	2157061-2 SSP/MT	OUTRAS LICENCIATURAS (CIÊNCIAS SOCIAIS)
073/2017	GILBERTO FENSKI	033.981.851-42	2113525-8 SSP/MT	OUTRAS LICENCIATURAS (CIÊNCIAS SOCIAIS)
115/2017	ELIANA RODRIGUES CARNEIRO	938.796.281-49	1413505-1 SSP/MT	PEDAGOGIA
120/2017	ALEXANDRO MOREIRA DA ROCHA	010.838.541-86	1616248-0 SESP/MT	NORMAL SUPERIOR
136/2017	LUCIANA DE CAMPOS SANTOS DA SILVA	650.817.571-87	1796448-2 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
141/2017	LEIDIANA RAIDMAN	036.148.451-84	2171352-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
147/2017	SAID DE SOUZA PEREIRA	461.743.115-20	3123511-5 SESP/MT	PEDAGOGIA
149/2017	EDER LUIZ DA SILVA NOGUEIRA	061.166.911-02	2822294-6 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
184/2017	SCHEILA CARRIEL DA SILVA	021.740.621-19	1736686-0 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
190/2017	FRANCIELI APARECIDA BORGES FERNANDES	037.306.941-38	2241991-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
192/2017	JULIANO BRAU	020.595.951-26	1704682-3 SSP/MT	LETRAS

LOCALIDADE CONSELVAN

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
005/2017	PAOLA PEREIRA DOS SANTOS	034.979.421-97	2160627-7 SSP/MT	OUTRAS LICENCIATURA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS)
021/2017	MARIA SOCORRO DOS SANTOS	634.976.892-20	652501 SESDC/RO	EDUCAÇÃO FÍSICA
023/2017	ROSALINA RODRIGUES DE CARVALHO	010.588.881-88	1657086-3 SJSP/MT	PEDAGOGIA
024/2017	CESAR RAMALHO DE BARROS	816.989.502-25	2840479-3 SESP/MT	PEDAGOGIA

025/2017	MARINETE LUCIANA DE OLIVEIRA BOOM	771.545.762-00	763293 SSP/RO	HISTÓRIA
030/2017	DAIANE DE SOUZA THOTONIO	002.691.042-08	00001023159 SESDC/RO	EDUCAÇÃO FÍSICA
031/2017	MARLY APARECIDA DE SOUZA THEOTONIO	242.115.752-87	268744 SESDC/RO	MATEMÁTICA
034/2017	CLEIDIANE DE SOUZA THEOTONIO	925.672.702-59	00000977815 SESDC/RO	PEDAGOGIA
049/2017	SIMONE MAZITO MOTA	034.218.011-85	2148518-6 SSP/MT	PEDAGOGIA
050/2017	CELIMAR COSTA BORGES	754.118.062-91	000707053 SESDC/RO	PEDAGOGIA
052/2017	GEISIELI SOUZA DOS SANTOS	920.495.242-34	00001001911 SSP/RO	OUTRAS LICENCIATURAS (GEOGRAFIA)
069/2017	KARINE BARBOSA DE OLIVEIRA	941.468.372-00	000973881 SESDC/RO	PEDAGOGIA

083/2017	ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS	016.933.161-02	000814621 SESP/RO	PEDAGOGIA
085/2017	IRENILDA GOMES DA SILVA SANTOS	808.562.092-87	911887 SESDC/RO	NORMAL SUPERIOR
089/2017	LUZIA DE OLIVEIRA SANTOS	641.485.132-91	608623 SESP/RO	PEDAGOGIA
091/2017	MARCOS CESAR NAUE	349.460.552-15	404792 SSDC/RO	EDUCAÇÃO FÍSICA
092/2017	ELZA MOREIRA CARDOSO	006.173.812-32	00001083755 SESDC/RO	PEDAGOGIA
099/2017	VILMA RAIMUNDO DO COUTO FELBERG	718.991.032-87	2419639-8 SEJSP/MT	PEDAGOGIA
106/2017	ALTAIR RIBEIRO	947.264.261-68	1437392-0 SSP/MT	PEDAGOGIA
117/2017	NEUSA INACIO ALVES	422.260.152-72	424488 SSP/RO	PEDAGOGIA
119/2017	ELIETE RODRIGUES DA SILVA	735.560.332-91	779550 SESP/MT	PEDAGOGIA
122/2017	ROSIANE JUSTINO DA SILVA	020.169.451-41	1807729-3 SSP/MT	PEDAGOGIA
123/2017	GLEICIELLY SILVA DE SOUZA	006.782.612-10	00001032335 SESDC/RO	PEDAGOGIA
126/2017	SILVANA FREITAS CORREA SANTOS	922.671.732-04	001055789 SESDC/RO	PEDAGOGIA
137/2017	ANGELA GORETTI DE PAULO DIAS	653.802.582-04	2448698-1 SEJSP/MT	MATEMÁTICA
138/2017	FABIULA LEITE DOS SANTOS	021.186.721-79	1925076-2 SSP/MT	PEDAGOGIA
204/2017	DAYANE ANDREIA JUSTEN	002.049.401-76	1368151-6 SESP/MT	PEDAGOGIA
218/2017	FLAVIA RIBEIRO MORO CAPE	058.895.401-22	2613609-0 SEJSP/MT	OUTRAS LICENCIATURAS (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS)

LOCALIDADE CONSELVAN

Auxiliar de Sala

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
001/2017	CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA	933.084.851-68	1403257-0 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
002/2017	LEDYVANE DA SILVA	033.647.871-23	000836493 SESP/RO	ENSINO MÉDIO
032/2017	FRANCIS NEY OLIVEIRA RUIZ	636.832.372-87	81312370 SSP/PR	ENSINO MÉDIO
035/2017	GERALDO LACERDA MILITÃO	863.246.672-00	000827066 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
055/2017	AURISTELA XAVIER FERREIRA	901.888.021-34	1276216-4 SJSP/MT	ENSINO MÉDIO
066/2017	SILVANA BARBOSA	007.667.782-66	00001110962 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
113/2017	VIANI VALENTINI DA SILVA	009.151.191-70	1631702-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
116/2017	JOSIANE RAMOS COELHO	043.577.501-48	2453676-8 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
121/2017	EDIMAR DA SILVA LEÃO	059.900.381-27	2705095-5 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
135/2017	JOSILENE PINHEIRO DE OLIVEIRA	825.596.782-63	000876954 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
139/2017	ANGELA ROSA LARA	031.685.461-19	2113546-0 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO
165/2017	VALDINEIA BARBOSA NASCIMENTO	920.296.392-49	000947992 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
166/2017	LEILIANE JESUS DE CARVALHO	072.216.761-00	2946393-9 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
167/2017	CLAUDINEI RODRIGUES DE CARVALHO	068.900.301-33	2938288-2 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
187/2017	LILIAN NAYARA COSTA DE SOUZA	078.583.331-51	3108443-5 SESP/MT	ENSINO MÉDIO
195/2017	JESSICA BEZERRA KLITZKE	080.061.661-88	1173886 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
209/2017	ERICA SILVA DE SOUZA	998.070.412-87	00001021627 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
212/2017	NADIELY RIBEIRO MORO CAPE	069.423.711-65	2613603-1 SEJSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE FAZENDA TRÊS RIOS

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
140/2017	NAHIANE MATTOS DA CRUZ	038.428.211-31	2218193-8 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
202/2017	FLAVIANA DE SOUSA MENDES	020.212.521-16	1989959-9 SSP/MT	ENSINO MÉDIO

LOCALIDADE SÃO LOURENÇO

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
015/2017	ADRIANA SANTOS DE FREITAS	029.310.251-19	1994413-5 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
019/2017	ARTEMISA ALVES DOS SANTOS	035.612.381-22	2127226-3 SSP/MT	ENSINO MÉDIO
162/2017	AILTON PEREIRA DOS SANTOS	883.058.211-53	1305943-2 SESP/AM	ENSINO MÉDIO (MAGISTÉRIO)
196/2017	ANA MARIA SANTOS DO CARMO	572.016.412-04	0567866-8 SESP/AM	OUTRAS LICENCIATURAS (HISTÓRIA)

LOCALIDADE FAZENDA NOVA SANTANA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
176/2017	ALDERLI FIDELIS	369.526.802-68	000510351 SSP/RO	OUTRAS LICENCIATURAS (MATEMÁTICA)

LOCALIDADE AR2

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
061/2017	ADRIANO SULINO DOS SANTOS	002.746.221-81	1206291-0 SEJSP/MT	OUTRAS LICENCIATURAS (LETRAS)
062/2017	ELENICE DOS SANTOS SOUZA	052.040.531-58	1149758 SESDC/RO	ENSINO MÉDIO
198/2017	LIDIANI GOMES DE OLIVEIRA DAMACENA	059.801.031-98	2885785-2 SESP/MT	ENSINO MÉDIO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1.729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **SILVEIRA ELETRODIESEL LTDA - ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **04.291.196/0001-38**, com sede na Rodovia AR-1, Nº 1112 – Setor Industrial, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, Telefone: (066) 3565-2688/1158, representada por sua proprietária Srª. **Andréia de Araújo Silveira** portadora do **RG 1151459-0 SJ/MT e CPF 931. 585.211-72,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	671565	PRESTACAO DE SERVICO DE RECUPERACAO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES DE MOTORES DIESEL DE 04 (QUATRO) CILINDROS, ASPIRADOS E/OU TURBO-ALIMENTADOS, MECANICOS OU ELETRONICOS, EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E DE TERRAPLANAGEM. DESCRICAO: MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONFORME RECOMENDACAO DO FABRICANTE PARA MODELO DE VEICULO/EQUIPAMENTOS.	HORAS	5.900	139,00	820.100,00
2	691674	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS MEDIA E PESADAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO TODA MAO DE OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: SETORES DE DIRECAO E BOMBAS HIDRAULICAS, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	150	98,00	14.700,00
3	680645	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS MEDIA E PESADAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO TODA MAO DE OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: VALVULAS DE CONTROLE DE PRESSAO, VALVULAS DE CONTROLE DIRECIONAL, VALVULAS DE RETENCAO, VALVULAS CONTROLADORAS DE FLUXO, VALVULAS DE CARTUCHO, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS.	HORA	600	139,00	83.400,00
4	691677	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS MEDIA E PESADAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO TODA MAO DE OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: VALVULAS DE CONTROLE DE PRESSAO, VALVULAS DE CONTROLE DIRECIONAL, VALVULAS DE RETENCAO, VALVULAS CONTROLADORAS DE FLUXO, VALVULAS DE CARTUCHO, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	600	88,00	52.800,00
5	680646	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS MEDIA E PESADAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO TODA MAO DE OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: ATUADORES HIDRAULICOS, CAMISA DE PISTOES, CROMO E DESEMPENO DE HASTE DE PISTOES, ENCAMISAMENTO DE CILINDROS, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS.	HORA	1.200	139,00	166.800,00
6	691679	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS PESADAS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: MAQUINAS E CAMINHOES, INCLUINDO TODA MAO-DE-OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: SETORES DE DIRECAO E BOMBAS HIDRAULICAS, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	400	88,00	35.200,00
7	680648	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS PESADAS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: MAQUINAS E CAMINHOES, INCLUINDO TODA MAO-DE-OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: VALVULAS DE CONTROLE DE PRESSAO, VALVULAS DE CONTROLE DIRECIONAL, VALVULAS DE RETENCAO, VALVULAS CONTROLADORAS DE FLUXO, VALVULAS DE CARTUCHO, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS.	HORA	1.350	159,00	214.650,00
8	680649	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS PESADAS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: MAQUINAS E CAMINHOES, INCLUINDO TODA MAO-DE-OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: ATUADORES HIDRAULICOS, CAMISA DE PISTOES, CROMO E DESEMPENO DE HASTE DE PISTOES, ENCAMISAMENTO DE CILINDROS, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS.	HORA	1.350	159,00	214.650,00
9	691683	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS PESADAS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: MAQUINAS E CAMINHOES, INCLUINDO TODA MAO-DE-OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: ATUADORES HIDRAULICOS, CAMISA DE PISTOES, CROMO E DESEMPENO DE HASTE DE PISTOES, ENCAMISAMENTO DE CILINDROS, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	98,00	29.400,00
10	691681	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS PESADAS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: MAQUINAS E CAMINHOES, INCLUINDO TODA MAO-DE-OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: VALVULAS DE CONTROLE DE PRESSAO, VALVULAS DE CONTROLE DIRECIONAL, VALVULAS DE RETENCAO, VALVULAS CONTROLADORAS DE FLUXO, VALVULAS DE CARTUCHO, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	49,00	14.700,00
11	691568	RECUPERACAO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES DE MOTORES DIESEL DE 06 (SEIS) CILINDROS, ASPIRADOS E/OU TURBO-ALIMENTADORES, MECANICOS OU ELETRONICOS, EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E DE TERRAPLANAGEM. DESCRICAO: REVISAO PERIODICA EMANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONFORME RECOMENDACAO DO FABRICANTE PARA MODELO DE VEICULO/EQUIPAMENTO. NA LOACALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	100	118,00	11.800,00
12	671562	RECUPERACAO E RETIFICA DE BOMBA E BICOS INJETORES DE MOTORES DIESEL DE 06 (SEIS) CILINDROS, ASPIRADOS E/OU TURBO-ALIMENTADORES, MECANICOS OU ELETRONICOS, EM VEICULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS E DE TERRAPLANAGEM. DESCRICAO: REVISAO PERIODICA E MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONFORME RECOMENDACAO DO FABRICANTE PARA MODELO DE VEICULO/EQUIPAMENTO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	100	118,00	11.800,00
13	691220	SERVICO DE INJECAO ELETRONICA	HORA	350	144,00	50.400,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

SILVEIRA ELETRODIESEL LTDA - ME

CNPJ (MF) nº 04.291.196/0001-38

Andréia de Araújo Silveira

CPF nº. 931.585.211-72

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **PAULO GIOVANI COSTA 34969500215**, inscrita no CNPJ (MF) Nº **17.173.553/0001-49,** com sede na Rua TV B, Nº 75, Bairro: Parque Industrial, Lote 05, Quadra 15, Cidade de Aripuanã, Estado de Mato Grosso – CEP nº 78.325.000, representada por seu proprietário **Sr. Paulo Giovani Costa RG nº 339.825 SSP/RO** e **CPF: 349.695.002-15,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	671423	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	700	129,00	90. 300,00
2	671543	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	700	119,00	83. 300,00
3	671550	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA E 3º EIXO, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU AXIACETILENICAS, TORNO MECANICO PESADO E INTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS.	HORAS	700	140,00	98. 000,00
4	671540	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE MOTOR.	HORAS	1. 200	116,00	139. 200,00
5	680644	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS MEDIA E PESADAS DE TRANSPORTE ESCOLAR, INCLUINDO TODA MAO DE OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: SETORES DE DIRECAO E BOMBAS HIDRAULICAS, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS.	HORA	700	158,00	110. 600,00
6	680647	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO, MONTAGEM E RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM EQUIPAMENTOS MECANICO-HIDRAULICOS AUTOMOTIVOS DAS LINHAS PESADAS E DE TERRAPLANAGEM, SENDO: MAQUINAS E CAMINHOES, INCLUINDO TODA MAO-DE-OBRA NECESSARIA E SERVICOS AGREGADOS PARA RECUPERACAO E REGULAGEM DE: SETORES DE DIRECAO E BOMBAS HIDRAULICAS, DENTRE OUTROS SERVICOS NECESSARIOS.	HORA	1. 350	157,00	211. 950,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

PAULO GIOVANI COSTA 34969500215

CNPJ (MF) nº 17.173.553/0001-49

Paulo Giovani Costa

CPF nº. 349.695.002-15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 097/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **N. DESTEFANI-ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **13.642.713/0001-09**, com sede Avenida 10 de Janeiro s/nº Comunidade de Conselvan cidade de Aripuanã Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78325-000, Telefone: (066) 3603-1196, representada por sua proprietária Srª **Nair Destefani** RGnº **8.251.125-3 SESP/PR** e CPF nº **006.161.219-70,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	671546	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DEEMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETERICAS E/OU AXIACETILENICAS, TORNO MECANICO E INTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	2.840	79,00	224.360,00
2	691556	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA E 3º EIXO, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETERICAS E/OU AXIACETILENICAS, TORNO MECANICO PESADO E INTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	1.000	100,00	100.000,00
3	671549	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA ,TRASEIRA	HORAS	1.200	119,00	142.800,00

		E 3º EIXO, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETERICAS E/OU AXIACETILENICAS, TORNO MECANICO PESADO E INTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS.				
4	691609	SERVICO DE ARQUIAMENTO DE MOLEJO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	1.130	139,00	157.070,00
5	691577	SERVICO DE BALANCA PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	350	79,00	27.650,00
6	691604	SERVICO DE BARRA DIRECAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDE DE CONSELVAN.	HORAS	780	49,00	38.220,00
7	691575	SERVICO DE CARDAM PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	350	89,00	31.150,00
8	691616	SERVICO DE CUICAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	300	49,00	14.700,00
9	691601	SERVICO DE DESMONTAR E MONTAR EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	350	119,00	41.650,00
10	691581	SERVICO DE ESCAPAMENTO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	350	49,00	17.150,00
11	691621	SERVICO DE FAZER ABRACADEIRA DE MOLA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	49,00	14.700,00
12	691586	SERVICO DE HASTE "V"H, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	149,00	44.700,00
13	691588	SERVICO DE MANGUEIRA DE AR, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	550	49,00	26.950,00
14	691592	SERVICO DE MOLEJO TRACADOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	100	139,00	13.900,00
15	691595	SERVICO DE PEITO DE ACO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	400	49,00	19.600,00
16	691622	SERVICO DE RECALCAR EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	179,00	53.700,00
17	691623	SERVICO DE SACAR PARAFUSO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	350	49,00	17.150,00
18	691624	SERVICO DE SAPATA DO MOLEJO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	89,00	26.700,00
19	691597	SERVICO DE TIRANTE, PARA VEICULO TIPO - CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	100	79,00	7.900,00
20	691641	SERVICO DE TORNO EIXO "S", PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	500	79,00	39.500,00
21	691639	SERVICO DE TORNO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	550	79,00	43.450,00
22	691673	SERVICO DE TRAVESSA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, E CAMINHAO.NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	480	109,00	52.320,00
23	691644	SERVICO DE TROCAR BUCHA DE PATIM, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	260	79,00	20.540,00
24	691646	SERVICO DE TROCAR CAMPANA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	280	49,00	13.720,00
25	691648	SERVICO DE TROCAR CARCACA TRACAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	250	199,00	49.750,00
26	691653	SERVICO DE TROCAR COXIM DE CABINE TRAS., PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	250	59,00	14.750,00
27	691656	SERVICO DE TROCAR COXIM DE MOTOR DIANT., PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	580	89,00	51.620,00
28	691661	SERVICO DE TROCAR CRUZETA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	580	80,00	46.400,00
29	691663	SERVICO DE TROCAR FLANGE DO PATIM, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	250	119,00	29.750,00
30	691671	SERVICO DE TROCAR GRAMPO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	500	49,00	24.500,00
31	691615	SERVICO DE TROCAR LONA TRACADOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	50	69,00	3.450,00
32	672360	SERVICO DE TROCAR MANCAL DE BALANCA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	250	118,00	29.500,00
33	691599	SERVICO DE TROCAR PARAFUSO DE RODA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	49,00	14.700,00
34	672318	SERVICO DE TROCAR PASTILHA DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	79,00	23.700,00
35	672319	SERVICO DE TROCAR REPARO DO CUICAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	250	79,00	19.750,00
36	672362	SERVICO DE TROCAR RETENTOR DO PINHAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	250	89,00	22.250,00
37	672363	SERVICO DE TROCAR ROLAMENTO CENTRAL, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	89,00	26.700,00
38	672365	SERVICO ESTABILIZADOR, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	250	99,00	24.750,00
39	672367	SERVICO PARA-CHOQUE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	650	59,00	38.350,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

N. DESTEFANI-ME

CNPJ (MF) nº 13.642.713/0001-09

Nair Destefani

CPF nº. 006.161.219-70

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 096/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **MECANICA BIG CAR EIRELI-ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº.

27.885.139/0001-16, com sede na Avenida Osmar Demeneck, Nº 750 – Setor Industrial, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78. 325-000, telefone: (066) 3565-2482 representada por seu proprietário Srº. **Clodoaldo Martins,** portador do **RG 867.412 SSP/MT e CPF 593.725.751-00,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	671416	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	2.562	42,00	107.604,00
2	671544	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	700	135,00	94.500,00
3	671535	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORAS	1.000	108,00	108.000,00
4	671539	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORAS	400	119,00	47.600,00
5	671548	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETERICAS E/OU AXIACETILENICAS, TORNO MECANICO E INTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS.	HORAS	1.300	119,00	154.700,00
6	671559	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE DE ATE 05 OCUPANTES). COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MAVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS.	HORAS	2.895	119,00	344.505,00
7	689000	SERVICO DE ALTERNADOR PARA VEICULOS TIPO - LINHA PESADA, ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO.	HORA	2.850	94,00	267.900,00
8	672326	SERVICO DE ARQUIAMENTO DE MOLEJO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	2.450	119,00	291.550,00
9	672304	SERVICO DE CUBO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	119,00	130.900,00
10	672333	SERVICO DE EIXO "S", PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	139,00	152.900,00
11	672322	SERVICO DE FAZER PEITO DE SUPORTE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	159,00	174.900,00
12	672309	SERVICO DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	2.200	117,00	257.400,00
13	672314	SERVICO DE PEITO DE ACO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	1.180	119,00	140.420,00
14	672341	SERVICO DE RECALCAR EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	119,00	130.900,00
15	672345	SERVICO DE SUPORTE DE MOLA TRASEIRA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	119,00	130.900,00
16	672348	SERVICO DE TORNO EIXO "S", PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.000	159,90	159.900,00
17	672351	SERVICO DE TROCAR CARCACA TRACAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	900	119,00	107.100,00
18	672355	SERVICO DE TROCAR COXIM MOTOR TRAS.,PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	950	119,00	113.050,00
19	672359	SERVICO DE TROCAR GRAMPO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	119,00	130.900,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

MECANICA BIG CAR EIRELI-ME

CNPJ (MF) Nº. 27.885.139/0001-16

Clodoaldo Martins

CPF 593.725.751-00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **M. ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO - EPP,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **02.393.991/0001-45**, com sede na Rodovia AR-1, Nº 270, km 01 – Setor Industrial, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, telefone: (066) 3565-1303/1680, representada por seu proprietário Srº. **Marcos Antônio de Oliveira,** portador do **RG 0521728-8 SSP/MT e CPF 362.318.781-04,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10. 520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/ 2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	671536	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORA	2.760	79,00	218.040,00
2	691551	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO, VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS, SOLDAS ELETRICAS E/OU AXIACETILENICAS, TORNO MECANICO E INTALACAO DE ACESSORIOS MECANICOS. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	300	79,00	23.700,00
3	671534	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	1.000	21,00	21.000,00
4	691543	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	100	69,00	6.900,00
5	671421	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	700	40,00	28.000,00
6	691531	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	480	69,00	33.120,00
7	691559	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS,	HORAS	580	89,00	51.620,00
8	691549	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	150	99,00	14.850,00
9	671422	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO.	HORAS	1.200	60,00	72.000,00
10	691533	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE CAMBIO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	100	89,00	8.900,00
11	671541	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	1.200	118,00	141.600,00
12	691546	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO CAMINHOES, SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	100	99,00	9.900,00
13	671979	PRESTACAO DE SERVICO DE RETIFICA EM MOTORES PARA MANUTENCAO DE VEICULOS TIPO: UTILITARIO, CAMINHOES, ONIBUS, MICROONIBUS E MAQUINAS PESADAS, SENDO: RETIFICAR, POLIR VIRABREQUIM, BRUNIR CILINDRO, ENCAMISAR CILINDRO, PLAINAR FACE DO BLOCO, MANDRILHAR MANCAIS, REABRIR ALOJ. CAMISA, RETIFICAR FERRO DE BIELA, EMBUCHAR MANDRILHAR BUCHA, PLAINAR CABECOTE, RETIFICAR SEDE, VALVULAS, ESMERILHAR E MONTAR CABECOTE, REGULAR VALVULAS, TROCAR GUIAS DE VALVULAS, RETIFICAR COMANDO, POLIR COMANDO, EMBUCHAR COMANDO, MANDRILHAR BUCHAS COMANDO, MONTAGEM COMPLETA, DESMONTAGEM, LAVAGEM QUIMICA, PINTURA DO MOTOR, TIRAR E COLOCAR MOTOR, REVISAO BOMBA DE OLEO E SERVICO DE TORNO.	HORA	5.200	110,00	572.000,00
14	672325	SERVICO DE ARQUIAMENTO DE MOLEJO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	2.400	119,00	285.600,00
15	672303	SERVICO DE BALANCA PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	2.000	119,00	238.000,00
16	672331	SERVICO DE CUIQUINHA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	79,00	86.900,00
17	672321	SERVICO DE EMBUCHAMENTO DO EIXO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.800	160,00	288.000,00
18	672336	SERVICO DE FAZER ABRACADEIRA DE MOLA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	119,00	130.900,00
19	672310	SERVICO DE HASTE "V"H, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	900	160,00	144.000,00
20	672313	SERVICO DE MOLEJO TRACADOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.300	119,00	154.700,00
21	672344	SERVICO DE SUPORTE DE MOLA DIANTEIRA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	119,00	130.900,00
22	672350	SERVICO DE TROCAR CAMPANA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	900	79,00	71.100,00
23	672354	SERVICO DE TROCAR COXIM DE MOTOR DIANT., PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	1.300	119,00	154.700,00
24	672358	SERVICO DE TROCAR FLEXIVEL, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	1.850	119,00	220.150,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

M. ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO - EPP

CNPJ (MF) nº 02.393.991/0001-45

Marcos Antônio de Oliveira

CPF nº. 362.318.781-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **JAIR ODORICO ARAUJO 45715173272,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **24.295.197/0001-00**, com sede na Rua 26, S/Nº, Térreo – Cidade Alta, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, telefone: (066) 3565-2961, representada por seu proprietário Srº. **Jair Odorico Araújo,** portador do **RG 528.717 SSP/RO e CPF 457.151.732-72,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	671532	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	2.360	19,00	44.840,00
2	691554	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS EM VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS) SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA E TRASEIRA, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE	HORAS	650	89,00	57.850,00
3	671545	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORAS	800	139,00	111.200,00
4	691563	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA MAQUINAS PESADAS, SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA E 3º EIXO, FREIOS, EMBREAGEM, SISTEMAS PNEUMATICOS DE VALVULAS, DIRECAO, EMBUCHAMENTOS DIVERSOS.	HORAS	200	79,00	15.800,00
5	691539	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: RECUPERACAO DE CAIXA E SISTEMA DE TRACAO.	HORAS	200	349,00	69.800,00
6	671547	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS CAPACIDADE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) SENDO: SUSPENSAO DIANTEIRA, TRASEIRA E 3º EIXO,	HORAS	4.000	115,00	460.000,00
7	671538	PRESTACAO DE SERVICO DE MANUTENCAO MECANICA PREVENTIVA E CORRETIVA DE PARTES MOVEIS E FIXAS PARA VEICULOS TIPO AMBULANCIA, SENDO: RECUPERACAO DE DIFERENCIAL.	HORAS	720	115,00	82.800,00
8	691605	SERVICO DE ALINHAR EIXO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAONA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	500	79,00	39.500,00
9	672323	SERVICO DE BARRA DIRECAO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	2.050	119,00	243.950,00
10	672327	SERVICO DE CUBO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	2.000	119,00	238.000,00
11	691611	SERVICO DE CUBO DIANTEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE) NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	350	49,00	17.150,00
12	691579	SERVICO DE CUBO TRASEIRO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	350	59,00	20.650,00
13	691617	SERVICO DE CUIQUINHA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	400	29,00	11.600,00
14	672305	SERVICO DE EIXO "S" TRACADOS, PARA VEICULO TIPO CAMINHAO.	HORAS	500	119,00	59.500,00
15	672334	SERVICO DE EIXO MORTO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.000	119,00	119.000,00
16	691603	SERVICO DE FAZER PEITO DE SUPORTE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	89,00	26.700,00
17	672421	SERVICO DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE), NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	350	99,00	34.650,00
18	691585	SERVICO DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	300	69,00	20.700,00
19	690556	SERVICO DE INSTALACAO ELETRICA (HORA)	HR	450	120,00	54.000,00
20	672311	SERVICO DE MANGUEIRA DE AR, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.400	139,00	194.600,00
21	672307	SERVICO DE MOLA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	2.200	115,00	253.000,00
22	691583	SERVICO DE MOLA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	800	189,00	151.200,00
23	691590	SERVICO DE MOLEJO DIANTEIRO PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	700	140,00	98.000,00
24	672343	SERVICO DE SAPATA DO MOLEJO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	1.100	119,00	130.900,00
25	691226	SERVICO DE SINALIZACAO ELETRICA.	HORA	220	134,00	29.480,00
26	691626	SERVICO DE SUPORTE DE MOLA DIANTEIRA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	300	59,00	17.700,00
27	672316	SERVICO DE TIRANTE, PARA VEICULO TIPO - CAMINHAO.	HORAS	600	159,00	95.400,00
28	672347	SERVICO DE TORNO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	1.250	119,00	148.750,00
29	672352	SERVICO DE TROCAR CATRACA DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO.	HORAS	900	119,00	107.100,00
30	691650	SERVICO DE TROCAR CATRACA DE FREIO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORAS	250	59,50	14.875,00
31	672356	SERVICO DE TROCAR CRUZETA, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	900	119,00	107.100,00
32	691666	SERVICO DE TROCAR FLEXIVEL, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	630	49,00	30.870,00
33	691613	SERVICO DE TROCAR LONA DE FREIO/REVISAR ROLAMENTOS, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	780	139,00	108.420,00
34	672368	SERVICO PNEUMATICO, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, E CAMINHAO. NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	280	119,00	33.320,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

JAIR ODORICO ARAUJO 45715173272

CNPJ (MF) Nº. 24.295.197/0001-00

Jair Odorico Araújo

CPF 457.151.732-72

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **GEOVANE PERES DE PAULA 84609109115,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **17.517.873/0001-79**, com sede na Rua Lírio Denardi, Nº 966 – Centro, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, telefone: (066) 98418-6166 representada por seu proprietário Srº. **Geovane Peres de Paula,** portador do **RG 12203645 SSP/MT e CPF 846.091.091-15,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	691572	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE LINHA PESADA (MAQUINARIOS E CAMINHOES) COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS DO VEICULO	HORAS	100	99,00	9.900,00
2	671567	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE LINHA PESADA (MAQUINARIOS E CAMINHOES) COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS DO VEICULO.	HORAS	1.250	139,00	173.750,00
3	691566	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE PASSEIO E UTILITARIOS (COM CAPACIDADE DE ATE 05 OCUPANTES). COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MAVEIS E FIXAS DANIFICADAS, OBJETIVANDO AS CARACTERISTICAS ORIGINAIS.	HORAS	780	80,00	62.400,00
4	671566	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS COM CAPACIDADE DE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS,	HORAS	2.000	139,00	278.000,00
5	691570	PRESTACAO DE SERVICOS DE MANUTENCAO EM FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA PARA VEICULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (ONIBUS COM CAPACIDADE DE 48 E 66 LUGARES E MICRO ONIBUS CAPACIDADE 28 LUGARES) COMPREENDE A RECUPERACAO DE PARTES MOVEIS E FIXAS DANIFICADAS,	HORAS	1.200	79,00	94.800,00
6	672346	SERVICO DE TANQUE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE).	HORAS	1.900	79,00	150.100,00
7	691630	SERVICO DE TANQUE, PARA VEICULOS TIPO - ONIBUS, MICRO-ONIBUS, CAMINHAO E UTILITARIO (CAMIONETE). NA LOCALIDADE DE CONSELVAN	HORAS	350	89,00	31.150,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

GEOVANE PERES DE PAULA 84609109115

CNPJ (MF) Nº. 17.517.873/0001-79

Geovane Peres de Paula

CPF nº. 846.091.091-15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **ANDERSON DE MORAES DOS SANTOS ME,** inscrita no **CNPJ (MF) Nº. 14.651.819/0001-23,** com sede na Avenida Osmar Demeneck, nº 624, Sala A – Bairro: Setor Industrial, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, Telefone: (066) 8134-3884, representada por seu proprietário Sr°. Anderson de Moraes dos Santos, portador do RG Nº 2234088-2 SEJSP/MT e CPF Nº. 036.148.511-50,nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	672479	SERVICO DE LIMPEZA E CONCERTO DE RADIADOR, PARA VEICULOS TIPO - LINHA PESADA, ONIBUS, MICRO-ONIBUS, UTILITARIO (CAMIONETE) E CAMINHAO, NA LOCALIDADE DE CONSELVAN.	HORA	700	166,00	116.200,00
2	691222	SERVICO DE MOTOR DE PARTIDA IMPORTADO	HORA	100	99,00	9.900,00
3	690562	SERVICO DE TROCA DE COLMEIA	HR	550	145,00	79.750,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

ANDERSON DE MORAES DOS SANTOS - ME

CNPJ (MF) nº 14.651.819/0001-23

Anderson de Moraes dos Santos

CPF Nº. 036.148.511-50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2017

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 091/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **ADAO IVOIR GOMES - ME,** inscrita no CNPJ (MF) Nº. **04.529. 987/0001-97**, com sede na Avenida Osmar Demeneck, Nº 624 – Setor Industrial, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, representada por seu proprietário Srº. **Adão Ivoir Gomes,** portador do **RG 609.438 SSP/RO e CPF 611.904.382-91,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº. 10.520/2002, na Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, no Decreto Municipal nº. 1.392/2008, Decreto Federal nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº. 8.538/2015 e subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/93 e com suas alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DOS SERVIÇOS – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, e a quantidade encontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	691221	SERVICO APARELHO DE INJECAO ELETRONICA	HORA	300	239,00	71.700,00
2	690559	SERVICO DE CONSERTO DE RADIADOR	HR	750	128,00	96.000,00
3	690555	SERVICO DE LIMPEZA E CONSERTO DE RADIADOR (HORA)	HR	250	144,00	36.000,00
4	689003	SERVICO DE MOTOR DE PARTIDA (HORA)	HORAS	2.410	99,00	238.590,00
5	690560	SERVICO DE RECUPERACAO DE CHICOTE	HR	250	139,00	34.750,00
6	691225	SERVICO DE SOLDA (AMARELO E ESTANHO)	HORA	400	135,00	54.000,00

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e nesta Ata;

b) quando o CONTRATADO /consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II - é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

III – É permitida a sucontratação PARCIAL do objeto desta Ata, hipótese em que a CONTRATADA está obrigada a celebrar Contrato com inteira e exclusiva responsabilidade.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 27 de Dezembro de 2017.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

ADAO IVOIR GOMES - ME

CNPJ (MF) nº 04.529.987/0001-97

Adão Ivoir Gomes

CPF nº. 611.904.382-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 091/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 091/2017, levado a efeito às **08h00min** do dia **22/12/2017** sagrou-se vencedoras: **ADÃO IVOIR GOMES-ME** vencedora de 06 itens totalizando R$ 531.040,00 (Quinhentos e Trinta e Um Mil e Quarenta Reais),a empresa **ANDERSON MORAES DOS SANTOS-ME** vencedora de 03 itens totalizando R$ 205.850,00 (Duzentos e Cinco Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais),a empresa **FR BORTOLOTO EIRELI-ME** vencedora de 17 itens totalizando R$ 2.154.450,00 (Dois Milhões e Cento e Cinquenta e Quatro Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais), a empresa **GEOVANE PERES DE PAULA 84609109115** vencedora de 07 itens totalizando R$ 800. 100,00 (Oitocentos Mil e Cem Reais), a empresa **JAIR ODORICO ARAUJO 45715173272** vencedora de 34 itens totalizando R$ 3.248.405,00 (Três Milhões e Duzentos e Quarenta e Oito Mil e Quatrocentos e Cinco Reais), a empresa **M. ANTONIO DE OLIVEIRA COMERCIO-EPP** vencedora de 24 itens totalizando R$ 3.106.580,00 (Três Milhões e Cento e Seis Mil e Quinhentos e Oitenta Reais), a empresa **MECANICA BIG CAR EIRELI-ME** vencedora de 19 itens totalizando R$ 3.045.629,00 (Três Milhões e Quarenta e Cinco Mil e Seiscentos e Vinte e Nove Reais), a empresa **N. DESTEFANI-ME** vencedora de 39 itens totalizando R$ 1.609.500,00 (Um Milhão e Seiscentos e Nove Mil e Quinhentos Reais), a empresa **PAULO GEOVANI COSTA 34969500215** vencedora de 06 itens totalizando R$ 733.350,00 (Setecentos e Trinta e Três Mil e Trezentos e Cinquenta Reais), e a empresa **SILVEIRA ELETRODIESEL LTDA ME** vencedora de 13 itens totalizando R$ 1.720.400,00 (Um Milhão e Setecentos e Vinte Mil e Quatrocentos Reais). Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900. Aripuanã–MT, 27 de dezembro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

AGUAS DO PANTANAL
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ERRATA

O Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal torna público errata de publicação da Portaria nº 33/2017 de 21/12/2017 veiculada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso dia 22/12/2017 Edição nº 2.881 conforme segue:

ONDE SE LÊ: **“ PAULO SERVIO DIAS - EPP”, LEIA-SE: “ PAULO SERGIO DIAS - EPP”;**

ONDE DE LÊ: SALDO A SER CANCELADO R$ 5.118,71”, “LEIA-SE SALDO A SER CANCELADO R$ 1.999,19”

Cáceres, 27 de dezembro de 2017.

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo

Serviço de Saneamento Ambiental Aguas do Pantanal

ERRATA Nº 39/2017

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública e oficializa a presente “ERRATA” a Notificação da Portaria nº 106 de 16 de fevereiro de 2017.

Onde se lê:

Número do Fiscal de Contrato: 233/16.

Leia-se:

Número do Fiscal de Contrato: 223/16.

Cáceres- MT, 26 de dezembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 631 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 44228 de 28 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Inquérito Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 308, de 30.06.17, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a parti r da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo acima citado não seja suficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito à Secretária Municipal de Administração, que autorizará, mediante despacho, a prorrogação por mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a Procuradoria Geral do Município para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 21 de dezembro de 2017.

ROGER ALESSANDRO RODRIGUES PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

Afixado em: 21.12.2017

PORTARIA Nº. 637 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Portaria nº 267 de 03 de junho de 2014, que designou membros Comissão Permanente de Licitação – CPL;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 48049, de 22 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Art.1º Designar a servidora **CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA**,**para exercer a função de Presidente d**a Comissão Permanente de Licitação – CPL, da Secretaria de Administração do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição a titular que se encontrara em gozo de férias, a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de dezembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 26.12.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 96-2017 MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de processo seletivo de provas e títulos, visando provimento de cargos e cadastro reserva afim de suprir as demandas de pessoal da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

Realização: 10 de janeiro de 2018 às 09:00 horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma www.bll.org.br.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 27 de dezembro de 2017.

Debhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 596 - 2017

PORTARIA Nº. 639 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013 **e:**

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 48192, de 27 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Delegar poderes administrativos e financeiros a servidora **ROSELI SENATORE DA SILVA**, Coordenadora Administrativo, para na ausência do Secretário Municipal de Administração, prestar informações, assinar e encaminhar documentos pertinentes à Secretaria, no período de 29 de dezembro de 2017 a 05 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de dezembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 27.12.17

PORTARIA Nº. 628 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 105, da Lei Complementar nº. 25, de 27 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 44564, de 29 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Afastar, a pedido, a servidora **EDITE MARIANO DA COSTA MELO**, do cargo de assistente administrativo, lotada na Secretaria de Ação Social, sem ônus, pelo período de 02 (dois) anos, com efeitos desde 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º Durante o período de afastamento não se contará o tempo de serviço para nenhum efeito.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 20 de dezembro de 2017.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Ação Social

Afixado em: 20.12.17.

PORTARIA Nº. 633 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a **Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, e:**

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 47666, de 20 de dezembro, nº 46828 de 14 de dezembro e, nº 47571 de 20 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores relacionados abaixo, para compor a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório e Desempenho dos Servidores Efetivos da Prefeitura Municipal de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

PRESIDENTE

FERNANDA DE ALMEIDA GONÇALVES OLIVEIRA- Assistente Administrativo

MEMBROS

ELIVÂNIA MARTINS DE SOUZA- Assistente Administrativo

NILZA HELENA RODRIGUES EGUES- Professora

ELAINE ALVES DE CARVALHO- Enfermeira

GRACIELA OLIVEIRA COELHO- Assistente Administrativo

GIMERSON FERREIRA DE SOUZA- Contador

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria nº 506 de 17 de outubro de 2017.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de dezembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 26.12.2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90-2017 MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Todas Secretarias.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamento de climatização (ar condicionado de janela e Split), com fornecimento de peças (exceto compressor) quando for o caso, componentes e acessórios novos e originais, quando for o caso, para atender o Gabinete do Prefeito e as Secretarias de Governo, Administração, Fazenda, Planejamento, Agricultura, Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo, Esporte, Cultura e Lazer, Finanças, Ação Social, Saúde, Educação, e suas respectivas unidades, conforme descrição e quantitativos relacionados no Termo de Referência.

Empresa Vencedora:

A.M. DE ABREU EIRELI – CNPJ: 18.523.063/0001-98 – Valor Total R$ 628.054,00 (seiscentos e vinte e oito mil e cinquenta e quatro reais)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 27 de dezembro de 2017.

Débhora Belussi

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559 2016

DECRETO Nº.658 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº.45272, de 04 de dezembro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor abaixo relacionado**,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, homologado pelo Decreto nº 392/2017, de 28 de julho de 2017, para exercer sua função na Prefeitura Municipal de Cáceres**,** no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

CONTADOR: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
1º	ZAIRES RIBEIRO ZORZAN

Art. 2º Os documentos exigidos contidos no anexo I, devem ser apresentados na Coordenação de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato de Nomeação.

Art. 3º O candidato nomeado que não apresentar os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes.

Art. 4º O candidato investido no cargo público municipal, submeter-se-á ao regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES - Lei Complementar nº 62, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 22 de dezembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 22.12.17

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Cópia dos Documentos: RG e CPF
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
3	Cópia do Título de Eleitor
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima pagina em branco)
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida)
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade
10	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade
11	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes
12	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos
13	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco
14	Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)
15	Comprovante de Residência à data da contração em nome do admitido (admite-se a contratação temporária para ACS até decisão final da ADI 2135, em tramitação no STF, conforme Resolução de Consulta nº 20/2008 TCE/MT)
16	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida.
17	Atestados Médicos Admissional, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo
18	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais
19	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, com firma reconhecida.
20	Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município de Cáceres (Original)
21	Telefone e E-mail.

ITEM	DOCUMENTOS PESSOAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: AUTO PEÇAS FARIA COSTA LTDA - ME, CNPJ nº. 09.504.775/0001-79.

Objeto: Contratar o Maior Desconto Percentual nos catálogos de peças e serviços conforme PREGÃO PRESENCIAL SRP n. 035/2016; enquanto o objeto MEDIATO será o fornecimento de peças e acessórios de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça e do acessório de produção original e, ainda, prestação de serviços de mecânica, para atender as necessidades da frota de veículos e maquinários desta Prefeitura Municipal.

Valor Total: R$ 34.688,36 (trinta e quatro mil seiscentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Dotação: Código 06.010.12.361.1120.2023.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0143 Secretaria de Educação

Código 06.010.12.361.1120.2023.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0146 Secretaria de Educação

Código 06.010.12.361.1120.2026.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0151 Secretaria de Educação

Código 06.010.12.361.1120.2026.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0152 Secretaria de Educação

Código 07.010.10.301.1100.2038.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0076 Secretaria de Saúde

Código 07.010.10.301.1100.2038.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0078 Secretaria de Saúde

Código 07.010.10.301.1100.2043.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0085 Secretaria de Saúde

Código 07.010.10.301.1100.2043.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0087 Secretaria de Saúde

Código 07.010.10.302.1100.2044.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0118 Secretaria de Saúde

Código 07.010.10.302.1100.2044.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0121 Secretaria de Saúde.

Código 09.010.15.452.1150.2055.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0304 Secretaria de Obras.

Código 09.010.15.452.1150.2055.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0307 Secretaria de Obras.

Código 10.010.26.782.1260.2058.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0315 Secretaria de Transportes.

Código 10.010.26.782.1260.2058.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0484 Secretaria de Transportes.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Eduardo Carlos de Faria – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: M. B. ROCHA – MECANICA ME, CNPJ nº 10.996.962/0001-04.

Objeto: Contratar o Maior Desconto Percentual nos catálogos de peças e serviços conforme PREGÃO PRESENCIAL SRP n. 035/2016; enquanto o objeto MEDIATO será o fornecimento de peças e acessórios de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça e do acessório de produção original e, ainda, prestação de serviços de mecânica, para atender as necessidades da frota de veículos e maquinários desta Prefeitura Municipal.

Valor Total: R$ 2.371,25 (dois mil trezentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos).

Dotação: Código 10.010.26.782.1260.2058.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0315 Secretaria de Transportes.

Código 10.010.26.782.1260.2058.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0317 Secretaria de Transportes.

Vigência: 90 (noventa) dias.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Michele Bernadete Rocha – por parte da CONTRATADA.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: ROBERTO R. DA SILVA & CIA LTDA - ME, CNPJ nº. 07.851.684/0001-84.

Objeto: Contratar o Maior Desconto Percentual nos catálogos de peças e serviços conforme PREGÃO PRESENCIAL SRP n. 035/2016; enquanto o objeto MEDIATO será o fornecimento de peças e acessórios de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça e do acessório de produção original e, ainda, prestação de serviços de mecânica, para atender as necessidades da frota de veículos e maquinários desta Prefeitura Municipal.

Valor Total: R$ 739,02 (setecentos e trinta e nove reais e dois centavos).

Dotação: Código 08.020.08.243.1080.2054.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0283 Secretaria de A. Social.

Código 08.020.08.243.1080.2054.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0285 Secretaria de A. Social.

Código 09.010.15.452.1150.2055.3.3.90.30.00.00.00. Red. 0304 Secretaria de Obras.

Código 09.010.15.452.1150.2055.3.3.90.39.00.00.00. Red. 0307 Secretaria de Obras.

Vigência: 90 (noventa) dias.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Roberto Ramos da Silva – por parte da CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ODETE PEREIRA DA SILVEIRA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 04 da QUADRA 06, LOCALIZADO NA FLORIANOPOLIS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004

DIVULGA JULGAMENTO DE RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTOS DE PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO.

O Senhor **JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO**, presidente da **Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado,** nomeada pela Portaria **nº 747 de 09 de novembro de 2017**, em cumprimento ao disposto no item 18.6 do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, torna público o que segue:

1. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS RELATIVOS AOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO INDEFERIDAS, PÚBLICADOS ATRAVÉS DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 003, DE 22/12/2017, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL COMPLEMENTAR.

A íntegra deste Edital poderá ser consultada nos murais da Prefeitura Municipal de Campo Verde, no site oficial da Prefeitura - www.campoverde.mt.gov.br e no site da empresa organizadora - www.grupoatame.com.br/concurso

Campo Verde/MT, 27 de dezembro de 2017.

JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

PREVCAR
PREVCAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CARLINDA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 003/2015

CONTRATANTE: PREVCAR - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Carlinda

CONTRATADO: ÁGILI SOFTWARE PARA ÁREA PÚBLICA LTDA

CNPJ sob o nº 26.804.377/0003-59

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo ao contrato é a ***LOCAÇÃO DE SOFTWARE Integrado de Gestão Pública****, compreendendo customização do sistema, conversão de dados, manutenção e consultoria técnica durante a implantação para as seguintes áreas: Contabilidade, Tesouraria e Planejamento, Recursos Humanos, Protocolo/Processos, Almoxarifado, Patrimônio, Compras, Licitações, Frotas, Fiscalização, Tributação e Portal Transparência.*

VALOR GLOBAL: R$ 8.580,00 (Oito mil quinhentos e oitenta reais)

FORMA DE PAGAMENTO: 12 parcelas mensais no valor de R$ 715,00 (setecentos e quinze reais).

VIGÊNCIA: 01/01/2018 A 31/12/2018

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas e condições do Contrato.

Carlinda - MT, 27 de Dezembro de 2017.

Erica Marcieli Furlan de Pedri de Campos

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 51/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 51/2017

DO OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET E ATIVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES.

DO VALOR GLOBAL: R$ 33.855,50 (trinta e três mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

VIGENCIA: 105 (cento e cinco) dias.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARAES/MT - THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA.

CONTRATADO: ANDRE GONCALVES DE OLIVEIRA – ME (SÉLKO INTERNET).

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA N.º 026/2017/PMCG

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 026/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2586/2017

OBJETO: "*Contratação Emergencial de empresa para o fornecimento de Combustível (GASOLINA E ÓLEO DIESEL COMUM (S-10)), para abastecimento dos veículos, máquinas e equipamentos, de uso exclusivo e pertencente às Secretarias do Município de Chapada dos Guimarães - MT, mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa contratada, de forma parcelada*".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, REPRESENTADA PELA SECRETÁRIA, SENHORA **MICHELE KAROLINE SANTANA FERREIRA.**

CONTRATADA: POSTO LEBLON LTDA – CNPJ: 97.550.180/0001-17

VALOR DA CONTRATAÇÃO: A **CONTRATADA** propõe um valor global de **R$ 100.183,02 (cem mil, cento e oitenta e três reais e dois centavos),** a ser pago conforme demanda.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato será de **30 (trinta) dias** a contar da assinatura do contrato, podendo ser encerrado antecipadamente no caso de conclusão de Processo Licitatório Pregão Presencial n.º 017/2017/PMCG – Fornecimento de Combustível.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A lavratura do presente contrato decorre da realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 026/2017**, realizado com fundamento no **art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**, por se tratar de caso de emergência caracterizado por meio da negativa da empresa contratada no Contrato n.º 064/2017 em fornecer combustível as diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, bem como devido ao prejuízo que vem sendo ocasionado à população e com respaldo do **Parecer Jurídico n.º 296/PGM/2017**.

Chapada dos Guimarães, 21 de dezembro de 2017.

Michele Karoline Santana Ferreira

Secretária Municipal de Administração

RATIFICO:

Thelma Pimentel de Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTÍSTICO CULTURAL Nº. 075/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

SHOW ARTÍSTICO CULTURAL

Nº. 075/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO** – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº 676, Centro – CEP.: 78.680-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal **Sr.ª. DALVA MARIA DE LIMA PERES**, Brasileira, Casada, Professora, portadora da **CI nº.** 1.982.506 e inscrita no **CPF sob o nº. 556.892.561-53**, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, nº. , Setor Centro, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado à empresa **GILDANETE RAMOS DE OLIVEIRA**, Inscrito SOB o CNPJ nº 17.262.769/0001-80 situada na Avenida Brasil S/Nº Quadra área – lote 01 –bloco 03 –aptº104 – jardim belo horizonte, Aparecida de Goiânia – GO CEP. 74.976-020, denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem o objeto a realização de 01 (uma) apresentação de Show artístico, da "**Banda Arrocha Mainha**" a ser realizado no **dia 31 (trinta e um) de Dezembro de 2017**, com início as 21:00, com tolerância de 01(uma) hora e duração aproximada de 3(três) horas de apresentação, realizada dentro das seguintes especificações:

Tipo de Evento: Comemoração ao Réveillon 2018 Cocalinho.

Local: Praça de Eventos

Cidade: Cocalinho **Estado**: Mato Grosso

CLAUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato se fundamenta na Inexigibilidade de Licitação com fulcro no art. 25º Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO 3.1. O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O preço ajustado para o total do contrato é de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) O supracitado pagamento deverá ser efetuado em moeda corrente nacional, e refere-se à importância líquida livre de qualquer taxa, impostos e contribuições que possam incidir sobre o evento, que serão de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIVÊNCIA

5.1. A vigência do presente contrato inicia-se após a sua assinatura, findando no dia 01 (primeiro) do mês de janeiro de 2018.

CLAÚSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes com o presente contrato correrão por conta do orçamento em vigor, na seguinte dotação orçamentária:

(10) 001.23695.0073.2062.02733.90.39.00.00.00

CLAÚSULA SÉTIMA – Das Disposições Finais

7.1. Fica estipulada uma multa de 2% (dois por cento), no valor total do presente contrato, para qualquer infração das cláusulas, bem como no caso de uma das partes rescindirem o presente antes do prazo de vencimento, sem o devido cumprimento do que determina a cláusula anterior.

7.2. Ficam reconhecidos os direitos da Administração Pública em rescindir o presente, nos casos previstos no artigo 77 da Lei Federal nº. 8666/93.

7.3. A **CONTRATADA** requisita da **CONTRATANTE**, credenciais de livre acesso 48 horas antes do início do evento, em local seguro para caminhões e pessoal responsável pela manutenção da estrutura.

7.4. A **CONTRATADA** também requisita da **CONTRATANTE** livre acesso para os técnicos e administradores portadores da credencial funcional em qualquer local do evento.

7.5. A **CONTRATADA** não se responsabiliza pela confecção, colocação, manutenção e retirada de todo ou qualquer material de propaganda que for colocado em sua estrutura.

7.6. A **CONTRATADA** não se responsabiliza por atrasos decorrentes de catástrofes naturais (enchentes, terremotos, tremores, etc.) ou causadas por motivos alheios a sua vontade (guerras, greves, estradas interditadas, pontes quebradas, etc.).

7.7. A **CONTRATADA** se isenta da responsabilidade por atos irresponsáveis ou de vandalismo de terceiros que possam ocorrer no decorrer do evento.

7.8. A **CONTRATADA** não se responsabiliza por encargos, licenças ou coisas do gênero como: ECAD, Proteção do Meio Ambiente, Defesa Civil, Poluição Sonora e tudo que for necessário para a realização do evento, sendo tudo isso inteiramente de responsabilidade dos organizadores.

7.9. A **CONTRATADA** não responderá, nem mesmo subsidiariamente, pelos atos da **CONTRATANTE** em outros contratos que possam infringir suas cláusulas e condições.

7.10. A não realização do evento por qualquer motivo, mesmo alheio à vontade da **CONTRATANTE**, a mesma obriga-se a liquidar o presente contrato em sua plenitude, independente de notificação ou interpelação judicial, conforme determina o item 2 do presente instrumento.

7.11. Neste ato, as partes dão ciência que esse contrato é titulo líquido, certo e exigível, revestido de todas as formalidades legais exigidas pelo **artigo 585, II, do CPC,** e, portanto é título executivo extrajudicial.

7.11. Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

7.12. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa – MT, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem ambas as partes de comum acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Cocalinho – MT, 27 de Dezembro de 2017.

_____

CONTRATANTE: **Município de Cocalinho - MT**

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

CONTRATADA: _____

GILDANETE RAMOS DE OLIVEIRA

Contratada

Testemunhas:

1._____

CPF:

2. _____

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 002/2017
SERVIDORA: KATIANY COSTA ODY DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando o que consta neste Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2017, instaurado pela Portaria Interna nº 147/2017, e do que consta o Relatório Final da Comissão Processante juntado às folhas 73/81, adoto os próprios fundamentos para acolher o Relatório Final da Comissão Processante para **aplicar a penalidade de demissão** à Servidora **KATIANY**

COSTA ODY, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, Vigilância em Saúde, com fundamento no artigo 158, II, e III, da Lei 2408/2017, em face da violação ao artigo 142, IX, da Lei 2.408/2010, senão vejamos:

Art. 142 - São deveres do servidor:

IX - Ser assíduo e pontual no serviço;

Art. 158 - A demissão será aplicada nos seguintes casos:

II - Abandono de emprego;

III – Inassiduidade habitual;

Restitua-se o processo ao Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, para ciência à Senhora KATIANY COSTA ODY, Agente de Combate a Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, esportes e Lazer, Vigilância em saúde, matrícula funcional nº 4928 e demais providências cabíveis.

Colider-MT, 27 de dezembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

Colider-MT

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2017 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 055/2017, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de produtos médicos hospitalares para manutenção secretaria municipal de saúde e saneamento básico de Colider/MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
AGE HOSPITALAR LTDA - ME	116	**1. 919,500**
C. P. PINTO COMERCIO DE MATERIAL CIRURGICO EM GERAL - ME	010, 011, 024, 027, 034, 040, 059, 111, 119 e 183	96. 665,250
CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	166	2. 250,000
DISNORMA COM ATAC DE MED E MAT MÉDICO HOSP LTDA - EPP	016, 036, 056, 090, 098, 105, 106, 120, 121, 142, 154, 155, 156, 157, 174, 175 e 176	178. 817,500
HIPERDENTAL COM E REP DE PRD ODONT E MEDICO HOSP - EPP	017, 020, 028, 048, 049, 062, 063, 068, 083, 103, 104, 132, 133 e 171	56. 335,550
HOSPBOX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME	012	11. 475,000
MACRO LIFE IMPORTADORA DE PRODUTOS MEDICOS EIRELLI - EPP	073	3. 699,500
MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS E PESQUISAS LTDA - EPP	002, 014, 015, 026, 054, 055, 058, 094, 107, 117 e 181	335. 927,200
MED FORTE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	031, 041, 042, 043, 044, 046, 047, 069 e 070	8. 139,900
MEDLEVENSOHN COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	100 e 180	139. 208,000
MEDPOA COM. DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA	149	9. 788,000
OPEN FARMA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP	001, 005, 006, 007, 008, 009, 051, 065, 074, 089, 122, 152, 153, 161, 162, 162 e 182	318. 714,800
REALMED HOSPITALAR EIRELI - ME	003, 004, 013, 018, 021, 022, 023, 025, 032, 035, 045, 053, 057, 060, 061, 066, 071, 072, 080, 081, 084, 085, 086, 101, 102, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 151, 164, 165, 167, 168, 169, 173, 177, 178, 179 e 184	557. 585,640
STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	079, 095, 097, 099, 108, 109, 110, 112, 113, 118, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 150, 159 e 160	62. 943,000
SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	076, 077, 078, 087, 088, 092, 093, 096, 114, 115, 129, 147, 148, 170 e 172	146. 275,300

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens das empresas acima citadas se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider – sito na Travessa dos Parecis, 85 – Setor Leste – CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência)

Colider/MT, 27 de Dezembro de 2017.

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DE COLIDER
RESOLUÇÃO N° 003/2017 PLANO DE APLICAÇÃO PARA O EXERCICIO DE 2018

RESOLUÇÃO Nº. 003/2017

SÚMULA: Dispõe sobre o Plano de Aplicação para o

Exercício Financeiro de 2018 e dá outras

providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense, Sr. **NOBORU TOMIYOHI,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Esta Resolução Estima a Receita e Fixa a Despesa do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Mato-grossense, para o exercício financeiro de 2.018, em igual valor no total de R$ 2.480.000,00 (dois milhões quatrocentos e oitenta mil reais);

Art. 2º - A receita será arrecadada, mediante a contribuição mensal dos municípios consorciados, receitas devidas de anos anteriores de municípios consorciados, transferências de Estado, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta lei, observando o seguinte desdobramento:

RECEITA

1000.00.00.00 – RECEITAS CORRENTES 2.480.000,00

1300.00.00.00 – Receitas Patrimonial 20.000,00

1320.00.00.00 – Receitas de Valores Mobiliários 20.000,00

1325.00.00.00 – Remuneração de Depósitos bancários 20.000,00

1700.00.00.00 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 2.460.000,00

1720.00.00.00 – Transferências Intergovernamentais 2.460.000,00

1722.00.00.00 – Transferências dos Estados 199.000,00

1722.37.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos 199.000,00

1723.00.00.00 – Transferências dos Municípios 2.261.000,00

1723.37.00.00 – Transferências a Consórcios Públicos 2.261.000,00

1723.37.01.00 – PAPI – Programa de Atendimento a Pacientes Intermucipalizados 1.210.000,00

1723.37.01.01 **–** Colíder 580.000,00

1723.37.01.02 **–** Itaúba 70.000,00

1723.37.01.03 **–** Marcelândia 190.000,00

1723.37.01.04 **–** Nova Canaã do Norte 223.000,00

1723.37.01.05 **–** Nova Guarita 82.000,00

1723.37.01.06 **–** Nova Santa Helena 65.000,00

1723.37.02.00 – PCAP – Programa Casa de Apoio 492.000,00

1723.37.02.01 **–** PCAP – Colíder 0,00

1723.37.02.02 **–** PCAP – Itaúba 60.000,00

1723.37.02.03 **–** PCAP – Marcelândia 108.000,00

1723.37.02.04 **–** PCAP – Nova Canaã do Norte 240.000,00

1723.37.02.05 **–** PCAP – Nova Guarita 24.000,00

1723.27.02.06 **–** PCAP – Nova Santa Helena 60.000,00

1723.37.03.00 – PAICI – Programa de Apoio ao Desenv. e Implem. dos Cons. Inter. de Saúde 377.000,00

1723.37.03.01 **–** PAICI – Colíder 195.000,00

1723.37.03.02 **–** PAICI – Itaúba 25.000,00

1723.37.03.03 **–** PAICI – Marcelândia 45.000,00

1723.37.03.04 **–** PAICI – Nova Canaã do Norte 67.000,00

1723.37.03.05 **–** PAICI – Nova Guarita 28.000,00

1723.27.03.06 **–** PAICI – Nova Santa Helena 17.000,00

1723.37.04.00 – PTPI – Programa de Transportes a Pacientes Intermunicipais 182.000,00

1723.37.04.01 **–** PTPI – Colíder 52.000,00

1723.37.04.02 **–** PTPI – Itaúba 26.000,00

1723.37.04.03 **–** PTPI – Marcelândia 32.500,00

1723.37.04.04 **–** PTPI – Nova Canaã do Norte 32.500,00

1723.37.04.05 **–** PTPI – Nova Guarita 19.500,00

1723.27.04.06 **–** PTPI – Nova Santa Helena 19.500,00

TOTAL RECEITA..... 2.480.000,00

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros "Programas de Trabalho" a "Natureza da Despesa", que integram a presente Lei, e apresentam os seguintes desdobramentos.

1 – POR FUNÇÕES DE GOVERNO	R$
10 - Saúde	2.480.000,00
TOTAL:	2.480.000,00

2 – POR CATEGORIA ECONÔMICA	R$
Despesas Correntes	2.470.000,00
Despesas de Capital	10.000,00
TOTAL DA DESPESA:	2.480.000,00

1 – POR ORGÃO	R$
01 Consorcio Intermunic. De Saúde	2.480.000,00
TOTAL:	2.480.000,00

DESPESA

ORGÃO – 01 Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense

10- SAÚDE

10.122-ADMINISTRAÇÃO GERAL

10.122.0009-Manutenção do Consórcio

10.122.0009.2001-Manutenção do Consorcio

01.001.10.122.0009.2001.3190.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil 280.000,00

01.001.10.122.0009.2001.3190.13.00 – Obrigação Patronais 62.000,00

01.001.10.122.0009.2001.3190.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores 10.000,00

01.001.10.122.0009.2001.3190.94.00 – Indenizações e Restituições trabalhistas 5.000,00

01.001.10.122.0009.2001.3390.14.00 – Diárias – Civil 50.000,00

01.001.10.122.0009.2001.3390.30.00 – Material de Consumo 70.000,00

01.001.10.122.0009.2001.3390.33.00 – Passagens e Despesas com Locomoção 80.000,00

01.001.10.122.0009.2001.3390.36.00 – Outros Serviços Pessoa Física 50.000,00

01.001.10.122.0009.2001.3390.39.00 – Outros Serviços Pessoa jurídica 1.841.000,00

01.001.10.122.0009.2001.3390.47.00 – Obrigações Tributárias e Contributivas 22.000,00

01.001.10.122.0009.2001.4490.52.00 – Equip. e Material Permanente 10.000,00

TOTAL DESPESA..... 2.480.000,00

Art. 4º - Fica o Consorcio Intermunicipal de Saúde autorizado:

I - a abrir no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo Art.43°, da Lei 4.320, de 17 de março de 1.964, créditos adicionais suplementares até o limite 40% (Quarenta por cento) do total da despesa fixado no Art.3° desta resolução.

Art. 5º - Esta resolução entrará em vigor a partir de primeiro de janeiro de dois mil e dezoito.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Colíder – MT, 27 de Dezembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Presidente CISRNM

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 12 de Janeiro de 2018, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestar serviços de confecção e impressão de diversos materiais gráficos das secretarias municipais de Colider/MT**. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, localizada na Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, 27 de Dezembro de 2017

DEVANIL OLIVEIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

EDITAL COMPLEMENTAR 004/2017 AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

Art. 1º - A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, no uso de suas atribuições legais e cumprindo o disposto no Edital nº 001/2017**, HOMOLOGA** as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, conforme ANEXO I, aberto através do Edital Nº 001/2017.

Art. 2º - O candidato que não tiver sua inscrição homologada deverá interpor recurso, conforme disposto no item 10. do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2017, anexando o comprovante de pagamento. **O candidato que não interpor recurso em tempo hábil perderá o direito de realizar a prova.**

Art. 3º - Informamos aos candidatos homologados que a prova escrita objetiva será aplicada no dia **14 de janeiro de 2018**, com início às **08h00min (horário local)**, conforme segue:

- Escola Municipal Fábio Ribeiro da Cruz, sito à Travessa dos Bandeirantes, nº 25 – Centro - Setor: Leste, em Colíder - MT.

Cargos: Apoio Administrativo – Nutrição Escolar (Cozinheira) - Escolas Urbanas, Apoio Administrativo Educacional – Manutenção Da Infraestrutura (Zeladora) - Escola São Mateus, Apoio Administrativo Educacional – Manutenção de Infraestrutura (Zeladora) - Escolas Urbanas, Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar (Cozinheira) - Escola Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar (Cozinheira) - Escolas Santa Maria do Ouro Verde, Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar (Cozinheira) - Escola São Mateus, Professor de Artes - Zona Urbana, Professor de Ciências - Zona Urbana, Professor de Computação - Escola Santa Maria do Ouro Verde, Professor de Computação - Escola São Mateus, Professor de Computação - Zona Urbana, Professor de Educação Física - Zona Urbana/ Rural, Professor de Geografia - Zona Urbana, Professor de História - Escola Santa Maria do Ouro Verde, Professor de História - Escola São Mateus, Professor de História - Zona Urbana, Professor de Língua Inglesa - Zona Urbana, Professor de Língua Portuguesa - Escola Santa Maria do Ouro Verde, Professor de Língua Portuguesa - Escola São Mateus, Professor de Língua Portuguesa - Zona Urbana, Professor de Matemática - Escola São Mateus, Professor de Matemática - Zona Urbana, Profissional de Educação Física - Secretária Adjunta de Esporte – 20H e Profissional de Educação Física - Secretária Adjunta de Esporte – 40H.

- Escola Estadual Desembargador Milton Armando Pompeu de Barros, sito à Avenida Jaime Verissimo de Campos Junior nº 285 – Centro – Setor: Leste, em Colíder – MT.

Cargos: Técnico em Desenvolvimento Infantil - Escola Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Técnico em Desenvolvimento Infantil - Escola São Mateus e Técnico em Desenvolvimento Infantil - Escolas Urbanas.

- Escola Estadual Coronel Antônio Paes de Barros, sito à Avenida Izabel Martins de Simone nº 159 - Bairro da Torre – Setor: Oeste, em Colíder – MT.

Cargos: Professor Educação Infantil e Anos Iniciais - Escola Coração Eucarístico, Professor Educação Infantil e Anos Iniciais - Escola Santa Maria do Ouro Verde, Professor Educação Infantil e Anos Iniciais - Escola São Mateus, Professor Educação Infantil e Anos Iniciais - Escola Sol Nascente, Professor Educação Infantil e Anos Iniciais - Zona Urbana e Técnico Administrativo Educacional - Escolas Urbanas.

Art. 4º - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de **30 (trinta) minutos**, munido de **UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL**:

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Certificado Militar;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

REGISTRE-SE. PUQBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Colíder/MT, 27 de dezembro de 2017.

LUCIANA DA SILVA SANT ANA

Membro da Comissão **ANEXO I**

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
291450	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	GISELE ALVES DE MOURA RIBEIRO	15332489
290727	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	REGIANE DE SOUZA MILITÃO	17677980
292327	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	SEBASTIANA BARBOSA DE LIMA	5613833
292157	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	ALECIO ALVES DA SILVA	17137292
290446	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	ALESSANDRA MACHADO DE ALMEIDA	28739442
292324	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	ANA PAULA TAVARES DA CÂMARA	20662785
292160	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	ANDRIELE DAVANÇO	25425315
291827	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	ANDRIELI DE SOUZA FERMINO	26915073
290117	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	CELMA APARECIDA DA SILVA	23894687
290979	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	LARISSA TERSI	29148944

292215	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	LEANDRO APARECIDO RIBEIRO	23723289
291175	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	LUZIA PEREIRA DE SOUZA	25414380
291517	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	LUZIA RODRIGUES DA SILVA	28138996
291989	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	MARIA JOSE DOS SANTOS	15439097
292230	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	POLIANA LUDIMILA MIRANDA WOLF	25961608
291970	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	ROSILEIDE APARECIDA DA CRUZ	17683475
291851	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	SIMONE DOS SANTOS POLTRONIERI	17344840
291070	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	SIRLEI LOIS DA SILVA	725732
290309	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS SANTA MARIA DO OURO VERDE	TATIANE CRISTINA BARRETO	19872895
290116	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ADRIANA CUSTÓDIO DÁ SILVA	19481896
290791	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ADRIANA JACINTO NUNES	16862570
290426	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ADRIANA SILVA	17683416
290389	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ALDEI MENDES DOS SANTOS	11999284
290803	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ANA CARLA CLEMENTINO DA SILVA CRUZ	21522944
291695	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ANA JULIA DE BRITO	9095063
290901	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ANA PAULA LEMES DE SOUZA	18498256
292325	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ANDRÉIA TAVARES DA CÂMARA	14152606
290235	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	APARECIDA DA SILVA ROCHA	18983502
290731	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	APARECIDA MARIA DOS SANTOS	513014
290377	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	CLAIR HARTMANN	52153075
291789	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	CLAUDIANE PEREIRA DOS SANTOS	16567900
290728	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	DAIANE CARDOSO DOS SANTOS	22733710
292022	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	DAIELLY DA SILVA OLIVEIRA	23822805
292122	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	DANIELA ANDRIGUETTI FIERI	95430104
291976	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	DELMA APARECIDA PLACIDO	13445120
290202	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	EDILAINE BARRAGAN FERREIRA	19371500
290160	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	EDINALVA BERGAMIN DA SILVA SAKAGUCHI	14612364
290449	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	EDINALVA DA SILVA CASTRO	14744350
292296	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	EDNA BONETTI DA CRUZ	12262234
291906	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ELIDA TEIXEIRA VIEIRA	16615263
289959	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ELISABETE APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS	11633506
290701	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	FERNANDA BARBOSA DE CARVALHO	21744416
292168	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	GABRIEL JUNIOR LEMES DO NASCIMENTO	23590610
290439	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	GEVANIR BAMBIL DA SILVA	17716640
290009	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	GILMARA DE SOUSA SANTOS	473601520136
290962	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	GISLAINE LESNIEWSKI	17952484
291196	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	GRAZIELA SANCHES DOS SANTOS	17902630
291418	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	IDENE APARECIDA SILVÉRIO SANTOS	14433168
290640	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	IRENILDA DOS REIS SILVA LEONEL	16014022
291492	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ISRAQUEL ALMEIDA RODRIGUES	10300287
290440	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	JESUDETE DO AMARAL MACHADO	964733
290442	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	JESULENE DO AMARAL MACHADO SANTOS	964708
292156	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	JOANA PETELEWSKI	26084805

291203	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	JULIANA DE SOUZA SILVA	18815391
290762	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LARISSA OLIVEIRA DA SILVA	26063859
291034	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LAUDICÉIA DA SILVA DO CARMO	12937045
290295	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LEILIANE ARAUJO	21410755
291674	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LILIAN WECK MIRANDA	16603796
290445	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LOURDES PEREIRA DOS SANTOS	12486850
290646	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LUCIANA GIZONI TONON	13674510
291126	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LUCIANA RIBEIRO DA SILVA	394037686
290603	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LUCIANE ALVES DOS SANTOS	103363637
292025	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LUCIENE DE LIMA ALVES DA SILVA	19893507
290236	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LUCINEIA ALVES DOS SANTOS ARAUJO	18188753
291835	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LUCINETE FERREIRA GUIMARÃES	364631545
290274	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LUCYMAR DA SILVA ROA	18426956
290028	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	LUZIA PAULINA DOS REIS SANTOS	16613481
289886	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARCIA CRISTINA BARBOZA DE SOUZA NEVES	19506554
290758	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARCIA RODRIGUES DA CUNHA	19393652
290230	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA APARECIDA AGUIAR CAMPOS	5854369
290215	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA GONZALES	27756947
291261	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA CARMELITA SILVA NASCIMENTO	23882875
291440	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA CLARICE DA SILVA PIETROSKI	14765330
291998	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA DO SOCORO BOTELHO DE ARAUJO	28492773
292128	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA IVONE BARRETO DE ARAÚJO	10315527
291864	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA MANOEL DE SOUZA	12830640
290419	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA ROSA DA SILVA	28705793
292340	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARINEIDE GOMES DA CRUZ	14813696
290580	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARTA HELENA ABRA	15462870
290551	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	MARTA MARIA DOS SANTOS KOPSEL	16613937
290559	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	NATALINA XAVIER GONÇALVES	16246802
291174	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	NEUZA ALVES DE SOUZA	15251330
291729	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ODILA RODRIGUES DO CARMO	11705396
291542	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	PATRICIA MERCES DA SILVA ROCHA	1087798
291925	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	PAULA CRISTINA SABARÁ DE ARAÚJO	13620541
290955	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ROMILDA FERREIRA DA SILVA	28705750
291102	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ROSA MARIA GOMES AMARO	11455080
292197	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	ROSEMEIRE ANTUNES FAGUNDES	29650682
290052	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	SABRINA CAMPOS DA SILVA	23141786
291868	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	SANDRA JUNQUEIRA DA SILVA	19013906
292265	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	SANTINA DAMIAN BIZIO	129219009
290704	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	SIVONEIDE DE LIRA SANTOS MELO	21055556
290767	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	SONIA REGINA DA SILV	13783114
291306	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	TAMIRES VILELA SOUZA	23872705
290675	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	TATIANA ALVES DA SILVA	19599498
290155	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	TEREZINHA PEREIRA DA SILVA	29093961

291594	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	VALDILEI CORCHETE	813045
291086	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLAS URBANAS	WALDENICE ALVES DA SILVA	12783536
290281	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLA SÃO MATEUS	MARIA EDUARDA SILVA SANTOS	26807203
290911	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – NUTRIÇÃO ESCOLAR (COZINHEIRA) - ESCOLA SÃO MATEUS	VANUZA DIAS PEREIRA	9741445
291844	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ADILIA VIANA DE SOUZA	14691337
290586	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ADILSON ANGELO DA SILVA	11767154
291599	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ADILSON ARAUJO	17346096
291254	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ADRIANA PEREIRA DOS SANTOS	17633290
289901	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ALINE TEREZINHA DE OLIVEIRA	21230234
291572	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ALZIRA MACHADO PEIXOTO	854750
290766	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANA CAROLINE DE OLIVEIRA PESCE	25885553
292207	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANA CLAUDIA MEIRA LOPES	1358932
290294	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANDREIA CAMARA DE SOUZA	16436547
291671	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANDREIA SANTANA PINTO DA SILVA	25232690
290720	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANDRESSA DA SILVA DOS SANTOS	126666845
292386	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANGELA SILVA	19872607
291103	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANGELITA DIAS BARBOSA	15144046
291134	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANTONIA DE SOUSA DA SILVA	175274220013
290712	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANTONIA DEVANI TEIXEIRA DA MACEDO	193256220013
290828	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ANTONIO CORDEIRO DE CAMPOS	10217916
290360	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	APARECIDA BRESSAN DE OLIVEIRA	13674170
291059	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	CAMILA DOS SANTOS DA SILVA	20509847
291137	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	CÉLIA FERREIRA SANTOS	24993395
290019	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	CELIA LUZIA SOARES SILVA	14184184
290654	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	CIDICLEIA ALENCAR SANTANA	16229355
292021	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	CLARICE DIAS JACINTO	13952897
291242	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	CLAUDENI JOSE DE SOUZA JACINTO	17770882
290258	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	CLEANI DA SILVA VASCONCELOS	1440701
290289	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	CRISTIANA ALCANTARA ALVES	16862910
292206	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	CRIZEIDE RIBEIRO DE ALMEIDA	8506345
290023	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DAIANE ELIAS DOS SANTOS	19163541
292015	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DAIANE OLIVEIRA CARVALHO	24542725
290057	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DANIELI MAZARO DE JESUS	2454222
290886	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DAYANE DOS SANTOS GONÇALVES	19833695
292297	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DEBORA CRISTINA ALVES	20898924
291094	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DIEGO AMILTO DA SILVA	21350060
290929	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DIEGO DOS SANTOS SILVA	28945441
290806	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DIENIFFER MARA DE OLIVEIRA SILVA	25235257
290611	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DIVA OLIVEIRA DA SILVA	23020768
291933	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DIVINA ALVES BATISTA	19324375
291135	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	DORALICE DO NASCIMENTO COSTA	14812584
292010	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	EDILANE OLIVEIRA DA FONSECA FREITAS	16695950
292458	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	EDINEIA FERNANDES RIGO SILVA	15847934

291334	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	EDINEIA FRANCISCA BARROS	16717325
291943	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	EDNA KAROLINA TKOWSKY BELMIRO	1204636
290838	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	EGEAN CARLOS DAMIÃO	13370006
290097	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ELIANA APARECIDA FERREIRA	16243730
292457	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ELIANA NUNES BERNARDES TAVARES	14033615
290902	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ELIANE OLIVEIRA	11364572
291905	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ELIO ALVES SAMPAIO	10477438
292107	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ELISANGELA DOS SANTOS	29059275
289838	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	EMANOELLY DE FATIMA DE SOUZA	25321820
291125	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	FABIANA MILEIDE ANTUNES	18435696
291670	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	FATIMA DOS SANTOS BESERRA	21802963
290696	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	FERNANDA APARECIDA ALVES DA SILVA	21383057
291668	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	FRANCIELI VARESCHINI DA SILVA	24580716
290003	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	GENECI TRIPODI	9413785230
289930	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	GLEYCE KELY VIEIRA SILVA	20863004
291097	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	IRALEI OLIVEIRA DO CARMO	1286749
290156	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	IRMA BARBIERO	1593647
290896	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	IVANILDA ALVES FERREIRA	786866
290939	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	IVANILDA APARECIDA DA SILVA	11341572
291942	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	IVONE EUGENIO BONJOUR	8362220
292301	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	IVONETE ISABEL DE SOUZA	16088050
289986	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	JANAINA LEITE SILVEIRA	19622309
291491	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	JHENIFA SIMÃO DA SILVA	23939028
291953	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	JHONATAN APARECIDO LEMOS FLAUSINO	23888873
290063	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	JHONI ADOLFO GYSI DA SILVA	27209954
290869	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	JOSIELE CONTINI FRAGOSO DE SOUZA	24541800
290947	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	JULIANA APARECIDA DOS SANTOS	26856247
292017	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	JUSCELINO NUNES GARCIA GOMES NETO	19874677
291870	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	KEILA APARECIDA DOS SANTOS PINHEIRO DA SILVA	18878806
292286	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	KELI MARA SOARES MEIRA	21830029
290830	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	KELSON LIMA CAVALCANTE	17352118
290014	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LEONICE PISKOR	15272451
290940	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LIDIANE MADEIRA DA SILVA	281193554
290768	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LIDIANE SILVA DOS SANTOS	21053006
290059	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LINDAMIRA FERREIRA LEITE	20511973
290946	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LORACI GONÇALVES	15121704
291057	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LUCIANA APARECIDA DOS SANTOS	15719600
290994	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LUCIANA MARIA CARVALHO DE ARAUJO	9932747
292043	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LUCIANA MARQUES DA SILVA PEREIRA	28330080
291590	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LUCILENE SANTOS FREIRE DIAS	13588230
290302	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LUTHER ALMEIDA TEODORO PINHEIRO	24972495
290765	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	LUZIA MENDES AMARAL	11588888
290749	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARCOS ANDRÉ MAIA	22784527

292075	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARI NEUSA MARQUES ELIAS	13592513
290427	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA APARECIDA DE SOUZA	85153595
291946	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA APARECIDA DOS SANTOS ARAUJO SOUZA	17096057
289849	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA APARECIDA MANTOVANI	19226233
290821	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA APARECIDA RIGO	239108875
291678	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA DE FATIMA NEVES ASSIS	26624281
291266	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA EDILEUSA DOA SONTOS	67355156
290926	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA ELENA DA SILVA	16722540
290840	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA HELENA TORRES DO NASCIMENTO	24201464
291901	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARIA JOSÉ DA SILVA SANTANA	11998776
290702	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARLENE GAIO	14432056
291398	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MARLENE PRATES DA SILVA TARIFA	15363783
292000	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	MONICA LEITE DIONISIO	16978064
292237	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	NEIDILAINE DE OLIVEIRA	15243091
290373	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	OIDONIRA VALCACIO DE MENEZES APOLINARIO	14577801
290276	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	OSIEL MARTINS AZEVEDO	14235005
291129	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	PATRICIA GONÇALVES SANTANA GONZALES	16229410
290247	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	PAULO CESAR DA SILVA SALOMÃO	21946175
290576	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	RAYSSA ALMEIDA RODRIGUES	23068957
291171	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	REGINA ALVES BATISTA DA SILVA	22342486
289912	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROGERIO ROBERTO DE OLIVEIRA	15273334
290607	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSANA APARECIDA DA SILVA	766901
290943	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSANDA ROSA BERNARDO	20614578
290409	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSANE ALVES CARDOSO DE MEIRA	24258423
292179	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSANGELA MARIM ESCORCIO	8320462
292447	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSE APARECIDA PROPERCIO LEONARDI	21054967
290244	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSELI APARECIDA DA SILVA	15076709
290318	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSELI DOS SANTOS	14785730
292083	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSELY LUIZ FERREIRA	14007967
290752	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSEMAR LUIZ FERREIRA	15332179
291432	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSIMEIRE ANACLETO DE PAIVA	10436480
290287	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSIVANIA FLORENCIO DOS SANTOS	21665257
292211	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ROSMARI APARECIDA DOS SANTOS FREITAS	16717686
290977	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA	19620381
290610	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	SANDRA CRISTINA COUTO	14236494
292057	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	SIDINEIA CASTRO SILVA	15778606
291066	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	SILVANA APARECIDA DA SILVA	18151760
291250	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	SILVANA DE JESUS DA SILVA	18873090
290290	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	SIMONE APARECIDA LOURENÇÃO	18572138
292047	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	SIMONE JACINTO DA SILVA	14009889
290142	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	SUZANE COSTA NEVES	19481918
290737	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VALDEMIRA OLIVEIRA DA SILVA	18666493
290635	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VALDETE DE SOUZA SANTOS ROCHA	14431092

289928	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VALDILENE DA SILVA FERREIRA TERRA	29135133
291898	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VALDIRENE LOPES FERREIRA	15361586
290949	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VALDIRENE RODRIGUES DE QUEIROZ CARVALHO	19480466
289954	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VANESSA BARBOSA DE LIMA	20205970
292449	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VANESSA PROPERCIO LEONARDI	20899920
291478	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VANESSA SILVA	17966094
291948	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VANIA CIPRIANO DA SILVA	14085185
291987	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VERA LUCIA BENTO TOMAZ	499367
290322	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VILMA ELIETE DE ARAÚJO	22052810
290036	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	VINICIUS PEDROSO SANTANA	24942049
290078	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ZENILDA DA SILVA VIEIRA	15115372
290497	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ZENILDE DOS SANTOS	14245833
290503	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS	ZILDA LIMA DA ROSA	1053748131
290509	APOIO ADMINISTRATIVOEDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLA SÃO MATEUS	ANGELICA APARECIDA BENTO	20632657
291821	APOIO ADMINISTRATIVOEDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLA SÃO MATEUS	EDSON LUIZ BENTO	77293817
291832	APOIO ADMINISTRATIVOEDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLA SÃO MATEUS	ELIANE ALVES MARTINS FERREIRA	22058460
292231	APOIO ADMINISTRATIVOEDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLA SÃO MATEUS	FERNANDA DOS SANTOS COSTA	19601743
290184	APOIO ADMINISTRATIVOEDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLA SÃO MATEUS	JOSIELLE DA SILVA MIRANDA	1722398
290899	APOIO ADMINISTRATIVOEDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLA SÃO MATEUS	MALUCIA DE SOUZA SANTOS GOMES	14534940
291079	APOIO ADMINISTRATIVOEDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLA SÃO MATEUS	MARIA LENICE LEANDRO DA SILVA	18318169
290986	APOIO ADMINISTRATIVOEDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLA SÃO MATEUS	PATRICIA CAVALCANTE GAMA	20747667
291370	APOIO ADMINISTRATIVOEDUCACIONAL – MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLA SÃO MATEUS	RENILDA APARECIDA NOGUEIRA ARAUJO	27006514
291629	PROFESSOR DE ARTES - ZONA URBANA	ELIANE APARECIDA DOS SANTOS SILVA	16716884
291782	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	ANDRIELLI CRISTINA WOLF	20079168
290461	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	ANNA KÁTHIA SOARES ZIRONDI	14912805
291811	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	CLEONICE PEREIRA DA SILVA	176344882
290517	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	ELENIR FARIA BENTO	605624
290293	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	FABIANE CAVEQUIA	16602013
291724	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	HELDER CALVI INOCÊNCIO	14785820
292300	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	JOSIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	14196999
291521	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	KRISSIA APARECIDA DE ALMEIDA ANDRADE	17876290
291635	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	LUIZ FERNANDO MUNIZ	22668713
292091	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	MISSILENE CARVALHO ALVES DE PAULA	14409070
292435	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	OTTILIE CAROLINA FORSTER	270575753
291603	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	PATRICIA FERNANDA BORRÉ GROSS	17918910
290226	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	ROBERTA IRIS DEITOS SODER	14952068
291367	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	SIRLEI BERENICE KLEEMANN	17285216
291511	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	SUELI MARIA DAMASO DE SANTANA	7480849
291584	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	VANIA DOS SANTOS SILVA	19463154
289926	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	VANILDA PORFÍRIO DOS SANTOS GALANTE	16144813
292273	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	WAGNER CARDOSO ARBOLÉIA	17798787
291414	PROFESSOR DE CIÊNCIAS - ZONA URBANA	WALINGSON COSTA	24026565
291568	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	ABRAÃO ANGELO BARBOZA	23577690
292282	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	ADROALDO LUIZ OLIVA DEPINTOR	17835976
290122	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	DEVAIR APARECIDO BRAGHIN	14234248
292354	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	FABRICIO SILVA DA COSTA	27136990
291214	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	MAICOU MOOR CÂNDIDO DE LIMA	19833580
289822	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	SIDNEIA PEREIRA RAMOS	16230817
291487	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	VALDINEIA TEIXEIRA DIAS RUBENS	19871481
291474	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SÃO MATEUS	ANDERSON RAFAEL DACROCE	22189149
291929	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SÃO MATEUS	CRISTIANE DA SILVA AQUINO RIGO	13806521
291774	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SÃO MATEUS	CRISTIANE RODRIGUES REIS	16615190
291562	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SÃO MATEUS	EDER ANDERSON DE SOUZA	15512940
291726	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SÃO MATEUS	EDNA ADRIANA DA SILVA	13861310
292481	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ESCOLA SÃO MATEUS	LEILA PETELER LEMOS	19133952
291617	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	ALINI MARTINS DA SILVA	19416261
291916	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	CONSTANCIA MARTINS BORGHEZAN	20594950

292532	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	DOUGLAS SILVA DA ROCHA	25072943
291736	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	ELMA BEZERRA DOS SANTOS GOMES	22689893
290207	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	FLAVIO DIAS ANTONIO	20098324
290733	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	JULIANA MACHADO	13793217
291416	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	LINCOLN MOREIRA	15660443
291463	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	LUCIANA GARCIA	21760691
290043	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	MARIA APARECIDA DE LIMA	15155080
289859	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	PAULO ROBERTO RODRIGUES	77885145
290015	PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO - ZONA URBANA	RONI EDISON RIBEIRO DA COSTA	58077561187
291749	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA/ RURAL	CASSIO ROSSATO DE CARVALHO	20356676
292535	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA/ RURAL	FERNANDA TAINARA CORDEIRO DOS SANTOS	25695312
290780	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA/ RURAL	IVONETE RIBAS	3969036
290815	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA/ RURAL	JOSÉ LUIS DA SILVA	10125189
292520	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA/ RURAL	LUZIMAR MAY TIBURCIO	23529369
289817	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA/ RURAL	PÉRICLES BAPTISTA GOMES	18967191
292167	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA/ RURAL	RAQUEL DE PAULA CELESTINO	12261033
291847	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ZONA URBANA/ RURAL	SILMARA BRITO DA SILVA	81316180
291625	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	ALESSANDRO DE MATTOS MACHADO	89525586
291100	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	ANA MARIA DIAS DE SOUZA	23020300
291558	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	CLEONICE APARECIDA DE OLIVEIRA	10846174
291503	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	DENIELLE FERNANDES DA SILVA	16145283
291725	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	HENRIQUE FIGUEIREDO REIS	214112922
289921	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	JÉSSICA DA SILVA GOUVEIA	22321292
290403	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	LAILA RAISSA PEREIRA MORAIS DE SOUZA	21953937
292228	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	LARISSA PEREIRA DIAS	23440180
291110	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	LORILENE FALCHETTI	6486363
290062	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	PAULA KAOMA SALVALAGIO	21359601
290990	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	RAIMUNDA SANT'ANA	280716527
290020	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	ROBSON NOGUEIRA DOS SANTOS	17599083
290491	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	ROSEMARI DA SILVA LIMA	28987438
291309	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	ROSEMARY JULIANI FERREIRA	14038641
289924	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	ROZIVALDO BARROS DE SOUZA	15479960
290326	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	TAMIRES DE MIRANDA ALMEIDA	20710127
291654	PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ZONA URBANA	VILNAR MARIA DE OLIVEIRA	30896238
292260	PROFESSOR DE HISTÓRIA - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	ANA PAULA ARAÚJO	18871852
292287	PROFESSOR DE HISTÓRIA - ESCOLA SÃO MATEUS	RENATA CRISTIINA VIEIRA	1193881
291754	PROFESSOR DE HISTÓRIA - ZONA URBANA	APARECIDA FERRAZ	11011610
291622	PROFESSOR DE HISTÓRIA - ZONA URBANA	CLAUDIA REGINA ROMEIRO MARTINS	795281
290069	PROFESSOR DE HISTÓRIA - ZONA URBANA	FRANCIELLE DE SOUZA GUGLIELMI	18498906
290371	PROFESSOR DE HISTÓRIA - ZONA URBANA	MARIA JOSÉ BATISTA MOTA	386239
290465	PROFESSOR DE HISTÓRIA - ZONA URBANA	REZIERE DE SOUZA	17684285
291658	PROFESSOR DE HISTÓRIA - ZONA URBANA	VÂNIA DOS SANTOS SILVA	10328432
292176	PROFESSOR DE HISTÓRIA - ZONA URBANA	VIVIANE RODRIGUES DOS SANTOS	18879764
292216	PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - ZONA URBANA	ANDRESSA PLACIDO BRITES	21523126
290621	PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - ZONA URBANA	CÉLIA MOREIRA RAMOS	1256031
291936	PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA - ZONA URBANA	MARCUS MATSUMOTO LAZARI	10612807
291081	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	ROBERTO FLORENCIO	300950573
291764	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ESCOLA SÃO MATEUS	MARIA GISELMA FERREIRA DA SILVA	551953
291119	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ESCOLA SÃO MATEUS	OSNITA BUTXKE DE SOUZA	13238124
290884	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	BRUNELDY BUTZKE LEMES	17556368
292132	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	CLAUDINEI GONCALVES DE LIMA	17597218
290200	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	ELAINE JULIÃO	16586352
290508	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	ELEN FERREIRA DA SILVA	27475786
290342	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	ÉVERSON DIAS SABOIA	17529700
290334	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	GISLAINE DE FATIMA PEREIRA AMARAL	15735150
292150	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	MADALENA LOPES DOS SANTOS	66315
291673	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	MARIA JOSÉ RIBEIRO	12552275
291548	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	MIRANDA MARIA SALGUEIRO	14085240
292309	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	QUEILA PEREIRA DE ALMEIDA	18916309
290862	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	ROSANA DIAS DOS SANTOS VELOSO	20013060
290343	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	ROSANGELA JIZUATO DE PAULO	405735091
291003	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - ZONA URBANA	SANDRA CRISTINA DO NASCIMENTO SOUZA	14197219
291742	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ESCOLA SÃO MATEUS	SANDRA ALICE FIGUEIREDO DA SILVA	4213645
291840	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	ANDERSON MAZARO	25454943
291035	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	ANTONIO FERREIRA LEMES	12259578
292095	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	CAROLINA NEVES DE SOUZA	1473490
290385	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	CELSO ANTONIO DE OLIVEIRA	868011
292102	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	CLAUDIMIRO NEVES DE FREITAS	2679043
291543	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	DIANE SEHNEM MAFRA	15651991
290459	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	EDNEY HAUBRICHT	20747152

291421	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	JUSSARA MARTINS RODRIGUES	17454115
291401	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	KARINE PAGLIOCO DE ALMEIDA KLEIN	21802980
291529	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	LEYLA MARTINS JACOME	22669191
291638	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	ODEMIR ROMARIO BECHLIN	15711072
291277	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	ROBSON ERASMO CORA SCHEMMER	22982515
291429	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	ROSANGELA SOUZA AMORIM	11365110
291422	PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ZONA URBANA	SANDRA PEREIRA MOTA GOMES	20080336
290858	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA CORAÇÃO EUCARÍSTICO	EDILENE MIQUELETTI DA COSTA RODRIGUE	20632789
291114	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA CORAÇÃO EUCARÍSTICO	TAINARA DE CAMPOS PARTEZANI	27490319
291628	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	CAMILA VARONI CARDOSO	19480253
292419	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	ELIANA OLIVEIRA	2111018
291997	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	FERNANDA ALVES DA SILVA	1855398
290320	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	FRANCIELE DA COSTA MARQUES	23429607
292162	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	MARIA PATRICIA DA COSTA FELICIANO	25425196
290328	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	NANCI RIBERIRO DE OLIVEIRA	751662
290310	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	NEIDE MARTINS DE SANTANA	7316968
291441	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	NEIVA FATIMA SILVA RIBEIRO	22205667
290368	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	SOLANGE DE FATIMA BARBOSA MARQUES	222676184
292409	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SANTA MARIA DO OURO VERDE	SUELI LEITE	24747440
292374	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SÃO MATEUS	ÂNGELA SOUZA MENEZES	22411909
291815	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SÃO MATEUS	DALVA ANGELITA DA SILVA	13793080
290751	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SÃO MATEUS	GEZILDA DOS SANTOS	1370463
290073	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SOL NASCENTE	DAIANE JESSICA DA SILVA	24407704
291415	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SOL NASCENTE	DALMIR JOSE SARTORI	18220959
291620	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SOL NASCENTE	EUNICE SOUZA DOS REIS GIOVANI	15443035
290238	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SOL NASCENTE	HELEN CAREN BROD	16568036
290643	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ESCOLA SOL NASCENTE	JOKASSIA PELEGRINI BOGNAR	21453861
291207	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ABIGAIL TRAM M	24451584
290483	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ADRIANA APARECIDA DE OLIVEIRA SCHWINGEL	10219390
291838	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ADRIANA CORDEIRO FIGUEIREDO	15660656
290801	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ADRIANA DE SOUZA MARTINS	21055637
290948	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ADRIANA GESIELE TEIXEIRA DOS SANTOS	20985673
291962	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ADRIANA KELLY BANDEIRA DE ARAUJO	297371220052
290529	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ADRIANA REGINA LUCCHETTI	16910990
290356	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ADRIANA SANTOS MANGOLIM DE SOUZA	10420134
291226	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ADRIANA SARDELLI	309880877
290857	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ALAIR GOMES MONTEL	2968304
289900	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ALCIONE PINTO DA SILVA	22412913
291490	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ALINE DUARTE DOSSO DA SILVA	22771891
290639	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ALINE FRANÇA DE SOUZA	298156
291881	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ALTAIR RIBEIRO DE FREITAS BASAIA	25123092
291477	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ANA CLAUDIA DALMOLIN	395614855
290144	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ANA CLÁUDIA DE OLIVEIRA	19664338
292473	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ANA CRISTINA DE SOUZA SANT'ANNA FOGLIATTO	318486545
290232	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ANA LUCIA DE OLIVEIRA KOPSEL	19920520
290005	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ANA PAULA SILVA SANTOS	18029388
291112	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ANDREIA FLORIANO DE OLIVEIRA HERRERO	18786960
290140	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ANDRESSA DA SILVA THEODORO DANCINI	24251798
291439	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ANDRIELLY FERNANDA DOS SANTOS	19235330
291344	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ANTONIA SELIANA DE SOUZA	19381417
290175	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	APARECIDA DE FATIMA COELHO	15094804
291282	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA	14284146
290854	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	APARECIDA MUNIZ	648643
291836	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	APARECIDA PAULIQUI DE NOVAIS	30641373
291532	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ARLENE DAS DORES DE ARRUDA	15389740

291554	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	BERENICE CASTRO ALVES	31986958
292119	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	CAMILA LEVORATO PEREIRA	415729592
290271	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	CAMILA STEFANI CARVALHO	18570984
290859	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	CIMONE MALICE DIAS	20900163
290152	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	CLAUDIA AGUIAR NUNES	16129121
290754	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	CLEUSA DA SILVA	11659335
290292	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	CLEUSA DE FATIMA EZEQUIEL	2021228
290266	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	CLEYCI ROSANGELA GONÇALVES FERREIRA	23106433
290670	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	CRISTIANE GOMES DA SILVA	21744122
289931	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	CRISTIANI ANDREOTTO COALHO	10931341
291715	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DAIANE LOURENÇO DE ANDRADE PEREIRA	24576590
290626	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DALILA CERIACO FERNANDES	16246047
291586	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DANIELE ROSA DE OLIVEIRA	18830811
290319	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DANIELI GRANZOTO CRUZ EQUIDONE	18571620
290013	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DEBORA LEITE DIONISIO	19324359
291810	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DÉBORA MANGOLIM	10753265
290285	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DEBORA SILVA SANTOS SOUZA	241429730
291116	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DEISE GUIRELI DO NASCIMENTO SANTOS	15586235
290404	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DELZUITA ALVES SOUZA	13210440
292264	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DENISE PATRICIA DA SILVA	18527086
291470	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DEVANI LUZIA DA SILVA OLIVEIRA	20172745
290359	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DHENYS MARIA MORAIS DO NASCIMENTO	243521320037
291468	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DIOGO MAKAIVER SIMÕES DE SOUZA	27906280
290237	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	DIRCIANE JONER	15846199
290107	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EDER CLEDINEI ENGSTER	14285932
291512	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EDILENE FAGUNDES DALMOLIN	16676483
291232	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EDINETE GOMES DA SILVA JOAQUIM	11958855
291310	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EDNA FERNANDES BERNARDES	13783424
291750	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EDNA MARIA MACHADO DE MATTOS	19475756
290488	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EDNÉIA APARECIDA DE OLIVEIRA BANIN	13161547
290981	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EDNEIA CICERA DE SOUZA BRAGA	10292322
290376	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELIANE CRISTINA KRAUSE	88042581
290257	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELIANE DA SILVA BANCI BASSIQUETE	11557982
291781	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELIANNA DA SILVA LUCENA	19397178
290950	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELIENE OLIVEIRA DE SOUSA	20640897
292391	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELISANGELA JUNGLAUS	26858096
292498	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELISANGELA LIMA DE MORAES	19035357
291485	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELISIA DA SILVA LOPES	22411968
290321	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELIVANIA DA SILVA FRANCISCO	22322116
290853	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELIZANGELA PEREIRA DOS SANTOS	17793912
290748	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELZA BERNARDO	14298848
291541	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ELZA CENDON ANDRE	56599568
290352	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EMILY NAYAN DE JESUS LIMA	17861900
290514	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EUNICE DE SOUZA MARTINS	22810870
290641	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EVANICE INÊS APARECIDA DO CARMO	19133448
292503	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	EVELINE DOS PASSOS TEIXEIRA	21611777
290346	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	FATIMA ZINGRA ROCHA SILVA	14482150
290193	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	FLÁVIA LIRANÇO DA SILVA	12210226
291248	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	FRANCESCA MONICA DE OLIVEIRA FERREIRA	19380860
290616	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	FRANCIELY DE SOUZA PEDROSO	12437905
291704	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GEIZE ADRIANA PAZIM	14691787
290718	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GISLAINE LIMA PALHOTO	21760802
291349	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GLEICE JANE SANTOS	15341550
291412	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GLEICIANE MENDES DE LIMA VARGAS	26676320
292133	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GLEICIELI OLIVEIRA DA SILVA NASCIMENTO	22824073
291952	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GLEISON DAVI RODRIGUES MOREIRA	17838231
291544	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GRACIELA OLIVEIRA SILVA	247913558
291707	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GRACIELI APARECIDA DOS SANTOS GARRIDO	16246314
289996	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GRACIELI CRISTINA BETARELLI	20769610
290661	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	GREICIÉLE VOLPATO DE SANTANA	21137684
290587	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ILDENE DA SILVA SOUSA	14655110
291071	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ILI DE OLIVEIRA TAMASIA	22153730
291378	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	IRENE MARIA SOUZA DA CRUZ	15358062
290479	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	IRISNÉIA DE MOURA	16507800
290269	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ITAMARA DE OLIVEIRA PULCINELLI	63486566
290323	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	IVONE HENRIQUE SOARES	10573259

290451	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JACQUELINE MARQUES DE OLIVEIRA	23209585
290347	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JAKELINE PEREIRA LIMA	22770798
290673	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JAKLINA YANES DE SOUZA	18606075
291371	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JANA RUBIA COLHADO	14085275
290574	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JANISLEI CRISTINA PIRES	14692058
291153	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JOSIANE MARIA LEITE	813278
289812	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JOSIANE MESSIAS LEMOS	22174001
290578	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JOSSIMARA APARECIDA DUARTE	15759318
290096	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JOYCE MILKA SOUZA	20280068
292185	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	JULIANE TAMARA FERREIRA	21100900
290656	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	KEILA FERREIRA COSTA	19700113
291646	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	KELLY JACIANE SANTOS DA SILVA	8671721
291991	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	KEROLAYNNE ALVES DOS REIS	24306525
292019	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LAUDICEIA LISBOA CORREA	19624344
290395	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LAUDICEIA OLIVEIRA DA SILVA	25719807
290224	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LAYLLA BENICIO BAEZ	21054576
290742	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LEDA TATIANE DE LIMA	15928772
291496	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LEIDE CARLA FERREIRA MEDEIROS	1473519
290692	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LEILA GOMES	16467400
292332	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LOANA VALQUIRIA BARBOSA DE LIMA SALES	22154299
291780	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LUCELIA FERRANTE DOS SANTOS	22810650
290039	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LÚCIA TEREZA CORRÊA	1400713
290365	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LUCIANA CRISTINA BARBOSA CAMANHO	16613414
290024	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LUCIANA DA SILVA SANTANA	14551209
290693	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LUCILENE LUIZ GOMES SILVA	20746741
291508	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LUCINEIA BATISTA DO NASCIMENTO PEREIRA ROCHA	23066350
290573	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LUZIA HERREIRO SANTI	16246527
291281	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	LUZIA OLIVEIRA DE ARAUJO	8088349
292462	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARCIA HELENA LUNA FALQUETO DE ALMEIDA	3098850
291197	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARCIELLY DAYANE SILVA SANTOS PAVOSKI	22511792
291955	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARCOS KWOLL	27645991
291591	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARIA ADELAIDE SILVEIRA DA SILVA	13813544
290349	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARIA APARECIDA CAMANHO	505450
291663	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARIA DA PENHA SILVA CUNHA	13217380
289897	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARIA DO CARMO FFERREIRA LIMA	29858071
291706	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARIA ELZA FERREIRA DA ROCHA	13985906
291497	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARIA JOSÉ DA SILVA FÉLIX	9773407
291938	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARIA ROSANGELA DA SILVA	20214308
291045	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARIA SOCORRO SILVA PEREIRA	16697502
290620	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARILENE RIVADAVEA DE SOUZA	10657223
291495	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARINALVA DA SILVA	30075234
292145	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARINALVA MEDEIROS SILVA ALVES	268950611
290406	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARINEIDE DA SILVA	979028
292285	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARINETE GIOVANI MEGAIOLI ECCO	5976278
291001	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARISTELA FAVARI MUNIZ	13667904
290494	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARLENE APARECIDA RODRIGUES GARRIDO	14431904
291324	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MAROISA BATISTA DE ANDRADE SILVA	19601751
292039	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MARTA FERREIRA CARVALHO	17904285
289998	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MEIRE HELEN DA SILVA AQUINO	14951215
290843	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MILENE THAIS GONÇALVES DA SILVA	22114424
290242	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	MONICA PEGORARO	12260584
290577	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	NEUSA PEREIRA DOS SANTOS	9790322
290350	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	NIDIA HALATENO	14691710
290872	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	NILDA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS	13158813
291546	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	PATRICIA PEDROSO BARROS	23370122
290129	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	RAFAELLE POLIANA GARCIA DE OLIVEIRA	16466543
290879	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	RAKEL LEMES DO NASCIMENTO	15341879
290782	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	REGINALVA MENDES SANTANA	16456815
291382	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	RENATA ALMEIDA	23947918
290041	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	RENATA APARECIDA MODAELLI	9371850
290339	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSA CRISTINA MARINELLI	15930980
291886	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSA FRANCISCA GONÇALVES	1088720
290195	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSA MONICA DE SOUZA	968101
290681	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSALIA RODRIGUES MARTINS DOS SANTOS CHIOTTI	28068360
291033	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSALINA DA SILVA MARTINS	14691159
290136	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSANGELA DA SILVA	19362285
291677	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSANIA LIMA DE SANTI	12499846
291519	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSELI RIBEIRO DOS SANTOS	13445901
290476	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSELI ROSEDRIGUES DE SOUZA	15144089

291520	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSIBETE MARIA FERNANDES	748077308
292174	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ROSIMEIRE DA SILVA DOS SANTOS.	22152024
291637	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SABRINA MICHELLE DE SOUZA	23907037
291567	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SAMARA PAULA DA COSTA	225064111
290233	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SANDRA APARECIDA GUEDES	16943900
292061	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SANDRA APARECIDA PERSEGUINI MARTINS LEITE	14919460
291402	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SANDRA MARIA DE SOUZA	13258010
290596	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SANDRA TEREZA DE PAULA TSUKA-MOTO	109879
290629	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SANTINA LOURENCAO	10895299
292434	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SEBASTIANA ADRIANA DO NASCI-MENTO	10881239
290685	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SELMA DE JESUS OLIVEIRA	965226
292104	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SILVIA REGINA DOS SANTOS ALE-XANDRE	22668454
290602	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SIRLENE BENTO DA SILVA	11705779
290006	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SOLANGE APARECIDA GUEDES	14311518
290852	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SOLANGE RODRIGUES DOS SANTOS	9165185
290866	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	STER BEATRIZ FERREIRA SANTOS	11146897
292274	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	SUZANA DASILVA	18666078
289974	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	TAÂNIA ROSA BATISTA	10504419
291028	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	TATIANE DE CARVALHO	16568060
290982	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	TATIANE RODRIGUES DE SOUZA	15076601
292359	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	THAIS RIBEIRO MEDEIROS	20697228
290270	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	THAIZE SILVA CAMARGO	18807410
290518	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	UANDERSON DA SILVA LIMA	24451703
290296	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	VALDETE FERREIRA NEVES	577232
289893	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	VANDINEIA EGEA BARBARESCO	16212177
291152	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	VANESSA CRISTIN SARAN DE SOUZA	305203642
290071	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	VANESSA NOGUEIRA DA SILVA	20787642
290723	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	WALESKA ARAUJO DE SOUZA	19623267
291506	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA	ZENAIDE LUCIANO MOREIRA	10767266
290904	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	ADEMILSON ALVES FERREIRA	22414991
291730	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	ADRIANO MENDONÇA DE OLIVEIRA	11888334
292255	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	ALESSANDRO UBIRAJARA CARDOSO	1065041
290745	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	ANGELICA TALITA ASTRISSI	20850549
292269	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	EDEMILSON BITENCOORT VACARO	12934631
292219	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	FERNANDA SANTOS SILVA	16492510
290850	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	FIVER JUNIOR DA SILVA	14951940
291950	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	MARYANA ANASTÁCIO OLIVEIRA	24974129
292477	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	MIRIÃ DE OLIVEIRA	11418621
292171	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	MIRIAN RIBEIRO DA COSTA	10328424
290378	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	REGINALDO PRADO SILVA	294654549
291069	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	ROBERTO AMOR LHANA JÚNIOR	444838624
290736	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	ROMERO ROCHA BALDAIA	14938596
290970	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	ROSILENE DOS SANTOS MARTINS	28637607
292521	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 20H	VALÉRIA ZANELLA	95762069
290380	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	ALEKSANDR FERRO	9208216
292008	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	ALESSANDRA DOS REIS FERREIRA	7219680
290425	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	ALEX LIGOR MOTNEIRO	19078617
291451	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	ARIEBERTON DANIEL PEREIRA DA SILVA	20165803
292529	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	BRENDA RODRIGUES DOS SANTOS	26030497
290429	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	CARLOS JERONIMO JUNIOR	20854838
290808	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	DANIELE LASCH ALVES	20519290
290303	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	DIEGO ADRIANO MARTINS ALVES	18527159
290903	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS	226346
290743	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ES-PORTE - 40H	HEBERT MOREIRA DA SILVA	12936553

290330	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESPORTE - 40H	IRAN DE CASTRO MACEDO	1321637
292484	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESPORTE - 40H	JOELSON DOS SANTOS GRANZOTO	19476230
292213	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESPORTE - 40H	MARCELO SANTOS DE AMORIM	12384291
291944	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESPORTE - 40H	PEDRO PAULO DE CAMARGO FILHO	10096698
291314	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESPORTE - 40H	RAQUEL DE PAULA CELESTINO	12261033
292027	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESPORTE - 40H	RONY CLAYTON OLIVEIRA DA SILVA	22046267
290396	PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SECRETÁRIA ADJUNTA DE ESPORTE - 40H	VIVIAN CRISTINA DE FREITAS MORAIS PINHOLATO	15539750
292134	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ADRIANA MODESTO DA COSTA	20157584
292232	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ALESSANDRA DE SOUZA	22254951
290171	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ALESSANDRA GOMES DE OLIVEIRA	27489957
289919	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ALINE FABIOLA LINDOLFO SANTOS	22108424
292243	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ALYSSON LUCIO PRETTI TARGA	24590592
291064	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	AMARILDO ROCHA	23979585
292196	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ANA CRISTINA DOS SANTOS	15930173
291355	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ANA LUCIA LOPES CASSEMIRO	19397797
290945	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ANA PAULA MODENEZE RENOSTO	89834767
291692	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ANDRÉ APARECIDO FERREIRA DA SILVA	21114188
292004	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ANDREIA COSTA MATOS	18476562
292500	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ANDRESA CARMAGO	24532169
291756	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ANGELA DOS SANTOS URSULINO	17797454
292194	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ANGELO ROBERTO BIZIO	379350245
291461	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ANTONIO JUNIOR ANDRADE FERREIRA	21002665
291394	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ARIANE ALVES DE LIMA SILVEIRA	23822635
290536	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ÁVILA DIONISIO DA SILVA	264421705
291479	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	BEATRIZ MERCEDES DA SILVA ROYO	28798864
290705	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	CARLOS JUNIOR DOURADO DE ARAUJO	619594
290651	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	CRISTIANE WERMUTH	16286057
290167	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	CRISTIELE RASSVEILER LEAL MARTINS	18246540
292077	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	CRISTINA DE LIMA RODRIGUES	1036418
290713	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	DAISE ROBERTA DE SOUZA	21350230
291857	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	DANIELA SUELLEN RULIM CABRAL	24459518
290307	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	DARCI DIAS SOARES JUNIOR	21595321
291354	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	DEBORAH MIRELLE DA SILVA	26515679
292401	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	DEISIANE MAXIMO DOS SANTOS	20205309
291149	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	DHARA JAMILLE PONCIANO	24115754
289836	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	EDIMAR APARECIDO RIBEIRO	16245687
291806	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	EDUARDO HENRIQUE DE SOUZA BATISTA	28987624
290329	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ELAINE SILVA BRITO	21645086
291259	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ELENICE ALVES MARTINS	15291626
291077	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ELIAS ALVES ARANHA	30036321
291555	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ELIAS AUGUSTO CARDOSO	25235559
290800	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ELIEZER GRANVILE DOS SANTOS	23068876
290761	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ELIZANGELA GONÇALVES MACHADO	11388161
291074	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ELSO MAXIMO DOS SANTOS	20205236
292384	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	EMERSON SEBASTIÃO DOS SANTOS OLIVEIRA	26287005
291294	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	FERNANDA DOMINSCHEK HARTMANN	22468285
290571	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	FLAVIANE MARIA OLIVEIRA PEREIRA	23316489
290908	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	FRANCIELLE VANESSA MENEZES PIGOSSO	22513485
291249	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	FRANCINETE MARIA DA SILVA	428999920111
292376	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	FRANCISCO ASSIS LIMA	176014500
291550	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	FRANTHESCO FUZINATO	25784269
289961	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	GABRIEL LINCON LEONEL LOPES	27018423
290164	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	GEFERSON WESLEY SCHULZ	25895605
292289	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	GEOVANA TEODORO NASCIMENTO	28607686
290898	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	GEREMIAS DE SOUZA MADRUGA	26583925
290652	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	GERSON DOS SANTOS DA SILVA	15076423
289973	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	GESSICA PAVÃO DE SOUZA	19805489
290341	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	GRASIELLY DE OLIVEIRA CORRÊA	16467450
290628	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	HENRIQUE FERNANDES DE OLIVEIRA	26908786
291145	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	HEVELIN FIDELIS DOS SANTOS	2251770
289943	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	HUGO DINIZ DE OLIVEIRA	130004142
291896	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	INGRITI NAIARA MARTES	20901216
289809	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ISABELI DA SILVA NIENKOETTER	130625584
292380	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ISADORA GABRIELA DA SILVA	28607678

292189	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	JAIME DE SOUZA COSTA	21009023
291443	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	JESUS KINNER BARRIONUEVO	34665117
292451	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	JHONATHA TONON DE SOUZA	20000855
291216	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	JHONI ALVES DOS SANTOS	19601867
291972	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	JHULIANNE MEDEIROS DIAS	17773644
290314	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	JONAS LIMA GOULART	27583376
292302	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	JOSCILENE CRISTINA SANTI	22187979
290240	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	JOSELINO DA SILVA BRITO	25240854
292036	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	JULIANA FERREIRA	27490343
292395	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	KAMILLA DA SILVA MARQUETTO	27724310
290470	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	KAREN METELO	24836117
290284	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	KÁTIA DE OLIVEIRA SILVA	25568310
291846	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	KAWANE CRISTINE GUERO	26063816
289851	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	KÉROLLY RIBEIRO SCHUENCK	27341720
290642	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LEANDERSON TONON MOREIRA DA SILVA	25728504
290212	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LEANDRO APARECIDO DOS REIS	11926023
290844	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LEANDRO SATURNINO DA SILVA	17057396
290410	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LEONARDO SILVA DE FREITAS	22099468
291498	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LORRANNY DE ABREU AVELAR	26555069
290234	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LUCAS OLIVEIRA REICHEL	22415343
291253	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LUCAS VINICIUS MARTINS CORDEIRO	23791454
291753	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LUCIANO OLIVEIRA DOS SANTOS	11915528
290746	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LUIZ APARECIDO DOS SANTOS	24343749
290985	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LUIZ GUSTAVO ALDAVES ROCHA	19833598
289972	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	LUIZ HENRRIQUE MARTINS	638010603
291234	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MAICON DE JESUS JOAQUIM	5509068
290241	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARCELA DE OLIVEIRA SAMPAIO	52494572
290710	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARCIA PEREIRA DE SOUZA SALVALAGIO	13279491
290917	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARCIO DOS SANTOS	223888397
290584	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARCOS VINÍCIOS DIAS	19683073
292396	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARIA DE FATIMA DA SILVA	10931392
290105	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARIA LUCELIA DA SILVA GUIMARAES	24542172
292009	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARIA LUCIA MORELATO	16669533
292140	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARINALVA GERMANA DA SILVA	16212053
291915	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARIO DA SILVA JUNIOR	21319570
290182	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARLI MORAIS	11502460
289866	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MARYA EDUARDA MARÇAL BORGES	27891011
292367	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MERCIA LUANA PEREIRA PESSOA	26719398
292164	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MISLENE ALENCAR DE ARAÚJO	20295561
292468	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	MONIQUE DE SOUZA SANT'ANNA FOGLIATTO	28665082
292491	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	NADIA MACEDO DE OLIVEIRA	10467971
291596	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	NATIARA PEREIRA BERNARDES DE SOUZA	39607778
291641	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	PABLO CONCENCIO DA SILVA	21759880
292432	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	PAMELA ALINE ARAÚJO DE CAMPOS	23373814
290130	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	PATRICIA DA SILVA ADELINO	20393075
290662	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	PAULO HENRIQUE DE SOUZA FERNANDES	17656826
291437	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	PRISCILA DA SILVA PIETROSKI	21279780
291327	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	PRISCILA PEDROSO BARROS	19601646
292476	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	QUEILA SILVA	14919192
291345	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	RAFAELA FERNANDA ROCHA	28119452
291146	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	RAFAELA TARGA	24359548
290089	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	RAMILLE TONON ANASTACIO	13445154
291553	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	RICARDO RICHARD PEREIRA DE SOUZA	23067403
290847	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ROBERTA DIONÍSIO DA SILVA	23065710
290887	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ROSANA GOMES CARDOSO	16416074
290064	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ROSE MARIA PIRES AMARAL	422766020112
290772	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ROZENIL PEREIRA DE CARVALHO	11659211
291240	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	SILVANA DA ROCHA	12488204
289976	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	SILVANA MICHAELSEM DE LIMA	24817481
290032	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	SOLANGE LEITE VILLA	24001112
290485	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	SUSANA ISABEL DA SILVA ROYO	17839017
290721	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	TALITA NOGUEIRA MORAIS	20304226
291428	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	TAUANE DE PAIVA MORISSO	27634604
292258	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	TELIZANE BASILIO DE MELO	12376981
290688	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	THAINARA RAMOS DA SILVA	27017320
292329	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	THAIS ADRIANA DA SILVA	27939448
291853	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	THAYNARA FRANCO DA SILVA	28618467
291247	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	UELITON DE SOUZA LEANDRO	24541990
291395	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	VALERIA ADRIANA RODRIGUES	71197980
291287	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	VALQUIRIA ROSA PEREIRA	445838139

291465	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	VANESSA MOREIRA DOMINGUES FREIRE	20166028
292541	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	VANESSA REIS ALFAIA	28713044
291013	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	VITOR LARA XAVIER	23790440
290836	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	WAISTER ATOLEIDO VENANCIO	28310055
292240	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	WESLEY BORGES ALMEIDA	20268297
290286	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	WESLEY RIBEIRO RIVADAVEA	26802228
292146	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	WESLLEY GABRIEL OLIVEIRA BIESEK	26744732
292153	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - ESCOLAS URBANAS	ZENAIDE RODRIGUES PONTES DA SILVA	18879977
290045	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	ADRIANA GARCIA SOARES	29189144
289858	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	JANILSON SILVA ALBANO	17012910
292112	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	KARLL SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA	42842577
292262	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	LUANA PIO FRANZOIA	18967418
292046	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	LUCIANE RODRIGUES DE FARIAS.	14008068
290773	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	MARIA LUCIANA PEREIRA DA SILVA	13598228
289916	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	RAFAELA DE SOUZA SMERDCK	30036470
290998	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	RENATA MEDEIROS LIMA	28271866
292103	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	ROSINERI ANIZELLI DE OLIVEIRA	428424442
289984	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO	TATIANE DA SILVA DIAS DUTRA	17345685
291258	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	CARINE NASCIMENTO SILVA FERREIRA	29455266
292515	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	ELAINE MAY TEIXEIRA	25592394
290690	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	ELIDIA APARECIDA FERREIRA	12801747
290774	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	GISLAINE LESNIEWSKI	17952484
291959	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	HELANDA MONIZE PEREIRA	26754193
292151	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	IVANA MARCIA PEDON	14252350
290989	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	JOSCIELE GUIMARAES DOS SANTOS	902454030
290622	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	LINDIANE DANUBIA APOLONIO DA SILVA	22810052
292099	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	MARCELA PIETRO FERNANDES	28493915
290786	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	MARIA APARECIDA DE JESUS ARAÚJO	7230222
291431	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	NAYARA DE SOUZA SCHMIDT	27629309
291083	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	ROSIANE DE SOUZA PEREIRA DE ALMEIDA	23577436
289831	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	ROZIMEIRE RIBEIRO FERMINIO	21044619
290220	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	SUZICLEI ALVES CARVALHO	22413022
291026	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	VALDIRENE DOS SANTOS	20747187
290448	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLA SÃO MATEUS	VANESSA PEREIRA DOS SANTOS	24682594
289982	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ADAILDE SARGES	309741120065
291604	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ADENIZE PRADO DOS SANTOS	16862104
291329	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ADENY ROSA DO CARMO	3729270
291757	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ADRIANA ALVES ARAUJO	15947629
290372	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ADRIANA ANDREIADOS SANTOS	14009934
289989	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ADRIANA ANGELO FERREIRA	21009465
290022	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ADRIANA CAROLINE OLIVEIRA DE SOUSA CASSOL	16674189
291564	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ADRIELI CALDEIRA DA SILVA	630511044
291848	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ALESSANDRA CRISTINA DIAS DA SILVA BRITO	24043435
291138	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ALINE CRUZ SANTOS	19415427
292357	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ALINE VIEIRA MEDEIROS LAZZARI	24745731
289818	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	AMABILE OLIVEIRA CAON	24909041
291759	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	AMANDA KHETHELYN DE OLIVEIRA SANTANA	24773220
290131	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	AMANDA RIBEIRO DA SILVA	2515478
291798	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANA CAROLINA DA SILVA CORREA	26647370
291685	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANA CAROLINE DE ARAUJO	25133608
291012	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANA CECÍLIA SOUZA CARDOSO	24540781
292334	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANA FLAVIA RIBEIRO DOS SANTOS DIAS	23067870
290958	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANA LÚCIA DE SOUZA CABRAL	14551756
292069	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANA MARIA OLIVEIRA LIMA	13668072
290004	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANA PAULA ARAUJO DA SILVA	23882824
290168	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANA PAULA DE SOUZA	19397054
290572	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANA SELMA DOS SANTOS	14481936
289909	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANDERSON DE SOUZA BORGES	23603518
290147	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANDRE SILVA DE SOUZA	23159677
290399	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANDRÉIA FERREIRA DO CARMO	25551396
292089	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANDRESSA APARECIDA ALVES HIGINO RAMOS	25904396

290390	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANDRESSA LEANDRO MOREIRA	22337237
290037	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANDRIELLY MATEUS MARTINS	25425269
291582	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANGELA CAMILA SANTANA VISCHT	28121090
291856	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANGELA NEVES DUTRA	24541400
291771	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANGELICA DOS SANTOS URSULINO	58662667
291469	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANGELICA WOLF DACROCE	21881723
292098	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANGELINA DOS SANTOS	14812088
291396	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ANNA PAULA BEZERRA DE SOUSA SANTOS	370962720091
290227	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	APARECIDA CÂNDIDA DA SILVA STRAZZA	13806050
291095	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	18572189
292244	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	AQUILA DE CARVALHO BARBOSA BERALDO	13398644
291377	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ARTENIZA FHIAKUTAKE VELOZO	23383178
292392	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	AUREALICE GUERREIRO	13664042
292256	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	AURICELIA GONÇALVES VIANA	15812510
290393	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	BARBARA BARBOSA MARQUES	24267317
290619	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	BEATRIZ RODRIGUES PLACIDO	28013166
291050	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	BENIANA PEREIRA DE ALMEIDA VIDAL	29545064
290888	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	BIANCA ALVES MARTINS	25113712
291643	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	BRUNA DA CRUZ ANDRADE	2545477
290469	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	BRUNA SANTOS QUEIROZ	28405226
290058	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CAMILA DOS SANTOS SILVA	27597954
290618	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CAMILA MARQUES NEVES	22411852
292065	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CAROLINA ALVES SPINDLER	22690310
291011	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CATIÚCIA RODRIGUES FAGUNDES	15495370
292370	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CAUANE MATHIAS HEGELE	149483365
291696	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CELIA MACIEL DA SILVA DE OLIVEIRA	8826951
292199	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CIANE PINTO PANTOJA	26121417
290967	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CINTIA RAFAELA ROCHA	24970816
291833	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CLAUDINEA ALVES PEREIRA	14183790
290278	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CLAUDINEIA LOPES	17683912
291893	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CLEIDE CANOFRE	22668390
292100	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CLEONICE PEREIRA DA SILVA SAKAGUCHI	13230760
290108	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CLEUDIANE ALVES COELHO	181333240
290190	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CRISLAINE DOS SANTOS BEGATTI	27722902
290519	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CRISTIANA ALVES LOPES GUIMARAES	26706016
290188	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CRISTIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	13591843
290700	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CRISTIANE ALMEIDA	28472179
291096	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CRISTIANE ALVES GEROLA	21657106
291101	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA	19162979
290194	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS BEGATTI	12785273
290246	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DAIANA THAIZ DA SILVA SOARES SANTOS	26846446
290863	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DAIANE ALVES DE AMORIM	24853615
290512	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DAIANE DE SOUZA ALVES	19700237
290515	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DAIANE DOMINGOS DO NASCIMENTO	25234714
291206	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DAIANE OLIVEIRA DE JESUS	24115673
290717	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DAIARA MARIA TAVARES	23064641
290103	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DALICE AVANCI	18166105
291862	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DAMIANA CRUZ DE LIMA	902743
291251	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DANIEL FERREIRA SOARES	266528405
291211	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DANIELLE MAISA LOPES	23932899
292349	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DANIELLY FERNANDA ARAUJO DE OLIVEIRA	25985663
291790	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DANUBIA DIAS CAROLINO	26555280
290849	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DARLENE CRISTINA DA SILVA	20221541
290280	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DAYANE LEMES GUIMARAES	25904302
292221	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DAYANE LIMA DA SILVA	27341780
290383	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DEBORA APARECIDA DOS SANTOS VAGMAKER	21421609
291333	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DEBORA SILVERIO	16911997
290197	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DEISIQUELI PEDROSO DE AMORIM	21800979
291985	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DHESLEI PAULA PEREIRA DA SILVA	24541524
289933	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DIENE PEREIRA TEODORO	27120201
290254	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DIENIFHER MESQUITA	23063971
290933	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DIENNIFER MONTEIRO GOMES	24541125
291482	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DIENY ALVES DOS ALVES DOS SANTOS	29314321
290507	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DJENIFFER REGINA ALVES DOS SANTOS MOLINARI	1626880409
291804	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	DORCELI ALVES BATISTA AMARO	7752202
290487	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EDENIR PEREIRA DE CARVALHO	11718757
292227	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EDIELLY SOUZA MORAES	27752445

292002	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EDILAINE DOS SANTOS MOREIRA	27590119
291141	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EDILENE MARIA DO CARMO	24085855
290338	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EDNA APARECIDA DE OLIVEIRA SAMPAIO	13591746
291565	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EDNA DE FATIMA DA SILVA	618718
290505	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EDNA DE SOUZA MARTINS	21729255
290018	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELAINE DE FIGUEREDO NERY	20065825
290333	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELAINE SILVA BRITO	21645086
289971	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELAINE TEIXEIRA VIEIRA	20770529
290860	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELIANA CRISTINA DE SOUZA SANCHES	15229890
290206	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELIANE FELIX	18477321
290963	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELIDAISY SARAIVA GALANTE	22335790
290724	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELINE CIBELE SILVA VIEIRA	39314731
290364	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELISANDRA REGINA DA SILVA	21699127
290796	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELIZABETE RIZO DOS SANTOS	1603632
289981	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELIZANGELA APARECIDA DA SILVA SANTOS	21521379
291176	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELIZANGELA DOS SANTOS LANTON SALDANHA SILVA	11689765
290283	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELIZANGELA DOS SANTOS NUNES LEMES	23007249
291535	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELLEN PAULA DIAS	16716710
291826	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELOIR MACIEL DE PONTES DOS SANTOS	20594445
292299	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ELZA DA SILVA	10824030
291484	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EMANUELLE CARVALHO DE ARAUJO	25327682
289997	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ERICA OLIVEIRA DE JESUS	28494067
292193	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ERICA PIRES	19914873
291703	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ERIKA CRISTINA NETO	27939863
290711	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EULA PAULA PEIXOTO DE SOUZA	22184384
291569	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EULALIA DARLEANE SILVA DOS SANTOS CRUZ	352393320088
290816	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EUNICE BRITO DE SOUZA	15045064
291513	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EUNICE DOS SANTOS ANDRADE	964229
290192	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	EUVANDES ALMEIDA BISPO	20915780
289946	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FABIANA DE OLIVEIRA CANGUÇU	22412840
292511	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FABIANE HELENA PATEL ZAMONER	26329247
292201	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FÁBIO SOARES FERREIRA	26923033
290082	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FABIULA APARECIDA BACA SILVA.	24662232
290604	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FATIMA SGOTI	15332560
290839	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FERNANDA CAVALCANTE DA SILVA	25670239
291286	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FERNANDA NOCHELLI DA SILVA	19297076
292059	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FERNANDA PAULA BLOCK	21618453
291633	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FLAVIA MARIA MIRANDA	29827272
291128	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FRANCIELI DOS SANTOS GADZISKI	28151062
290017	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FRANCIELI LOPES DE AZEVEDO	20367996
291384	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FRANCISCA JACIANE FEITOSA PEREIRA TRINDADE	352324520081
289941	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	FRANCISCA OLIVEIRA SILVA	11915790
292339	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GABRIELLY FERNEDA BORGUETTI	24542970
290918	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GESSICA BALTAZAR FERNANDES	29630258
291923	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GEZIELI BISPO PINHEIRO	21533300
290691	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GIOVANNA CAROLINE PEREIRA	29226716
292453	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GISELI BATISTA DOS SANTOS	19475969
291700	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GISELI TAVARES DOS SANTOS	20898525
291123	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GISLAINE DE SOUZA PEREIRA	19705956
290345	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GLAUCIA FARIAS SANTANA	23894636
291115	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GLEICE KARINE BISPO MOURA	23235691
290040	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GRACIELE APARECIDA VIEIRA	22625283
290076	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GREICIANE ADAMI	26753340
291831	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	GREISE GODOI DE OLIVEIRA	23616571
290047	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	HELAINE DE SOUZA MATIAS	25236830
289903	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	IDEIQUE ALVES DA GAMA	16437500
290042	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	INAARA GUEDES RIBEIRO	25236903
291841	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	INGRID ZACHI VERAS RÉ	131254210
289839	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	IRENE BATISTA BARBOSA	21092800
291374	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ISABEL ATOLEIDO VENANCIO	3985162
290027	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ISABEL RANGEL DA SILVA	1033284
292284	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ISMENIA THAISA GUIMARÃES NAZARIO	21695253
290680	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	IVONE MARIA DA SILVA	538754
290216	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	IVONETE CARNEIRO PIRES	13287028
290630	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JACKELINE CANDIDO BIZIO	25721224
290297	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JACQUELINE KAUANE PLÁCIDO	22510877
290778	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JACSON SCHVETZER SCHMIDT	5052350139
291631	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JANAINA DE SOUZA PINTO	27628914
292090	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JANAINA FAGUNDES ARAÚJO DA SILVA	23603054

291748	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JANETE FREIRE RODRIGUES	2233184
290405	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JAQUELINE OLIVEIRA GOMES DE AMORIM	26061430
290221	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JAQUELINE POZZEBON	16274245
291818	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JAYNE DE OLIVEIRA LIMA	27164918
292469	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JENIFER CAROLINE SOUTO DOS SANTOS	23398833
290363	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JESSICA ALVES DE LIMA	21499799
290719	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JESSICA APARECIDA DA SILVA CANOVA	22629564
289936	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JESSICA JANAINA DA SILVA	24541427
289887	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JESSICA MAYARA LACERDA	001771499
290087	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JÉSSICA OLIVEIRA PIRES DA SILVA BRITO	20563418
292365	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JESSICA VIANA PELINI	25551817
290473	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JHEIMY CRUZ DONADIA	22337946
290756	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JHENNIFER LETICIA DA SILVA	26812231
292504	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JHULLY ARAGAO PINHEIRO	21054410
290729	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JOICE GUIMARÃES CORREA	4420132607
291830	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JOSEANE SIQUEIRA BATILIERE DE SOUZA	25302256
290370	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JOSEANIA BENVINDO DA SILVA	943750
290265	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JOSIANE GOLÇALVES DO NASCIMENTO	26063360
290779	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JOSIANE PEREIRA DE AMORIM	22853464
290106	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JOSIANE WILLIANE DA SILVA DE SOUZA	21552738
291872	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JOSLAINE PEREIRA SANDES	13258559
291849	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JOYCE MARIA MARQUES	27858294
289956	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JUCIMAR FERREIRA DA SILVA	10361669
291911	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JULIA GONTIJO MILHOMEM	30957419
292086	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JULIA KEREM SAMPAIO	26063921
290348	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JULIANA DE OLIVEIRA SAMPAIO	524945731
289938	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JULIANA FRAPORTI	17119162
291600	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	JULIANA ZANCANI BRANDAO	421602703
290453	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KARINA POLIANA DE OLIVEIRA	25235699
291801	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KARINA SANTOS LIMA	28120361
291791	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KARINE APARECIDA DA COSTA	24972584
292126	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KAROLAINE DE PAULA ANDRADE	23406879
290935	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KAUANE APARECIDA RIBEIRO	27490130
292135	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KEILA FABIANA DOS SANTOS.	18987559
291581	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KEILA MARIA DO NASCIMENTO	18788157
292048	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KEILLA CRISTINA DA SILVA	27756882
292096	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KELE VIEIRA MEDEIROS	533003623
290510	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KELLY CRISTINA BENTO	14919419
290897	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KERLIS BARBIERO	20204833
291105	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	KEZIA GONÇALVES CAIRES	23720387
290070	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LAIS GIOVANNA SOUZA DA FONSECA	18290248
291292	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LAÍS KELLI DA SILVA DE OLIVEIRA	16910818
290104	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LAURA FLORIANO GONZALES	14007592
292202	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LAUYNNY RAFAELA MARQUES SANDRI	29314372
292464	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LEANDRA CASTIGLIONI	10621687
292060	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LEANDRO ALVES DOS SANTOS	2121646414
290669	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LEANDRO AUGUSTO PÁRRAGA CAMPOS	15468321
289953	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LEDIANE CRISTINA JACOMINI	978139
289920	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LEIDIANE CRISTINA DE PAULA GARCIA	28119878
290499	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LEIDIANE RODRIGUES GARRIDO	25200054
291209	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LEIDINEIA FRACAROLI NEVES	16053060
291273	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LENITA DA SILVA BARRETO	14197325
290757	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LEONILDA ROCHA GUIMARÃES	17306493
292479	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LETICIA FERREIRA DOS SANTOS GRANZOTO	26062070
290025	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LETICIA NOGUEIRA DOS SANTOS	19920679
292120	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LIDIA MARIA NERES CAON	15533000
291560	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LILIANE LEILA DA SILVA	5152170
291533	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LINDALVA FELIX DE CARVALHO	15930637
289884	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LIVIA MARQUES DOS SANTOS	14763052
290277	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUANA ARAÚJO DE PAULA	28323742
291539	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUANA FERNANDES DE SOUZA	26442051
291368	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUANA RIBEIRO DOS SANTOS ELOIA	30281890
292353	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LÚCIA DE PAIVA CAETANO	14152401
291340	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUCIANA CABRAL SANTOS	1780309
290750	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUCIANA CARDOSO DO NASCIMENTO	10467882
290460	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUCIANA DE OLIVEIRA ROLDÃO	17717159
291424	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUCIANE DE LIMA GOMES	12614556

290973	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUCILENE VIEIRA RUFINO DE CAMPOS	18262538
291285	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUCIMARA ALVES DA SILVA	26062585
291201	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUCINEI LOPES RODRIGUES	16612280
291139	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUCINEIA DE OLIVEIRA BARBOSA ZUNARELLI	13783181
291449	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUCINEIA RIZO DOS SANTOS	1301454
291308	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUDIMILA OLIVEIRA DE ARAUJO	23823267
289890	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUMA ALMEIDA TEODORO PINHEIRO	24875775
291612	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUZIA SOBOLESKI	26605082
290502	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUZIANE NASCIME NASCIMENTO SILVA	17508380
291731	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUZIMAR ALEXANDRE DOS SANTOS AMORIM	10077057
291932	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	LUZINETE APARECIDA CORTIM	24972622
292342	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MAIRA DOS SANTOS ZANINI	25303082
290424	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MAISA LOURENCAO DA SILVA	30013070
290268	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MÁRCIA BRITO RUIZ	243625388
290827	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARCIA DA SILVA MARTINS	19969635
289820	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARCIA NEUMA GABRIEL GRUTKA	37876388
290825	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA APARECIDA DOS SANTOS SANTANA	12222011
292214	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA APARECIDA SILVEIRA	20221282
290971	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA RODRIGUES	1387167
291795	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA CRISTINA COSTA MARTINS SAMPAIO	22667296
290110	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA DO SOCORRO DA SILVA	1945703
291613	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA FATIMA JACOME	11182733
292121	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA FRANCISCA QUEIROS DE ARAUJO	190777920012
292249	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA HILDEANE RODRIGUES DE ALMEIDA	21523460
292238	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA IVANILZA SILVA	24972517
291425	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA JUCIMARA COSTA	28588649
290166	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA LUZIA DA SILVA BOCCHI	10084118
290172	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA NILVA DE ANDRADE JESUS	10455477
289978	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIA SUZIÉLIDA ARAUJO DE ASSIS	23064749
291348	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARIANA LAZARA MACHADO DAMACENO	5265503
290506	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARILAINE ROCHA SILVA	22153934
289949	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARILENE FERNANDA MILANSKI	3632176
290035	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARINALVA DA SILVA VIEIRA	344450752
292038	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARISTELA CONCEIÇÃO PEREIRA	14096277
292333	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARLENE APARECIDA FARINA	844706
291423	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARLENE APARECIDA SE SOUZA	11410078
291747	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARLENE GARCIA PAIXAO SANTA ROSA	18515174
292030	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MARLI COSTA DOS SANTOS	19700059
291808	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MAYARA CÂNDIDO DE LIMA	25802429
290667	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MAYESKA MAYKELL HALATENO DALLAGNOL	21759960
290951	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MICAELE DE AZEVEDO DA SILVA	28811496
291360	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MICHEELE CALAÇA	3169507
290198	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MICHELE APARECIDA DO CARMO	19324448
292280	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MICHELLI BERTOLAZZI DA SILVA	22810439
291113	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MIKAELLE LEITE DIONISIO DE SOUZA	24541567
291894	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MILEIDE MARTINI DE ALMEIDA	24992593
290090	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MILENA GABRIELLE BARRETO DE ARAUJO CRISTINO	26061350
290668	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	MIRELLY CRISTOVÃO FERREIRA ANTONIO	26913577
290375	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	NADIA MARIA VILLA PAULINO	24541664
289873	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	NAYARA ALVES COSTA	21008051
290030	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	NEILA MARIA NASCIMENTO VIEIRA	20631898
291058	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	OSÁLIA DE ALMEIDA BISPO REMPEL	17294010
292402	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	OZENI BATISTA DOS REIS	18916333
290141	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	PAOLA DA SILVA RUFINO	24904538
291994	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	PATRICIA CAIVE DA SILVA	24833290
290054	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	PATRÍCIA GOMES DA SILVA	26907160
292336	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	PAULA MAYARA MIRANDA	27512142
290665	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	POLIANA MARQUES DE MENESES	26908042
291913	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	PRISCILA KELLEN BRITO DE MELO	22510443
291118	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	QUITÉRIA DE ARAÚJO SANTOS	1441194
291531	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	RAFAELA DE CARVALHO GONÇALVES DE OLIVEIRA DE FRANCISCO	22089527
290462	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	RAFAELLA ALVES DE CHAVES	23302720
291025	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	RAIANE MIRLEI MICHELETTI	23300019
290139	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	RAISSA INGRID DE SOUZA ALVES	24306657
291996	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	RAQUEL ARAUJO BATISTA	25235800

290988	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	REGIANE MICHELLI DA SILVA	21883190
290993	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	REGICIELE DOS SANTOS ALVES	2100840
290969	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	RENATA VIVIANE GARCIA	15273830
292137	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSA MARIA DO CARMO	30223270
291279	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSÂNGELA APARECIDA DA SILVA	469347661
290644	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSANGELA DAS DORES FRANCO	763981
291172	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSANGELA MARIA MARQUETTO	852910
291346	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSELI APARECIDA DANTAS	954778
292236	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSELI LEMOS NEVES	369607703
292394	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSIANA DIAS DOS SANTOS	22631330
290114	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSIANE DE KASSIA DO NASCIMENTO SALGADO	19225830
291607	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSIENI ALCANTARA MARTINS	20205490
291595	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSILDA SILVA WOLF	13309242
290452	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSIMEIRE DIAS TADIOTTO	11594381
292446	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ROSIRENE SILVEIRA DE SOUZA	27185710
292524	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	RUBIAN MILLENA MICHELETTI SOUZA CASSIANO	23020318
292192	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SANDRA MARQUES DE CASTRO	43364191
289960	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SCHEYLA DYENE LUIZ FERRARI	22153420
292234	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SELMA BORGES	1181144
290391	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SELMA SILVA FRUTUOSO	18622860
292311	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SENHORINA SENHORINHA MARLUCIA DA COSTA	14032821
291361	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SIDNÉIA MESSIAS DOS SANTOS	15094758
290253	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SILESIA MOREIRA DA COSTA	917864
291458	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SILVANA FRANÇA DE LIMA	2397397
292218	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SILVANA VITAL DA SILVA	16615476
292295	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SILVANIA ALVES DE OLIVEIRA	19240660
291068	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SILVIA HELENA DOS SANTOS MORAES	3413158
291634	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SILVIA MARIA FIRMINO	14550733
292026	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SIMONE FERREIRA DOS SANTOS	16297512
291701	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SIMONE LEITE ALVES FLORENCIO	15134431
289923	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SIMONE SCHEFFER DE OLANDRA	17052580
292124	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SIMONI DE SOUZA CARVALHO	25351532
291688	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SIMONIA HIGINO DE MOURA ALVES	11237910
291017	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SONIA SANTOS DE OLIVEIRA GRANZOTO	13595377
291733	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SUELI SOUZA DE OLIVEIRA BARBOSA	16567870
290934	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SUZANA NAGADORI MIZOTE	20710305
291060	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	SUZIANE DOS SANTOS DE OLIVEIRA DE ALMEIDA BISPO	25328956
291092	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	TAINARA ALVES DA SILVA	28340353
291007	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	TAINARA PEREIRA BARBOSA CONTE	21054371
292006	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	TAYS DOS SANTOS	23220660
291642	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	TCHELYD FERNANDES	22412298
290617	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	TELMA PLACIDO OLIVEIRA PRETO	25621947
291580	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	TEREZA BARBARA DA SILVA	13793209
291389	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	THAIS APARECIDA GOMES DOS SANTOS	28619706
290623	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	THAIS FERNANDES AGUIAR	25426451
290976	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	THAIZA ESTHEFANE BARBOSA	25607200
290575	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	THAMIRES PEREIRA DA SILVA	24908940
290026	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	THAUANY ROCATTO SILVA	24201600
290421	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	TIAGO RICARTE DE SOUZA	25551299
291576	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VAGNA DA SILVA SANTANA	13259466
291573	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VAGNEIA DA SILVA SANTANA	18919081
292088	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VALDECI LIMA	15108856
290011	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VALDEIR DE JESUS PIRES AMARAL	324069620065
291951	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VALDIRENE APARECIDA LOPES DOS SANTOS	26374374
291993	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VALDIRENE STUCHI DE SOUZA	13181009
291536	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VALERIA SOARES CARVALHO	22195211
290046	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VANDA FERNANDES AGUIAR	9190341
291293	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VANESSA APARECIDA MENOSSI	17135818
292307	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VANESSA BENEVIDES LIMA	28309693
290942	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VANESSA CIPRIANO DA SILVA	19235356
291480	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VANESSA FIGUEIREDO LUCCHETTI	21134097
292070	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VANESSA LOURENÇO DE CAMARGO	21645469
291837	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VANICLEIA LIMA DE SOUZA	24339300
291768	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VANILDA PEREIRA DE CARVALHO	5201144
290960	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VICTÓRIA MARIA MENDES DA SILVA	29764289
290161	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VILMA FEITOSA	16568109
292245	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	VIVIANE FERNANDA ANTONIO	25145134
291288	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	WALESKA ROSA PEREIRA	2626031
290159	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	WELLEN FERNANDA DE SOUZA	29569109
290798	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ZELGILDA RAMIRES RAMOS	20746962

291150	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ESCOLAS URBANAS	ZENILDE PONCIANO	17635640

*** CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE's**

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO
290005	**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS - ZONA URBANA**	**ANA PAULA SILVA SANTOS**	18029388
290926	**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA (ZELADORA) - ESCOLAS URBANAS**	**MARIA ELENA DA SILVA**	16722540

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 004/2017
SERVIDOR: NÉZIO CRUZ RAMIRO DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando o que consta neste Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2017, instaurado pela Portaria Interna nº 148/2017, e do que consta o Relatório Final da Comissão Processante juntado às folhas 112/117, adoto os próprios fundamentos para acolher o Relatório Final da Comissão Processante e determinar o arquivamento dos autos.

Restitua-se o processo ao Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, para ciência ao Senhor Nézio Cruz Ramiro, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo, matrícula funcional nº 1714 e demais providências cabíveis.

Colider-MT, 27 de dezembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

Colider-MT

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 003/2017
SERVIDORA: MARINETE GIOVANE MEGAIOLI ECCO DESPACHO

Vistos, etc.

Considerando o que consta neste Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017, instaurado pela Portaria Interna nº 149/2017, e do que consta o Relatório Final da Comissão Processante juntado às folhas 56/63, adoto os próprios fundamentos para acolher o Relatório Final da Comissão Processante para **aplicar a penalidade de demissão** à Servidora MARINETE GIOVANE MEGAIOLI ECCO, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, com fundamento no artigo 158, VII, da Lei 2408/2017, ou seja, por **"Ofensa física, em serviço, a** servidor ou **particular,** salvo em legítima defesa própria ou de outrem" *(grifo nosso)*. Ressalte-se que, em 21 (vinte e um) de dezembro de 2017 (dois mil e dezessete), foi o último dia do ano letivo das Escolas Municipais de Colider/MT, data em que também encerrou o Contrato com a referida Servidora, aprovada em Processo Seletivo.

Restitua-se o processo ao Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, para ciência à Senhora Marinete Giovane Megaioli Ecco, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, esportes e Lazer, matrícula funcional nº 4544 e demais providências cabíveis.

Colider-MT, 21 de dezembro de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

Colider-MT

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREVI-LIDER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE COLIDER - MT

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2016

CONTRATANTE: PREVI-LIDER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE COLIDER - MT

CONTRATADA: SANTOS E BENASSI LTDA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo formalizar a alteração da razão social da empresa **BENASSI, FRASSON JUNIOR & SANTOS LTDA**, e ainda de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Cláusula Segunda e prorrogar o prazo da Cláusula Quinta, do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 005/2016.

VALOR: R$ 24.552,50

VIGENCIA: 31/07/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREVI-LIDER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE COLIDER - MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 005/2017

CONTRATANTE: PREVI-LIDER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE COLIDER - MT

CONTRATADA: **PERFORMANCE – ASSESSORIA PUBLICA** (P. H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA- C.N.P.J. sob n.º 09.517.508/0001-36

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo aditar o valor mencionado na Cláusula Segunda e prorrogar o prazo da Cláusula Quinta, do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 005/2017.

VALOR: R$ 45.200,00

VIGENCIA: 31/08/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 119/2017

DECRETO Nº119/2017 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre a nomeação dos membros dos conselhos curador e fiscal do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de CONFRESA - PREVICON e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 1º, VI da Lei n.º 9.717, de 27/11/1998;

Considerando o disposto nos art. 66 á 70 da lei Municipal n.º 208, de 20/06/05;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados como membros do Conselho Curador, para mandato de 02 (dois) anos, conforme o cargo para o qual foram designados ou eleitos:

Representante Executivo: **JULIANA M. FESTI MURANO (Titular)**

Representante Executivo: **BEATRIZ MOREIRA DA SILVA (suplente)**

Representante Legislativo: **JOCILAINE SANTOS FORTES (Titular)**

Representante Legislativo **DEUSIMAR COUTINHO RIBEIRO (suplente)**

Representante Servidor: **CÍCERO ROMÃO DIAS BRAGA (Titular/Presidente)**

Representante Servidor : **LUANA LEÃO SANTOS (suplente)**

Representante Servidor: **CARLOS LOYSE ALVES LUZ (Titular)**

Representante Servidor **PAULA GARCIA SANTOS (suplente)VA**

Representante Servidor: **LEIDE MARIA SORES MACEDO (Titular)**

Representante Servidor: **NEUSA PEREIRA NEVES (suplente)**

Representante Servidor**: CRSTIANE RODRIGUES LOPES REZENDE (Titular)**

Representante Servidor: **ELIEL DIVINO DA SILVA CASTRO (suplente)**

Art. 2º Ficam nomeados como membros do Conselho Fiscal, para mandato de 02 (dois) anos, conforme o cargo para o qual foram designados ou eleitos:

Membro Titular: **CLEYTON GEOVANI KREMER CESARO (Presidente)**

Membro Titular: **ARTUR PASCUALOTE SANTOS**

Membro Titular: **LUIZ ANTONIO VIEIRA**

Suplente: **FERNANDA PERPETUA DOS SANTOS**

Suplente : **MARIA AUXILIADORA COSTA**

Art. 3º Os servidores acima nomeados serão regidos pela Lei n.º 208, de 20 de junho de 2005 e seus respectivos Regimentos Internos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa-MT, em 22 de Dezembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PREVIDENCIA
DECRETO Nº 61 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 507/16, de 17 de outubro de 2016;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 29.000,00 (Vinte e Nove mil reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

0003 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0005 – PREVI-CONQUISTA - FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0010 – REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2011 – MANUTENÇÃO E ENC. COM LICENCIADOS, INATIVOS, PENSIO. BENEFI.

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIA RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 29.000,00

TOTAL .....R$ 29.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0003 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0005 – PREVI-CONQUISTA - FUNDO MUN. DE PREVIDENCIA SOCIAL

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0011 – RESERVA DE CONTINGENCIA DO RPPS

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 29.000,00

TOTAL.....R$ 29.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 22 de Dezembro de 2017.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03.648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo "Menor Preço por item", tendo como objetivo : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFALTICA (CBUQ), MASSA ASFALTICA PRÉ MISTURADO A FRIO (PMF) E EMULSÃO RL 1C, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PUBLICOS MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 14/12/2017, onde sagrou-se vencedora do item de nº 33548 a empresa EMAM - EMULSÃO E TRANSPORTE - LTDA, perfazendo um valor total de R$ 16.625,00 (Dezesseis mil e seiscentos e vinte e cinco reais), sobre o item. A empresa FAM COMERCIO DE ASFALTOS EIRELI - ME, Sagrou-se vencedora do item de nº 33534. A empresa BR PAVING CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS - LTDA, Sagrou-se vencedora dos itens de nº 46720 e 33533. A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 27 de Dezembro de 2017.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

GABINETE
PORTARIA Nº 266/2017

O Prefeito Municipal de Diamantino/MT, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Senhor **TARCISIO ANDRÉ DA FONTOURA,** brasileiro, solteiro, portador do RG N. º 12794098707 SSP/RS e CPF N.º 004.813.400-76 do Cargo de Assistente de Secretaria II, nomeado pela Portaria N.º 121/2017, publicado no Diário Oficial dia 16 de Março de 2017 Ed. n.° 2.689.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 29/12/2017, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 265/2017 publicada em 22/12/2017 Edição n.º 2.881

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino - MT, 22 de Dezembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 1.200/2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Diamantino-MT para o Quadriênio 2018/2021, e dá outras providências.

O Senhor **Eduardo Capistrano de Oliveira**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, no cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, constituído pelos anexos integrantes desta lei, que será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Art. 2º A Lei de Diretrizes Orçamentária de cada Exercício Financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 3º Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária, o Poder Executivo poderá fazer alteração do Plano Plurianual com inclusão, exclusão ou alteração de programas, indicadores, resultados esperados, projetos, metas e montante de investimentos autorizado pelo Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 19 de dezembro de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 196/2017

EDERBALDO ALVES TEIXERA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONCEDE RETORNO DA LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSIMEIRE APARECIDA VANNI LIMA

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o retorno da Licença Prêmio a Senhora **ROSIMEIRE APARECIDA VANNI LIMA,** matrícula funcional 667-1**,** ocupante do Cargo/Função de Técnico Nível Médio/Técnica em Higiene Bucal , lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, com data de retorno no dia 16 de Janeiro de 2018, ficando com 30 dias restante de gozo.

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 27 de Dezembro de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 068/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 068/2017

DATA ASSINATURA: 20 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR:PAULO HENRIQUE LEHNEN MAZUREK-MEI

VIGENCIA: 20 DE DEZEMBRO DE 2018.

VALOR: R$:75.750,00(SETENTA E CINCO MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N°. 049/2017

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 086/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 086/2017

DATA ASSINATURA: 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: SUPER UTIL COMERCIAL LTDA-ME

VIGENCIA:13 De DEZEMBRO De 2017 Á 13 DEZEMBRO DE 2018.

VALOR REGISTRADO: R$ 92.140,40 (NOVENTA E DOIS MIL CENTO E QUARENTA REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITARIOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (ESCRITÓRIO, ESCOLAR E PAPELARIA)

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 085/2017

DATA ASSINATURA: 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: MARIA JOSE DOS REIS NETO-EPP

VIGENCIA:13 De DEZEMBRO De 2017 Á 13 DEZEMBRO DE 2018.

VALOR REGISTRADO: R$106.297,79(CENTO E SEIS MIL DUZENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITARIOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (ESCRITÓRIO, ESCOLAR E PAPELARIA)

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 084/2017

DATA ASSINATURA: 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: CANTINHO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA-ME

VIGENCIA:13 De DEZEMBRO De 2017 Á 13 DEZEMBRO DE 2018.

VALOR REGISTRADO:R$197.570,90(CENTO E NOVENTA E SETE MIL QUINHENTOS E SETENTA REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITARIOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (ESCRITÓRIO, ESCOLAR E PAPELARIA)

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 083/2017

DATA ASSINATURA: 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: GRAFFITE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA-EPP

VIGENCIA:13 De DEZEMBRO De 2017 Á 13 DEZEMBRO DE 2018.

VALOR REGISTRADO:R$101.026,30(CENTO E UM MIL E VINTE E SEIS REAIS E TRINTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITARIOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (ESCRITÓRIO, ESCOLAR E PAPELARIA)

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 082/2017

DATA ASSINATURA: 13 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: BELAFORTE COMERCIAL LTDA

VIGENCIA:13 De DEZEMBRO De 2017 Á 13 DEZEMBRO DE 2018.

VALOR REGISTRADO:R$ 92.962,60(NOVENTA E DOIS MIL NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2017.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITARIOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (ESCRITÓRIO, ESCOLAR E PAPELARIA)

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 088/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: MARCOS S BIUDES-ME,

VIGENCIA:18 De DEZEMBRO De 2017 Á 18 DEZEMBRO DE 2018.

VALOR REGISTRADO:R$ 19.511,00(DEZENOVE MIL QUINHENTOS E ONZE REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2017.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITARIOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 087/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: GRAFFITE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA-EPP,

VIGENCIA:18 De DEZEMBRO De 2017 Á 18 DEZEMBRO DE 2018.

VALOR REGISTRADO:R$14.584,50(QUATORZE MIL QUINHENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2017.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITARIOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 089/2017

DATA ASSINATURA: 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: BELAFORTE COMERCIAL LTDA

VIGENCIA:18 De DEZEMBRO De 2017 Á 18 DEZEMBRO DE 2018.

VALOR REGISTRADO:R$16.407,00(DEZESEIS MIL QUATROCENTOS E SETE REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2017.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS UNITARIOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TONER E CARTUCHOS

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO 069/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 069/2017

DATA ASSINATURA: 20 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR:SANDRA MARIZA HANSEN-ME

VIGENCIA: 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALOR: R$: 20.000,00(VINTE MIL REAIS)

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE N°. 001/2017

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DA BANDA MUSICAL MILLENIUM CIA SHOW, PELA EMPRESA SANDRA MARIZA HANSEN-ME, PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL (SHOW ARTÍSTICO/CULTURAL) NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DO NATAL.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 090/2017

DATA ASSINATURA: 20 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: PAULO HENRIQUE LEHNEN MAZUREK-MEI

VIGENCIA:20 De DEZEMBRO De 2017 Á 20 DEZEMBRO DE 2018.

VALOR REGISTRADO: R$ 75.750,00(SETENTA E CINCO MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017.

OBJETO: ATRAVÉS DA PRESENTE ATA FICAM REGISTRADOS OS PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT.

PREFEITURA JURIDICO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 034/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO Nº: 034/2017 – PRIEMIRO ADITIVO

DATA ASSINATURA: 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CREDOR: R D COMERCIO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS LTDA-EPP

VIGÊNCIA: 14 DE JUNHO DE 2018

LICITAÇÃO: ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 003/2017

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO 034/2017 EM MAIS 06 (SEIS) MESES À CONTAR DO DIA 14/12/2017.

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO CESSÃO DE USO DE BEM IMOVEL Nº 002/2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

DATA ASSINATURA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017

CESSIONÁRIO:**4º PELOTÃO DE POLICIA MILITAR DE FELIZ NATAL/MT**

VIGENCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 Á 01 DE DEZEMBRO DE 2018.

OBJETO: OPRESENTE TERMO DE CESSÃO TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DE USODO IMÓVEL TIPO RESIDENCIAL DE ALVENARIA, LOCALIZADO NA AVENIDA PERIMETRAL NORTE, QUADRA 17 LOTE 001 SETOR INDUSTRIAL II DE FELIZ NATAL-MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº507/2017

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas no Artigo 77 da Lei Complementar nº009/2008.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias aos Servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**,** pelo período de 22/12/2017 a 20/01/2018 conforme segue relação a baixo;

MATRICULA	SERVIDOR	PERÍODO
1975	ADENILSO DE LIMA	2017/ 2018
1537	ADRIANA APARECIDA PERALTA	2017/ 2018
1017	ALESANDRO FRANCISCO	2015/ 2016
2132	ALINE DE JESUS BERNARDINO	2017/ 2018
1969	ALOÍSIO INÁCIO ZIMMER	2017/ 2018
1072	ANA CAROLINA RODRIGUES DO AMARAL	2017/ 2018
1900	ANA TEREZA MARTINS DO NASCIMENTO RIBEIRO	2017/ 2018
2042	ANALU GRACIELE MEZZETA BORGES FERRARI	2017/ 2018
1986	ANDERSON GUSTAVO BRAUN	2017/ 2018
826/1481	ANDRE LUIZ PORTELLA	2017/ 2018
991/1495	ANDREA JAMARIQUELLI CASTILHO SANGUANINI	2017/ 2018
1027/1594	ANDREIA APARECIDA SALTON	2017/ 2018
441	ANDREIA NATIVIDADE BEZERRA	2017/ 2018
1746	ANTONIO DE SOUZA LIMA	2014/ 2015
1115	ANTONIO NUNES GONÇALVES	2017/ 2018
204	APARECIDA DAS GRAÇAS DIAS	2017/ 2018
1791	APARECIDO DA SILVA SANTOS	2017/ 2018
1651	AURILENE DOS SANTOS SOUSA LAGES	2017/ 2018
1733	BEATRIZ CRISTINA ANTUNES	2017/ 2018
471	BERNADETE CAVICHIOLI	2017/ 2018
1745	CARLOS PEREIRA DA SILVA	2017/ 2018
1735	CARMEM LUCIA PAIM	2016/ 2017
1662	CATARINA EVA DE ALMEIDA	2017/ 2018
601	CELIA BARBOSA NASCIMENTO	2017/ 2018
865	CELIA DOS SANTOS	2017/ 2018

MATRICULA	SERVIDOR	PERÍODO
1071/1593	CELIA MOTA OLIVEIRA DOS SANTOS SILVA	2017/2018
1499	CHRISTIANE SEGURA GOERGEN	2017/2018
1750	CINTIA BECKERT MULTA	2017/2018
2040	CLAUDIANE CRISOSTOMO DA SILVA	2017/2018
1978	CLEBERSON LIMA DE ASSIS	2017/2018
1792	CLECIR MARIA DE MELO DOS SANTOS	2017/2018
1795	CLEOMAR JOSÉ GOMES	2017/2018
2029	CLEONICE GOMES DA SILVA	2017/2018
1573	CRISTIANE PEREIRA DE CARVALHO	2017/2018
2128	CRISTIANO ZIMMER	2017/2018
81/996	CRISTINA RIEMER CHERNAKI PASSADOR	2017/2018
2004	DARLENIA LAZARA GOMES VIRGILIO	2017/2018
2075	DAVID DENER DAMA FERREIRA	2017/2018
37	DEBORA CRISTINA FERREIRA	2017/2018
274	DEJANIRA MARIA NOETZOLD	2017/2018
40/1066	DEONILDE FÁTIMA FURLAN	2017/2018
862	DINA ESPIRITO SANTO	2017/2018
1039	DULCINEIA ALVES PINHEIRO	2017/2018
1500	DUZANGELA LUCA EVANGELISTA	2017/2018
1778	EDILIA GONÇALVES DA SILVA	2017/2018
1945	EDINA NASCIMENTO CAROLINA	2017/2018
373	EDSON APARECIDO DOS SANTOS	2017/2018
965	ELENICE PINTO DE AVILA E SILVA	2017/2018
1761	ELIANA PEREIRA PANIAGUA	2017/2018
298/994	ELIANE SALES DE OLIVEIRA	2017/2018
1976	ELIANE SILVA SOUZA LIMA	2017/2018
1507	ELIANE UREL	2017/2018
531	ELIEZER BECKER	2017/2018
1655	ELISANGELA APARECIDA MELEK	2017/2018
971	ELISANGELA BERNARDINO	2017/2018
363	ELISANGELA GARCIA DA SILVA	2017/2018
529	ELIZABETE AZEVEDO DA MAIA	2017/2018
602	ELIZABETE COSTA LASKOSKI PEREIRA	2017/2018
1535	ELIZABETH ALVES MARINHO	2017/2018
529	ELIZABETH DE SOUZA SILVA	2017/2018
1714	ELIZABETH RODRIGUES DE ANDRADE	2017/2018
63/1015	ENISANDRA APARECIDA GARCIA	2016/2017
2018	ERCI FRANCISCO SPECHT	2017/2018
416	ESMERALDA DOS SANTOS DIAS	2017/2018

MATRICULA	SERVIDOR	PERÍODO
592	EUNICE GAMARRA	2017/ 2018
1090	EURIDES CALIXTO	2017/ 2018
412	FATIMA BATISTA DIAS CALIXTO	2017/ 2018
208	FATIMA MARTENDAL	2017/ 2018
1/1037	FLAVIA CASTRO FONSECA	2017/ 2018
1547	FRANCIELE MORAES DE FREITAS	2017/ 2018
1599	FRANCIELI SCHWAB DA SILVA	2017/ 2018
1536	FRANCIELLE CRISTINA PASSADORE	2017/ 2018
1713	GEANNE SOUZA ALMEIDA	2017/ 2018

2085	GERMANO SANTANA RODRIGUES	2017/ 2018
2062	GIANE CLEBIA RIBEIRO	2017/ 2018
2038	GISLAINE THUANE MACHADO PEREIRA	2017/ 2018
173/964	IDIVANE SANDRIN DE LIMA	2017/ 2018
864/1008	IONARA DE LOURDES CHIELE	2017/ 2018
456/1003	IRACEMA DE FATIMA DA SILVA	2017/ 2018
1214	IRANI HONORATO DOS SANTOS DO NASCIMENTO	2017/ 2018
973	IRMA GARLINI	2017/ 2018
1744	IZAURA PORTILHO PRIETO	2017/ 2018
1650	JATIR LUIZ LOSS	2017/ 2018
1549	JEANDRA ROSA DA SILVA	2017/ 2018
1232	JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO	2016/ 2017
1931	JOCILENE DA SILVA SOUSA	2017/ 2018
2097	JOCIMAR DE SANTANA SILVA	2017/ 2018
967	JONAS MERENCO DA SILVA	2017/ 2018
1989	JOSÉ AMARILDO DOS SANTOS	2017/ 2018
958	JOSE ROBERTO PINTO GONÇALVES	2017/ 2018
1123	JOSIAS DOS SANTOS	2017/ 2018
1063	JULIANA MAZEI SILVA	2017/ 2018
1952	JYWATEJU KAYABI	2017/ 2018
1554	KEILA TATIANE QUADROS	2017/ 2018
1759	LEONARDO EDUARDO KLIDZIO	2017/ 2018
1502	LEONI SOARES DOS SANTOS	2017/ 2018
332	LILIANE KOVALESKI DEVETAK	2016/ 2017
1818	LINDALVA BATISTA DIAS	2017/ 2018
2129	LORRAINE GONÇALVES CHAVES	2017/ 2018
34/997	LOURACI MELITA FERGS KERKHOFF	2017/ 2018
1020	LUCIA HELENA DOS SANTOS	2017/ 2018
339/1811	LUCIANE VASCONCELOS	2017/ 2018
1912	LUSINETE DA SILVA VIEIRA GOMES	2017/ 2018
368	LUZIA APARECIDA DOLOROSA	2017/ 2018
MATRICULA	SERVIDOR	PERÍODO
1981	LUZIA DE OLIVEIRA	2017/ 2018
1810	LUZIA IRINEIA PEREIRA PANIAGUA	2017/ 2018
1751	MAGALI REGINA ZUGE	2017/ 2018
1069	MANOEL DOS SANTOS VIDEIRA	2017/ 2018
312	MARCIA ADRIANE WEISS	2015/ 2016
1601	MARCIA ALVES TEIXEIRA	2017/ 2018
1888	MARCIA BARROS DA SILVA	2017/ 2018
2100	MARCOS SPECHT	2017/ 2018
1987	MARIA EDNA ALVES DA SILVA	2017/ 2018
1506	MARIA GIRON	2017/ 2018
1501	MARILZA APARECIDA MARQUES	2017/ 2018
200	MARISA DE QUEIROS	2017/ 2018
343/1484	MARLEI RITA WEISS	2017/ 2018
35/1600	MARLI CAETANO DA PAIXÃO	2017/ 2018
1648	MARLI SANTOS DE OLIVEIRA	2017/ 2018
187	MARTA MARIA DO NASCIMENTO	2017/ 2018
584/1509	MARTA MARQUES FERNANDES	2017/ 2018
1788	MERIDIAN ELLEN LOPES DE JESUS	2017/ 2018
1490	MICHELLE BOTTEGA	2017/ 2018
2035	MICHELLE GOMES PEREIRA	2017/ 2018
95/1656	MIRIAN LOPES RAMOS	2017/ 2018
1643	MOACIR DOS SANTOS	2017/ 2018
1685	MONICA JULIANA VIEIRA	2017/ 2018
1727	NELITA TEREZINHA MORCHBERGER	2017/ 2018
2133	NERI VALTER ROLL	2017/ 2018
1122	NEUSA MARIA AMORIN	2017/ 2018
1669	NEUSETE WEBER	2017/ 2018
1574	NICE BISPO CANDIDO	2017/ 2018
206/1722	NILCE MURARI	2017/ 2018
1534	ODAIR JOSÉ MARTINS	2017/ 2018
311/1021	PATRICIA DEVETAK PEREIRA COLEONE	2017/ 2018
1530	PATRICIA TEODORO ALVES	2017/ 2018
526	PEDRO ANTONIO	2017/ 2018
31/1067	RAQUEL GARLINI	2017/ 2018
198	REGINA APARECIDA DA SILVA	2017/ 2018
71	REJANE RIGGO DE PAULA	2016/ 2017
106/1009	ROSANE SANDRIN	2017/ 2018
2050	ROSANGELA TRIBURTINO COLMAN	2017/ 2018
1592	ROSELI APARECIDA DA SILVA	2017/ 2018
1014	ROSEMEIRE LUZIA DE SOUZA FERLER	2017/ 2018
575	ROSIMEIRE PACHECO DOS SANTOS MORETTI	2017/ 2018
MATRICULA	SERVIDOR	PERÍODO
1505	ROSIMEIRE TEIXEIRA DOS SANTOS	2017/ 2018
1754	ROSIMEIRI DE OLIVEIRA NUNES	2017/ 2018
33/1041	ROSINEI KOBELISKI DE MOURA	2017/ 2018
42	SALETE DOS SANTOS DA SILVA	2017/ 2018
1494	SANDRA ALVES DE OLIVEIRA	2017/ 2018
1550	SANDRA REGINA DA SILVA	2017/ 2018
179/1097	SANDRA RIGGO DOS SANTOS	2017/ 2018
1726	SERGIO DA SILVA ROCHA	2017/ 2018
342/1488	SILMARA DE PAULA BERTOL	2017/ 2018
1498	SILVANA DE JESUS	2017/ 2018
306	SILVIA TIBOLLA ANACLETO	2017/ 2018
177/1652	SIRLENE DOS SANTOS BERNARDINO ANTONIO	2017/ 2018
398/1019	SONIA MARA FANTIN GABIATTI	2017/ 2018
868/995	SONIA MARIA DOS SANTOS	2017/ 2018
350/1572	TATIANE CORTI GAMARRA	2017/ 2018
1566	TEREZINHA FELES DOS SANTOS WAECHTER	2017/ 2018

1119	VALTELINA FERNANDA DA SILVA	2017/ 2018
1985	VANUZA MARQUES POSTIGO	2017/ 2018
2025	VERA LUCIA LUCAS EVANGELISTA	2017/ 2018
1797	WERCINDA BEIRA DOS SANTOS	2017/ 2018

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º475/2017.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1.º Exonerar, a pedido a Sra. **ANA MONTEIRO DE MEDEIROS sob. Matricula nº 0537,** ocupante do cargo efetivo de **APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR II - ZELADORA**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Feliz Natal/MT.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 432/2017

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sra. **CLEUZA VIERO,** ocupante do cargo de **ASSESSORIA III**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 02/10/2017 a 31/10/2017.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2014/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº. 003/2017 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EDITAL Nº 001/2017

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº. 003/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, VONEY RODRIGUES GOULART, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento das normas previstas no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 e Lei Municipal Nº 818 de 08 de dezembro de 2017, alterada pela Lei nº 825 de 21 de Dezembro de 2017, torna público que fará realizar Processo Seletivo Público Simplificado, para contratação de funcionários nos termos do presente edital.

1 – ENTIDADE EXECUTORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO

1.1 – O presente Processo Seletivo Público será realizado sob a responsabilidade da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, obedecendo às normas deste Edital.

2 – DAS INSCRIÇÕES

2.1. São condições básicas para a inscrição:

2.1.1 Ter 18 (dezoito) anos e ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88).

2.1.2 Estar ciente de que deverá possuir, na data da contratação, a qualificação mínima exigida para o cargo e a documentação prevista no subitem 7. 3.1 a 7.3.20 desse edital.

2.1.3. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas nesse edital.

2.2. As inscrições deverão ser efetuadas pela internet, no site www.gauchadonorte.mt.gov.br no período de 11/01/2018 às 12h00min do dia 19/01/2018.

2.3. O candidato deverá tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o Processo Seletivo Público Simplificado antes de efetuar a sua inscrição, a fim de evitar o cancelamento desta, bem como certificar-se de que preenche as condições exigidas para a contratação temporária de excepcional interesse público do cargo público.

2.4. A inscrição será gratuita.

2.5. Não serão aceitas inscrições em caráter condicional, por via postal, fac-simile (fax), correio eletrônico (e-mail) ou qualquer outro modo não especificado no subitem 2.2 ou 2.3 desse edital.

2.6. O candidato é responsável pela fidedignidade das informações prestadas no requerimento de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros ou do não preenchimento de qualquer campo desse formulário.

2.7. O candidato ao preencher o requerimento de inscrição, declara, sob as penas da lei, estar ciente e de acordo com as exigências e normas estabelecidas para esse Processo Seletivo Público Simplificado, bem como possuir os requisitos para a contratação temporária de excepcional interesse público do cargo público e estar em condições de apresentar os documentos comprobatórios, caso venha a ser empossado.

2.8. A homologação das inscrições será divulgada por meio de edital nos endereços eletrônicos: www.gauchadonorte.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

2.9. Da não homologação das inscrições, caberá recurso no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da data de sua divulgação, a Comissão de Fiscalização desse Processo Seletivo.

2.10. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas nesse edital em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.11. O presente edital estará disponível na página do endereço eletrônico: www.gauchadonorte.mt.gov.br, sendo de responsabilidade exclusiva do Candidato a obtenção desse material.

2.12. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos ou informações falsas ou inexatas determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época.

2.13 - O candidato tem ciência que para o exercício da função do cargo para o qual concorre é obrigatório ter aptidão física e mental e não apresentar limitações especiais que o incapacite para a devida função.

2.14 - O preenchimento dos dados constantes na ficha de inscrição é de total responsabilidade do candidato.

2.15. Não serão aceitas inscrições com documentação incompleta

2.16 – O presente Processo Seletivo Simplificado não terá vagas para portadores de necessidades especiais, em consonância com a Cartinha de Orientação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, no item 3.15 que trata da desnecessidade de reserva de vagas para portadores de necessidades especiais no parágrafo 5°, onde se entende que não há obrigatoriedade quanto ao processo seletivo simplificado para PNE.

3 – DO CARGO E VAGAS OFERECIDAS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

3.1 – Serão oferecidas as seguintes vagas para os cargos deste Processo Seletivo Público Simplificado:

CARGO	ESCOLARIDADE	Nº total de vagas por Unidade	Unidade	Cadastro reserva	Vagas para convocação imediata
Professor Não Habilitado	Ensino Médio	02	EMEB Botuverá	02	-
		02	EMEB Xingu	02	-
		01	Aldeia Mirassol	01	-
		01	Aldeia Utawana	01	-
		01	Aldeia Nekupai	01	-
		02	Aldeia Mehinako	02	-
		03	Aldeia Waura	03	-
		02	Aldeia Ulupuwene	02	-
Professor Magistério Nível I	Médio Magistério	01	Aldeia Aturua	01	-
		01	Aldeia Mirassol	-	01
		01	Aldeia Mehinako	-	01
		02	Aldeia Ulupuwene	-	02
		01	Aldeia Waura	01	-
Professor Licenciatura Plena Nível II e III	Superior	03	EMEB Botuverá	01	02
		04	EMEB Xingu	02	02
		23	SEMECEL	13	10
		01	Aldeia Waura	-	01
Professor Licenciatura Plena Educação Física Nível II e III	Ensino Superior/Licenciatura em Educação Física com registro no CREF	01	EMEB Botuverá	01	-
		01	EMEB Xingu	01	-
		03	SEMECEL	01	02
Auxiliar de Desenvolvimento Infantil	Ensino Médio Completo	02	EMEB Botuverá	02	-

		22	SEMECEL	12	10
Secretário Escolar	Ensino Médio Completo	01	EMEB Botuverá	01	-
		01	EMEB Xingu	01	-
		01	SEMECEL	01	-
Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	02	SEMECEL	02	
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo	02	EMEB Botuverá	01	01
		09	SEMECEL	05	04
		01	Aldeia Mehinako	-	01
		01	Aldeia Ulupuwene	-	01
		01	Aldeia Waura	-	01
Agente de Nutrição Escolar Merendeira	Ensino Fundamental Completo	01	EMEB Botuverá	-	01
		01	SEMECEL	01	-
		01	Aldeia Ulupuwene	-	01
		01	Aldeia Mehinako	-	01
		01	Aldeia Waura	-	01
		01	Aldeia Mirassol	01	-
		01	Aldeia Utawana	01	-
Agente de Transporte Escolar Motorista	Ensino Fund. Completo habilitado com CH- D	02	EMEB Xingu	02	-
		07	SEMECEL	05	02
Fonoaudióloga	Superior em Fonoaudiologia e registro no CREFONO	01	SEMECEL	01	-
Nutricionista	Superior em nutrição registro no CRN	01	SEMECEL	-	01
Coor. De programas	Ensino médio completo	01	SEMECEL	01	-
Guarda	Fundamental completo	01	EMEB Xingu	01	-
Total		**119**		**73**	**46**

** SEMECEL – Secretaria Municipal de Educação*

4 – DAS PROVAS

4.1 – Data e local das provas objetivas:

4.1.1 – As provas objetivas serão realizadas no dia 28 de janeiro de 2018 das 08h00min às 10h00min (horário oficial de Mato Grosso), na Escola Municipal de Educação Básica Bem-Me-Quer (EMEB BMQ).

4.2 – Das características das provas objetivas:

4.2.1 – As provas objetivas terão duração máxima de 02 (duas) horas contadas a partir do momento em que todas as informações forem prestadas aos candidatos.

4.3 – Da realização das provas

4.3.1 – O candidato deverá *comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário especificado*, trazendo caneta esferográfica azul ou preta, comprovante de inscrição e documento de identidade original;

4.3.2 – Não será permitido ao candidato entrar no local das provas com outros objetos além daqueles exigidos no item anterior;

4.3.2.1 – O fiscal de sala e a coordenação do Processo Seletivo Público Simplificado não se responsabilizarão por danos ou desaparecimento de objetos, bolsas, celulares e outros que forem deixados na sala pelos candidatos.

4.3.3 – Somente será admitido na sala de provas o candidato que estiver munido de Cédula de Identidade original ou outro documento original, com foto, de igual valor legal, ou seja: carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista ou Carteira de Motorista nos moldes atuais.

4.3.3.1 – O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato;

4.3.4 – Não será aceito protocolo ou qualquer outro documento como crachá; identidade funcional; título de eleitor ou outro diferente daqueles citados no item 4.3.3;

4.3.5 – Durante as provas não será permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de máquinas calculadoras ou outros objetos elétricos ou eletrônicos, inclusive aparelhos celulares, bips ou outros comunicadores;

4.3.5.1 – Também não será permitida a consulta a qualquer material impresso ou escrito como apostilas, livros, manuais ou caderno de prova de outro candidato;

4.3.6 – Não serão considerados aptos a fazerem as provas aqueles eventuais candidatos que estejam impossibilitados de comparecer aos locais determinados para a realização das mesmas;

4.3.7 – Em hipótese alguma será admitida a entrada nos locais de provas, de candidatos que se apresentarem após a hora determinada para o início das provas;

4.3.8 – Nas provas objetivas só serão consideradas, para efeito de pontuação, as anotações constantes do Cartão de Resposta preenchido a caneta esferográfica preta ou azul não porosa;

4.3.9 – No preenchimento do Cartão de Resposta é necessário que o campo correspondente à alternativa correta seja totalmente pintado, sob pena de anulação da questão não preenchida corretamente;

4.3.10 – As questões respondidas erradamente não anularão as questões respondidas corretamente;

4.3.11 – As questões deixadas em branco, ou com mais de uma resposta, ou com rasuras, ainda que legíveis, serão consideradas nulas;

4.3.12 – Os pontos, relativos às questões eventualmente anuladas por erro material quando da elaboração serão atribuídos a todos os candidatos que prestarem à prova naquele cargo;

4.3.13 – Em nenhuma hipótese haverá 2ª chamada, eliminando-se o candidato faltoso;

4.3.14 – O candidato ao terminar as provas deverá entregar ao fiscal o seu caderno de provas e o seu Cartão de Resposta.

4.3.15 – O caderno de provas poderá ser entregue ao candidato, para levá-lo, após uma hora do seu início, caso permaneça na sala;

4.3.16 – Os candidatos que não levarem o caderno de provas no mesmo dia poderão retirá-lo somente no dia seguinte, no período matutino junto à Secretaria Municipal de Educação.

4.4 – Do conteúdo programático das provas objetivas:

4.4.1 – Os programas das provas objetivas, onde constam às matérias a serem exigidas nas provas, fazem parte do Anexo I do presente Edital.

4.5 – Da composição das provas:

4.5.1 – ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Cargo	Disciplina	Nº de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
- Merendeira - Guarda; - Motorista; Auxiliar de Serviços Gerais;	Língua Portuguesa	05	20	1,00	20,0
	Matemática	05			
	Conhecimentos Gerais	05			
	Conhecimentos Específicos	05			

4.5.2 – ENSINO MÉDIO COMPLETO

Cargo	Disciplina	Nº de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
- Agente administrativo; - Aux. de desenv. Infantil; - Coordenador de Programas; - Professor – Nível Magistério; - Professor não habilitado; - Secretário Escolar;	Língua Portuguesa	05	20	1,00	20,00
	Matemática	05			
	Conhecimentos Gerais	05			
	Conhecimentos Específicos	05			

4.5.3 – ENSINO SUPERIOR

Cargo	Disciplina	Nº de questões	Total de questões	Valor de cada questão	Pontuação máxima
- Fonoaudiólogo; - Nutricionista; - Professor; - Professor de Ed. Física;	Língua Portuguesa	05	20	1,00	20,00
	Matemática	05			
	Conhecimentos Gerais	05			
	Conhecimentos Específicos	05			

5 – DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 – Dos critérios de classificação:

5.1.1 – A classificação dos candidatos se dará através de Prova Objetiva pela somatória da quantidade de questões corretamente assinaladas, divulgando-se o seu resultado final, na ordem decrescente;

5.2 – Da desclassificação:

5.2.1 – Será considerado desclassificado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que:

I - Obter nota menor que 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento;

II - Ausentar-se da prova;

III - Descumprir as normas constantes deste Edital ou as orientações dadas pela Equipe de Coordenação do Processo Seletivo Público nº 003/2017;

IV - Utilizar-se de meios fraudulentos na realização das provas ou na apresentação de documentos ou ainda, que seja flagrado com “cola” ou passando “cola” para outro candidato;

V - Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;

VI - Não entregar a documentação exigida no ato da posse no prazo determinado no ato convocatório, ressalvados os casos permitidos por lei;

VII - Não comprovar as informações prestadas no ato da inscrição;

VIII - Aprovados, não comparecerem nos locais, prazos, horários e condições especificados nos atos de convocação.

5.3 – Dos critérios de desempate na classificação

5.3.1 – Havendo empate na contagem de pontos na classificação em qualquer cargo, serão obedecidos os critérios de desempate pela ordem a seguir:

I - Apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade igual ou superior a sessenta anos;

II - Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

III - Maior nota na prova de Conhecimentos de Língua Portuguesa;

IV - Maior nota na prova de Conhecimentos em Matemática;

V - Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;

VI - Candidato que prestou serviços à Justiça Eleitoral;

VII - Candidato com maior número de dependente;

VIII – Sorteio Público;

6 – DO RESULTADO FINAL

6.1 – O resultado final do Teste Seletivo Público Simplificado será homologado por Decreto do Poder Executivo Municipal, observado o prazo legal para interposição de recursos e será publicado no site referido neste edital e facultativamente na imprensa local, de forma resumida ou integral, a critério da Administração Pública.

7 – DA CONVOCAÇÃO, DA ADMISSÃO:

7.1 - Os candidatos aprovados serão convocados para admissão, atendendo às necessidades da Administração, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste Edital ou naquelas vagas criadas por lei durante a validade do Processo Seletivo Público Simplificado;

7.2 – Os candidatos serão convocados por edital publicado, na imprensa local e em local de costume da Prefeitura, para que no prazo de 02 (dois) dias úteis entregue os documentos previstos neste edital e assuma a vaga;

7.3 – Para contratação o candidato deverá apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

7.3.1 - Cédula de Identidade/RG

7.3.2 – Ter 18 anos e ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

7.3.3 - Certidão de Casamento ou Nascimento;

7.3.4 - Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

7.3.5 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos (se for o caso);

7.3.6 - CPF;

7.3.7 - Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse e/ou respectiva justificativa;

7.3.8 - Título de Eleitor;

7.3.9 - Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal.

7.3.10 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

7.3.11 - Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido;

7.3.12 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

7.3.13 - Não ter infringido as leis que fundamentaram este Edital;

7.3.14 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

7.3.15 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho.

7.3.16 - Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, (para os cargos de Fonoaudiólogo, Nutricionista e Professor de Educação Física)

7.3.17 - Certidão negativa municipal;

https://www.gp.srv.br/tributario_gauchadonorte/ser...

7.3.18 - Certidão negativa tribunal de justiça do MT, no link:

http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati...

7.3.19 - Certidão negativa Justiça Federal no link:

http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/?orgao=MT

7.3.20 - Certidão negativa justiça do trabalho, no link

http://portal.trt23.jus.br/portal/node/4461

8 – DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

8.1 – A nomeação dos candidatos aprovados que será no regime jurídico estabelecido pela Lei Municipal nº 818 de 08 de dezembro de 2017.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – O presente Processo Seletivo Público Simplificado terá o prazo de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, entretanto, poderão ser interrompidos a qualquer tempo por interesse da administração pelo cessamento da situação excepcional que a autorizou, e/ou efetivação de aprovados em Concurso Público para os Cargos neste descrito;

9.3 - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para os fins do disposto nessa lei a continuidade dos serviços da secretaria do município, até a realização do concurso público que viabilize o provimento, em caráter efetivo, de vagas relativas aos cargos discriminados anteriormente, até o provimento efetivo, nessa última hipótese.

9.4 – A inscrição neste Processo Seletivo Público Simplificado, para todo e qualquer efeito de direito, expressa o conhecimento a aceitação por parte do candidato de todas as normas constantes deste Edital;

9.5 – Caso ocorram desistências ou eliminações de candidatos convocados para a nomeação, a Secretaria Municipal de Educação promoverá tantas convocações e admissões quantas julgar necessárias durante o período de validade do Processo Seletivo Público Simplificado dentre os candidatos classificados, observando sempre o número de vagas existentes, ou que venha ser criadas por lei específica;

9.6– Será considerado desistente e, portanto, eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas pela referida secretaria para contratação, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos;

9.7– O candidato que, à época da contratação, não comprovar que preenche os requisitos indispensáveis para o exercício legal do cargo para o qual foi aprovado será considerado eliminado sumariamente, não podendo ser aproveitado para outro cargo, ressalvados os casos previstos em lei municipal;

9.8 – A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT poderá convocar, para o preenchimento de vagas surgidas no decorrer do prazo de validade deste Processo Seletivo Público Simplificado, os candidatos classificados no mesmo, observando-se o cargo e a ordem rigorosa de classificação;

9.9 – A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT fará divulgar, sempre que necessárias, as normas complementares ao presente Edital e avisos oficiais;

9.10– A classificação do candidato não assegurará o direito ao seu ingresso automático e imediato ao cargo para o qual se habilitou, estando a sua convocação condicionada à necessidade da Administração Pública;

9.11– Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações enquanto não for consumado o evento que lhe diz respeito;

9.12– Todas as publicações pertinente ao presente Processo Seletivo Público Simplificado, enquanto em andamento, serão feitas pelos sites www.gauchadonorte.mt.gov.br e https://diariomunicipal.org/mt/amm/

9.12.1– As publicações relativas à homologação do Processo Seletivo Público Simplificado e à convocação dos aprovados serão tornadas públicas por meio da Imprensa Oficial do Município, e facultativamente na Imprensa Local, sendo de responsabilidade do candidato o acompanhamento de tais publicações;

9.12.2 – Para fins do subitem acima, considera-se Órgão de Imprensa Oficial do Município o site www.gauchadonorte.mt.gov.br e o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossense

https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

9.13 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado nº 003/2017.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – Do Cronograma do Processo Seletivo Público Simplificado nº 003/2017:

10.1.1 – Período das inscrições: do dia 11 de janeiro às 12h00min do dia 19 de janeiro de 2018;

10.1.2 – A divulgação da listagem dos nomes dos candidatos: até o dia 23 de janeiro na Secretaria Municipal de Educação e no site www.gauchadonorte.mt.gov.br, ficando o dia 24 de janeiro para recorrer caso o nome do candidato não estiver na relação de inscritos;

10.1.3 – Data da realização das provas objetivas: 28 de janeiro de 2018;

10.1.4 – Prazo para divulgação dos gabaritos: serão divulgados no dia útil seguinte ao da realização das provas no período vespertino no site da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte – MT

10.1.5 – Divulgação final dos classificados em ordem decrescente: 05/02/2018

10.2 – Dos Recursos:

10.2.1 – Dos atos praticados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público Simplificado nº 003/2017 caberá recurso na forma da lei, desde que apresentado no prazo conforme Anexo lll.

10.2.2 – Admitir-se-á um único recurso por questão para cada candidato, relativamente ao gabarito ou ao conteúdo das questões, desde que devidamente fundamentado. Não serão aceitos os recursos sem argumentação plausível;

10.2.3 – Se, do exame dos recursos resultarem na anulação de questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos relacionados à mesma, independentemente da formulação ou não de recurso;

10.2.4 – Se, por força de decisão favorável às impugnações, houver modificação do gabarito divulgado antes dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo, não se admitindo recurso da modificação decorrente das impugnações;

10.2.5 – O recurso deverá ser apresentado datilografado ou digitado em forma de requerimento, assinado pelo candidato, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

10.2.6 – A decisão do recurso será dada a conhecer coletivamente por meio de edital complementar no site supracitado.

Gaúcha do Norte - MT, 27 de Dezembro de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

Marisa Usinger Catia Letícia Trevisan

Presidente Membro

Evanesa Dutra Leite Cristiane Lurdes Fiedler

Membro Membro

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 - ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos; Conhecimento Gramatical; Fonética: Encontros Vocálicos e Consonantais; Sílaba: divisão silábica, acentuação tônica e classificação quanto ao acento tônico; Ortografia: acentuação gráfica, pontuação; Morfologia: Classificação das Palavras; Substantivo; Artigo; Adjetivo; Numeral; Pronome; Verbo; Advérbio, sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos.

MATEMÁTICA

Conjunto dos números naturais: quatro operações fundamentais – resolução de problemas sobre as quatro operações; Sistema de numeração decimal: números até bilhão; Noções de: dúzia, arroba, metade, dobro, triplo, um quarto ou quarta parte, um terço ou terça parte; Medidas de: comprimento, superfície, massa, capacidade e tempo – transformações – problemas; Número decimal: operações. Sistema Monetário Nacional – Real; Perímetro e área de quadrado e retângulo; Operações com frações; Operações com números decimais; leitura e interpretação de gráficos e tabelas.

CONHECIMENTOS GERAIS

História do Estado de Mato Grosso: Período Colonial; a bandeira de Pascoal Moreira Cabral; a descoberta do ouro; o abastecimento da região; a descoberta de novas minas; criação de capitania de Mato Grosso; Período Imperial: a transferência da Capital para Cuiabá; a economia: erva mate, poaia, borracha, casas comerciais, usinas de açúcar e pecuária; a questão da escravidão; Período Republicano: o coronelismo e a 1ª República; a divisão do Estado de Mato Grosso; os processo de migração; Geografia do estado de Mato Grosso: Os municípios de Mato Grosso; Localização geográfica; Os componentes do meio físico e suas relações: relevo, clima, hidrografia e vegetação; A utilização dor recursos naturais e a Preservação Ambiental; Aspectos da colonização oficial e particular em Mato Grosso e a formação dos municípios; Fluxos migratórios e a ocupação da fronteira agrícola. Meios de transporte e comunicação; Atividades econômicas; Município de Gaúcha do Norte: aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos, sociais e outros; poder legislativo e executivo; Atualidades: conhecimentos sobre os fatos atuais do mundo, do País, e do Estado de Mato Grosso e do Município de Gaúcha do Norte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MERENDEIRA - Conhecimentos de armazenagem e conservação de produtos alimentícios destinados ao processo na alimentação escolar; conhecimento de atividades de copa e cozinha nas unidades escolares; Noções de preparo de alimentos; Manutenção da limpeza e a organização do local de trabalho, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e à cozinha; Noções de higiene, organização e o controle dos insumos utilizados na preparação de refeições;

GUARDA - Questões de segurança e vigilância no âmbito das unidades escolares; segurança e policiamento para atendimento de eventuais necessidades de apoio; Preenchimento de boletim diário de ocorrências relevantes, atividades de vigilância escolar, segurança dos alunos e servidores lotados; vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central; situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público; Prevenção para os alunos e os profissionais da educação de possíveis situações perigosas dentro das unidades escolares; Controle da entrada e saída de pessoas junto à unidade de trabalho; registro e relato à direção da unidade escolar, possíveis situações de riscos à integridade física das pessoas e a integridades dos bens públicos sob sua responsabilidade.

MOTORISTA - Regras de relações humanas adequadas ao trabalho; Legislação de trânsito: regras gerais de circulação; regra de ultrapassagem; regra de mudança de direção; regra de preferência; velocidade permitida; classificação das vias; deveres e proibições; Infrações básicas para a apreensão de documentos de habilitação de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro; Infrações básicas para a cassação de documentos de habilitação; Principais crimes e contravenções de trânsito; Conhecimento de sinais sonoros e gestos de agente autoridade de trânsito; Tipos de sinalização; placas de regulamentação; advertência e indicação; sinais luminosos; Conhecimento de defeitos simples do motor; Procedimentos corretos para economizar combustível; Cuidados necessários para conservar o veículo em boas condições mecânicas; Conhecimento básico sobre sistema de freios; defeitos simples do sistema elétrico; Porte de documentos obrigatórios do veículo e do condutor; Conhecimento de regras de hierarquias no serviço público municipal; Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Segurança do trabalho e prevenção de acidentes e incêndio.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - Auxiliar de serviços gerais: Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Polimento de objetos, peças e placas de metal; Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Limpeza de ruas e coleta de lixo; Serviços de capinagem, jardinagem; Prevenção de acidentes; Atitudes no serviço; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho.

02 – ENSINO MÉDIO

LINGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto; Uso informal e formal da língua; uso da língua e adequação ao contexto, norma culta; Elementos da comunicação e funções da Linguagem; Significação de palavras: antonímia, sinonímia, homonímia, paronímia. Polissemia. Denotação e conotação. Ortografia; Classes de palavras; Estrutura e formação de palavras. Acentuação gráfica e tônica. Sintaxe: oração e período, tipos de sujeito, tipos de predicado, processos de coordenação e subordinação, regência nominal e verbal, crase, concordância nominal e verbal, pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

MATEMÁTICA

Aritmética e Álgebra: Noções de Lógica; Conjuntos: Operações. Números Naturais, Inteiros, Racionais e Reais. Propriedades, Operações, Ordem e Valor Absoluto. Funções: Operações, Valor numérico. Função definida por várias sentenças. Domínio e Contradomínio. Função Crescente, Decrescente e Inversa. Funções do 1º grau e do 2º grau. Equações do 1º e 2º graus. Sistemas do 1º e 2 º graus com duas ou três variáveis. Matemática Financeira. Porcentagens. Cálculos percentuais. Acréscimos e Descontos percentuais. Juros simples. Geometria Plana. Principais figuras planas. Cálculo perímetros e áreas. Relações métricas no triângulo retângulo. Geometria Espacial: Ponto, Reta e Plano. Posições Relativas. Prismas retos e Esferas. Relações Métricas, Áreas Lateral e Total e Volumes. Geometria Analítica: Ponto. Distância entre Dois Pontos. Reta. Equação Geral e Reduzida.

CONHECIMENTOS GERAIS

Conhecimentos Gerais do Brasil: Geografia, História e Atualidades; História Política e Econômica de Mato Grosso: Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá, Fundação de Cuiabá, Ideias de administradores e primeiros desentendimentos, Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; Os Lemes; Índios Paiaguás; Fundação de Vila Bela; Capitães-generais de 1748 a 1821; Forte de Coimbra; Mato Grosso no Primeiro Império; A Rusga; Os Alencastro; Mato Grosso na guerra do Paraguai; Divisão do Estado. Geografia de Mato Grosso: Mato Grosso e a região Centro-Oeste; Geopolítica de Mato Grosso; Ocupação do território; Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; Dinâmica da população em Mato Grosso; Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; A economia do Estado no contexto nacional; A urbanização do Estado; Produção e as questões ambientais. História do Município de Gaúcha do Norte: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE ADMINISTRATIVO - Administração Pública: organização administrativa – centralização e descentralização; administração direta e indireta: composição; categorias de entidades dotadas de personalidade jurídica na administração indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas); princípios que regem a Administração Pública; Responsabilidade civil do Estado. Poderes e deveres da Administração. Servidores Públicos: vínculo jurídico (estatutário, trabalhista e temporário); quadro funcional; cargos, empregos, funções; formas de provimento; direitos e deveres; ética e responsabilidade social; Responsabilidade civil, penal e administrativa do servidor público. Gestão de Pessoal Administração de pessoal, controle de frequência, procedimentos para admissão e demissão, documentação e registro; estatística aplicada à administração de cargos e salários. Gestão Administrativa e Financeira: noções de planejamento e orçamento público; planos, programas e projetos; orçamentos anuais, execução financeira, modalidades de empenho; vedações orçamentárias; processo de licitação: modalidades. Sistemas de controle administrativos. Atos administrativos; conceitos, elementos característicos. Contrato Administrativo: partes componentes, formalização, modalidades, cláusulas de privilégio, cláusulas essenciais. Prazos, prorrogação, extinção, inexecução. Administração de materiais: material de consumo e material permanente; controle de estoque; operações de almoxarifado. Inventário. Orientação sobre especificações e padronização de material de consumo e material permanente. Sistema de informação, gestão de documentos, noções de arquivologia; classificação dos arquivos e dos documentos; métodos de arquivamento, conservação de documentos; avaliação e destinação de documentos; técnicas modernas de arquivamento com o uso da informática. Correspondência e atos oficiais: princípios da redação oficial; emprego dos pronomes de tratamento; níveis hierárquicos de tratamento; conceitos e modelos de atos oficiais: alvará, ata, certidão, circular, convênio, decreto, despacho, edital, estatuto, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, regimento, relatório, resolução, requerimento.

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL – Estatuto da Criança e do Adolescente; Noções de Planejamento de atividades; Primeiros socorros; Os brinquedos; Normas para utilização dos brinquedos; Normas de Segurança; Desenvolvimento Físico e Motor; Necessidades Básicas, Desenvolvimento Cognitivo; Desenvolvimento Emocional, Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Intelectual, Crescimento e Desenvolvimento; Tentativa de Treinamento Precoce; Maturação e Aprendizagem; Lei de Diretrizes e Bases.

COORDENADOR DE PROGRAMAS – Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90, o coordenador de programas e a organização do trabalho na escola. Propostas e alternativas para fazer pedagógico do Coordenador de Programas. O trabalho do Coordenador de Programas junto a família e a Comunidade: 29 limites e perspectivas. A ação do Coordenador de Programas no cotidiano da escola. As relações de poder no espaço escolar. O Coordenador de Programas e o processo de construção de projetos político pedagógicos. A Orientação Educacional e os processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem. Educação, trabalho e cidadania: a Orientação Vocacional frente as relações sociais de Produção. A Orientação Educacional no contexto sócio-político educacional brasileiro. A Educação Básica no Brasil: acesso, permanência, inclusão e fracasso escolar; A organização da Educação Básica: LDB no 9394/96; Princípios e fins da educação nacional; Diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental e para a Educação Infantil; Parâmetros Curriculares Nacionais; Financiamento da Educação Básica. Programas Educacionais (Educação Integral, Mais educação etc.).

PROFESSOR – MAGISTÉRIO - Estatuto da Criança e do Adolescente; Noções de Planejamento de atividades; Primeiros socorros; Os brinquedos; Normas para utilização dos brinquedos; Normas de Segurança; Desenvolvimento Físico e Motor; Necessidades Básicas, Desenvolvimento Cognitivo; Desenvolvimento Emocional, Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Intelectual, Crescimento e Desenvolvimento; Tentativa de Treinamento Precoce; Maturação e Aprendizagem; Lei de Diretrizes e Bases.

PROFESSOR NÃO HABILITADO - Estatuto da Criança e do Adolescente; Noções de Planejamento de atividades; Primeiros socorros; Os brinquedos; Normas para utilização dos brinquedos; Normas de Segurança; Desenvolvimento Físico e Motor; Necessidades Básicas, Desenvolvimento Cognitivo; Desenvolvimento Emocional, Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Intelectual, Crescimento e Desenvolvimento; Tentativa de Treinamento Precoce; Maturação e Aprendizagem; Lei de Diretrizes e Bases.

SECRETÁRIO ESCOLAR - Secretaria Escolar: Relações interpessoais; Ética; Atendimento ao público. Redação oficial e Informática: Editor de texto; Editor de planilhas. Estatística básica e Indicadores Educacionais: Introdução a Estatística; Noções básicas de Estatística; Indicadores Educacionais. Planejamento, Gestão e Legislação Educacional: Breve histórico da educação brasileira; A Educação Brasileira hoje; A organização escolar, o currículo e a gestão; Sistemas informatizados de monitoramento e controle; Serviços educacionais no ambiente escolar; O processo de ensino - aprendizagem. Funcionamento e Organização da Secretaria Escolar: Escrituração escolar I; Escrituração escolar II (Vida do aluno); Documentos de gestão escolar; Avaliação escolar e registros; Sistemas do MEC nas escolas. Legislação Educacional: Técnicas de Secretariado; Legislação Educacional no Brasil.

03 - ENSINO SUPERIOR COMPLETO

LINGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos descritivos, dissertativos, narrativos; gênero de textos; coesão textual; coerência textual; sinonímia, homonímia e paronímia; figuras de linguagem; vícios de linguagem. Ortografia. 3. Acentuação gráfica e tônica; acentuação das oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas; acento diferencial; acentuação dos hiatos; acentuação dos ditongos. Morfologia: estrutura e formação de palavras, processos de formação de palavras; classes de palavras: verbo, substantivo, artigo, pronome, preposição, conjunção, adjetivo, advérbio, interjeição e numeral. Sintaxe: termos essenciais da oração (sujeito e predicado), termos integrantes da oração (objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva), termos acessórios da oração (aposto, adjunto adnominal, adjunto adverbial), termo independente (vocativo); orações coordenadas e orações subordinadas; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; uso da crase; pontuação. Nova Ortografia: Mudanças no Alfabeto, Mudanças nas Regras de Acentuação, Uso do Hífen.

MATEMÁTICA

Aritmética e Álgebra: Noções de Lógica; Conjuntos: Operações. Números Naturais, Inteiros, Racionais e Reais. Propriedades, Operações, Ordem e Valor Absoluto. Funções: Operações, Valor numérico. Função definida por várias sentenças. Domínio e Contra- Domínio. Função Crescente, Decrescente e Inversa. Funções do 1º grau e do 2º grau. Equações do 1º e 2º graus. Sistemas do 1º e 2 º graus com duas ou três variáveis. Matemática Financeira. Porcentagens. Cálculos percentuais. Acréscimos e Descontos percentuais. Juros simples. Geometria Plana. Principais figuras planas. Cálculo perímetros e áreas. Relações métricas no triângulo retângulo. Geometria Espacial:. Ponto, Reta e Plano. Posições Relativas. Prismas retos e Esferas. Relações Métricas, Áreas Lateral e Total e Volumes. Geometria Analítica: Ponto. Distância entre Dois Pontos. Reta. Equação Geral e Reduzida.

CONHECIMENTOS GERAIS

História Política e Econômica de Mato Grosso: Antecedentes históricos da fundação de Cuiabá; Fundação de Cuiabá; Ideias de administradores e primeiros desentendimentos, Rodrigo César e o ouro de Cuiabá; Os Lemes; Índios Paiaguás; Fundação de Vila Bela; Capitães-generais de 1748 a 1821; Forte de Coimbra; Mato Grosso no Primeiro Império; A Rusga; Os Alencastro; Mato Grosso na guerra do Paraguai; Divisão do Estado.

Geografia de Mato Grosso: Mato Grosso e a região Centro-Oeste; Geopolítica de Mato Grosso; Ocupação do território; Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense; Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso; Dinâmica da população em Mato Grosso; Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense; A economia do Estado no contexto nacional; A urbanização do Estado; Produção e as questões ambientais.

História do Município de Gaúcha do Norte: Aspectos históricos e geográficos; Aspectos econômicos e sociais; Executivo e Legislativo Estadual e Municipal; Atualidades gerais político, econômico, social e ambiental.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FONOAUDIÓLOGA - Sistema de atenção à saúde no Brasil, Processo saúde / doença; Saúde pública: conceito e ações; Fonoaudiólogo em saúde pública; Recém nascido de risco para alteração no desenvolvimento e a intervenção fonoaudióloga; Avaliação audiológica infantil, Triagem auditiva em escolares; Desenvolvimento da linguagem: aspectos orgânicos, funcionais, ambientais e sociais; Linguagem escrita: processo de aquisição enquanto sistema de representação; Deficiência auditiva: classificação, diagnóstico diferencial, identificação de próteses auditivas; Sistema sensório motor oral; Deglutição atípica; Fissuras labiopalatais; Distúrbios de linguagem nas psicoses infantis; Distúrbios de linguagem por alterações neurológicas; Distúrbios da voz; Distúrbios articulatórios; Gagueira; Fonoaudiologia e os meios sociais, creche e escola; Atuação preventiva na saúde vocal dos educados; Efeito do ruído na audição de trabalhadores, legislação pertinente, audiometria industrial e os programas de conservação auditiva.

NUTRICIONISTA - Conhecimento da legislação que regulamenta a profissão; Conhecimento da Ética Profissional; Nutrição Social: Conceito de saúde e doença; Organização dos serviços de saúde no Brasil: Política Nacional de Saúde; Política de Alimentação e Nutrição no Brasil; Conceitos Básicos de Nutrição em Saúde Pública: fome e desnutrição; Aspectos Econômico Social de Desnutrição: Produção e comercialização de alimentos; Poder aquisitivo e consumo; Bases para a elaboração de programas de nutrição; Nutrição e infecção; Diagnóstico do estado nutricional da população: Indicadores; Sistema de Vigilância Nutricional; Epidemiologia da Desnutrição: Desnutrição proteico-energética; Metodologia de Avaliação; Consequências orgânicas; Orientação Nutricional; Nutrição das Crianças e adolescentes: Necessidades nutricionais; Seleção de alimentos em função da qualidade, do custo e dos hábitos alimentares; Avaliação do Estado Nutricional; Necessidades Nutricionais; Orientação Nutricional; Avaliação do Estado Desenvolvimento; Alimentação no primeiro ano de vida; Aleitamento Materno: Técnica de Estado Nutricional; Alimentação do Pré- escolar: Necessidades Nutricionais; Características de alimentação.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (NÍVEL II E III) - Histórico Escolar, Avaliação seus conceitos; Planejamento Escolar; PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais); Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica; LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Conhecimentos sobre esportes; Conhecimentos sobre jogos; Conhecimentos sobre lutas; Conhecimentos sobre danças; Conhecimentos sobre esportes; Conhecimentos sobre atividades aquáticas/natação; Conhecimentos sobre capoeira; Práticas corporais alternativas; Legislação sobre educação física; Estudo das capacidades físicas; Estudo das habilidades físicas; Educação Física e estilo de vida; Socorros de urgência aplicados a saúde; Conhecimentos sobre regras e arbitragens dos esportes; Aspectos relacionados à biomecânica dos exercícios físicos; Noções sobre ergonomia; Conhecimentos sobre atividades posturais; Avaliação postural; Abordagens da Educação Física; Ética profissional; Educação Física adaptada;

Gaúcha do Norte - MT, 27 de Dezembro de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

MERENDEIRA

I. Armazenar e conservar produtos alimentícios destinados ao processo de preparação de merenda escolar; II. Executar atividades de copa e cozinha nas unidades escolares de acordo com a orientação da chefia imediata; III. Preparar os alimentos que compõem a merenda escolar; IV. Manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e à cozinha; V. Manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições;

GUARDA

I. promover a segurança e vigilância no âmbito das unidades escolares da rede municipal conforme programação de serviço estabelecida pela chefia imediata; II. Organizar e manter atualizado um banco de dados de tele contatos com a Guarda Municipal e com autoridades públicas de segurança e policiamento para atendimento de eventuais necessidades de apoio; III. preencher boletim diário de ocorrências relevantes de acordo com a instrução normativa e as orientações dadas pela chefia imediata. IV. realizar atividades de vigilância escolar, principalmente pela segurança dos alunos e servidores lotados na sua unidade de trabalho; V. fazer a vigilância das áreas internas e externas das unidades escolares e órgão central; VI. comunicar ao gestor das unidades escolares todas as situações de risco à integridade física das pessoas e do patrimônio público; VII. prevenir os alunos e os profissionais da educação de possíveis situações perigosas dentro das unidades escolares; VIII. controlar a entrada e saída de pessoas junto às unidades escolares e à Secretaria Municipal de Educação; IX. detectar, registrar e relatar à direção da unidade escolar e/ou à chefia imediata, possíveis situações de riscos à integridade física das pessoas e a integridades dos bens públicos sob sua responsabilidade e programação de serviço estabelecida pela chefia imediata;

AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR (MOTORISTA)

I. Conduzir, conservar e promover a manutenção de veículos da frota escolar, cumprindo roteiros e agendas estabelecidas pela chefia imediata; II. Manter atualizada a documentação do veículo sob sua responsabilidade, solicitando do setor competente as providências necessárias; III. Manter atualizada a documentação pessoal e de motorista profissional requerida pela legislação pertinente; IV. Conduzir os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de acordo com as disposições contidas no Código de Trânsito Brasileiro; V. Manter os veículos sob sua responsabilidade em condições adequadas de uso; VI. Conduzir veículos e coletivos escolares com segurança e conforto; VII. Detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso; VIII. Exercer outras atividades correlatas. IX. Controlar a Quilometragem e o combustível do veículo.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

I. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os; II. Limpar escadas, pisos, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, encerando-os ou passando aspirador de pó; III. Limpar utensílios como: lixeiros, objetos de adorno, vidros, janelas, entre outros; IV. Arrumar banheiro, limpando-os com água, sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes; V. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras; VI. Lavar as roupas, toalhas e demais roupas usadas nas Creches e Núcleos de Educação Infantil, da Rede Municipal de Ensino; VII. Retirar as roupas do varal, passá-las a ferro esterilizá-las e guardá-las nas respectivas salas; VIII. Executar serviços de limpeza das áreas internas e externas das Unidades Educativas, varrendo ou lavando calçadas, salas de aula, pátios, paredes, janelas, Desentupir pia; IX. Participar para o desenvolvimento e acompanhamento dos projetos Municipais como, hortas escolares e o de arborização de áreas externas; X. Fazer pequenos reparos, tais como: aparelhos elétricos, troca de lâmpadas, dentre outros, quando solicitados; XI. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; Atender às necessidades de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; XII. Realizar outras atividades correlatas com a função.

AGENTE ADMINISTRATIVO

I. Trabalhar na elaboração e rescisão dos termos de compromisso e aditivos, convênios e contratos celebrados pelo órgão; II. Providenciar a assinatura das partes interessadas nos compromissos firmados, encaminhando ao Tribunal de Contas ou órgão de interesse, para competente registro; III. Redigir toda e qualquer modalidade de expediente administrativo; Realizar levantamento de dados e elaborar relatórios, mapas, quadros, tabelas, gráficos de interesse do órgão; IV. Efetuar os controles das matérias, a pagar e/ou serviços realizados e pagos, assim como supervisionar a emissão dos respectivos documentos comprobatórios necessários ao setor financeiro e contábil da administração. Colaborar no planejamento e execução de projetos de estruturação e reorganização de serviços de seu setor de trabalho; V. Auxiliar na classificação e análise contábil de documentos, efetuar lançamentos e transcrição para fichas de registro ou similares, bem como levantar dados necessários ao preparo de balanços e balancetes; VI. Auxiliar na execução de trabalhos relacionados à organização, coordenação, classificação e controle de atividades administrativas; VII. Exarar informações em processos administrativos e redigir documentos oficiais de caráter interno e externo. Executar serviços datilográficos de natureza complexa, na produção de documentos oficiais, onde o caráter de qualidade e exatidão são fatores importantes; VIII. Controlar o movimento de recebimentos e pagamentos efetuando, eventualmente, fechamento de movimento de caixa; IX. Zelar pela manutenção e conservação de equipamentos e materiais sob a sua responsabilidade; X. Executar outras tarefas correlatas; XI. Auxiliar na supervisão e execução de rotinas, nas unidades administrativas, a fim de propor a adoção de medidas visando a racionalização das mesmas; XII. Proceder pesquisas e auxiliar no planejamento da administração, relativo ao interesse do órgão; XIII. Auxiliar seus superiores na resolução de problemas administrativos; XIV. Efetuar atendimento ao proposto nas expedições de processos e materiais; XV. Montar, encaminhar, pareceres em processos, e registrar informações; XVI. Conferir documentos para efeitos de registro ou alteração de firmas; XVII. Acompanhar processos de cancelamento de firmas, exigindo os documentos obrigatórios para tal; XVIII. Participar da elaboração e desenvolvimento de projetos ou planos de organização, buscando maior eficiência e eficácia dos serviços; XIX. Efetuar a atualização, distribuição e redistribuição periódica da previsão físico-financeiro da alocação dos recursos recebidos e concedidos; XX. Classificar contabilmente todos os documentos comprobatórios das operações realizadas de acordo com o Plano de Contas; XXI. Verificar, mensalmente, a exatidão dos assentamentos feitos e fazer revisão dos demons-

trativos financeiros; XXII. Examinar empenhos de despesas e a existência de saldos nas dotações; XXIII. Auxiliar na feitura global da Contabilidade dos impostos e na análise econômico-financeira e patrimonial; XXIV. Executar todas as tarefas relacionadas com a escrituração, elaborar balancetes mensais consolidados, bem como a demonstração financeira consolidada da Prefeitura; XXV. Corrigir e ordenar os dados para o Balanço Geral e elaborar outros demonstrativos contábeis e financeiros, bem como auxiliar na elaboração do Balanço Geral da Prefeitura; XXVI. Elaborar os demonstrativos de existência física e financeira de valores sob a guarda e responsabilidade da Tesouraria, encaminhando-os à Gerência de Tesouraria; XXVII. Auxiliar na organização dos serviços da Tesouraria e na guarda de documentos e livros de controle; XXVIII. Informar processos e prontuários de pequena e alta complexidade, submetidos ao seu estudo, dentro de orientação geral; XXIX. Zelar pelo sistema de informatização implantado; XXX. Processar a folha de pagamentos, manter cadastro funcional dos servidores e executar programa de treinamento; XXXI. Conservar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, observando as instruções e recomendações técnicas dos fabricantes; XXXII. Providenciar a manutenção periódica dos equipamentos sempre por pessoas legalmente habilitadas;

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

I. O cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e Educação Especial é titulado por profissional de nível médio profissionalizante, tendo por atribuição geral o auxílio aos professores e profissionais na execução da Política Municipal de Educação Especial e Desenvolvimento Infantil na Rede Municipal de Ensino.

COORDENADOR DE PROGRAMAS

I. Executar atividades socioeducativas e administrativas nos Programas Assistenciais, ser agente de transformação, auxiliar na organização dos desejos e necessidades das pessoas com as quais trabalha, planejar, organizar e refletir com relação as suas ações e intervenções futuras, sua própria prática, avaliar sua intenção, ação e resultado esperado. II. Atuar com igualdade e respeito com todos os sujeitos do seu contexto, prestando a devida atenção para a necessidade de cada um. III. Trabalhar o exercício da cidadania, através de oficinas, palestras, rodas de conversas com as crianças e adolescentes e suas famílias.

SECRETÁRIO ESCOLAR

I. assumir responsabilidade básica de planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação de todas as atividades pertinentes à secretaria e sua execução; II. participar juntamente com os técnicos administrativos educacionais, da programação das atividades da secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da escola; III. atribuir tarefas aos técnicos administrativos educacionais, acatando ordem superior, orientando e controlando as atividades de registro e escrituração, assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados determinados pelos órgãos competentes; IV. verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, adaptação, transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do gestor escolar; V. atender e providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais; VI. preparar a escala de férias e gozo de licença dos servidores da escola submetendo à deliberação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar; VII. elaborar e providenciar a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades; VIII. elaborar relatórios das atividades da secretaria e colaborar na elaboração do relatório anual da escola; IX. cumprir e fazer cumprir as determinações do diretor do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar e dos órgãos competentes; X. assinar, juntamente com o gestor todos os documentos escolares destinados aos alunos; XI. facilitar e prestar todas as solicitações aos representantes da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Estadual de Educação sobre o exame de livros, escrituração e documentação relativa à vida escolar dos alunos e vida funcional dos servidores e, fornecer-lhes todos os elementos que necessitarem para seus relatórios, nos prazos devidos; XII. redigir as correspondências oficiais da escola; XIII. tomar as providências necessárias para manter a atualização dos serviços pertinentes ao estabelecimento; XIV. fazer a distribuição de serviços aos técnicos administrativos educacionais, conforme determinação superior; XV. tabular os dados dos rendimentos escolares, em conformidade ao processo de recuperação e no final de cada ano letivo. XVI. participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Escolar; XVII. não permitir a presença de pessoas estranhas ao serviço da secretaria; XVIII. dialogar com o gestor sobre assunto que diga respeito à melhoria do andamento de seu serviço; e, XIX. desempenhar outras tarefas correlatas.

FONOAUDIÓLOGO

I. exercer a fonoaudióloga de forma plena, enquanto ciência voltada às áreas da comunicação oral e escrita, voz e audição, utilizando os conhecimentos e recursos que sua experiência clínica o demandar, para promover o bem estar dos alunos e da coletividade; II. esforçar-se para obter eficiência máxima em seus serviços, em benefício da educação pública; III. desenvolver suas atividades profissionais de forma eficiente, assumindo a responsabilidade pelos procedimentos de que participou ou indicou, mesmo quando em equipe; IV. colaborar, sempre que possível e desinteressadamente, em campanhas educacionais, que visem difundir princípios fonoaudiológicos úteis ao bem-estar da coletividade; V. prestar serviços profissionais nas situações de calamidade pública e/ou de graves crises sociais; VI. utilizar, obrigatoriamente, seu número de registro no conselho onde estiver inscrito, em qualquer procedimento ou ato fonoaudilógico, acompanhado da rubrica ou assinatura; VII. empenhar-se para melhorar as condições de atendimento à população e assumir sua parcela de responsabilidade em relação à saúde e à educação; VIII. em função de chefia ou não, assegurar o bom desempenho da fonoaudiologia, sob os aspectos ético e técnico profissionais; IX. recorrer a outros profissionais, sempre que for necessário, para bem desempenhar as suas tarefas; X. procurar participar da elaboração de política de saúde e educação junto às autoridades competentes, na organização, implantação e execução de projetos de Educação, Saúde Pública e Coletiva, nas áreas da comunicação oral e escrita, voz e audição que visem à pesquisa, promoção de saúde, prevenção, diagnóstico, habilitação e reabilitação.

NUTRICIONISTA

I. avaliar a dieta dos alunos, através de diferentes métodos, diagnosticando sua adequação frente às necessidades nutricionais e dietoterápicas, considerando o aporte por via oral e/ou enteral e/ou parenteral, e aos hábitos alimentares, incluindo padrão alimentar quanto ao número, tipo e composição das refeições, disciplina, restrições e preferências alimentares e apetite; II. avaliar os hábitos e as condições alimentares da família do aluno, com vistas ao apoio dietoterápico, em função de disponibilidade de alimentos, condições, procedimentos e comportamentos em relação ao preparo, conservação, armazenamento, higiene e administração da dieta; III. avaliar o estado nutricional do aluno utilizando medidas antropométricas e exames laboratoriais, a partir dos diversos métodos e técnicas cientificamente comprovados, considerando aspectos individuais e clínicos; IV. participar, em conjunto com equipe multiprofissional, do processo de indicação, evolução e avaliação da nutrição enteral e/ou parenteral dos educandos; V. efetuar a prescrição da dieta e/ou dietética, baseada nos diagnósticos nutricionais, considerando diagnósticos e condutas dos demais profissionais da equipe multiprofissional;

VI. classificar o atendimento segundo Níveis de Assistência em Nutrição, conforme necessidades dietoterápicas e/ou fatores de riscos individuais ou de ambiente de vida; VII. sistematizar o atendimento de nutrição, efetuando levantamentos de dados, diagnósticos e condutas, incluindo prescrições e orientações, segundo a patologia e demais fatores que envolvem a dietotetapia, durante o tratamento e o momento da alta em nutrição; VIII. avaliar sistematicamente a aceitação e adequação nutricional da dieta, a evolução do estado nutricional e clínica do aluno, fazendo alterações nas prescrições da dieta e/ou dietética e demais condutas, se necessário; IX. planejar, desenvolver e avaliar o programa de educação nutricional destinado aos alunos; X. dar alta em nutrição; XI. registrar e assinar no prontuário todo atendimento de nutrição prestado ao aluno; XII. participar do desenvolvimento de protocolos de pesquisas; XIII. planejar, organizar, dirigir, supervisionar e avaliar os serviços de alimentação e nutrição; XIV. realizar assistência e educação nutricional à coletividade ou indivíduos sadios ou enfermos em instituições públicas; XV. desenvolver ações, programas, pesquisas e eventos, direta ou indiretamente relacionados à alimentação e nutrição, visando à prevenção de doenças, promoção, manutenção e recuperação da saúde dos educando sob sua responsabilidade.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA/ PROFESSOR NÃO HABILITADO/ PROFESSOR-MAGISTÉRIO

I. participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema

Público de Educação Municipal;

II. elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; III. participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; IV. desenvolver a regência efetiva; V. controlar e avaliar o rendimento escolar; VI. executar tarefa de recuperação de alunos; VII. participar de reunião de trabalho; VIII. desenvolver pesquisa educacional; IX. participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; X. buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; XI. cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; XII. cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar; XIII. manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar; e, XIV. desempenhar outras atribuições correlatas ao ensino público municipal.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

I. Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; II. Cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político pedagógico da Unidade Escolar; Elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo a tecnologia educacional e às diretrizes do ensino; III. Executar o trabalho docente em consonância com a proposta pedagógica da rede municipal de ensino; IV. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; V. Participar dos processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vista ao melhor rendimento do processo de ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário; VI. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; VII. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; VIII. Estabelecer formas alternativas de recuperação, aos alunos que apresentarem menor rendimento; IX. Participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade de ensino; X. Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional; XI. Zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e pelo material docente; XII. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; XIII. Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; XIV. Constatar as necessidades dos alunos e encaminhá-las aos setores específicos de atendimento, mediante relatório escrito; XV. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Manter a pontualidade e assiduidade; XVI. Comunicar previamente à Direção sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar; XVII. Preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado; XVIII. Manter o bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho; XIX. Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo;

Gaúcha do Norte - MT, 27 de Dezembro de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

Marisa Usinger Catia Letícia Trevisan

Presidente Membro

Evanesa Dutra Leite Cristiane Lurdes Fiedler

Membro Membro

ANEXO III

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2017

DATA	ATIVIDADE	LOCAL
28/12/2017	**Publicação da Íntegra do Edital**	www.gauchadonorte.mt.gov.br https://diariomunicipal.org/mt/amm/
11/01/2018 as 12h00min de 19/01/2018	**Período de Inscrições no Endereço Eletrônico:**	www.gauchadonorte.mt.gov.br
22/01/2018	**Divulgação da Relação das Inscrições**	www.gauchadonorte.mt.gov.br https://diariomunicipal.org/mt/amm/
23/01/2018	**Prazo para Recurso Sobre as Inscrições.**	**Secretaria Municipal de Educação de Gaúcha do Norte Setor de Protocolo**
24/01/2018	**Julgamento dos Recursos Sobre as Inscrições e Homologação Definitiva das Inscrições**	www.gauchadonorte.mt.gov.br
28/01/2018	**Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha**	**Escola Municipal de Educação Básica Bem-Me-Quer (EMEB BMQ)**
29/01/2018	**Divulgação dos Gabaritos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha**	**Quadro de Avisos da Secretaria Municipal de Educação de Gaúcha do Norte** www.gauchadonorte.mt.gov.br https://diariomunicipal.org/mt/amm/

30/01/2018	**Prazo para Recurso Sobre o Gabarito da Prova Objetiva.**	**Prefeitura de Gaúcha do Norte** **Setor de Protocolo**
31/01/2018	**Julgamento dos Recursos contra o Gabarito da Prova Objetiva**	www.gauchadonorte.mt.gov.br
01/02/2018	**Divulgação do gabarito pós recurso e Divulgação da Classificação geral dos Candidatos**	**Quadro de Avisos da Secretaria Municipal de Educação de Gaúcha do Norte** www.gauchadonorte.mt.gov.br https://diariomunicipal.org/mt/amm/
02/02/2018	**Prazo para Recurso Sobre o** **Resultado da Classificação dos candidatos**	**Secretaria Municipal de Educação de Gaúcha do Norte** **Setor de Protocolo**
05/02/2018	**Julgamento dos Recursos Sobre** **o Resultado da Classificação dos candidatos**	www.gauchadonorte.mt.gov.br
05/02/2017	**Divulgação do julgamento sobre a classificação dos candidatos e Resultado Final para Homologação.**	**Quadro de Avisos da Secretaria Municipal de Educação** www.gauchadonorte.mt.gov.br https://diariomunicipal.org/mt/amm/

ANEXO IV

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

_____ _____, ___ de _____ de 2018.

Para: Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

Edital nº 003/2017 - Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte - MT

Tipo de Recurso – (Assinale o tipo de Recurso)	**Referente à Prova Objetiva**
( ) Contra o Edital do Processo Seletivo ( ) Contra Indeferimento de Inscrição ( ) Contra Gabarito da Prova Objetiva ( ) Contra Resultado da Prova Objetiva ( ) Contra Resultado Final	Número da Questão _____ Gabarito Oficial _____ Resposta Candidato _____

Justificativa do Candidato. Razões do Recurso

_____

Protocolo da Prefeitura e assinatura do atendente

_____

Atenciosamente,

_____

(assinatura candidato)

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DECRETO Nº 058/2017

DECRETO Nº 058/2017

Estabelece normas relativas ao encerramento do exercicio da execução orçamentária e financeira, para levantamento do Balanço Geral do Municipio de 2017, face às recomendações da LC n 1º 101/00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de General Carneiro (MT), Sr. **MARCELO DE AQUINO**, no uso de obrigações legais, e:

Considerando que o encerramento do exercício financeiro e o consequente levantamento do Balanço Geral constituem providências que devam ser, prévia e adequadamente ordenadas:

Considerando o disposto nos artigos 34 a 39 da Lei nº 4.320/64, artigo 7º da Lei nº 8.666/93, artigo 42 da L.C. nº 101/00 – LRF, Decreto Federal nº 1.802/96, que diz textualmente que somente poderão ser inscritos em Restos a Pagar os valores dos empenhos liquidados até o final do exercício, evitando assim um déficit orçamentário fictício.

D E C R E T A:

Art. 1º - As requisições de compras de bens e serviços, somente poderão ser efetuadas até o dia 22 de dezembro de 2017, por ordem expressa do Senhor Prefeito Municipal e a partir desta data, não se procederão mais empenhos, salvo em casos especiais, autorizados pelo Chefe do Executivo.

Art. 2º - Somente poderão ser inscritos em restos a pagar do exercício de 2017 os valores dos empenhos liquidados até 31 de dezembro;

§ 1º - As despesas empenhadas e não processadas deverão ser anuladas até o dia 31 de dezembro nos termos do artigo 38 da lei 4.320/64;

§ 2º - Os valores inscritos em restos a pagar até o exercício de 2016 deverão ser cancelados mediante transferência dos respectivos valores a receita, nos termos do referido artigo 38 da Lei nº 4.230/64;

§ 3º - Os precatórios judiciais não pagos até 31/12/2017 serão inscritos na dívida consolidada do município;

§ 4º - As despesas em fase de execução em 31 de dezembro de 2017, não liquidadas, poderão ser reempenhadas a conta do orçamento de 2018.

Art. 3º - Fica proibida a realização de horas extras, pagamentos de adicionais e gratificações, salvo disposição legal.

Art. 4º - Serão priorizados os pagamentos dos compromissos assumidos a partir de 01/05/2017, face o artigo 42 da L.C. nº 101 – LRF.

Art. 5º - Face ao disposto na Emenda Constitucional nº 62 de 09/12/2009, os precatórios pendentes poderão ser liquidados em prestações anuais iguais no prazo máximo de 180(cento e oitenta) meses.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

General Carneiro (MT), 22 de Dezembro de 2017

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL

4.º RELATÓRIO TRIMESTRAL DA OUVIDORIA CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO – MT

4.º Relatório Trimestral da Ouvidoria

Câmara Municipal de General Carneiro – MT

Mesa Diretora

Heder Caio Pereira da Silva

Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro

Laerte Carneiro Leão Junior

Vice- Presidente

Felix Henrik Batista de Sousa

1º Secretário

Sinderlei Barbosa Rodrigues

2º Secretário

Raimunda Elite Rodrigues Alves

Secretária Administrativa

Raquel Santana Teixeira

Ouvidora Parlamentar

Relatório Trimestral da Ouvidoria

Câmara Municipal de General Carneiro – MT

Período (01/10/2017 a 31/12/2017)

1. Apresentação

A Ouvidoria da Câmara Municipal de General Carneiro, instituída pela Lei N.º 784/2015, é um instrumento democrático de controle e avaliação que permite acompanhar, sugerir, elogiar, e comentar a atuação política de seus vereadores. Sendo o canal direto entre a sociedade e o Poder Legislativo.

2. Manifestações Recebidas

As atividades da Ouvidoria da Câmara Municipal de General Carneiro – MT tiveram início no dia 02 de Janeiro de 2017. Neste Trimestre foram registrados 02 (duas) manifestações, todas ocorreram por contato direto com essa Casa de Leis e foram feitas nos seguintes meses.

2.1 Quadro Demonstrativo das Manifestações Recebidas

Data	Tipo	Situação	Forma de Resposta
21/11/2017	Requerimento	Concluída	Após 02 dias
27/11/2017	Requerimento	Concluída	No ato

Atendimento da Ouvidoria

Setor responsável por receber, registrar e processar as reclamações, denúncias e sugestões dos munícipes relacionadas aos agentes e à prestação dos serviços públicos legislativos da câmara.

O serviço acompanha, junto às unidades competentes do Poder Legislativo, providências adotadas e visa a apuração de responsabilidade e o tratamento adequado às demandas existentes.

Realizar diligências e investigações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades e propor medidas para o aperfeiçoamento do desempenho da câmara e sua aproximação com os munícipes também estão entre suas funções.

A partir do contato do cidadão, a Ouvidoria tem até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias (totalizando 30 dias), nos termos da Lei Federal N.º 12527/2011, para responder solicitações, seja por carta, e-mail ou telefone, dependendo da complexidade do questionamento.

As normas para o funcionamento da Ouvidoria da Câmara Municipal de General Carneiro - MT é estabelecido pelo ato da Mesa. Sendo feito pelo Decreto Legislativo 005/2017 que “Dispõe sobre mudança de horário desta Casa de Leis”, sendo de Segunda à Sexta-feira das 07:00Hrs às 13:00Hrs

Ouvidora:

Raquel Santana Teixeira

Pela Portaria 006/2017

3.1 TIPOS DE ATENDIMENTO:

Telefone – (66)3416-1144; horário: das 7:30h às 11:30h e das 13:30h ás 17:30h.

Pessoalmente – Na Sala da Ouvidoria, na Câmara Municipal de General Carneiro, Av. Rachid J. Mammed, 222, 2º Piso; horário: das 7:00h às 13:00h

Carta- Escreva para Ouvidoria do Parlamento Na Câmara Municipal de General Carneiro, Av. Rachid J. Mammed, 222, Centro, CEP 78.620-000

Via e-mail – ouvidoria@camarageneralcarneiro.mt.gov.br

DECRETO Nº 059/2017

DECRETO Nº 059/2017

Dispõe sobre o cancelamento dos Restos a Pagar Inscritos em exercícios anteriores, e dá outras Providencias.

MARCELO DE AQUINO Prefeito Municipal de General Carneiro (MT), no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, só devem compor a divida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para esse efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a **Portaria STN/MF nº 633/2006**, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, competente do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

CONSIDERANDO o **Decreto nº 29.910, de 06 de Janeiro de 1932**, estabelece que a dívida passiva da União, dos Estados e dos Municípios prescreve em 05 (cinco) anos;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 68 do Decreto nº 93. 872, de 23 de dezembro de 1986**, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas, e terá validade até 31 de dezembro do ano subseqüente;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 70 do Decreto nº 93. 872, de 23 de dezembro de 1986,** em que prescreve em 05 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178,§10, VI);

CONSIDERANDO o disposto no **Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000**, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os restos a pagar processados e não processados referentes a empenhos por estimativa de exercícios anteriores a 2017.

§ 1º Os restos a pagar processados, só poderão ser cancelados quando houver a devolução da mercadoria entregue, ou por serviço não realizado, após verificação de comissão;, devendo ser formalizado um processo específico identificando o tipo de baixa.

§ 2º Fica autorizado a abertura de um processo específico por Restos a Pagar Processado ou por tipo de baixa, a fim de instruir de forma taxativa a extinção do direito do credor ou que o Restos a Pagar foi processado indevidamente.

Art. 2º - Ficam cancelados, por prescrição, os restos a pagar processados inscritos há mais de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único - Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI).

Art. 3º - Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 4º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Carneiro (MT), 22 de Dezembro de 2017

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 058/2017

DECRETO Nº 058/2017

Estabelece normas relativas ao encerramento do exercicio da execução orçamentária e financeira, para levantamento do Balanço Geral do Municipio de 2017, face às recomendações da LC n 1º 101/00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de General Carneiro (MT), Sr. **MARCELO DE AQUINO**, no uso de obrigações legais, e:

Considerando que o encerramento do exercício financeiro e o consequente levantamento do Balanço Geral constituem providências que devam ser, prévia e adequadamente ordenadas:

Considerando o disposto nos artigos 34 a 39 da Lei nº 4.320/64, artigo 7º da Lei nº 8.666/93, artigo 42 da L.C. nº 101/00 – LRF, Decreto Federal nº 1.802/96, que diz textualmente que somente poderão ser inscritos em Restos a Pagar os valores dos empenhos liquidados até o final do exercício, evitando assim um déficit orçamentário fictício.

D E C R E T A:

Art. 1º - As requisições de compras de bens e serviços, somente poderão ser efetuadas até o dia 22 de dezembro de 2017, por ordem expressa do Senhor Prefeito Municipal e a partir desta data, não se procederão mais empenhos, salvo em casos especiais, autorizados pelo Chefe do Executivo.

Art. 2º - Somente poderão ser inscritos em restos a pagar do exercício de 2017 os valores dos empenhos liquidados até 31 de dezembro;

§ 1º - As despesas empenhadas e não processadas deverão ser anuladas até o dia 31 de dezembro nos termos do artigo 38 da lei 4.320/64;

§ 2º - Os valores inscritos em restos a pagar até o exercício de 2016 deverão ser cancelados mediante transferência dos respectivos valores a receita, nos termos do referido artigo 38 da Lei nº 4.230/64;

§ 3º - Os precatórios judiciais não pagos até 31/12/2017 serão inscritos na dívida consolidada do município;

§ 4º - As despesas em fase de execução em 31 de dezembro de 2017, não liquidadas, poderão ser reempenhadas a conta do orçamento de 2018.

Art. 3º - Fica proibida a realização de horas extras, pagamentos de adicionais e gratificações, salvo disposição legal.

Art. 4º - Serão priorizados os pagamentos dos compromissos assumidos a partir de 01/05/2017, face o artigo 42 da L.C. nº 101 – LRF.

Art. 5º - Face ao disposto na Emenda Constitucional nº 62 de 09/12/2009, os precatórios pendentes poderão ser liquidados em prestações anuais iguais no prazo máximo de 180(cento e oitenta) meses.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

General Carneiro (MT), 22 de Dezembro de 2017

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE ESTE DECRETO FOI PUBLICADO ATRAVÉS DE AFIXAÇÃO NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO .

DECRETO Nº 059/2017

Dispõe sobre o cancelamento dos Restos a Pagar Inscritos em exercícios anteriores, e dá outras Providencias.

MARCELO DE AQUINO Prefeito Municipal de General Carneiro (MT), no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, só devem compor a divida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para esse efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a **Portaria STN/MF nº 633/2006**, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, competente do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

CONSIDERANDO o **Decreto nº 29.910, de 06 de Janeiro de 1932**, estabelece que a dívida passiva da União, dos Estados e dos Municípios prescreve em 05 (cinco) anos;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986**, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas, e terá validade até 31 de dezembro do ano subseqüente;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 70 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986,** em que prescreve em 05 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178,§10, VI);

CONSIDERANDO o disposto no **Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000**, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os restos a pagar processados e não processados referentes a empenhos por estimativa de exercícios anteriores a 2017.

§ 1º Os restos a pagar processados, só poderão ser cancelados quando houver a devolução da mercadoria entregue, ou por serviço não realizado, após verificação de comissão;, devendo ser formalizado um processo específico identificando o tipo de baixa.

§ 2º Fica autorizado a abertura de um processo específico por Restos a Pagar Processado ou por tipo de baixa, a fim de instruir de forma taxativa a extinção do direito do credor ou que o Restos a Pagar foi processado indevidamente.

Art. 2º - Ficam cancelados, por prescrição, os restos a pagar processados inscritos há mais de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único - Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI).

Art. 3º - Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 4º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Carneiro (MT), 22 de Dezembro de 2017

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE ESTE DECRETO FOI PUBLICADO ATRAVÉS DE AFIXAÇÃO NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO .

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO SECRETARIA DE SAÚDE - OFICIO Nº 2062/SMS/PMI/2017.

Itanhangá-MT, 14 de dezembro de 2017.

Oficio nº 2062/SMS/PMI/2017.

De: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Para: Sra. Rosaly Salvian – servidora publica

Assunto: comunicado.

Prezada Senhora,

Ao externarmos nossas cordialidades, vimos por meio deste, comunicar que a lei complementar Nº 088/2017 que Institui E Regulamenta a jornada de trabalho em turno ininterrupto de revezamento de 12(doze) horas de labor, por 36 (trinta e seis) horas de descanso no âmbito do Município De Itanhangá,foi sancionada, portanto a Sra. está comunicada que a partir de 16/12/2016 deverá cumprir sua jornada de trabalho de acordo com a escala 12/36 a qual executou desde que solicitou retornar da licença até a data de sete de novembro do corrente ano, quando, sem autorização, passou a executar outro horário; tendo em vista a necessidade de vosso serviço, considerando que desde a data de 08 de novembro, quando a Sra. se recusou a cumprir escala prevista, o horário das 06h00min ás 07h00min; das 11h00min ás 13h00min e das 17h00min ás 18h00min está descoberto do serviço do profissional técnico em enfermagem, portanto por prezar pelo interesse da saúde pública é que faço este comunicado.

Sendo para o momento, estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Sandra Klassen Grzechota

Secretária de Saúde e Saneamento

Portaria: 262/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 065/2017

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 065/2017**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material permanente, equipamentos de informática e periféricos para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT.",** teve como vencedora as seguintes empresas: a empresa **ALEXANDRE VENSO BONFIM – ME** sagrou-se vencedora para os itens 05, 06, 08, 10, 11 e 12, totalizando o valor total de R$ 51.197,00 (cinquenta e um mil cento e noventa e sete reais), a empresa **AMAURI ROBERTO DE ARAUJO – ME** sagrou-se vencedora para o item 02 com o valor total de R$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais), a empresa **OLMI INFORMÁTICA LTDA – EPP** sagrou-se vencedora para os itens 01, 04, 07 e 09 totalizando o valor de R$ 72.788,00 (setenta e dois mil setecentos e oitenta e oito reais) e a empresa **TECHNOINF COMERCIO ELETRONICOS EIRELI** sagrou-se vencedora para o item 03 totalizando o valor de R$ 48. 060,00 (quarenta e oito mil e sessenta reais).

Itanhangá-MT, 27 de dezembro de 2017.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 093/2017 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 687/2017, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 093/2017, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 22/12/2017, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de empresa especializada em concessão de licença de uso de software com**

prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e customização para a área de Gestão de Saúde Pública Municipal, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, sagrou-se vencedora a empresa: **E. C. ZOCANTE CIA LTDA- ME**,pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.525.132/0001-90, com sede na Avenida das Sibipirunas n.º 3020, Centro, no município de Sinop – Estado Mato Grosso, sendo vencedora para todos os itens, com valor global de R$ 186.100,00 (cento e oitenta e seis mil e cem reais).

Juara –MT 27 de dezembro de 2017.

José Roberto Pereira Alves Luciane Borba Azóia Bezerra

Pregoeiro Oficial Prefeita do Município

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 074/2017/SECAD PREGÃO: N° 093/2017/SECAD. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS DATA DE ASSINATURA: 28 DE DEZEMBRO DE 2017 VIGÊNCIA: 28 DE DEZEMBRO DE 2018.

A Prefeitura Municipal de Juara, A Prefeitura Municipal de Juara,Estado de Mato Grosso, por meio de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria n.º 687/2017, de 17 de agosto de 2017, com endereço à Rua Niterói nº 81-N, Centro, Juara/MT, CEP: 78.575-000, CNPJ/MF: 15.072.663/0001-99, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Sr.ª **LUCIANE BORBA AZOIA BEZERRA**, brasileira, casada, Prefeita Municipal, portadora da Cédula de Identidade n.º **0925703-9 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **581.047.711-91**, residente e domiciliado na Rua Corumbá n. 229-W, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato denominada **"MUNICÍPIO"**, e a empresa **E. C. ZOCANTE & CIA LTDA - ME**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.525.132/0001-90, com sede na Avenida das Sibipirunas n.º 3020, Bairro Setor Residencial Sul, CEP: 78.550-029, na cidade de Sinop – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pelo sócio proprietário o senhor Carlos Henrique Colli Zocante, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua das Manjeronas, n.º 564, Bairro Jardim Maringá, na cidade de Sinop – Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. nº 2357999-4 SSP/MT e CPF/MF n.º 010.565.911-88, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e Decreto Municipal n° 249/2009 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 093/2017, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços para **Contratação de empresa especializada em concessão de licença de uso de software com prestação de serviços de manutenção, suporte técnico e customização para a área de Gestão de Saúde Pública Municipal, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 093/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, abaixo especificados:

Item	Cod. Tce	Especificações	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	**216044-7**	Implantação, Customização, Treinamento e Conversão de Base de Dados do município; Serviços de Atualização de Software e Suporte Técnico ao Cliente; Sistema Operante em Online - Off-Line (trabalha sem a necessidade de internet).	01	Unidade	**R$ 32. 500,00**	**R$ 32. 500,00**
02	**216044-7**	Prestação de Serviços de Locação de Software para Área de Gestão em Saúde Pública do Município de Juara, compreendendo no mínimo os seguintes módulos: Farmácia Básica; Farmácia Almoxarifado; Dispensação de Medicamento por Usuário; Dispensação de Medicamentos por Unidade de Saúde; Farmácia em Casa; Atendimentos UBS; Prontuário Eletrônico; Odontograma: Atendimento Domiciliar (ACS) com Aplicativo Mobile; Rastreio de Geolocalização do Profissional; Unidade de Reabilitação; Laboratório (Raio X, Ultrassom, Eletro entre outros); Controle e Gerenciamento de Ofícios; Central de Regulação; Transporte (TFD); Faturamento SAI/SUS (BPA-C e BPA-I); Vigilância Epidemiológica; Todos os Módulos com Integração de Reconhecimento do Usuário por Biometria; Certificação Digital para os Profissionais; Relatórios Inteligentes e Personalizados; BI (Business Inteligence) total	12	Mês	**R$ 12. 800,00**	**R$ 153. 600,00**
Valor Total R$ 186.100,00 (cento e oitenta e seis mil e cem reais).						

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade pelo período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Juara/MT não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 093/2017 – 39/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4. As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIAS MUNICIPAIS	DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
Secretaria Municipal de Saúde	21003390390000114010000

2.5. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e no Decreto Federal n.º 7.892/13.

2.6. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

2.7 Os órgãos ou entidades não participantes poderão utilizar até 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrente deste certame, nos termos do Decreto Municipal 249/2009.

2.1 Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços efetuadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, por pedido, ao limite de cada registrado na ata de registro de preços decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.2 A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Contratante, Sr.(a) ....., designado(a) por meio de portaria, doravante denominado Fiscal da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, mediante depósito na seguinte conta bancária da detentora da ata:

Banco: 001 (Banco do Brasil)

Agência Tarumãs

Conta: 41.9717-6

3.2. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PRAZO

4.1. A Contratada deverá executar os serviços conforme solicitações efetuadas pela Secretaria Municipal de Saúde de acordo o Termo de Referência, Anexo I, e, emissões de Nota de Empenho.

4.2. O início do serviço objeto da presente licitação ocorrerá até 15 (quinze) dia úteis, após a assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, mediante a emissão de requisição, com limite máximo de 180 (cento e oitenta) dias para finalização do processo de implantação.

4.3. Caso a prestação de serviços não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade. **4.3.**

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Do Município: Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 e do Termo de Referência, são obrigações da Administração Pública:

5.1.1. Atestar nas Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;

5.1.2. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução da Nota de Empenho;

5.1.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6. Da Detentora da Ata: Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93 e do Termo de Referência, são obrigações da licitante vencedora:

5.1.7. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.1.8. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre a prestação do serviços;

5.1.9. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.1.10. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5. A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4o desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002.

7.2 Após o devido Processo Administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Diário Oficial do Estado.

7.3 Nos casos previstos no art. 7º da Lei 10.520/2002, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

7.3.1. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da Ata de Registro de Preços;

7.3.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

7.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, no caso da empresa, injustificadamente, desistir da Ata ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município por período não superior a 5 (cinco) anos.

7.4. A aplicação da sanção prevista no item 7.3.4, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 7.3.1., 7.3.2., 7.3.3., principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

7.5. As sanções previstas nos itens 7.3.1., 7.3.2., 7.3.3., poderão ser aplicadas conjuntamente com o item 7.3.4., facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

7.6 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.7 Da aplicação das penas definidas nos itens 7.3.1 a 7.3.4 do item 7.1, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.8 O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido à Prefeita Municipal, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual), bem como no Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

8.3 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de **10 (**dez) **dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.**

8.4 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado,** o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 **Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido**.**

8.10 **Preliminarmente**, **o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.**

8.11 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 **Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.**

8.13 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para a prestação do serviço, sem que caiba direito de recurso.

8.14 O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.15 O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzirá efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora da Ata de Registro de Preços manter os prazos para entrega dos produtos ou prestação de serviços, sob pena de aplicação das penalidades dispostas na Cláusula Sétima.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços a critério do município, observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, se assim for decidido pelo município, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Comissão Permanente de Licitação, os quantitativos das aquisições.

10.1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 093/2017 e a proposta da empresa **E. C. ZOCANTE & CIA LTDA - ME**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 10.525.132/0001-90, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Municipal n° 249/2009 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Juara, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Luciane Borba Azoia Bezerra

Prefeita Municipal

E. C. ZOCANTE & CIA LTDA - ME

CNPJ:10.525.132/0001-90

Carlos Henrique Colli Zocante - Sócio Proprietário

RG. nº 2357999-4 SSP/MT e CPF/MF n.º 010.565.911-88

EMPRESA DETENTORA DO PREÇO REGISTRADO

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 1.236/2017

DECRETO Nº 1.236/2017

Estabelece normas relativas ao encerramento do exercício da execução orçamentária e financeira, para levantamento do Balanço Geral do Município de 2017, face às recomendações da LC n 1º 101/00 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de JUARA (MT), Sra. **LUCIANE BORBA AZÓIA BEZERRA**, no uso de obrigações legais, e:

Considerando que o encerramento do exercício financeiro e o consequente levantamento do Balanço Geral constituem providências que devam ser, prévia e adequadamente ordenadas:

Considerando o disposto nos artigos 34 a 39 da Lei nº 4.320/64, artigo 7º da Lei nº 8.666/93, artigo 42 da L.C. nº 101/00 – LRF, Decreto Federal nº 1.802/96, que diz textualmente que somente poderão ser inscritos em Restos a Pagar os valores dos empenhos liquidados até o final do exercício, evitando assim um déficit orçamentário fictício.

Considerando a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso exarada no relatório do voto do Conselheiro Interino Luiz Henrique Lima referente às Contas de 2016 julgadas hoje dia 19/12/2017, para que abstenha-se de realizar inscrições em Restos a Pagar sem que haja a suficiente disponibilidade de caixa, conforme dispõe o art. 42 da LRF, a fim de serem evitados desvios que possam afetar o equilíbrio das contas.

D E C R E T A:

Art. 1º - As requisições de compras de bens e serviços, somente serão aceita as efetuadas até a data deste Decreto, por ordem expressa da Senhora Prefeita Municipal e a partir desta data, não se procederão mais empenhos, salvo em casos especiais, autorizados pela Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Somente poderão ser inscritos em restos a pagar do exercício de 2017 os valores dos empenhos liquidados até 31 de dezembro;

§ 1º - As despesas empenhadas e não processadas deverão ser anuladas até o dia 31 de dezembro nos termos do artigo 38 da lei 4.320/64;

§ 2º - Os valores inscritos em restos a pagar não processados até o exercício de 2016 deverão ser cancelados mediante transferência dos respectivos valores a receita, nos termos do referido artigo 38 da Lei nº 4.230/64;

§ 3º - Os precatórios judiciais não pagos até 31/12/2017 serão inscritos na dívida consolidada do município;

§ 4º - As despesas em fase de execução em 31 de dezembro de 2017, não liquidadas, poderão ser reempenhadas à conta do orçamento de 2018.

Art. 3º - Fica proibida a realização de horas extras, pagamentos de adicionais e gratificações, salvo disposição legal.

Art. 4º - Serão priorizados os pagamentos dos compromissos assumidos a partir de 01/05/2017, face o artigo 42 da L.C. nº 101 – LRF.

Art. 5º - Face ao disposto na Emenda Constitucional nº 62 de 09/12/2009, os precatórios pendentes poderão ser liquidados em prestações anuais iguais no prazo máximo de 180(cento e oitenta) meses.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Juara (MT), 19 de Dezembro de 2017

LUCIANE BORBA AZÓIA BEZERRA

Prefeita Municipal

CERTIFICO QUE ESTE DECRETO FOI PUBLICADO ATRAVÉS DE AFIXAÇÃO NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO .

DECRETO Nº 1.237/2017

Dispõe sobre o cancelamento dos Restos a Pagar Inscritos em exercícios anteriores, e dá outras Providencias.

LUCIANE BORBA AZÓIA BEZERRA Prefeita Municipal de Juara (MT), no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101/2000, só devem compor a divida flutuante os restos a pagar, desde que haja disponibilidade de caixa para esse efeito;

CONSIDERANDO que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

CONSIDERANDO que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

CONSIDERANDO a **Portaria STN/MF nº 633/2006**, que não permite inclusão de restos a pagar não processados anteriores ao último exercício no Anexo IX – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, competente do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

CONSIDERANDO o **Decreto nº 29.910, de 06 de Janeiro de 1932**, estabelece que a dívida passiva da União, dos Estados e dos Municípios prescreve em 05 (cinco) anos;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 68 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986**, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas, e terá validade até 31 de dezembro do ano subseqüente;

CONSIDERANDO o que se aplica o disposto no **Art. 70 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986,** em que prescreve em 05 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178,§10, VI);

CONSIDERANDO o disposto no **Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000**, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

CONSIDERANDO a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso exarada no relatório do voto do Conselheiro Interino Luiz Henrique Lima referente às Contas de 2016 julgadas hoje dia 19/12/2017, para que abstenha-se de realizar inscrições em Restos a Pagar sem que haja a suficiente disponibilidade de caixa, conforme dispõe o art. 42 da LRF, a fim de serem evitados desvios que possam afetar o equilíbrio das contas.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cancelados, por insubsistência de crédito, os restos a pagar processados e não processados referentes a empenhos por estimativa de exercícios anteriores a 2017.

§ 1º Os restos a pagar processados, só poderão ser cancelados quando houver a devolução da mercadoria entregue, ou por serviço não realizado, após verificação de comissão;, devendo ser formalizado um processo específico identificando o tipo de baixa.

§ 2º Fica autorizado a abertura de um processo específico por Restos a Pagar Processado ou por tipo de baixa, a fim de instruir de forma taxativa a extinção do direito do credor ou que o Restos a Pagar foi processado indevidamente.

Art. 2º - Ficam cancelados, por prescrição, os restos a pagar processados inscritos há mais de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único - Prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, § 10, VI).

Art. 3º - Após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 4º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Juara (MT), 19 de Dezembro de 2017

LUCIANE BORBA AZÓIA BEZERRA

Prefeita Municipal

CERTIFICO QUE ESTE DECRETO FOI PUBLICADO ATRAVÉS DE AFIXAÇÃO NO MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO .

PREV-JUARA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 026/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 026/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE JUARA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Niterói, nº 81 N, Bairro Centro, Juara/MT, inscrito no CNPJ sob o nº **15.072.663/0001-99**, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal Sra. **Luciane Borba Azóia Bezerra**, brasileira, casada, portadora do CPF n. 581.047.711-91 e do RG nº 925703 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Corumbá, n. 229W, Centro - Juara/MT e o seu Regime Próprio de Previdência Social denominado legalmente **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUARA – PREV-JUARA**, Fundo Contábil regulado pela Lei Municipal nº 1.656 de 20 de abril de 2005, devidamente cadastrado no CNPJ sob o nº 20.813.563/0001-06, sediado na Rua Niterói, nº 81 N, Bairro Centro, Juara/MT, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração - Sr. **Cleirto Sinhorin**, brasileiro, casado, portador do CPF n. 460.669.851-91 e do RG nº 0682.8299 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua São Geraldo, n. 826 S, Centro - Juara/MT, doravante denominados **CONTRATANTES e a ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.234.260/0001-21, sediada na Avenida Rubens de Mendonça, 3.920, no Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu Presidente **Neurilan Fraga**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 0042840-0 SSP/MT, CPF nº 063.907.691-34, residente e domiciliado na Avenida Valentin Peron, nº 66, Bairro Centro, CEP: 70.430-000, Nortelândia/MT, doravante denominada AMM E **COORDENADOR DO PROGRAMA AMM-PREVI**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Vinculação nº 026/2013 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012, observadas as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 026/2013, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 026/2013 fica prorrogado para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO

Na execução do presente termo aditivo observar-se-á o preço previsto na cláusula terceira do contrato nº 078/2012 com a alteração prevista na cláusula segunda do segundo termo aditivo firmado em 11 de dezembro de 2017, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios de Mato Grosso do dia 13 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no Instrumento original do Termo de Vinculação nº 026/2013.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá aos CONTRATANTES à publicação do extrato deste Termo Aditivo na imprensa oficial, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8. 666/93

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

O foro do presente Termo Aditivo será o da Comarca dos CONTRATANTES, excluído qualquer outro.

E, por estarem de acordo, foi o presente Termo Aditivo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, 15 de dezembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Neurilan Fraga – Presidente

MUNICÍPIO DE JUARA

Luciane Borba Azóia Bezerra - Prefeita Municipal

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JUARA –PREV-JUARA

Cleirto Sinhorin – Secretário Municipal de Administração

Contratante

Testemunhas:

1. Renato Ferreira de Santana Lara 2. Lieda Resende Brito

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT R.G. n.º 392034 SSP/MT

C.P.F. n.º 569.651.251-87 C.P.F. n.º 304.817.911-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: CASSIO W CREPALDI – ME

CNPJ: 27.029.096/0001-77

OBJETO: "Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Consultoria Administrativa para atualização de legislação com elaboração de relatório técnico e minuta para transformação do DAE- Departamento de Água e Esgoto de Juscimeira-MT em autarquia"

ASSINATURA: 13/12/2017

VIGENCIA: 13/01/2018

EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: PAULO ROCHA DOS SANTOS ERIRELI – ME

CNPJ: 14.050.302/0001-89

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de Obra de Reforma de Pontes de Madeiras MT-469 (Ponte Rio Tugore), MT-373 (Córrego Piçarra, Córrego Piçarrão, Córrego Marmelada e Córrego São Bento) no Município de JUSCIMEIRA/MT"

ASSINATURA: 27/12/2017

VIGENCIA: 27/02/2018

VALOR GLOBAL: R**$ 231.503,82** (duzentos e trinta um mil quinhentos e três reais e oitenta dois centavos)

EXTRATO ADITIVO N° 003/2017 AO CONTRATO Nº 005/2016

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: NILTON SÉRGIO GONÇALVES

OBJETO: PRORROGAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

ASSINATURA: 23/12/2017

VIGENCIA: 23/10/2018

VALOR GLOBAL: R$ 30.984,00 (Trinta mil novecentos e oitenta quatro reais)

EXTRATO ADITIVO N° 002/2017 AO CONTRATO Nº 002/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: MAX RODRIGO BERNARDES ME

OBJETO:PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR.

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais claúsulas

ASSINATURA: 20/12/2017

VIGENCIA: 20/12/2018

VALOR: O reajuste será de 30,44%, passando o quilometro de 2,30 (dois reais e trinta centavos) ao custo de 3,00 (três reais).

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2017

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA/MT**

CONTRATADA: FRANCISCO CAVALCANTI LEITÃO – MEI

CNPJ: 28.694.694/0001-23

OBJETO: "Registro de Preços para eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Instrutor de Fanfarra para alunos da Rede Municipal de Ensino de Juscimeira – MT"

ASSINATURA: 22/12/2017

VIGENCIA: até 22/12/2018

VALOR GLOBAL: R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

GABINETE DO PREFEITO - LEI MUNICIPAL 606/2017

LEI MUNICIPAL Nº 606/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autor: Poder Legislativo

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2017 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que o Plenário da Câmara aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Especial na Câmara Municipal de Lambari D'Oeste no valor de R$ 15. 000,00 (quinze mil reais) no orçamento vigente conforme abaixo:

01 – PODER LEGISLATIVO

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL

010101 - CÂMARA MUNICIPAL

01.031 – AÇÃO LEGISLATIVA

01.031.0001 – PROCESSO LEGISLATIVO

01.031.0001.1001 – AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

4.4.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO .... R$ 15.000,00

Fonte de Recurso 0.1.00.100.000

Art. 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação dos instrumentos de Planejamento, (PPA/LDO), bem como apresentá-los em audiência pública junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lambari D'Oeste, 19 de Dezembro de 2017.

Edvaldo Alves dos Santos

Prefeito

PORTARIA N° 279/2017, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2017

PORTARIA N° 279/2017, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2017

"Nomeia os Membros da Comissão de Transporte Escolar."

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

Considerando a necessidade de compor a Comissão do Transporte Escolar / biênio 2017/2019, em atendimento a Instrução Normativa Nº 007/2013/GS/SEDUC/MT.

R E S O L V E:

Art. 1º: Fica nomeada a Comissão de Transporte Escolar de Lambari D'Oeste-MT, vinculado à

Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que tem por finalidade auxiliar na fiscalização do transporte, com representantes dos alunos, pais de alunos, assessor(a) pedagógico(a), Professores Estaduais, Professores Municipais, Poder Executivo Municipal, Conselho do FUNDEB/PNATE.

Art. 2º: Nomear os membros da Comissão do Transporte Escolar para o Biênio de 2017/2017.

Art. 3º: A Comissão do Transporte Escolar terá a seguinte composição:

I) REPRESENTANTES DOS ALUNOS:

Titular: Geisiane de Moura Vettorazzi - CPF: 048.163.991-86

Suplente: Duilho Rabelo Boascivis – CPF:009.084.071-22

II) REPRESENTANTES DOS PAIS:

Titular: Kesia Paula Santos Costa – CPF: 020.378.361-12

Suplente: Andreia Pequeno Limeira – CPF: 001.636.261-62

III) REPRESENTANTES DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA:

Titular: Cleiber Tomaz de Sene – CPF: 468.728.411-68

Suplente: Luisa Martins da Cruz - CPF: 429.832.311-00

IV) REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL:

Titular: Ladislau Garcia Gomes – CPF: 621.735.961-87

Suplente: – Sivaldo Bartolomeu Pessoa – CPF: 483.392.531-15

V) REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL:

Titular: Gilmar dos Santos – CPF: 140.829.538-50

Suplente: Osineide Gonçalves Primo – CPF: 429.795.011-15

VI) REPRESENTANTES DO EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: – Leandro Maforte Ávila – CPF: 056.777.081-86

Suplente: - Leonardo Rocha Lopes da Silva – CPF: 048.165.211-60

VII) REPRESENTANTES DO CONSELHO DO FUNDEB/PNATE:

Titular: – Maria da Conceição da Silva – CPF: 737.186.531-68

Suplente: - Ney Pereira da Silva – CPF: 032.436.931-30

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIANº278/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

PORTARIANº278/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Concede Licença-Prêmio a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona na forma que especifica e dá providências".

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença-prêmio a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

- *NEUZA MARIANO,* Nivel "05", Classe "B", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 90 (noventa) dias de 02/01/2018 A 01/04/2018 a, conforme período aquisitivo de 13/01/2009 a 13/01/2013.

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade aos quais os servidores estão subordinados, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário, na forma da Lei.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quize dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 066, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a alteração do endereço oficial do Paço Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO a necessidade de alteração do endereço do Paço Municipal perante órgãos públicos federais e estaduais,

DECRETA:

Art. 1° - Fica alterado o endereço do Paço Municipal a partir desta data, o qual já se encontra em funcionamento em sua Sede Definitiva situada na Rua dos Três Poderes, Nº 777, bairro Centro, CEP 78535-000, nesta cidade.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 26 de dezembro de 2017.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREVILÂNDIA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREVILÂNDIA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MARCELÂNDIA - MT

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 007/2013

CONTRATANTE: **PREVILÂNDIA - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MARCELÂNDIA – MT**

CONTRATADA: **ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA**

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Clausula Segunda e prorrogar o prazo da Clausula Quarta do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 007/2013.

VALOR: R$ 11.400,00

VIGENCIA: 01.01.2018 a 30.06.2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 0110/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que a Licitação agendada para o dia 27 de dezembro de 2017 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE QUE SE DESLOCAM A CIDADE DE SINOP/MT E LOCAÇÃO DE MICRO-ÔNIBUS COM 28 LUGARES DA CIDADE DE MATUPÁ A COLÍDER VISANDO ASSIM ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT" foi declarada DESERTA. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.. Matupá – MT, 27 de dezembro de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE CORREÇÃO NO EDITAL 0156/2017 - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 0113/2017

No Edital 0156/2017 do Pregão Presencial 0113/2017 que tem o Objeto: PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E USO DE LICENÇAS PARA MÓDULOS DE SISTEMA DE GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS INTEGRADOS 100% WEB PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Aonde lê-se: "Sinop" LEIA-SE **"MATUPÁ"**;

Obs. Até 31/01/2018 será aceito o Alvará de Licença e Funcionamento de 2017.

Matupá – MT, 27 de dezembro de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 0114/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 22 de janeiro de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS, CONFECÇÕES, ROUPARIA HOSPITALAR, CAMISAS, CAMISETAS E UNIFORMES PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". Maiores informações através do Edital nº. 0160/2017, que está disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 27 de dezembro de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 052/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **CLARO S.A.**

OBJETO: **Contratação empresa especializada na prestação de Serviço de telefonia Móvel Pessoal pós-pago com solução de conectividade sem fio, área de registro em todo território Nacional, para acesso à Internet, correio eletrônico, por meio de aparelhos móveis fornecidos em regime de comodato na modalidade SMP, para comunicação de voz, dados e serviço PTT (Push To Talk), com características de serviços pós-pagos, via rede móvel, com tecnologia digital**.

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Quarta, que passa a vigorar com a seguinte redação:

O novo prazo de **vigência** do contrato é aditado em **120 (cento e vinte)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **30 DE ABRIL DE 2018,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: **27/12/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 089/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **HERCILIO DE MATOS**

OBJETO: **Locação de Imóvel,** que atendam as necessidades da Secretaria de Cultura e Lazer**,**de acordo com o termo de referencia e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do **Edital 116/2013 da respectiva Dispensa de Licitação 009/2013.**

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Quinta que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Quinta– Prazo - O novo prazo de vigência do contrato a partir de seu vencimento até **30 DE SETEMBRO DE 2018.**

Assinatura: **27/12/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 016/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **GEXTEC GESTÃO EM TECNOLOGIA LTDA-EPP**

OBJETO ***Contratação de Empresa visando à aquisição de licença de uso de sistema, que possibilite o acompanhamento e gerenciamento das informações necessárias para apuração do índice de participação – IPM, integrado ao sistema de Controle e Gerenciamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, relativo aos contribuintes do município de Matupá – MT*** de acordo com Termo de Referencia, anexo I do Edital **nº 009/2013** do **PREGAO PRESENCIAL Nº. 008/2013".**

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Quinta, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Quinta – Prazo - O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir da data de seu vencimento até **30 DE JANEIRO DE 2018.**

Assinatura: **27/12/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 021/2013

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **ANTONIO VANDERLAN SCARTEZENI**

OBJETO: **Locação de Imóveis localizados no lote 06, quadra 01, Bairro ZI-001, destinados à instalação e funcionamento da sede da Secretaria de Educação e Almoxarifado Central,** em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Educação do município de Matupá/MT**."** De acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do **Edital 019/2013 da respectiva Dispensa de Licitação 03/2013, lotes 07 e 08.**

OBJETIVO: Fica alterada a Cláusula Quinta que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Quinta– Prazo - O novo prazo de vigência do presente contrato será contado a partir de seu vencimento até **28 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Assinatura: **27/12/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 0102/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que realizou no dia 05 de DEZEMBRO de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MAIOR DESCONTO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS ELÉTRICAS, DE BOMBA E BICOS INJETORES PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ" aonde sagrou-se vencedoras as Empresas:

ZDRADEK DE LIMA E CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.677.026/0001-05:

LOTE	VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO
07	R$ 5.000,00	15,00 %
08	R$ 20.000,00	15,00 %
09	R$ 20.000,00	15,00 %
13	R$ 10.000,00	15,00 %
14	R$ 20.000,00	15,00 %
15	R$ 1.000,00	15,00 %
16	R$ 2.000,00	15,00 %

COPECAL DISTIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.018.204/0001-07:

LOTE	VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO
01	R$ 31.500,00	17,00 %
02	R$ 31.500,00	17,00 %
03	R$ 5.000,00	18,00 %
04	R$ 3.500,00	17,00 %
05	R$ 15.000,00	17,00 %
06	R$ 40.000,00	18,00 %
10	R$ 40.000,00	18,00 %
11	R$ 55.000,00	19,00 %
12	R$ 10.000,00	19,00 %
17	R$ 2.000,00	18,00 %
18	R$ 4.000,00	17,00 %
19	R$ 15.000,00	19,00 %
21	R$ 18.000,00	21,00 %

WILSON A. DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 37.505.674/0001-58:

LOTE	VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO
20	R$ 95.000,00	38,50 %
22	R$ 55.000,00	25,00 %

Maiores informações através do e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 27 de dezembro de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

PREVINORTE
POLITICA ANUAL DE INVESTIMENTOS 2018

POLITICA ANNUAL DE INVESTIMENTOS 2018 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NORTELANDIA - PREVINORTE INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente documento objetiva estabelecer as diretrizes e linhas gerais de procedimentos, que nortearão os investimentos do RPPS - Regime Próprio de Previdência Social do Município de NORTELÂNDIA, PREVI NORTE, com foco no cumprimento da Meta Atuarial, definida para o ano de 2018, tendo em consideração o cenário econômico financeiro esperado.

O Artigo 4 da Resolução CMN 3.922 de 25 de novembro de 2010, estabelece que os responsáveis pela gestão dos RPPS, antes do exercício a que se referir, deverão definir o **PAI - Política Anual de Investimentos.**

Respeitados os limites e regulamentos definidos pelo Conselho Monetário Nacional CMN, por meio da Resolução CMN 3922/2010, alterado pela Resolução CMN 4.604/2017, a distribuição proposta para os recursos, nas modalidades de aplicações existentes no mercado financeiro, visa otimizar o retorno desses investimentos e assegurar a sustentabilidade do plano atuarial.

No tocante a gestão de investimentos, o art. 1º, § 1º da Resolução CMN 4. 604/2017, determina aos responsáveis pela gestão do RPPS, observar os seguintes princípios:

***I** - observar os princípios de segurança, rentabilidade, solv ência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência;*

***II** - exercer suas atividades com boa fé, lealdade e dilig ência;*

***III** - zelar por elevados padrões éticos;*

***IV** - adotar práticas que visem garantir o cumprimento de suas obrigações, respeitando, inclusive, a política de investimentos estabelecida, observados os segmentos, limites e demais requisitos previstos nesta Resolução e os parâmetros estabelecidos nas normas gerais de organização e funcionamento desses regimes.*

Além disso, o art. 1º, § 2º da Resolução CMN 4.604/2017, determina que, para assegurar o cumprimento dos princípios acima, os responsáveis pela gestão do regime próprio de previdência social e os demais participantes do processo decisório dos investimentos deverão comprovar experiência profissional e conhecimento técnico conforme requisitos estabelecidos nas normas gerais desses regimes (como a Portaria MPS 519/2011, por exemplo).

O **PAI** e suas possíveis revisões, deverão ser aprovadas pelo órgão superior competente, antes de sua implementação, conforme exige o **Artigo 5 da Resolução CMN 3.922/2010.**

2 - OBJETIVOS DA GESTÃO

***I* - META ATUARIAL**

Conforme consta na Avaliação Atuarial e na Portaria MPS 403/2008, as reservas previdenciárias precisam ser capitalizadas no mercado financeiro, no intuito mínimo de que, essas reservas capitalizadas, que retornarão ao Servidor em forma de Benefício no futuro, não percam seu poder de compra. O valor nominal de cada "Real (R$)" contribuído neste ano seja o mesmo para os anos posteriores. Esse mínimo, para mantermos o poder de compra dos recursos financeiros, chamamos de **META ATUARIAL.**

As Reservas previdenciárias constituídas são capitalizadas e procuram alcançar a Meta Atuarial que é estabelecida pelo Atuário, no momento da realização do Cálculo Atuarial. A Portaria MPS 403/2008, no art. 9, estabelece que as aplicações financeiras devam observar as hipóteses de uma **Taxa real de Juros máxima de 6,00% ao ano,** ou seja, uma rentabilidade máxima de 6% a.a., acrescido de um índice Inflacionário, (IPCA, INPC, IGP-M....).

Os recursos financeiros administrados pelo PREVI NORTE deverão ser aplicados de forma a buscar um retorno superior ao índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

- IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais 6,00% a.a., observando sempre a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequada ao atendimento dos compromissos atuariais.

A escolha do IPCA deve -se ao fato de ser o índice oficial que mede a inflaç ão do país adotada pelo Governo Federal.

PROJEÇÃO DA META ATUARIAL

{ 6,00% a.a. + IPCA)

A projeção do IPCA para o final do ano de 2017 e 2018 encontra -se disponível no

Boletim FOCUS - Relatório de Mercado, elaborado pelo Banco Central, posicionado em

15 de dezembro de 2017.

Portanto, afim de atender a Portaria MPS 403/2008, ficou definido como índice de referência da Meta Atuarial, o IPCA, mais 6,00% a.a.

***II* - META GERENCIAL**

A composição da carteira de investimentos buscará rentabilidades utilizando -se como instrumento de auxílio, **benchmark como CDI e os índices ANBIMA *{IMA - GERAL1 IRF - M1 IMA - B1 IMA - B 51 IDKA e etc..)* para fundos de renda fixa e índices como IBOVESPA, IBrX e IBrX-50, para fundos de renda variável**.

Após uma constante redução na Taxa Selic no ano de 2012, que favoreceu os Fundos atrelados a índices pré-fixados, como o subíndice IMA - B, o ano de 2013 ficou marcado por uma forte elevação da Taxa SELIC, o que ocasionou uma oscilação negativa dos Fundos atrelados à inflação, com alguns rentabilizando o ano de 2013, com desvalorização de **-11%**.

Por conta disso, e pela falta de conhecimento geral sobre o funcionamento do mercado financeiro, os Regimes Próprios passaram a ser mais cautelosos na hora de elaborar suas Políticas de Investimento, no tocante ao risco de mercado oferecido pelos investimentos. Por isso, a projeção da Taxa Selic se torna importante para a definição das estratégias de investimentos do exercício de 2018. Atualmente, a Taxa Selic se encontra em 7,00% a.a., com previsão de fechar o ano de 2017 em 7,00% a.a., e o ano de 2018 em 7,00% a.a., conforme previsão do Boletim FOCUS - Relatório de mercado, elaborado pelo Banco Central, do dia 15/12/2017.

PROJEÇÃO DA TAXA SELIC *

A projeção da Taxa Selic para o final do ano de 2017 e 2018 encontra -se disponível no **Boletim FOCUS - Relatório de Mercado**, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 15 de dezembro de 2017.

3 - GESTÃO DOS RECURSOS

***I* - FORMAS DE GESTÃO**

De acordo com as hipóteses previstas no inciso I, §1º, art. 15 da Resolução CMN nº 4604/10, a atividade de gestão da aplicação dos ativos administrados pelo PREVI NORTE será realizada por gestão própria.

De acordo com o **inciso I, §52, do art. 3 da Portaria MPS 519/2011 {alterada pela Portaria MPS 440/2013)**, entende-se por gestão própria, quando o RPPS realiza diretamente à execução da alocação dos recursos, conforme sua Política de Investimentos.

***Art. 31 § 5!!1 I -** Gestão própria: quando o RPPS realiza diretamente a execução da política de investimentos de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitados os parâmetros da legislação.*

***II* - CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CATEGORIA DE INVESTIDOR**

A Instrução CVM 554 de 17 de dezembro de 2014, separa os investidores em duas categorias: **Investidor Qualificado e Investidor Profissional** . O Investidor que não se enquadra em uma destas duas categorias é considerado um **Investidor em Geral {ou Investidor comum).**

O **artigo 9 - C da Instrução CVM 554/2014** passou o poder decisório de definir a categoria de investidor dos RPPS, Ministério da Previdência Social, tendo atualmente, a SPPS - Secretaria de Políticas de Previdência Social, vinculado ao Ministério da Fazenda.

***Art. 9!! - C1 Instrução CVM 554/2014** - Os regimes próprios de previdência social previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou Federal ou por Municípios são considerados investidores profissionais ou investidores qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.*

A fim de atender a Instrução CVM 554/2014, o MPS publicou a Portaria MPS 185/2015, dispondo sobre o **Programa de Certificação Institucional e Modernização da da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - "Pró-Gestão RPPS".**

O artigo 2º da Portaria MPS 185/2015, informa que o **Pró - Gestão RPPS** tem por objetivo, incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e pas-

sivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

O Art. 3º da Portaria MPS 185/2015, informa que a adesão será **facultativa**, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS. Nesse caso, não aderindo ao programa, o RPPS será declarado um **Investidor em Geral {Investidor Comum).**

Art. 62 - A, da Portaria MPS 519/2011 {incluída pela Portaria MPS 300/2015), considera **INVESTIDOR QUALIFICADO**, o RPPS que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

I** - Cujo ente federativo instituidor possua Certificado de Regularidade Previdenciária - **CRP vigente na data da

realização de cada aplicação exclusiva para tal categoria

***de investidor** , pelo cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas na Lei nº 9.717/1998 e nos atos normativos dela decorrentes;*

II - Possua** recursos aplicados, informados no Demonstrativo das decorrentes; Aplicações e Investimentos dos Recursos - **DAIR enviado à SPPS1 do bimestre

imediatamente anterior à data de realização de exclusiva

para tal categoria de investidor1 em montante igual ou

superior a R$ 40.000.000100 {quarenta milhões de reais);

III** - **comprove o efetivo funcionamento do Comitê de

Investimentos1 na forma do art. 3!!-A;

***IV -** Tenha aderido ao Programa de CertificaçãoInstitucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - "Pró - Gestão RPPS", instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e obtido certificação institucional em um dos níveis deaderência nela estabelecidos.*

§ 1!!. O requisito estabelecido no inciso IV do caput será exigido a partir de 1!! de janeiro de 20181 reduzindo - se a

partir daí o montante de recursos definido no inciso II para R$ 10.000.000100 {dez milhões de reais).

Assim, atendendo aos atuais requisitos para classificação da categoria de investidor, o PREVI NORTE é considerado um INVESTIDOR EM GERAL, conforme as informações encontradas em 22/12/2017.

***III* - GOVERNANÇA CORPORATIVA**

É o sistema pelo qual as empresas e demais organizações, sejam elas públicas ou privadas, são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.

3.3.1 - ESTRUTURA DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A estrutura da gestão de investimentos do PREVI NORTE, distribui -se sobre o representante da Unidade Gestora, o gestor de investimentos, (acumulado pelo representante da Unidade Gestora), o Conselho Deliberativo, o Conselho de Fiscalização e o Comitê de Investimentos.

No intuito de auxiliar a gestão dos recursos, o PREVI NORTE, contratará uma uma consultoria de investimentos, devidamente credenciada pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, auxiliando na elaboração de Relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anual de investimento, analisando o desempenho da carteira de investimentos ao longo do exercício, além de elaborar a Política Anual de investimento do exercício seguinte.

O organograma da estrutura de gestão de investimentos do PREVI NORTE, distribui-se da seguinte forma:

3.3.2 - COMPETÊNCIA DOS ORGÃOS ENVOLVIDOS

A competência dos órgãos envolvidos na gestão dos recursos do PREVI NORTE são:

Diretor Executivo e Gestor de Investimentos - Com relação aos

Investimentos, administrar os recursos do PREVI NORTE, em estrita

observância das normas legais e regulatórias, cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Deliberativo, apresentar relatórios, no mínimo trimestrais, conforme exige a legislação, da gestão dos recursos e praticar demais atos de gestão do PREVI NORTE.

.**Comitê de Investimento** - Órgão auxiliar no processo decisório, quanto a execução da política de investimentos.

. **Conselho Deliberativo {Curador)** - Com funções de deliberação superior,

cujas as deliberações serão promulgadas por meio de resoluções, decide

sobre qualquer questão administrativa e financeira que lhe seja submetida, pelo Diretor Executivo ou Pelo Conselho de Fiscalização e julgar os recursos interpostos das decisões do Conselho de Fiscalização e dos atos do Diretor Executivo.

. **Conselho de Fiscalização** - Com função de fiscalizar e acompanhar a

execução orçamentária, verificar as contas e julgar os recursos interpostos

por segurados e dependentes, dos despachos atinentes a processos de benefícios.

3.4 - ORIGEM DOS RECURSOS

Os recursos em moeda corrente do PREVI NORTE são originários das contribuições dos Segurados, do Ente federativo, das compensações previdenciárias e dos rendimentos de aplicações de qualquer natureza, descontadas as despesas administrativas.

3.5 - SEPARAÇÃO DOS RECURSOS ACUMULADOS

A partir de 2010, as carteiras dos RPPS passaram a apresentar grande volatilidade, devido à inclusão dos índices **ANBIMA**. Para amenizar esse efeito sobre as obrigações previdenciárias do PREVI NORTE, serão separados como PROVISÃO DE CAIXA, os valores anuais, referente à **Folha Anual de Benefícios, Assistencialismo** e **Despesa Administrativa,** acrescidos de uma **margem de segurança de 10%.**

Essa separação tem o intuito de amenizar os efeitos da volatilidade do mercado, sobre os recursos utilizados no **curto prazo**, em casos de interrupção dos repasses das contribuições realizadas pelo Ente. As obrigações previdenciárias e assistencialistas, separadas para essa finalidade deverão estar alocadas em investimentos cujos índices são considerados conservadores, como o **DI** ou o **IRF - M 1 e/ou caderneta de poupança.**

Os responsáveis pela gestão do RPPS, terão prazo máximo de 60 dias, a contar a partir de 012 de janeiro de 2018, para constituir um fundo {ou vários fundos) como PROVISÃO DE CAIXA, no valor total de R$ 1.320.000,00, conforme estimativa de despesas para a Folha Anual de Benefícios e Assistencialismo, para o exercício de 2018, acrescido de uma margem de segurança de 10%.

Ao longo do exercício, os recursos acumulados para PROVISÃO DE CAIXA poderão ser transferidos para investimentos, cujos índices sejam moderados ou arrojados, à medida a necessidade dessa provisão dimuir ao longo do exercício.

3.6 - POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações relevantes à gestão financeira do PREVI NORTE, com destaque para o desempenho da carteira de investimentos e o cumprimento da Meta Atuarial, serão disponibilizadas ao Comitê de Investimentos, Conselho Deliberativo e Conselho de Fiscalização e aos demais interessados em reuniões marcadas pelo Gestor do fundo previdenciário.

As informações contidas na Política Anual de Investimentos e suas revisões deverão ser disponibilizadas a todos os interessados, no prazo de

trinta dias, constados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social.

3.7 - GERENCIAMENTO E ANÁLISE DE RISCOS

Nos investimentos diretos via Títulos Públicos ou Operações Compromissadas e os investimentos indiretos via fundos de investimentos, o PREVI NORTE levará em conta para sua política de investimentos os seguintes riscos envolvidos nas operações.

. **Risco de mercado:** é o risco de oscilações de preços do ativo conforme o

cenário macroeconômico. Este é voltado para a volatilidade dos papéis,

sobretudo de Renda Fixa (Títulos Públicos e fundos atrelados à inflação) e Renda Variável (ações, dólar e etc..).

. **Risco de crédito**: possibilidade de o devedor não honrar seus

compromissos. Nesses casos, o ideal é selecionar para a carteira, papéis

que tenham recomendação de mercado.

. **Risco de liquidez:** É conhecido pela falta de condição de pagamento do

emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo. É o

risco de o investidor não conseguir dar liquidez ao ativo financeiro ou conseguir liquidez abaixo do preço de mercado.

. **Risco sistêmico:** São os riscos da política econômica do país, ou as

consequências dessa política para outros países.

3.8 - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO *{Análise de Rating)*

Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do PREVI NORTE que exijam classificação do risco de crédito das emissões *(ativos financeiros, Títulos e valores mobiliários*) e dos emitentes *(instituições financeiras)* a decisão será fundamentada em classificações mínimas de risco (rating), atribuídas por entidades legalmente autorizadas a realizar tal atividade.

O Art. 15, § 2º, I da Resolução CMN 3.922/10, alterada pela Resolução CMN 4.604/2017, determina que os RPPS apliquem em fundos de investimentos que necessitem de classificação de risco, no mínimo classificadas como **BAIXO RISCO DE** CRÉDITO, pelas agências classificadoras de risco, registrada ou reconhecida pela CVM.

Serão observados os limites de concentração dos investimentos da seguinte forma, conforme a Resolução CMN 3.922/10, alterada pela Resolução CMN 4.604/2017.

. Ressalvadas as regras expressamente previstas na Resolução CMN 4. 604/2017,

o artigo 7, § 9º aplica aos fundos de investimento Renda Fixa, os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais

critérios definidos pela CVM em regulamentação específica;

.Conforme o Artigo 12 da Resolução CMN 4.604/217, as aplicações dos RPPS

em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento serão

admitidas desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos

de investimento de que trata a Resolução;

. Conforme o artigo 14, § 3º da Resolução CMN 4.604/2017, em caso dos limites

serem ultrapassados em decorrência de resgate de cotas do fundo por outros

cotistas, o regime próprio de previdência social deverá adequar-se em até 120 dias.

É vedado atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;

. É vedado aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de

investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo

figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;

. É vedado negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;

. É vedado aplicar recursos direta ou indiretamente, na aquisição de cotas

de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados

ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica.

. É vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em

direitos creditórios não padronizados;

. Investimentos em Títulos Públicos, somente aqueles ofertados pelo Tesouro

Nacional;

.Conforme o **artigo 8, § 12 da Resolução CMN 4.604/2017**, as aplicações previstas

em Renda Variável, cumulativamente, limitar -se-ão a 30% (trinta por cento) do

patrimônio líquido do PREVI NORTE;

.Conforme o a **rtigo 8, § 72 da Resolução CMN 4.604/2017**, ressalvadas as regras

expressamente previstas na Resolução, aplicam-se aos fundos de investimento de

Renda Variável, os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo

financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica;

.Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não serem

aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda assim

limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.

. É vedado praticar as operações denominadas day -trade, assim consideradas

aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;

. É vedado aplicação em fundos de investimento que prevejam Alavancagem;

. É vedado atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas,

títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos nesta Resolução;

. Conforme o artigo 14 da Resolução CMN 4.604/2017, o total das aplicações dos recursos do RPPS, em um mesmo fundo de investimento deverá representar,

no máximo, 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo, sendo de 5% (cinco por cento) para os fundos de investimento de que tratam os incisos VII do art. 7º, III e IV do art. 8º da Resolução CMN 4.604/2017.

. É vedado aos Fundos de Investimentos de Renda Fixa, classificados pelo **artigo**

7 da Resolução CMN 4.604/2017, manter em sua carteira, aplicações em ativos

financeiros no exterior, assim definidos pela CVM em regulamentação específica.

.Conforme o a**rtigo 14-A, da Resolução CMN 4.604/2017**, o total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e

carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela CVM em regulamentação específica.

3.9.1 - RESTRIÇÃO, VEDAÇÃO E LIMITAÇÃO DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS

As restrições, vedações e limitações do item 3.9, são impostas pela Resolução CMN em vigor. No intuito de elevar as condições de segurança e liquidez da Gestão de Investimentos, mencionadas no artigo 1º da Resolução CMN 4.604/2010, o PREVI NORTE, adicionalmente, restrige, veda e limita:

.É vedado aplicação em fundos de investimento que prevejam Taxa

de Performance em seu Regulamento.

.**É vedado aplicação em fundos de investimento que prevejam Taxa**

de ENTRADA e/ou TAXA de SAÍDA em seu Regulamento.

3.9 - PRECIFICAÇÃO E CUSTÓDIA

Os títulos públicos integrante da carteira do Fundo serão registrados contabilmente e terão seus valores ajustados pela curva de mercado (marcação a mercado), observados regras e procedimentos definidos pelo Ministério da Previdência Social - MPS.

Em consonância com o disposto na Resolução CMN 3.922/10, os Títulos Públicos serão custodiados por instituição legalmente habilitada para a prestação do serviço após procedimento formal de contratação.

3.10 - CONTRATAÇÕES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS DE INVESTIMENTOS

Conforme o Art. 17 da Resolução CMN 4.604/2017, a atividade de custodiante e responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável e investimentos estruturados deverá observar a regulamentação específica da CVM.

Conforme o Art. 18 da Resolução CMN 4.604/2017, na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços de consultoria, esta deverá recair sobre pessoas jurídicas registradas na CVM ou credenciadas por entidade autorizada para tanto pela CVM.

Adicionalmente a legislação, o PREVI NORTE, na hipótese de contratação de prestação de serviços de consultoria, exigirá que a responsabilidade técnica dos pareceres relatórios emitidos pela prestadora, recaia sobre pessoa física, com registro junto a CVM e certificada como profissional ANBIMA - 20 ou outra certificação semelhante.

3.11 - CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E FUNDOS DE INVESTIMENTO E SUA ATUALIZAÇÃO

Conforme **o artigo 32, IX, da Portaria MPS 519/2011 {alterada pela Portaria MPS 440/2013),** na **gestão própria**, antes da realização de qualquer operação, os RPPS deverão assegurar, que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de **prévio credenciamento.**

Art. 3!!1 IX - *na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.*

Conforme o **Art 32, § 32, da Portaria MPS 519/2011 {Alterada pela Portaria MPS 440/2013 e posteriormente alterada pela Portaria MF 01/2017),** o credenciamento deverá ser atualizado, no mínimo, a cada doze meses.

§ 3!! - *A análise dos quesitos verificados nos processos de credenciamento deverá ser atualizada a cada 12 (doze) meses.*

3.11.1 - INSTITUIÇÕES

Para o credenciamento das Instituições, deverão ser observados e formalmente atestados pelos representes dos RPPS, no mínimo:

Art. 3!!1 IX1 Portaria MPS 519/2011 {alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *Na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento.*

Art. 3!!1 § 1!!1 Portaria MPS 519/2011 {alterada pela Portaria MPS 440/2013) - *Para o credenciamento referido no inciso IX deste artigo deverão ser observados, e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS, no mínimo:*

Art. 3!!1 § 1!!1 a1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 170/2012) - *Atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;*

Art. 3!!1 § 1!!1 b1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 170/2012) - *Observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselhem um relacionamento seguro.*

Art. 3!!1 § 1!!1 c1 Portaria MPS 519/2011 {alterada pela Portaria MPS 440/2013) *- Regularidade fiscal e previdenciária.*

3.11.2 - FUNDOS DE INVESTIMENTO

Para o credenciamento dos Fundos de Investimento, deverão ser observados e formalmente atestados pelos representes dos RPPS, no mínimo:

Art. 3!!1 § 2!!1 Portaria MPS 519/2011 {alterada pela Portaria MPS 440/2013) -

Quando se tratar de fundos de investimento:

Art. 3!!1 § 2!!1 I1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 440/2013)

- *O previsto no § 1º do inciso IX deste artigo recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, contemplando, no mínimo:*

Art. 3!!1 § 2!!1 I1 a1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 440/2013) - *A análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;*

Art. 3!!1 § 2!!1 I1 b1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 440/2013) *- A análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto a qualificação do corpo técnico e segregação de atividades;*

Art. 3!!1 § 2!!1 I1 c1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela

Portaria MPS 440/2013) - *A avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.*

Art. 3!!1 § 2!!1 II1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 440/2013)

- Deverá ser realizada a análise e registro do distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, certificando -se sobre o contrato para distribuiç ão e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM:

Art. 3!!1 § 4!!1 Portaria MPS 519/2011 {alterada pela Portaria MPS 440/2013)

- As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimentos, deverão ser precedidas e atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.

3.11.3 - TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO

No intuito de atender o art. 6º - E, da Portaria MPS 519/2011 (incluído pela Portaria MPS 300/2015), o PREVI NORTE seguirá o TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO,

disponibilizada no site da SPPS - Secretaria de Políticas de Previdência Social.

Art. 6!! - E1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 300/2015) - *Sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º, serão observadas em relação ao credenciamento de que trata o inciso IX daquele artigo as seguintes disposições:*

Art. 6!! - E1 I1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 300/2015) -

a análise das informações relativas à instituição credenciada e a verificação dos requisitos mínimos estabelecidos para o credenciamento deverão ser registradas em ***Termo de Análise de Credenciamento*** *, cujo conteúdo mínimo constará de formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet.* ***{GRIFO NOSSO)***

As informações e documentos utilizados para o preenchimento do **TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO** deverão conter em sua identificação: **1-Data, 2-validade e**

3-Disponibilizados pela instituição credenciada em sites e cujo acesso seja de caráter

público, conforme exigido pelo artigo 62 - E,III, da Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 300/2015). Essas informações encontradas deverão ser mantidas pelo RPPS, no mínimo, em arquivos em meio digital e apresentados à **SPPS** - Secretaria de Políticas de Previdência Social e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos.

Art. 6!! - E1 III1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 300/2015) - *os documentos que instruírem o credenciamento, desde que contenham identificação de sua data de emissão e validade e sejam disponibilizados pela instituição credenciada em página na rede mundial de computadores -Internet, cujo acesso seja livre a qualquer interessado, poderão ser mantidos pelo RPPS por meio de arquivos em meio digital, que deverão ser apresentados à SPPS e aos demais órgãos de controle e fiscalização, internos ou externos, sempre que solicitados.*

O **TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO** para as Instituições, Administradores, Gestores, Distribuidores e Fundos de Investimento, adotado pelo PREVI NORTE, encontra - se disponível no **ANEXO** desta Política Anual de Investimentos.

3.11.4 - ATESTADO DE CREDENCIAMENTO

Após realizar o preenchimento ou a atualização do TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO, a decisão sobre o credenciamento da instituição, deverá ser formalizada em um formulário disponibilizado pela SPPS, em endereço eletrônico, denominado **ATESTADO DE CREDENCIAMENTO**, conforme exigido pelo **artigo 62 - E, II, da Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 300/2015).**

Art. 6!! - E1 II1 Portaria MPS 519/2011 {incluído pela Portaria MPS 300/2015) - *a decisão final quanto ao credenciamento da instituição constará de Atestado de Credenciamento, conforme formulário disponibilizado pela SPPS no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores - Internet.*

O **ATESTADO DE CREDENCIAMENTO** encontra-se disponível no **ANEXO** desta Política de Investimentos.

4 - ANÁLISE MACROECONÔMICA, FINANCEIRA, POLÍTICA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO

4.1 - CENÁRIO MACROECONÔMICO E FINANCEIRO E ANÁLISES SETORIAIS: PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS

4.1.1 - ANÁLISE MACROECONÔMICA INTERNA

Os indicadores mostram uma atividade econômica compatíveis com uma recuperação gradual da economia brasileira no curto prazo. A economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, da taxa de desemprego.

As Reformas propostas pelo Congresso, a alteração das políticas creditícias e os ajustes necessários na economia brasileira, contribuiu para a queda da sua taxa de juros. O processo de estabilização da economia se consolidou. A atividade econômica deve seguir em trajetória de **recuperação gradual**, cujos primeiros sinais já são perceptíveis. A medida que a recuperação avança, o crescimento do consumo deverá abrir espaço para a retomada do investimento e consequentemente a recuperação do emprego.

O cenário de referência supõe, segundo o Boletim Focus, que ao final de 2017 e 2018, as taxas de juros estejam, respectivamente em, 7,00% a.a. ; 7,00% a.a..

4.1.2 - ANÁLISE MACROECONÔMICA EXTERNA

No âmbito externo, O cenário tem se mostrado favorável, na medida em que a atividade econômica global vem se recuperando sem pressionar as condições financeiras nas economias avançadas. Isso contribui para manter o apetite ao risco em relação a economias emergentes. Com relação aos rumos da economia chinesa, ela se torna uma incógnita, com possíveis impactos de redução do apetite ao risco por ativos de economias emergentes. Um revés desse contexto internacional, deverá ter o mínimo de impacto no país, devido à situação robusta de seu balanço de pagamentos, a inflação em baixa e a expectativa de recuperação econômica.

O cenário de referência supõe, segundo o Boletim Focus, que ao final de 2017 e 2018, a taxa de câmbio esteja, respectivamente em, R$ 3,20; R$ 3,35 (sobre US$ 1,00).

4.1.3 - INFLAÇÃO

O comportamento da inflação permanece bastante favorável, com diversas medidas de inflação subjacente em nível baixo, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária, que podem produzir trajetória de inflação crescente, abaixo do esperado. Uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária. Esse risco se intensifica no caso de reversão do corrente cenário externo favorável para economias emergentes.

Para a trajetória de preços administrados, que compõe as projeções condicionais para a inflação produzidas pelo Copom, projeta-se variação de 7,5% em 2017 e 5,2% em 2018.

As expectativas de inflação apuradas pela pesquisa Focus subiram para em torno de 3,4% para 2017 e mantiveram-se em torno de 4,2% para 2018, 4,25% para 2019 e 4,0%

para 2020.

Sob essas hipóteses, as projeções de inflação do Copom recuaram para em torno de 3,3% para 2017 e elevaram-se para aproximadamente 4,4% para 2018.

A projeção do IPCA para o final do ano de 2017 e 2018 encontra -se disponível no **Boletim FOCUS - Relatório de Mercado**, elaborado pelo Banco Central, posicionado em 15 de dezembro de 2017.

O Boletim Focus, com data em 15 de dezembro de 2017, prevê o IPCA de 2017 em

2,83%, ficando bem abaixo do intervalo de tolerância, do centro da meta.

O IPCA DE 2017 E 2018, tratam-se de projeçoes extraidos do Boletim FOCUS,

elaborado na data 15 de dezembro de 2017.

4.1.4 - INSTRUMENTO DE ANÁLISE ECONÔMICA

Relatório FOCUS - Relatório semanal elaborado pelo Banco Central do Brasil, que relata as projeções do mercado com base em consulta de cem instituições

financeiras aproximadamente, durante a semana anterior.

.**AtasdoCOPOM-** Atas emitidas ás quartas-feiras da semana seguinte á

divulgação da Taxa Selic. O Comitê de Política Monetária - COPOM divulga a

ata da reunião, onde avalia a Evolução recente da economia, a tendência da inflação, implementação da política monetária, a atividade econômica no País, a expectativa do Mercado de trabalho, Crédito e inadimplência, Ambiente Econômico externo, Comércio exterior, as reservas internacionais, o Mercado monetário e as operações de mercado aberto.

.**Pesquisa Mensal de Emprego** - Pesquisa realizada pelo IBGE, onde produz

indicadores sobre o mercado de trabalho nas sua s áreas de abrangência, constituindo um indicativo ágil dos efeitos da conjuntura econômica sobre esse mercado, além de atender a outras necessidades importantes para o planejamento socioeconômico do País. Abrange informações referentes à condição de atividade, condição de ocupação, rendimento médio nominal e real, posição na ocupação, posse de carteira de trabalho assinada, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

.**Contas Nacionais Trimestrais** - Pesquisa realizada pelo IBGE, onde é

apresentado o Produto Interno Bruto a preços de mercado, impostos sobre

produtos, valor adicionado a preços básicos, consumo pessoal, consumo do governo, formação bruta de capital fixo, variação de estoques, exportações e importações de bens e serviços.

.**IPCAe o INPC -** índices de Inflação divulgados pelo IBGE, necessários para

a estimativa da Meta Atuarial.

.**IPCA- 15** - índice de inflação divulgado pelo IBGE, onde é feita a coleta

dos atual. Funciona como uma prévia do IPCA mensal.

Abaixo apresentamos a tendência de alguns índices, analisados sobre os instrumentos de análise econômica e de inflação citados acima.

4.2 - AVALIAÇÃO DOS ASPECTOS INTERNOS DO RPPS

ATUARIAL

4.2.1 - SITUAÇÃO ATUAL DO RPPS - EQUILÍBRIO FINANCEIRO E

Uma ferramenta importante para a definição da Política de Investimentos dos recursos financeiros do RPPS é quanto ao seu ***Equilíbrio Financeiro e Atuarial*** contida nas Avaliações Atuariais. Municípios que possuem **superávit atuarial** possuem uma "folga" financeira a longo prazo, para pagamento de benefícios. Nesse caso, o RPPS possui recursos financeiros acima da sua necessidade de Benefícios a Conceder para os próximos 35 anos. Sendo assim, RPPS com essas características de Equilíbrio podem se expor mais aos riscos de investimentos que apresentem alta oscilação.

Já RPPS que possuem **Déficit Atuarial elevado**, a aplicação dos seus recursos financeiros em renda variável, fundos atrelados à inflação ou títulos públicos, necessitam um pouquinho mais de estudo, pois podem representar um risco a curto ou médio prazo, se não for definida uma estratégia segura de investimento quanto a "valores" e "prazos de resgate". RPPS's com Déficit Atuarial podem, devido sua má situação demográfica ou capacidade financeira baixa, utilizar seus recursos poupados para o pagamento de Benefícios antes dos prazos de vencimento definidos nas aplicações. Com isso, há possibilidade de ser amargar baixas rentabilidades ou até mesmo prejuízo em alguns investimentos devido a esse "descasamento" do fluxo de caixa do RPPS. Para pulverizar esse tipo de risco, um estudo importantíssimo para definir o valor aplicado ou o prazo seguro para não ocorrer esse tipo de descasamento é a utilização do estudo de **ALM - *Asset Liability Management* .**

Equilíbrio Financeiro

Com relação ao Equilíbrio Financeiro, o PREVI NORTE se encontra em situação confortável no curto e médio prazo. Analisando as RECEITAS e DESPESAS do exercício, descritas no Demonstrativo da Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA/2017, o RPPS não apresenta risco de liquidez, com relação as obrigaçõe previdenciárias. Segundo o DRAA/2017, o Total de Receitas Estimadas para o Exercício é no valor de R$ 1.750.872,70, enquanto o Total de Despesas Estimadas é no valor de R$ 607.109,57 resultando em um Superávit Financeiro de R$ 1.143.763,13, minimizando qualquer tipo de risco de liquidez no curto e médio prazo.

5.5 - LIMITE DE ALOCAÇÃO POR BENCHMARK

Analisando o comportamento dos últimos 10 anos de alguns Benchmarks, todos superaram a Meta Atuarial (198,28%) do mesmo período, excluindo o índice CDI e o Ibovespa.

Apesar de ser recomendável a diversificação da carteira em momentos de incertezas, riscos e recuperação econômica, o PREVI NORTE tem a obrigação de cumprir a Meta Atuarial, sob penalidade de elevar o Déficit Atuarial.

Para conciliar os riscos de oscilação X a necessidade do cumprimento da Meta Atuarial, é aconselhável que durante o exercício de 2018, a maior parte das aplicações em **subíndices ANBIMA, seja direcionada para índices moderados, como IMA - B 5, IDKA 2 ou IMA - GERAL.**

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Política de Investimentos deverá ser revista anualmente a contar da data de sua aprovação pelo Comitê de Investimento, Conselho Deliberativo e Conselho de Fiscalização, sendo que o prazo de vigência compreenderá o período de 01 de janeiro de 2018 **a 31 de dezembro de 2018.**

As aplicações que não estiverem claramente definidas neste documento, e que estiverem de acordo com as diretrizes de investimento e em conformidade com a legislação aplicável em vigor, deverão ser levadas ao Comitê de Investimentos e Conselho Deliberativo do PREVI NORTE para avaliação e autorização.

As aplicações realizadas pelo PREVI NORTE passarão por um processo de análise, para o qual serão utilizados alguns instrumentos de análise de risco, além do histórico de quotas e rentabilidade de fundos de investimento, informações de mercado on -line, pesquisa em sites institucionais e outras. Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimento, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada. Estes investimentos serão constantemente avaliados através de acompanhamento de desempenho e da análise da composição da carteira dos fundos. As avaliações serão feitas para orientar as definições de estratégias e as tomadas de decisão, de forma a otimizar o retorno da carteira, cumprir a meta atuarial e minimizar riscos.

O responsável pela gestão dos recursos do PREVI NORTE deverá ser pessoa física, vinculada ao Ente Federativo e a unidade gestora do Regime Próprio como servidor de cargo efetivo ou de livre nomeação e exone-

ração. Deverá ainda ter sido aprovado em exame de certificação profissional, organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais.

A presente Política está sujeita a modificação em virtude de alterações na legislação que rege a aplicação de recursos dos regimes de previdência bem como em decorrência de mudanças significativas no cenário econômico. Em ambos os casos, a adequação da presente política será discutida em reunião do Conselho Curador.

NORTELÂNDIA, 22 de dezembro de 2017.

JULIO CEZAR GOME

Diretor Executivo e Gestor de Investimentos do PREVI NORTE

Certificação Profissional APIMEC - CGRPPS CPF: 593.490.441-15

5.1 - MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTO

JULIO CEZAR GOMES CPF: 593.490.441-15

THIAGO JOSE DOS SANTOS CPF: 730.773.721-34

EVERTON SOARES FIGUEIREDO CPF: 959.196.431-53

5.2 - MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO {ADMINISTRATIVO)

THIAGO JOSE DOS SANTOS CPF: 730.773.721-34

EVERALDO RODRIGUES FILHO CPF: 897.375.551-04

JOSENILDO AS TELES PORTO CPF: 571.703.551-91

SELIA MODULO CPF: 473.970.981-34

VAGNIR BARBOSA BATISTA CPF: 522.505.041-72

RUBILAN NUNES DE OLIVEIRA CPF: 935.007.691-87

NIVALDO BATISTA DE OLIVEIRA CPF: 38813262191

CLAUDETE REIS DOS SANTOS CPF: 332.382.431-87

5.3 - MEMBROS DO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO

EVERTON SOARES FIGUEIREDO CPF: 959.196.431-53

ELLEN CRISTINA D. DA SILVA ALMEIDA CPF: 962.935.861-15

FLORINDO DE OLIVEIRA ALMEIDA CPF: 033.100.978-11

JURÍDICO
PORTARIA Nº 211/2017, DE 26 DEZEMBRO DE 2017 (NOMEIA GESTORA DO FMDCA)

PORTARIA Nº 211/2017, DE 26 DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SENHORA WILCEMARA SOARES SILVA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA, CUJAS FUNÇÕES SERÃO EXERCIDAS NO ÂMBITO ESTRUTURAL E ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT, CONFORME PREVISTO NA LEI MUNICIPAL Nº 293, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo, e atendendo ao disposto no art. 30, § 1º da Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a servidora pública municipal, Senhora **WILCEMARA SOARES SILVA,** portadora da Cédula de Identidade **RG nº 1355020-9 SSP/MT** e do **CPF nº 909.153.561-04** para exercer a função de **Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, cujas funções serão exercidas no âmbito estrutural e administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social** do Município de Nortelândia – MT, com os deveres e atribuições previstos na Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013.

Art. 2º A Gestora do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, nomeada pelo Poder Executivo com chancela da Secretaria Municipal de Assistência Social nos termos do artigo anterior, deve ser responsável pelos seguintes procedimentos, dentre outros inerentes ao cargo:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o n° de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente, o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, *caput* e parágrafo único, alínea b, da Lei n° 8.069 de 1990 e art. 227, *caput*, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Art. 3º Os deveres e atribuições previstos nesta portaria não excluem a obrigação da gestora ora nomeada em observar o teor das demais disposições do Capítulo V da Lei Municipal nº 293, de 20 de setembro de 2013, e a ainda as disposições legais e regulamentos que foram ou sejam editadas em nível estadual e federal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 26º dia do mês de dezembro de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 26/12/2017

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARCIA DEÚNGARO FERNANDES

Secretária Municipal de Assistência Social.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2017

A CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 03.425.170/0001-06, com sede na Avenida Prefeito João Macaúba, nº 82, nesta cidade de NORTELÂNDIA-MT, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Jossimar José Fernandes, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 351.773 SSP/MT e CPF nº 503.511.841.04, residente à Rua Antônio Olímpio de Oliveira, nesta cidade e o CONTRATADO: KEROLAINE DOMINGUES MARTINS COM C.P.F: 049.708.151-27 celebram o presente termo aditivo no seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **CLÁUSULA PRIMEIRA - Este termo aditivo tem por finalidade renovação do prazo inicial em três meses e consequentemente a renovação do valor R$ 2.811,00** dopresente Contrato de Visitador com formação nível médio para acompanhamento de gestantes e crianças que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. 1.2 Justifica-se o presente aditivo de renovação uma vez que o Programa Primeira Infância (Criança Feliz) continuará a ser Objeto de convenio na gestão de 2018. **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E VALOR ADITIVADO**

2.1 O prazo inicialmente estabelecido fica prorrogado por 03 (três) meses corridos, contados a partir do dia 01 de janeiro de 2018, com o valor aditivado de 50%.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1 - O fundamento legal para a presente prorrogação de prazo está previsto no artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas relativas ao contrato mencionado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

718.06.003.08.244.0021.2080.3390360000

CLÁUSULA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Nortelândia – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

5.3 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nortelândia-MT, 27 de dezembro de 2017

_____

_____

Município de Nortelândia-MT KEROLAINE DOMINGUES MARTINS

Prefeito Municipal Contratado

Contratante

1º.) TESTEMUNHA: _____

CPF:_____

RG:_____

2º.) TESTEMUNHA:_____

CPF:_____

RG:_____

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 026/2017

A CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 03.425.170/0001-06, com sede na Avenida Prefeito João Macaúba, nº 82, nesta cidade de NORTELÂNDIA-MT, neste ato devidamente representada pelo Prefeito, Jossimar José Fernandes, brasileiro, casado, inscrito no RG nº 351.773 SSP/MT e CPF nº 503.511.841.04, residente à Rua Antônio Olímpio de Oliveira, nesta cidade e o CONTRATADO: : DANILO LIMA DA SILVA COM C.P.F: 050.235.351-18 COM C.P.F: 049.708.151-27 celebram o presente termo aditivo no seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **CLÁUSULA PRIMEIRA - Este termo aditivo tem por finalidade renovação do prazo inicial em três meses e consequentemente a renovação do valor R$ 2.811,00** dopresente Contrato de Visitador com formação nível médio para acompanhamento de gestantes e crianças que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. 1.2 Justifica-se o presente aditivo de renovação uma vez que o Programa Primeira Infância (Criança Feliz) continuará a ser Objeto de convenio na gestão de 2018. **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS E VALOR ADITIVADO**

2.1 O prazo inicialmente estabelecido fica prorrogado por 03 (três) meses corridos, contados a partir do dia 01 de janeiro de 2018, com o valor aditivado de 50%.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1 - O fundamento legal para a presente prorrogação de prazo está previsto no artigo 57 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas relativas ao contrato mencionado serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

718.06.003.08.244.0021.2080.3390360000

CLÁUSULA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

5.2 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Nortelândia – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

5.3 – E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE e CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento, em três vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nortelândia-MT, 27 de dezembro de 2017

_____

_____

Município de Nortelândia-MT DANILO LIMA DA SILVA RTINS

Prefeito Municipal Contratado

Contratante

1º.) TESTEMUNHA: _____

CPF:_____

RG:_____

2º.) TESTEMUNHA:_____

CPF:_____

RG:_____

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins e que sujam os efeitos legais, que **NÃO HOUVE RECURSO INTERPOSTO CONTRA A PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS INSCRITOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS, para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 - SMAS,** que dispõe sobre a Contratação Temporária de Profissionais da Educação da rede municipal para o ano letivo de 2018 conforme o disposto no Edital nº 001/217-SMAS, e a Lei Municipal nº 431 de 13/11/2017.

Por ser verdade, datamos e assinamos a presente DECLARAÇÃO.

Nortelândia – MT, 27 de Dezembro de 2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

MARCIA DEUNGARO FERNANDES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL

ALINE GALVÃO ITACARAMBY

PRESIDENTE DA COMISSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 006/2017/CMS

Conselho Municipal de Saúde

Resolução Nº 006/2017/CMS

O Conselho Municipal de Saúde de Nª Srª do Livramento – MT no uso de suas atribuições que lhes são conferidas através da Lei Orgânica da Saúde 8080/19/07/90 e 8142-28/12/90,a Lei 510/2015 e a Lei 630/2009, em sua Reunião Ordinária sob o Registro da Ata Nº 013/2017 realizada aos Vinte dias do mês de Dezembro de 2017.

Resolve:

Art. Iº - Aprovar o **REMUME – Relação Municipal de Medicamentos Essenciais** do município de Nª Srª do Livramento, para exercício 2018.

Parágrafo Ùnico:O REMUME tem por objetivo proporcionar qualidade e racionalidade ao ciclo logístico de Assistência Farmacêutica no município.

Art. IIº - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Nª Srª do Livramento, 27 de Dezembro de 2017.

Márcia Lidia Coelho da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA,* PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI EPPPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 906/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 19.808.881/0001-08**,** com sede Rua Poxoréo, Bairro Jardim Alvorada município de Cuiabá/MT, CEP: 78048-600 representado pelo Edcarlos Pimenta da Costa, Portador da cédula de identidade nº 1196987-3 SSP/MT, inscrito no CPF nº 696.161.671-20 residente e domiciliado na Rua D, 41 Bairro Jardim Leblon II, município de Cuiabá/MT CEP: 78.060-018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramentos, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	EMPRESA GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 19.808.881/0001-08
Endereço:	Rua Poxoréo, Bairro Jardim Alvorada município de Cuiabá/MT, CEP: 78048-600
Contatos:	**65 3358-8517**
Representante:	Edcarlos Pimenta da Costa

Codigo	Material	Descricao	Quantidade	UNIDADE	MARCA	Valor Unitario	Valor Total
4	AZEITONA VERDE	EM CONSERVA, SEM CAROÇO, PICADA, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 240G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1040	Und	CAMPO BELO	R$ 4,20	R$ 4.368,00
12	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 30G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 30G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE	247	Und	KODILAR	R$ 3,15	R$ 778,05
15	CHÁ MATE	EMBALAGEM: CAIXA COM 250G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1638	Und	UNIÃO	R$ 2,90	R$ 4.750,20
156	MARACUJÁ AZEDO	IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	177	**KG**	**IN NATURA**	R$ 9,00	R$ 1.593,00
168	REPOLHO ROXO	DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	362	**KG**	**IN NATURA**	R$ 4,50	R$ 1.766,50
172	BERINJELA DE PRIMEIRA QUALIDADE	APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	169	**KG**	**IN NATURA**	R$ 5,90	R$ 997,10
176	PEPINO JAPONÊS	DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	181	**KG**	**IN NATURA**	R$ 4,50	R$ 814,50
185	UVA IN NATURA	TIPO DE PRIMEIRA APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANUTENÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	263	**KG**	**IN NATURA**	R$ 14,15	R$ 3.721,45
217	NOZ	MOSCADA – TEMPERO COM EMBALAGEM EM PACOTE DE 10G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	37	Und	MIKA	R$ 3,50	R$ 129,50
Valor Total: R$ 18.920,30 (Dezoito Mil Novecentos e Vinte Reais e Trinta Centavos							

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093

	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATADA

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRADADA

EMPRESA GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI

CNPJ nº 19.808.881/0001-08

Representado pelo Edcarlos Pimenta da Costa

RG:nº 1196987-3 SSP/MT e CPF nº 696.161.671-20

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 076/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ATIVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: **Nº. 906/2017** MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - **AS CLAUSULAS A SEGUIR:**

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA ATIVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.469.118/0001-17, com sede Rua Sargento Benedito Teotino da Costa, 80 sala 01 Bairro Jardim Petropolis município de Cuiabá-MT, CEP: 78.070-045 representada pela Senhora Amanda Lara Acel Silva, Portador da cédula de identidade nº 18307957 SSP/mt, inscrito no CPF nº 024.943.151-31 residente e domiciliado na Rua Santos Drumont 111 Bairro Jardim Aeroporto município de Várzea Grande/MT

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramentos, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA ATIVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.469.118/0001-17						
Endereço:	Sargento Benedito Teotino da Costa, 80 sala 01 Bairro Jardim Petropolis município de Cuiabá-MT, CEP: 78.070-045						
Contatos:	65 3028 6932 3028 6933 65 9233 2939						
Representante:	André Henrique Acel Silva						
Codigo	**Material**	**Descricao**	**Quantidade**	**UNIDADE**	**MARCA**	**Valor Unitario**	**Valor Total**
2	GELATINA EM PÓ DIET - PRODUTO COM COMPOSTO DE AÇÚCAR	SAL, AROMA ARTIFICIAL DE ABACAXI,CEREJA,FRAMBOESA, LIMÃO, MORANGO, LIMÃO,UVA, ACIDULANTE ÁCIDO FUMÁRICO, REGULADOR DE ACIDEZ CITRATO DE SÓDIO E CORANTE ARTIFICIAL, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 35G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	570	Und	CAMP	R$ 1,04	R$ 592,80
41	MAIONESE TRADICIONAL	EMBALAGEM VIDRO, CONTENDO NO MÍNIMO 500G, COM BAIXO TEOR DE GORDURA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	276	Und	MESA	R$ 3,54	R$ 977,04
48	SUCO CONCENTRADO DE ABACAXI	SUCO LÍQUIDO CONCENTRADO DE ABACAXI, EMBALADO EM GARRAFA DE 500 ML, SABOR ABACAXI, DE QUALIDADE E COM RENDIMENTO DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DO FABRICANTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA.	1668	Und	DA FRUTA	R$ 4,14	R$ 6.905,52
60	VINAGRE DE ÁLCOOL	CLARO, EMBALAGEM CONTENDO 500ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	222	Und	VITALIA	R$ 1,04	R$ 230,88
66	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO	EMBALAGEM EM POTE NO MÍNIMO 125G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	264	Und	NITA	R$ 2,28	R$ 601,92
70	CALDO	DE CARNE, DE DIVERSOS SABORES COMPOSTO DE SAL, AMIDO, AÇÚCAR, ALHO, CEBOLA, GORDURA VEGETAL, EXTRATO DE CARNE DE FRANGO, EM TABLETE, ACONDICIONADOS EM CAIXA COM 04 TABLETES, CONTENDO NO MÍNIMO 57G.	94	Und	MAGGI	R$ 1,07	R$ 100,58
115	PAPEL HIGIENICO - MATERIAL CELULOSE VIRGEM	COMPRIMENTO 40 MT; LARGURA: 10 CM; TIPO: PICOTADO; QUANTIDADE DE FOLHAS: SIMPLES; COR BRANCA; FARDO 16 X 4.	1451	**Fardo**	**TREVO**	R$ 27,40	R$ 39.757,40
116	PAPEL TOALHA - PRODUTO PARA LAVABO	INTERFOLHADO, BRANCO, C/1000 22,5X2,1CM 1ª QUALIDADE E ABSORÇÃO, 2 DOBRAS.	977	**Fardo**	**TREVO**	R$ 7,59	R$ 7.415,43
127	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 100 LTS BRANCO LEITOSO COM PADRÕES ABNT PACOTE COM 100UND.	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 100 LTS BRANCO LEITOSO COM PADRÕES ABNT PACOTE COM 100UND.	500	**Pct**	**REPORPACK**	R$ 36,69	R$ 18.345,00
181	AÇAFRÃO DA TERRA	NÃO CONTÉM GLÚTEN, PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 50G, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	175	**PCT**	**DODORO**	R$ 4,84	R$ 847,00
VALOR R$ 75.773,57 (Setenta e Cinco Mil Setecentos e Setenta e Tres Reais e Cinquenta e Sete Centavos)							

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATADA

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRADADA

EMPRESA ATIVA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME,

CNPJ nº 10.469.118/0001-17

Representada pela Senhora Amanda Lara Acel Silva

RG: nº 18307957 SSP/mt, inscrito no CPF nº 024.943.151-31

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA,* PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO

LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA **J QUELUZ COSTA ME** PROCESSO ADMINISTRATIVO: **Nº. 906/2017** MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa J QUELUZ COSTA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.942.077/0001-83, com sede Avenida Coronel Botelho, nº 300, Bairro Centro, CEP: 78170-000, município de Nossa Senhora do Livramento-MT representada pela Senhora Jaqueline Queluz Costa, Portador da cédula de identidade nº 1608454-3 SSP/MT, inscrito no CPF nº008.172.981-26 residente e domiciliada na Rua Carlos Antunes de Almeida, S/N, Bairro Centro município Nossa Senhora do Livramento-MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramento, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**Empresa J QUELUZ COSTA ME** – pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.942.077/0001-83
Endereço:	Avenida Coronel Botelho, nº 300, Bairro Centro, CEP: 78170-000, município de Nossa Senhora do Livramento-MT
Contatos:	65 3351 - 1171
Representante:	Jaqueline Queluz Costa

Codigo	Material	Descricao	Quantidade	UNIDADE	MARCA	Valor Unitario	Valor Total
1	GELATINA EM PÓ - PRODUTO COM COMPOSTO DE AÇUCAR	SAL, AROMA ARTIFICIAL DE ABACAXI,CEREJA,FRAMBOESA, LIMÃO, MORANGO, LIMÃO,UVA, ACIDULANTE ÁCIDO FUMÁRICO, REGULADOR DE ACIDEZ CITRATO DE SÓDIO E CORANTE ARTIFICIAL, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 35G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1320	Und	CAMP	R$ 0,59	R$ 778,80
3	AVEIA EM FLOCOS	PACOTE COM 250G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	210	Und	QUAKER	R$ 2,60	R$ 546,00
6	CREME DE CEBOLA - CONSISTENTE	EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 68G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR E PRAZO DE VALIDADE.	117	Und	KODILAR	R$ 3,68	R$ 430,56
7	BISCOITO DE ÁGUA E SAL PACOTE 400G	INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AMIDO, SAL, EXTRATO DE MALTE, AÇUCAR INVERTIDO, AÇUCAR, FERMENTO BIOLÓGICO, FERMENTO QUÍMICO BICARBONATO DE SÓDIO E ACIDULANTE ÁCIDO.	2405	Und	DALLAS	R$ 2,43	R$ 5.844,15
8	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO SABOR COCO	TIPO ROSQUINHA - EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 400G DE POLIETILENO TRANSPARENTES, IMPERMEÁVEIS E LACRADOS.DATA DE FABRICAÇÃO NA EMBALAGEM. O BISCOITO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MALCOZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES APARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	1375	Pct	DALLAS	R$ 2,48	R$ 3.410,00
13	CANELA EM PEDAÇOS - EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 35G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALID	CANELA EM PEDAÇOS - EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 35G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALID	247	Und	KITANO	R$ 2,46	R$ 632,32
14	CHÁ EM SAQUINHO DIVERSOS	SABORES EMBALAGEM: CAIXA COM 10 SAQUINHOS, CONTENDO INDIVIDUALMENTE, NO MÍNIMO 10G E NO MÁXIMO 20G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	160	cx	MARATA	R$ 1,87	R$ 299,20
16	FERMENTO BIOLÓGICO	SECO, INSTANTÂNEO, PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 100G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	280	Und	MAURI	R$ 3,00	R$ 840,00
17	LEITE LÍQUIDO, INTEGRAL	PASTEURIZADO, TIPO A, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO NO MINIMO 01 (UM) LITRO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE , COMPOSIÇÃO: LEITE DE VACA, ESTABILIZANTE CITRATO DE SÓDIO, EMBALAGEM: TETRA PACK, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 1 LITRO.	3640	Und	TIROL	R$ 2,49	R$ 9.603,60
18	LEITE LÍQUIDO - DESNATADO	SEM LACTOSE PASTEURIZADO, TIPO A, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO NO MINIMO 01 (UM) LITRO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE ,	1241	Und	HELOISA	R$ 2,61	R$ 3.239,01

		COMPOSIÇÃO: LEITE DE VACA, ESTABILIZANTE CITRATO DE SÓDIO, EMBALAGEM: TETRA PACK, ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 1 LITRO.					
19	ADOÇANTE DIETÉTICO	LÍQUIDO, EDULCORANTE ARTIFICIAL ASPARTAME, SEM SACARINA, SEM CICLAMATO, CONTÉM FENILALANINA, SEM GLÚTEN, FRASCOS COM 65ML.	133	Und	MARATA	R$ 2,11	R$ 280,63
22	ARROZ INTEGRAL	CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE CONTENDO 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	120	Pct	URBANO	R$ 3,97	R$ 476,40
23	AÇÚCAR REFINADO	PACOTE DE 01 (UM) QUILO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	452	Kg	ITAMARATI	R$ 2,31	R$ 1.044,12
25	CATCHUP TRADICIONAL	EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 400G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	37	Und	SÓ FRUTA	R$ 1,80	R$ 66,60
28	COCO RALADO	DESIDRATADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR, PARCIALMENTE DESENGORDURADO, EMBALAGEM CONTENDO 100G.	241	Und	VITACOCO	R$ 1,61	R$ 388,01
31	MOLHO DE TOMATE	EMBALAGEM EM SACHÊ DE 140G NO MÍNIMO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	906	Und	SÓ FRUTA	R$ 0,99	R$ 896,94
32	FARINHA DE MANDIOCA TORRADA	GRUPO SECO, SUBGRUPO FINO, TIPO 1, EMBALADA EM SACO COM 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	474	Kg	JANGADA	R$ 4,70	R$ 2.227,80
34	FARINHA DE TRIGO	ESPECIAL, PACOTE COM 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1564	Kg	LUNAR	R$ 2,01	R$ 3.143,64
40	MACARRÃO PARAFUSO	À BASE DE FARINHA, MASSA COM OVOS, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	266	Pct	DALLAS	R$ 1,97	R$ 524,02
42	MARGARINA VEGETAL	COM SAL, EMBALADA EM POTE CONTENDO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1910	Und	CREMOSI	R$ 3,48	R$ 6.646,80
45	MILHO BRANCO	PARA CANJICA, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	285	Pct	MIKA	R$ 2,09	R$ 595,65
47	MILHO VERDE	EM CONSERVA, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 285G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	719	Und	SÓ FRUTA	R$ 1,10	R$ 790,90
51	ÓLEO COMESTÍVEL	VEGETAL, DE SOJA, PURO, FINO, SEM COLESTEROL, RICO EM VITAMINA E, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 900ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	2910	Und	SOYA	R$ 2,74	R$ 7.973,40
54	PALITO DE DENTE	PALITO DE DENTE COM PONTA, EMBALAGEM COM 100 PALITOS.	125	Cx	PARANA	R$ 0,44	R$ 55,00
55	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO	COM DUAS DOBRAS, FOLHA DUPLA, MACIO, COR BRANCA, PACOTE DE 02 ROLOS COM 100 TOALHAS CADA, DIMENSÕES 21X22CM.	205	Und	SOCIAL CLEAN	R$ 2,81	R$ 576,05
57	TEMPERO COMPLETO	SEM PIMENTA, PACOTE CONTENDO 300G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	170	Und	DUSUL	R$ 1,10	R$ 187,00
58	TEMPERO COMPLETO - COM PIMENTA	PACOTE CONTENDO 300G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	110	Und	DUSUL	R$ 1,10	R$ 121,00
62	BALAS	MASTIGAVEL DE IOGURTE;SABORES VARIADOS PACOTE COM 700 GRAMAS; MONOESTEARATO DE GLICERINA E LECITINA DE SOJA, CORANTES: VERMELHO 40 (E129) E AZUL BRILHANTE (E133), AROMATIZANTE SEM GLÚTEN.COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE.	370	Pct kg	PREDILETA	R$ 5,87	R$ 2.171,90
63	BOMBOM	COM RECHEIO A BASE DE CASTANHA DE CAJU, ENVOLVIDO POR UMA CAMADA DE BISCOITO WAFFER E COBERTO COM UMA CAMADA DE CHOCOLATE AO LEITE, COM PRIMEIRA EMBALAGEM ALUMINIZADA E SEGUNDA DE PAPEL RESISTENTE, COM PESO MÉDIO DE 20 GRAMAS POR UNIDADE.	435	Pct kg	SERENATA	R$ 23,58	R$ 10.257,30
64	ERVILHA	REIDRATADA, EM CONSERVA, CONTENDO NO MÍNIMO 200G, EMBALAGEM EM LATA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	114	Und	SÓ FRUTA	R$ 1,44	R$ 164,16
65	FARINHA DE ROSCA	EMBALAGEM EM POTE NO MÍNIMO 125G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	377	Und	MULTIPÃO	R$ 2,50	R$ 942,50
67	SELETA	DE LEGUMES, EM CONSERVA, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 250G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	389	Und	QUERO	R$ 1,77	R$ 688,53
68	POLVILHO	DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEM SUJIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE, PACOTE DE 500G.	79	Pct	MIKA	R$ 2,17	R$ 171,43
71	UVA PASSAS	SEM SEMENTES, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. PACOTE DE 1KG.	59	Pct	SÓ FRUTA	R$ 9,80	R$ 578,20
72	PALMITO	EM CONSERVA,COM EMBALAGEM EM VIDRO CONTENDO NO MÍNIMO 300G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	63	Und	CHEFF	R$ 9,77	R$ 615,51
73	MOSTARDA	FRASCO CONTENDO NO MÍNIMO 200G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	25	Und	QUERO	R$ 2,63	R$ 65,75
75	AGUA SANITARIA	SANITÁRIA – PRODUTO EMBALADO EM GALÃO DE 2LTS,COMPOSIÇÃO: HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA; PRINCÍPIO ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO; TEOR DE CLORO ATIVO: 2,0% A 2,5% P/P;. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	4710	**Und**	**URCA**	R$ 2,84	R$ 13.376,40
86	DESINFETANTE - PRODUTO EMBALADO EM FRASCO DE PLÁSTICOS DE 2LT	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO; COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÁGUA SANITÁRIA, ALVEJANTE E DESINFETANTE; ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO; APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: TAMPA DOSADORA DE FLUXO; FRAGRÂNCIA DIVERSAS(LAVANDA, PINHO, JAS-	2730	**Und**	**REMMUS**	R$ 3,05	R$ 8.326,50

		MIM E LIMÃO) FRASCO DE 2 LTS – COMPOSIÇÃO: CLORETO DE DIDECIL DIMETIL AMÔNIO, CLORETO DE ALQUIL. DIMETIL BENZIL AMÔNIO, COADJUVANTES, 5-CLORO-2 METIL ISOTIAZOLIN-3-ONA, 2- METIL-4 ISOTIAZOLIN-3-ONA, CORANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. - COMPONENTES ATIVOS: CLORETO DE DIDECIL DIMETIL AMÔNIO/CLORETO DE ALQUIL. DIMETIL BENZIL AMÔNIO - 0,27% P/P).					
87	DESODORIZADOR	FRASCO DE AMBIENTE EM SPRAY –COM 350ML, ESSÊNCIAS VARIADAS – DESCRIÇÃO: INGREDIENTES ATIVOS:CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO E CLORETO DE ALQUIL DIMETIL ETIL BENZIL AMÔNIO 0,07%.	1194	**Und**	**SECAR**	R$ 5,44	R$ 6. 495,35
88	DETERGENTE	LIQUIDO (COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO IÔNICO, SAIS INORGÂNICOS, SEQUESTRANTE, NEUTRALIZANTE, CONSERVANTE, COADJUVANTE, CORANTES, ESSÊNCIA E VEÍCULO;- EMBALAGEM: EM POLIETILENO VIRGEM COM TAMPA PUSH POOL;- COR: AMARELO;- FRAGRÂNCIA: NEUTRO);	3286	**Und**	**OESTE**	R$ 1,11	R$ 3. 647,46
91	ESCOVINHA, PARA SANITÁRIO CERDAS DE NYLON C/ CABO E SUPORTE.	ESCOVINHA, PARA SANITÁRIO CERDAS DE NYLON C/ CABO E SUPORTE.	184	**Und**	**CONDOR**	R$ 4,35	R$ 800,40
95	FLANELA	MATERIAL: 100% ALGODÃO; DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO 50 CM, LARGURA 35 CM; COR AMARELA; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: ACABAMENTO NAS BORDAS.	1325	**Und**	**MARGARIDA**	R$ 1,48	R$ 1. 961,00
96	FOSFORO - MATERIAL CORPO: MADEIRA	COR DA CABEÇA: VERMELHA; TIPO LONGO; CAIXA COM 240 UND.	600	**Und**	**FIAT LUX**	R$ 2,45	R$ 1. 6470,00
118	PEDRA SANITÁRIA - COM SUPORTE PLÁSTICO 25GR FLAGRÂNCIAS DIVERSAS.	PEDRA SANITÁRIA - COM SUPORTE PLÁSTICO 25GR FLAGRÂNCIAS DIVERSAS.	774	**Und**	**LEVE BRISA**	R$ 0,98	R$ 758,52
119	RODO DUPLO 30 CM	CABO DE ALUMÍNIO; RODO PERFIL DE BORRACHA COM ACABAMENTO CHANFRADO, UTILIZADO PARA SECAR SUPERFÍCIES ÚMIDAS. POSSUI BORRACHA NATURAL RESISTENTE. LÂMINA EM EVA DUPLA. AJUSTANDO-SE AS IMPERFEIÇÕES DO PISO IDEAL.	106	**Und**	**SÃO PEDRO**	R$ **8,28**	R$ 877,68
121	RODO DUPLO 40 CM	CABO DE ALUMÍNIO; RODO PERFIL DE BORRACHA COM ACABAMENTO CHANFRADO, UTILIZADO PARA SECAR SUPERFÍCIES ÚMIDAS. POSSUI BORRACHA NATURAL RESISTENTE. LÂMINA EM EVA DUPLA. AJUSTANDO-SE AS IMPERFEIÇÕES DO PISO IDEAL.	237	**Und**	**SANTA MARIA**	R$ 14,00	R$ 3. 318,00
126	SABONETE LIQUIDO BACTRICIDA	PRODUTO EM GALÃO DE 5LT, (SABONETE - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO; PERFUMADO; COR AZUL; ODOR FLORAL.	154	**Und**	**MAZZO**	R$ 14,89	R$ 2. 293,06
198	FRANGO INTEIRO	EXTRA LIMPO CONGELADO, (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SÁBOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1290	**KG**	**SEARA**	R$ 4,78	R$ 6. 166,20
213	REQUEIJÃO CREMOSO	EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 250G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	329	**Und**	**ITAMBÉ**	R$ 6,28	R$ 2. 066,12
214	IOGURTE POLPA DE FRUTA	BANDEJA COM SABORES VARIADOS COM POTES DE 90G, EM BANDEJAS COM 06 UNIDADES (540G). INGREDIENTES: LEITE RECONSTITUÍDO INTEGRAL, PREPARADO DE FRUTA (ÁGUA, XAROPE DE AÇUCAR, AMIDO MODIFICADO, POLPA DE MORANGO, AÇÚCAR, AROMA ARTIFICIAL DE MORANGO, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO, ESPESSANTE GOMA XANTANA E CORANTE ARTIFICIAIS PONCEAU 4R E BORDEAU X5, XAROPE DE AÇUCAR E FERMENTO LACTOS AROMATIZADO E COLORIDO ARTIFICIALMENTE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE	271	**Bdj**	**FRUTILAC**	R$ 3,80	R$ 1. 029,80
222	LEITE EM PÓ DESNATADO	EMBALAGEM EM LATA 400G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	10	Und	ITAMBE	R$ 12,98	R$ 129,80
225	SORVETE	COM SABORES VARIADOS COM EMBALAGEM EM POTE COM 2 LT COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	60	Und	ALASKA	R$ 19,94	R$ 1. 196,40
228	DOCE DE LEITE	PASTOSO POTE 800G, INGREDIENTES: LEITE, AÇUCAR, GLUCOSE DE MILHO, AMIDO DE MILHO, BICABORNATO DE SÓDIO E CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO. NÃO CONTEM GLÚTEM, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	10	Und	TRIANGULO	R$ 10,15	R$ 10,50
229	SARDINHA	EM LATA, COM EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 340G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1000	Und	COQUEIRO	R$ 3,97	R$ 3. 970,00
230	MISTURA	PARA BOLO - DIVERSOS SABORES (COCO; LARANJA; CHOCOLATE; BAUNILHA ETC..) COM EMBALAGEM NO MÍNIMO 450G E COM PRAZO DE VALIDADE.	80	Und	LUNAR	R$ 3,20	R$ 256,00
231	NAFETALINA – PRODUTO EMBALADO EM PACOTE	(NALFATALINO REFINADO SOLIDO INSOLÚVEL EM ÁGUA) EMBALAGEM 12 X 30G (CAIXA COM 12 UNIDADES).	30	**Und**	**SANY**	R$ 4,55	R$ 136,50
VALOR TOTAL: R$ 125.109,58 (Cento e Vinte e Cinco mil e Cento Nove Reais e Cinquenta e Oito Centavos							

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e sub-

sidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATADA

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRADADA

CONTRATADO:

Empresa: **J QUELUZ COSTA ME**

CNPJ nº 17.942.077/0001-83,

Representada pela Senhora Jaqueline Queluz Costa

RG: nº 1608454-3 SSP/MT e CPF nº008.172.981-26

DECRETO Nº 186/2017

DECRETO Nº 186/2017

"Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados, bem como dá outras providências."

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o art. 92 da Lei Federal n.4.320 de 17.03.1964, considerando não haver ocorrido implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização;

DECRETA:

Art. 1o Ficam por força deste decreto cancelados os créditos empenhados inscritos em Restos a Pagar – Não Processados, nos balanços gerais do Município de Nossa Senhora do Livramento a saber:

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processados e não liquidados, bem como ainda não enquadrados nas disposições do art. 36 da Lei Federal n.4.320/64 são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações segundo motivação descrita na planilha, não podendo ser utilizados seus recursos para a abertura de créditos adicionais, devendo, tão somente, serem formalizadas as baixas legais no passivo dos balanços dos respectivos exercícios, para fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 27 de dezembro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 79/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA,* PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA COMERCIAL LUAR EIRELI EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 906/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA COMERCIAL LUAR EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.545.557/0001-33, com sede AV. Radialista Edson Luis da Silva, 1037, Bairro Tijucal município de Cuiabá representado pelo senhor João Batista Alves Vieira Portador da cédula de identidade nº 297.008 SSP/MG, inscrito no CPF nº 149.852.506-78 residente e domiciliado na Rua Jundiaí 12 Bairro Coophema, município de Cuiabá/MT CEP: 78085-128.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramentos, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA** COMERCIAL LUAR EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.545.557/0001-33
Endereço:	AV. Radialista Edson Luis da Silva, 1037, Bairro Tijucal município de Cuiabá
Contatos:	65 3665 5311 3665-6663
Representante:	João Batista Alves Vieira

Codigo	Material	Descricao	Quantidade	UNIDADE	MARCA	Valor Unitario	Valor Total
9	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO SABOR CHOCOLATE	TIPO ROSQUINHA - EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 400G DE POLIETILENO TRANSPARENTES, IMPERMEÁVEIS E LACRADOS. DATA DE FABRICAÇÃO NA EMBALAGEM. O BISCOITO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MALCOZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES APARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	840	Pct	DALLAS	R$ 3,29	R$ 2.763,60
20	AMIDO DE MILHO	PACOTE COM 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	81	Und	MIKA	R$ 3,05	R$ 247,05
24	AÇÚCAR CRISTAL	PACOTE DE 02 (DOIS) QUILOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	3888	kg	QUERUMBIM	R$ 2,02	R$ 7.853,76
29	CREME DE LEITE	TRADICIONAL, APRESENTANDO TEOR DE MATÉRIA GORDA MÍNIMA DE 25%, EMBALAGEM EM LATA, CONTENDO NO MÍNIMO 200G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	829	Und	PIRACANJUBA	R$ 2,29	R$ 1.898,20
33	FUBÁ DE MILHO	COM EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 500G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1366	Pct	DIODORO	R$ 1,20	R$ 1.639,20
134	SUPER CLEAN - PRODUTO PARA LIMPEZA DE PISOS EM GERAL.	PEDRA MINEIRA. ARDÓSIA E AZULEJOS EMBALADOS EM FRASCO DE 1LT.	480	**Und**	**BIO STAR**	R$ 4,25	R$ 2.040,00
137	VASSOURA - CERDAS PIAÇAVA	MATERIAL CABO MADEIRA, MATERIAL CEPA MADEIRA, DIMENSÕES APROXIMADA: COMPRIMENTO CEPA 40 CM, COMPRIMENTO CERDAS MÍNIMO 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO ROSQUEADO, TIPO GARI.	174	**Und**	**GUIRADO**	R$ 4,69	R$ 1.092,77
218	LEITE DE COCO	TRADICIONAL, EMBALAGEM CONTENDO 240ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	140	Und	VITA COCO	R$ 1,75	R$ 245,00
220	VASSOURA - MATERIAL CERDAS PÊLO SINTÉTICO	MATERIAL CABO MADEIRA, COMPRIMENTO CEPA 30 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL.	10	**Und**	**GUIRADO**	R$ 6,80	R$ 68,00
223	CHOCOLATE GRANULADO CROCANTE	EMBALAGEM COM 130G, CONSTITUÍDO DE AÇÚCAR, CACAU EM PÓ, AMIDO DE MILHO, GLUCOSE DE MILHO, ÓLEO DE SOJA E/OU ALGODÃO E/OU PALMA HIDROGENADA, SAL, EMULSIFICANTE LECTINA DE SOJA E AROMATIZANTE, PRODUTO QUE NÃO CONTEM GLÚTEN.	40	Und	DORI	R$ 2,89	R$ 115,60
224	PAPEL FILME	DE PVC 30M X 28CM.	22	Und	LUSAFILM	R$ 4,09	R$ 89,98
226	ABACAXI EM CALDA	SELECIONADOS, EMBALAGEM EM LATA COM NO MÍNIMO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE	5	Und	TRIANGULO	R$ 6,99	R$ 34,95
227	AMEIXA	EM CALDA, SELECIONADA E SEM CAROÇOS, LATA COM NO MÍNIMO 850G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	10	Und	OLE	R$ 7,99	R$ 79,90
VALOR R$ 18.168,22 (Dezoito Mil Cento e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Dois Centavos)							

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046

	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATADA

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMPRESA COMERCIAL LUAR EIRELI EPP

CNPJ nº 02.545.557/0001-33

Representado pelo senhor João Batista Alves Vieira

RG: nº 297.008 SSP/MG eCPF nº 149.852.506-78

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA,* PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA G MANOEL DA SILVA - ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 906/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA: **G MANOEL DA SILVA - ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ: 12.514.236/0001-25**, situada na Rua Penunias (Res F IPE), nº 19, Quadra 12 Bairro: Cristo Rei – MT, município de Várzea Grande – MT, CPF: 78.128.198, representado pelo proprietário Genival Manoel da Silva, portador do RG: 0832.578 SSP/MT e CPF: 594.446.571-91, residente e domiciliado na Rua Carlos Castilho, nº 148 A, Bairro: Jardim Imperador, município de Várzea Grande-MT, CEP: 78125-760.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramentos, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**G MANOEL DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ: 12.514.236/0001-25**						
Endereço:	Rua Penunias (Res F IPE), nº 19, Quadra 12 Bairro: Cristo Rei – MT, município de Várzea Grande – MT, CPF: 78.128.198						
Contatos:	(65) 36840108						
Representante:	Genival Manoel da Silva						
Codigo	**Material**	**Descricao**	**Quantidade**	**UNIDADE**	**MARCA**	**Valor Unitario**	**Valor Total**
5	AZEITE DE OLIVA	PURO, EXTRA VIRGEM, SEM COLESTEROL, EMBALAGEM EM VIDRO, CONTENDO NO MÍNIMO 500ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	127	Und	SALADA	R$ 7,53	R$ 956,31
21	ARROZ BRANCO	SUBGRUPO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE C ONTENDO 5KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	3290	Pct	SABOR NOBRE	R$ 7,66	R$ 25. 201,40
26	ACHOCOLATADO EM PÓ	EMBALAGEM COM 400G, SOLÚVEL, INSTANTÂNEO, NATURAL, EMBALAGEM	735	Und	MARATA	R$ 2,49	R$ 1. 830,15
27	ACHOCOLATADO DIET	EMBALAGEM COM 400G, CONSTITUÍDO DE AÇÚCAR, CACAU EM PÓ, AMIDO DE MILHO, GLUCOSE DE MILHO, ÓLEO DE SOJA E/OU ALGODÃO E/OU PALMA HIDROGENADA, SAL, EMULSIFICANTE LECTINA DE SOJA E AROMATIZANTE, PRODUTO QUE NÃO CONTENHA GLÚTEN.	99	Und	APTI	R$ 9,85	R$ 975,15
35	FEIJÃO CARIOCA	TIPO 1, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS, COM TEOR DE UMIDADE MÁXIMA DE 15%, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, SUJIDADES, MISTURA DE OUTRAS VARIEDADES E ESPÉCIES, PACOTE CONTENDO 01 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	2011	Kg	REI	R$ 3,33	R$ 6. 696,63
36	GOIABADA EM BARRA 500G.	INGREDIENTES: GOIABA E AÇÚCAR, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	121	Und	CEPERA	R$ 2,97	R$ 359,37
37	BATATA FRITA PALHA	TRADICIONAL, PACOTE CONTENDO NO MÍNIMO 500G, LIVRE DE GORDURAS TRANS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	117	Pct.	KRACTATAS	R$ 5,82	R$ 680,94
38	LEITE CONDENSADO	TRADICIONAL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 395G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	659	Und	NENE	R$ 2,99	R$ 1. 970,14
43	MARGARINA VEGETAL LIGHT, SEM SAL	EMBALADA EM POTE CONTENDO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	44	Und	DELICIA	R$ 6,06	R$ 266,64
44	MANTEIGA DE LEITE BOVINO	COM SAL EMBALADA EM POTE CONTENDO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	575	Und	COMAJU	R$ 9,90	R$ 5. 692,50
46	MILHO PARA PIPOCA	EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	290	Pct	MIKA	R$ 1,55	R$ 449,50
49	SUCO CONCENTRADO DE UVA	SUCO LÍQUIDO CONCENTRADO DE UVA, EMBALADO EM GARRAFA DE 500 ML, SABOR UVA, DE QUALIDADE E COM RENDIMENTO DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DO FABRICANTE. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	1920	Und	DA FRUTA	R$ 4,48	R$ 8. 601,60
50	MOLHO POMAROLA TRADICIONAL	EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 340ML ENLATADO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	374	Und	BONARE	R$ 2,47	R$ 923,78
52	ERVA DOCE – EMBALAGEM COM PACOTE DE 45G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE	ERVA DOCE – EMBALAGEM COM PACOTE DE 45G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE	208	Pct	DIODORO	R$ 4,19	R$ 871,52
53	COLORAL ARTESANAL	COM EMBALAGEM DE 500G COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	54	Pct	DIODORO	R$ 2,88	R$ 155,52
56	SAL REFINADO	IODADO, PARA CONSUMO DOMÉSTICO, PACOTE CONTENDO 01KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1173	Pct	UNIAO	R$ 0,95	R$ 1. 114,35
59	TORRADA LEVEMENTE SALGADA	EMBALAGEM 160G.: INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, SAL, EXTRATO DE MALTE, E ESTABILIZANTE: LECITINA DE SOJA (INS 322), COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	370	Pct	BAUDUCO	R$ 3,49	R$ 1. 291,30
68	POLVILHO	DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEM SUJIDADES, COM IDEN-	79	Pct	QUALIMAX	R$ 2,97	R$ 2. 886,84

		TIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE, PACOTE DE 500G.					
69	PAPEL ALUMINIO	ROLO COM 30CM X 7,5M.	82	Und	WKDA	R$ 2,33	R$ 191,06
142	ALFACE CRESPA	EM PÉ, DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETA DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIAS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	700	**Und**	IN NATURA	R$ 3,80	R$ 2.660,00
146	BANANA NANICA MAÇÃ	IN NATURA, POR QUILO APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA A MANIPULAÇÃO O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	525	**KG**	IN NATURA	R$ 3,83	R$ 2.010,75
147	BANANA PRATA	IN NATURA, POR QUILO APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA A MANIPULAÇÃO O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	405	**KG**	IN NATURA	R$ 5,15	R$ 2.085,75
160	ESPINAFRE DE PRIMEIRA	IN NATURA, EM PÉ, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETA DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIAS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	203	**MÇ**	IN NATURA	R$ 4,59	R$ 931,77
168	REPOLHO ROXO	DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	362	**KG**	IN NATURA	R$ 5,50	R$ 1.991,00
170	ACELGA DE PRIMEIRA	IN NATURA, EM MAÇO, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETA DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIAS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	296	**MÇ**	IN NATURA	R$ 6,39	R$ 1.891,44
171	AGRIÃO DE PRIMEIRA	IN NATURA, EM PÉ, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETA DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIAS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	221	**MÇ**	IN NATURA	R$ 4,95	R$ 1.093,95
174	CHUCHU - DE PRIMEIRA	IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	437	**KG**	IN NATURA	R$ 4,99	R$ 1.874,73
177	COUVE MANTEIGA	DE PRIMEIRA QUALIDADE, PICADA, IN NATURA, MOLHO, INTEIRO, VERDE, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIA, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	543	**MÇ**	IN NATURA	R$ 3,80	R$ 2.063,40
178	COUVE FLOR DE PRIMEIRA	IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	179	**KG**	IN NATURA	R$ 7,30	R$ 1.306,70
179	CHEIRO VERDE	MAÇO FRESO DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTO DE ENFERMIDADES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	541	**MÇ**	IN NATURA	R$ 4,78	R$ 2.585,98
180	RÚCULA	FRESCA, DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIAS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	371	**MÇ**	IN NATURA	R$ 4,69	R$ 1.739,99
182	BRÓCOLIS DE PRIMEIRA	APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO, DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIAS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	177	**Kg**	IN NATURA	R$ 5,23	R$ 925,71
184	MANDIOCA (AIPIM)	AMARELA DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	579	**KG**	IN NATURA	R$ 3,96	R$ 2.292,84
186	ABACAXI PÉROLA	DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	455	**Und**	IN NATURA	R$ 5,90	R$ 2.684,50
187	MORANGO	IN NATURA, POR QUILO, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	219	**Bdj**	IN NATURA	R$ 9,09	R$ 1.990,71
199	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO	EXTRA LIMPO CONGELADO, (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1200	**KG**	**MAROMBI**	R$ 4,99	R$ 5.988,00
200	COXINHA DE ASA DE FRANGO	EXTRA LIMPO CONGELADO, (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	710	**KG**	**MAROMBI**	R$ 6,97	R$ 4.948,70
201	PEITO DE FRANGO	SEM OSSO, EXTRA LIMPO, CONGELADO, (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE	808	**KG**	**MAROMBI**	R$ 6,37	R$ 5.146,96

		EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.					
203	LINGUIÇA TOSCANA	FEITA DE CARNE SUÍNA, PAPADA SUÍNA, ÁGUA, SAL, PROTEÍNA ANIMAL, AÇUCAR, ESPECIARIAS, REALÇADOR DE SABOR: GLUTAMATO MONOSSÓDICO (INS 621), ANTIOXIDANTE, ÁCIDO ASCÓRBICO (INS 300, ESTABILIZANTE: TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO (INS 451), CORANTES NATURAIS, CONSERVANTES: NITRATO DE SÓDIO (INS 250), E NITRATO DE SÓDIO (INS 251), NÃO CONTÉM GLÚTEN, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	626	**KG**	NUTRIBRAS	R$ 7,45	R$ 4. 663,70
204	LINGUIÇA CALABRESA	EXTRA LIMPO CONGELADO, (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	409	**KG**	**EXCELENCIA**	R$ 6,69	R$ 2. 736,21
205	PEIXE IN NATURA	GRANDE SEM ESCAMAS E SEM ESPINHAS, CORTADO, EXTRA LIMPO, CONGELADOS, (CONGELADOS EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º), ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1322	**KG**	**CASA DO PEIXE**	R$ 12,89	R$ 17. 040,58
207	PRESUNTO DE PERU COZIDO	SEM GORDURA, FATIADO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO EMBALADO EM FILME DE PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICOS TRANSPARENTE, ATÓXICO E PRAZO DE VALIDADE.	484	**KG**	**REZENDE**	R$ 16,95	R$ 8. 203,80
209	QUEIJO TIPO MUSSARELA FATIADO	DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE, OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	958	**KG**	**MARILAC**	R$ 14,70	R$ 14. 082,60
210	QUEIJO TIPO MUSSARELA EM PEDAÇO	PEÇA INTEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	480	**KG**	**MARILAC**	R$ 15,69	R$ 7. 531,20
216	OVOS DE CODORNAS	CLASSE A, CARTELA CONTENDO 30 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1339	**Und**	**C. VERDE**	R$ 6,79	R$ 9. 091,81
VALOR TOTAL: R$ 171.532,74 (Cento Setenta e Hum Mil Quinhentos e Trinta e Dois Reais e Setenta e Quatro Centavos)							

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021

A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATADA

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRADADA

Empresa: **G MANOEL DA SILVA – ME**

CNPJ: 12.514.236/0001-25

Representado pelo proprietário Genival Manoel da Silva

RG: 832.578 SSP/MT e CPF: 594.446.571-91

DECRETO Nº 184/2017

DECRETO Nº 184/2017

“Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Educação - CME”.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO – MT**,** no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a lei nº 486/2003.

Resolve:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação, com mandato de 02 (dois) anos, as seguintes pessoas:

01 – Representantes do Poder Público:

Titular: Marlei Tavares Leite

Suplente: Sandra Rosimeire Guimarães

Titular: Maria Socorro de Souza e Silva

Suplente: Patrica Katrine Barbosa

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Benedito Brito de Assunção

Suplente: Marcos André Rufino Borges

Titular: Karolina Aparecida Figueiredo

Suplente: Eliane Oliveira Campos Maciel

02 –Representantes da Sociedade Civil

Conselho Tutelar

Titular: Valdinéia Jerusa de Campos

Suplente: Juliene Tavares Leite

Sindicato dos Profissionais da Educação

Titular: Elza Maria de Arruda

Suplente: Cassemira Rodriguês do Prado

Conselho do FUNDEB

Titular: Maria Elena de Campos

Suplente: Rita de Cássia da Silva

Representantes de Escolas Municipais

Titular: Arilson da Silva Carvalho

Suplente: Carla Viégas Ferraz.

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 27 de Dezembro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 084 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 084 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA,* PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA **: ANDREA BORTOLOMEDI ME** PROCESSO ADMINISTRATIVO: **Nº. 906/2017** MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA ANDREA BORTOLOMEDI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.422-0001- **inscrita no CNPJ/MF: 05.794.328/0001-40,** situadaRua 07, casa 25 Bairro Dom Orlando Chaves, município de Varzea Grande/MT CEP:78.118-200, representada pela Senhora Andrea Bortolomedi portadora do RG:09247700 SJ/MT e CPF: 667.934.891-04, residente e domiciliada na Rua 07, casa 25 Bairro Dom Orlando Chaves, município de Varzea Grande/MT CEP:78.118-200.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramentos, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA ANDREA BORTOLOMEDI ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº - **CNPJ/MF: 05.794.328/0001-40**						
Endereço:	Rua 07, casa 25 Bairro Dom Orlando Chaves, município de Varzea Grande/MT CEP:78.118-200						
Contatos:	65 3041 8239						
Representante:	Senhora Andrea Bortolomed						
Codigo	Material	Descricao	Quantidade	UNIDADE	MARCA	Valor Unitario	Valor Total
130	SANITO – PRODUTO COM 100 LT	PCT C/ 100 UNI PRETO EM POLIETILENO DE ALTA - ESPESSURA 0,8 MICRAS; COR: PRETA; APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA; DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA 75 CM, ALTURA 105 CM).	1064	Pct	PLASMUNDI	R$ 30,70	R$ 32.664,80
137	VASSOURA - CERDAS PIAÇAVA	MATERIAL CABO MADEIRA, MATERIAL CEPA MADEIRA, DIMENSÕES APROXIMADA: COMPRIMENTO CEPA 40 CM, COMPRIMENTO CERDAS MÍNIMO 9 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CABO ROSQUEADO, TIPO GARI.	174	Und	SÃO PEDRO	R$ 10,00	R$ 1.740,00
190	CARNE BOVINA DE 2ª EM PEDAÇOS	(TIPO CABEÇA DE LOMBO, PALETA FINA E GROSSO, PONTA DE PEITO) – EXTRA LIMPO CONGELADO, (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERISTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	2040	KG	MUTRIMAIS	R$ 12,59	R$ 25.683,60
192	CARNE MOÍDA DE 1ª	EXTRA LIMPO CONGELADO, TEMPERATURA DE (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1080	KG	NUTRIMAIS	R$ 12,80	R$ 13.824,00
193	CARNE BOVINA DE 2ª INTEIRA	(TIPO CABEÇA DE LOMBO, PALETA FINA E GROSSA, PONTA DE PEITO) - EXTRA LIMPO CONGELADO, (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERISTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1520	KG	NUTRIMAIS	R$ 12,38	R$ 18.817,60
194	COSTELA BOVINA FINA	COM POUCA GORDURA, SUBDIVIDIDA, EXTRA LIMPO CONGELADO (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM CO-	1300	KG	NUTRIMAIS	R$ 9,85	R$ 12.805,00

		LORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.					
195	CARNE BOVINA SECA INTEIRA	ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/ VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1200	KG	NUTRIMAIS	R$ 16,80	R$ 20. 160,00
196	CARNE SUÍNA TIPO PERNIL	EXTRA LIMPO CONGELADO, (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	640	KG	NUTRIMAIS	R$ 9,74	R$ 6. 233,60
202	FILÉ DE PEITO DE FRANGO	DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONGELADO, EMBALAGEM EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SAÇO PLÁSTICO TRANSPARENTE, ATÓXICO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	483	KG	BELLO	R$ 6,85	R$ 3. 308,55
206	SALSICHA TIPO HOT DOG	COM TEORES REDUZIDOS DE GORDURAS, COLORAIS E SÓDIO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICAS, EMBALAGEM A VÁCUO, COM 500G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE, INGREDIENTES: CARNE DE FRANGO, CARNE DE AVES, MECANICAMENTE SEPARADA, PROTEÍNA VEGETAL, GLICOSE, SAL, AMIDO (MÁX. 2%), CONSERVADORES: NITRATO E NITRITO DE SÓDIO, ESTABILIZANTE: TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, ANTIOXIDANTE: ERITORBATO DE SÓDIO, AROMATIZANTE: AROMA NATURAL.	796	KG	BELLO	R$ 6,15	R$ 4. 895,40
VALOR TOTAL : R$ 140.132,55 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS E TRINTA E DOIS REAIS E CINQUENTE E CINCO CENTAVOS)							

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante

terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006

OBRAS E INFRA ES-TRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ES-TRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **ANDREA BORTOLOMEDI ME**

CNPJ/MF: 05.794.328/0001-40

Representada pela Senhora Andrea Bortolomedi

RG: 09247700 SJ/MT e CPF: 667.934.891-04

RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017

Resultado Final do Pregão Presencial nº 044/2017

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, nomeada pela Portaria 11/2017, publicada no Jornal da AMM 02/01/2017, vem a público divulgar o Resultado Final do **Pregão Eletrônico Nº 044/2017**, processo administrativo 5451/2017, cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL aquisição de produtos de padaria (pães, bolos, Salgados tipo coquetel e lanche), para manutenção necessária da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento e das Secretarias municipais de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**,** teve como vencedora a empresa:

G.MANOEL DA SILVA – ME – CNPJ N. 12.514.236/0001-25 – R$ 27.629,60;ROBSON JOSE DE OLIVEIRA – CNPJ 23.501.685/0001-55 – R$ 30.264,50;J QUELUZ COSTA - ME - CNPJ 17.942.077/0001-83 – R$ 159.649,90.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de dezembro de 2017.

Leonildes Fátima da Silva Benevides

Pregoeira

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal Nº. 8.666/93 e as suas alterações o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições, **HOMOLOGA** o procedimento licitatório nº 5451/2017, na modalidade de Pregão Presencial Nº **044/2017**, cujo objeto "**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL aquisição de produtos de padaria (pães, bolos, Salgados tipo coquetel e lanche),** para manutenção necessária da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento e das Secretarias municipais de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, teve como vencedora a empresa:

G.MANOEL DA SILVA – ME – CNPJ N. 12.514.236/0001-25 – R$ 27.629,60;ROBSON JOSE DE OLIVEIRA – CNPJ 23.501.685/0001-55 – R$ 30.264,50;J QUELUZ COSTA - ME - CNPJ 17.942.077/0001-83 – R$ 159.649,90.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 22 de dezembro de 2017.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 083/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 083/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA,* PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA **E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP** PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 906/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA EMPRESA : E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.422-0001-88, com sede a Avenida Dom Orlando Chaves nº 2650, Qd 28 Lote 03, Bairro Cristo Rei, CEP: 78.118-000, município de Varzea Grande-MT, neste ato representado pelo senhor Jaime Mantoani, empresário portador do RG: 2738956-1 SSP/MT e CPF: 528.950.251-34, residente e domiciliado Avenida do Mexico nº 701, Bairro Jardim das Americas, município de Cuiabá-MT, CEP: 78.060-598

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramentos, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3 Razão Social: 4	**E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.242.422-0001-88						
Endereço:	Avenida Dom Orlando Chaves nº 2650, Qd 28 Lote 03, Bairro Cristo Rei, CEP: 78.118-000, município de Varzea Grande-MT						
Contatos:	**65 3685-0171**						
Representante:	Jaime Mantoani						
Codigo	**Material**	**Descricao**	**Quantidade**	**UNIDADE**	**MARCA**	**Valor Unitario**	**Valor Total**
189	CARNE BOVINA DE 1ª EM PEDAÇOS	TIPO COXÃO MOLE, ALCATRA, CONTRA FILÉ – EXTRA LIMPO CONGELADO (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1960	KG	FRICAL	R$ 16,89	R$ 33.104,40
191	CARNE MOÍDA DE 2ª	EXTRA LIMPO CONGELADO, TEMPERATURA DE (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1090	KG	FRIGOSUL	R$ 10,20	R$ 11.118,00
197	COSTELINHA DE PORCO	SUBDIVIDIDA, EXTRA LIMPO CONGELADO (CONGELADO EM TEMPERATURA DE RECEBIMENTO DE 12º A 18º) ISENTA DE SEBO, NERVOS E COÁGULOS, COM COLORAÇÃO NORMAL E UNIFORME, ASPECTO COR, CHEIRO E SABOR CARACTERÍSTICOS, CONTER SIF (SERVIÇO DE \INSPEÇÃO FEDERAL) AS CARNES NÃO DEVERÃO TER DATA DE EMBALAGEM/VALIDADE SUPERIOR A DOIS MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	850	KG	EXCELENCIA	R$ 16,90	R$ 14.365,00
208	PRESUNTO FATIADO/ RESFRIADO	DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM GORDURA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, EMBALADO EM FILME PVC TRANSPARENTE OU SACO PLÁSTICOS TRANSPARENTES, ATÓXICO E PRAZO DE VALIDADE.	904	KG	EXCELENCIA	R$ 11,90	R$ 10.757,60
211	QUEIJO TIPO RICOTA	EMBALADO A VÁCUO, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 250G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	183	KG	MARILAC	R$ 16,90	R$ 3.092,70
212	QUEIJO MINAS	FRESCAL, TRADICIONAL DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	185	KG	MARILAC	R$ 13,00	R$ 2.405,00
VALOR TOTAL R$ 74.842,70 (SENTENTA E QUATRO MIL OITOCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E SETENTA CENTAVOS)							

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRADADA

Empresa: **E. MANTOANI COMERCIO DE FRIOS LTDA-EPP**

CNPJ sob o nº 14.242.422-0001-88

Representado pelo senhor Jaime Mantoani

RG: 2738956-1 SSP/MT

CPF: 528.950.251-34

PLANO ANUAL AUDITORIA INTERNA 2018

PLANO ANUAL AUDITORIA INTERNA 2018

O PAAI é o documento de planejamento das atividades a serem realizadas por este Órgão de Controle Interno ao longo do exercício de 2018. Com atribuições legais da Lei nº 586/2007 e Decreto nº 02/2008. E em obediência ao disposto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, Lei Orgânica do Município nº 237/1990, e Resolução Normativa nº 26/2014, e demais legislações.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ÓRGÃO

A Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento foi definida pela Lei Complementar Nº 005/2004, assim distribuída:
I - NÍVEL DE DECISÃO SUPERIOR
1 – Gabinete do Prefeito
II - NÍVEL DE EXECUÇÃO
1 – Secretaria de Administração e Planejamento
2 – Secretaria de Finanças
3 – Secretaria de Educação e Esporte
4 – Secretaria de Saúde
5 – Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano
6 – Secretaria de Obras e Infra Estrutura
7 – Secretaria de Desenvolvimento Rural
8 – Secretaria de Cultura e Turismo
III – NÍVEL DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR
1 – Procuradoria Municipal
2 – Secretaria de Controle Interno

2. CONTEXTO DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
Considerando a Instrução Normativa 02/2008, dispõe sobre o manual de auditoria Interna e estabelece os padrões e procedimentos para a realização das auditorias internas;
Considerando que o controle Interno é um processo organizacional de responsabilidade da própria gestão e é efetuado com o intuito de assegurar uma razoável segurança de que os objetivos da entidade sejam alcançados de modo a dar cumprimento à sua missão.
Considerando que as atividades de competência da Unidade de Controle Interno do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelos órgãos centrais e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para aprimoramento dos controles.
Considerando que o objetivo geral dos Controles Internos administrativos é evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades, por meio dos princípios e instrumentos próprios, destacando-se entre os objetivos específicos, a serem atingidos.
Considerando a Resolução Normativa do TCE/MT nº 26/2014 que prevê a necessidade de preservação da autonomia e independência das Unidades Centrais de Controle Interno - UCI na elaboração, aprovação, modificação e execução do seu Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI.

3. COMPOSIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento – MT será composta por servidor do quadro efetivo:

Nome	Cargo
ROBSON ORTIZ	Controlador Interno

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Acompanhar as atividades operacionais - orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, com ênfase para os programas prioritários.
b) Acompanhar o PPA- LDO e a execução da LOA;
c) Orientar os ordenadores de despesas quanto à eficiência e a eficácia do funcionamento do sistema de controle interno;
d) Propor novos métodos e medidas para o bom funcionamento do sistema de controle interno das unidades orçamentárias;
e) Prestar suporte às equipes em auditorias nas unidades orçamentárias;
f) Outras funções definidas em lei.

5. ATRIBUIÇÕES

Controle Interno
a) Elaborar o Plano Anual de Acompanhamento do Controle Interno PAACI;
b) Elaborar o Relatório Anual de Gestão do Executivo Municipal e da Nossa Previ;
c) Dar parecer nas contratações de pessoal, e nas medições de obras;
d) Verificar a estrutura de funcionamento e segurança dos controles internos nas unidades orçamentárias.
Suporte às Atividades de Auditoria
- Realizar levantamento de documentos e informações solicitadas por equipes de auditoria dos órgãos de controle externo;
- Acompanhar a implementação das recomendações emitidas pelos órgãos de controle externo;
- Supervisionar e auxiliar a elaboração das respostas aos órgãos de controle externo.
- Acompanhar a implementação das recomendações emitidas pelos órgãos de controle externo;
- Comunicar a TCE – MT qualquer irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária.

6. DOCUMENTAÇÃO A SER PRODUZIDA

A Unidade de Controle Interno elabora e encaminha a seguinte documentação:
a) Plano Anual de Controle Interno – PAACI;
b) Relatório Anual de Gestão do Executivo Municipal e da Nossa Previ;
c) Outros conforme produzidos ou atendendo às Solicitações de Documentos e Informações.

7. REQUISITOS PARA ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS

a) Conhecer e acompanhar as legislações Estadual, Municipal e Federal;
b) Conhecer os Programas do órgão, definidos na PPA/LDO e LOA;
c) Conhecer o Manual de Classificação de Irregularidades do TCE - Resolução Normativa TCE-MT nº 17/2010;

8. ÁREAS QUE SERÃO VERIFICADAS:

9. segue anexo.

Sendo elaborado por essa Unidade de Controle interno do Munícipio de N.S. Do Livramento, sendo seus componentes os seguintes membros.

Nosssa Senhora do Livramento, 17 de Novembro de 2017.

Joao Antonio Curvo Robson Ortiz

SISTEMAS	AREAS	ATIVIDADES	PERÍODO ESTIMADO	DATA ÍNICIO	DATA TÉRMINO
CONTABILIDAD	Desp. De	*Acompanhamento	03 dias/mês	10/01/2018	12/01/2018
E	Contabilidade	mensal de		07/02/2018	09/02/2018
		aplicação % em		14/03/2018	16/03/2018
		Educação e Saúde		11/04/2018	13/04/2018

		*Acompanhamento		07/05/2018	09/05/2018
		da Despesa com		04/06/2018	06/06/2018
		pessoal		02/07/2018	04/07/2018
		*Acompanhamento		06/08/2018	08/08/2018
		dos processos de		04/09/2018	06/09/2018
		Diárias.		03/10/2018	05/10/2018
				05/11/2018	07/11/2018
				04/12/2018	06/12/2018
CONTROLE	Setor	*Verificação dos	05 dias	19/03/2018	23/03/2018
PATRIMONIAL	Patrimônio	registros das		24/08/2018	30/08/2018
		aquisições de bens			
		permanentes.			
		*Verificação de			
		baixa e			
		transferências de			
		bens			
SISTEMA DE	Secretaria de	***Verificação das**	30 dias	27/04/2018	28/05/2018
EDUCAÇÃO –	Educação e	**estruturas e**			
TRANSPORTE	Unidades	**instalações das**			
E	Escolares	**escolas**			
ALIMENTAÇÃO		**municipais**:			
ESCOLAR		1 - EM Valdez			
		Teixeira – Lavrinha			
		2 - EM Vera			
		Pereira do			
		Nascimento -			
		Capão Antas			
		3 - EM Benedito			
		Pereira Leite - Rio			
		dos Peixes			
		4 - EM Luis			
		Mandes da Silva -			
		Estrela do Oriente			
		5 - EM Délia			
		Galdina Duarte –			
		Sede			
		EM Betina Tavares			
		da S. Taques -			
		Figueiral			
		Verificação das			
		atividades e			
		planejamentos			
		pedagógicos,			
		transporte e			
		alimentação			
		escolar;			
		6 - EM Venceslau	30 dias	13/09/2018	11/10/2018
		da Silva Barros –			
		Quilombo			
		7 - EM Ana Antonia			
		de Almeida Leite -			
		Tanque Fundo			
		8 - EM Profª Eliete			
		Pedrosa da Costa –			
		Pedro			
		9 - EM Agrícola			
		Jerônimo de Souza			
		– Cabocla			
		10 - Creche			
		Municipal Nilce			
		Gomes - Ribeirão			
		dos Cocais			
SISTEMA	Secretaria de	*Verificação dos	45 dias	12/03/2018	20/04/18
SAÚDE	Saúde	controles de		Prazo	
PÚBLICA		Saúde: Plantões		estabelecido pelo	
		médicos e suas		TCE/MT -	
		equipes		Atividade em	
		Verificação das		parceria com	
		instalações das		CGU e TCE/MT	
		Unidades Básicas			
		de Saúde			
		*Verificação da			
		documentação dos			
		veículos,			
		condutores e			

		estrutura logística			
		do Transporte de			
		pacientes.			
		*Verificação do			
		estoque da			
		farmácia.			
SISTEMAS E	Setor de	Verificação dos	15 dias	11/05/2018	25/05/2018
LICITAÇÕES	Licitações e	procedimentos de		19/10/2018	09/11/2018
	Contratos	aquisição de			
		produtos e			
		serviços.			
		Verificação dos			
		Processos			
		Licitatórios e			
		Contratos			

SISTEMA DE	Setor de	*Verificação dos	03 dias	18/01/2018	23/01/2018
ALMOXARIFAD	estoque	procedimentos de		18/07/2018	20/07/2018
O		entrada e saída de			
		produtos do			
		estoque.			
		*Verificação de			
		armazenamento			
		dos itens.			
		*Verificação de			
		saldos e prazos de			
		validade de			
		produtos estocados			
SISTEMA DE	Coordenadori	Verificação de Atos	todos dias		
RECURSOS	a de	de Pessoal	iniciais do		
HUMANOS	Recursos	Verificação da	mês		
	Humanos	Folha de			
		Pagamento			
		(contratos e horas			
		extras)			

Tendo em vista o ofício circular nº 49/2017/GABPRES-DN, do TCE/MT,faz necessaria a inclusão nesse PAAI/2018, **quanto a avaliação de**

Controle Interno da atividade de Gestão Financeira e em nível de entidade, que será realizada de 02/01/2018 a 31/01/2018, e no 2º semestre na data de 09/07/2018 a 20/07/2018 a reavaliação das atividades de logistica de medicamentos e alimentação escolar.

Art. 5º - O tipo de Auditoria realizada será Operacional, seguido doRelatório e Parecer Conclusivo, método por amostragem.

§ **1º** - O período de Execução será entre os meses de Janeiro àDezembro /2018, conforme o cronograma acima.

Nossa Senhora do Livramento, 17 de Novembro de 2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 082 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 082 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTOE A EMPRESA SALVI LOPES & CIA LTDA ME PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 906/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA SALVI LOPES & CIA LTDA ME**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.478.140/0001/34, com sede Rua Gaturamo,100, Bairro Jardim Primavera município de Arapongas/PR representado pelo Senhor Luiz Carlos Salvi, Portador da cédula de identidade nº 4.502.096-7 IIP/PR, inscrito no CPF nº 619.057.639-72 residente e domiciliado na Rua Saira Ouro, 201 Bairro Jardim Universidade município de Arapongas/PR CEP: 86.702-820.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramentos, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não

obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social	**EMPRESA** SALVI LOPES & CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.478.140/0001/34						
Endereço:	Rua Gaturamo,100, Bairro Jardim Primavera município de Arapongas/PR						
Contatos:	43 30562332						
Representante:	Senhor Luiz Carlos Salvi						
ITEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
92	ESFREGÃO, MOP C/ ALÇA EM ALUMÍNIO ÚMIDO COM CABO.	ESFREGÃO, MOP C/ ALÇA EM ALUMÍNIO ÚMIDO COM CABO.	228	Und	ESCOVA	R$ 8,26	R$ 1. 883,28
106	LUVA, DESCARTÁVEL - PLÁSTICA TAM. ÚNICO C/ 100 UND.	LUVA, DESCARTÁVEL - PLÁSTICA TAM. ÚNICO C/ 100 UND.	48	Und	LAGROTTA	R$ 2,18	R$ 104,64
114	PANO LIMPEZA DE CHÃO	PRODUTO EM ALGODÃO ALVEJADO TIPO SACO (SACO DE ALGODÃO - TIPO CRU; TAMANHO: 60 X 80; APLICAÇÃO: LIMPEZA CHÃO; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: TECIDO GROSSO, SEM FUROS, COSTURADO, MATERIAL 100% ALGODÃO).	1480	Und	MARTINS	R$ 3,04	R$ 4. 499,20
129	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 60 LTS BRANCO LEITOSO PADRÕES DA ABNT PACOTE COM 100UND.	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 60 LTS BRANCO LEITOSO PADRÕES DA ABNT PACOTE COM 100UND.	200	Pct	PLASTPEROLA	R$ 30,41	R$ 6. 082,00
135	TOUCA, DESCARTÁVEL POLIEPROPILENO 20G ELÁSTICO SANFONADO PACOTE COM 100 UND.	TOUCA, DESCARTÁVEL POLIEPROPILENO 20G ELÁSTICO SANFONADO PACOTE COM 100 UND.	65	Und	ANADONA	R$ 7,49	R$ 486,85
136	VASCULHADOR – PRODUTO COM BASE SISAL 3,50M PARA LIMPEZA DE TETO.	VASCULHADOR – PRODUTO COM BASE SISAL 3,50M PARA LIMPEZA DE TETO.	149	Und	ESCOVA	R$ 4,20	R$ 625,80
139	PANO DE PRATO PARA COZINHA	PRODUTO EM 100% ALGODÃO EXCELENTE QUALIDADE, LARGURA 41 CM, COMPRIMENTO 68 CM.	365	Und	MARTINS	R$ 1,64	R$ 598,60
VALOR TOTAL R$ 14.280,37 (QUATROZE MIL DUZENTOS E OITENTA E REAIS TRINTA E SETE CENTAVOS)							

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046

	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATADA

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRADADA

EMPRESA SALVI LOPES & CIA LTDA ME,

CNPJ nº 82.478.140/0001/34

Representado pelo Senhor Luiz Carlos Salvi

RG: nº 4.502.096-7 IIP/PR e CPF nº 619.057.639-72

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 081 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA,* PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 906/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000, neste ato representado pelo senhor Douglas Martins Silva, portador da cédula de identidade nº 21513708 SSP/MT, inscrito no CPF nº 038.776.641-30, residente e domiciliado na Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramentos, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **21.659.772/0001-**
Endereço:	Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento
Contatos:	65 992506799 65 3351 1012
Representante:	Douglas Martins Silva

Codigo	Material	Descricao	Quantidade	UNIDADE	MARCA	Valor Unitario	Valor Total
74	OREGANO	EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 05G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	82	Und	ZAELI	R$ 0,98	R$ 80,36
76	ÁLCOOL GEL 70%	PRODUTO EMBALADO EM FRASCO DE 900ML, FRAGRÂNCIA LIMA/LIMÃO - ÁLCOOL ETÍLICO - TIPO: HIDRATADO; TEOR ALCOÓLICO: 92,8%; APLICAÇÃO: LIMPEZA.	840	**Und**	**ZULU**	R$ 5,15	R$ 4.326,00
77	ÁLCOOL HIDRATADO	PRODUTO EMBALADO EM FRASCO DE 900ML, DE 1ª QUALIDADE, RESISTENTE COM PERCENTUAL DE 92,8% DE ACORDO COM O INPM).	1288	**Und**	**ZULU**	R$ 3,12	R$ 4.018,56
78	AMACIANTE	ESSÊNCIAS DIVERSAS - PRODUTO COM EMBALAGEM EM GALÃO DE 5LT.(COMPOSIÇÃO : TENSOATIVO CATIÔNICO, CERAMIDAS, PRESERVANTE, UMECTANTE, CORANTE, OPACIFICANTE, PERFUME E ÁGUA. COMPONENTE ATIVO CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMÔNIO).	244	**Pct**	**SAMER**	R$ 7,22	R$ 1.761,68
79	AVENTAL	PLASTICO DESCARTAVEL LEITOSO, PACOTE C/ 100 UND	148	**Pct**	**KRAKRA**	R$ 17,99	R$ 2.662,52
80	AVENTAL TÉRMICO	AVENTAL DE PVC IMPERMEÁVEL COM FORRO EM TECIDO DE POLIÉSTER. COM ALÇA NO PESCOÇO E TIRAS PARA REGULAGEM NAS COSTAS. TAMANHO: 63CM X 112CM.	115	**Und**	**KRAKRA**	R$ 11,47	R$ 1.319,05
81	BALDE - MATERIAL: PLÁSTICO; TAMANHO: MÉDIO	MATERIAL ALÇA: ARAME GALVANIZADO; CAPACIDADE 20L; COR: PRETO. PEGADOR EMBUTIDO.	143	**Und**	**PLASMONT**	R$ 6,50	R$ 929,50
82	CERA, LIQUIDA	PRODUTO EMBALADO EM FRASCO DE 750 ML, INCOLOR PARA POLIMENTO DE PISOS CX/12(COMPOSIÇÃO: PARAFINA, CERA DE CARNAÚBA, EMULSIFICANTE, ALCALINIZANTE, PLASTIFICANTE, COADJUVANTE, FORMOL, PERFUME, ÁGUA E CORANTE.).	579	**Und**	**POLIPAR**	R$ 2,51	R$ 1.453,29
83	CESTO	DE LIXO - MATEIRAL: PLÁSTICO; CAPACIDADE: 10 LITROS; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: SEM TAMPA.	192	**Und**	**PLASMONT**	R$ 2,98	R$ 572,16
84	DESENTUPIDOR	DE PIA - PRODUTO COM CORPO EM PLÁSTICO ANATÔMICO E FORMATO SANFONADO COM CABO DE PLÁSTICO.	85	**Und**	**COR E LAR**	R$ 2,90	R$ 246,50
85	DESINFETANTE - PRODUTO EMBALADO EM FRASCO DE PLÁSTICO	2LTS ,SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO; COMPOSIÇÃO BÁSICA: ÁGUA SANITÁRIA, ALVEJANTE E DESINFETANTE; ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO; APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: TAMPA DOSADORA DE FLUXO; FRAGRÂNCIA DE EUCALIPTO (COMPOSIÇÃO QUÍMICA : CLORETO DE DIDECIL DIMETIL AMÔNIO, CLORETO DE ALQUIL. DIMETIL BENZIL AMÔNIO, COADJUVANTES, 5-CLORO-2 METIL ISOTIAZOLIN-3-ONA, 2-METIL-4 ISOTIAZOLIN-3-ONA, OPACIFICANTE, FRAGRÂNCIA E ÁGUA. - COMPONENTES ATIVOS: CLORETO DE DIDECIL DIMETIL AMÔNIO/CLORETO DE ALQUIL. DIMETIL BENZIL AMÔNIO - 0,27% P/P).	1992	**Und**	**REMUS**	R$ 3,02	R$ 6.015,84
89	DISPENSER	P/ PAPEL TOALHA DE LAVABO – FIXADO EM PAREDES, INTERFOLHA, EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA E QUALIDADE, SISTEMA DE FECHAMENTO EXCLUÍDO QUE DISPENSA CHAVE, ALTURA 20 CM, LARGURA 27CM, PROFUNDIDADE 16CM.	63	**Und**	**MULTIPLU**	R$ 25,19	R$ 1.586,97
90	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS - PRODUTO COM FORMATO OVAL PLÁSTICA C/ BASE DE MADEIRA.	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS - PRODUTO COM FORMATO OVAL PLÁSTICA C/ BASE DE MADEIRA.	57	**Und**	**SANTA MARIA**	R$ 1,18	R$ 67,26
93	ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE	MATERIAL: ESPUMA; FIBRA SINTÉTICA; FORMATO RETANGULAR; ABRASIVIDADE ALTA/MÍNIMA; APLICAÇÃO: LIMPEZA GERAL; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: UMA FACE MACIA OUTRA ÁSPERA. PACOTE COM 10 UND.	385	**Pct**	**ASSOLAN**	R$ 0,72	R$ 277,20
94	ESPONJA DE LÃ DER AÇO	CONTENDO 08 UND NO PACOTE (PCT/8X60G - 100% ECOLÓGICO. NÃO ACUMULA BACTÉRIAS!) MANTA INJETADA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO COM ELASTÔMERAS QUE OFERECE EXCELENTE DURABILIDADE E MAIOR PODER DE FIXAÇÃO DOS DISCOS.	454	**Und**	**ASSOLAN**	R$ 0,73	R$ 331,42

	97	ISQUEIRO	DISPOSITIVO PARA GERAR FOGO(DESCRIÇÃO:DURAÇÃO LONGA, ATÉ 3.000 CHAMAS, CONFORTÁVEL DE USAR CHAMA PRÉ-AJUSTADA DISPONÍVEL EM DIFERÇAS CORES.)	283	**Und**	BIC	R$ 2,15	R$ 608,45
	98	LAVATINA SANITARIA	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO LAVATINA COM ESTOJO PLÁSTICO TUFADA EM FORMA CILINDRICA EM HASTE PLÁSTICA PREENCHIDA. NA CABEÇA, COM 63 MM DE COMPRIMENTO, COM FIO SINTÉTICO FORMANDO DIÂMETRO DE 82MM E CONJUNTO TOTAL DE 350MM DE COMPRIMENTO.	341	**Und**	**SANTA MARIA**	R$ 3,84	R$ 1.309,44
	99	LIMPA ALUMINIO	E INOX - PRODUTO EM FRASCO DE 500ML COMPOSICAO PREPARADO A BASE DE TENSOATIVO ANIÔNICO.	744	**Und**	PRACTILAR	R$ 1,40	R$ 1.041,60
	100	LIMPA VIDROS	EM FRASCO DE 500ML, COM ÁLCOOL, LIMPA E DÁ BRILHO, RESISTENTE DE 1ª QUALIDADE - ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO; COMPOSIÇÃO: LAURIL ÉTER, SULFATO DE SÓDIO; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM BICO DOSADOR.	642	**Und**	**PRACTILAR**	R$ 2,09	R$ 1.341,78
	101	LIMPADOR CONCENTRADO	PRODUTO PARA LIMPEZA PESADA, EM FRASCO DE 500ML DE DIVERSAS FLAGRÂNCIAS (CAMPESTRE, LAVANDA, FLORAL, ORIGINAL ETC. COMPOSIÇÃO LINEAR ALQUIL. BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, SOLUBILIZANTE, ÉTER GLICÓLICO, ÁLCOOL, PERFUME E ÁGUA.	1325	**Und**	**VEJA**	R$ 2,27	R$ 3.007,75
	102	LIMPADOR INSTANTANEO MULTIUSO	COMPOSTO NAS FLAGRÂNCIAS DE LARANJA E LIMÃO EM FRASCO DE 500 ML LINEAR ALQUIL. BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, ALCALINIZANTE, SEQUESTRANTE, SOLUBILIZANTE, ÉTER GLICÓLICO, ÁLCOOL, PERFUME E ÁGUA.	1462	**Und**	**UAU**	R$ 1,79	R$ 2.616,98
	103	LIXEIRA - COM TAMPA E PEDAL	RESISTENTE LIXEIRTA COM PEDAL MATERIAL: PLÁSTICO; CAPACIDADE APROXIMADA 15 LTS, DIÂMETRO 28 ALTURA 45CM LARGURA; COR BRANCA.	69	Und	**PLASMONT**	R$ 19,00	R$ 1.311,00
	104	LIXEIRA GRANDE COM TAMPA	MATERIAL: PLÁSTICO; CAPACIDADE 100 LTS; TIPO: COM TAMPA; ALTURA 60 CM, LARGURA 50 CM; COR PRETA.	61	**Und**	**PLASMONT**	R$ 43,00	R$ 2.623,00
	105	LIXEIRA MEDIA PARA TOALETE COM TAMPA	MATERIAL: PLÁSTICO; CAPACIDADE APROXIMADA 10 LTS; TIPO: COM TAMPA E PEDAL; DIMENSÕES APROXIMADAS: DIÂMETRO 28 CM, ALTURA 45 CM; COR BRANCA.	59	**Und**	PLASMONT	R$ 19,51	R$ 1.151,09
	107	LUVA, EMBORRACHADA TAM. G	(LUVAS - EM LÁTEX RESISTENTE; PALMA ANTIDERRAPANTE; INTERIOR LISO; COM ACABAMENTO NAS BORDAS; COR AMARELA OU VERDE; TAMANHO MÉDIO; DE ACORDO COM A ABNT NBR 13.393. SEM FORRO).	372	**Pac/Par**	**DANNY**	R$ 1,98	R$ 736,56
	108	LUVA, EMBORRACHADA TAM. M	(LUVAS - EM LÁTEX RESISTENTE; PALMA ANTIDERRAPANTE; INTERIOR LISO; COM ACABAMENTO NAS BORDAS; COR AMARELA OU VERDE; TAMANHO MÉDIO; DE ACORDO COM A ABNT NBR 13.393. SEM FORRO).	417	**Pac/Par**	**DANNY**	R$ 1,99	R$ 829,83
	109	LUVA, EMBORRACHADA TAM. P	LUVAS - EM LÁTEX RESISTENTE; PALMA ANTIDERRAPANTE; INTERIOR LISO; COM ACABAMENTO NAS BORDAS; COR AMARELA OU VERDE; TAMANHO MÉDIO; DE ACORDO COM A ABNT NBR 13.393. SEM FORRO).	230	**Pac/Par**	**DANNY**	R$ 1,79	R$ 411,70
	110	MANGUEIRA DE JARDIM	MATÉRIA: PVC TRAÇADO EM NÁILON; DIÂMETRO 1/2; ESPESSURA 2 MM; COMPRIMENTO APROXIMADO 25 MT; COR CRISTAL; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: COM ESGUICHO).	33	**Und**	**KANU**	R$ 49,90	R$ 1.646,70
	111	MULTIINSETO	DE 300 ML / 261 G SPRAY	239	**Und**	**RAID**	R$ 6,13	R$ 1.465,07
	112	PA COLETORA	DE LIXO - PRODUTO EM AÇO ZINCADO CABO MADEIRA(PÁ COLETORA DE LIXO – MATERIAL COLETOR: ALUMÍNIO ZINCADO; MATRIAL CABO: MADEIRA; COMPRIMENTO CABO: 80 CM; COMPRIMENTO 20 CM, LARGURA 20 CM; APLICAÇÃO LIMPEZA).	117	**Und**	**JAGUAR**	R$ 4,49	R$ 525,33
	113	PALHA	DE AÇO - PRODUTO CARBONO Nº 01 PARA LIMPEZA (PALHA DE AÇO GROSSA - MATERIAL: AÇO CARBONO; APLICAÇÃO: LIMPEZA PESADA; CARACTERÍSTICA ADICIONAL: Nº2. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 1X1 UNIDADE)	119	**Und**	**ASSOLAN**	R$ 0,65	R$ 77,35
	117	PASTA BALDE UMECTANTE 5 LTS (LAVANDERIA).	PASTA BALDE UMECTANTE 5 LTS (LAVANDERIA).	19	**Und**	**LEIRA W**	R$ 200,00	R$ 3.800,00
	120	RODO DUPLO 60 CM	CABO DE MADEIRA PLASTIFICADO; RODO PERFIL DE BORRACHA COM ACABAMENTO CHANFRADO, UTILIZADO PARA SECAR SUPERFÍCIES UMIDAS. POSSUI BORRACHA NATURAL RESISTENTE. LÂMINA EM EVA DUPLA. AJUSTANDO-SE AS IMPERFEIÇÕES DO PISO IDEAL.	215	**Und**	**PLASTUISUL**	R$ 6,30	R$ 1.354,50
	122	PRENDEDOR	DE ROUPAS (MATERIAL: PLASTICO; APLICAÇÃO: VARAL DE ROUPAS; TAMANHO: PEQUENO; PACOTE COM 12 UNDADES).	13	**Pct**	**TOC**	R$ 1,00	R$ 13,00
	123	SABÃO EM BARRA - NEUTRO GLICERINADO 200GR 1ª QUALIDADE COM 5 UND.	SABÃO EM BARRA - NEUTRO GLICERINADO 200GR 1ª QUALIDADE COM 5 UND.	736	**Pct**	**TOP**	R$ 3,64	R$ 2.679,04
	124	SABÃO EM PÓ – 500G	(ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO LINEAR, CARBONATO DE SÓDIO, TRIPOLIFOSFATO DE SÓDIO, SULFATO DE SÓDIO, SILICATO DE SÓDIO, 4,4' BIS (2' SUFOESTIRIL BIFENIL DISSÓDICO), PIGMENTO AZUL 15, ENZIMAS, CM, PERFUME E ÁGUA. CONTÉM: TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL).	525	**Und**	**URCA**	R$ 2,59	R$ 1.359,75
	125	SABONETE – PRODUTO EM BARRA 90 GR	1ª LINHA - COMPOSIÇÃO - ÁGUA, CARBONATO DE CÁLCIO, PERFUME, CLORETO DE SÓDIO, ÓLEO DE SEMENTE DE GIRASSOL, CARBONATO DE SÓDIO, GLICERINA, DIÓXIDO DE TITÂNIO, ÓLEO DE AMÊNDOAS DOCE, ÁCIDO ETIDRÔNICO, EDTA TETRASSÓDICO, BHT, DISTIRILBIFENIL, DISSULFONATO DISSÓDICO.	1432	**Und**	**LUX**	R$ 0,64	R$ 916,48
	128	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 40 LTS BRANCO LEITOSO COM PADRÕES ABNT PA-	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 40 LTS BRANCO LEITOSO COM PADRÕES ABNT PACOTE COM 100UND.	200	**Pct**	**PLASMEL**	R$ 15,00	R$ 3.000,00

		COTE COM 100UND.						
	133	SANITO - PRODUTO COM 50 LT	C/ 100 PRETO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - MÍNIMO DE 8 MICRAS; COR: PRETA; APRESENTAÇÃO: PEÇA ÚNICA; DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA 59 CM, ALTURA 62 CM; PACOTE COM 100 UNIDADES.	623	**Pct**	**PLASMEL**	R$ 14,80	R$ 9. 220,40
	140	ALFACE AMERICANO	EM PÉ, DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETA DO TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIAS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	816	**Und**	**IN NATURA**	R$ 3,68	R$ 3. 002,88
	141	ALFACE ROXO	EM PÉ, DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETA, DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIAS, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	500	**Und**	**IN NATURA**	R$ 3,39	R$ 1. 695,00
	143	ALHO DE PRIMEIRA	COM CASCA DE BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, SEM SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO.	499	**KG**	**IN NATURA**	R$ 13,70	R$ 6. 836,30
	144	BANANA DA TERRA MADURA	IN NATURA, POR QUILO APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA A MANIPULAÇÃO O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	670	**KG**	**IN NATURA**	R$ 3,03	R$ 2. 032,11
	145	BANANA DA TERRA VERDE	DE PRIMEIRA QUALIDADE IN NATURA, POR QUILO APRESENTANDO GRAU MADURAÇÃO QUE PERMITA A MANIPULAÇÃO O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	625	**KG**	**IN NATURA**	R$ 4,65	R$ 2. 906,25
	148	BATATA DOCE	DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, COMPACTA E FIRME, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	425	**KG**	**IN NATURA**	R$ 3,40	R$ 1. 445,00
	150	CEBOLA NACIONAL	DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	781	**KG**	**IN NATURA**	R$ 2,15	R$ 1. 679,15
	151	CEBOLINHA MAÇO	FRESCA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, COM COR PRÓPRIA, ISENTA DE ENFERMIDADES, AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	606	**MÇ**	**IN NATURA**	R$ 3,28	R$ 1. 987,68
	152	SALSA MAÇO	FRESCA, DE PRIMEIRA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, COM COR PRÓPRIA, ISENTA DE ENFERMIDADES, AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	526	**MÇ**	**IN NATURA**	R$ 0,78	R$ 410,28
	153	CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE	IN NATURA, POR QUILO APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	607	**KG**	**IN NATURA**	R$ 1,88	R$ 1. 141,16
	155	MAMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, TIPO FORMOSA	APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	458	**KG**	**IN NATURA**	R$ 1,54	R$ 705,32
	157	MELANCIA DE PRIMEIRA QUALIDADE	APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	523	**KG**	**IN NATURA**	R$ 1,19	R$ 622,37
	158	MELÃO AMARELO DE PRIMEIRA QUALIDADE	APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	411	**KG**	**IN NATURA**	R$ 3,27	R$ 1. 343,97
	159	JILÓ DE PRIMEIRA QUALIDADE	APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	103	**KG**	**IN NATURA**	R$ 6,99	R$ 719,97
	161	QUIABO DE PRIMEIRA QUALIDADE	APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	125	**KG**	**IN NATURA**	R$ 9,09	R$ 1. 136,25
	162	PIMENTÃO VERDE DE PRIMEIRA	IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	119	**KG**	**IN NATURA**	R$ 6,49	R$ 772,31
	163	PIMENTÃO VERMELHO DE PRIMEIRA	IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	99	**KG**	**IN NATURA**	R$ 1,34	R$ 132,66
	164	PIMENTA DE CHEIRO	DE PRIMEIRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITE SUPORTAR A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITA E LARVAS.	79	**KG**	**IN NATURA**	R$ 15,80	R$ 1. 248,20
	166	TOMATE CEREJA	DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM	183	**KG**	**IN NATURA**	R$ 8,00	R$ 1. 464,00

			CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.					
	175	VAGEM DE PRIMEIRA	APRESENTANDO IN NATURA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	201	**KG**	**IN NATURA**	R$ 15,20	R$ 3.055,20
	219	SABÃO EM PÓ 1KG (CAIXA C/20)	(TENSOATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES, COADJUVANTES, SINERGISTA, CORANTES, ENZIMAS, BRANQUEADOR ÓPTICO, ESSÊNCIA, ÁGUA, ALVEJANTE E CARGA).	686	**CX**	**URCA**	R$ 65,90	R$ 45.207,40
	221	TOALHA DE PANO P/ ROSTO	TOALHA DE LAVABO. COMPOSIÇÃO: 100% DE ALGODÃO, TAMANHO: 29X50CM, PESO: 50GR, PRODUTO MACIO E DE BOA QUALIDADE.	116	**Und**	**FOFURA**	R$ 3,90	R$ 452,40
								R$ 148.690,97

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10

(dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**,

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva

RG:nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 080/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 080/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL *AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS NÃO PERECÍVEIS E MATERIAIS DE LIMPEZA,* PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA **B. DA P. C. FARIA ME** PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 906/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 043/2017 SRP - AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 043/2017, na forma presencia publicada no 21 de Dezembro de 2017, no jornal AMM/MT processo administrativo n.º 906/2017, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: EMPRESA B. DA P. C. FARIA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.509.893/0001-47, com sede Rua RAD Reinaldo Viega, 27, Bairro Coophamil município de Cuiabá/MT CEP:78028-180 representada pela Senhora Benedita da Penha Correa Faria, Portador da cédula de identidade nº 055722-6 SSP/MT, inscrito no CPF nº 175.817.021-20 residente e domiciliado Rua RAD Reinaldo Viega, 27, Bairro Coophamil município de Cuiabá/MT CEP:78028-180.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.2 Este instrumento tem por objeto Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de produtos alimentícios perecíveis não perecíveis e materiais de limpeza,*** para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Nossa Senhora do Livramentos, de acordo com as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência nº **138/2017**, Edital Pregão Eletrônico nº 043/2017 e seus anexos**,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do objetos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.]

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexada ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta ARP

2 CLAUSULA SEGUNDA DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS 2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	**EMPRESA B. DA P. C. FARIA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.509.893/0001-47
Endereço:	sede Rua RAD Reinaldo Viega, 27, Bairro Coophamil município de Cuiabá/MT CEP:78028-180
Contatos:	**65 3044-0307 65 99275 4885**
Representante:	Benedita da Penha Correa Faria

Codigo	Material	Descricao	Quantidade	UNIDADE	MARCA	Valor Unitario	Valor Total
10	BISCOITO DOCE SEM RECHEIO - TIPO MAISENA	BISCOITO DEVERÁ ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS. EMBALAGEM PRIMARIA DE 400G DE POLIETILENO, IMPERMEÁVEIS E LACRADOS. DEVE CONTER DUPLA EMBALAGEM. VALIDADE DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM A DATA DE VALIDADE E FABRICAÇÃO DO PRODUTO.	1415	Pct	DALLAS	R$ 2,78	R$ 3.933,70
11	BISCOITO - TIPO INTEGRAL	DEVERÁ ESTAR EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS. EMBALAGEM PRI-	860	Pct	DALLAS	R$ 3,00	R$ 2.580,00

		MARIA DE 400G DE POLIETILENO, IMPERMEÁVEIS E LACRADOS. DEVE CONTER DUPLA EMBALAGEM. VALIDADE DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO. DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM A DATA DE VALIDADE E FABRICAÇÃO DO PRODUTO.					
30	EXTRATO DE TOMATE	CONCENTRADO, EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO 340G, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1866	Und	BONARE	R$ 1,59	R$ 2. 966,64
39	MACARRÃO ESPAGUETE	À BASE DE FARINHA COM OVOS, PACOTE CONTENDO 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	2116	Pct	DALLAS	R$ 2,21	R$ 4. 676,36
131	SANITO – PRODUTO COM 15 LT	PRETO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE 39X59 CM - PACOTE COM 100UND.	763	**Pct**	**PLASMEL**	R$ 9,78	R$ 7. 462,17
132	SANITO - PRODUTO COM 30 LT	C/ 100 PRETO POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE - MÍNIMO DE 8 MICRAS; COR: PRETA; APRESENTAÇÃO: PEÇA UNICA; DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA 59 CM, ALTURA 62 CM; PACOTE COM 100 UNIDADES.	487	**Pct**	**PLASMEL**	R$ 17,40	R$ 8. 473,80
149	BATATA INGLESA	DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, COMPACTA E FIRME, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	1048	**KG**	**IN NATURA**	R$ 2,28	R$ 2. 389,44
154	MAÇÃ FRESCA DE PRIMEIRA QUALIDADE	TIPO FUJI, VERMELHA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	367	**KG**	**IN NATURA**	R$ 4,20	R$ 1. 541,40
165	TOMATE SALADA	DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	1062	**KG**	**IN NATURA**	R$ 3,65	R$ 3. 876,30
167	REPOLHO BRANCO	DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM CASCA PROTETORA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	612	**KG**	**IN NATURA**	R$ 3,88	R$ 2. 374,56
173	BETERRABA DE PRIMEIRA	APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	455	**KG**	**IN NATURA**	R$ 3. 98	R$ 1. 810,90
183	LARANJA DE PRIMEIRA IN NATURA	TIPO PERA, APRESENTANDO GRAU DE MADURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	748	**KG**	**IN NATURA**	R$ 2,09	R$ 1. 563,32
215	OVOS DE GALINHA	CLASSE A COR BRANCA, EMBALAGEM CONTENDO 30 UNIDADES, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E PRAZO DE VALIDADE.	1879	**Und**	**IN NATURA**	R$ 8,98	R$ 16. 873,42
VALOR R$ 60.522,28 (Sessenta Mil Quinhentos e Vinte e Dois Reais e Vinte e Oito Centavos)							

2.2 . Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Eletrônico nº 043/2017, parte integrante desta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 .A Ata de Registro terá sua vigência por 12 **(doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

3.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

3.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

3.5. A critério da administração, o prazo para assinatura desta Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

3.6. Constituem motivos para o cancelamento desta Ata de Registro de Preço as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no Edital do Pregão Presencial nº 043/2017;

3.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a cada Secretaria Municipal deste município, conforme a seguir:

a).Secretaria de Administração – **Jorge Vinícius Cunha Miranda**

b). Secretaria de Educação – **Marlei Tavares Leite**

c). Secretaria de Saúde – **Kathea de Oliveira**

d). Secretaria de Ação Social – **Alessandra Marcia da Silva**

e). Secretaria de Obras – **Marcos Antônio de Figueiredo Silva**

f). Secretaria de Desenvolvimento – **Eliseu Juliano Tirloni.**

4.2 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. 4.3 O recebimento de material de valor superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente. 4.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993. 4.5 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. 4.6 Os fiscais acima citados deverão atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS E PRAZOS DE ATENDIMENTO.

5.1 O prazo de entrega dos bens (materiais/produtos etc.) é a partir de 05(cinco) dias, contados do(a) emissão da ordem de fornecimento pelas Secretarias demandantes ao fornecimento em remessa parcelada de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nesta Ata de Registro de Preço. 5.3 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05(cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. 5.4 Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1 A entrega dos produtos serão realizadas pela empresa contratada dentro dos horários conforme prazo estabelecidos no item 5.1.

6.2.A secretaria demandante emitirá uma ordem de fornecimento para a empresa vencerá que garantirá a entrega os produtos no prazo e horário local estabelecido.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preço, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda: 7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no item 7, acompanhado da respectiva nota fiscal.

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.8 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado nesta Ata de Registro de Preço A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

7.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos/equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

7.10 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

7.11 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos produtos/equipamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

7.12 Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos/equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.13 A falta de quaisquer dos produtos/equipamentos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

7.14 Comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.15 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

7.16 Fiscalizar o perfeito cumprimento das entregas dos produtos/equipamentos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;

7.17 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

7.18 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos/equipamentos devolvida pelo mesmo, no prazo de 24 horas, caso constatado divergências nas especificações.

7.19 Emitir relatório mensal dos produtos/equipamentos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos/equipamentos.

7.20 Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.21 Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.22 Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Prefeitura;

7.23 Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

7.24 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

7.25 Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.26 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.27 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, sobre os Materiais ofertados.

7.28 É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seu produto ou serviço atenda as condições exigidas.

7.29 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.1 A contratante deverá obrigatoriamente reter os valores relativos às contribuições previdenciárias, devendo constar estas informações nesta Ata de Registro de Preço.

8.2. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos nesta Ata de Registro de Preço;

8.3. Notificar a contratada, fixando-lhe prazos para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução dos serviços;

8.4. Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços;

8.5. A contratante deverá fornecer ao emitir a ordem de serviço especificando o local, horário e data que será realizado o serviço pela empresa.

8.6. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

8.7. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos/equipamentos;

8.8. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto nesta Ata de Registro de Preço.

8.9. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.10. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda.

8.11. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/equipamentos ou serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor.

8.12. Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes do pagamento.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (dias) dias após a entrega dos produtos, conforme Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Ordem de Compra, e após atestado de recebimento definitivo dos produtos pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. A nota deverá ser emitida para cada secretaria de acordo com os quantitativos especificados na Ordem de Compra.

9.2. O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

9.3. O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos materiais do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

9.4. A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos materiais, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

9.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.6. Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

9.7. A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

9.8. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

9.9. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.10. A Contratante poderá recusar materiais de consumo quando:

a) Nota fiscal com especificação e quantidades em desacordo com o discriminado no edital;

b) Entregues em desacordo com as especificações dos requisitos do edital.

9.11. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de e-mail institucional Prefeitura a seguir: nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

9.12. Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

9.13. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico- -financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.1.A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes nesta ATA Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da a autorização de fornecimento e/ou ordem de serviço decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado opreço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.6. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.1. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

12.1.1.todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata de Registro de Preço.

12.1.2.as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93.

13.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.2.3. Fraudar na execução do contrato; 13.2.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.2.5. Cometer fraude fiscal; 13.2.6. Não mantiver a proposta. 13.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: 13.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3.2. Multa moratória de 0.5% (erro ponto cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias; 13.3.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; 13.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida; 13.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos; 13.3.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos; 13.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que: 13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.8. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT;

13.9. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.10. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.11. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT na dotação orçamentária**:**

SECRETARIA	RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPEZA	FONTE	REDUZIDO
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
SAÚDE	**FEDERAL**	**1305– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	114	070019
SAUDE	**PROPRIO**	**2067– PROJ. ATIVIDADE**	33.90.30.00	100	070046
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2045 – MAN. E ENCARGOS DA EDUCAÇÃO**	33.90.30.00	100	050016
EDUCAÇÃO	**PROPRIO**	**2101 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO – CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO – GESTÃO**	33.90.30.00	100	050024
EDUCAÇÃO	**FEDERAL**	**2063 – GESTÃO FUNDEB -CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%**	33.90.30.00	119	050093

	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2024-MANUT.DO PAIF**	33.90.30.00	129	060018
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2027-MANUTENÇÃO APOIO A PESSOA IDOSA /API**	33.90.30.00	129	060021
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD - SUAS**	33.90.30.00	129	060026
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2022-MANUTENÇÃO DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL**	33.90.30.00	100	060006
A.SOCAIL	**FEDERAL**	**2029 – MANUTENÇÃO DO FUPIS/FUMIS**	33.90.30.00	129	060030
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2082-MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD BF**	33.90.30.00	129	060033
A.SOCIAL	**PROPRIO**	**2090-MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA**	33.90.30.00	100	060037
A.SOCIAL	**FEDERAL**	**2028-MANUTENÇÃO DO IGD SUAS**	33.90.30.00	129	060026
	SECRETARIA DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA				
OBRAS E INFRA	**PROPRIO**	**2 2074-MANUTENÇÃO ENCARGOS E SALÁRIOS**	4 33.90.30.00	100	080006
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2 2278 –RECUPERAÇÃO E MANUT. E CONT. DE ESTRADAS VICIN.**	3 33.90.30.00	100	080031
OBRAS E INFRA ESTRUTURA	**PROPRIO**	**2277 – MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS**	3 33.90.30.00	100	080024
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				
SAD	**PROPRIO**	**2089- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADM E PLANEJAMENTO**	33.90.30.00	100	040020
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL				
DESENVOLVIMENTO	**PROPRIO**	**2036- MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA SECRETARIA**	33.90.30.00	100	100005

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1.todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

16.1.2.integram esta Ata, o Edital de **Pregão Eletrônico nº 043/2017** e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 22 de Dezembro de 2017.

CONTRATANTE

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRADADA

EMPRESA B. DA P. C. FARIA ME

CNPJ nº 13.509.893/0001-47

Representada pela Senhora Benedita da Penha Correa Faria

RG: nº 055722-6 SSP/MT e CPF nº 175.817.021-20

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT - PORTARIA Nº 20/2017

PORTARIA N° 20/2017

Joventino Amadeu Dalabeneta, brasileiro, portador da Cédula de Identidade – RG 847.672 SSP/MT e CPF sob nº 559. 517.241-04, residente e domiciliado na Rua Nova Lacerda, 615, Bairro Sol Nascente, Nova Lacerda-MT, Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições:

RESOLVE

Art. 1° - Nomear os componentes que farão parte da Comissão de Avaliação de Bens Móveis da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, conforme determinação legal para o período de 20 de dezembro de 2017 a 20 de dezembro de 2018.

Presidente: Erenilda Lopes da Silva

Relator: Daniela Aranda Nonato

Membro: Henrik Junior Silva de Oliveira

Suplente: Maria das Graças Rodrigues dos Santos

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, 20 de dezembro de 2017.

Joventino Amadeu Dalabeneta

Presidente

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

LEI Nº. 511 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEI Nº. 511 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

(PROJETO **DE LEI Nº 36/2017)**

DATA: 19.10.2017.

SÚMULA: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Nova Nazaré – MT para o exercício de 2018.

JOAO TEODORO FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com a Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei;

Artigo 1º. O orçamento do Município de Nova Nazaré – MT, para o exercício de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em **R$ 25.652. 189,62(Vinte e Cinco Milhões Seiscentos e Cinquenta e Dois Mil e Cento e Oitenta e Nove Reais e Sessenta e Dois Centavos)** sendo:

I - Orçamento Fiscal em R$ 20.466.477,28;

II - Orçamento da Seguridade Social em R$ 5.185.712,34;

Artigo 2º. A receita será arrecadada na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, observando o seguinte desdobramento:

Sumário Geral da Receita por Fontes (Lei 4.320, art. 2º, § 1º, I)

I - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Artigo 3º. A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

I - Por Funções de Governo

II - Por Órgão da Administração

III - Por Categoria e Grupo de Natureza de Despesa

Artigo 4º. A despesa do Orçamento de Investimento é fixada em R$ 3.527. 419,35 (Três Milhões Quinhentos e Vinte e Sete Mil Quatrocentos e Dezenove reais e trinta e cinco centavos), contando com a seguinte fonte de financiamento:

Recurso Próprio e de Convênios R$ 3.527.419,35

Artigo 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir durante o exercício créditos suplementares até 40% (quarenta por cento) a além do previsto na lei de diretrizes orçamentárias do total da despesa fixada no artigo 1º observando-se o disposto no artigo 43 da Lei federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e na Lei nº 497 de 25 de Agosto de 2017.

II - abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência em conformidade com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III - remanejar recursos no âmbito do mesmo órgão e do mesmo programa.

IV – Alterar dotação no mesmo elemento entre fontes.

V – Alterar Dotação dos elementos dentro da mesma modalidade.

VI – Transposição de Dotação das Fichas.

Parágrafo único. Não onerarão o limite previsto no inciso I, os créditos destinados a:

1 - suprir insuficiência nas dotações de despesas a conta de recursos vinculados;

2 - suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas as despesas a conta de receitas próprias de autarquias, fundações e empresas dependentes.

Artigo 6º. As fontes de recurso aprovadas nesta Lei e em seus adicionais poderão se modificadas pelos Poderes Legislativo e Executivo, visando ao atendimento das necessidades da execução dos programas, observando-se, em todo caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte diferenciada de recurso.

Artigo 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de créditos por antecipação da receita até o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida, observadas as condições estabelecidas no artigo 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Artigo 8º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Município de Nova Nazaré - MT, 27 de Dezembro de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1772 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 471/2016, de 26 de dezembro de 2016;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0003 – PREVI-NAZARÉ

0001 – FUNDO PREV. MUNICIPAL DOS SERV. PUBLICOS

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0014 – FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE NOVA NAZARE

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

2007 – MANUT. DO FUNDO PREV. MUNICIPAL – PREVI NAZARÉ

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 15.000,00

3.1.90.01.05.00 – OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDÊNCIÁRIOS DO SERVIDOR.....R$ 15.000,00

TOTAL .....R$ 30.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0003 – PREVI-NAZARÉ

0001 – FUNDO PREV. MUNICIPAL DOS SERV. PUBLICOS

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0014 – FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS

2007 – MANUT. DO FUNDO PREV. MUNICIPAL – PREVI NAZARÉ

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....R$ 30.000,00

TOTAL .....R$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, em 27 de Dezembro de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N° 075 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI COMPLEMENTAR N° 075 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

(PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR LEGISLATIVO Nº 001/2017.)

"Dispõe sobre alteração no anexo IV, tabela 1, da Lei Complementar nº 37 de 20 de dezembro de 2010 e dá outras providências".

JOÃO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Nova Nazaré - MT, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e Ele Sanciona a seguinte Lei:

Artigo. 1º. Altera o Anexo IV, Cargos de Provimento em Comissão, Tabela 1, Grupo ocupacional 1, Cargos de assistência Imediata – CAI, carga horaria semanal – 40 horas da Lei Complementar nº 37, que dispõe sobre a criação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Nova Nazaré, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO IV

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

TABELA 1

GRUPO OCUPACIONAL 01

CARGOS DE ASSISTENCIA IMEDIATA – CAI

CARGA HORARIA SEMANAL – 40 HORAS

CARGOS EM COMISSÃO	QTDEVAGAS	REMUNERAÇÃO	QUALIFICAÇÃO
ASSESSOR PARLAMENTAR	03	R$ 2.200,00	ENSINO SUPERIOR
TESOUREIRO	01	R$ 2.200,00	ENSINO MÉDIO E CONHECIMENTO NA ÁREA
SECRETARIO ADMINISTRATIVO	01	R$ 2.500,00	CURSO SUPERIOR

Artigo 2°. Esta lei entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário, em especial nas suas totalidades as Leis Complementares 062/2015, 067/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2017.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

EXTRATO DA PORTARIA MUNICIPAL N.º 475 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

"QUE DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO."

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 343/2017 de 05/12/2017, que concedeu **LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA** para o Senhor **ROBERTO REGINALDO DOS SANTOS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG: n.º 923363 SSP-MT e do CPF: n.º 615.959. 181-91, residente e domiciliado neste Município de Nova Olímpia-MT.

Art.2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 26 de Dezembro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2017/PMNO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, INSTITUÍDA PELA PORTARIA N.º 207/2017, TORNA PÚBLICO, AOS INTERESSADOS, A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001/2017/PMNO.

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE BANDA SHOW PARA APRESENTAÇÃO NO RÉVEILLON DO DIA 31 DE DEZEMBRO 2017 NO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.**

VALOR TOTAL : R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

CONTRATADA: **L. PIAZZA-ME inscrita sob o CNPJ- 23.378.084/001-05**

DOTAÇÃO:05.050.0.8.13.392.0016.2116.3.3.90.39.00.00. 0100000000-PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA.

Nova Olímpia-MT, 26 de dezembro de 2017.

Claudia Lúcia Vasconcelos

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO Nº 043/2017
SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO N.º 043/2017

REF. CONTRATO Nº 047/2015, AO PREGÃO PRESENCIAL SRP- 037/2015.

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MTE A EMPRESA **DURALEX SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA LTDA – EPP**,INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 86.952.587/0001-54.

MOTIVO: TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR COM REAJUSTE INPC DE 1,925% E PRAZO AO CONTRATO 047/2015/PMNO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA DURALEX SISTEMAS DE GESTÃO PUBLICA LTDA – EPP.

VIGENCIA: 31/12/2017 ATE 31/12/2018.

OBJETO: "**Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de Software de Sistema Integrado de Gestão Pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma Windows (serviços técnicos especializados) para as diversas secretarias da Administração Direta Municipal, inclusive com a prestação dos serviços de Instalação, configuração, Conversão da Base de Dados e Treinamento dos servidores públicos**.

Nova Olímpia, 26 de Dezembro de 2017

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 008/2017

TIPO:ADESÃO A PROCESSO ADMINISTRATIVO 6844/2017, REFERENTE A MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 186/2017, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO, ESTADO DE SÃO PAULO,

COMPRADORA:..... CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

VENDEDORA:..... RODA BRASIL – REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP

OBJETO AQUISIÇÃO DE UM VEICULO TIPO PICK-UP, CABINE DUPLA, DIESEL, TRAÇÃO 4X4, MARCA MITSUBISHI, MODELO L 200 TRITON, ANO DE FABRICAÇÃO 2017, MODELO 2018, COR PRATA, COM MOTOR 3,2 LITROS, TURBO COOLER INTERCOOLER DE 170 CV; TRANSMISSÃO MANUAL DE 5 VELOCIDADES, PARA-CHOQUE DIANTEIRO NA COR DO VEÍCULO; DIREÇÃO HIDRÁULICA, SOM COM AM FM MP3, TANQUE DE COMBUSTÍVEL PARA 90 LITROS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT.

VALOR - R$ 143.000,00 (CENTO E QUARENTA E TRÊS MIL REAIS),

DATA DA ASSINATURA - 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIGNATÁRIO - EDUARDO OLIVEIRA DE ALMEIDA –

FÁBIO GIULLIAN DA SILVA. MORAES

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º 045/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT

CONTRATADA: **L. PIAZZA-ME inscrita sob o CNPJ- 23.378.084/001-05**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDA SHOW PARA APRESENTAÇÃO NO RÉVEILLON DO DIA 31 DE DEZEMBRO 2017 NO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT

VALOR: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE DE N.º 001/2017

VIGÊNCIA: 27/12/2017 a 02/01/2018

Nova Olímpia-MT, 27 de dezembro de 2017

José Elpídio de Moraes Cavalcante

Prefeito Municipal Nova Olimpia-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO Nº 042/2017
PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO N.º 042/2017

REF: AO CONTRATO 044/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2017.

PARTES INTERESSADAS: MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MTE A EMPRESA **GUAXE CONSTRUTORA LTDA** inscrita no CGC/MF sob o n.º 02. 837.996/0001-10.

MOTIVO: TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO AO CONTRATO 044/ 2017/PMNO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA-MT, E A EMPRESA,GUAXE CONSTRUTORA LTDA.

PRAZO DE VIGENCIA COM TERMINO EM 30/06/2018.

OBJETO: EXECUÇAO DE OBRAS /SERVIÇOS REFERENTE A PAVIMENTAÇAO ASFALTICA E DRENAGEM NAS RUAS:PARA, JOAO DE SOUZA SANTOS, LUIZ CAVALCANTE LINS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT CONFORME PROJETOS E PLANILHAS(OBRA REMANECENTE).

Nova Olímpia-MT, 27 de Dezembro de 2017.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO Nº 044/2017
QUARTO TERMO DE ADITAMENTO N.º 044/2017

REF. A DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT, CADASTRADA SOB CNPJ: 03.238.920/0001-30.

CONTRATADA:MARTHA TEODORO CORRÊA, CPF 181.866.021-00.

MOTIVO: ALTERAR A CLAUSULA CLAUSULA SEXTA (VI) VALOR E PRAZO DE LOCAÇÃO.

VIGÊNCIA: 31/12/2017 ATE 31/12/2018

VALOR: *9*.396,00 (NOVE MIL TREZENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

OBJETO: LOCAÇÃO UM IMÓVEL NA RUA WILSON DE ALMEIDA, N.º 443-E, BAIRRO JARDIM OURO VERDE, SENDO UMA CASA DE ALVENARIA, COBERTA COM TELHA DE BARRO, PISO CERÂMICO, TODA FORRADA, COM 09 (NOVE) PEÇAS SENDO, 01 (UMA) COZINHA COM PIA, 02 (DUAS) SALAS, 03 (TRÊS) QUARTOS, 02 (DOIS) BANHEIROS, 01 (UMA) DISPENSA COM PRATELEIRA, ÁREA DE SERVIÇOS COM PIA E TANQUE E ÁREA AO REDOR DO IMÓVEL, TERRENO TODO MURADO, IMÓVEL POSSUIDO DE BENFEITORIAS COMO: ENERGIA ELÉTRICA COM PADRÃO BIFÁSICO, ÁGUA ENCANADA, UMA FOSSA, 02 (DUAS) CAIXAS D'ÁGUA DE 500 LITROS. EM PERFEITO ESTADO FIM A QUE SE DESTINA: FUNCIONAMENTO DA CASA TRANSITORIA ANJO DA GUARDA - VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

Nova Olímpia-MT, 27 de Dezembro de 2017

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA

Referente publicação nas páginas 277 e 278 do Jornal Oficial dos Municípios. sexta-feira, 22 de dezembro de 2017. Portaria Municipal n.º 472 de 21 de dezembro de 2017.

Onde se lê: Vilmar Rodrigues Ferreira - Administração - CPF 871.216. 971-49

Ler-se-á: Vilmar Rodrigues Ferreira - Administração - CPF 010.422. 501-70.

Nova Olímpia-MT, 27 de dezembro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.077, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.077, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera dispositivos constantes no Decreto n.º 3.057/2017, Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2. 014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências*; e suas alterações posteriores;

Considerando o Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro (art. 16 da Lei Complementar 101/2000) nº 24/2017; **Decreta**:

Art. 1º O art. 1º do Decreto n.º 3.057, de 22 de novembro de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

.....

"Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Marta Moreira Pinto***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 20, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais."

.....

.....

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.064, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

DECRETO N.º 3.064, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

"Decreta Ponto Facultativo, e dá outras providências".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando as festividades em comemoração ao Natal e as confraternizações de final de ano; **Decreta:**

Art. 1º Fica decretado ***Ponto Facultativo*** nos dias **26 de dezembro de 2017** e nos **dias 1** e **2 de janeiro de 2018**, nos órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta.

§ 1º Exclui-se do Ponto Facultativo de que trata o *caput* deste artigo, os serviços emergenciais de atendimento no Hospital Municipal, a Divisão de Limpeza Urbana e os escalonamentos de trabalho de acordo com as demandas de cada Secretaria.

§ 2º Excepcionalmente nos dias 27, 28 e 29 de dezembro de 2017, os serviços de atendimento à atenção básica desenvolvidos pelas Unidades de Saúde (Postos de Saúde), serão prestados no Hospital Municipal Dr. *Daércio de Oliveira Morais*, que trabalhará com plantões reforçados.

§ 3º Ficará sob a responsabilidade de cada Secretário(a), Gerente, Chefe de Direção e Chefe de Divisão a divulgação e afixação de comunicado informando os horários de expediente e funcionamento de cada setor.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 4 de dezembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.070, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.070, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Ana Cleusa dos Santos**, Gari, Matrícula Funcional 3937, da Classe/Nível A/1 para a Classe/Nível A/2, referente ao período aquisitivo 19/12/2014 a 18/12/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
RESULTADO PREGÃO 064/2017

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2.017

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu Pregoeiro Substituto, vem a público divulgar o RESULTADO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 064/2. 017, Processo Administrativo nº 096/2.017, o qual teve como objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENCADERNAÇÃO E FOTOCÓPIAS.** A Empresa vencedora do certame **FABIANA A. R. DA SILVA SOARES,** inscrita no CNPJ nº 21.575.488/0001-55, com o valor global de R$ 32.384,00 (trinta e dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais).

Nova Xavantina – MT, 27 de dezembro de 2.017.

JUSCELINO DA ROCHA REIS

Pregoeiro Substituto

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.073, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.073, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Fabiana Aparecida Santos de Araújo**, Gari, Matrícula Funcional 3933, da Classe/Nível A/1 para a Classe/Nível A/2, referente ao período aquisitivo 19/12/2014 a 18/12/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.071, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.071, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Deuzina da Silva Cardoso**, Gari, Matrícula Funcional 3935, da Classe/Nível A/1 para a Classe/Nível A/2, referente ao período aquisitivo 19/12/2014 a 18/12/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.049, DE 1 DE NOVEMBRO DE 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: prefeituranovaxavantina@gmail.com
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3049/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1960/2016, e em consonância com a Lei Federal 4320/64

DECRETA

Art. 1§ - Fica aberto o credito adicional suplementar no valor de R$ 3.392.488,75, destinado a dar cobertura às seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

02.001-DIVISAO DE GABINETE

02.001.04.122.0105.2005.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 54.000,00
02.001.04.122.0105.2005.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 80.000,00
		Sub-Total: R$ 134.000,00

04.001-DIVISAO DE CONTABILIDADE E ORCAMENTO

04.001.04.121.0107.2008.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 5.000,00
04.001.04.121.0107.2008.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS RPPS	R$ 15.000,00
04.001.04.121.0107.2008.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 53.000,00
		Sub-Total: R$ 73.000,00

04.003-DIVISAO DE TRIBUTACAO E ARRECADACAO

04.003.04.129.0108.2017.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 30.000,00
04.003.04.129.0108.2017.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS RPPS	R$ 15.000,00
		Sub-Total: R$ 45.000,00

05.001-FUNDEB

05.001.12.361.0109.2018.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	R$ 40.000,00
05.001.12.361.0109.2018.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 150.000,00
		Sub-Total: R$ 190.000,00

05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA

05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 88.000,00
05.002.12.361.0111.2031.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 180.000,00
05.002.12.361.0110.2029.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 40.000,00
05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 101.988,75
05.002.12.361.0110.2027.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 40.000,00
		Sub-Total: R$ 449.988,75

06.001-DIVISAO DE DESPORTO

06.001.27.811.0115.2038.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 20.000,00
06.001.27.812.0115.1027.3.3.9.0.31.04.00.00	Premiações Desportivas	R$ 25.000,00
		Sub-Total: R$ 45.000,00

07.001-DIVISAO DE SAUDE

07.001.10.302.0117.2041.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	R$ 130.000,00
07.001.10.301.0116.2039.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	R$ 80.000,00
07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 117.000,00
07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 55.000,00
07.001.10.301.0119.2044.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 80.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: prefeituranovaxavantina@gmail.com
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3049/2017

07.001.10.301.0120.2045.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	R$ 80.000,00
07.001.10.302.0117.2041.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 340.000,00
07.001.10.301.0120.2045.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 45.000,00
07.001.10.302.0117.2041.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 145.000,00
07.001.10.302.0117.2041.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 100.000,00
07.001.10.304.0118.2043.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 20.000,00
07.001.10.301.0119.2044.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 15.000,00
		Sub-Total: R$ 1.207.000,00

07.011-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.011.10.302.0117.2066.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 92.000,00
07.011.10.302.0117.2066.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 8.000,00
07.011.10.301.0116.2065.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 200.000,00
07.011.10.301.0116.2065.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 80.000,00
07.011.10.301.0116.2065.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS RPPS	R$ 15.000,00
		Sub-Total: R$ 395.000,00

08.001-DIVISAO DE ESTRADAS VICINAIS

08.001.26.122.0122.2047.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 53.500,00
08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 220.000,00
08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 70.000,00
08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 182.000,00
08.001.26.782.0122.1036.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 25.000,00
		Sub-Total: R$ 550.500,00

08.002-DIVISAO DE OBRAS E VIAS

08.002.15.452.0123.2073.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 50.000,00
		Sub-Total: R$ 50.000,00

08.003-DIVISAO DE LIMPEZA URBANA

08.003.15.452.0134.2076.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 1.000,00
08.003.15.452.0134.2076.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 10.000,00
08.003.15.452.0134.2076.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 80.000,00
		Sub-Total: R$ 91.000,00

09.001-DIVISAO DE ASSISTENCIA SOCIAL

09.001.08.244.0124.2049.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	R$ 3.000,00
09.001.08.244.0124.2049.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 30.000,00
		Sub-Total: R$ 33.000,00

09.004-FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

09.004.08.244.0124.2070.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 80.000,00
		Sub-Total: R$ 80.000,00

11.001-DIVISAO DE TURISMO

11.001.23.695.0129.2056.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 41.000,00
		Sub-Total: R$ 41.000,00

11.003-DIVISAO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA

11.003.23.691.0128.2055.3.3.9.0.41.00.00.00	CONTRIBUICOES	R$ 8.000,00
		Sub-Total: R$ 8.000,00
		Total Geral: R$ 3.392.488,75

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: prefeituranovaxavantina@gmail.com
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3049/2017

Art.02 - para dar cobertura será utilizado o valor de R$ 3.392.488,75, oriundo do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

04.004-DIVISAO DE GESTAO DE PESSOAS

04.004.04.122.0106.2007.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 80.000,00
		Sub-Total: R$ 80.000,00

05.001-FUNDEB

05.001.12.365.0109.2021.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 60.000,00
		Sub-Total: R$ 60.000,00

05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA

05.002.12.361.0110.2027.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 52.000,00
05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 100.000,00
05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 80.000,00
		Sub-Total: R$ 232.000,00

05.004-DIVISAO DE ORIENTACAO EDUCACIONAL

05.004.12.364.0113.1019.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 51.000,00
05.004.12.364.0113.2035.3.3.5.0.43.00.00.00	SUBVENCOES SOCIAIS	R$ 52.000,00
05.004.12.364.0113.2035.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 80.000,00
		Sub-Total: R$ 183.000,00

05.005-FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

05.005.13.392.0114.2081.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 62.488,75
05.005.13.392.0114.2081.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 62.488,75
		Sub-Total: R$ 124.977,50

07.001-DIVISAO DE SAUDE

07.001.10.302.0117.2042.3.3.9.0.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 70.000,00
07.001.10.301.0119.2044.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 87.000,00
07.001.10.302.0117.2042.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 130.000,00
		Sub-Total: R$ 287.000,00

07.011-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.011.10.302.0117.1035.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 150.000,00
07.011.10.302.0117.1035.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 150.000,00
07.011.10.305.0118.2067.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 100.000,00
07.011.10.302.0117.2066.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 78.000,00
07.011.10.302.0117.2066.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 78.000,00
		Sub-Total: R$ 556.000,00

08.001-DIVISAO DE ESTRADAS VICINAIS

08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 515.000,00
08.001.15.451.0123.1043.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 515.000,00
08.001.26.782.0122.1036.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 107.000,00
08.001.26.782.0122.1036.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 107.000,00
08.001.26.782.0122.1038.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 116.000,00
08.001.26.782.0122.1038.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 116.000,00
		Sub-Total: R$ 1.476.000,00

08.002-DIVISAO DE OBRAS E VIAS

08.002.15.451.0122.1041.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 108.000,00
		Sub-Total: R$ 108.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: prefeituranovaxavantina@gmail.com
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO SUPLEMENTAR N° 3049/2017

08.004-DIVISAO DE ELETRICIDADE

08.004.25.752.0123.1045.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 356.000,00
08.004.25.752.0123.2080.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 110.000,00
08.004.25.752.0123.1045.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 356.000,00
08.004.25.752.0123.1045.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 356.000,00
08.004.25.752.0123.2080.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 300.000,00
08.004.25.752.0123.2080.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 110.000,00
		Sub-Total: R$ 1.588.000,00

11.002-DIVISAO DE MEIO AMBIENTE

11.002.18.512.0129.1064.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 548.000,00
		Sub-Total: R$ 548.000,00

Total Geral: R$ 5.242.977,50

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Xavantina, 01 de Novembro de 2017.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 3.061 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

DECRETO Nº 3.061 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providencias"

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido nas Leis Municipais 1960/2016 e em consonância com a Lei Federal 4.320/64,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais), destinados a dar cobertura nas dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

01.01 – Gabinete do Presidente 01.001.01.031.0101.2075.319011000000 R$ 25.000,00 01.001.01.031.0101.2075.319113000000 R$ 3.000,00 Total do Gabinete do Presidente R$ 28.000,00

Total Geraldas Suplementações	R$	**28.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura serão utilizados recurso de R$28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais), oriundos do cancelamento da dotação orçamentária abaixo relacionada:

01.01 Gabinete do Presidente		
01.001.01.031.0101.2001.339014000000	R$	28.000,00
Total do Gabinete do Presidente	R$	28.000,00
Total Geral das Reduções	**R$**	**28.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Nova Xavantina/MT, 22 de Novembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.076, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.076, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Marli Okida Teixeira de Oliveira**, Médica, Matrícula Funcional 1172, da Classe/Nível H/4 para a Classe/Nível H/5, referente ao período aquisitivo 15/12/2014 a 14/12/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.075, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.075, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Juliana Maia Araújo da Silva**, Gari, Matrícula Funcional 3938, da Classe/Nível A/1 para a Classe/Nível A/2, referente ao período aquisitivo 19/12/2014 a 18/12/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.066, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

DECRETO N.º 3.066, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o remembramento/unificação de áreas de terras, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na **Certidão 036/2017**, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9;

- considerando o despacho favorável da Procuradora Geral do Município, **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o remembrado/unificação de 02 (dois) lotes de terras, situados no perímetro urbano desta cidade de Nova Xavantina – MT, assim discriminados: 01 (um) lote com 600,00m², **matriculada sob o n.º 2.680, locado sob o n.º 64 da quadra 02**, setor Nova Brasília, nesta cidade, e 01 (um) lote com 660,00m², **matriculada sob o n.º 2.735, locado sob o n.º 65 da quadra 02**, setor Nova Brasília, nesta cidade, respectiva-

mente, registrados no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de: **Marcos Rezende Melo,** brasileiro, empresário, portador da CI/RG n.º 5043469-DGPC-GO, inscrito no CPF sob o n.º 016.932.311-07, casado com *Aline da Silva Franca*, portadora do CI/RG n. º 1745.875-SESP-MT, inscrita no CPF sob o n.º 031.474.581-56, residentes e domiciliados na Rua Olimpo Dias dos Santos, n.º 524, Alto Izanópolis – Cassilândia – MS; e **Geraldo Pereira Borges**, brasileiro, empresário, portador do CI/RG n.º 1951.664-SSP-GO, inscrito no CPF sob o n.º 463. 959.031-87, casado com Andréia Furtado Borges, portadora do CI/RG n.º 1986.088-SSP/GO, inscrita no CPF sob o n.º 480.065.801-20, residentes e domiciliados na Rua Jacob Rodrigues, Quadra 21, Lote 08, s/n, Jardim Planalto, Irajá - GO, que passa a ser assim descrito e caracterizado: **Lote 65 da quadra 02, com área de 1260,00m², setor Nova Brasília – Nova Xavantina – MT**, com os seguintes limites e confrontações: *frente para a Av. Rio Grande do Sul, medindo 15,00 metros, lado direito para o lote 63, medindo 84,00 metros, lado esquerdo para o lote 67, medindo 84,00 metros e fundos para a Avenida Couto Magalhães, medindo 15,00 metros*, tudo em conformidade com mapas, memoriais descritivos e ART 2800357 da lavra de Munyky Isabella Candido Barzotto – engenheira civil CREA-MT 037226, que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o remembramento/unificação, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Para a efetivação do remembramento/unificação de que trata este Decreto, deverá o proprietário do imóvel requerer junto a Divisão de Tributação e Arrecadação a adoção das medidas necessárias para anotação junto ao Cadastro Municipal, inclusive, proceder ao recolhimento do ITBI nos casos devidos, sob pena revogação deste ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de dezembro de 2017.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.065, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

DECRETO N.º 3.065, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o desmembramento de área urbana, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na ***Certidão 036/2017***, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9,

- considerando despacho favorável da Procuradora Geral do Município, **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desmembrado do lote locado sob o nº 18 quadra 41 loteamento Novo Horizonte, setor Nova Brasília, nesta cidade, com área de 360,00m²**, devidamente Matriculado sob n.º 13.682 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de ***Maria Divina Godoi da Silva***, brasileira, viúva, portadora do CI/RG n.º 106021305-SJ/MT, inscrita no CPF sob o n.º 985.967.641-00, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – lote desmembramento: 01 (um) lote urbano, com área de **180,00m²**, denominado de **Lote 18-A da quadra 41**, bairro Novo Horizonte, setor Nova Brasília, bairro Tonetto, nesta cidade, de **Donizete Gomes**, portador do CI/RG n.º 744.020SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 495.810.311-20, residente e domiciliada em Nova Xavantina – MT, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Avenida Arapongas, medindo 15,00 metros, lado direito para o lote 16, medindo 12,00 metros, lado esquerdo para o lote 18, medindo 12,00 metros e fundos para o lote 20, medindo 15,00 metros, tudo em conformidade com ART 2839050, memoriais descritivos e mapas da lavra de Ary Santin – CREA/CONFEA 2201478686, que integram o presente Decreto;

II – lote remanescente: 01 (um) lote urbano, com área de **180,00m²**, denominado de **Lote 18 da quadra 41**, Loteamento Novo Horizonte, setor Nova Brasília, bairro Tonetto, nesta cidade, de propriedade de **Maria Divina Godoi da Silva**, já qualificada no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Sarandi, medindo 12,00 metros, lado direito para a Avenida Arapongas, medindo 15,00 metros, lado esquerdo para o lote 20, medindo 15,00 metros e fundos para o lote 18-A, medindo 12,00 metros, tudo em conformidade com ART 2839050, memoriais descritivos e mapas da lavra de Ary Santin – CREA/CONFEA 2201478686, que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Divisão de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desmembramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de dezembro de 2017

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.074, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.074, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Fátima Barbosa de Jesus**, Gari, Matrícula Funcional 3932, da Classe/Nível A/1 para a Classe/Nível A/2, referente ao período aquisitivo 19/12/2014 a 18/12/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.078, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.078, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a incorporação do Adicional de Qualificação ao vencimento, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe legais que confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no inciso I, alínea "a" do art. 91 da Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores; de acordo com o Decreto n.º 2.453, de 25 de setembro de 2. 014 que *regulamente Lista de Cursos para fins de pagamento do Adicional de Qualificação previsto na Lei Municipal n.º 1.752/2013, e dá outras providências*; e suas alterações posteriores;

Considerando o **Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro** (art. 16 da Lei Complementar 101/2000) **nº 30/2017**; **Decreta**:

Art. 1º Fica incorporado, definitivamente, à remuneração do(a) Servidor(a) Público(a) Municipal ***Bruna Garcia Toledo***, Procuradora, Matrícula Funcional 3931, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a importância equivalente a 20% (vinte por cento) do salário base do cargo, referente ao Adicional de Qualificação ao seu vencimento, para todos os efeitos legais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.067, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

DECRETO N.º 3.067, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o desmembramento de área urbana, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

- considerando as disposições contidas na Lei Federal 6.766/79;

- considerando o disposto na ***Certidão 036/2017***, que integra o presente Decreto, da lavra do Engenheiro Civil Edbert Moreira Júnior – CONFEA RN. n.º 260.136.459-9,

- considerando despacho favorável da Procuradora Geral do Município, **Decreta**:

Art. 1º Fica aprovado o **desmembrado do lote locado sob o nº 08 quadra 37 loteamento denominado Setor Xavantina, nesta cidade, com área de 1.500,00m²**, devidamente Matriculado sob n.º 18.897 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina – MT, de propriedade de ***Ana Cristina Monteiro Braga Gonçalves***, brasileira, portadora do CI/RG n. º 1107526-0-SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 023.441.501-02, casada com *Thiago Dantas Gonçalves*, portador do CI/RG n.º 47.416.729-X-SSP-SP, inscrito no CPF sob o n.º 411.678.548-29, que passam a ser assim descritos e caracterizados:

I – lote desmembramento: 01 (um) lote urbano, com área de **750,00m²**, denominado de **Lote 08-A da quadra 37**, bairro Jardim Alvorada, setor Xavantina, nesta cidade, de **Christina Cananelia Rosa de Sousa**, portadora do CI/RG n.º 1242813-2SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 942.481. 681-20, residente e domiciliada em Nova Xavantina – MT, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Vereador Manoel Brito, medindo 15,00 metros, lado direito para o lote 08, medindo 50,00 metros, lado esquerdo para o lote 10, medindo 50,00 metros e fundo para o lote 40, medindo 15,00 metros, tudo em conformidade com mapas, memoriais descritivos e ART 2841963 da lavra de Sebastião Teixeira da Silva – Engenheiro Agrônomo/Agrimensor CREA 022232-MT que integram o presente Decreto;

II – lote remanescente: 01 (um) lote urbano, com área de **750,00m²**, denominado de **Lote 08 da quadra 37**, bairro Jardim Alvorada, setor Xavantina, nesta cidade, de propriedade de **Ana Cristina Monteiro Braga Gonçalves**, já qualificada no *caput* deste artigo, com os seguintes limites e confrontações: frente para a Rua Vereador Manoel Brito, medindo 15,00 metros, lado direito para o lote 06, medindo 50,00 metros, lado esquerdo para o lote 08-A, medindo 50,00 metros e fundo para o lote 40, medindo 15,00 metros, tudo em conformidade com mapas, memoriais descritivos e ART 2841963 da lavra de Sebastião Teixeira da Silva – Engenheiro Agrônomo/Agrimensor CREA 022232-MT que integram o presente Decreto.

Art. 2º Nos termos do art. 18 da Lei n.º 6766/79, deverá o desmembramento, sob pena de caducidade, ser levado a registro no prazo de 180 (cento e oitenta dias).

Art. 3º Deverá a Divisão de Tributação e Arrecadação adotar as medidas necessárias para anotação do desmembramento, inclusive, quanto a índice cadastral.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de dezembro de 2017

João Batista Vaz da Silva – Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3079, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3079, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a elevação de nível de servidor(a) público(a) municipal, e dá outras providências".

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências.*Decreta**:**

Art. 1º Fica elevado(a) de Nível o(a) servidor(a) público(a) municipal **Edna Selma da Silva,** Professora, Matrícula Funcional 3806, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 22/12/2014 a 22/12/2017, da Classe/Nível B/01 para a Classe/Nível C/02.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.072, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.072, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Ci-*

vis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Érica Oliveira da Silva**, Gari, Matrícula Funcional 3936, da Classe/Nível A/1 para a Classe/Nível A/2, referente ao período aquisitivo 19/12/2014 a 18/12/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

De 27 de dezembro de 2017

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E DE PROVAS E TÍTULOS, PARA CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT.

O Senhor **Ney Weliton do Nascimento,** Prefeito do Município de Nova Xavantina em exercício, Estado de Mato Grosso, por meio da sua **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO,** nomeada pela **Portaria nº 8.371 de 05 de dezembro de 2017**, em cumprimento ao disposto no artigo 37, incisos I, II e VIII, da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais referentes ao assunto, torna pública a realização do **CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS**, destinado a selecionar candidatos para o ingresso e efetivação do Quadro Permanente da Prefeitura e Câmara Municipal, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente concurso público será regido por este Edital, executado pela empresa **ATAME Assessoria, Consultoria, Planejamento, Cursos e Pós-graduação Ltda - EPP,** com acompanhamento da **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO,** que ficará instalada na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro - Nova Xavantina-MT - CEP: 78.690-000 – telefone **(66) 3438-2653**, segunda a sexta-feira, das 12h às 18h. 1.2. O presente concurso público se destina a selecionar candidatos para o provimento dos cargos, constantes do **ANEXO I** deste Edital, verificado o preenchimento de todos os requisitos, necessários à sua investidura. 1.3. A **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO** publicará avisos de todas as etapas deste Concurso através de Editais Complementares que serão publicados no Diário Oficial do Município - www.diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes, nos murais e site oficiais da Prefeitura - www.novaxavantinamt.com.br; e a empresa **ATAME** publicará em seu site - www.grupoatame.com.br/concurso **2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA DO CARGO:** 2.1. Para a investidura do cargo pretendido, o Candidato deverá preencher todos os requisitos previstos no **ANEXO I**, que lhes sejam respectivos, além de: a) Ser aprovado neste Concurso Público; b) Ter nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei; c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; d) Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou no endereço eletrônico: www.tse.jus.br/eleitor/certidões/certidão-de-quitação-eleitoral; e) Certificado de Reservista ou Dispensa de corporação (se homem), originais e duas cópias; f) Apresentar título de eleitor, RG e Cadastro de Pessoa Física (CPF), originais e duas cópias de cada; g) Duas fotos 3x4 recentes; h) Número de conta corrente pessoal junto ao Banco do Brasil S.A.; i) Comprovante de endereço atualizado (duas cópias), anotar número de telefone para contato e e-mail; j) Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações (original) e duas cópias, RG e CPF do cônjuge se for o caso (originais) e duas cópias de cada; k) CPF (obrigatório), Cartão de Vacinação, RG ou Certidão de Nascimento dos filhos menores/dependentes, (originais) e duas cópias de cada, juntamente com Declaração autorizando ou não o Município a cadastrar o(a) filho(a) como dependente, para fins de declaração de imposto de renda, e informando que ele(a) não será declarado como dependente de outra pessoa; l) Número do PIS ou PASEP (caso não possua PIS/Pasep, apresentar declaração autorizando a Prefeitura e/ou Câmara a fazer o cadastro); m) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a página onde consta a foto, a página com os dados pessoais e a página onde conste o registro do último emprego; n) Certidão negativa cível junto ao Cartório Distribuidor da Justiça Federal do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias (www. trf1.jus.br/serviços/certidão); o) Certidão negativa cível junto ao Cartório Distribuidor da Justiça Estadual do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias no endereço eletrônico: (http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNegativa/EmitirCertidao.aspx); p) Carteira Nacional de Habilitação - CNH (se exigido para o cargo); q) Carteira de Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada e certidão de regularidade; r) Apresentar declaração se exerce ou não cargo, emprego ou função pública remunerada, incluídos, empregos em autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista; s) Comprovar, por ocasião da posse, o nível de escolaridade e os demais requisitos específicos de habilitação legal (Certificado ou Histórico Escolar acompanhado do Atestado de Conclusão, sendo duas cópias **autenticadas em cartório** - frente e verso -, exigidos para o exercício do cargo), conforme especificado no **ANEXO I** deste Edital; t) Declarações de Bens com Valores que compõe o seu patrimônio (se não houver, emitir declaração de que não possui bens); u) Declaração de Bens com Valores do cônjuge (se for o caso); v) Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço Público, no período de 05(cinco) anos, nas esferas federal, estadual e Municipal. w) Certidão de Inexistência de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal. x) Comprovar outros requisitos, que sejam essenciais ao exercício do cargo pretendido, objeto deste concurso público. **3. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO** 3.1. Para a execução deste concurso público, ficam estabelecidas as seguintes datas, que por se tratarem de mera previsão, estão sujeitas à confirmação nos Editais Complementares:

CRONOGRAMA	
Das Inscrições	**Data Prevista**
Publicação do Edital de Abertura	27/12/2017
Impugnação do Edital	29/12/2017 a 02/01/2018
Resultado contra o Edital de Abertura	03/01/2018
Período geral de realização das inscrições	De 15/01/2018 a 31/01/2018

Período de solicitação de isenção da taxa de inscrição	De 15/01 /2018 a 19/01 /2018
Divulgação do resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, deferidas e indeferidas	Até o dia 24/01/ 2018
Recurso de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas	25/01/2018 e 26/ 01/2018
Protocolo do Requerimento de Inscrição, como Pessoal com Deficiência-PcD, nos termos do item 6.6, deste Edital	De 15/01/2018 a 30/01/2018
Data de vencimento dos boletos de inscrição	**01/02/2018**
Publicação da Lista de Inscritos Deferidos e Indeferidos	09/02/2018
Recurso de Lista de Inscritos deferidas ou indeferidas	14/02/2018 e 15/ 02/2018
Publicação da Lista de Homologação dos Candidatos inscritos	Até o dia 20/02/ 2018
Das Provas e Entrega de Títulos	**Data Prevista**
Publicação do local e horário de realização das provas objetivas e práticas dissertativas	Até o dia 20/02/ 2018
Data da realização das provas objetivas e práticas dissertativas	25/02/2018
Publicação dos gabaritos preliminares de provas objetivas	Até as 16h00 do dia 26/02/2018
Recurso dos gabaritos preliminares de provas objetivas	27/02/2018 e 28/ 02/2018
Publicação da Lista de Classificados para 2ª etapa (para entrega de títulos, realização de prova prática, correção de prova prática dissertativa, realização de teste de aptidão física); divulgação de julgamento de recursos de provas objetivas e gabaritos definitivos	Até o dia 12/03/ 2018
Prazo de recursos contra Lista de Classificados para 2ª etapa	13/03/2018 e 14/ 03/2018
Lista de Classificados definitiva para 2ª etapa e resultado do julgamento de recursos	Até o dia 19/03/ 2018
Prazo para entrega de títulos	De 26/03/2018 a 02/04/2018
Realização das provas práticas e teste de aptidão física	08/04/2018
Publicação do resultado preliminar das provas práticas, correção de provas práticas dissertativas, resultado do teste de aptidão física e pontuação de títulos	Até o dia 11/04/ 2018
Prazo de Recursos contra o Resultado Preliminar das provas práticas, correção de provas práticas dissertativas, resultado do teste de aptidão física e pontuação de títulos	12/04/2018 e 13/ 04/2018
Publicação do Resultado Preliminar do Concurso e divulgação de recursos contra Resultado das provas práticas, correção de provas práticas dissertativas, resultado do teste de aptidão física e pontuação de títulos	18/04/2018
Prazo de recurso contra o Resultado Preliminar do Concurso	19/04/2018 e 20/ 04/2018
Publicação do Resultado Final do Concurso Público	Até o dia 25/04/ 2018

4. DAS INSCRIÇÕES 4.1. As inscrições **somente serão realizadas via internet**, através do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, **durante o período compreendido entre às 07h00 (sete horas) do dia 15/01/2018 e às 23h59 (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 31/01/2018**, considerado, para tanto, o horário oficial do Estado do Mato Grosso. 4.2. Para efetuar sua inscrição, o Candidato deverá observar o seguinte procedimento: a) Ler atentamente os termos deste Edital e seus Anexos, certificando-se que possui todos os requisitos necessários à investidura do cargo; b) Acessar o endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso; c) Preencher corretamente o formulário eletrônico de inscrição e confirmar a transmissão dos dados pela Internet; d) Imprimir o boleto bancário da taxa de inscrição correspondente e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, até a data de vencimento, dia **01/02/2018**. 4.3. Caso o Candidato necessite de tratamento diferenciado no dia de realização da prova escrita, **sendo ou não Portador de Deficiência**, deverá preencher os campos específicos do formulário de inscrição, discriminando o tratamento diferenciado de que necessita. Não indicando sua necessidade, será impossível atendê-lo. 4.4. Para a inscrição não será exigido o envio de qualquer documentação, **exceto** se o Candidato requerer a isenção prevista no **item 5** e seus respectivos subitens, deste Edital, quando deverá observar os ditames ali estabelecidos. 4.5. Somente será considerado válido o pagamento realizado via boleto bancário, não sendo considerada, para fins de inscrição do Candidato, nenhuma outra forma de pagamento da taxa de inscrição. 4.6. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que assim o requererem e comprovarem os requisitos, nos termos do item 5 e seus respectivos subitens, deste Edital. 4.7. Em hipótese alguma haverá alteração do cargo pretendido, após o pagamento da taxa de inscrição. Caso o Candidato assim o deseje, deverá realizar nova inscrição, efetuando seu respectivo pagamento. 4.8. **Para cada participante, será permitida apenas uma inscrição.** Caso o Candidato tenha efetuado, duas ou mais inscrições observando os procedimentos, **somente a última inscrição realizada será válida**. 4.9. Ao se inscrever, o Candidato se responsabilizará pela veracidade e exatidão das informações prestadas, aceitando de forma irrestrita as condições estabelecidas neste Edital, não podendo alegar o seu desconhecimento, vez que, a sua inscrição, importará na aceitação tácita das condições deste concurso público. 4.10. O Candidato será responsável pela atualização de seus dados cadastrais, durante a validade deste concurso, em especial, do endereço residencial. 4.11. Se posteriormente, restar constatado que o Candidato se utilizou de má-fé, a Prefeitura e Câmara Municipaltêm o direito de excluí-lo do concurso, não havendo que indenizá-lo ou ressarci-lo, a qualquer título. 4.12. A Prefeitura, a Câmara Municipale a **ATAME**, não se responsabilizarão por inscrições via internet, que não forem recebidas em virtude de falhas de comunicação, tais como: congestionamento das linhas, falta de energia elétrica ou quaisquer outros fatores de ordem técnica, que impossibilitem a transferência de dados. 4.13. Encerrado o período de inscrições, não serão admitidas alterações, **exceto** quando constatadas incorreções nos dados pessoais do Candidato, hipótese em que poderão ser alterados mediante requerimento à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO,** ou ainda, mediante apresentação de documento original e registro na Ata de Ocorrência de Sala, na data de realização da prova escrita. 4.14. A **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO** publicará aviso de homologação das inscrições nos locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **5. DA TAXA DE INSCRIÇÃO** 5.1. Os valores correspondentes às respectivas taxas de inscrição estão discriminados no **ANEXO I** deste Edital. 5.2. O valor da taxa de inscrição paga, não será devolvido, **exceto em caso de cancelamento deste Edital, por conveniência da Administração.** 5.3. Os candidatos que atenderem um dos seguintes requisitos poderão requerer isenção no pagamento da taxa de inscrição, observado o período estabelecido no item 3.1 deste Edital: a) Ser considerado de extrema pobreza e enquadrar-se nas determinações do Decreto n˚ 6.593, de 11 de dezembro de 2008, de estar regularmente inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; b) Ser doador regular de sangue, nos termos da Lei Estadual nº 7.713/

2002, comprovando que já tenha realizado no mínimo três doações antes do lançamento deste Edital; c) Candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados, conforme estabelece a Lei Estadual nº 8.795/08. 5.4. Para requerer a isenção da taxa de inscrição, os Candidatos deverão observar suas respectivas condições, procedendo da forma abaixo prevista: a) **Para o Candidato considerado de extrema pobreza**: preencher o Requerimento de Isenção, **no período compreendido entre o início das inscrições e às 17h00 do último dia do prazo estabelecido no item 3.1 deste Edital**, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico da ATAME – www.grupoatame.com.br/concurso, indicando **obrigatoriamente**, o seu **Número de Identificação Social – NIS,** atribuído ao Candidato pelo órgão gestor nacional do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, que será consultado quanto à veracidade das informações prestadas pelo Candidato no Requerimento de Isenção; b) **Para o Candidato doador regular de sangue:** entregar na sede da **Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**, sito à Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro - Nova Xavantina-MT - CEP: 78.690-000, **conforme prazo estabelecido no item 3.1**, no horário de **12h00 às 17h00**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, cargo pretendido, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**, contendo o Requerimento de Isenção, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, e cópia dos seguintes documentos:

b.1)Identidade do Candidato, observado o item 9.7, “a”, deste Edital;

b.2)Cadastro de Pessoa Física – CPF do Candidato;

b.3)Documento comprobatório de sua condição de doador regular de sangue, expedido pelo Banco de Sangue, público ou privado, autorizado pelo Poder Público, em que o Candidato faça a doação. Em referido documento, é imprescindível, a comprovação de que o Candidato já tenha feito, no mínimo, três doações antes do lançamento deste Edital. c) **Para os candidatos trabalhadores que percebam até um salário mínimo e meio ou se encontrem desempregados:** entregar na sede da **Prefeitura Municipal de Nova Xavantina**, sito à Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro - Nova Xavantina-MT - CEP: 78.690-000, **conforme prazo estabelecido no item 3.1**, no horário de **12h00 às 17h00**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, cargo pretendido, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**, contendo o Requerimento de Isenção, somente disponibilizado no campo de inscrição do endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, e cópia dos seguintes documentos, conforme o caso:

c.1) empregados de empresas privadas: cópia do último Holerite recebido;

c.2) servidores públicos: cópia do último holerite recebido do órgão ou entidade pública onde trabalha.

c.3) autônomos: declaração dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.4) servidores públicos, exonerados ou demitidos: cópia do ato correspondente e sua publicação no órgão oficial, ou declaração - dos rendimentos correspondentes a contratos de prestação de serviço e/ou cópia de contrato de prestação de serviços e de recibo de pagamento autônomo (RPA); ou cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.5) pensionistas: cópia do Comprovante de Crédito atual do benefício, fornecida pela Instituição pagadora; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.6)estagiários: cópia do Contrato de Estágio; cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco;

c.7) desempregados: declaração de que está desempregado, não exerce atividade como autônomo, não participa de sociedade profissional e que a sua situação econômica não lhe permite arcar com o valor da inscrição, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor das afirmativas; ou a cópia das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – que contenham fotografia, identificação e da página com anotações do último contrato e da primeira página subsequente em branco.

5.5. As informações prestadas no Requerimento de Isenção, bem como na documentação apresentada para tal fim, serão de inteira responsabilidade do Candidato, que pode, a qualquer momento, responder por crime contra a fé pública, acarretando sua eliminação deste concurso. 5.6. Não será concedida isenção da taxa de inscrição aos candidatos que: a) Não entregarem o respectivo Requerimento de Isenção devidamente preenchido e assinado, no prazo estabelecido, observado o item 5.4; b) Omitirem informação e/ou torná-las inverídicas, fraudar e/ou falsificar documentos; c) Não observarem os locais, prazos e horários, estabelecidos no item 5.4; d) Não atenderem aos requisitos estabelecidos para a isenção do pagamento, conforme termos deste Edital. 5.7. Após a entrega do Requerimento de Isenção e da documentação respectiva, não será permitida complementação de documentos ou revisão. 5.8. Toda a solicitação de isenção da taxa de inscrição deverá obrigatoriamente ser requerida via internet, no ato da inscrição, impressa e protocolada juntamente com os demais documentos previstos no item 5.4 à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**. Quaisquer outras formas de requerimento não serão admitidas. 5.9. Cada pedido de isenção será analisado e julgado pela **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO.** 5.10. A relação dos pedidos de isenção **deferidos ou indeferidos** será divulgada até a data prevista no item 3.1, mediante publicação nos locais estabelecidos no item 1.3 deste Edital. 5.11. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção **indeferidos** deverão, observados os prazos e procedimentos estabelecidos neste Edital, acessar o endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição correspondente. Caso assim não proceda, estará automaticamente excluído deste concurso. **6. DOS CANDIDATOS INSCRITOS COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PcD** 6.1. Para efeito deste concurso, consideram-se deficiência somente as conceituadas na medicina especializada, de acordo com a Classificação Internacional de Doença – CID. 6.2. Em observância à Lei Complementar Estadual n° 114/2002 é assegurado 10% das vagas ao Candidato inscrito como Pessoa com Deficiência. Para tanto, deverá declarar a deficiência física de que é portadora e, se convocado, submeter-se à perícia médica promovida pela **Prefeitura e Câmara Municipal, respectivamente**, que darão decisões terminativas sobre sua qualificação e/ou o grau de deficiência capacitante, para o exercício do cargo pretendido. 6.2.1. Neste concurso não haverá reserva de vaga para candidatos Pessoas Com Deficiência **- PcD**, vez que, da aplicação do percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas destinadas para cada cargo, não resultou em um número fracionário superior a

0,7 (sete décimos), sendo que para haver reserva, cada cargo teria que ofertar um número de vagas igual ou superior a 7 (sete). 6.2.2. No período de validade do concurso público, superando o número de vagas por cargo em número fracionário superior a 0,7 (sete décimos), será garantido vagas para candidatos à Pessoas com Deficiência **- PcD**. 6.3. O Candidato inscrito como pessoa com deficiência, para efeito de prova especial, deverá declarar, no ato da inscrição e em campo próprio, o tipo de deficiência de que é portador, o código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a necessidade de condições especiais para se submeter às provas. 6.4. O Candidato inscrito como pessoa com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, não havendo assim, distinção quanto ao conteúdo das provas, critérios de avaliação e de aprovação, dos locais e horários de realização das provas e da pontuação mínima exigida. 6.5. Ao Candidato inscrito como pessoa com deficiência que necessitar de tempo adicional, nos termos do §2° do art. 40, do Decreto Federal n° 3.298/99, será concedido um percentual de 25% (vinte e cinco por cento) de tempo adicional, contabilizado do tempo total de prova. 6.6. Os Candidatos inscritos como Pessoas com Deficiência deverão protocolar até as **17h00 do dia 30/01/2018,** na sede administrativa da **Prefeitura Municipal de Nova Xavantina-MT, situada na Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro - Nova Xavantina-MT - CEP: 78.690-000**, envelope lacrado, com indicação de seu nome, cargo pretendido, número de Cadastro de Pessoa Física – CPF, endereço e telefone, endereçado à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**, contendo: o Requerimento de Inscrição como Pessoas com Deficiência – conforme modelo do **ANEXO III** deste Edital, laudo médico, original ou cópia autenticada, atestando a espécie e o grau/nível da deficiência do Candidato, fazendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID e a provável causa da deficiência, nos termos do Decreto Federal n° 3.298/99. **Os laudos médicos encaminhados não serão devolvidos aos candidatos. 7. DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO** 7.1. Compete ao Candidato: a) Acompanhar todas as publicações, referentes a este Edital e demais Editais Complementares, feitas nos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3, deste Edital; e b) Nas listas a serem divulgadas, conferir especialmente os seguintes dados pessoais: nome, número do documento de identidade, cargo para o qual se inscreveu. Caso haja inexatidão nas informações, o Candidato deverá requerer a devida correção, através dos prazos recursais, acessando o portal do candidato, ou requerendo junto a **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**. 7.2. O Candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas, como justificativa de sua ausência. Independente de qual seja o motivo, a ausência do Candidato, caracterizará sua desistência, resultando em sua eliminação do concurso. **8. DAS MODALIDADES DE PROVAS** 8.1. O Concurso Público, objeto deste Edital constituirá de **Provas e Títulos** para os cargos de nível superior, e de **Provas** para os demais cargos, sendo: 8.1.1. **PROVAS PRÁTICAS DISSERTATIVAS** e **PROVAS PRÁTICAS** para os cargos estabelecidos no **ANEXO I** deste Edital, de caráter classificatório-eliminatório; 8.1.2. **TESTE DE APTIDÃO FÍSICA** para os cargos estabelecidos no **ANEXO I** deste Edital, de caráter eliminatório; 8.1.3. **PROVAS DE TÍTULOS** para os cargos de nível superior, de caráter classificatório. 8.2. O Concurso Público consistirá em **Duas Etapas** para os cargos que tiverem **Prova de Títulos, Provas Práticas Dissertativas, Provas Práticas e Teste de Aptidão Física**, sendo: 8.2.1. **Primeira Etapa (Classificatória e Eliminatória):** 8.2.1.1. **Realização das Provas Escritas:** Sendo prova objetiva para todos os cargos. 8.2.1.2. **Classificação da Primeira Etapa:** Serão considerados classificados na **Primeira Etapa e convocados para a Segunda Etapa do Concurso (Entrega de Títulos, Correção da Prova Prática Dissertativa, Realização de Prova Prática ou Realização de Teste de Aptidão Física)** somente os candidatos classificados até o número de vagas classificatórias da **Primeira Etapa constante do Quadro de Cargos ANEXO I do Edital**, mais os candidatos empatados na última nota considerada para o cargo. **9. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS e PROVA PRÁTICA DISSERTATIVA** 9.1. **As provas objetivas serão realizadas no dia 25/02/2018, a partir das 08h00**, horário local, constituindo-se de questões objetivas com quatro alternativas, sendo que somente uma terá a resposta correta, com tempo de duração de **4 (quatro**) horas ininterruptas. 9.1.1. **Para o cargo que tiver PROVA PRÁTICA DISSERTATIVA (Contador, Analista Tributário e Auditor Público Interno), esta será realizada no mesmo dia da prova escrita, no período da tarde, a partir das 13h00**, com tempo de duração de **3 (três)** horas ininterruptas. 9.1.2. Somente poderão participar da prova prática dissertativa, aqueles candidatos que de fato realizarem a prova escrita. 9.2. Os locais e horários das provas objetivas, serão divulgados através de Edital Complementar até a data prevista no item 3 deste Edital, através dos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3 deste Edital 9.3. Os candidatos deverão realizar as provas deste concurso nos locais e horários previamente divulgados, inexistindo qualquer possibilidade de alteração, salvo por determinação da **Prefeitura Municipal**. 9.4. Não será admitida a entrada de Candidato que se apresentar ao local de prova após o horário determinado para o início. Neste caso, o Candidato será considerado ausente e eliminado do concurso, nos termos do item 7.2. 9.5. Não será permitida a entrada, nos locais de aplicação das provas, de Candidato que não estiver em condições para realização das mesmas, tais como: alcoolizado, com trajes inadequados (roupa de praia, seminu, etc.) e outros fatores que possam vir a perturbar o perfeito andamento das provas. 9.6. Não será admitida a permanência de acompanhante do Candidato ou de pessoas estranhas ao concurso, nas dependências dos locais onde forem celebradas as provas, **salvo** com a devida autorização da **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO.** 9.7. Para realização das provas objetivas, o Candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de **1h (uma hora)** do horário estipulado, munido, obrigatoriamente, do **documento de identidade original (observado o subitem "a") e caneta esferográfica de material transparente, com tinta de cor azul ou preta.** a) Para fins deste concurso, são considerados documentos de identidade: (i) as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; (ii) cédulas de identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, declaradas válidas por Lei Federal, tais como: a do CREA, do CRC, etc.; (iii) a Carteira de Trabalho e Previdência Social; e (iv) a Carteira Nacional de Habilitação com foto, na forma da Lei n° 9.503/97. 9.8. Somente ao Candidato que apresentar um dos documentos discriminados acima, e desde que o documento permita, com clareza, a sua identificação, será permitida a realização das provas. 9.8.1. Caso o Candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá entregar cópia do documento, expedido em, no máximo, trinta dias antes à data da prova, que ateste o registro da respectiva ocorrência em órgão policial. 9.9. Ao chegar ao local de prova, o Candidato deverá procurar o número de sua sala nas listagens afixadas no Mural, localizando-a, a ela deverá se dirigir. 9.10. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo nos termos da Lei Estadual nº 10.269/15. 9.10.1. A Candidata lactante terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de duas horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. O tempo despendido pela amamentação será compensado durante a realização da prova em igual período. 9.10.2. A Candidata deverá solicitar atendimento diferenciado para tal fim ao Fiscal da sala. Deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança, em local reservado. A falta de acompanhante impossibilitará a Candidata de realizar a prova. 9.11. Será sumariamente eliminado do concurso, o Candidato que: (a) utilizar meios ilícitos para a execução das provas; (b) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, auxiliares ou autoridades; (c) afastar-se da sala, sem o acompanhamento do fiscal e antes de ter concluído a prova; (d) for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro Candidato ou pessoa, ou utilizando-se se máquinas de calcular ou similares, telefone celular, livros, códigos, manuais, bonés e outros tipos de chapelaria, óculos escuros, impressos ou anotações; (e) tiver constatada, por meio de perícia e após a realização da prova, a utilização de meios ilícitos para a

realização da mesma. 9.12. Por motivo de segurança, iniciada a prova, nenhum candidato poderá se retirar definitivamente da sala, antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do seu efetivo início, caso o faça, terá seu nome registrado na Ata de Registro de Sala e será eliminado do concurso. 9.13. Os candidatos poderão se retirar da sala, **levando o caderno de provas, somente depois de decorridas 2h00 (duas horas), do efetivo início da prova**. 9.14. Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que todos tenham concluído a prova, quando então, serão liberados. 9.15. Não haverá segunda chamada para as provas, seja qual for o motivo alegado pelo Candidato para justificar sua ausência. **10. DA FOLHA DE RESPOSTA** 10.1. A folha de resposta (folha óptica) do Candidato deverá ser preenchida com caneta esferográfica, com tinta de cor azul ou preta, hipótese em que deverá ser marcada uma única alternativa, aquela julgada como sendo a resposta da questão. 10.2. Não serão atribuídos pontos às questões da prova objetiva, que contiverem quaisquer emendas, rasuras e/ou mais de uma ou nenhuma resposta assinalada na folha de resposta (folha óptica) do Candidato. **11. DA PONTUAÇÃO DAS PROVAS** 11.1. As provas objetivas serão de múltipla escolha, com caráter classificatório e eliminatório, contendo questões objetivas, com 04 (quatro) alternativas, em que apenas uma responderá à questão, obedecendo ao seguinte quadro de pontuação:

Cargos	Conteúdo das Provas	Nº de Questões	Peso da Questão	Pontuação Prova Prática	Total de Pontos
Ensino Fundamental Incompleto + Teste de Aptidão Física					
01-Agente de Higienização Hospitalar	- Língua Portuguesa - Matemática - Conhecimentos Gerais	10 05 10	5,0 4,0 3,0	-	100
	Teste de Aptidão Física			**ELIMINATÓRIA**	
Ensino Fundamental Completo					
02-Apoio Administrativo Educacional - Alimentação Escolar 03-Apoio Administrativo Educacional - Manutenção Infraestrutura	- Língua Portuguesa - Matemática - Conhecimentos Gerais	10 05 10	5,0 4,0 3,0	-	100
Ensino Fundamental Completo + Teste de Aptidão Física					
04-Auxiliar de Serviços Gerais 05-Gari 06-Maqueiro	- Língua Portuguesa - Matemática - Conhecimentos Gerais	10 05 10	5,0 4,0 3,0	**ELIMINATÓRIA**	100
	Teste de Aptidão Física				
Ensino Fundamental Completo + Prova Prática					
07-Apoio Administrativo Educacional - Transporte Escolar 08-Motorista 09-Operador de Maquinas Pesadas	- Língua Portuguesa - Matemática - Conhecimentos Gerais	10 05 10	3,0 2,0 2,0	0 a 40	100
	- Prática				
Ensino Médio Completo + Prova Prática de Informática (Excel)					
10-Assistente Administrativo 11-Fiscal de Tributos 12-Técnico Administrativo Educacional	- Língua Portuguesa - Noções de Administração Pública - Conhecimentos Específicos	10 10 15	1,5 1,5 2,0	0 a 40	100
	Prova Prática de Informática (Excel)				
Ensino Médio Completo + Prova Prática					
13-Motorista de Veículo de Emergência	- Língua Portuguesa - Noções de Administração Pública - Conhecimentos Específicos	10 10 15	1,5 1,5 2,0	0 a 40	100
	- Prática				
Ensino Médio/Técnico Completo					
14-Técnico de Enfermagem 15-Técnico de Imobilização 16 -Técnico de Laboratório 17-Técnico de Segurança do Trabalho	- Língua Portuguesa - Noções de Administração Pública - Conhecimentos Específicos	10 10 15	1,5 2,5 4,0	-	100
Ensino Superior Completo + Títulos					
18-Assistente Social 19-Enfermeiro 20-Engenheiro Civil 21-Médico Generalista 40 horas 22-Médico Ginecologista/Obstetra 23-Médico Veterinário 24-Professor (Pedagogia ou Normal Superior- Zona Urbana e Zona Rural) 25-Psicólogo	- Língua Portuguesa - Noções de Administração Pública - Conhecimentos Específicos	10 10 20	1,5 2,5 3,0	-	100
	Títulos				**10 a 30**
Ensino Superior Completo + Prova Prática Dissertativa + Títulos					
26-Analista Tributário 27-Contador	- Língua Portuguesa - Noções de Administração Pública - Conhecimentos Específicos	10 10 20	1,5 2,5 3,0	-	100
	Prova Prática Dissertativa				**100**
	Títulos				**10 a 30**

CARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA					
Ensino Fundamental Completo + Teste de Aptidão Física					
28-Auxiliar de Serviços Gerais-Câmara	- Língua Portuguesa - Matemática - Conhecimentos Gerais	10 05 10	5,0 4,0 3,0	-	100
	Teste de Aptidão Física			**ELIMINATÓRIA**	
Ensino Fundamental Completo					
29-Operador de Som-Câmara	- Língua Portuguesa - Matemática - Conhecimentos Gerais	10 05 10	5,0 4,0 3,0	-	100
Ensino Médio Completo + Prova Prática de Informática (Excel)					
30-Assistente Administrativo-Câmara 31-Recepcionista-Câmara	- Língua Portuguesa - Noções de Administração Pública - Conhecimentos Específicos	10 10 15	1,5 1,5 2,0	0 a 40	100
	Prova Prática de Informática (Excel)				
Ensino Superior Completo + Prova Prática Dissertativa + Títulos					
32-Auditor Público Interno-Câmara 33-Contador-Câmara	- Língua Portuguesa - Noções de Administração Pública - Conhecimentos Específicos	10 10 20	2,0 2,0 3,0	-	100
	Prova Prática Dissertativa				100
	Títulos				**10 a 30**

11.2. Os pontos correspondentes às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independente de formulação de recursos. 11.3. **As provas objetivas, provas práticas e provas práticas dissertativas (exceto teste de aptidão física) são de caráter eliminatório e classificatório, sendo de caráter eliminatório caso o candidato não obtenha o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação e não zerar em nenhuma área de conhecimento.** 11.4. O teste e aptidão física será de caráter eliminatório, ou seja, caso o candidato não consiga realizá-la nas condições estipuladas conforme o **ANEXO II**, será desclassificado; 11.5. Farão as provas práticas, o teste de aptidão física, a entrega de títulos e terão a correção de provas dissertativas práticas, os candidatos classificados até o número de vagas classificatórias constante do Quadro de Cargos, **ANEXO I deste Edital**, mais os candidatos empatados na última nota. 11.6. O conteúdo das provas objetivas, as especificações detalhadas da prova prática e prova prática dissertativa, bem como as especificações do teste de aptidão física a serem aplicados encontram-se descriminados no **ANEXO II deste edital.** 11.7. A Prova Prática e o Teste de Aptidão Física serão realizados no dia **08/04/2018**, horário e local a ser publicado em Edital Complementar. 11.8. As **Provas Práticas Dissertativas** para os cargos de **Contador, Analista Tributário e Auditor Público Interno**: consistirão na aplicação de 05 (cinco) questões, sob a forma de situações-problema, compreendendo as seguintes áreas: contábeis, tributárias e orçamento público, de acordo com as atribuições de cada cargo (tempo máximo: 03 (três) horas. 11.9. Na realização da prova prática dissertativa serão fornecidos dois Cadernos de Prova, um para rascunho e outro para redação definitiva. 11.10. A versão definitiva deverá ser elaborada no respectivo caderno para posterior avaliação, não sendo aceitos acréscimos de folhas estranhas ao Caderno de Prova, devendo ser respeitados os espaços existentes. 11.11. As anotações realizadas no espaço destinado a rascunho não serão consideradas na correção da prova. 11.12. Salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento diferenciado para a realização das provas, as Provas Práticas para os cargos de **Contador, Analista Tributário e Auditor Público Interno** deverão ser redigidas de forma clara e sem rasuras, pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas. 11.13. No caso de auxílio para transcrição da prova prática dissertativa será designado um fiscal devidamente treinado para essa finalidade. 11.14. Somente quando devidamente autorizado, o candidato deverá ditar todo o seu texto da sua Prova Prática Dissertativa para os cargos de **Contador, Analista Tributário e Auditor Público Interno** ao fiscal, especificando oralmente, ou seja, soletrando a grafia das palavras e todos os sinais gráficos de pontuação. 11.15. O preenchimento do Caderno de Prova, que será o único documento válido para a correção da prova, será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno. Em hipótese alguma haverá substituição do Caderno de Prova por erro do candidato. **12. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO** 12.1. A divulgação dos gabaritos preliminares das provas objetivas e prova prática e prova prática dissertativa, será feita no **1˚ dia útil**, posterior à data de aplicação das provas, a partir das **16h00**, sendo disponibilizada nos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **13. DA PONTUAÇÃO E ANÁLISE DOS TÍTULOS** 13.1. Os títulos serão avaliados de acordo com a seguinte tabela abaixo:

Títulos	Pontos	Documentos Comprobatórios
a) Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, carga horária mín. 360 h.	**10**	Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação.
b) Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado.	**20**	Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação.
c) Curso de Pós-Graduação *stricto sensu*, em nível de doutorado.	**30**	Certificado, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação.

13.2. Os títulos serão aceitos somente para o cargo de nível superior, sendo que se deferido, total ou parcialmente, pela **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**, terá sua pontuação publicada em uma lista específica. 13.3. Os títulos serão somados à pontuação final do Candidato, valendo exclusivamente para efeito de classificação, razão pela qual sua apresentação é facultativa. 13.4. Os títulos não são cumulativos, só serão computados pontos a um único título, sendo considerado, para tal fim, o de maior pontuação. 13.5. **Somente serão considerados títulos relacionados à respectiva área de atuação.** 13.6. **A comprovação dos títulos será feita mediante a apresentação de fotocópia, nítida e devidamente autenticada em cartório - frente e verso**, dos certificados e/ou diplomas oficiais, expedidos por instituição oficial de ensino devidamente reconhecida pelo MEC. 13.7. Título e demais documentos deverão ser entregues na sede da **Prefeitura Municipal de Nova Xa-**

vantina, sito à **Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro/Setor Xavantina - Nova Xavantina-MT - CEP: 78.690-000**, no horário de seu respectivo expediente, **segunda a sexta-feira das 12h00 às 17h00**, endereçado à **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO** somente pelos candidatos classificados para a 2ª etapa, conforme **ANEXO I**, na data estabelecida no item **3.1.** deste Edital, acondicionados em envelope lacrado, com uma cópia do Requerimento de Pontuação de Títulos, **ANEXO IV** deste Edital, devidamente preenchida e colada do lado de fora do envelope. Para fins de protocolo, o Candidato poderá levar uma segunda cópia do Requerimento de Pontuação de Títulos, devidamente preenchida, na qual será atestado o recebimento da documentação. 13.8. **Títulos entregues fora do prazo estabelecido não serão aceitos.** 13.8.1. Serão recusados liminarmente, os títulos que não atenderem às exigências deste Edital. **14. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO** 14.1. Será **considerado aprovado** ou classificado, o Candidato que obtiver, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da pontuação atribuída para a prova escrita, para a prova prática (ser houver) e para prova prática dissertativa (ser houver), e não obtiver 0 (zero) em nenhuma das disciplinas. 14.1.1. Será **considerado reprovado**, o candidato que não alcançar 50% (cinquenta por cento) da pontuação atribuída para a prova escrita, para a prova prática (ser houver) e para prova prática dissertativa (ser houver), do respectivo cargo. 14.1.2. Havendo cargos com segunda etapa, será considerado classificado o número de candidatos previstos no **ANEXO I deste Edital**, mais os empatados na última nota de corte. 14.2. A classificação final será realizada por ordem decrescente da pontuação atribuída a cada um dos candidatos, sendo que, no caso de igualdade da pontuação, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate: a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos, até o último dia de inscrição, nos termos da Lei Federal n° 10.741/03, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada; b) Que obtiver maior número de acertos na Prova Prática e Prova Prática Dissertativa (se houver); c) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos (se houver); d) Que obtiver maior número de acertos na prova de Noções de Administração Pública (se houver); e) Que obtiver maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa; f) Que obtiver maior número de acertos na prova de Matemática (se houver); g) Que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais; h) Que obtiver maior pontuação de títulos (se houver); i) Que tiver mais idade; j) Sorteio público. **15. DOS RECURSOS** 15.1. O Candidato que desejar interpor recurso contra as fases deste Concurso, disporá de 2 (dois) dias úteis, contados do dia imediatamente subsequente ao da divulgação dos Editais Complementares, devendo fazê-lo no horário das 00h00 do primeiro dia, às 23h59 do último dia, computado ininterruptamente e em observância ao horário oficial do Mato Grosso. 15.2. Caberá recurso contra omissões ou erros materiais verificados nas etapas de: (a) impugnação ao edital (b) divulgação das listas de solicitação de isenção da taxa de inscrição, deferidas ou indeferidas; (c) divulgação das listas de candidatos inscritos deferidos e indeferidos; (d) publicação dos gabaritos de provas; (e) divulgação da relação dos candidatos classificados para a segunda etapa (se houver); (f) publicação da pontuação de títulos; (g) publicação da pontuação de provas práticas, prova prática dissertativa e resultado do teste de aptidão física (h) divulgação do resultado preliminar do concurso público. 15.3. A interposição de recurso será exclusivamente via internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, ao qual o Candidato terá acesso mediante login e senha, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, devendo o Candidato seguir as instruções ali contidas. 15.4. Recurso contra a prova objetiva e prova prática dissertativa deverá ser individual para cada questão, devidamente fundamentado, sucinto e de forma objetiva, com a indicação daquilo em que o Candidato se julgar prejudicado, comprovando suas alegações com citação de artigos, legislação, itens, livros, nome de autores, etc. 15.4.1. Serão rejeitados liminarmente sem análise do mérito os recursos enviados fora do prazo ou sem fundamentação. 15.5. Os recursos julgados serão divulgados nos meios estabelecidos no item 1.3 deste Edital, bem como na Área do Candidato, no endereço eletrônico www.grupoatame.com.br/concurso, não sendo possível o conhecimento do resultado, via telefone, e-mail ou fax. 15.6. Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, exceto no caso de comprovado erro material, com manifestação posterior ou de ofício. 15.7. Os recursos cujo teor desrespeite a **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO** serão indeferidos sem análise do mérito. 15.8. Se do exame de recursos contra questões da prova objetiva e prova prática dissertativa resultar anulação ou alteração de alternativa, a pontuação ou alteração valerá para todos os candidatos que realizaram o mesmo tipo de prova, independente de terem recorrido. **16. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO** 16.1. Após a divulgação do resultado final, o concurso será homologado pela autoridade competente do **Município de Nova Xavantina-MT**, mediante publicação resumida nos meios de comunicação estabelecidos no item 1.3 deste Edital. **17. DA NOMEAÇÃO E POSSE** 17.1. O processo de nomeação e posse dos candidatos aprovados neste concurso público será efetivado em observância às normas da legislação vigente. 17.2. Os candidatos aprovados neste concurso público deverão entregar os comprovantes de preenchimento dos requisitos exigidos para o provimento do cargo pleiteado, tão logo sejam convocados, observada rigorosamente a ordem de classificação publicada. 17.3. A convocação dos candidatos aprovados será processada de acordo com as necessidades do **Município de Nova Xavantina-MT**, dentro da validade do Concurso. 17.4. A nomeação dos candidatos que se apresentarem e comprovarem os requisitos exigidos será efetivada por ato da própria autoridade competente da **Prefeitura e Câmara Municipal de Nova Xavantina-MT**, respectivamente. 17.5. Estes candidatos serão nomeados sob o regime jurídico estatutário, tendo como regime previdenciário, o **Regime Próprio de Previdência Social – RPPS**. 17.6. O candidato nomeado deverá, dentro do prazo de posse, comparecer à Gerência de Gestão de Pessoas, munido dos documentos (fotocópias e originais) constantes, para tomar posse no cargo público efetivo, sendo obrigatória apresentação para todas as funções públicas: 17.6.1. Documentos pessoais CPF, RG e Titulo de Eleitor (original) e duas cópias; 17.6.2. Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações (original) e duas cópias, RG e CPF do cônjuge se for o caso (original) e duas cópias; 17.6.3. Certificado de Reservista ou Dispensa de corporação (para o sexo masculino) (original) e duas cópias; 17.6.4. Número do PIS ou PASEP (caso não possua Pis/Pasep trazer declaração autorizando a prefeitura a fazer o cadastro); 17.6.5. Duas fotos 3 x 4 recentes; 17.6.6. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), a página onde consta a foto, a página com os dados pessoais e a página onde conste o registro do ultimo emprego; 17.6.7. Documento de Escolaridade exigida para o cargo (Certificado ou Histórico Escolar acompanhado do Atestado de Conclusão) duas cópias autenticadas em cartório (frente e verso); 17.6.8. Declarações de Bens com Valores que compõe o seu patrimônio (se não houver, emitir declaração de que não possui bens); 17.6.9. Declaração de Bens com Valores do cônjuge se for o caso; 17.6.10. Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública. Informando a compatibilidade de horários (somente cargos técnicos, professor e profissionais da saúde); 17.6.11. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço Público, no período de 05(cinco) anos, nas esferas federal, estadual e Municipal; 17.6.12. Certidão de Inexistência de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal no site www.novaxavantinamt.com.br; 17.6.13. Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou no endereço eletrônico: www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral; 17.6.14. Número de conta corrente pessoal junto ao Banco do Brasil S.A.; 17.6.15. Comprovante de endereço atualizado (duas cópias), anotar número de telefone para contato e E-mail; 17.6.16. Certidão negativa criminal e cível junto ao Cartório Distribuidor da Justiça Federal do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias (www. trf1.jus.br/serviços/certidão); 17.6.17. Certidão negativa criminal e cível junto ao Cartório Distribuidor da Justiça Estadual do domicílio do candidato, com emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias no endereço eletrônico; http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNegativa/EmitirCertidao.aspx); 17.6.18. Carteira Nacional de Habilitação - CNH (somente para os cargos de motorista, Operador de Máquinas Pesadas, Apoio Administrativo Educa-

cional (Transporte escolar) e Motorista de Veículo de Emergência); 17.6.19. Carteira de Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada com certidão de regularidade; 17.6.20. Curso de qualificação para condutores de veículos de emergência para o cargo de Motorista de Veículo de Emergência; 17.7. Para efeito de posse, o Candidato aprovado, classificado e convocado, ficará sujeito à aprovação em pericia médica admissional, em conformidade com a legislação vigente. 17.8. A inspeção médica terá caráter eliminatório; 17.9. Todos os exames estão previstos no anexo VII e correrão às expensas do candidato. 17.10. Poderá não tomar posse, o Candidato inscrito como pessoa com deficiência, aprovado, classificado e convocado, que seja comprovada a incompatibilidade entre a deficiência física e o exercício do cargo. 17.11. Não será efetivada a posse do Candidato aprovado quando, condenado em processo criminal ou por ato de improbidade administrativa, com sentença transitada em julgado, ou demitido do serviço público, observado o prazo de prescrição. 17.12. Será considerado desistente, perdendo a vaga respectiva, o Candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado pelo Edital de convocação, não se apresentar para tomar posse no prazo fixado ou não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo. 17.13. Inobstante todas as disposições contidas neste Edital, sobre a posse do Candidato aprovado, os órgãos competentes aplicarão, no que couber, as disposições da Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais vigentes. **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** 18.1. O período de validade deste concurso público será de **2 (dois) anos**, a contar da data de publicação da homologação de seu resultado, prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da autoridade competente. 18.2. Durante a vigência do concurso, na hipótese de abertura de novas vagas, por vacância ou necessidade do Órgão, ficam considerados, os candidatos classificados que excederem a quantia de vagas neste Edital, como **Cadastro de Reserva**, obedecida rigorosamente, a ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei. 18.3. A impugnação administrativa e/ou judicial a este Edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos. 18.4. Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação neste concurso público, valendo para este fim, a publicação efetuada no Diário Oficial estabelecido no item 1.3 deste Edital. 18.5. A verificação, em qualquer época, de declaração ou apresentação de documento falso ou a prática de ato doloso pelo Candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais cabíveis. 18.6. A **Prefeitura e Câmara Municipal**, através da **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**, farão divulgar, sempre que necessário, editais complementares referentes ao presente Edital, sendo de inteira responsabilidade do Candidato acompanhar tais publicações. 18.7. Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos: **ANEXO I** - Quadro de Cargos; **ANEXO II** – Conteúdo Programático das Provas Objetivas, Práticas e Práticas Dissertativas; **ANEXO III** – Modelo de Requerimento de Inscrição como Pessoa com Deficiência; **ANEXO IV** – Modelo de Requerimento de Pontuação de Títulos; **ANEXO V** –Modelo de Atestado Médico para a Realização de Teste de Aptidão Física; **ANEXO VI** – Atribuições básicas dos Cargos; **ANEXO VII** – Relação de Exames Admissionais. 18.8. Quaisquer informações sobre este concurso público estarão disponíveis no site da ATAME - www.grupoatame.com.br/concurso, ou pelo e-mail: concursos@grupoatame.com.br ou telefone (65) 3321-9000, observado o horário de atendimento, de segunda a sexta, das 8h00 às 11h30 e das 13h00 às 17h30 (horário oficial de Mato Grosso). O candidato poderá obter a íntegra deste Edital e demais Editais Complementares, podendo consultar ainda, os locais de realização das provas, entre outras informações necessárias ao conhecimento do andamento deste concurso. 18.9. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**.

Nova Xavantina/MT, 27 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal em Exercício

Carla Beatriz Pereira

Presidente da Comissão Interna para o Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS

Cód. Cargo	Nome do Cargo Conforme Lei	Escolaridade / Requisitos Exigidos	N.º Vagas	Nº de Vagas Classificatórias da 1º Etapa	Vagas Port. Nec. Espec.	Carga Horária Semanal	Venc. Base R$	Valor da Taxa de Inscrição (R$)	Local de Trabalho
01	Agente de Higienização Hospitalar	Ensino Fundamental Incompleto + Teste de Aptidão Física	02	20	-	40h	R$ 917,22 + Complementação constitucional (salário Mínimo) + Insalubridade	R$ 60,00	Sec. Mun. Saúde
02	Apoio Administrativo Educacional - Alimentação Escolar	Ensino Fundamental Completo	CR	-	-	40h	R$ 913,72 + complementação constitucional (salário Mínimo)	R$ 60,00	Sec. Mun. De Educação e Cultura
03	Apoio Administrativo Educacional - Manutenção Infraestrutura	Ensino Fundamental Completo	01	-	-	40h	R$ 913,72 + complementação constitucional (salário Mínimo)	R$ 60,00	Sec. Mun. De Educação e Cultura
04	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental Completo + Teste de Aptidão Física	05	50	-	40h	R$ 917,22 + complementação constitucional (salário Mínimo)	R$ 60,00	Sec. Mun. Infraestrutura e Vias Públicas
05	Gari	Ensino Fundamental Completo + Teste de Aptidão Física	02	20	-	40h	R$ 917,22 + complementação constitucional (salário Mínimo)	R$ 60,00	Sec. Mun. Infraestrutura e Vias Públicas
06	Maqueiro	Ensino Fundamental Completo + Teste de Aptidão Física	01	20	-	40h	R$ 1428,14	R$ 60,00	Sec. Mun. Saúde

07	Apoio Administrativo Educacional - Transporte Escolar	Ensino Fundamental Completo + Prova Prática + CNH “D”	01	10	-	40h	R$ 913,72 + complementação constitucional (salário Mínimo)	R$ 60,00	Sec. Mun. De Educação e Cultura
08	Motorista	Ensino Fundamental Completo + Prova Prática + CNH “D”	CR	10	-	40h	R$ 1.102,01	R$ 60,00	No Município de Nova Xavantina
09	Operador de Maquinas Pesadas	Ensino Fundamental Completo + Prova Prática + CNH “D” ou “E”	CR	10	-	40h	R$ 1.428,14	R$ 60,00	Sec. Mun. Infraestrutura e Vias Públicas
10	Assistente Administrativo	Ensino Médio Completo + Prova Prática de Informática (Excel)	06	30	-	40h	R$ 1.102,01	R$ 90,00	No Município de Nova Xavantina
11	Fiscal de Tributos	Ensino Médio Completo + Prova Prática de Informática (Excel)	CR	10	-	40h	R$ 2.899,67	R$ 90,00	Sec. Mun. De Administração e Finanças
12	Técnico Administrativo Educacional	Ensino Médio Completo + Prova Prática de Informática (Excel)	03	10	-	40h	R$ 1.226,55	R$ 90,00	Sec. Mun. De Educação e Cultura
13	Motorista de Veículo de Emergência	Ensino Médio Completo + Prova Prática + CNH “D” + Curso de qualificação para condutores de veículos de emergência	02	10	-	40h	R$ 2.059,67	R$ 90,00	Sec. Mun. Saúde
14	Técnico de Enfermagem	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Enfermagem	CR	-	-	30h	R$ 1.137,47	R$ 90,00	Sec. Mun. Saúde
15	Técnico de Imobilização	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Imobilização	01	-	-	40h	R$ 1.206,64	R$ 90,00	Sec. Mun. Saúde
16	Técnico de Laboratório	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Analise Clinica	CR	-	-	40h	R$ 1.137,47	R$ 90,00	Sec. Mun. Saúde
17	Técnico de Segurança do Trabalho	Ensino Médio Completo + Curso Técnico em Segurança do Trabalho	CR	-	-	40h	R$ 2.059,67	R$ 90,00	No Município de Nova Xavantina
18	Assistente Social	Ensino Superior Completo em Assistência Social + Registro no Conselho de Classe	01	-	-	30h	R$ 3.217,71	R$ 120,00	No Município de Nova Xavantina
19	Enfermeiro	Ensino Superior Completo em Enfermagem + Registro no Conselho de Classe	02	-	-	40h	R$ 5.490,58	R$ 120,00	Sec. Mun. Saúde
20	Engenheiro Civil	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil + Registro no Conselho de Classe	CR	-	-	40h	R$ 5.490,58	R$ 120,00	Sec. Mun. Infraestrutura e Vias Públicas
21	Médico Generalista - 40 horas	Ensino Superior Completo em Ciências Médicas + Registro no Conselho de Classe	01	-	-	40h	R$ 13.192,58	R$ 120,00	Sec. Mun. Saúde
22	Médico Ginecologista/Obstetra	Ensino Superior Completo em Ciências Médicas + Especialização em Obstetrícia + Registro no Conselho de Classe	CR	-	-	20h	R$ 6.596,29	R$ 120,00	Sec. Mun. Saúde
23	Médico Veterinário	Ensino Superior Completo em Medicina Veterinária + Registro no Conselho de Classe	CR	-	-	40h	R$ 5490,58	R$ 120,00	Sec. Mun. Saúde
24	Professor (Pedagogia ou Normal Superior- Zona Urbana e Zona Rural	Ensino Superior Completo em Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior	CR	-	-	30h	R$ 2.586,45 (piso nacional)	R$ 120,00	Sec. Mun. De Educação e Cultura (Zonas Urbana e Rural)
25	Psicólogo	Ensino Superior Completo em Psicologia + Registro no Conselho de Classe	CR	-	-	40h	R$ 3.217,71	R$ 120,00	No Município de Nova Xavantina
26	Analista Tributário	Ensino Superior Completo em Direito, Ciências Contábeis, Administração ou Economia + Registro no respectivo Conselho de Classe +Prova prática dissertativa	CR	10	-	40h	R$ 5.490,58	R$ 120,00	Sec. Mun. de Administração e Finanças
27	Contador	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis + Registro no Conselho de Classe +Prova prática dissertativa	CR	10	-	40h	R$ 8.466.66	R$ 120,00	Sec. Mun. de Administração e Finanças
	CARGOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA								
Cód. Cargo	**Nome do Cargo Conforme Lei**	**Escolaridade / Requisitos Exigidos**	**N.º Vagas**	**Nº de Vagas Classificatórias da 1º Etapa**	**Vagas Port. Nec. Espec.**	**Carga Horária Semanal**	**Venc. Base R$**	**Valor da Taxa de Inscrição (R$)**	**Local de Trabalho**
28	Auxiliar de Serviços Gerais-Câmara	Ensino Fundamental Completo + Teste de Aptidão Física	CR	10	-	40h	R$ 1.439,00	R$ 60,00	Câmara Municipal de Nova Xavantina
29	Operador de Som-Câmara	Ensino Fundamental Completo	CR	-	-	40h	R$ 2.106,13	R$ 60,00	Câmara Municipal de Nova Xavantina
30	Assistente Administrativo-Câmara	Ensino Médio Completo+ Prova Prática de Informática (Excel)	CR	10	-	40h	R$ 2.106,13	R$ 90,00	Câmara Municipal de Nova Xavantina
31	Recepcionista-Câmara	Ensino Médio Completo + Prova Prática de Informática (Excel)	CR	10	-	40h	R$ 2.106,13	R$ 90,00	Câmara Municipal de Nova Xavantina
32	Auditor Público Interno-Câmara	Ensino Superior Completo em Direito, Ciências Contábeis, Administração ou Economia + Prova prática dissertativa + Registro no respectivo Conselho de Classe	CR	10	-	40h	R$ 8.466.66	R$ 120,00	Câmara Municipal de Nova Xavantina
33	Contador-Câmara	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis + Registro no Conselho de Classe +Prova prática dissertativa	CR	10	-	40h	R$ 4.032,48	R$ 120,00	Câmara Municipal de Nova Xavantina

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGOS: 01-Agente de Higienização Hospitalar.

LÍNGUA PORTUGUESA: Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal.

MATEMÁTICA: Operações aritméticas e problemas envolvendo: adição, subtração, multiplicação e divisão; Conjuntos; Unidade, dezena, centena, dobro, triplo; medida de tempo e comprimento.

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades: Conhecimentos sobre os fatos atuais do País, do Estado de Mato Grosso e do Município de Nova Xavantina/MT.

Ensino Fundamental Completo

CARGOS: 02-Apoio Administrativo Educacional-Alimentação Escolar; 03-Apoio Administrativo Educacional-Manutenção Infraestrutura; 04-Auxiliar de Serviços Gerais; 05-Gari; 06-Maqueiro; 07-Apoio Administrativo Educacional- Transporte Escolar; 08-Motorista; 09-Operador de Maquinas Pesadas; 28-Auxiliar de Serviços Gerais-Câmara; e 29-Operador de Som-Câmara.

LÍNGUA PORTUGUESA: Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conotação; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica.

MATEMÁTICA: Conjuntos numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais; Operações no conjunto dos números Reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação; Múltiplos e divisores de um número Real; Máximo Divisor Comum (MDC) e Mínimo Múltiplo Comum (MMC) de um número natural; Grandezas e medidas: definição de grandezas, medidas de comprimento, de superfície, de capacidade, de volume, de massa e de tempo; transformações de unidades de medida; Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem; Geometria plana: classificação dos polígonos (triângulo, quadrado, retângulo, losângulo, trapézio, paralelogramo e circunferência), área e perímetro de polígonos (triângulo, quadrado, retângulo, losângulo, trapézio, paralelogramo e circunferência), Trigonometria no triângulo retângulo; Equações do 1º grau; Sistema de equações do 1º grau; Equações do 2º grau; Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem; Introdução à estatística: gráficos, média aritmética, média aritmética ponderada; Resolução de problemas no conjunto dos números Reais.

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades: Conhecimentos sobre os fatos atuais do País, do Estado de Mato Grosso e do Município; As regiões Brasileiras e os Complexos Regionais; Tipos Climáticos; História do Brasil: Período Getulista; A Revolução de 1930; O Governo Constitucional; O Governo Ditatorial; Nacionalismo e Trabalhismo; O Fim do Estado Novo e a Volta de Getúlio Vargas (1945 – 1954); Ditadura Militar: Instalação do Regime Militar, os Governos Militares; O Milagre Econômico; A Alta da Inflação e da Dívida Externa; A Divisão do Estado de Mato Grosso. Brasil Contemporâneo: O Fim da Ditadura Militar, o Governo de Sarney (1985 – 1990), o Governo de Collor (1990-1992), o Governo de Itamar Franco (1992-1994), o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), os governos da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Michel Temer; Aspectos Históricos, Geográficos, Econômicos, Políticos e Sociais do Município de Nova Xavantina/MT.

PROVA PRÁTICA

CARGO: 07-Apoio Administrativo Educacional-Transporte Escolar – CNH Categoria "D" ou E": Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento, sendo o veículo a ser utilizado compatível com a categoria de habilitação exigida para o cargo. **Este cargo tem como pré-requisito o porte de carteira nacional de habilitação respectiva VÁLIDA, sob pena de não poder realizar a prova prática, sendo assim eliminado do concurso público.**

CARGO: 08-Motorista – CNH Categoria "D ou E": Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento, sendo o veículo a ser utilizado compatível com a categoria de habilitação exigida para a função. **Esta função tem como pré-requisito o porte de carteira nacional de habilitação respectiva VÁLIDA, sob pena de não poder realizar a prova prática, sendo assim eliminado do concurso público.**

CARGO: 09-Operador de Máquinas Pesadas – CNH - CATEGORIAS "D" ou E": serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato relativos a máquina relacionada à respectiva função, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento. **Esta função tem como pré-requisito o porte de carteira nacional de habilitação CATEGORIAS "D ou E", devendo o candidato apresentar a respectiva habilitação VÁLIDA com a categoria mínima exigida ou categoria superior quando houver a realização da prova prática, sob pena de não poder realizar a prova prática, sendo assim eliminado do concurso público.**

ENSINO MÉDIO COMPLETO

CARGOS: 10-Assistente Administrativo; 11-Fiscal de Tributos; 12-Técnico Administrativo Educacional; 13-Motorista de Veículo de Emergência; 14-Técnico de Enfermagem; 15-Técnico de Imobilização; 16-Técnico de Laboratório; 17-Técnico de Segurança do Trabalho; 30-Assistente Administrativo; e 31-Recepcionista-Câmara;

LÍNGUA PORTUGUESA: Vogais e consoantes; Letras maiúsculas e minúsculas; Ordem alfabética; Nomes: próprios e comuns; plural e singular; Aumentativo e diminutivo; Entendimento de textos; Interpretação de figuras. Noção e compreensão de texto verbal e/ou não verbal; Denotação e conotação; Tipos de textos; Sintaxe: frase, oração e período (simples e composto); termos essenciais e integrantes da oração; modo e tempo verbal; Nomes: próprios e comuns; Morfologia: Processo de formação de palavras; Ortografia; Pontuação; Acentuação gráfica. Interpretação de texto. Acentuação tônica e gráfica. Grafia do Porquê. Concordâncias Nominal e Verbal. Crase. Pontuação. Semântica: Sinônimo e Antônimo, Período Composto por Coordenação e Subordinação.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Da Administração Pública art. 37 a 49 da Constituição Federal: Princípios Constitucionais da Administração Pública; Crimes contra a Administração Pública (art. Artigos 312 ao 327 do Código Penal): Peculato; Peculato culposo; Peculato mediante erro de outrem; Inserção de dados falsos em sistema de informações; Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações; Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento; Emprego irregular de verbas ou rendas públicas; Concussão; Excesso de exação; Corrupção passiva; Facilitação de contrabando ou descaminho; Prevaricação; Condescendência criminosa; Advocacia administrativa; Violência arbitrária; Abandono de função; Exercício

funcional ilegalmente antecipado ou prolongado; Violação de sigilo funcional; Violação do sigilo de proposta de concorrência; Funcionário público. Art. 12 a 87 da Lei Municipal 1752/2013: Do Concurso Público; Da Nomeação; Da Posse e do Exercício; Do Estágio Probatório; Da Estabilidade; Da Readaptação; Da Reversão; Da Reintegração; Da Recondução; Da Disponibilidade e do Aproveitamento; Da Remoção; Da Redistribuição; Da Substituição; Da Acumulação; Da Vacância; Das Carreiras; Da Promoção; Do Regime e da Jornada de Trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: 10-Assistente Administrativo: Licitação. Lei no 8.666/93: Dos Princípios; das definições; das obras e serviços; dos serviços técnicos profissionais especializados; das compras; das alienações; das modalidades da licitação, limite e dispensa e inexigibilidade; dos registros cadastrais; do procedimento e julgamento; da formalização dos contratos; da execução dos contratos; da inexecução e da rescisão dos contratos; das sanções administrativas; dos crimes e das penas; Pregão (Lei no 10.520/02). E Lei Complementar 101 de 04/05/2000 (LRF). Noções de contabilidade pública;

CARGO: 11-Fiscal de Tributos: Administração Pública: Conceito. Natureza. Fins. Regime jurídico administrativo. Princípios Constitucionais. Órgãos e agentes Públicos. Administração Pública direta e Administração Pública indireta. Contrato de gestão. A responsabilidade civil da Administração Pública e o terceiro setor. Parcerias. Organização da Administração Pública. Autonomia municipal. 2. Atos Administrativos. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Motivação. Vinculação e Discricionariedade. 3. Processo Administrativo. Conceito, Princípios, Fases e Tipologia. 4. Licitação. Conceito e modalidades. Finalidade e princípios. Objeto. Obrigatoriedade, dispensas e inexigibilidade. Procedimento. Invalidação e revogação. Lei no 8. 666/93, com as alterações posteriores. Pregão (Lei no 10.520/02). 5. Contrato Administrativo. Conceito. Peculiaridades. Formalização. Execução e inexecução. Rescisão. Equilíbrio econômico-financeiro. 6. Serviços públicos. Conceito e classificação. Outorga e delegação. Regulamentação e controle. Requisitos do serviço e direitos dos usuários. Concessão, permissão e autorização de serviço público. Extinção do contrato de concessão e Síntese da Composição patrimonial. Responsabilidade Civil. Convênio e consórcio. 7. Bens Públicos. Conceito, classificação e administração. Regime jurídico. Formas de utilização dos bens Públicos. Alienação dos bens Públicos. 8. Controle da Administração Pública. Controle interno e Controle externo. Controle pelo Poder Legislativo. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle pelo Poder Judiciário.

CARGO: 12-Técnico Administrativo Educacional: Noções Básicas de Arquivo: 1. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 -Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 2. Gestão de Documentos. 3. Arquivo Intermediário. 4. Arquivo Permanente. **Estatística Básica:** Conceito de Estatística. 2. Fenômenos aleatórios. 3. População e amostra. 4. Distribuição de frequência. 5. Variáveis discretas e variáveis contínuas. 6. Séries estatísticas e gráficos.7. Medidas de posição. 8. Medidas de Dispersão. 1. Constituição Federal de 1988. 1.1 Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069 de 1990. 1.2 LDBEN - Lei nº 9.394 de 1990. 2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. 3. Plano Nacional de Educação. 4. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. 5. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Redação Oficial (Federal)**: Normas estabelecidas no Manual de Redação da Presidência da República, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm; programas e Projetos da Educação: FUNDEB, PDDE, PENATE, PENAE, PNLD, Plano de ações articuladas. Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação. Lei Municipal 1.835/2014, e atualizações posteriores.

13-Motorista de Veículo de Emergência: Código de Trânsito Brasileiro: Lei n. 9.503/97, e suas alterações; Resoluções do CONTRAN pertinentes à condução e licenciamento de veículos automotores, habilitação, infrações e penalidades. Do cidadão: da educação para o trânsito; direção defensiva; noções de segurança individual, coletiva e de instalações; primeiros socorros. Regras de circulação: sinalização; classificação e normas gerais de uso do veículo; equipamentos obrigatórios. Identificação e conhecimento técnico de veículos: motor; alimentação; sistema elétrico; suspensão; sistema de direção, freios, rodas e pneus, refrigeração, transmissão e câmbio (caixa de mudanças, embreagem e diferencial); aparelhos registradores do painel. Licenciamento de veículos. Classificação dos condutores. Habilitação. Deveres e

proibições. Infrações e penalidades.

CARGO: 14-Técnico de Enfermagem: Noções gerais de anatomia e fisiologia humana. Noções de histologia dos tecidos. Noções de farmacologia. Noções de microbiologia e parasitologia. Biossegurança em saúde. Controle de infecção hospitalar. Organização do processo de trabalho em saúde e enfermagem. 8Procedimentos técnicos de enfermagem. Assistência em saúde coletiva. Assistência em saúde mental. Assistência ao paciente cirúrgico. Assistência ao paciente com disfunções cardiovascular, circulatória, digestiva, gastrointestinal, endócrina, renal, do trato urinário, reprodutiva, neurológica e musculoesquelética. Enfermagem materno-infantil. Assistência de enfermagem à mulher no ciclo gravídico-puerperal e no climatério. Assistência de enfermagem ao recém-nascido, à criança e ao adolescente hospitalizado. Clínico e cirúrgico. Assistência na emergência/urgência e no trauma. Assistência em terapia intensiva. Noções básicas sobre as principais doenças de interesse para a saúde pública. Diarréia, cólera, dengue, doença de Chagas, esquistossomose, febre tifóide, meningite, tétano, sarampo, tuberculose, hepatite hanseníase, difteria, diabetes, hipertensão arterial, raiva, leishmaniose, doenças sexualmente transmissíveis. Sistema Único de Saúde (SUS). Princípios, diretrizes, estrutura e organização. Estrutura e funcionamento das instituições e suas relações com os serviços de saúde. Níveis progressivos de assistência à saúde. Direitos dos usuários do SUS. Participação e controle social. Ações e programas do SUS. Legislação básica do SUS. Ética profissional. Legislação em enfermagem. Associações de classe e órgãos de fiscalização do exercício profissional. Segurança no trabalho. Humanização no cuidado do paciente/cliente.

CARGO: 15-Técnico de Imobilização: Organização no Processo de Trabalho em Ortopedia e Traumatologia. Anatomia e Fisiologia Humana. Fisiopatologia do Trauma. Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida. Semiologia Ortopédica. Aparelhos Gessados, Órteses e Próteses Ortopédicas. Trações. Imagenologia. Noções Técnicas de Ortopedia. Bandagens e Técnicas de Imobilização. Conhecimentos Básicos do instrumento específico. Fraturas, luxações, contusões, entorses e ferimentos em geral (procedimentos básicos específicos do técnico). Normas de Biossegurança.

CARGO: 16-Técnico de Laboratório: 1. Noções de microscopia: microscópios e estereomicroscópios, suas partes, manuseio e cuidados; 2. Métodos de estudo em microscopia: mediato e imediato; 3. Vidraria de laboratório e sua utilização; 4.. Matemática de laboratório: diluições seriadas, regra de três simples, percentual e solução molar; 5. Noções de centrifugação: princípios de funcionamento, posicionamento dos tubos de ensaio no rotor, precaução para retirada do material; 6. Potenciometria: calibração do potenciômetro e determinação do pH; 7. Espectrofotometria: absorbância, transmitância e curva de calibração. 8. Pesagem: operacionalização de balanças e analíticas e semi-analíticas; 9.. Princípios de Biossegurança; 10. Lavagem e esterilização de material; 11. Punção venosa periférica: utilização do garrote, antissepsia, coleta a vácuo e com seringa; 12. Anticoagulantes utilizados em análise laboratorial: no exame bioquímico, hematológico e coagulograma; 13. Grupos sanguíneos: Determinação do fator Rh e do sistema ABO; 14. Exame parasitológico de fezes: classificação do material fecal. Preparo das fezes para filtração e exame de sedimentação espontânea; 15. Bacteriolo-

gia: coloração de Gram, preparo de meios de cultura, uso do swab para coleta de secreções (oral, nasal e vaginal); 16. Hematologia: Preparação de estiraço, coloração dos preparados citológicos; 17. Urinálise: coleta de urina para sumário, uso de tiras reagentes, classificação do aspecto da urina e determinação do volume urinário; 18. Preparo e Manutenção de coleções biológicas: animais e vegetais;

CARGO: 17-Técnico de Segurança do Trabalho: Sistema de segurança do trabalho; Riscos e causas de acidentes; Prevenção de acidentes de trabalho; Fatores de riscos de acidentes; Normas e dispositivos de segurança; Fatores inseguros; Inspeção em postos de combate a incêndios , mangueiras , hidrantes , extintores e outros; Desenvolvimento da mentalidade prevencionista dos servidores; Instruções e orientação na elaboração e cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes; Legislação; Principais causas e motivos de acidente do trabalho; Fatores que influenciam o triângulo do fogo; Tipos de extintores; CIPA - SIPAT; Mapeamento de risco; Tipos de Treinamentos.

CARGO: 30-Assistente Administrativo-Câmara: Licitação. Lei no 8.666/93: Dos Princípios; das definições; das obras e serviços; dos serviços técnicos profissionais especializados; das compras; das alienações; das modalidades da licitação, limite e dispensa e inexigibilidade; dos registros cadastrais; do procedimento e julgamento; da formalização dos contratos; da execução dos contratos; da inexecução e da rescisão dos contratos; das sanções administrativas; dos crimes e das penas; Pregão (Lei no 10.520/02). E Lei Complementar 101 de 04/05/2000 (LRF). Noções de contabilidade pública;

CARGO: 31-Recepcionista-Câmara: Noções Básicas de Arquivo: 1. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 -Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 2. Gestão de Documentos. 3. Arquivo Intermediário. 4. Arquivo Permanente. Estatística Básica: Conceito de Estatística. 2. Fenômenos aleatórios. 3. População e amostra. 4. Distribuição de frequência. 5. Variáveis discretas e variáveis contínuas. 6. Séries estatísticas e gráficos.7. Medidas de posição. 8. Medidas de Dispersão. Redação Oficial (Federal): Normas estabelecidas no Manual de Redação da Presidência da República, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm. Licitação. Lei no 8.666/93: Dos Princípios; das definições; das obras e serviços; dos serviços técnicos profissionais especializados; das compras; das alienações; das modalidades da licitação, limite e dispensa e inexigibilidade; dos registros cadastrais; do procedimento e julgamento; da formalização dos contratos; da execução dos contratos; da inexecução e da rescisão dos contratos; das sanções administrativas; dos crimes e das penas; Pregão (Lei no 10.520/02). E Lei Complementar 101 de 04/05/2000 (LRF). Noções de contabilidade pública;

PROVAS PRÁTICAS

CARGO: 13-Motorista de Veículo de Emergência – CNH Categoria "D + curso de veiculo de emergência": Serão testados os conhecimentos práticos e operacionais do candidato, como realização de manobras e procedimentos práticos de funcionamento, sendo o veículo a ser utilizado compatível com a categoria de habilitação exigida para a função. **Esta função tem como pré-requisito o porte de carteira nacional de habilitação respectiva VÁLIDA, sob pena de não poder realizar a prova prática, sendo assim eliminado do concurso público.**

CARGO: 10-Assistente Administrativo; 11-Fiscal de Tributos; 12-Técnico Administrativo Educacional; 30-Assistente Administrativo-Câmara; e 31-Recepcionista-Câmara: A prova prática consistira em elaboração de uma planilha eletrônica, com formulas conforme o exercício proposto pelo certame e serão avaliados os seguintes critérios:

Atividades	Pontuação
Formatação	10 pontos
Formula Planilha Excel (horizontal e vertical)	20 pontos
Agilidade em digitar	10 pontos

Critérios: • Conhecimento; • Agilidade; e • Habilidade na execução do serviço. Tempo máximo para avaliação 07 minutos.

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGOS: 18-Assistente Social; 19-Enfermeiro; 20-Engenheiro Civil; 21-Médico Generalista 40 horas; 22-Médico Ginecologista/Obstetra; 23-Médico Veterinário; 24-Professor; 25-Psicologo; 26-Analista Tributário; 27-Contador; 32-Auditor Público Interno-Câmara; e 33-Contador-Câmara.

LÍNGUA PORTUGUESA: Interpretação de texto verbal e/ou não verbal, literário e/ou não literário; Tipologia textual; Funções da linguagem; Coesão e Coerência; Sintaxe: frase, oração, período (termos de orações), concordância verbal e nominal; Morfologia: Classes de palavras, letras e formas; Pontuação; Acentuação gráfica; Ortografia; Semântica; Noções de literatura (conceito e linguagem literária: figuras de linguagem); emprego da Crase; significação das palavras; empregos das classes de palavras.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Da Administração Pública art. 37 a 49 da Constituição Federal: Princípios Constitucionais da Administração Pública; Crimes contra a Administração Pública (art. Artigos 312 ao 327 do Código Penal): Peculato; Peculato culposo; Peculato mediante erro de outrem; Inserção de dados falsos em sistema de informações; Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações; Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento; Emprego irregular de verbas ou rendas públicas; Concussão; Excesso de exação; Corrupção passiva; Facilitação de contrabando ou descaminho; Prevaricação; Condescendência criminosa; Advocacia administrativa; Violência arbitrária; Abandono de função; Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado; Violação de sigilo funcional; Violação do sigilo de proposta de concorrência; Funcionário público. Art. 12 a 87 da Lei Municipal 1752/2013: Do Concurso Público; Da Nomeação; Da Posse e do Exercício; Do Estágio Probatório; Da Estabilidade; Da Readaptação; Da Reversão; Da Reintegração; Da Recondução; Da Disponibilidade e do Aproveitamento; Da Remoção; Da Redistribuição; Da Substituição; Da Acumulação; Da Vacância; Das Carreiras; Da Promoção; Do Regime e da Jornada de Trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO: 18-Assistente Social: Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS Lei nº. 8742/93; Código de ética: princípios e pressupostos; ética profissional; fundamentos éticos - políticos da profissão; Pesquisa e Planejamento: O Processo de investigação no Serviço social; Planejamento Social: Reordenação das relações de trabalho; Políticas Sociais Públicas e Cidadania: Seguridade Social (Saúde, Assistência Social, Previdência) - Conceito, pressupostos, princípios; interface com outras políticas sociais; Prática social, profissional: dimensão política da ação profissional; relação teoria - prática - práxis - relação sujeito/objeto - Instrumentalidade do serviço social; prática profissional nos mais diferentes campos de atuação: saúde pública, terceira

idade, criança e adolescente e mulher; Pressupostos teórico-metodológicos que serviram de suporte para a profissão da gênese à contemporaneidade; Lei n.º 8080/90 - SUS; Lei n.º 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Revista do serviço social e sociedade n.º 62, 63,64 e 65.

CARGOS: 19-Enfermeiro: Sistema Único de Saúde (SUS). Princípios, diretrizes, estrutura e organização. Políticas de saúde. Estrutura e funcionamento das instituições e suas relações com os serviços de saúde. Níveis progressivos de assistência à saúde. Políticas públicas do SUS para gestão de recursos físicos, financeiros, materiais e humanos. Sistema de planejamento do SUS. Planejamento estratégico e normativo. Direitos dos usuários do SUS. Participação e controle social. Ações e programas do SUS. Legislação básica do SUS. Vigilância epidemiológica e vigilância em saúde. Programas de prevenção e controle de doenças transmissíveis prevalentes no cenário epidemiológico brasileiro. Doenças e agravos não transmissíveis. Programa Nacional de Imunizações. Modalidades assistenciais. Hospital-dia, assistência domiciliar, trabalho de grupo. Prática de enfermagem na comunidade. Cuidado de saúde familiar. Estratégia da saúde da família. Teorias e processo de enfermagem. Taxonomias de diagnósticos de enfermagem. Assistência de enfermagem ao adulto portador de transtorno mental. Unidades de atenção à saúde mental. Ambulatório de saúde mental, centro de atenção psicossocial e hospital psiquiátrico. Instrumentos de intervenção de enfermagem em saúde mental. Relacionamento interpessoal, comunicação terapêutica, psicopatologias, psicofarmacologia. Assistência de enfermagem em gerontologia. Assistência de enfermagem ao paciente oncológico nas diferentes fases da doença e tratamentos. Quimioterapia, radioterapia e cirurgias. Procedimentos técnicos em enfermagem. Assistência de enfermagem perioperatória. Assistência de enfermagem a pacientes com alterações da função cardiovascular e circulatória. Digestiva e gastrointestinal. Metabólica e endócrina. Renal e do trato urinário. Reprodutiva. Tegumentar. Neurológica. Músculo esquelético. Assistência de enfermagem aplicada à saúde sexual e reprodutiva da mulher com ênfase nas ações de baixa e média complexidade. Assistência de enfermagem à gestante, parturiente e puérpera. Assistência de enfermagem ao recém-nascido. Modelos de atenção ao recém-nascido que compõem o programa de humanização no pré-natal e nascimento. Assistência de enfermagem à mulher no climatério e menopausa e na prevenção e tratamento de ginecopatias. Assistência de enfermagem à criança sadia. Crescimento, desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação. Cuidado nas doenças prevalentes na infância (diarreicas e respiratórias). Atendimento a pacientes em situações de urgência e emergência. Estrutura organizacional do serviço de emergência hospitalar e pré-hospitalar. Suporte básico de vida em emergências. Emergências relacionadas a doenças do aparelho respiratório, do aparelho circulatório e psiquiátricas. Atendimento inicial ao politraumatizado. Atendimento na parada cardiorrespiratória. Assistência de enfermagem ao paciente crítico com distúrbios hidroeletrolíticos, ácido-básicos, insuficiência respiratória e ventilação mecânica. Insuficiência renal e métodos dialíticos. Insuficiência hepática. Avaliação de consciência no paciente em coma. Doação, captação e transplante de órgãos. Enfermagem em urgências. Violência, abuso de drogas, intoxicações, emergências ambientais. Gerenciamento de enfermagem em serviços de saúde. Gerenciamento de recursos humanos. Dimensionamento, recrutamento e seleção, educação continuada, avaliação de desempenho, liderança, supervisão, comunicação, relações de trabalho e processo grupal. Avaliação da qualidade nos processos de trabalho. Custos, auditoria, acreditação. Processo de trabalho de gerenciamento em enfermagem. Atuação da enfermagem em procedimentos e métodos diagnósticos. Agravos à saúde relacionados ao trabalho. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde. Pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde e enfermagem. Central de material e esterilização. Processamento de produtos para saúde. Processos de esterilização de produtos para saúde. Controle de qualidade e validação dos processos de esterilização de produtos para saúde. Práticas de biossegurança aplicadas ao processo de cuidar. Risco biológico e medidas de precauções básicas para a segurança individual e coletiva no serviço de assistência à saúde. Precaução-padrão e precauções por forma de transmissão das doenças. Definição, indicações de uso e recursos materiais. Medidas de proteção cabíveis nas situações de risco potencial de exposição. Controle de infecção hospitalar. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Legislação em enfermagem. Associações de classe e órgãos de fiscalização do exercício profissional.

CARGO: 20-Engenheiro Civil: Projetos de arquitetura, desempenho das edificações, urbanização, conhecimento de projetos de equipamentos públicos educacionais, administrativos, esportivos, culturais e de saúde. Legislação construtiva, normas técnicas de projetos de engenharia, fundação, estrutura, elétrica, hidráulica, gases, saneamento básico, legislação urbana e meio ambiente. Desenho básico e técnico, normas da representação técnica de estruturas e instalações, softwares de projeto assistido por computador. Cálculo estrutural, dimensionamento de estruturas convencionais, sistemas estruturais e suas características, especificações e normas técnicas de concreto, madeira, aço, materiais litóides, materiais tecnológicos, nanotecnologia na construção civil. Mecânica dos solos, fundações, especificações e normas técnicas, laudos de sondagem, parecer geotécnico. Infraestrutura de urbanização, especificação e dimensionamento de pavimentos, terraplenagem, equipamentos para transporte, desmonte e compactação de solos. Noções de topografia, cartografia e geodésia e aplicações do sistema GNSS a elas. Geoprocessamento. Energia elétrica, eficiência energética, fontes energéticas alternativas, rede de distribuição de energia e iluminação pública. Infraestrutura de saneamento básico – abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Sustentabilidade e reuso de água na construção civil. Projeto de instalações hidráulicas. Dimensionamento de instalações e demanda de consumo, projeto de hidráulica, coleta, tratamento e lançamento de esgotamento sanitário. Rede de gases. Projeto de prevenção de combate a incêndio e pânico, especificações e normas técnicas. Projeto e dimensionamento de macro e microdrenagem. A engenharia ao longo da história, engenharia moderna e contemporânea. Teoria crítica da tecnologia e dos processos de produção em canteiro. Tecnologia das edificações urbanas, ambientais e georreferenciais. Sistemas construtivos pré-fabricados em concreto, *steel-framing*, modular em aço, construções industrializadas, obras públicas e privadas de concreto protendido. Levantamento e quantificação de insumos em obras civis privadas e públicas. Orçamento e composição de custos unitários, parciais e totais. Memória de cálculo de quantitativos, BDI e encargos sociais em obras. Noções da contratação de mão-de-obra na construção civil após flexibilização legal trabalhista. Realização de cronograma físico-financeiro. Estoques e Curva ABC. Caminho crítico e ferramentas PERT/CPM. Planejamento e acompanhamento de obras. Contratos. Programação de obras. Planejamento de fluxos e instalações do canteiro de obras. Acompanhamento e fiscalização de obras. Controle de materiais e de execução de serviços. Sistema de gestão da qualidade e PBQP-h. Noções de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho. Manutenção predial preditiva, preventiva, corretiva. Ética Profissional.

CARGO: 21-Médico Generalista 40 horas: Código de Ética. Aspectos clínicos, epidemiológicos, fisiopatologia e tratamento de: Insuficiência Cardíaca, Insuficiência Coronariana, Insuficiência Hepática, Insuficiência Renal Aguda e Crônica, Pneumonias, Doenças Pulmonares Obstrutivas (Asma, Bronquite Crônica, Enfisema Pulmonar), Síndrome do Desconforto Respiratório do Adulto, Diarreia Aguda e Crônica, Imunodeficiências primárias e adquiridas, Diagnóstico Diferencial e Abordagem do Paciente em Coma, Anemias, Doenças autoimunes (Lúpus Eritematoso Sistêmico, Artrite Reumatóide, Febre Reumática, Artrites Soronegativas), Distúrbios do Equilíbrio Ácido-Básico, Distúrbios Hidroeletrolíticos, Neoplasias Primárias e Metastáticas, Diabetes Mellitus e suas complicações agudas e crônicas, Síndrome do Hipo e Hipertireoidismo, Distúrbios Somatoformes, Desnutrição no Adulto, Distúrbios da

Hemostasia, Diagnóstico Diferencial das Artrites, Leucemias e Linfomas e suas complicações. Conhecimentos gerais de Medicina Legal. Suporte avançado em trauma. Suporte avançado em cardiologia.

CARGO: 22-Médico Ginecologista/Obstetra: Código de Ética. Aspectos clínicos, epidemiológicos, fisiopatologia e tratamento de: Insuficiência Cardíaca, Insuficiência Coronariana, Insuficiência Hepática, Insuficiência Renal Aguda e Crônica, Pneumonias, Doenças Pulmonares Obstrutivas (Asma, Bronquite Crônica, Enfisema Pulmonar), Síndrome do Desconforto Respiratório do Adulto, Diarreia Aguda e Crônica, Imunodeficiências primárias e adquiridas, Diagnóstico Diferencial e Abordagem do Paciente em Coma, Anemias, Doenças autoimunes (Lúpus Eritematoso Sistêmico, Artrite Reumatóide, Febre Reumática, Artrites Soronegativas), Distúrbios do Equilíbrio Ácido-Básico, Distúrbios Hidroeletrolíticos, Neoplasias Primárias e Metastáticas, Diabetes Mellitus e suas complicações agudas e crônicas, Síndrome do Hipo e Hipertireoidismo, Distúrbios Somatoformes, Desnutrição no Adulto, Distúrbios da Hemostasia, Diagnóstico Diferencial das Artrites, Leucemias e Linfomas e suas complicações. Conhecimentos gerais de Medicina Legal. Suporte avançado em trauma. Suporte avançado em cardiologia. Anatomia clínica e cirúrgica do aparelho reprodutor feminino. Fisiologia do ciclo mestrual. Disfunções menstruais. Anomalias congênitas e intersexo. Disturbios do desenvolvimento puberal. Climatério. Vulvovagites e cervicites. Doença inflamatória pélvica aguda e crônica. Doenças sexualmente transmissíveis. Abdomen agudo em ginecologia. Endometriose. Distopias genitais. Disturbios urogenitais. Patologias benignas e malignas da mama. Patologias benignas e malignas da vulva, vagina, útero, ovários. Interpretação de examaes citológicos ediagnósticos da lesões precussoras do câncer cérvico uterino. Noções de rastreamento, estadiamento e tratamento do câncer da mama. Esterilidade conjugal. Planejamento familiar. Ética em ginecologia e obstetrícia. Anatomia e fisiologia da gestação. Diagnóstico de gravidez e determinação de idade gestacional. Assitência pré-natal na gestação normal e avaliação de alto risco obstétrico. Diagnóstico de malformações fetais. Aborto, gravidez ectópica, mola hydatiforme, corioncarcinoma. Diagnóstico, fisiopatologia etramento. Transmissões de infecções materno fetais. Doenças hipertensivas na gestação. Preeclampsia-eclampsia. Diagnóstico, manejo e tratamento. Diabetes melitus da gestação. Cardiopatias, doenças renais, outras condições clínicas na gestação. HIV/AIDS na gestação. Prevenção da transmissão vertical. Mecanismos do trabalho de parto. Assistência ao parto, uso do partograma. Distócias, indicações de cesáreas, forcéps. Rotura prematura de membranas, condução. Indicações de analgesia e anestesia intraparto. Indicações de histerectomias puerperais. Hemorragias de terceiro trimestre. Sofrimento fetal crônico e agudo. Prevenção da prematuridade. Condução e tratamento clínico e cirúrgico de emergências obstétricas.

CARGO: 23-Médico Veterinário: Anatomia, fisiologia e patologia dos animais domésticos (pequenos, médios e grandes) de interesse na produção de alimentos; Defesa Animal: diagnóstico, prevenção e controle; Doenças de notificação obrigatória; Conhecimentos básicos de epidemiologia, análise de risco, bioestatística; Desenvolvimento de programas sanitários; Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal: boas práticas de fabricação e análise de perigos e pontos críticos de controle; Métodos de amostragem e análise; Produtos de origem animal; Produtos de alimentação animal; Fiscalização de produtos de uso veterinário; Soros, vacinas e antígenos (biológicos); Antimicrobianos, antiparasitários e quimioterápicos; Controle da produção de soros, vacinas e antígenos para salmonelose, microplosmose, newcastle, brucelose, raiva, peste suína e febre aftosa; Ensaios de segurança (inocuidade, esterilidade e eficiência) para produtos injetáveis; Análises microbiológicas em produtos de origem animal e de alimentos para animais; Análise físico-química de produtos de origem animal e de alimentos para animais; Análise centesimal; Cromatografia líquida de alta eficiência para análise de corantes e vitaminas em leite; Absorção atômica; Noções básicas de biossegurança; Higiene de alimentos - zoonoses; Doenças transmitidas por alimentos; Identidade e qualidade de alimentos; Legislação federal – Defesa Sanitária Animal; Inspeção de produtos de origem animal; Produtos veterinários; Programas sanitários básicos. Ética profissional.

CARGO: 24-Professor: 1.1 Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069 de 1990. 1.2 LDBEN - Lei nº 9.394 de 1990. 2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. 3. Plano Nacional de Educação. 4. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Programas e Projetos da Educação: FUNDEB, PDDE, PNATE, PNAE, PNLD, Plano de ações articuladas. Plano Estadual de Educação e Plano Municipal de Educação. Lei Municipal 1.835/2014, e atualizações posteriores. Planejamento, Planos e Projetos educativos; Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem; Gestão Democrática nas Instituições de Ensino; Abordagens teóricas e Metodológicas; Didática; prática pedagógica; Teoria e Prática da Educação. A educação básica no Brasil: acesso; permanência; inclusão e fracasso escolar. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental e para a educação Infantil; parâmetros curriculares nacionais. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem; conhecimento na escola; a organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade; cotidiano escolar. Lei Federal nº 9.394/96 - Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Da educação. Dos princípios e fins da educação nacional. Do direito à educação e do dever de educar. Da organização da educação nacional. Dos níveis e das modalidades de educação e ensino. Da composição dos níveis escolares. Da Educação básica. Das disposições gerais. Da educação infantil. Do ensino fundamental. Da educação profissional. Da educação especial. Dos profissionais da educação. Dos Recursos financeiros. Das disposições gerais. Das disposições transitórias. Lei Federal n. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Constituição Federal de 1988, com as alterações introduzidas por suas Emendas Constitucionais: Título II: dos direitos e garantias fundamentais (art. 5º a 17) Título III: da organização do Estado (art. 18 a 43). Noções de postura e ética profissional. Noções de estrutura organizacional e hierarquia.

CARGO: 25-Psicologo: PSICOLOGIA GERAL: Reforma Psiquiátrica. Teorias da Personalidade. Teorias do Desenvolvimento. Técnicas Psicoterápicas: Psicoterapias de Grupo e Psicoterapia Breve, Psicoterapias de problemas específicos. Psicopatologia geral e clínica. Psicossomática. Psicologia Hospitalar. Interdisciplinaridade. Tanatologia. Atendimento níveis: primário, secundário e terciário em saúde. Cid X – conceitos de saúde x transtorno mental. Orientação sexual. Tratamento de adictos. Terapia familiar. Testes psicológicos. Testes projetivos. Psicodiagnósticos, técnicas e teorias. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO: Teorias da aprendizagem; infância e adolescência em situação regular e de risco: características biopsicológicas. Teorias de desenvolvimento e aprendizagem. Antropologia e Educação. A Educação e a diversidade de contextos culturais. Conhecimentos teóricos – práticos. Técnicas instrumentais a serem utilizadas; observação participante, entrevistas individuais na coleta de dados, aconselhamento e orientação da criança, de adolescente, da família e de membros da comunidade. Questionários para pesquisa e conhecimentos da realidade da clientela e da comunidade. Estudo de caso e elaboração de laudos e pareceres. Registro e análise de dados e informações. Atendimento grupal: conhecimentos teórico-práticos sobre a organização e o funcionamento dos grupos humanos. Técnicas e Instrumentos de Avaliação. Psicomotricidade. ASPECTOS PSICO–SOCIAIS DA CRIANÇA: Fatores biológicos e psicológicos da criança. A observação no contexto escolar – ação conjunta família / escola / sociedade. Orientação psicopedagógica. Avaliação das dificuldades de aprendizagem. A integração professor/aluno, criança/família. PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: Rotação de pessoal. Absenteísmo, Recrutamento de pessoal: fontes de recrutamento e meios de recrutamento. Seleção de pessoal: planejamento, técnicas, avaliação e controle de resultados. Avaliação de desempenho: objetivos, métodos, implantação e acompanhamento. Análise de cargos: objetivos e métodos.

Treinamento: levantamento de necessidades, planejamento, execução e avaliação. RELAÇÕES INTERPESSOAIS: Relações Humanas/Interpessoal. Comunicação Interpessoal. Ética e Postura Profissional. Integração. Empatia. O papel do atendimento psicológico nas organizações. Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962 e Resolução CFP nº 012/2011.

CARGO: 26-Analista Tributário: Processo e Procedimento Administrativo Tributário. Conhecimentos básicos sobre fiscalização: competência para fiscalizar, ações fiscais, diligências, licenciamento, autorização, autos de infração, multas e outras penalidades, recursos. Poder de polícia. Constituição Federal: **Título VI – Da Tributação e do Orçamento, Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional**. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Código Tributário Nacional - CTN. **Lei Complementar Federal nº 116/2003**. Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI). Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Instrução Normativa RFB nº 884/2008 alterada pela IN RFB nº 919/2009. Lei Federal nº 8. 137/1990 (Crimes contra a ordem tributária).

CARGO: 27-Contador: Princípios Contábeis e Orçamentários, Código de Ética do Profissional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – STN – 7ª Edição: plano de contas aplicado ao setor público, procedimentos contábeis orçamentários, patrimoniais, específicos, demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. NBCT - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Contabilidade Pública baseada na Lei 4.320/64. Lei Complementar 101 de 04/05/2000 (LRF). Resoluções 40 e 43 do Senado Federal. Portaria Interministerial nº 163/2001. Lei Complementar Estadual 269/07 – Lei Orgânica do TCE/MT. Conhecimento sobre sistema APLIC do TCE/MT. Conhecimentos Básicos sobre Direito Constitucional, Administrativa, Tributária e Previdenciária. Conhecimento básico sobre Licitação e Contratos Administrativos - Lei 8.666/93 e suas atualizações e Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão).

CARGO: 32-Auditor Público Interno-Câmara: Controle Interno: finalidades, atividades e competências. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Sistema de Controle Interno; Controle Externo; Dos Limites Constitucionais para Repasses ao Poder Legislativo Municipal. Contabilidade Pública: princípios, conceito, objetivo e regime. Campo de aplicação. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – STN – 6ª Edição. Portaria Interministerial nº 163/2001. Receita e despesa pública: conceito, classificação econômica e estágios. Receitas e Despesas Orçamentárias e Extra Orçamentárias. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público: conceito, estruturas e contas do ativo, passivo, resultado e compensação. Balanço financeiro, orçamentário, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Lei Complementar Federal 101/2000, 116/2003. Lei Ordinárias 4.320/1964, 8.666/1993 e alterações, 10.520/2002. Lei Complementar Estadual nº 269/2007 e alterações (Lei Orgânica do TCE/MT); Resoluções Normativas do TCE/MT. Conhecimento básico sobre direito Constitucional, Administrativo e Financeiro.

CARGO: 33-Contador-Câmara: Princípios Contábeis e Orçamentários, Código de Ética do Profissional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – STN – 7ª Edição: plano de contas aplicado ao setor público, procedimentos contábeis orçamentários, patrimoniais, específicos, demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. NBCT - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Contabilidade Pública baseada na Lei 4. 320/64. Lei Complementar 101 de 04/05/2000 (LRF). Resoluções 40 e 43 do Senado Federal. Portaria Interministerial nº 163/2001. Lei Complementar Estadual 269/07 – Lei Orgânica do TCE/MT. Conhecimento sobre sistema APLIC do TCE/MT. Conhecimentos Básicos sobre Direito Constitucional, Administrativa, Tributária e Previdenciária. Conhecimento básico sobre Licitação e Contratos Administrativos - Lei 8.666/93 e suas atualizações e Lei 10. 520/2002 (Lei do Pregão).

PROVA PRÁTICA DISSERTATIVA

CARGO: 26-Analista Tributário; 27-Contador; 32-Auditor Público Interno-Câmara; e 33-Contador-Câmara: aplicação de 05 (cinco) questões, sendo que cada uma será atribuído de 0 a 20 pontos, e será sob a forma de situações-problema, compreendendo as seguintes áreas:

Contador: Lei Complementar 101 de 04/05/2000 (LRF); Princípios Constitucionais Art. 37 da CF, Contabilidade Pública baseada na Lei 4.320/64; Constituição Federal: **Título VI – Da Tributação e do Orçamento, Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional**. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Código Tributário Nacional - CTN. **Lei Complementar Federal nº 116/2003**. Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI). Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Código Tributário. Lei Federal nº 8.137/1990 (Crimes contra a ordem tributária).

Analista Tributário: Lei Complementar 101 de 04/05/2000 (LRF); Princípios Constitucionais Art. 37 da CF, Contabilidade Pública baseada na Lei 4.320/ 64; Constituição Federal: **Título VI – Da Tributação e do Orçamento, Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional**. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Código Tributário Nacional - CTN. Código Tributário Municipal CTM. **Lei Complementar Federal nº 116/2003**. Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI). Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Código Tributário. Lei Federal nº 8.137/ 1990 (Crimes contra a ordem tributária).

Auditor Público Interno: Lei Complementar 101 de 04/05/2000 (LRF); Princípios Constitucionais Art. 37 da CF, Contabilidade Pública baseada na Lei 4.320/64; Constituição Federal: **Título VI – Da Tributação e do Orçamento, Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional**. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Código Tributário Nacional - CTN. **Lei Complementar Federal nº 116/2003**. Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI). Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Código Tributário. Lei Federal nº 8.137/1990 (Crimes contra a ordem tributária).

CRITÉRIOS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA DISSERTATIVA

a) Para a prova prática dissertativa será exigido a realização de atividades inerentes aos respectivos conteúdos apresentados, de acordo com as atribuições de cada cargo; com duração máxima de 03 (três) horas. b) Na realização das provas práticas dissertativas serão fornecidos dois Cadernos de Prova, um para rascunho e outro para a dissertação definitiva. c) A versão definitiva deverá ser elaborada no respectivo caderno para posterior avaliação, não sendo aceitos acréscimos de folhas estranhas ao Caderno de Prova, devendo ser respeitados os espaços existentes. d) O preenchimento do Caderno de Prova, que será o único documento válido para a correção da prova, será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno. Em hipótese alguma haverá substituição do Caderno de Prova por erro do candidato. **CRITÉRIOS PARA CARGOS COM TESTE DE APTIDÃO FÍSICA CARGOS: 01-Agente de Higienização Hospitalar; 04-Auxiliar de Serviços Gerais; 05-Gari; 06-Maqueiro; e 28-Auxiliar de Serviços Gerais-Câmara.**

1. O Teste de Aptidão Física tem como objetivo avaliar o desempenho físico do candidato e será de caráter **ELIMINATÓRIO**.

2. Somente participarão da prova prática de **Teste de Aptidão Física** os candidatos classificados até o número de vagas classificatórias da Primeira Etapa constante do Quadro de Cargos **ANEXO I** do Edital, mais os candidatos empatados na última nota considerada para o cargo.

3. Para a realização da prova de**Teste de Aptidão Física**os candidatos deverão comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário determinado, munido, obrigatoriamente:

a) De documento de identidade original (em conformidade com o **Item 9.7. do Edital 001/2017**);

b) Do **ATESTADO MÉDICO EMITIDO COM NO MÁXIMO 30 (TRINTA) DIAS DE ANTECEDÊNCIA DA REALIZAÇÃO DA PROVA (VIDE ANEXO V - MODELO DO ATESTADO MÉDICO), CERTIFICANDO QUE O MESMO SE ENCONTRA APTO PARA A REALIZAÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA.**

4. O ATESTADO MÉDICO DEVERÁ SER ENTREGUE NO DIA DETERMINADO PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA, ANTES DE SEU INÍCIO.

4.1. O CANDIDATO QUE NÃO APRESENTAR O ATESTADO MÉDICO NÃO PODERÁ REALIZAR DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA, SENDO ASSIM ELIMINADO DO CONCURSO.

5. O candidato deverá apresentar-se com roupas apropriadas para exercício físico (calção e camiseta ou agasalho e calçando meias e tênis).

6. Aos casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários que impossibilitem a realização das provas ou diminuam a capacidade dos candidatos não serão concedidos qualquer tratamento privilegiado.

7. O aquecimento e preparação para a prova são de responsabilidade do candidato.

8. Não haverá repetição na execução dos testes, exceto nos casos em que o profissional responsável pela aplicação da prova concluir pela ocorrência de fatores de ordem técnica, não provocados pelo candidato, que tenham prejudicado o seu desempenho.

9. Em razão de condições climáticas ou de força maior, a critério do profissional responsável pela aplicação da prova e da **COMISSÃO INTERNA PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO**, o Teste de Aptidão Física poderá ser adiado ou interrompido, acarretando novo horário e/ou data a serem estipulados e divulgados aos candidatos presentes.

10. O **Teste de Aptidão Física** consistirá das seguintes etapas:

SEXO	A) Corrida (10 minutos)	B) Abdominal (60 segundos)	C) Flexão (Sem interrupções)
Masculino	Mínimo Índice: 1.700m	Mínimo Índice: 25 Repetições	Mínimo Índice: 15 Repetições
Feminino	Mínimo Índice: 1.500m	Mínimo Índice: 20 Repetições	Mínimo Índice: 12 Repetições

A) Corrida: O avaliado deverá correr ou andar utilizando o percurso estabelecido, durante 10 minutos.

Procedimento: Os examinadores iniciarão a corrida através de um apito sonoro, aos 08 minutos de prova será feito um aviso através de um sinal sonoro e o término será feito através de dois sinais sonoros.

B) Abdominal: Posição inicial - decúbito dorsal, pernas e braços (no prolongamento da cabeça) estendidos.

Procedimento: O avaliado realizará sucessivas flexões e extensões abdominais e de pernas (remador), sem interrupções durante 60 segundos. Quando da extensão do abdômen e das pernas, a região dos omoplatas e os calcanhares deverão tocar o solo, enquanto as mãos permanecem acima da linha da cabeça.

C) Flexão: Posição inicial: de frente para o solo, pernas unidas e estendidas, articulações dos cotovelos em extensão, mãos na linha dos ombros.

Para sexo Masculino: Mãos e pés apoiados no solo, 4 (quatro bases).

Para sexo Feminino: Mãos e joelhos apoiados no solo, e calcanhares elevados, 4 (quatro bases).

Procedimento: a flexão será efetuada até ocorrer um ângulo de 90º (noventa graus) entre braço e antebraço (articulação do cotovelo), devendo os cotovelos manter-se posicionados à 90º (noventa graus) em relação ao tronco, conforme a flexão do cotovelo for desenvolvida.

11. Serão considerados habilitados no **Teste de Aptidão Física**, somente os candidatos que obtiverem o índice mínimo exigido nas 03 (três) modalidades: Corrida (resistência aeróbica: masculino índice mínimo 1.700 metros e feminino índice mínimo 1.500 metros); Abdominal (60 segundos: masculino índice mínimo 25 repetições e feminino índice mínimo 20 repetições) e Flexão (Sem interrupções: masculino índice mínimo 15 repetições e feminino índice mínimo 12 repetições). **SERÃO ELIMINADOS OS CANDIDATOS QUE NÃO ATINGIREM OS ÍNDICES MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA TABELA DO ITEM ANTERIOR (ITEM 11).**

ANEXO III

REQUERIMENTO INSCRIÇÃO COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA-PcD

CONCURSO PÚBLICO - 001/2017

Nome do Candidato: _____

Função: _____

O Candidato supracitado, vem por através deste **REQUERER TRATAMENTO ESPECIAL COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**, em conformidade com o LAUDO MÉDICO (em anexo) com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

OBS.: Não serão considerados como deficiência física os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres

INFORMAÇÕES ESPECIAIS PARA A APLICAÇÃO DAS PROVAS:

- SE NÃO NECESSITAR DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO:

- CASO NECESSITE DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL, MARCAR COM X NO LOCAL ABAIXO MENCIONADO E DISCRIMINAR O TIPO DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL NECESSÁRIO:

( ) NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL E/OU TRATAMENTO ESPECIAL.

( ) NECESSITA DE PROVA ESPECIAL (discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário)

( ) NECESSITA DE TRATAMENTO ESPECIAL(discriminar abaixo qual o tipo de tratamento especial necessário)

_____

_____

_____

Declaro, para os devidos fins, que possuo deficiência acima mencionada, e concordo em me submeter, quando convocado, à perícia médica a ser realizada por profissional de saúde do Município de Nova Xavantina/MT, a ser definida em regulamento e que terá decisão terminativa sobre minha qualificação como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função.

_____, ___ de _____ de_____

_____

Assinatura Candidato

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

CONCURSO 001/2017

Requerente:_____

Cargo:_____Código do cargo:_____

N.º RG_____N.º CPF:_____

Requeiro a atribuição de _____(_____) pontos, referente ao título constante do Item 13.1 do Edital n.º 001/2017, LETRA_____ para fins de classificação no Concurso Público.

(Obs.: Os títulos constantes do item 13.1 **não são cumulativos entre si,** sendo considerado somente o de maior pontuação. Só serão considerados os títulos que tiverem correlação com a respectiva área de atuação do cargo.)

Nestes termos peço deferimento.

_____, ____ de _____ de____

_____

Assinatura do Requerente

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA

Em cumprimento ao item 13.1 do Edital do Concurso Público n.º 001/2017.

Deferimos o requerimento;

Deferimos parcialmente o requerimento, atribuindo-lhe _____(_____) pontos;

Indeferimos o requerimento.

_____ _____

Presidente da Comissão Membro Comissão Membro Comissão

_____ _____

Membro Comissão Membro Comissão Membro Comissão

ANEXO V

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA A REALIZAÇÃO DE TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

ATESTADO

Atesto que o Sr.(a):

_____

, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, encontra-se, no momento do presente exame médico, em perfeitas condições físicas, para realizar a prova de **TESTE DE APTIDÃO FÍSICA**, citada no Edital 001/2017 do Concurso Público do Município de Nova Xavantina/MT para o cargo _____, que compreende os seguintes testes: Corrida (resistência aeróbica: masculino índice mínimo 1.700 metros e feminino índice mínimo 1.500 metros); Abdominal (60 segundos: masculino índice mínimo 25 repetições e feminino índice mínimo 20 repetições) e Flexão (Sem interrupções: masculino índice mínimo 15 repetições e feminino índice mínimo 12 repetições).

_____, _____de _____de _____.

_____

NOME (MÉDICO)

Nº REGISTRO CRM/____

OBSERVAÇÕES:

-O atestado médico deverá conter assinatura, carimbo e número de inscrição no Conselho Regional de Medicina–CRM do profissional, emitido com no máximo 30 (trinta) dias de antecedência da prova.

-O atestado médico deverá ser entregue no dia determinado para a realização da prova, antes de seu início. O Candidato que não apresentar o Atestado Médico não poderá realizar o TESTE DE APTIDÃO FÍSICA, sendo assim ELIMINADO do concurso.

ANEXO VI

ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DOS CARGOS

CARGOS: 01-Agente de Higienização Hospitalar: Síntese das Atividades: Efetuar a limpeza e arrumação dos equipamentos e materiais de limpeza no hospital e das unidades de saúde; Efetuar a arrumação dos carrinhos funcionais com os materiais que serão utilizados; Executar serviços de higienização dos apartamentos ou enfermaria, centro cirúrgico, postos de enfermagem, sala de vacinas, corredores, banheiros, áreas criticas, semi-criticas e comuns obedecendo escala mensal; Efetuar a etiquetagem dos produtos, identificando a data de validade; Trocar o refil dos papéis toalha e sabonetes; Efetuar as anotações nas planilhas de higienizações; Solicitar serviço de manutenção preventiva, caso identifique lâmpadas queimadas / tampa de vasos quebrados/ dispensers quebrados ou outros nos apartamentos e demais estrutura física; Higienizar e manter em ordem no deposito de dematerials de limpeza e expurgos; coletar os resíduos; Lavar e passar os lençoes, fronhas, e demais utensílos; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 02-Apoio Administrativo Educacional-Alimentação Escolar: Síntese das Atividades: preparar os alimentos que compõem a alimentação escolar, manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha, manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições escolares.

CARGO: 03-Apoio Administrativo Educacional-Manutenção Infraestrutura: Síntese das Atividades: limpeza e higienização das unidades escolares e órgão central, execução de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, execução da limpeza das áreas externas incluindo serviços de jardinagem.

CARGO: 04-Auxiliar de Serviços Gerais: Síntese das Atividades: Zelar pelo material de uso diário e permanente, tendo o cuidado de não desperdiçar materiais e utensílios diversos. Efetuar a limpeza e manutenção de parques, Jardins, rede fluvial, banheiros e piscinas públicas; Roçar, capinar e coletar os detritos; Escavar valas e fechar valas; Retirar e limpar materiais usados de obras de demolição; transportar materiais empregando se necessário, carrinho de mão; espalhar com a pá, cascalho e outros materiais. Plantar mudas em geral em praças e canteiros e efetuar podas em geral; Recolher das areas públicas, bovinos, eqüinos, cães e outros animais; Auxiliar nos serviços técnicos nas áreas de eletricista, obras, mecânica, engenharia, motorista, pedreiro, e outros; Preparar sepulturas, conservar jazigos e manter organizados e limpo os cemitérios públicos; Abrir picadas com foice, tesoura, machado, facão ou outros equipamentos, para facilitar as medições; Fazer combate a insetos, pragas e ervas danina; Fazer carga e descargas de mercadorias; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 05-Gari: Síntese das Atividades: Executar serviços de coleta de lixo domiciliar, varrição, utilizando ferramentas apropriadas, para garantir a higiene e o bom aspecto dos logradouros públicos e praças; zelar pelos equipamentos e máquinas de trabalho; fazer a coleta de lixo diária nos logradouros do Município, preservando a cidade limpa; cuidar para que na execução de suas tarefas não ocorram acidentes que venham a sujar novamente os logradouros e evitar o retrabalho de varrição; garantir que as sacolas sejam bem acondicionadas nos caminhões coletores, evitando o transbordo e o derramamento de lixo nos logradouros; informar a chefia imediata de locais onde sejam necessários uma melhor realização de varrição e limpeza da cidade, para que sejam tomadas as devidas providências; executar outras atribuições compatíveis com a natureza do cargo mediante determinação superior; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 06-Maqueiro: Síntese das Atividades: Chegar equipamentos ao iniciar os trabalhos, conduzir pacientes para exames diversos; conduzir paciente para as consultas; Conduzir pacientes para exames extra hospitalar quando necessário; auxiliar a equipe de enfermagem no banho e na mudança do decúbito dos pacientes; Conduzir ou retirar pacientes para ambulância ou para veículo de emergência; Promover a manutenção preventiva das macas e cadeiras de roda; Fazer reposição da bala de oxigênio quando necessário; Cuidar da entrada e saída das pessoas no recinto hospitalar; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 07-Apoio Administrativo Educacional- Transporte Escolar: Síntese das Atividades: conduzir os veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação de acordo com as disposições contidas no Código Nacional de Trânsito, manter os veículos sob sua responsabilidade em condições

adequadas de uso e conservação, detectar, registrar e relatar ao superior hierárquico todos os eventos mecânicos, elétricos e de funilaria anormais que ocorram com o veículo durante o uso;

CARGO: 08-Motorista: Síntese das Atividades: Dirigir automóvel, motocicletas, furgão, camioneta, caminhão, ônibus ou veículo similar, acionado os comandos de sua marcha e direção e conduzindo-o no trajeto indicado, segundo as regras de trânsito, para transportar passageiros, cargas, etc. Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do Carter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de sua condições de funcionamento; Ligar o motor do veículo, girando a chave de ignição, para aquece-lo e possibilitar a sua movimentação; Receber os passageiros parando o veículo junto aos mesmos ou esperando-os em pontos determinados e auxiliando-os no embarque, para conduzi-los aos locais devidos; Dirigir o veículo acionando os comandos e observando a sinalização e o fluxo do trânsito, para o transporte; Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente, para garantir a segurança dos passageiros, dos transeuntes e de outros veículos; controlar a carga e descarga das mercadorias, comparando-as aos documentos de recebimento ou de entrega e orientando a sua arrumação no veículo, para evitar acidentes; Zelar pela manutenção do veículo, providenciando limpeza, ajustes e reparos necessários, para assegurar suas condições de funcionamento; Efetuar reparos de emergência no veículo, bem como lavar o mesmo; Dirigir outros veículos de transporte em caráter profissional; Auxiliar nos trabalhos de carga e descarga do veículo; Dirigir e manobrar caminhões no tansporte de terras, cascalho, brita, areia, coleta de lixo e outros materiais; Zelar pela boa manutenção de equipamentos e peças; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 09-Operador de Maquinas Pesadas: Síntese das Atividades: Operar Trator de Esteira, Retro escavadeira, Rolo Compactador, Motoniveladora; Pá Carregadeira, escavadeira hidraúlica, burro preto, martelete, guindaste, guincho, empilhadeira pá carregadeira, motoniveladora, moto scraper e outros; Executar terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos; abrir valetas, aterros, entulhos e lixos, bem como cortar terreno inclinado, abrir ruas, açudes, curva de nível; operar máquinas rodoviárias em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes; operar com máquinas varredouras mecânicas, tratores, etc.; comprimir com rolo compressor cancha para calçamento ou asfaltamento; auxiliar no conserto de máquinas, lavrar e discar terras; cuidar da limpeza e conservação das máquinas, zelando pelo bom funcionamento dos mesmos; Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do Carter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de sua condições de funcionamento; Ligar o motor do veículo, girando a chave de ignição, para aquece-lo e possibilitar a sua movimentação; Dirigir o veículo acionando os comandos e observando a sinalização e o fluxo do trânsito, bem como a legislação do trânsito; Zelar pela manutenção do veículo, providenciando limpeza, ajustes e reparos necessários, para assegurar suas condições de funcionamento; Efetuar reparos de emergência no veículo, bem como lavar o mesmo; Zelar pela boa manutenção de equipamentos e peças; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 10-Fiscal de Tributos: Sintese das Atividades: Realizar serviços administrativos na área tributária, instruindo contribuintes, verificando registros de pagamentos, fazendo plantões fiscais, lavrando autos de infração. Instruir o contribuinte sobre o cumprimento da legislação tributária; verificar os registros de pagamentos dos tributos nos documentos em poder dos contribuintes e investigar a evasão ou fraude no pagamento de impostos; fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas; lavrar autos de infração e apreensão, bem como termos de exame de escrita, fiança, responsabilidade, intimação e documentos correlatos; sugerir campanhas de esclarecimentos ao público nas épocas de cobrança de tributos municipais; verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestações de serviços; verificar a regularidade da utilização dos meios de publicidade em via pública; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 11-Assistente Administrativo: Síntese das Atividades: Receber e remessar correspondências e documentos; Cotação e Compras; Emitir requisições e empenhos; Emitir notas fiscais; Preparar e encaminhar documentos e correspondências oficiais internas e externas; Atender o público e esclarecer dúvidas sobre as funções pertinentes independentes do meio de comunicação quando solicitado; Manter organizados arquivos, almoxarifados e cadastros; Alimentar os sistemas e programas correspondente ao setor de lotação; operar sistemas de informática e officce, digitação e digitalização; Instruir requerimentos e processos, realizando estudos e levantamentos de dados, observando prazos, normas e procedimentos legais; Prestação de contas e elaboração da folha de pagamento; Participar na elaboração da LDO, LOA, PPA; Elaborar juntamente com o chefe imediato o plano de trabalho estratégico; Organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações; Operar máquinas de fotocópia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras máquinas de acordo com as necessidades do trabalho; Auxiliar nos processos de leilão, pregão e demais modalidades licitatórias de bens e serviços; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 12-Técnico Administrativo Educacional: Síntese das Atividades: I - Técnico Administrativo Educacional - Secretaria Escolar, cujas principais atividades são: escrituração, arquivo, protocolo, estatística, atas, transferências escolares, boletins, relatórios relativos ao funcionamento das secretarias escolares; assistência e/ou administração dos serviços de almoxarifado, dos serviços de planejamento e orçamentários, dos serviços financeiros; dos serviços de manutenção e controle da infraestrutura; dos serviços de transporte, dos serviços de manutenção, guarda e controle dos materiais e equipamentos para a prática de esportes nas unidades escolares e outros; II - Técnico Administrativo Educacional - Multimeios Didáticos, cujas principais atividades são: organizar, controlar e operar quaisquer aparelhos eletrônicos tais como: mimeógrafo, videocassete, aparelho de DVD, Blue Ray, televisor, projetor de slides, computador e similares, calculadora, fotocopiadora, retroprojetor, bem como outros recursos didáticos de uso especial, atuando ainda, na orientação dos trabalhos de leitura nas bibliotecas escolares, laboratórios de informática e outros e salas de ciências.

CARGO: 13-Motorista de Veículo de Emergência: Síntese das Atividades: Transportar pacientes e/ ou servidores dentro do Estado ou fora dele; auxiliar nos primeiros socorros a pacientes dentro da ambulância, bem como locomovê-los nas macas para o interior de hospitais; dirigir automóvel, ônibus, caminhão, camioneta, jeep ambulância, dentro ou fora do perímetro urbano ou suburbano; cuidar da manutenção do veículo e fazer-lhe pequenos reparos; Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água e óleo do Carter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de sua condições de funcionamento; Dirigir o veículo acionando os comandos e observando a sinalização e o fluxo do trânsito, para o transporte; Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando as medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente, para garantir a segurança dos pacientes, dos transeuntes e de outros veículos; Zelar pela manutenção do veículo, providenciando limpeza, ajustes e reparos necessários, para assegurar suas condições de funcionamento; Efetuar reparos de emergência no veículo, bem como lavar o mesmo; Dirigir outros veículos de transporte em caráter profissional; Auxiliar nos trabalhos de carga e descarga do veículo; Dirigir e manobrar caminhões no tansporte de terras, cascalho, brita, areia, coleta de lixo e outros materiais; Zelar pela boa manutenção de equipamentos e peças; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 14-Técnico de Enfermagem: Síntese das Atividades do Técnico de Enfermagem que trabalha no Hospital Municipal: Planejar e organizar a qualidade da assistência, do controle sistemático da infecção hospitalar e das iatrogenias, com o próposito de buscar constantes formas de melhorar essa assistência. Prestar assistência a pacientes graves urgência e emergência, em risco eminente de morte (fratura exposta, infarto agudo miocárdio, acidentes etc); Curativos pós operatório no ambito hospitalar, coleta de material contaminado; Cuidar de pacientes infectocontagioso em isolamento; Lavagem e esterialização de material contaminado; Cuidar de Paciente em surto psicótico; Circular as salas no centro cirúrgico; Prestar assistência a parturientes em trabalho de parto; Auxiliar no atendimento a pacientes na realização de exames de raio – x e outros, na emergência, leitos e centro cirúrgico; Executar atividades de apoio, preparando os pacientes para consulta e organizando as chamadas ao consultório e o posicionamento adequado do mesmo; Verificar os dados vitais, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão, a fim de registrar anomalias nos pacientes; Realizar curativos, utilizando medicamentos específicos para cada caso, fornecendo esclarecimentos sobre os cuidados necessários, retorno, bem como procedimento de retirada de pontos, de cortes já cicatrizados; Atender crianças e pacientes que dependem de ajuda, auxiliando na alimentação e higiene dos mesmos, para proporcionar-lhes conforto e recuperação mais rápida; Prestar atendimentos de primeiros socorros, conforme a necessidade de cada caso; Prestar atendimentos básicos a nível domiciliar; Auxiliar na coleta de material para exame preventivo; Participar em campanhas de educação em saúde e prevenção de doenças; Orientar e fornecer métodos anticoncepcionais, de acordo com a indicação; Preencher carteiras de consultas, vacinas, aprazamento, formulários e relatórios; Preparar e acondicionar materiais para a esterilização em autoclave e estufa; Requisitar materiais necessários para o desempenho de suas funções; Orientar o paciente no período pós-consulta; Administrar vacinas e medicações, conforme agendamentos e prescrições respectivamente; Identificar os fatores que estão ocasionando, em determinado momento, epidemias e surtos de doenças infectocontagiosas, para atuar de acordo com os recursos disponíveis, no bloqueio destas doenças notificadas; Acompanhar junto com a equipe, o tratamento dos pacientes com doenças infectocontagiosas notificadas para o devido controle das mesmas; Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins. **Síntese das Atividades do Técnico de Enfermagem que trabalha nas unidades de saúde:** Executar atividades de apoio, preparando os pacientes para consulta e organizando as chamadas ao consultório e o posicionamento adequado do mesmo; Verificar os dados vitais, observando a pulsação e utilizando aparelhos de ausculta e pressão, a fim de registrar anomalias nos pacientes; Realizar curativos, utilizando medicamentos específicos para cada caso, fornecendo esclarecimentos sobre os cuidados necessários, retorno, bem como procedimento de retirada de pontos, de cortes já cicatrizados; Atender crianças e pacientes que dependem de ajuda, auxiliando na alimentação e higiene dos mesmos, para proporcionar-lhes conforto e recuperação mais rápida; Prestar atendimentos de primeiros socorros, conforme a necessidade de cada caso; Prestar atendimentos básicos a nível domiciliar; Auxiliar na coleta de material para exame preventivo; Participar em campanhas de educação em saúde e prevenção de doenças; Orientar e fornecer métodos anticoncepcionais, de acordo com a indicação; Preencher carteiras de consultas, vacinas, aprazamento, formulários e relatórios; Preparar e acondicionar materiais para a esterilização em autoclave e estufa; Requisitar materiais necessários para o desempenho de suas funções; Orientar o paciente no período pós-consulta; Administrar vacinas e medicações, conforme agendamentos e prescrições respectivamente; Identificar os fatores que estão ocasionando, em determinado momento, epidemias e surtos de doenças infectocontagiosas, para atuar de acordo com os recursos disponíveis, no bloqueio destas doenças notificadas; Acompanhar junto com a equipe, o tratamento dos pacientes com doenças infectocontagiosas notificadas para o devido controle das mesmas; Colaborar com a limpeza e organização do local de trabalho; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 15-Técnico de Imobilização: Síntese das atividades: Confeccionar e retirar aparelhos gessados, talas gessadas e enfaixamentos; Executar imobilizações; Preparar e executar trações cutâneas; Auxiliar o médico na instalação de trações esqueléticas e nas manobras de redução manual; Podem preparar sala para pequenos procedimentos fora do centro cirúrgico, como pequenas suturas e anestesia local para manobras de redução manual, punções e infiltrações; Explicar aos pacientes os procedimentos a serem realizados; Participar de ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde no nível individual e coletivo; participar de reuniões técnicas. Atuar em equipe multidisciplinar. Guardar sigilo e confidencialidade de dados e informações conhecidas em decorrência do trabalho; e outras atividades afins.

CARGO: 16-Técnico de Laboratório: Síntese das atividades: Coletar o material biológico empregando técnicas e instrumentações adequadas para testes e exames de Laboratório de Análises Clínicas; Atender e cadastrar pacientes; Proceder ao registro, identificação, separação, distribuição, acondicionamento, conservação, transporte e descarte de amostra ou de material biológico; Preparar as amostras do material biológico para a realização dos exames; Auxiliar no preparo de soluções e reagentes; Executar tarefas técnicas para garantir a integridade física, química e biológica do material biológico coletado; Proceder a higienização, limpeza, lavagem, desinfecção, secagem e esterilização de instrumental, vidraria, bancada e superfícies;

Auxiliar na manutenção preventiva e corretiva dos instrumentos e equipamentos do Laboratório de Análises Clínicas; Organizar arquivos e registrar as cópias dos resultados, preparando os dados para fins estatísticos; Organizar o estoque e proceder ao levantamento de material de consumo para os diversos setores, revisando a provisão e a requisição necessária; Seguir os procedimentos técnicos de boas práticas e as normas de segurança biológica, química e física, de qualidade, ocupacional e ambiental; Guardar sigilo e confidencialidade de dados e informações conhecidas em decorrência do trabalho; e outras atividades afins.

CARGO: 17-Técnico de Segurança do Trabalho: Síntese das Atividades: Inspecionar edificações, máquinas e outros equipamentos detectando condições de risco, indicando equipamentos de proteção coletiva ou individual, investigando causas de acidente de trabalho, ministrando treinamentos sobre prevenção e combate a incêndios e outros; Avaliar as condições ambientais de trabalho, emitindo parecer técnico, visando subsidiar o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador; Participar de campanhas de segurança, de treinamento e orientação aos funcionários; Auxiliar nos exames de processos e pareceres técnicos sobre situação funcional; Auxiliar em perícia e pareceres processuais; Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados; Desenvolver suas atividades, aplicando normas e procedimentos de biossegurança; Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; Executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho; Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizaçõe pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 18-Assistente Social: Síntese das Atividades: Elaborar e implementar políticas que dão suporte à ações na área social; Elaborar, implementar projetos na área social, baseados na identificação das necessidades individuais e coletivas, visando o atendimento e a garantia dos direitos enquanto cidadãos da população usuária dos serviços desenvolvidos pela Instituição; Propor e administrar benefícios sociais no âmbito da comunidade universitária e da população usuária dos serviços da mesma; Planejar e desenvolver pesquisas para analise da realidade social e para encaminhamento de ações relacionadas a questões que emergem do âmbito de ação do serviço social; Propor, coordenar, ministrar e avaliar treinamento na área social; Participar e coordenar grupos de estudos, equipes multiprofissional e interdisciplinares, associações e eventos relacionados a área de serviço social; Acompanhar o processo de formação profissional do acadêmico por meio da viabilização de campo de estágio; Articular recursos financeiros para realização de eventos; Participar de comissões técnicas e conselhos municipais, estaduais e federais de direitos e políticas públicas; Visitas domicilares e *in loco*; Acompanhamentos, encaminhamentos, estudos de casos, entrevistas; Acompanhamento de programas sociais, de família e individuos; Atividade de grupo socioeducativo; Atendimento de serviços da proteção especial; Realizar relatório, pareceres e estudos sociais técnicos relacionados a matéria especifica do serviço social; Desempenhar tarefas administrativas inerentes a função; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios comissões e programas de ensino, pesquisa e extensão; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 19-Enfermeiro: Síntese das Atividades: Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; Aplicar a sistematização da assistência de enfermagem aos clientes e implementar a utilização dos protocolos de atendimento; Assegurar e participar da prestação de assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos clientes; Prestar assistência ao cliente, realizar consultas e prescrever ações de enfermagem; Prestar assistência direta a clientes graves e realizar procedimentos de maior complexidade; Registrar observações e analisar os cuidados e procedimentos prestados pela equipe de enfermagem; Preparar o cliente para a alta, integrando-o, se necessário, ao programa de internação domiciliar ou à unidade básica de saúde; Padronizar normas e procedimentos de enfermagem e monitorar o processo de trabalho; Planejar ações de enfermagem, levantar necessidades e problemas, diagnosticar situação, estabelecer prioridades e avaliar resultados; Implementar ações e definir estratégias para promoção da saúde, participar de trabalhos de equipes multidisciplinares e orientar equipe para o controle de infecção; Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas e cirurgicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada; Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as Disposições legais da profissão; Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a equipe de enfermagem nas diversas unidades de saúde (PSFs, CAPS etc); Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso; No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio; Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2001; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Participar da execução de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc; Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares e Técnicos de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções. Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 20-Engenheiro Civil: Sintese das Ativiades: Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos; Orçar a obra, compor custos unitários de mão de obra, equipamentos, materiais e serviços, apropriar custos específicos e gerais da obra; Executar obra de construção civil, controlar cronograma físico e financeiro da obra, fiscalizar obras, supervisionar segurança e aspectos ambientais da obra; Prestar consultoria técnica, periciar projetos e obras (laudos e avaliações), avaliar dados técnicos e operacionais, programar inspeção preventiva e corretiva e avaliar relatórios de inspeção; Controlar a qualidade da obra, aceitar ou rejeitar materiais e serviços, identificar métodos e locais para instalação de instrumentos de controle de qualidade; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e

utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 21-Médico Generalista 40 horas: Síntese das Atividades: Planejar, controlar e executar as atividades relacionadas ao atendimento primário e emergencial de saúde; realizar exames clínicos, diagnósticos e tratamento médico dentro da especialidade e, requisitar e analisar resultados de exames; prescrever, instruir e acompanhar tratamentos específicos à especialidade exercida; examinar pacientes, manter seu registro com anotação sobre possível diagnóstico e tratamento prescrito; participar do acolhimento atendendo as intercorrências dos usuários; acompanhar o paciente verificando a evolução da doença e, encaminhar o paciente a profissionais ou entidades especializadas; aplicar recursos de medicina preventiva, curativa ou terapêutica para promover a saúde e bem-estar do paciente; realizar atendimento ao paciente, emitir atestados, realizar procedimentos cirúrgicos; participar de programas de vigilância epidemiológica, educação em saúde pública, treinamento e orientação ao pessoal de apoio; atuar em equipe multiprofissional no desenvolvimento de projetos terapêuticos individuais, familiares e coletivos em unidades de saúde e nas comunidades locais, realizando clinica ampliada; realizar encaminhamentos com ou sem preenchimento dos prontuários, conforme definição da secretaria municipal de saúde; articular recursos intersetoriais

disponíveis para diminuição dos agravos à saúde dos pacientes; fiscalizar ambientes públicos e privados de alta, média e baixa complexidade, analisar documentos recebidos das atividades fiscalizatórias e, avaliar o impacto de medidas adotadas na fiscalização; promover a vigilância em produtos e serviços que possam afetar a saúde, exigindo providências de pronta regularização; orientar e atender o público em geral e atuar como agente multiplicador, promover reuniões técnicas interinstitucionais e desenvolver projetos internos e inter-setoriais de fiscalização e intervenção; analisar e acompanhar os encaminhamentos de processos que couberem; articular ações com unidades de saúde, departamentos, secretarias e outros órgãos públicos, envolvendo saneamento, meio ambiente e riscos sobre a saúde humana, ambiental e de animais; efetuar pesquisas em novas legislações e informações técnicas (municipal, estadual, federal e internacional) de uso na área de vigilância da saúde pública; Investigar surtos, acidentes e ambientes de risco, planejar e atuar em ações de controle e prevenção a agravos, epidemias e endemias; promover atividades de capacitação, elaborar relatórios técnicos sobre atividades desenvolvidas.Planejar, controlar e executar as atividades relacionadas ao atendimento primário e emergencial de saúde; realizar exames clínicos, diagnósticos e tratamento médico dentro da especialidade e, requisitar e analisar resultados de exames; prescrever, instruir e acompanhar tratamentos específicos à especialidade exercida; examinar pacientes, manter seu registro com anotação sobre possível diagnóstico e tratamento prescrito; participar do acolhimento atendendo as intercorrências dos usuários; acompanhar o paciente verificando a evolução da doença e, encaminhar o paciente a profissionais ou entidades especializadas; aplicar recursos de medicina preventiva, curativa ou terapêutica para promover a saúde e bem-estar do paciente; realizar atendimento ao paciente, emitir atestados, realizar cirurgia de baixa complexidade; participar de programas de vigilância epidemiológica, educação em saúde pública, treinamento e orientação ao pessoal de apoio; atuar em equipe multiprofissional no desenvolvimento de projetos terapêuticos individuais, familiares e coletivos em unidades de saúde e nas comunidades locais, realizando clinica ampliada; realizar encaminhamentos com ou sem preenchimento dos prontuários, conforme definição da secretaria municipal de saúde; articular recursos intersetoriais disponíveis para diminuição dos agravos à saúde dos pacientes; fiscalizar ambientes públicos e privados de alta, média e baixa complexidade, analisar documentos recebidos das atividades fiscalizatórias e, avaliar o impacto de medidas adotadas na fiscalização; promover a vigilância em produtos e serviços que possam afetar a saúde, exigindo providências de pronta regularização; orientar e atender o público em geral e atuar como agente multiplicador, promover reuniões técnicas interinstitucionais e desenvolver projetos internos e inter-setoriais de fiscalização e intervenção; analisar e acompanhar os encaminhamentos de processos que couberem; articular ações com unidades de saúde, departamentos, secretarias e outros órgãos públicos, envolvendo saneamento, meio ambiente e riscos sobre a saúde humana, ambiental e de animais; efetuar pesquisas em novas legislações e informações técnicas (municipal, estadual, federal e internacional) de uso na área de vigilância da saúde pública; Investigar surtos, acidentes e ambientes de risco, planejar e atuar em ações de controle e prevenção a agravos, epidemias e endemias; promover atividades de capacitação, elaborar relatórios técnicos sobre atividades desenvolvidas.; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferências e audiências públicas e fiscalizações de contrato, quando for compatível com sua função; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 22-Médico Ginecologista/Obstetra: Síntese das Atividades: Compreende as atribuições definidas através dos atos legislativos que regulamentam a profissão; Realizar exames ginecológicos que incluem exames de mamas e exame especular, diagnosticando anomalias e infecções existentes, medicando e/ou encaminhando para novos exames; Realizar a coleta de material preventivo do câncer (coleta de citologia oncótica); Executar cauterizações de colo de útero com criocautério; Realizar o planejamento familiar, através de palestras e explanações a respeito dos métodos existentes na unidade de saúde e fornecendo o material quando solicitado; Realizar investigações de esterilidade conjugal através de exames; Participar de equipe multiprofissional, elaborando ou adequando programas, normas e rotinas, visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde prestadas; Realizar exame pré-natal, diagnosticando a gravidez, solicitando os exames de rotina e verificando pressão, peso, altura uterina e batimentos cardíacos fetais; Avaliar a gestante mensalmente, até o 7º mês, quinzenalmente no 8º mês e semanalmente até o parto; Realizar diagnóstico precoce da gestação de alto risco; Executar avaliação de vitalidade fetal através de estímulo sonoro para ver se há desenvolvimento ideal do feto. realizar consulta pós parto indicando método contraceptivo, se necessário; Fornecer referência hospitalar para parto; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferências e audiências públicas e fiscalizações de contrato, quando for compatível com sua função; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 23-Médico Veterinário: Síntese das atividades: Praticar clínica e cirurgia médica veterinária em todas as suas especialidades; contribuir para o bem estar animal; promover saúde pública; exercer defesa sanitária animal; atuar nas produções industrial e tecnológica; no controle de qualidade de produtos e na inspeção de produtos de origem animal. Fomentar produção animal; atuar nas áreas de biotecnologia e de preservação ambiental; elaborar laudos, pareceres e atestados; emitir laudo de exames complementares solicitados; comparecer às reuniões técnico-científicas ou administrativas, quando convocado, reuniões de Conselhos Municipais, quando convocado; participar de Comissões de Análise de Ética Médica ou outras necessárias ao exercício das suas funções profissionais para o bom funcionamento das atividades de Saúde no Município; promover, participar de programas de educação, incentivando os proprietários de animais a conscientizarem-se da importância das ações preventivas de saúde; executar outras tarefas

correlatas e auxiliar na execução de outras atividades da área onde estiver lotado; seguir as normas e rotinas da Secretaria a qual está lotado quanto: assinatura de livro ponto ou equivalente, uniforme, cumprimento de horário conforme concurso, disponibilidade de atendimento conforme horário a ser estabelecido pelo serviço, deslocamento até os locais de trabalho por conta própria; executar outras tarefas correlatas e auxiliar na execução de outras atividades da área onde estiver lotado; atuar como assistente técnico em processos judiciais ou administrativos de interesse do Município, emitir laudos e pareceres quando solicitados pelas Secretarias.

CARGO: 24-Professor:

1. Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal;

2. Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação;

3. Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico;

4. Desenvolver a regência efetiva;

5. Controlar e avaliar o rendimento escolar;

6. Executar tarefa de recuperação de alunos;

7. Participar de reunião de trabalho;

8. Desenvolver pesquisa educacional;

9. Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade;

10. Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa;

11. Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente;

12. Cumprir a hora-atividade no âmbito da unidade escolar;

Manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar.

CARGO: 25-Psicologo: Síntese das Atividades: Avaliar comportamento individual, grupal e institucional; Aprofundar o conhecimento das características individuais, situações e problemas; Analisar a influência dos fatores hereditários, ambientais e psicossociais sobre o indivíduo, na sua dinâmica inter e intra-psíquica e suas relações sociais, para orientar-se no diagnóstico e atendimento psicológico. Definir protocolos e instrumentos de avaliação, aplicar e mensurar os resultados; Elaborar e executar estudos e projetos ou rotinas na área de gestão de pessoas; Acompanhar cliente durante o processo de tratamento ou cura, tanto psíquica como física em atendimento individual ou grupal; Trabalhar prevenção e a promoção da saúde mental; Proporcionar suporte emocional para cliente internado em hospital e seus familiares, auxiliando-os na elaboração de experiência de doença orgânica, crises e perdas; Realizar acompanhamento terapêutico no pré, peri e pós-cirúrgico; Observar e propor mudanças em situações e fatos que envolvam a possibilidade de humanização do contexto hospitalar; Participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais, realizando atividades em conjunto, tais como: visitas médicas; discussão de casos; reuniões administrativas; visitas domiciliares etc; Realizar e coordenar atividades educativas e grupos de adesão com clientes e familiares, especialmente em casos de doenças crônicas; Proporcionar suporte emocional para a equipe de saúde em situações extremas; Realizar entrevistas, atividades de grupos socioeducativos; Acompanhamento de individuos, crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade social; Elaborar relatórios, laudos, pareceres e estudos psicológicos; Realizar palestras de cunho de orientação, instrução e informação; Reunir com a equipe de trabalho; Visitas domicilares e *in loco*; Acompanhamento de programas sociais; Atendimento de serviços da proteção especial; Trabalhar a prevenção da violação de direito; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Trabalhar segundo normas padrão de biossegurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função**;** Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 26-Analista Tributário: Síntese das atividades: Instruir o contribuinte sobre o cumprimento da Legislação Tributária; Examinar e preparar os elementos necessários à execução da fiscalização externa; Fazer o lançamento, cobrança e controle dos recebimentos de Tributos; Observar que os lançamentos fiscais sejam realizados dentro do calendário fiscal do Município; Executar Diligências Fiscais, verificando em estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, a existência e autenticidade de livros e registros fiscais instituídos pela legislação específica. Verificar a regularidade das escritas destes livros, bem como, levantar possíveis diferenças de tributos não recolhidos; Verificar os registros de pagamentos de tributos nos documentos em poder dos contribuintes; Sugerir medidas destinadas a promover a integração do sistema fiscalizador do Município com os das esferas; Analisar as repercussões das instruções e normas de fiscalização em vigor, aplicando-as e, quando for o caso, propondo medidas corretivas; Colaborar para o aperfeiçoamento da Legislação Tributária Municipal, propondo medidas que visem melhorar os mecanismos de arrecadação; Efetuar estudos sobre incidências de fraudes fiscais, analisando dados e examinando a viabilidade de propostas para detectá-las e corrigi-las; Realizar auditorias e perícias contábeis-fiscais, junto a pessoas físicas ou jurídicas; Estudar e informar processos na área de suas atribuições, inclusive as que importem em defesa da Fazenda Municipal em juízo; Autuar e notificar contribuintes, bem como contestar as respectivas impugnações; Debater em reuniões de trabalho os problemas jurídico-tributários, identificados na ação fiscal, para compor normas e instruções de serviço; Orientar os contribuintes quanto ao cumprimento de leis e regulamentos fiscais; ou em plantões e campanhas educativas; Investigar a evasão ou fraudes no pagamento de tributos; Fazer plantões fiscais e relatórios sobre as fiscalizações efetuadas; Informar processos referentes a valor estimado de tributos e imóveis (Estimativa Fiscal);Lavrar autos de infrações e apreensões, bem como termos de exame de escrita, fiança, responsabilidade, intimação e documentos correlatos; Dar pareceres em processos sobre pedidos de isenção e nos recursos contra lançamentos; Verificar mercadorias em trânsito no Município e documentos correspondentes; Requisitar o auxílio de força pública, ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências ou inspeções; Propor a realização de inquéritos ou sindicâncias que visem salvaguardar os interesses da Fazenda Municipal; Promover o lançamento e cobrança de tributos, conforme diretrizes previamente estabelecidas; Propor medidas relativas à legislação tributária, fiscalização fazendária e administração fiscal,

bem como ao aprimoramento das práticas do sistema arrecadador do Município; Auxiliar na elaboração de relatórios relacionados ao Departamento à fiscalização; Promover a inscrição de Dívida Ativa de Contribuintes que não saldarem seus débitos nos prazos regulamentares, bem como, manter assentamentos individualizados dos devedores inscritos; Revisar o lançamento de Tributos, sempre que se verificar a ocorrência de erro; Orientar e treinar os Agentes de Fiscalização e outros servidores auxiliares na execução de suas funções;

CARGO: 27-Contador: Síntese das Atividades: Organizar e controlar os trabalhos inerentes a contabilidade da Administração Direta e Indireta; Planejar os sistemas de registros e operações contábeis atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais; Classificar e registrar as despesas conforme plano de contas orçamentário. Registrar, controlar e corrigir os atos de atendimento das condições para a realização das despesas em todos os estágios de: Fixação, Programação, Licitação, Empenho, Liquidação, Suprimento, Pagamento; Registrar, controlar e acompanhar a receita arrecadada, as metas de arrecadação, o cronograma de execução mensal de desembolso, a programação financeira, o fluxo de caixa a limitação de empenho; Proceder e ou orientar a classificação e avaliação das receitas e despesas; Acompanhar a formalização de contratos no aspecto contábil; Analisar, acompanhar e fiscalizar a implantação e a execução de sistemas financeiros e contábeis; Emitir pareceres e informações sobre sua área de atuação, quando necessário; Realizar perícia Contábil, quando solicitado; Desenvolver e gerenciar controles auxiliares, quando necessário; Coordenar, orientar, planejar e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária; Fazer impactos financeiros quando solicitado; Elaborar e assinar relatórios, balancetes, balanços e demonstrativos econômicos, patrimoniais e financeiros; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão em sua fase de Planejamento, de coordenação, de desenvolvimento, de orientação e de ministração; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Organizar e executar, antecipadamente aos prazos, todos os procedimentos de registros e lançamentos de dados nos Sistemas de Informações do Tribunal de Contas e dos outros Órgãos Estaduais e Federais; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Com a anuência do servidor participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

CARGO: 28-Auxiliar de Serviços Gerais-Câmara: Síntese das atividades: Trabalhar na limpeza da Câmara Municipal individualmente ou em equipe, com ou sem supervisão permanente. O horário de trabalho é variado, ou em regime de rodízio de turnos. Algumas das atividades podem ser exercidas em grandes alturas, ou em posições desconfortáveis por longos períodos.

CARGO: 29-Operador de Som-Câmara: Síntese das atividades: Operar todo o equipamento de som da Câmara Municipal e de eventos; regular a equalização do som e compressores; regular a intensidade, a tonalidade e demais ajustes necessários; programar os processadores de efeitos; operar mesa de som; colocar o equipamento em funcionamento e testá-lo, manipulando os reguladores; Instalar o equipamento de som volante colocando em funcionamento; fazer pequenos consertos e manutenção dos equipamentos; conhecer e operar equipamentos fotográficos, áudio e imagens; administrar a manutenção dos equipamentos utilizados; desempenhar outras atividades de apoio à secretaria de administração.

CARGO: 30-Assistente Administrativo-Câmara: Síntese das atividades: Receber e remessar correspondências e documentos; Cotação e Compras; Emitir requisições e empenhos; Emitir notas fiscais; Preparar e encaminhar documentos e correspondências oficiais internas e externas; Atender o público e esclarecer dúvidas sobre as funções pertinentes independentes do meio de comunicação quando solicitado; Manter organizados arquivos, almoxarifados e cadastros; Alimentar os sistemas e programas correspondentes ao setor de lotação; operar sistemas de informática e office, digitação e digitalização; Instruir requerimentos e processos, realizando estudos e levantamentos de dados, observando prazos, normas e procedimentos legais; Prestação de contas e elaboração da folha de pagamento; Elaborar juntamente com o chefe imediato o plano de trabalho estratégico; Organizar, classificar, registrar, selecionar, catalogar, arquivar e desarquivar processos, documentos, relatórios, periódicos e outras publicações; Operar máquinas de fotocópia, fax, calculadoras, encadernadoras e outras máquinas de acordo com as necessidades do trabalho; Auxiliar nos processos de leilão, pregão e demais modalidades licitatórias de bens e serviços; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Participar de conselhos, comissões, conferencias e audiências pública e fiscalizações de contrato, quando for designado pela chefia imediata ou gestor municipal; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; Redigir Projetos de Lei, Justificativas, Regulamentos, Contratos e outros atos de natureza administrativa, bem como Decretos, Resoluções e demais atos de natureza legislativa encaminhados pelo Presidente ou pelo Corpo Legislativo; E outras atividades afins.

CARGO: 31-Recepcionista-Câmara: Síntese das atividades: Recepcionar e prestar serviços de apoio e atendimento telefônico, observar normas internas de segurança, receber documentos e encaminhar a Secretaria de Administração.

CARGO: 32-Auditor Público Interno-Câmara: Síntese das atividades: Desenvolver atividades de avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual, que realizado mediante análise de compatibilidade; verificar o atendimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; verificar os limites e condições para realização de operações de créditos e inscrição de dívida em restos a pagar; verificar periodicamente a observância do limite dos gastos despendidos com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao patamar permitido ao final de cada quadrimestre; verificar as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliárias aos respectivos limites nos três quadrimestres subsequentes ao da apuração; controlar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos; verificar e acompanhar o cumprimento do limite de gastos totais do legislativo municipal mediante análise dos valores da receita considerada para a fixação do total da despesa da Câmara Municipal, do percentual aplicável e dos repasses no curso do exercício; controlar a execução orçamentária à vista da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso; avaliar os procedimentos adotados para a realização da receita e da despesa pública; verificar a correta aplicação das transferências voluntárias; controlar a destinação de recursos para os setores públicos e privados; avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento; verificar e analisar a escrituração das contas públicas; acompanhar a gestão patrimonial; apreciar o relatório de gestão fiscal e assiná-lo; avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução e aplicação dos recursos orçamentários; apontar as falhas dos expedientes encaminhados e indicar soluções; verificar as implementações das soluções indicadas para sanar problemas detectados; criar e solicitar condições para a atuação eficaz do controle interno; orientar e expedir atos normativos para os órgãos setoriais; desempenhar outras atividades estabelecidas em lei ou que decorram das suas atribuições; efetuar o planejamento global das atividades anuais e plurianuais; executar tarefas afins e de interesse da municipalidade; zelar pelo patrimônio sob sua responsabilidade e pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção

apropriados, quando da execução dos serviços; participar de programa de treinamento, quando convocado; elaborar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI); realizar auditorias interna; analisar os atos referentes às Contas de Gestão do Poder Legislativo municipal; emitir parecer sobre as Contas de Gestão da Câmara municipal; executar outras tarefas correlatas compatíveis com a natureza do cargo.

CARGO: 33-Contador-Câmara: Síntese das atividades: Organizar e controlar os trabalhos inerentes a contabilidade da Administração; Planejar os sistemas de registros e operações contábeis atendendo as necessidades administrativas e as exigências legais; Classificar e registrar as despesas conforme plano de contas orçamentário. Registrar, controlar e corrigir os atos de atendimento das condições para a realização das despesas em todos os estágios de: Fixação, Programação, Licitação, Empenho, Liquidação, Suprimento, Pagamento; Registrar, controlar e acompanhar a receita arrecadada, as metas de arrecadação, o cronograma de execução mensal de desembolso, a programação financeira, o fluxo de caixa a limitação de empenho; Proceder e ou orientar a classificação e avaliação das receitas e despesas; Acompanhar a formalização de contratos no aspecto contábil; Analisar, acompanhar e fiscalizar a implantação e a execução de sistemas financeiros e contábeis; Emitir pareceres e informações sobre sua área de atuação, quando necessário; Desenvolver e gerenciar controles auxiliares, quando necessário; Acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária; Fazer impactos financeiros quando solicitado; Realizar perícias contábeis; Elaborar e assinar relatórios, balancetes, balanços e demonstrativos econômicos, patrimoniais e financeiros; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão em sua fase de Planejamento, de coordenação, de desenvolvimento, de orientação e de ministração; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Organizar e executar, antecipadamente aos prazos, todos os procedimentos de registros e lançamentos de dados nos Sistemas de Informações do Tribunal de Contas e dos outros Órgãos Estaduais e Federais e remetê-los ao destinatário; Zelar pelo cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho e utilizar adequadamente equipamentos de proteção individual e coletiva; Participar de conselhos, comissões, conferências e audiências públicas e fiscalizações de contrato, quando for compatível com sua função; Compartilhar conhecimentos, treinamentos e/ou atualizações pertinentes ao desenvolvimento de suas funções; E outras atividades afins.

ANEXO VII

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

	Categoria	Descrição	Exames
Item 01	Obrigatórios	Apresentação obrigatória para todas as funções públicas.	1. Hemograma completo em jejum 2. Glicemia em jejum 3. Reação sorológica para Lues (V.D.R.L) 4. Gama GT (Gama Glutamil Transferase) 5. Perfil Lipídico (Colesterol L.D.L, Colesterol H.D.L e Colesterol Total, Triglicérides) 6. Eletrocardiograma (E.C.G) com avaliação do médico cardiologista 7. Raio RX do tórax P.A e perfil e os laudos correspondentes OBS: dispensável para gestantes mediante apresentação do laudo de ultrasonografia (ecografia) recente a data da avaliação médica pericial 8. Audiometria Tonal com avaliação do fonoaudiólogo OBS: se houver perda, ou redução, auditiva apresentar avaliação do médico otorrinolaringologista. 9. Atestado de acuidade visual, fundo de olho e tonometria, em ambos os olhos, emitido por médico oftalmologista. 10. Exame de urina tipo I (E.A.S) 11. Atestado de saúde mental emitido por médico psiquiatra com indicação no Conselho Federal de Medicina 12. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica). 13. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos 14. Colpocitologia Oncotica - Papanicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos 15. Antígeno Prostático Especifico - P.S.A para homens com idade igual ou acima de 40 anos
Item 02	**Docência**	Exigidos para o exercício da função de Professor	1. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista
Item 02	Nutrição	Exigidos para o exercício da função do cargo de Apoio Administrativo Educacional - Nutrição e outras ligadas à manipulação de alimentos e/ou bebidas	1. Parasitológico de fezes 2. Bacteriológico de secreção nasofaringea 3. Pesquisa de BK no escarro (Baciloscopia)
Item 03	Saúde	Exigidos para o exercício da função de Médico, Enfermeiro, Técnico em Enfermagem, odontólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, técnico de imobilização, técnico de laboratório, biólogo, odontólogo, técnico de raio-x.	1. Exame Anti-HCV 2. Teste de PPD - Teste Tubercolínico 3. Tempo de protrombina (TP ou TAP) e tempo de tromboplastina ativada (TTP ou PTT)

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.068, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.068, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Bruna Garcia Toledo**, Procuradora, Matrícula Funcional 3931, da Classe/Nível I/1 para a Classe/Nível I/2, referente ao período aquisitivo 10/12/2014 a 9/12/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.063, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2017

DECRETO N.º 3.063, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara área de utilidade pública municipal, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislação que trata da matéria;

Considerando a necessidade de instituição de área de servidão pública de passagem com vistas à criação de uma estrada que atenda a região do Vale da Serra, zona rural do município;

Considerando que a área de servidão pública servirá principalmente para atender a uma antiga reivindicação dos produtores do Vale da Serra, principal área produtora de grãos do município;

Considerando que a instituição de servidão de passagem não acarretará nenhum custo ao município;

Por fim, considerando os princípios que fundamentam os atos da Administração Pública, em especial os da supremacia do interesse público; **Decreta**:

Art. 1º Fica declarado de **"Utilidade Pública Municipal"** para fins de constituição de **servidão pública de passagem**, uma faixa de terras de 27.400,00m² (vinte e sete mil e quatrocentos metros quadrados), situada na localidade denominada Vale da Serra, zona rural do município de Nova Xavantina – MT, dentro dos seguintes limites e confrontações: "*inicia Estrada denominada NX 306 na divisa com área de servidão da BR 158, em ponto 01 com coordenadas geográficas Lat.: 14º52'10,10" Sul e Long.: 52º17'21,80" Oeste, caminha 300 metros até o ponto 02 com coordenadas Lat.: 14º52'13,80" Sul e Long.: 52º17'31,20" Oeste segue mais 1.070 metros até o ponto 03, Lat.: 14º52'47,80" Sul e Long.: 52º17'21,38,80" Oeste cravado na antiga estrada que segue ao Vale da Serra. Fica assim concluído este memorial descritivo totalizando área de 27,400,0m² (vinte e sete mil e quatrocentos metros quadrados) e extensão de 1.370,0m (hum mil trezentos e setenta metros lineares), conforme croqui demonstrativo em anexo, o novo acesso possui 20,0 metros de largura"*, Engenheiro Civil *Edbert Moreira Júnior* CONFEA /RN 260.136.459-9.

§ 1º A área de terras de que trata o *caput* deste artigo, de propriedade de ***Agropecuária Ana Cláudia Ltda***, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.209.390/0001-11, está devidamente Matriculada em uma área maior sob o n.º 14.240 – 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina - MT, conforme Certidão/Matrícula que integram o presente Decreto.

§ 2º Fica fazendo parte integrante deste Decreto, ART 2867782, mapa e memorial descritivo firmados por Engenheiro Civil Edbert Moreira Júnior CONFEA RN 260.136.459-9.

Art. 2º O município utilizará a área para acesso e trânsito na região do Vale da Serra, zona rural, especialmente para escoamento da produção agrícola daquela região, conforme planta e memorial descrito, anexos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 1 de dezembro de 2017

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 3.069, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 3.069, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*, e suas alterações posteriores;**Decreta**:

Art. 1º Concede ***Adicional por Tempo de Serviço*** a(o) servidor(a) público(a) municipal **Adriana da Silva Freitas**, Gari, Matrícula Funcional 3934, da Classe/Nível A/1 para a Classe/Nível A/2, referente ao período aquisitivo 19/12/2014 a 18/12/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 15 de dezembro de 2017.

Ney Weliton do Nascimento

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO 028/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 028/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ENTRE O MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE - MT E A EMPRESA JOSE C. SANTANA – ME.

Pelo presente instrumento contratual regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 de 21/06/93 e as Alterações Posteriores e Lei Municipal 1122/2015 de 04/12/15, o **Município de Novo Horizonte do Norte**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Rua Augusto de Souza, 171, Centro, nesta cidade, inscrita no **CNPJ** sob o número **03.238.888/0001-93**, representado neste pelo atual Prefeito Municipal, **Sr. Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade RG n.º 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF n.º 503.521.641-15, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a Empresa **José C. Santana - ME**, inscrita no **CNPJ** sob o número **11.419.043/0001-22**, estabelecida à Rua Cuiabá, Quadra 02 Lote 07 s/n.º, Bairro Centro, na Cidade de Novo Horizonte do Norte – MT, CEP: 78.575-000, representada neste ato por seu Sócio Proprietário o Sr. **José Cavalcante Santana**, portador da C. I. RG n.º 1321945-6 SSP/MT, e do CPF n.º 904.741.391-15, residente e domiciliado à Rua Cuiabá, Quadra 02 Lote 07 s/n.º, Bairro Centro, na Cidade de Novo Horizonte do Norte – MT, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Pregão Presencial n.º 007/2016, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objetivo deste Termo Aditivo é prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 028/2016, que vence em 31/12/2017, a fim de manter a essencial prestação de serviços de Contabilidade Geral e Pública na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGENCIA

A vigência do Termo aditivo do contrato 028/2016 assinado entre as partes terá sua vigência entre 01/01/2018 até 31/12/2018; podendo ser prorrogado se for de interesse das partes na forma prevista no Inciso II Artigo 57 da Lei N.º 8.666 de 21 de Junho de 1.993; por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA

A fim de manter a **prestação de serviços continuados de transporte escolar** na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT**,** bem como o atendimento da solicitação do oficio 149/2017/SMECTEL.

CLÁUSULA QUARTA – INALTERABILIDADE

As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original permanecem inalteradas.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT a que está judicialmente vinculado, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Novo Horizonte do Norte - MT, 27 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

Contratante

JOSÉ C. SANTANA – ME

CNPJ: 11.419.043/0001-22

José Cavalcante Santana

Contratada

Selma de Araujo Amorim

Fiscal de Contrato

Portaria n.º 014/2016

Claudeir Aparecido Rocha

Fiscal de Contrato

Portaria n.º 014/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 329/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora **Cláudia Maria Volpato,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1417068-0 SSP/MT e do CPF: nº 916.286.101-82 lotada na **Secretaria Municipal de Saúde,** no cargo de **Cirurgiã Dentista,** referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 21/12/2017 a 04/01/2018.

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar retroagindo seus efeitos a partir de 21 de dezembro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 27 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TERMO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO

CONCORRRENCIA PUBLICA N° 001/2017

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "PROPOSTA MAIS VANTAJOSA"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através da Presidente da Comissão de Licitação, Instituída pela Portaria n° 545/2017 de 20 de Outubro de 2.017, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que suspende o Processo Licitação n° 001/2017 – Concorrência Publica, cujo objeto é: **CONCESSÃO DE USO GRATUITO, DE ÁREAS DE TERRENOS PÚBLICOS LOCALIZADOS NA BR 364, KM 178,5, SAÍDA PARA RONDONÓPOLIS NO PERÍMETRO DESTA CIDADE DE PEDRA PRETA – MT,** para fins de análise de esclarecimento do Edital supracitado. O Município comunicará aos interessados quanto a eventuais retificações ao edital, e nova data de abertura das sessões públicas para recebimento de credenciamento, propostas e habilitação.

Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4416, junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 27 de dezembro de 2017.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

PRESIDENTE CPL

DECRETO Nº 108/2017. DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Decreta Ponto Facultativo nas repartições públicas e dá outras providências;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO as comemorações natalinas, e, as festividades de final de ano.

DECRETA:

ART.1º - *PONTO FACULTATIVO*em todas as Repartições Públicas Municipais,no dia*26/12/2017 (*terça - feira), e no dia 02/01/2018,(terça – feira), exceto os serviços essenciais a população em geral. PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de necessidade ou emergências, poderão ser convocados servidores de qualquer setor das Repartições Públicas Municipal.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 023/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA- MT

EXTRATO DO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 023/2016.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo prorroga do prazo de execução de referente ao contrato **nº 023/2016**. **DO PRAZO**: altera-sea Cláusula III de 25/12/2017, para mais 90 dias compreendendo com fim de execução em 25/03/2018 contrato original, data termo 24/12/2017. **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT - **CONTRATADO**: DYONI TOSHIO TRETTEL HATAQUEIMA-ME, inscrita no **CNPJ** sob o nº. 23.106.186/0001-63.

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 023/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA- MT

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 023/2016.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo prorroga do prazo de vigência de referente ao contrato **nº 023/2016**. **DO PRAZO**: altera-sea Cláusula III de 26/12/2017, para mais 90 dias compreendendo com fim de vigência em 26/03/2018 contrato original, data termo 24/12/2017. **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT - **CONTRATADO**: DYONI TOSHIO TRETTEL HATAQUEIMA-ME, inscrita no **CNPJ** sob o nº. 23.106.186/0001-63

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUB DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 20/2017

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/2017

A prefeitura Municipal de Porto Esperidião-MT, em consonância com o resultado apresentado pela comissão de licitação e parecer emitido pela procuradoria jurídica, Torna público aos interessados a **HOMOLOGAÇÃO do processo supramencionado,** referente ao objeto definido como:**AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL BS10.**

QUE TEVE COMO VENCEDORA A EMPRESA: **COMERCIAL DE COMBUSTIVEL REAL LTDA – EPP CNPJ:024.675.878.0001-95.**

No valor unitário de: 3,78 (três reais e setenta e oito centavos).

Cumpra-se.

Publique-se.

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

TERCEIRO TERMO ADITIVO ENTRE PREVIPORTO E PERFORMANCE ASSESSORIA PREVIDENCIARIA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2015- ENTRE A PREVI-PORTO E A PERFORMANCE ASSESSORIA PUBLICA – VALOR 1.736,20 (HUM MIL SETECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS) MENSAIS, COM INICIO EM 30/12/2017 E FINAL EM 30/12/2018.

OBJETO: ASSESSORIA E CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA.

DIRETOR EXECUTIVO: JOSE RENATO MARTINS

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO 106/2017

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 106/2017

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços, sob a modalidade de assessoria e consultoria especializadas em recuperação de ativos referentes às taxas de licenciamento e de fiscalização ambientais, devidas e não arrecadadas pelas empresas atuantes no ramo de Telefonia móvel; assessoria técnica tributária e ambiental, compreendendo a elaboração de levantamentos e pesquisas para apuração dos valores devidos por empresas de telefonia móvel; assessorial aos servidores municipais para a definição das rotinas e procedimentos a serem adotados para apuração dos créditos e emissão dos documentos de arrecadação; elaboração de minutas das regras técnicas para suporte à elaboração dos cálculos; elaboração de minutas de peças e notificações necessárias ao recebimento dos valores apurados como sendo devidos; realização das rotinas e procedimentos referentes à cobrança dos valores dos tributos apurados e a superintendência da arrecadação dos valores devidos, seja em âmbito extrajudicial, seja judicialmente.

CONTRATADA: ALCANCE ASSESSORIA EMPRESARIAL, ADVOCACIA E AUDITORIA CONTÁBIL LTDAC.N.P.J: 08.578.604/0001-21

VIGENCIA: 18/12/2017

VALIDADE: 18/12/2018

VALOR: 28.000,00 (VINTE E OITO MIL REAIS).

EZEQUIAS SERAFIM DOS SANTOS

CPF: 036.192.641-39

PORTO ESPERIDIÃO-MT, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ATA DE REG. DE PREÇO 22/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017

Pregão Presencial nº 19/2017

Validade: 12 (doze) meses.

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS DENTRO DO PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, de acordo com a Portaria Nº 2.759 de 12 de dezembro 2014, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Aos sete dias do mês de dezembro de 2017, na sede da prefeitura do Município de Porto Esperidião, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Rua Arnaldo Jorge da Cunha*, CEP: 78.240.000,* neste ato representado pelo Prefeito Municipal Martins Dias de Oliveira, casado, brasileiro, portador do RG 377970 e CPF 299.631.761.00*, nos termos da* Lei 10.520, de 17 de Julho de 2002. Decreto 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, Decreto 8.250 de 23 de Maio de 2014, e subsidiariamente pela Lei 8.666/93*, e demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentada pela empresa:* **WS ODONTO INTEGRADA LTDA-ME-**INOVARE ODONTOLOGIA **CNPJ: 22.915.549/000149, Endereço Rua Padre Cassemiro, 1370, Centro- Cep: 78240.000 - Cáceres-MT. Neste ato representado pelo senhor WILLIAN PACHECO BEBER, portador do RG: 1574475-2 e CPF: 0021.394.631-96,** oriunda do **Pregão Presencial nº 19/2017**, Ata de julgamento de Preços, homologada e publicada no Diário Oficial em 06/12/2017, pela Prefeitura de PORTO ESPERIDIÃO - MT, em conformidade com o processo nº 74/2017, RESOLVE registrar os preços nas condições e especificações seguintes:

1. OBJETO E PREÇOS

- Constituem o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93. Nas condições e preços conforme segue:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DETALHADA	UN	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	039.050.327	PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL (PLANO DE PROTESE PARCIAL MANDIBULAR REMOVIVEL (PLANO DE CERA, MONTAGEM DE DENTES E ACRILIZAÇÃO DE PROTESES PARCIAIS) COM METAL.	UND	84	LAB.INOVARE	320,00	26.880,00
2	039.050.328	PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL (PLANO DE CER PROTESE PARCIAL MAXILAR REMOVIVEL (PLANO DE CERA, MONTAGEM DE DENTES E ACRILIZAÇÃO DE PROTESES PARCIAIS) COM METAL	UND	84	LAB.INOVARE	320,00	26.880,00
3	039.050.329	PROTESE TOTAL MANDIBULAR (MOLDEIRA INDIVIDUAL,PL PROTESE TOTAL MANDIBULAR (MOLDEIRA INDIVIDUAL PLANO DE CERA, MONTAGEM DE DENTES E ACRILIZAÇÃO DE PROTESES TOTAIS)	UND	84	LAB.INOVARE	290,00	24.360,00
4	039.050.330	PROTESE TOTAL MAXILAR (MOLDEIRA INDIVIDUAL, PLANO PROTESE TOTAL MAXILAR (MOLDEIRA INDIVIDUAL PLANO DE CERA, MONTAGEM DE DENTES E ACRILIZAÇÃO DE PROTESES TOTAIS)	UND	84	LAB. INOVARE	290,00	24.360,00
VALOR TOTAL:102.480,00 (CENTO E DOIS MILE QUATROCENTOS OITENTA REAIS)							

1.1 - Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo), cabendo às unidades interessadas a obrigatoriedade de promover pesquisa de mercado antes da utilização desta ata, pesquisa essa cujo resultado deverá constar do campo próprio da requisição de compras.

1.2 - Os preços registrados na presente Ata referem-se aos serviços abaixo especificados de acordo com o Anexo I termo de referência do edital de Pregão Presencial nº 19/2017.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses**,** a partir d**e 07 de dezembro de 2017 até 07 de dezembro de 2018.** Podendo ser prorrogada, por igual período, desde que haja anuência das partes. 2.2 - A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta)dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

2.2 - À Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a detentora, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 60(sessenta) dias**,** a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata.

3. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

3.1. O prazo para a retirada da nota de empenho será de até 05 (cinco) dias corridos contados da data ciência da convocação. 3.2. Para a retirada de cada nota de empenho ou ata de registro de preços perante a Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.2.1. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal (**Prefeitura de Porto Esperidião**). 3.3 Os serviços deverão ser prestados de acordo com a necessidade da secretaria municipal de obras e deverão começar a ser realizado de imediato mediante Nota de Autorização de Despesas. 3.4 Os serviços deverão ser realizados neste Município e todos os gastos com ferramentas, profissionais capacitados e quaisquer outros gastos não previstos no edital, correrão por conta da empresa vencedora. 3.5 Os serviços da ata serão recebidos pela unidade requisitante, de acordo com as necessidades da secretaria municipal de educação e deverão ser prestados de acordo com sua proposta. 3.6 Se os serviços prestados não corresponder às especificações do objeto da ata, serão aplicadas as penalidades cabíveis. 3.7 Se, durante o prazo de validade da ata, os serviços apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem a administração, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal, a detentora deverá refazê-lo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura. **4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

4.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer, no mesmo dia da notificação, para retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de serviço, para começar o serviço sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Nota de Empenho, a empresa vencedora do certame obriga-se a: a) Atender a Ordem de serviço do Município fornecendo os serviços descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas, ou por preços menores, caso a pesquisa de mercado assim o indique; b) Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de serviço. c) Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responsabilizar-se pelos **encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais**, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, a Prefeitura Municipal, a qualquer tempo, poderá checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento. g) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município; h) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; i) Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta. j) Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços. k) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante; l) Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao TCE ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados; **5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO - MT**

5.1 A ata de registro de preços, o Município se obriga a: a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa. b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados. c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora; d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços. **6. PENALIDADES**

6.1. De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias;

6.1.2. A multa prevista no item 4.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

6.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial dos serviço adquiridos, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades: a) Advertência por escrito; b) aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos; d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93; 6.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

6.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo. 6.5. Caso se constate problemas relacionados ao serviço, a adjudicatária deverá resolvê-lo, no prazo determinado pela Administração. Não sendo resolvido o problema dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da nota de empenho até a data do efetivo cumprimento da obrigação. 6.6. É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei federal 8.666/93, com suas posteriores alterações. 6.7. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. **7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1. A empresa licitante deverá apresentar notas fiscais correspondentes aos serviços prestados, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretaria Municipal de Finanças. 7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária ou cheque, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato; 7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária. **8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS**

8.1. -Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustada automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. - O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata. 8.3. - Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado. 8.3.1. - Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8.4. - Caberá à Administração, a cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.1. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

9.2.1.A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2.A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços; 9.2.4 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; 9.2.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução; 9.2.6 Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração; 9.2.7 Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3.A comunicação da rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 02 (duas) vezes consecutivas**,** considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4. A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias**,** facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis**,** caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5.A Administração, ao seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1.As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas de consumo, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado. 10.2.As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de serviço. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata. **10. DISPOSIÇÕES GERAIS**

11.1. O compromisso de serviço só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de serviço ou instrumento equivalente decorrente da ata. 11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o serviço decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3.O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de Porto Esperidião – MT, é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de execução do serviço, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais. 11.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.6.A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.7 O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro, sendo que cada contratação terá valores próprios. 11.8 Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.9.Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Porto Esperidião - MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado. A sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Porto Esperidião – MT - 07 de dezembro de 2017

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL - CONTRATANTE

WS ODONTO INTEGRADA LTDA-ME

INOVARE ODONTOLOGIA

CNPJ: 22.915.549/000149 - CONTRATADA

Testemunhas EDILZA ROSALINA PEREIRA DIAS

CPF: 038.342.821-11

RONEY BATISTA CARDOSO

CPF:883.928.801-53

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 013/2017

Por este instrumento particular de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, de um lado **o MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT** direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.740.268/0001-28, estabelecida a Av. José Antônio de Faria, nº 2035 - Centro, na cidade de Porto Estrela/MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Eugênio Pelachim**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.323.121 SSP/PR e do CPF nº 424.930.999-15, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Hitler Sansão s/n. Centro, nesta cidade de Porto Estrela - MT, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **Ferrari & Ferrari LTDA - EPP,** devidamente inscrita no CNPJ. 05.976.143/0001-57, situada na Av. José Antônio de Faria, Centro, na cidade de Porto Estrela - MT, neste ato representado pelo senhor **Hemerson Vegas Ferrari,** portador do RG n° 736873 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n° 616.512.491-72, residente e domiciliado na cidade de Porto Estrela/MT, doravante denominada **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo final do contrato original 013/2017, com **vigência** a partir do dia 01 de janeiro de 2018.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO 2.1. A alteração se faz, em virtude do termino do contrato previsto para o dia 31 de dezembro de 2017. **2.2.** Vigência de 12 meses contados a partir do dia 01 de janeiro de 2018, com o termino previsto para o dia 31 de dezembro de 2018. **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1.** O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da Contratante, e encontra amparo legal no Artigo 65, Inciso II e no Artigo 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93. **4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS 4.1.** Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 013/2017 e seu Termo de Apostilamento.

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (tres) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram**.**

Porto Estrela – MT, 21 de Dezembro de 2017.

Eugênio Pelachim **Prefeito Municipal** **CPF nº 684.024.148-34** **Contratante**	**Hemerson Vegas Ferrari** **CPF: 616.512.491-72** **Ferrari & Ferrari LTDA - EPP** **CNPJ. 05.976.143/0001-57**

	CONTRATADA

Testemunhas:

_____

_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
4º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº. 011/2015

Por este instrumento particular de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, de um lado **o MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT** direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.740.268/0001-28, estabelecida a Av. José Antônio de Faria, nº 2035 - Centro, na cidade de Porto Estrela/ MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Eugênio Pelachim**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº1.323. 121 – SSP/PR e CPF 424.930.999-15, residente e domiciliado à Av. Hitler Sansão, S/N, Centro, nesta cidade de Porto Estrela -MT, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa, **E. S. S. BULOW – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 11.156.146/0001-47, estabelecida na Rod MT 358, nº 2630, Setor E, Bairro Chácara do Córrego Estaca, Tangara da Serra/MT, neste ato representada por seu Sócio Proprietário o Sr. **Eloi Sadi bulow**, portador do documento de identidade RG N.º 5001525021 SSP/RS e do CPF. N.º 226.638.270-53, residente e domiciliado a Rua Evelin Crestani, nº 457-S, Bairro Cidade Alta, Tangará da Serra/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente termo aditivo tem por objeto a Prorrogação do prazo do 3º Termo Aditivo do contrato original de nº 011/2015, conforme relatos da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO 2.1. A alteração se faz, em virtude do fim da vigência do 3º Termo Aditivo do Contrato Original nº 011/ 2015. **2.2.** Fica assim prorrogado o prazo de execução em mais 90 dias, previsto para o dia 30/03/2018; **2.3.** Ficando assim prorrogado o prazo de vigência em mais 180 dias, com termino previsto para o dia 28/06/2018.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da Contratante, e encontra amparo legal no Artigo 65, Inciso 2, da Lei Federal nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

4.1. Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 011/2015.

E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram.

Porto Estrela – MT, 22 de Dezembro de 2017**.**

EUGÊNIO PELACHIM E. S. S. BULOW – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

Prefeito Municipal CNPJ n.º 11.156.146/0001-47

Contratante CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 016/2017

Por este instrumento particular de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, de um lado **o MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT** direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.740.268/0001-28, estabelecida a Av. José Antônio de Faria, nº 2035 - Centro, na cidade de Porto Estrela/ MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Eugênio Pelachim**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.323.121 SSP/PR e do CPF nº 424.930.999-15, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Hitler Sansão s/n. Centro, nesta cidade de Porto Estrela - MT, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa, a empresa **BIO RESIDUOS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ. nº22.096.126/0001-44, situada na Rua Mario Rossignolo, n° 406, brcao 02 quadra ind 13 lote 33/34, bairro distrito industrial, na cidade de Rondonópolis - MT, neste ato representada pelo seu Representante Legal **Paulo Henrique Maia de Melo**, portadora do RG n° 0906642485 SSP/BA e inscrita no CPF sob o n° 306.065.258-90, brasileiro, residente e domiciliado Avenida Dom Osório, n° 291, bairro Santa Cruz, na cidade de Rondonópolis - MT, doravante denominada **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo final do contrato original 016/2017, com **vigência** a partir do dia 01 de janeiro de 2018.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO 2.1. A alteração se faz, em virtude do termino do contrato previsto para o dia 31 de dezembro de 2017. **2.2.** Vigência de 12 meses contados a partir do dia 01 de janeiro de 2018, com o termino previsto para o dia 31 de dezembro de 2018. **2.3.** Valor total anual de R$ 7.200,00 (Sete Mil e Duzentos Reais), equivalente a 1.200 kg de resíduos dos Serviços de Saúde (lixo hospitalar), que serão divididos em 12 meses. **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1.** O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da Contratante, e encontra amparo legal no Artigo 65, Inciso II e no Artigo 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93. **4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS 4.1.** Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 016/2017.

E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (tres) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram**.**

Porto Estrela – MT, 11 de Dezembro de 2017.

Eugênio Pelachim **Prefeito Municipal** **CPF nº 684.024.148-34** **Contratante**	**BIO RESIDUOS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA** **CNPJ. Nº 22.096.126/0001-44** **Paulo Henrique Maia de Melo** **CPF. Nº 306.065.258-90** **Contratada**

Testemunhas:

_____

_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
1º TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº. 010/2017

Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, a Prefeitura Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, cadastrada no CNPJ nº - 24.740.268/0001-28, com sede na Avenida Jose Antônio de Faria nº 2. 035, centro, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Sr. **Eugênio Pelachim**, portador da cédula de Identidade **RG nº 1323121 SSP/ PR e CPF nº 424930999-15,** residente e domiciliado neste Município, Av. Hitler Sansão – Centro – Porto Estrela/MT, neste ato denominado o **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **Lenilda do Carmo Silva - Me**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 10.307.456/0001-52, estabelecida na Av. Ayrton Senna, número 392, Bairro Maracanã, na cidade de Barra do Bugres/MT, neste ato representada pela sua Proprietária a Sra. Lenilda do Carmo Silva, portador do documento de identidade RG N.º 1596972-0 SSP/RS e do CPF. N.º 017. 322.111-40, residente e domiciliado a Rua 04, Jardim Imperial s/n, Cidade de Barra do Bugres/MT, doravante denominado **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O objeto do presente termo, consiste na Prorrogação do prazo do contrato original de nº 010/2017, conforme relatos da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

PARAGRAFO ÚNICO – Fica prorrogado o Contrato Original pelo prazo de 12 (mês) meses, a partir do dia 01 de janeiro de 2018 com termino previsto para o dia 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O Valor do Presente Aditivo de Contrato é de R$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais) referente a 12 parcelas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO SUPORTE LEGAL

O presente termo aditivo, está em conformidade com o Art. 57, Inciso II e Art. 65 Inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 010/2017.

E, Assim por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram.

Porto Estrela – MT, 11 de Dezembro de 2017.

Eugênio Pelachim ***Lenilda do Carmo Silva – Me***

Prefeito Municipal CNPJ nº 10.307.456/0001-52 Lenilda do Carmo Silva

CONTRATANTECONTRATADA

Testemunhas:

_____

_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 008/2016

Por este instrumento particular de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, de um lado **o MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT** direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.740.268/0001-28, estabelecida a Av. José Antônio de Faria, nº 2035 - Centro, na cidade de Porto Estrela/ MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Eugênio Pelachim**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.323.121 SSP/PR e do CPF nº 424.930.999-15, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Hitler Sansão s/n. Centro, nesta cidade de Porto Estrela - MT, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa, a empresa **Dura-Lex Sistemas De Gestão Pública Ltda**, pessoa jurídica devidamente cadastrada no CNPJ: sob nº 86.952.587/0001-54 situada à Rua Baltazar Navarros nº 405 – Bairro Bandeirantes – Cuiabá/MT, neste ato representado por seu proprietário o Srº **Ismael Felício de Toledo**, brasileiro, casado, residente e domiciliado rua general vale nº 431, condomínio vaticano, ed. Leão XIII, ap. 504, bairro bandeirantes – Cuiabá/MT, neste ato denominado de **CONTRATADO**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo final do contrato original 008/2016, com **vigência** a partir do dia 01 de janeiro de 2018.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO 2.1. A alteração se faz, em virtude do termino do contrato previsto para o dia 31 de dezembro de 2017. **2.2.** Vigência de 12 meses contados a partir do dia 01 de janeiro de 2018, com o termino previsto para o dia 28 de fevereiro de 2018. **2.3.** Valor de R$ R$ 14.251,43 (Quatorze Mil Duzentos e Cinquenta e Um Reais e Quarenta e Três Centavos) por mês. (Especificado no ANEXO I deste Termo.) **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1.** O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da Contratante, e encontra amparo legal no Artigo 65, Inciso II e no Artigo 57, Inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93. **4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS 4.1.** Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 008/2016.

E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (tres) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram**.**

Porto Estrela – MT, 11 de Dezembro de 2017.

Eugênio Pelachim **Prefeito Municipal** **CPF nº 684.024.148-34** **Contratante**	**DURALEX SISTEMA DE GESTAO PUBLICA LTDA** **ISMAEL FELÍCIO DE TOLEDO** **CPF Nº 081.959.628-07** **Contratado**

Testemunhas:

_____

_____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

ANEXO I

ITEM	Descrição dos Sistemas	Meses	V. Mensal
1.			
2.	Software de Administração Tributária (Arrecadação Municipal) com módulos via internet	02	R$920,30
3.	Software para elaboração, controle e gerenciamento do Orçamento (PPA-LDO-LOA)	02	R$644,21
4.	Software para gerenciamento financeiro e Contabilidade Pública	02	R$1. 012,33
5.	Software para gerenciamento da Tesouraria	02	R$920,30
6.	Software para gerenciamento da prestação de contas ao TCE/MT (APLIC)	02	R$644,21
7.	Software para gerenciamentos Administrativos	02	R$644,21
8.	Software para gerenciamento de compras/licitações de materiais e serviços com disponibilidade de propostas a fornecedores.	02	R$1. 012,33

9.	Software para gerenciamento das solicitações e autorizações de compras via internet	02	R$828,27
10.	- Software para gerenciamento do estoque/almoxarifado via internet - Gerenciamento e controle de Veículos e (Abastecimento Por Cartão Magnético) via Internet, com envio de SMS ao Gestor	02	R$828,27 R$1.000,00
11.	Software para gerenciamento do patrimônio	02	R$920,30
12.	Software para gerenciamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento com emissão de Holerite via internet	02	R$1.103,47
13.	Software para gestão Educacional	02	R$552,18
14.	Software para gerenciamento e controle do Saneamento	02	R$1.012,33
15.	Software para gerenciamento do Imposto Sobre Serviços	02	R$736,24
16.			
17.	Software via internet para transparência das Despesas/Receitas e demais atos administrativos. (Lei nº 12527/2011 e LC nº 131/2009)	02	R$552,18
18.	Software via internet para Serviço ao Cidadão, tais como; emissão de certidão negativa, alvará, Iptu online, Itbi, Débitos Online, etc...	02	R$460,15
19.	Software via internet para informações dos servidores; holerite, rendimentos anuais, extrato de retenções, tempo de serviço, consignações e etc.	02	R$460,15
	TOTAL		**R$ 14.251,43**

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 014/2017

Por este instrumento particular de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, de um lado **o MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT** direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.740.268/0001-28, estabelecida a Av. José Antônio de Faria, nº 2035 - Centro, na cidade de Porto Estrela/MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Eugênio Pelachim**, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.323.121 SSP/PR e do CPF nº 424.930.999-15, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Hitler Sansão s/n. Centro, nesta cidade de Porto Estrela - MT, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa, a empresa **LUCAS DAVID MARQUES 34402715873,** pessoa jurídica devidamente cadastrada no CNPJ nº 24.282.834/0001-03, domiciliada à avenida Deputado Emanuel Pinheiro, nº 1.415, bairro Maracanã, Barra do Bugres/MT, neste ato representada pelo seu representante legal o **Sr. LUCAS DAVID MARQUES** portador do documento de identidade RG N.º 405716643 SSP/SP e do CPF. N.º 344.027.158-73, residente e domiciliado à avenida Deputado Emanuel Pinheiro, nº 1.415, bairro Maracanã, Barra do Bugres/MT, doravante denominada **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo final do contrato original 014/2017, com **vigência** a partir do dia 01 de janeiro de 2018.

2. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO 2.1. A alteração se faz, em virtude do termino do contrato previsto para o dia 31 de dezembro de 2017. **2.2.** Vigência de 12 meses contados a partir do dia 01 de janeiro de 2018, com o termino previsto para o dia 31 de dezembro de 2018. **2.3.** Valor de R$ 2.900,00 (Dois Mil e Novecentos Reais) por mês, perfazendo um valor total anual de R$ 34.300,00 (Trinta e Quatro Mil e Trezentos Reais).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL 3.1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da Contratante, e encontra amparo legal no Artigo 65, Inciso II e no Artigo 57, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS 4.1. Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 014/2017.

E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (tres) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram**.**

Porto Estrela – MT, 11 de Dezembro de 2017.

Eugênio Pelachim **Prefeito Municipal** **CPF nº 684.024.148-34** **Contratante**	**LUCAS DAVID MARQUES** **CPF nº 344.027.158-73** **LUCAS DAVID MARQUES 34402715873** **CNPJ nº 24.282.834/0001-03** **CONTRATADA**

Testemunhas:

NOME: NOME:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
6º TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº. 010/2015

Por este instrumento particular de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, de um lado **o MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - MT** direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 24.740.268/0001-28, estabelecida a Av. José Antônio de Faria, nº 2035 - Centro, na cidade de Porto Estrela/MT, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Eugênio Pelachim**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº1.323.121 – SSP/PR e CPF 424.930.999-15, residente e domiciliado à Av. Hitler Sansão, S/N, Centro, nesta cidade de Porto Estrela -MT, doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a Empresa, **E. S. S. BULOW – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES,** pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 11.156.146/0001-47, estabelecida na Rod MT 358, nº 2630, Setor E, Bairro Chácara do Córrego Estaca, Tangara da Serra/MT, neste ato representada por seu Sócio Proprietário o Sr. **Eloi Sadi bulow**, portador do documento de identidade RG N.º 5001525021 SSP/RS e do CPF. N.º 226.638.270-53, residente e domiciliado a Rua Evelin Crestani, nº 457-S, Bairro Cidade Alta, Tangará da Serra/MT, neste ato denominado simplesmente de **CONTRATADO**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DO CONTRATO, regida sob a égide da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Presente termo aditivo tem por objeto a Prorrogação do prazo do 5º Termo Aditivo do Contrato Original nº 010/2015, conforme relatos da lei 8.666/93 e alterações posteriores.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO 2.1. A alteração se faz, em virtude do fim da vigência do 5º Termo Aditivo do Contrato Original nº 010/2015. **2.2.** Ficando assim prorrogado sua vigência em mais 120 dias, com termino previsto para 29/04/2018.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. O presente termo aditivo decorre de autorização do Prefeito Municipal da Contratante, e encontra amparo legal no Artigo 65, Inciso 2, da Lei Federal nº 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

4.1. Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº 010/2015.

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram.

Porto Estrela – MT, 22 de Dezembro de 2017**.**

EUGÊNIO PELACHIM E. S. S. BULOW – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES

Prefeito Municipal CNPJ n.º 11.156.146/0001-47

Contratante CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
4º TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº. 011/2016

Pelo presente instrumento particular e melhor forma de direito, a Prefeitura Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, cadastrada no CNPJ nº - 24.740.268/0001-28, com sede na Avenida Jose Antonio de Faria nº 2.035, centro, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Sr. **Eugênio Pelachim**, portador do **RG nº 1.323.121 SSP/PR e do CPF nº 424.930.999-15,** brasileiro, residente e domiciliado na Av. Hitler Sansão s/ n. Centro, nesta cidade de Porto Estrela - MT, neste ato denominado o **CONTRATANTE**.

De outro lado, a Sr**. Zilda da Silva dos Santos, pessoa física portadora da cédula de Identidade nº. – 0230484-8 SSP/MT e CPF. nº.: 206.452. 601-34, residente e domiciliado à Av. Jose Antonio de Faria s/n. Centro – Porto Estrela - MT, denominado(a) LOCADOR**, as partes acima qualificadas, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO DO CONTRATO**, tendo em vista o que o contrato **Dispensa de Licitação**, com fundamento no artigo 57, Inciso II, da Lei n° 8.666, de 1993, e na Lei n° 8. 245, de 1991, e suas alterações posteriores, pelo qual o CONTRATANTE e CONTRATADO se obriga a cumprir as seguintes cláusulas e condições abaixo descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO – O Objeto do presente termo, consiste na prorrogação do prazo do contrato original n° **011/2016**, com fundamento no artigo 57, Inciso II, da Lei n° 8.666, de 1993, e na Lei n° 8.245, de 1991 e alterações posteriores.

***PARAGRAFO PRIMEIRO* –**fica prorrogado o Contrato original pelo prazo de mais **12 (Doze) Meses**, com inicio em **01/01/2018** e termino na data de **31/12/2018**.

***PARAGRAFO SEGUNDO* –** Para o presente aditivo ser´mntido o valor mensal de **R$ 426,70 (quatrocentos e vinte e seis reais e setenta centavos)** somando um total de **R$ 5.120,40 (Cinco Mil Cento e Vinte Reais e Quarenta Centavos)**, sendo;

Referencia	*Valor (R$)*
Janeiro	*426,70*
Fevereiro	*426,70*
Março	*426,70*
Abril	*426,70*
Maio	*426,70*
Junho	*426,70*
Julho	*426,70*
Agosto	*426,70*
Setembro	*426,70*
Outubro	*426,70*
Novembro	*426,70*
Dezembro	*426,70*

CLÁUSULA SEGUNDA - RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES - Fica ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº.: **011/2016.**

E, Assim, por estarem justos e acordados, assinam o Presente Termo Aditivo de Contrato em 03 (tres) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela – MT, 11 de Dezembro de 2017.

Eugenio Pelachim Zilda da Silva dos Santos

Prefeito Municipal de Porto Estrela CPF nº **206.452.601-34**

CPF nº 424.930.999-15 Contratado

Contratante

Testemunhas:

_____ _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

PROCURADORIA GERAL
DECRETO Nº 1.393/GAB/PMR DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.

PODER EXECUTIVO

Declara Luto Oficial em Rondolândia/MT pelo falecimento do Senhor José Aguiar Peixoto.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o falecimento do munícipe Senhor **José Aguiar Peixoto,** Pai do atual Presidente da Câmara Municipal, assim como um dos pioneiros e cidadão que no decorrer de sua vida contribuiu para o desenvolvimento do Município, bem como, prestou preciosos trabalhos dedicados à comunidade;

CONSIDERANDO o consternamento geral da comunidade e de todo o funcionalismo municipal, onde o sentimento de solidariedade, dor e saudade emerge pela perda de um cidadão exemplar;

CONSIDERANDO, finalmente, que é dever do Poder Público de Rondolândia/MT render justas homenagens àqueles que com o seu trabalho, seu exemplo e sua dedicação, contribuíram para o bem-estar da Coletividade,

D E C R E T A:

Art. 1º Luto Oficial no Município de Rondolândia, por 03 (três) dias contados desta data, pelo falecimento do Senhor **José Aguiar Peixoto**.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Rondolândia, aos 27 dias do mês de dezembro de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2017

O OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA SOBRE O RIO JACUARAZINHO DE 45 METROS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

CARTA CONVITE Nº 006/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR R$ 330.806,25 (Trezentos e trinta mil oitocentos e seis reais e vinte e cinco centavos)

EMPRESA: L. F. PEREIRA ENGENHARIA – EPP

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 06 DE OUTUBRO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 178/2017

O OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO NO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT.

PRAZO: 31/12/2017

VALOR R$ 6.210,00 (Seis Mil Duzentos e Dez reais)

EMPRESA: ICARO ANTONINE OLIVEIRA - MEI

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 16 DE OUTUBRO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 177/2017

O OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, ENGLOBANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE - MT

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR R$ 61.550,00 (Sessenta e um mil e quinhentos e cinqüenta reais)

EMPRESA:NEMARI BERTAGLIA BRAUM HERRERA-ME

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 27 DE SETEMBRO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 176/2017

O OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE APARELHO ANALISADOR BIOQUIMICO AUTOMATIZADO E MATERIAIS REAGENTES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2017

PRAZO: ATE O FINAL DO FORNECIMENTO QUANTITATIVO ESPECIFICADO

VALOR R$114.900,00 (Cento e quatorze mil e novecentos reais)

EMPRESA: M.S DIAGNÓSTICA LTDA

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 27 DE SETEMBRO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 175/2017

O OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CAMISETAS, UNIFORMES JALECOS, E COLETES PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2017

PRAZO: ATÉ O FINAL DO FORNECIMENTO QUANTITATIVO ESPECIFICADO

VALOR R$17.635,60 (Dezessete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos)

EMPRESA:S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 27 DE SETEMBRO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 174/2017

O OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA OFERECER SUPORTE TÉCNICO E ENVIO DAS CARGAS DO APLIC 2017, REFERENTE AOS MESES DE FEVEREIRO /MARÇO /ABRIL /MAIO /JUNHO /JULHO /AGOSTO /SETEMBRO /OUTUBRO /NOVEMBRO/DEZEMBRO DE 2017, TREINAMENTO PARA O SERVIDOR REFERENTE ENVIO E ACOMPANHAMENTO ***IN-LOCO*** RELATIVO AOS TRABALHOS SUPRACITADOS.

PRAZO: 27/09/2018

VALOR R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

EMPRESA: ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 28 DE SETEMBRO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2017

O OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2016

PRAZO: ATÉ O FINAL DO FORNECIMENTO QUANTITATIVO ESPECIFICADO

VALOR R$ de R$ 27.918,00 (Vinte Sete Mil Novecentos e Dezoito Mil Reais)

EMPRESA:EQUIPO COMERCIAL LTDA - ME

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 16 DE AGOSTO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 182/2017

O OBJETO: CONTRATAÇÃO DIRETA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE SINAL DE TELEFONIA MOVEL NO DISTRITO DO BAUXI, NO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE – MT.

PRAZO: 31/12/2017

VALOR R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

EMPRESA: LUCAS ANTONIO DE ARAUJO LOPES - MEI

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 06 DE OUTUBRO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2017

O OBJETO: CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE MOLDES DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA O PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, NO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE

CARTA CONVITE Nº 005/2017

PRAZO: 05/10/2018

VALOR R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)

EMPRESA: GIRLENE CRISTINA DO SANTOS – ME

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 06 DE OUTUBRO DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2017

O OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO DE PONTES DE MADEIRA SOBRE O CORREGO CACHOERINHA DE 16 METROS PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

CARTA CONVITE Nº 008/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR R$ 123.694,80 (Cento e Vinte e Três mil seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).

EMPRESA: L. F. PEREIRA ENGENHARIA – EPP

CONTRATADA

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 06 DE OUTUBRO DE 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
ANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO – PORTARIA N° 0149/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO – PORTARIA N° 0149/2017

Cancelamento a publicação no Diário Municipal, publicada, Terça Feira, 26 de Dezembro de 2017, ANO XII, Nº2.882, referente a Portaria nº0149/2017. Fica cancelada a publicação da Portaria nº149/2017. Santa Cruz do Xingu – MT, 27 de Dezembro de 2017. Paulo Roberto da Cruz Pinto – Coordenador de Departamento de Recursos Humanos.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 030/2017.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 030/2017.

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: E N VIEIRA ME-ME, CNPJ nº 17.582.765/0001-80.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CLINICO GERAL, PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMILIA, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: A vigência do presente Contrato terá seu prazo prorrogado de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

DO VALOR: Pela execução dos serviços, fica contratado preço global de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais iguais de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a serem pagas até o dia 15 do mês subsequente pela Tesouraria Municipal, conforme disponibilidade financeira. Conforme demonstrativo abaixo:

Valor Mensal	Valor anual de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018	Total de Meses aditivos até 31/12/2018
R$ 25. 000,00	**R$ 300.000,00**	**17 meses (518 dias)**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Altera-se o código da dotação 044 - 04. 002.10.301.1021.2043.339039.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – fonte 114 para a dotação 0046 - 04.002.10.301.0016. 2043.339039.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – fonte 114.

DA FUNDAMENTAÇÃO: inciso II do artigo 57 e § 2º deste artigo, da lei 8. 666/93 e alterações posteriores.

Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal – Contratante E N VIEIRA ME-ME - Contratada

RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – PORTARIA N° 0150/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO – PORTARIA N° 0150/2017

Retifica-se a publicação no Diário Municipal, publicada, Terça Feira, 26 de Dezembro de 2017, ANO XII, Nº2.882, referente a Portaria nº0150/2017. “Onde se lê: Portaria n° 0150/2017” “Leia-se: Portaria n°0149/2017”. As demais informações ficam inalteradas. Santa Cruz do Xingu – MT, 27 de Dezembro de 2017. Paulo Roberto da Cruz Pinto – Coordenador de Departamento de Recursos Humanos.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 033/2017.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 033/2017.

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: ULRICH ENGENHARIA EIRELI - ME, CNPJ nº 27.300.438/0001-41.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, PARA PROVER SUPORTE À OPERACIONALIZAÇÃO DAS CONSULTORIAS DE ENGENHARIA, NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA, SUPERVISÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE OBRAS

COM ELABORAÇÃO DE LAUDOS DAS OBRAS E INSTALAÇÕES EM EXECUÇÃO E DOS FUTUROS PROJETOS, EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO JUNTO AOS SETORES DE LICITAÇÕES E TRIBUTOS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: A vigência do presente Contrato terá seu prazo prorrogado de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

DO VALOR: Pela execução dos serviços, fica contratado preço global de **R$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)**, dividido em 12 (doze) parcelas mensais iguais de **R$ 4.950,00 (quatro mil e novecentos e cinquenta reais)**, a serem pagas até o dia 15 do mês subsequente pela Tesouraria Municipal, conforme disponibilidade financeira. **Conforme demonstrativo abaixo:**

Valor Mensal	Valor anual de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018	Total de Meses aditivos até 31/12/2018
R$ 4. 950,00	**R$ 59.400,00**	**16 meses e 21 dias (509 dias)**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Altera-se o código da dotação 0254 - 09.001.26.782.1005.2014.339039.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Fonte 100, para a dotação 0255 - 09.001.26.782.0006. 2014.339039.000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Fonte 100.

DA FUNDAMENTAÇÃO: inciso II do artigo 57 e § 2º deste artigo, da lei 8. 666/93 e alterações posteriores.

Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal – Contratante **ULRICH ENGENHARIA EIRELI-ME** - Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 022/2015.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 022/2015.

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: SÍLVIA DE ALMEIDA SANTOS COLBEK - EPP, CNPJ nº 22.542.204/0001-97.

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços médicos, clínico geral para atendimento de urgências, emergências, inclusive plantões nos finais de semana e feriados, serviços de assessoria e responsabilidade técnica no Pronto Atendimento municipal de Santa Cruz do Xingu-MT.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: A vigência do presente Contrato terá seu prazo prorrogado de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

DO VALOR: Pela execução dos serviços, fica contratado preço global de **R$ 630.067,32 (seiscentos e trinta mil e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos)**, dividido em 12 (doze) parcelas mensais iguais de **R$ 52.505,61 (cinquenta e dois mil e quinhentos e cinco reais e sessenta e um centavos)**, a serem pagas até o dia 15 do mês subsequente pela Tesouraria Municipal, conforme disponibilidade financeira. Conforme demonstrativo abaixo:

Valor Mensal	Valor anual de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018	Total de Meses aditivos até 31/12/2018
R$ 52. 505,61	**R$ 630.067,32**	**40 meses e vinte e 25 dias (1240 dias)**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Altera-se o código da dotação 0077 - 04.002.10.302.1024. 2048.33.90.39.00.00.00, descrita no Terceiro Termo Aditivo ao Contrato em comento, para a dotação 0079 - 04.002.10.302. 0026.2048.33.90.39.00.00.00.

DA FUNDAMENTAÇÃO: inciso II do artigo 57 e § 2º deste artigo, da lei 8. 666/93 e alterações posteriores.

Marcos de Sá Fernandes da Silva – Prefeito Municipal – Contratante Sílvia de Almeida Santos Colbek – EPP - Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LEI MUNICIPAL N° 577/2017

DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, NO VALOR DE ATÉ R$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional Suplementar, no valor de até R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para incremento das ações de Manutenção de folha de pagamentos compreendendo despesas com Contratação por Tempo Determinado, Vencimentos e Vantagens Fixas, Obrigações Patronais – RPPS e Obrigações Patronais – INSS, conforme conveniência e oportunidade da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Para atender o crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes Anulação parcial de dotação do orçamento vigente, de acordo com o previsto no Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64;

Parágrafo Único. Ficará condicionado o Poder Executivo encaminhar um anexo contendo de forma detalhada todas as dotações que sofreram alterações conforme art. 1º e 2º da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei será regulamentada através de Decreto do Executivo no que diz respeito a abertura do Crédito Adicional Suplementar.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PORTARIA FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA **Nº 345**, 25 de Junho de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **ALDNEY PEREIRA MILHOMEM,** brasileiro, solteiro, portador do RG 333.673 SSP/MT, CPF nº 629.887.431-34, residente e domiciliado na Avenida Aeroporto, S/N, Vila Santo Antônio, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 072/2017**, sendo o contratado senhor ANTONIO CARDOSO, com a finalidade de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULO FIAT/UNO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA EM VIAGENS, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 25 de Junho de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 346**, 25 de Junho de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **KAROLINA ANTÔNIO GONÇALVES** brasileira, solteira, portadora do RG 2368595-6 SSP/MT, CPF nº 030.907.501-71, residente e domiciliada na cidade de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora responderá pela função junto aos Contratos **nº 073/2017** e **nº 074/2017,** sendo os contratados GENEZIO ALVES DOS SANTOS e JUNIO DE SOUSA LOPES, com a finalidade de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 25 de Junho de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 347**, 25 de Junho de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o servidor público municipal **FRANCISCO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG 518054 SSP/MT, CPF nº 317.909.921-68, residente e domiciliado na Rua 01, S/N, Vila Santo Antônio, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto aos Contratos **nº 075/2017** e **nº 76/2017**, sendo os contratadosJOSÉ AIRTON BARROS AZAVEDO e MANUEL MESSIAS VIEIRA DA SILVA,com a finalidade DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CAMINHÃO PARA MOLHAR RUA, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 25 de Junho de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 355**, 25 de Junho de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o servidor público municipal **ITAEL MARTINS DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG 503.284 SSP/MT, CPF nº 317.940.921-53, residente e domiciliado na Rua Manoel Ferreira Rocha, Centro, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto aos Contratos **nº 079/2017, 080/2017** e **nº 81/2017**, sendo as empresas contratadas LUCIANO BORGES DE AQUINO, M. LUIZ ZAMPIERI – EPP e M S CLAUDIO –ME, com a finalidade de CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 29ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e

IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 25 de Junho de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA **Nº 155**, 15 de Fevereiro de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **JOÃO BATISTA DE FARIA**, brasileiro, solteiro, portador do RG 910691 SSP/MT, CPF nº 207.863. 361-53, residente e domiciliado na Avenida Doutor José Fragelli, S/N, centro, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 006/2017**, sendo a empresa contratada ASTRO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, com a finalidade de EXECUTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 15 de Fevereiro de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 156**, 23 de Fevereiro de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o servidor público municipal **TARQUÍNIO WANDERLEY SILVA**, brasileiro, divorciado, portador do RG 801839 SSP/MT, CPF nº 460.110.301-06, residente e domiciliado na Rua Manoel Ferreira Rocha, nº 176, centro, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 007/2017**, sendo a empresa contratada DIEGO MORELLO EPP, com a finalidade de EXECUTAR A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT DE ACORDO COM O CONVENIO 132/2013/SECID/MT, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Fevereiro de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 157**, 23 de Fevereiro de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o servidor público municipal **MAURICIO ROGELO ALVES BERTO**, brasileiro, solteiro, portador do RG 616699, CPF nº 012.696.941-89, residente e domiciliado na Avenida Alberto Lima, n° 406, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 008/2017**, sendo a empresa contratada DELVALLE MATERIAIS ELETRONICOS LTDA - ME, sendo uma ADESÃO A ATA DE REGISTRO E PREÇOS N° 046/2016, DA PREFEITURA DE BARRA DO GARÇAS – MT, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO, PARA AMPLIAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das

contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Fevereiro de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA **Nº 259**, 04 de Maio de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **KATIANA SABINO MIRANDA CARVALHO,** brasileira, casada, portadora do RG 4451264 SSP/GO, CPF nº 984.039.311-15, residente e domiciliada na Rua Um, 06, na cidade de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora responderá pela função junto aos Contratos **nº 048/2017, nº 049/2017, nº 050/2017, nº 051/2017, nº 052/2017, nº 053/2017 e nº 054/2017,** com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL PARA A FARMACIA BASICA PARA A ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos, com a formalização das seguintes ATAS:

I - Ata de Registro de Preço nº 011/2017, tendo como empresa favorecida CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME; e

II - Ata de Registro de Preço nº 011/2017, tendo como empresa favorecida L P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - EPP; e

III - Ata de Registro de Preço nº 011/2017, tendo como empresa favorecida FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME; e

IV - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME; e

V - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME; e

VI - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAUDE - LDTA ; e

VII – Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – MT.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 04 de Maio de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 314**, 11 de Maio de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **WAYNEE GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG 24434213 SSP/MT, CPF nº 049.867.721-47, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto aos Contratos **nº 056/2017, 057/2017** e **nº 058/2017**, sendo as empresas contratadas: ARIOVALDO LUIZ PERONDI EIRELI – ME, EDIVALDO NUNES DE SIRQUEIRA – ME e VALMIR DALDEGRAN - ME, com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE TONNER, CILINDRO E PAPEL A-4 PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 11 de Maio de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 322**, 11 de Maio de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o servidor público municipal **FRANCISCO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG 518054 SSP/MT, CPF nº 317.909.921-68, residente e domiciliado na Rua 01, S/N, Vila Santo Antônio, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 059/2017,** com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA DE AR, PROTETORES PARA ATENDER TODA A FROTA DE VEÍCULOS QUE COMPÕE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente

preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 11 de Maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 323**, 30 de Maio de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o servidor público municipal **PAULO ROGÉRIO MARTINS DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, portador do RG 922564 SSP/MT, CPF nº 535.548.841-20, residente e domiciliado na Rua 03, nº 154, Núcleo Embrião, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto aos Contratos **nº 061/2017, nº 062/2017, nº 063/2017 e nº 064/2017,** com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESPORTIVO, INFORMÁTICA, BRINQUEDOS, MATERIAL PEDAGÓGICO, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos, com a formalização das seguintes ATAS:

I - Ata de Registro de Preço nº 015/2017, tendo como empresa favorecida FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME; e

II - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME; e

III - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida R G DA PAZ EIRELI - EPP; e

IV - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida J. P. LIMA & CIA LTDA - ME; e

V - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida MARIA JOSE DOS REIS NETO.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 30 de Maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____

PORTARIA **Nº 324**, 30 de Maio de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **AMERICO ALVES COSTA**, brasileiro, solteiro, portador do RG 606.369 SSP/DF, CPF nº 202.377.581-72, residente e domiciliado no município de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto aos Contratos **nº 065/2017** e **066/2017**, sendo as empresas contratadas HEBBERT MOREIRA DA SILVA EIRELI e SARATH DE ALMEIDA E CHAVES MARTINS - ME, com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO S10, ÁLCOOL/ETANOL, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS DE FREIO PARA MANUTENÇAO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA DO ESPIGÃO DO LESTE, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 30 de Maio de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA **Nº 325**, 30 de Maio de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **JOÃO BATISTA DE FARIA**, brasileiro, solteiro, portador do RG 910691 SSP/MT, CPF nº 207.863.361-53, residente e domiciliado na Avenida Doutor José Fragelli, S/N, centro, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto aos Contratos **nº 065/2017** e **066/2017**, sendo as empresas contratadas HEBBERT MOREIRA DA SILVA EIRELI e SARATH DE ALMEIDA E CHAVES MARTINS - ME, com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO S10, ÁLCOOL/ETANOL, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS DE FREIO PARA MANUTENÇAO DOS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PERTENCENTES À FROTA DO ESPIGÃO DO LESTE, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedeci-

das; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 30 de Maio de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 342**, 12 de Junho de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **RAFAEL DA SILVA NOVAES,** brasileiro, casado, portador do RG 13.549.677-20 SSP/BA, CPF nº 033.837.645-32, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 068/2017**, sendo a contrata DÉBORA CRISTINA DE SOUZA PINTO SARAIVA TAQUES, com a finalidade de CONTRATAÇÃO DE MÉDICO VETERINÁRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 12 de Junho de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 343**, 20 de Junho 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **IRACY PEREIRA LIMA**, brasileira, solteira, portadora do RG 115456-3 SSP/MT, CPF nº 812. 845.601-63, residente e domiciliada na Rua Severiano Neves, nº 481, S/N, Centro, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora responderá pela função junto aos Contratos **nº 069/2017** e **070/2017**, sendo as empresas contratadas FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA – ME e MCM-TECNOLOGIA E REPRESENTAÇÕES LTDA – ME, com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, HOSPITALARES, MÓVEIS EM GERAL, INFORMATICA, ELETRODOMESTICO, TELEFONIA, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 20 de Junho 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 344**, 25 de Junho 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **GABRIELA DE SOUZA PINTO CRUZ**, brasileira, casada, portadora do RG 34073269-6 SSP/SP, CPF nº 355.596.458-50, residente e domiciliada na cidade de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora responderá pela função junto ao Contrato **nº 071/2017**, sendo a empresa contratada MM ARTEFATOS DE MADEIRA LTDA - EPP, com a finalidade PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS, FRIOS, CONGELADOS PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E PRODUTOS DE LIMPEZA, MATERIAL HIGIÊNICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DO CAMPO ALBERTO NUNES, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhi-

mento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 25 de Junho 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIAS FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA **Nº 158**, 03 de Março de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o servidor público municipal **FRANCISCO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG 518054 SSP/MT, CPF nº 317.909.921-68, residente e domiciliado na Rua 01, S/N, Vila Santo Antônio, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto aos Contratos **nº 009/2017**, **nº 010/2017, nº 011/2017, nº 012/2017, nº 013/2017, nº 014/2017** e **nº 015/2017,** com a finalidade de AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS, PARA VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DE FABRICAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA, COM EXECUÇÃO MEDIANTE REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO, de acordo com a formalização das seguintes ATAS:

I - Ata de Registro de Preço nº 004/2017, tendo como empresa favorecida AUTO PEÇAS REGIONAL EIRELI - ME; e

II - Ata de Registro de Preço nº 004/2017, tendo como empresa favorecida CECILIA PINTO DA SILVA EIRELLI - ME; e

III - Ata de Registro de Preço nº 004/2017, tendo como empresa favorecida BATISTA DE SOUZA E CIA LTDA - ME; e

IV - Ata de Registro de Preço nº 004/2017, tendo como empresa favorecida NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO MAQ. LTDA - ME; e

V - Ata de Registro de Preço nº 004/2017, tendo como empresa favorecida SARATH DE ALMEIDA & ALMEIDA FILHO LTDA - ME; e

VI - Ata de Registro de Preço nº 004/2017, tendo como empresa favorecida BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA - EPP; e

VII – Ata de Registro de Preço nº 004/2017, tendo como empresa favorecida DIMAQ COMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 03 de Março de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 223**, 08 de Março de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a servidora pública municipal **LUANA SILVA BARBOSA**, brasileira, casada, portadora do RG 17014140 SSP/MT, CPF nº 012.604.191-18, residente e domiciliada na Vila Santo Antonio, S/N, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora responderá pela função junto ao Contrato **nº 016/2017**, sendo a empresa contratada INDÚSTRIA QUIMICA CMT LTDA, com a finalidade de AQUISIÇÃO DE CLORO E SULFATO PARA O TRATAMENTO DA ÁGUA DO DAE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 08 de Março de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 225**, 09 de Março de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **HERMOGENES FERREIRA ROCHA**, brasileiro, casado, portador do RG 16735285 SSP/MT, CPF nº 351.305.711-34, residente e domiciliado na Rua 5, Vila Santo Antônio, S/N, Núcleo Embrião, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 018/2017**, sendo a empresa contratada SIMONE LUIZA PIRES COMERCIO – ME, com a finalidade de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO GERAL, HIDRÁULICOS, ELÉTRICOS, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PINTURA, MATERIAIS ESTRUTURAIS, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tri-

butos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 09 de Março de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA **Nº 242**, 02 de Abril de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **JUNIO DE SOUZA ALVES** brasileiro, solteiro, portador do RG 3576542 SSP/GO, CPF nº 878. 061.771-91, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto aos Contratos **nº 027/2017, nº 028/2017, nº 029/2017, nº 030/2017, nº 031/2017, nº 032/2017, nº 033/2017, nº 034/2017 e nº 035/2017**, com a finalidade de CONTRATAÇÃO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUIISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos, com a formalização das seguintes ATAS:

I - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida CLAUDIO P. DO REGO - ME; e

II - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida COMERCIAL SERTANEJADE GÊNEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME; e

III - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida DEURIVAN DA SILVA AGUIAR COMERCIO - ME; e

IV - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida J. P. LIMA & CIA LTDA - ME; e

V - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida MARIA DULCILENE DE OLIVEIRA SILVA - ME; e

VI - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida JOSE RILDON DE OLIVEIRA SILVA - ME; e

VII – Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida COMERCIAL SERTANEJADE GÊNEROS ALIMENTICIOS LTDA –ME; e

VIII - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida DEURIVAN DA SILVA AGUIAR COMERCIO – ME; e

IX - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida J. P. LIMA & CIA LTDA – ME.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 02 de Abril de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 255**, 02 de Abril de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **VALDERINA CARNEIRO DOS SANTOS**, brasileira, solteira, portadora do RG 993449 SSP/MT, CPF nº 628.122.891-04, residente e domiciliada na BR 242, Vila Santo Antônio, S/N, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora responderá pela função junto ao Contrato **nº 036/2017**, sendo a empresa contratada R G DA PAZ EIRELI - EPP, com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, MATERIAL HIGIENICO, UTENSILIOS PARA COPA E COZINHA E DEMAIS MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 02 de Abril de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 256**, 02 de Abril de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **JOÃO BATISTA DE FARIA**, brasileiro, solteiro, portador do RG 910691 SSP/MT, CPF nº 207.863.361-53, residente e domiciliado na Avenida Doutor José Fragelli, S/N, centro, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto aos Contratos **nº 037/2017** e **nº 038/2017**, sendo as empresas contratadas: BOM JESUS COMERCIO E PETROLEO LTDA e SARATH DE ALMEIDA & ALMEIDA FILHO LTDA - ME, com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, ÓLEO DE TRANSMISSÃO, ÓLEO HIDRÁULICO, GRAXAS, FLUIDOS PARA FREIOS, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 02 de Abril de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 258**, 04 de Maio de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **IRACY PEREIRA LIMA**, brasileira, solteira, portadora do RG 115456-3 SSP/MT, CPF nº 812. 845.601-63, residente e domiciliada na Rua Severiano Neves, nº 481, S/N, Centro, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora responderá pela função junto aos Contratos **nº 040/2017, nº 041/2017, nº 042/2017, nº 043/2017, nº 044/2017, nº 045/2017, nº 046/2017** e **nº 047/2017,** com a finalidade PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSUMO (MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, AMBULATORIAIS E ODONTOLOGICOS) PARA A ENTREGA FRACIONADA DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, entre outras atribuições expressas nos referidos contratos, com a formalização das seguintes ATAS:

I - Ata de Registro de Preço nº 011/2017, tendo como empresa favorecida PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME; e

II - Ata de Registro de Preço nº 011/2017, tendo como empresa favorecida NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOULUÇÕES EM SAUDE LTDA; e

III - Ata de Registro de Preço nº 011/2017, tendo como empresa favorecida FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME; e

IV - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME; e

V - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME; e

VI - Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida L P COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - EPP; e

VII – Ata de Registro de Preço nº 008/2017, tendo como empresa favorecida CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME; e

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções

cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 04 de Maio de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA **Nº 237**, 23 de Março de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **RAFAEL DA SILVA NOVAES,** brasileiro, casado, portador do RG 13.549.677-20 SSP/BA, CPF nº 033.837.645-32, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 022/2017**, sendo a empresa contrata REGINALDO PINHEIRO & SERVIÇOS TOPOGRAFICOS LTDA - ME, com a finalidade de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO DA MALHA VIÁRIA DA CIDADE DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT E DISTRITO DE ESPIGÃO DO LESTE E SÃO SEBASTIÃO, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 23 de Março de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 238**, 23 de Março de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **WAYNEE GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, portador do RG 24434213 SSP/MT, CPF nº 049.867.721-47, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 023/2017**, sendo a empresa contratada E. P. LIMA – JORNAIS - ME, com a finalidade de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE EXEMPLARES DE JORNAL LOCAL E INFORMATIVOS DIÁRIOS EM SUA PAGINA NA INTERNET, PUBLICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS, AVISOS, DIVULGAÇÕES FESTIVAS, ESPORTIVAS, EDUCACIONAIS, DE LAZER, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Março de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 239**, 23 de Março de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **HERMOGENES FERREIRA ROCHA**, brasileiro, casado, portador do RG 16735285 SSP/MT, CPF nº 351.305.711-34, residente e domiciliado na Rua 5, Vila Santo Antônio, S/N, Núcleo Embrião, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 024/2017, ADESÃO da Licitação 002/2017**, sendo a empresa contratada SIMONE LUIZA PIRES COMERCIO – ME, com a finalidade de AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO EM ATENDIMENTO A DOAÇÃO FEITA PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com

aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 23 de Março de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 240**, 23 de Março de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar a Servidora Pública Municipal **LEILA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA**, brasileira, solteira, portadora do RG 1228147-6 SSP/MT, CPF nº 776.795.551-68, residente e domiciliada na Rua Principal, S/N, Nova Suia, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - A servidora responderá pela função junto ao Contrato **nº 025/2017**, sendo a proprietária a senhora EDILEUZA ALVES DA SILVA, com a finalidade de LOCAÇÃO DO IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DE SALA EM PONTINÓPOLIS.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 23 de Março de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIAS FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA **Nº 226**, 23 de Março de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **EVERTON ALVES DE SOUZA,** brasileiro, solteiro, portador do RG 777.318 2° VIA SSP/TO, CPF nº 011.038.441-56, residente e domiciliado na Avenida 13 de Maio, S/N, Setor Aeroporto, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 019/2017 e nº 020/2017**, sendo as empresas contratas DEBORA SIQUEIRA DE LIMA SILVA - ME e ALZIRO CAETANO DOS SANTOS – MEI, com

a finalidade de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL A ESTAÇÃO DE RETRANSMISSÃO DE TV LOCAL , entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 23 de Março de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA **Nº 356**, 27 de Junho de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o servidor público municipal **TARQUÍNIO WANDERLEY SILVA**, brasileiro, divorciado, portador do RG 801839 SSP/MT, CPF nº 460.110.301-06, residente e domiciliado na Rua Manoel Ferreira Rocha, nº 176, centro, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 082/2017**, sendo a empresa contratada WILLIAN MILHOMEM DE BRITO - ME, com a finalidade de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS PUBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA - MT, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 27 de Junho de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 357**, 03 de Julho de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **ALDNEY PEREIRA MILHOMEM,** brasileiro, solteiro, portador do RG 333.673 SSP/MT, CPF nº 629.887.431-34, residente e domiciliado na Avenida Aeroporto, S/N, Vila Santo Antônio, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 083/2017**, sendo a empresa contratada ASSOCIAÇÃO FAMILIA CASADAO -AFC, com a finalidade de FORNECER GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 03 de Julho de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 342**, 07 de Julho de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o servidor público municipal **ITAEL MARTINS DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG 503.284 SSP/MT, CPF nº 317. 940.921-53, residente e domiciliado na Rua Manoel Ferreira Rocha, Centro, São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 084/2017**, sendo a empresa contratada WILMAR PEREIRA DE QUEIROZ, com a finalidade de CONTRATAÇÃO DE SHOW PARA A REALIZAÇÃO DA 29ª EDIÇÃO DO EVENTO TEMPORADA DE PRAIA, entre outras atribuições expressas no referido contrato.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedeci-

das; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia - MT, 07 de Julho de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PORTARIA **Nº 343**, 04 de Abril de 2017.

Dispõe sobre a designação de Servidor Público Municipal para desempenhar a função de Fiscal de Contrato e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, Senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em consonância com o Artigo 67 da Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Artigo 1° - Designar o Servidor Público Municipal **AMERICO ALVES COSTA**, brasileiro, solteiro, portador do RG 606.369 SSP/DF, CPF nº 202.377. 581-72, residente e domiciliado no município de São Félix do Araguaia – MT, CEP: 78670-000, para desempenhar a função de Fiscal de Contrato.

Artigo 2° - O servidor responderá pela função junto ao Contrato **nº 039/ 2017**, sendo a proprietária a senhora NATHALIA CHRISTIANE SOUZA com a finalidade de LOCAÇÃO DE SALA PARA A INSTALAÇÃO DA SUB-PREFEITURA DE ESPIGÃO DO LESTE.

Artigo 3° - Determinar ao fiscal aqui designado que acompanhe a execução das atas de registro de preços ou de eventuais contratos, tomando as seguintes providências:

I - ler atentamente o edital, as atas e eventuais contratos, assim como os anexos, principalmente quanto: a) à especificação do objeto; e b) ao cronograma e prazo de prestação dos serviços. **II -** acompanhar a execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados nas atas de registro de preços ou eventuais contratos, exercendo rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços; **III -** receber a fatura de cobrança, conferindo se: a) As condições de pagamento foram obedecidas; b) O valor cobrado corresponde exatamente àquilo que foi prestado; c) A nota fiscal está dentro do prazo de validade e se está corretamente preenchida; d) A nota fiscal está acompanhada das guias de quitação do FGTS e INSS sobre a mão de obra empregada, se for o caso; e e) Os tributos sobre serviços prestados por pessoas físicas, como INSS, ISSQN e IRPF foram devidamente calculados e as guias de retenção estão anexas à nota fiscal. **IV -** atestar o fornecimento efetivamente realizado, buscando auxílio caso haja dúvidas na atestação; **V -** encaminhar a nota fiscal para pagamento; **VI -** acompanhar se o pagamento ocorreu da forma prevista, considerando: a) Contribuição patronal ao INSS, bem como se houve encaminhamento para elaboração da GEFIP/INSS; b) A retenção e recolhimento do IRPF e ISSQN ao tesouro municipal; e c) O crédito do valor líquido para o favorecido. **VII -** informar o descumprimento de cláusulas contratuais, mormente quanto ao prazo, com o fim de aplicação das sanções cabíveis; **VIII -** manter contato regular com o preposto/representante das contratadas, com vistas a permitir o fiel cumprimento das atas de registro de preços ou de eventuais contratos; **IX -** emitir relatórios parciais a cada dois meses ou em prazo menor, caso haja fatos que justifiquem um novo relatório; **X -** emitir relatório final, ao final da vigência das atas de registro de preços ou de eventuais contratos extraídos das mesmas; **XI -** submeter os relatórios à sua chefia imediata, para que tome conhecimento, com aposição de visto; **XII -** enviar duas cópias dos relatórios parciais e final, sendo: a) Uma cópia para o Departamento de Licitação e Contratos; e b) Uma cópia para o Setor do APLIC. **XIII -** encaminhar ao Departamento de Licitação e Contratos toda documentação adicional relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução das atas ou de eventuais contratos.

Artigo 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLICA-SE,

REGISTRA-SE E

CUMPRA-SE.

São Félix do Araguaia – MT, 04 de Abril de 2017.

.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CPF do Fiscal de Contrato:_____

Ciente em:_____

Assinatura_____

Nome por extenso:_____

Testemunha: Testemunha:

_____ _____

CPF:_____ CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 104.

PREGÃO 23/2017

CONTRATO (A) WARLEY GONÇALVES SANTANA – ME

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviço Nº 104/2017 – PREGÃO 23/2017, no que concerne a Cláusula Oitava alterando a vigência que passa a ser pelo período de mais 12 (nove) meses que será até o dia 31 de Dezembro de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 03 DO CONTRATO Nº 171 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO - E A EMILY KALINNE DE SOUZA VIEIRA-ME.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO - MT**, com sede na Rua José Salmen Hanze, 924 – centro nesta cidade, neste ato representado pelo senhor prefeito o **Sr. ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA,** brasileiro, solteiro, residente neste município, portador da cédula de identidade RG nº. 491351 e CPF nº. 353.365.011-15**,** resolvem modificar unilateralmente o Contrato nº 171, conforme Processo CI nº **__2017 (anexo)**, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato registrado e publicado sob o n° 2.880 na data de 21 de Dezembro de 2017, por parte da Administração, visando a aquisição de materiais para festividades do fim do ano, segunda processo de dispensa de licitação Nº 1069.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO

Retifica-se no contrato a cláusula 01, item 01.1 no que tange a dotação orçamentária proveniente da Secretaria Municipal de Educação, que passa a ser:

Cód. Red.: 446 02 090

Funcional Programática: 13.392 80502034

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e itens do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO - MT providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei n° 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

São José do José, 26 de Dezembro de 2017.

_____

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 122/2017 – Nº32/2017 PREGÃO

CONTRATO (A) OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES E PNEUS LTDA- ME

CLÁUSULA PRIMEIRA –VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de Prestação de Serviço Nº 122/2017 – Nº32/2017 PREGÃO, no que concerne a Cláusula oitava alterando a vigência que passa a ser pelo período de mais 12 (doze) meses que será até o dia 31 de dezembro de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA Nº 049/2017 – PREGÃO PRESENCIAL 12/2017

CONTRATO (A) GENI BATISTA CAMILO-ME.

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA - Fica aditado o Contrato de nº 049/2017 PREGÃO 12/2017 no que concerne a Cláusula oitava alterando a vigência que passa a ser pelo período de mais 12 (doze) meses que será até o dia 31 de dezembro de 2018, que poderá ser prorrogado por igual período de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo em conformidade com a legislação específica (art.57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

Cód. Red: 96 02 050 secretaria de infraestrutura e obras

Funcional programática: 04 122 7070 2017 manter as atividades da secretaria

Elemento de despesa:3.3.90.30.00.00 material de consumo

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem de comum acordo as partes assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma em uma (01) lauda, para que produza os efeitos legais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.156, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR DO(S) EXERCICIO(S) DE 2014 e 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas apresentar o projeto de Lei:

Art. 1º - O presente Projeto de Lei tem por finalidade definir os casos de cancelamento dos restos a pagar dos exercícios anteriores.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, bem como seus órgãos e autarquias, estão autorizados a cancelar os restos a pagar processados do exercício de 2014 e 2015 constantes no ANEXO I.

Art. 3º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º - Fica fazendo parte integrante desta Lei, o ANEXO I no qual discrimina o rol dos restos a pagar processado por exercício.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 27 de dezembro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR - (PROCESSADOS) ANO DE 2014

Grupo 01: empenhos que se referem a adiantamento de viagem, saldo deixado por equívoco na Contabilidade

Empenho	Data	Credor	Valor
1043/2014	03/02/2014	NATANAEL CASAVECHIA	558,36
4469/2014	12/05/2014	ROBERTO REVELINO SILVA	157,07
8970/2014	11/09/2014	GUERINO JOAO OPENCOSKI	100,00
11024/2014	18/11/2014	BENEDITO MARCELO LEMES	200,00
12215/2014	16/12/2014	EDUARDO APARECIDO ALCANFORADO	25,98

Grupo 02: empenhos que foram lançados em duplicidade

Empenho	Data	Credor	Valor
1272/2014	13/02/2014	EDITORA FORUM LTDA	249,65
1726/2014	19/02/2014	FATIMA MARIA DO ESPIRITO SANTO	930,33

CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR - (PROCESSADOS) ANO DE 2015

Grupo 01: Saldos de empenhos deixados por equívoco na Contabilidade

Empenho	Data	Credor	Valor
4781/2015	12/06/2015	REDEBRASIL	239,00
8184/2015	30/09/2015	NYLENDER GOMES MOLINA	80,00

CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR - (PROCESSADOS) ANO DE 2016

Grupo 01: Saldos de empenhos deixados por equívoco na Contabilidade

Empenho	Data	Credor	Valor
1184/2016	16/02/2016	RIO CLARO PEÇAS AGRICOLAS LT	92,00
7044/2016	30/09/2016	CREA REG. DE ENG. ARQ. AGRONOMIA	148,74

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.151, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO, ESTADO DE MATO GROSSO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município para o exercício de 2018, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a **Receita Bruta** em **R$ 60.345.400,00** (sessenta milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos reais), sendo:

I – Para a Administração Direta, no montante bruto de **R$ 54.595.400,00** (cinquenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e quatrocentos reais), que após as deduções para a formação do FUNDEB e de Outras Receitas Correntes, no montante de **R$ 5.320.300,00** (cinco milhões, trezentos e vinte mil e trezentos reais) resulta na **Receita Líquida** de **R$ 49.275.100,00** (quarenta e nove milhões, duzentos e setenta e cinco mil e cem reais).

II – Para a Administração Indireta, no montante de **R$ 5.750.000,00** (cinco milhões, setecentos e cinquenta mil reais).

III – O montante líquido da Receita Prevista para o exercício 2018 da Administração Direta e Indireta é de **R$ 55.025.100,00** (cinquenta e cinco milhões, vinte e cinco mil e cem reais).

Art. 2º. As despesas da Administração Direta e Indireta foram fixadas em igual importância da Receita Líquida, no montante de **R$ 55.025.100,00** (cinquenta e cinco milhões, vinte e cinco mil e cem reais), assim distribuídas:

I – Orçamento Fiscal: R$ 32.854.600,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos reais);

II – Orçamento da Seguridade Social: R$ 22.170.500,00 (vinte e dois milhões, cento e setenta mil e quinhentos reais), neste compreendido as dotações da saúde, assistência social e previdência social:

ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL - POR FUNÇÃO	VALOR (R$)
08 – Assistência Social	2.970.500,00
09 – Previdência	5.750.000,00
10 – Saúde	13.450.000,00
TOTAL	**22.170.500,00**

Art. 3º. As Receitas da Administração Direta e Indireta serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente, de acordo com o desdobramento abaixo especificado:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

POR FONTE DE RECEITA	VALOR (R$)
1.1 – Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	5.935.600,00
1.2 – Receita de Contribuições	1.413.730,00
1.3 – Receita Patrimonial	395.000,00
1.7 – Transferências Correntes	43.696.670,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	50.000,00
2.1 – Operações de Crédito	1.600.000,00
2.2 – Alienação de Bens	150.000,00
2.4 – Transferências de Capital	1.354.400,00
(3) – Desconto Impostos, Taxas e Contrib. Melhoria	(120.300,00)
(4) – Dedução do FUNDEB	(5.200.000,00)
TOTAL	49.275.100,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
1. Receitas Correntes	46.170.700,00
2. Receitas de Capital	3.104.400,00
TOTAL	49.275.100,00

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – PREVIMUNI:

POR FONTE DE RECEITA	VALOR (R$)
1.2 – Receita de Contribuições	1.811.270,00
1.3 – Receita Patrimonial	565.000,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	487.460,00
7.2 – Contribuições Sociais - Intraorçamentária	2.886.270,00
TOTAL	5.750.000,00

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
1. Receitas Correntes	2.863.730,00
7. Receita Intraorçamentária	2.886.270,00
TOTAL	5.750.000,00

Art. 4º - As despesas serão realizadas segundo a discriminação dos quadros: "Órgão do Governo da Administração", "Funções do Governo", "Programas de Trabalho" e "Categoria Econômica", integrantes desta Lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA:

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R$)
01 - Câmara Municipal	2.249.700,00
02 - Gabinete do Prefeito	1.870.000,00

03 - Secretaria Municipal de Administração	1.864.000,00
04- Secretaria Municipal de Finanças	2.658.300,00
05 – Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	3.040.500,00
06 - Secretaria Municipal de Saúde	13.450.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	13.944.600,00
08 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	6.765.000,00
09- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente	2.083.000,00
10 – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo	630.000,00
11 – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	490.000,00
12 – Secretaria Municipal de Planejamento	230.000,00
TOTAL	**49.275.100,00**

POR FUNÇÕES DO GOVERNO		VALOR (R$)
01	Legislativa	2.249.700,00
04	Administração	6.775.300,00
08	Assistência Social	2.970.500,00
10	Saúde	13.450.000,00
12	Educação	13.682.600,00
13	Cultura	262.000,00
15	Urbanismo	3.902.000,00
16	Habitação	70.000,00
18	Gestão Ambiental	45.000,00
20	Agricultura	2.038.000,00
23	Comércio e Serviços	630.000,00
25	Energia	810.000,00
26	Transporte	1.900.000,00
27	Desporto e Lazer	490.000,00
TOTAL		**49.275.100,00**

POR PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO		VALOR R$
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.214.700,00
0002	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO LEGISLATIVO	35.000,00
0003	GESTÃO EFICAZ	14.429.100,00
0004	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO EXECUTIVO	882.000,00
0005	ENCARGOS ESPECIAIS	928.300,00
0006	POLITICA DE ASSISTENCIA E PROMOÇÃO	247.000,00
0007	PROTEÇÃO SOCIAL	1.487.500,00
0008	HABITAÇÃO CIDADÃ	70.000,00
0009	SAUDE PARA TODOS	11.565.000,00
0010	AÇÃO, MELHORIA E AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO	11.769.500,00
0011	QUALIDADE DE VIDA, ESPORTE E LAZER	200.000,00
0012	GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CULTURA	192.000,00
0013	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	20.000,00
0014	DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	430.000,00
0015	ESPAÇO URBANO ESTRUTURADO, HUMANIZADO E COM QUALIDADE	2.710.000,00
0016	AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA	220.000,00
0018	AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA RURAL	1.360.000,00
0019	DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PRODUÇÃO	470.000,00
0020	MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL	45.000,00
TOTAL		**49.275.100,00**

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
3 – Despesas Correntes	44.459.300,00
4 – Despesas de Capital	4.765.800,00
9 – Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	**49.275.100,00**

II – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – PREVIMUNI:

POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO	VALOR (R$)
13- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro	5.750.000,00
TOTAL	**5.750.000,00**

POR FUNÇÕES DO GOVERNO		VALOR (R$)
09	Previdência Social	5.750.000,00
TOTAL		**5.750.000,00**

PROGRAMAS DE TRABALHO		VALOR (R$)
0021	Modernização do PREVIMUNI	82.000,00
0022	Gestão da Política do Instituto de Previdência	2.285.000,00
9999	Reserva de Contingência e do RPPS	3.383.000,00
TOTAL		**5.750.000,00**

POR CATEGORIA ECONÔMICA	VALOR (R$)
3 – Despesas Correntes	2.275.000,00
4 – Despesas de Capital	92.000,00
9 – Reserva Orçamentária do RPPS	3.383.000,00
TOTAL	**5.750.000,00**

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, durante o exercício, créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento), do total da despesa fixada no art. 2º desta Lei, em obediência ao que dispõe o art. 167, inciso V da Constituição Federal, observando-se o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II, III e IV da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Parágrafo Primeiro. Não onerarão o limite previsto no caput, os créditos:

I - destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas à despesa de pessoal;

II - provenientes de Incorporações por Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e incorporações de recursos provenientes de Convênios Celebrados na esfera intergovernamental, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada no artigo 2º desta lei;

III - provenientes de Excesso de Arrecadação, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada no artigo 2º desta lei;

IV - transferências destinadas a realocações de Fontes de Recursos de uma mesma programação de despesa, dentro de um mesmo projeto ou atividade.

Art. 6º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias constantes desta Lei e de seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza da despesa e modalidades de aplicação.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito até o limite fixado pelo Senado Federal.

Art. 8º - São partes integrantes da presente Lei os Quadros e Anexos em cumprimento da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo Único: a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á até o nível de modalidade de aplicação, dispensando a classificação por elemento de despesa;

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 27 de dezembro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.152, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI Nº 537 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE CRIA O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 2º e seu Parágrafo Único, da Lei nº 537, de 01 de dezembro de 2003, que passam a ter a seguinte redação:

*"**Art. 2º** - O Conselho de Alimentação Escolar será composto de 07 (sete) membros, provenientes dos seguintes segmentos:*

I- 01 (um) representante do Poder Executivo;

II- 02 (dois) representantes das Entidades de trabalhadores da educação e de discentes;

III- 02 (dois) representantes de Pais e Alunos; e

IV- 02 (dois) representantes da Sociedade Civil.

***Parágrafo Único** – A nomeação dos Conselheiros do CAE deverá ser feita por Portaria do Prefeito Municipal, após a indicação dos mesmos, nos termos das alíneas I a IV deste artigo."*

Art. 2o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 27 de dezembro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.153, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) nos termos da Resolução CMN nº 4.563, de 31.03. 2017 e suas alterações, destinados a aquisição de veículos, para atender a área de educação, observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa Eficiência Municipal (PEM)- Solução de Crédito para Investimentos, observadaa legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de

2000.

Art. 2º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único. Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 1.128 de 2017, a Lei 1.145 de 2017 e a Lei 1.146 de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 27 de dezembro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.154, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R$ 1.120.000,00 (um milhão cento e vinte mil reais) nos termos da Resolução CMN nº 4.563, de 31.03.2017 e suas alterações, destinados a aquisição de veículos, para atender a área de área de Infraestrutura, observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa Eficiência Municipal (PEM)- Solução de Crédito para Investimentos, observadaa legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de

2000.

Art. 2º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 1.128 de 2017, a Lei 1.145 de 2017 e a Lei 1.146 de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 27 de dezembro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
LEI Nº 1.155, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R$ 164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil reais) nos termos da Resolução CMN nº 4.563, de 31.03.2017 e suas alterações, destinados a aquisição de veículos, para atender a área de saúde, observadas as disposições legais e contratuais em vigor para as operações de crédito do Programa Eficiência Municipal (PEM)- Solução de Crédito para Investimentos, observadaa legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada serão obrigatoriamente aplicados na execução dos empreendimentos previstos no caput deste artigo, sendo vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de

2000.

Art. 2º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000 e arts. 42 e 43, inc. IV, da Lei nº 4.320/1964.

Art. 3º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º. Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e demais encargos financeiros e despesas da operação de crédito, fica o Banco do Brasil autorizado a debitar na conta-corrente de titularidade do Município, mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, em que são efetuados os créditos dos recursos do Município, os montantes necessários às amortizações e pagamento final da dívida, nos prazos contratualmente estipulados.

Parágrafo único – Fica dispensada a emissão da nota de empenho para a realização das despesas a que se refere este artigo, nos termos do §1º, do art. 60, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 1.128 de 2017, a Lei 1.145 de 2017 e a Lei 1.146 de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 27 de dezembro de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 9º Termo Aditivo da Ata de Registro de PreçoNº **31/2013**, firmado em 27/12/2017; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **J. DE ARIMATEIA SANTANA; Objeto:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 31/01/2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PAAI 2018

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

ADMINISTRAÇÃO 2017 A 2020

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI/2018

PORTARIA N.° 128 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI a ser executado no âmbito do Sistema de Controle Interno do Município de São Pedro da Cipa-MT para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências.

CONSIDERANDO, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal n.° 4.320/64, Lei Complementar Federal n.°101/2000, Lei Complementar Estadual n.° 202/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

CONSIDERANDO, que o Sistema de Controle Interno utiliza como técnica de trabalho o procedimento de auditoria;

CONSIDERANDO que a auditoria é um minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar-se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registrada de acordo com as orientações e normas legais da Lei Municipal n.° 305/2007;

CONSIDERANDO as atribuições do Controle Interno prevista pelo artigo 5° da Lei Municipal n.°305/2007;

CONSIDERANDO que o PAAI/2018 é o documento que orienta as normas para as Autorias Internas Programada, especificando os

procedimentos, metodologia e prazos de trabalho a serem observados pelo Controle Interno;

RESOLVE:

Art. 1º – Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI do Poder Executivo Municipal de São Pedro da Cipa-MT para o ano de 2018, que consiste na análise e verificação quanto ao cumprimento aos procedimentos das Instruções Normativas já implementadas aos Sistemas Administrativos.

Art. 2º - Designar o Controlador do Sistema de Controle Interno Municipal - CSCI, auxiliado pelos agentes de controle interno e/ou servidores requisitados de outros órgãos, a executar as auditorias internas, através de projetos de auditoria;

Art. 3º - Estabelecer objetivos da auditoria; Sistemas administrativos a ser auditados; metodologia utilizada; e período da execução;

§ 1º - Do objetivo:
I - Averiguar o cumprimento aos princípios da legalidade, legitimidade, efetividade e economicidade quanto ao cumprimento à execução dos procedimentos normativos;
II - Recomendar correções necessárias de acordo com as verificações realizadas.

§ 2º - Os Sistemas Administrativos auditados serão:

I – Gestão Financeira;
II – Nível de Entidade;
III – Sistema de Patrimônio;
IV – Logística de Medicamentos; e
V _ Alimentação Escolar.

§ 3º – O Tipo de Auditoria realizada será operacional, analisando os pontos de controle das Instruções Normativas;

§ 4º - Esse plano visará examinar e analisar, com base nas Instruções Normativas, os procedimentos de controles adotados aos Sistemas

Administrativo, conforme estabelecido na Matriz de Planejamento de Auditoria Interna – anexo único.

§ 5º – As auditorias serão realizadas nas unidades executoras e departamentos responsáveis pelos Sistemas Administrativos auditados.

§ 6º - O período de Execução será entre os meses de Janeiro a Novembro de 2018, conforme cronograma de atividade em anexo.

§ 7º - O cronograma de atividade, anexo único, poderá sofrer alterações necessárias quando da sua execução.

Art 8º - Estabelecer que ao final do exercício a Controladoria, emitirá relatório de avaliação quanto ao cumprimento deste Plano.

Art 9º - Estabelecer que ao final do exercício a Controladoria elaborará o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para o ano de 2019.

São Pedro da Cipa-MT, 18 de Dezembro de 2017

Fabrícia Azevedo Donizeth
Controladora Interna

Alexandre Russi
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO - PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA/PAAI/2018 - MATRIZ DE PLANEJAMENTO

OBJETIVO: Averiguar a legalidade, legitimidade, efetividade e economicidade quanto a execução dos procedimentos normativos e recomendar correções necessárias de acordo com as verificações realizadas.

Sistema Auditado	Procedimentos	Objetos	Membro	Período	Fonte de Informação
Gestão Financeira	Verificações dos controles in loco através da Matriz de Riscos e Controles (MRC) e questionários de avaliação de controles Internos (QACI)	• Verificar o comportamento da receita, a programação Financeira e disponibilidades e fluxos de Caixa; • Verificar os registros financeiros e conciliações das receitas com os pagamentos; • Verificar as retenções de tributos e consignações; • Verificar a ordem cronológica de pagamentos	Controlador Interno	1º Semestre	Documentos recebidos através de solicitações com base na MRC e no QACI, e informações obtidas in loco.
Nível de Entidade	Verificações dos controles in loco através da Matriz de Riscos e Controles (MRC) e questionários de avaliação de controles Internos (QACI)	Avaliar o ambiente dos controles: • Avaliação de risco; • Atividades de controle; • Informação e Comunicação; e • Monitoramento.	Controlador Interno	1º Semestre	Documentos recebidos através de solicitações com base na MRC e no QACI, e informações obtidas in loco.
Sistema Auditado	**Procedimentos**	**Objetos**	**Membro**	**Período**	**Fonte de Informação**
Sistema de Controle Patrimonial – SPA	1) Verificação do controle patrimonial; 2) Verificação in loco na Unidade Administrativa;	* Relatório de bens disponível no sistema; * Termo de responsabilidade emitido as Unidades Administrativas; * Termo de doação; * Visita In loco para checagem do bem; * Visita In loco ao Dep. de Patrimônio para checagem aos arquivos.	Controlador Interno	1º Semestre	Instrução normativa emitida ao sistema / pontos de controle
Logística de Medicamentos	Verificações dos controles in loco através da Matriz de Riscos e Controles (MRC) e questionários de avaliação de controles Internos (QACI)	Verificar: • Planejamento da assistência farmacêutica; • Seleção de medicamentos; • Programação e Aquisição de compras; • Recebimento, armazenamento, controle e distribuição.	Controlador Interno	2º Semestre	Documentos recebidos através de solicitações com base na MRC e no QACI, e informações obtidas in loco.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 845/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – CONCEDER *"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 27/12/2017, com término em 25/01/2018**, referente ao período aquisitivo de 13/11/2016 a 12/11/2017,* ao senhor ***JOAO PAULO MARTINS DA COSTA*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1499, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotado na Secretaria

Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 20 de Dezembro de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 010/2017 PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017 - HOMOLOGAÇÃO DO GABARITOS DA PROVA OBJETIVA

EDITAL COMPLEMENTAR 010/2017 PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO A HOMOLOGAÇÃO DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017**, destinado à formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Divulgar e Homologar o gabarito da Prova Objetiva realizada no dia 17/12/2017:

CARGO: 660 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	ANULADA	D	D	ANULADA	ANULADA
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	D	C	B	B	D	D	B	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	C	A	C	A	D	D	A	C

CARGO: 676 - PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS – ZONA RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	ANULADA	D	D	ANULADA	ANULADA
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	ANULADA	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 1115 - PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS CME JUCILEIDE PRAXEDES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	ANULADA	D	D	ANULADA	ANULADA
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	ANULADA	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 1117 - PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS CME DIVA M. JUNQUEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	ANULADA	D	D	ANULADA	ANULADA
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	ANULADA	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 1118 - PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS CME CHAPADÃO DO RIO VERDE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	ANULADA	D	D	ANULADA	ANULADA
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	ANULADA	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 657 - PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	ANULADA	D	D	ANULADA	ANULADA
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	ANULADA	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 932 - PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPECIAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	C	B	C	A	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	A	C	B	A	C	D	C	B

CARGO: 961 - PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPECIAL - LIBRAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	C	B	C	A	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	A	C	B	A	C	D	C	B

CARGO: 863 - PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPECIAL – LIBRAS/BRAILLE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	C	B	C	A	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	A	C	B	A	C	D	C	B

CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	ANULADA	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	C	D	C	ANULADA	B	C	ANULADA	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	ANULADA	D	D	B	C	ANULADA	A	B

CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL - LIBRAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	ANULADA	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	C	D	C	ANULADA	B	C	ANULADA	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	ANULADA	D	D	B	C	ANULADA	A	B

CARGO: PROFESSOR LÍNGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL - LIBRAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	C	C	ANULADA	B	D	D	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	D	B	C	C	D	C	A	C	ANULADA

CARGO: 658 - PROFESSOR LÍNGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	C	C	ANULADA	B	D	D	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	D	B	C	C	D	C	A	C	ANULADA

CARGO: 656- PROFESSOR HISTÓRIA – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	B	B	A	C	A	C	B	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	A	D	C	B	C	D	D	B

CARGO: 655 - PROFESSOR GEOGRAFIA – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B

QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	A	C	D	A	C	B	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	C	B	D	C	C	A	B	C

CARGO: 654 - PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	ANULADA	D	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	D	A	C	B	C

CARGO: 651 - PROFESSOR CIÊNCIAS NATURAIS – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	C	A	B	A	ANULADA	C	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	D	B	C	A	A	C	B	D

CARGO: 786 - PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDÍGENA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	B	C	B	B	D	A	C	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	C	B	D	B	B	D	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	D	A	A	C	B	A	D	B

CARGO: 793 – NUTRICIONISTA - SEMEC

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	C	B	D	A	D	C	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	A	D	B	A	D	C	B	C	D

CARGO: 662 – INTÉRPRETE DE LIBRAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	A	B	A	C	B	D	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	B	D	C	B	C	B	A	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	B	D	C	B	C	B	D	C

CARGO: 578 - AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	ANULADA	D	B	B	C	B	C	D	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	A	A	B	C	A	D	A	B	A

CARGO: 963 - AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL – ZONA RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	ANULADA	D	B	B	C	B	C	D	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	A	A	B	C	A	D	A	B	A

CARGO: 1110 - AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL – CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	ANULADA	D	B	B	C	B	C	D	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

RESPOSTA	B	A	A	B	C	A	D	A	B	A

CARGO: 1111- AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL – CME JUCELEIDE PRAXEDES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	ANULADA	D	B	B	C	B	C	D	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	A	A	B	C	A	D	A	B	A

CARGO: 570 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS - INDÍGENAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	D	C	C	A	D	D	C	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	A	D	B	B	A	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	C	B	D	B	C	D	A	D

CARGO: 790 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 1112 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS - RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 1113 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS – CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 1114 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS – CME ULISSES GUIMARÃES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 794 - MOTORISTA - INDÍGENA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	A	C	A	C	B	B	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	D	D	A	A	D	B	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	A	D	B	A	C	A	B

CARGO: 573 - MOTORISTA – ZONA RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	A	C	A	C	B	B	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	D	D	A	A	D	B	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	A	D	B	A	C	A	B

CARGO: 792 - VIGIA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 789 - AGENTE ADMINISTRATIVO SEMEC

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	A	B	D	A	B	D	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	D	D	A	C	D	A	B

CARGO: 775 - PEDAGOGO - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	D	C	C	D	C	D	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	A	A	D	A	C	B	C	B	C

CARGO: 930 - ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	D	A	B	A	D	A	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	B	A	D	C	D	C	A	B

CARGO: 732 - PSICÓLOGO - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	C	B	D	B	D	B	B	D	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	B	B	C	D	C	D	D	A

CARGO: 770 - ORIENTADOR SOCIAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	D	A	B	B	C	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	A	C	B	D	A	C	D	B	A

CARGO: 771- AGENTE SOCIAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	D	B	C	A	B	A	B	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	B	C	C	D	A	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	C	A	B	D	C	B	A	C

CARGO: 879 - ENTREVISTADOR SOCIAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	D	B	C	A	B	A	B	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	C	B	D	A	C	D	B	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	D	A	B	C	C	D	A	B	A

CARGO: 881 - AGENTE DO PROGRAMA ACESSUAS - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

RESPOSTA	C	D	A	B	C	B	D	A	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	B	D	D	C	A	C	A	A

CARGO: 1053 - INSTRUTOR DE OFICINAS DE TECLADO, VIOLÃO E CORAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	C	D	C	B	B	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	A	A	D	A	B	D	C	A

CARGO: 1054 - INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	C	D	C	B	B	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	A	A	D	A	B	D	C	A

CARGO: 1055 - INSTRUTOR DE ARTES PLÁSTICAS, DESENHO E PINTURA - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	C	D	B	A	B	D	A	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	C	A	A	D	B	C	A	A

CARGO: 1056 - INSTRUTOR DE ARTESANATO - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	A	C	D	C	B	A	D	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	D	C	B	C	B	C	D	B

CARGO: 880 - GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	ANULADA	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	D	C	C	A	A	D	B	A	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	C	B	B	D	C	A	B	A	B

CARGO: 785 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	A	B	C	C	A	D	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	A	C	D	A	C	B	C	B

CARGO: ENGENHEIRO SANITARISTA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	D	B	B	D	B	A	A	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	C	D	A	A	D	C	C	B

CARGO:1092 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/FUTEBOL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	ANULADA	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	D	B	C	C	A

CARGO: 1093 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/FUTSAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	ANULADA	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	D	C	A	B	C

CARGO: 1094 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/BASQUETEBOL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	ANULADA	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	D	A	D	A	C

CARGO: 1095 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/VOLEIBOL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	ANULADA	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	C	B	A	B	D

CARGO: 1096 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/HANDEBOL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	ANULADA	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	A	C	D	B	C

CARGO: 1097 - INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ CAPOEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	B	A	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	A	D	D	B	A	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	B	A	C	D	C	D	A	A

CARGO: 1098 - INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ KARATÊ

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	B	A	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	A	D	D	B	A	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	B	A	C	D	C	B	D	C	A

CARGO: 1099 - INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ JUDÔ

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	B	A	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	A	D	D	B	A	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	B	A	C	C	A	C	D	C	D

CARGO: 1100 - INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ JIU-JITSU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	B	A	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	A	D	D	B	A	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	A	D	C	B	C	A	D	A

CARGO: 451 - FARMACÊUTICO – PROGRAMA CTA/SAE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	D	A	C

QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	D	A	D	B	C	D	A	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	A	D	C	D	C	B	A

CARGO: 684 - MÉDICO CLÍNICO GERAL – LEI 3340/2010

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	D	B	C	C	D	C	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	D	B	C	B	B	C	D	D

CARGO: 382 - RECEPCIONISTA - PSF

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	A	D	B	B	D	C	C	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	B	A	D	B	A	C	A	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	D	A	B	C	A	D	C	A

CARGO: 625 - ENFERMEIRO - UMS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	D	ANULADA	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	D	A	D	C	A	B	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	D	C	A	ANULADA	D	A	ANULADA	C	D

CARGO: 701 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	A	B	D	A	B	D	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	D	A	B	C	A	D	A

CARGO: 546 - AGENTE ADMINISTRATIVO II – CTA/SAE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	A	B	D	A	B	D	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	D	A	B	C	A	D	A

CARGO: 707 - MÉDICO INTERVENCIONISTA - SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	ANULADA	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	D	B	B	C	D	A	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	C	A	D	C	B	C	D	D

CARGO: 784 - MÉDICO CLÍNICO GERAL – LEI 3640/2011

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	D	B	C	C	D	C	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	D	B	C	B	B	C	D	D

CARGO: 597 - MÉDICO CARDIOLOGISTA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	D	B	D	D	A	D	C	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

RESPOSTA	**D**	**B**	**C**	**D**	**D**	**B**	**B**	**C**	**D**	**D**

CARGO: 704 - MAQUEIRO

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**A**	**A**	**D**	**B**	**B**	**D**	**C**	**C**	**A**	**C**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**A**	**B**	**A**	**D**	**B**	**A**	**C**	**A**	**C**	**B**
QUESTÕES	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
RESPOSTA	**D**	**A**	**C**	**B**	**A**	**C**	**B**	**D**	**A**	**D**

CARGO: 733 - TÉCNICO DE ENFERMAGEGM

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**C**	**A**	**A**	**D**	**A**	**B**	**B**	**B**	**D**	**C**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**D**	**A**	**B**	**C**	**D**	**A**	**D**	**C**	**A**	**B**
QUESTÕES	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
RESPOSTA	**C**	**D**	**B**	**A**	**B**	**A**	**C**	**B**	**D**	**C**

CARGO: 959 - AGENTE ADMINISTRATIVO II

QUESTÕES	**01**	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
RESPOSTA	**C**	**A**	**D**	**A**	**A**	**D**	**B**	**A**	**C**	**D**
QUESTÕES	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
RESPOSTA	**B**	**ANULADA**	**A**	**B**	**D**	**A**	**B**	**D**	**A**	**C**
QUESTÕES	**21**	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
RESPOSTA	**A**	**C**	**B**	**D**	**A**	**B**	**C**	**A**	**D**	**C**

Tangará da Serra – MT, 19 de dezembro de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Selton Jose Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social

Magno Cesar Ferreira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Ademir Aparecido Anibale

Secretário Municipal de Esportes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
DECISÃO DE RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA GABARITO - PROCESSO SELETIVO 0032017

PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2017

DECISÃO DE RECURSOS CONTRA GABARITO DA PROVA OBJETIVA REALIZADA NO DIA 17/12/2017

1 DECISÃO DE RECURSO

1.1 A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra torna pública a lista de **DEFERIMENTO** E I**NDEFERIMENTO** dos recursos interpostos pelos candidatos, referente ao gabarito preliminar da Prova Objetiva do Processo Seletivo nº 003/2017 para os cargos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Esporte.

2. LISTA DE DECISÃO

2.1 Abaixo segue a lista de decisão, contendo nome do candidato, a data de interposição do recurso, número do protocolo, nome do cargo, parecer e motivo do parecer.

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36321/2017**
Nome	**ANNE RAFAELA DA SILVA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial. QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".**

	Justificativa: A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C"**. **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36295/2017**
Nome	**APARECIDA MARIA DA LUZ**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 25, 26 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36170/2017**
Nome	**CAROLINA CABRAL**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36283/2017**
Nome	**CLAUDIO RODRIGUES ALVES**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 24, 26 e 27– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D**" o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36220/2017**
Nome	**DAYANE PADILHA DE FRANÇA ROCHA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25 e 26 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".**

	Questão 25 – Recurso Deferido - Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36235/2017**
Nome	**EDILAINE GOMES DE OLIVEIRA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26 e 27 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36281/2017**
Nome	**EDUARDA MARQUES FERREIRA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 11, 23, 25, 26 e 29 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 11: Recurso Deferido** - **Justificativa:** No texto da questão foi citado o Art. 7º da LDB 9394/96 e o artigo que condiz com as a afirmação é o artigo 6º da referida Lei. **Portado fica anulada a questão 11, por estar divergente o artigo citado com o artigo da Lei que corresponde o questionamento.** **QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 11 – Recurso Deferido** – Questão será **anulada**. **Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".**

	Questão 26 – Recurso Deferido - Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36243/2017**
Nome	**ELIZANGELA AVELINO PORFÍRIO**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26 e 29 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36359/2017**
Nome	**ELQUELAINE OLIVEIRA DA SILVA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26, 27 e 29 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preli-

	minar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36259/2017**
Nome	**ERIKA CRISTINA RIBEIRO**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26, 27 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36358/2017**
Nome	**ISABELA KUNNTZ BECK**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 25, 27 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa citada pela candidata. A candidata enfatiza em seu recurso que a resposta correta é a "D" e não a "A" conforme assinalado no gabarito preliminar, e o que preconiza o Art. 229 da Constituição Federal é que: que os pais tem o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores tem o dever de **ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade;** O texto apresentado na justificativa da candidata está correto, mas a questão que citou está incorreta. portanto o recurso da candidata será **indeferido para a questão solicitada, mas deferido para alteração do gabarito preliminar que estabelece como correta a letra "A" e a letra correta da questão é a letra "C". Defiro não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 25 – Recurso Indeferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 29 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36347/2017**
Nome	**JOÃO GUILHERME GOMES GIMENES**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 17, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 17: Recurso Indeferido** - Na referida questão em discussão, a alternativa correta é a letra "C" Constituição Federal de 1988. **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa solicitada pelo candidato, o qual solicita a alteração para alternativa "B" Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/1990. Conforme preconiza a questão qual seria a primeira Lei brasileira que reconhece a criança como sujeito de direitos e determina dentro da estrutura do Estado as instâncias que devem se ocupar em garantir o seu atendimento. Sendo assim a primeira Lei é a Constituição Federal de 1988 que em seu Art. 227 diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Portanto o recurso do candidato será **indeferido para a troca da alternativa "C" para "B".** **QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **DEFERIDO QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**

Decisão	**Questão 17 – Recurso Indeferido** - Alternativa correta Letra **"C".** **Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 28 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36266/2017**
Nome	**JULIANA GIARETA FROZZA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24 e 29 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36284/2017**
Nome	**LETÍCIA CORSINO GALBERO**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".**

	Justificativa: A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 28 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36285/2017**
Nome	**LEYMARY PAIVA DA SILVA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 25, 27, 28 e 29 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 28 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36337/2017**
Nome	**LUCIANA FERREIRA DA SILVA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 25, 26, 27– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A". Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".**

	Questão 26 – Recurso Deferido - Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36236/2017**
Nome	**LUCIMARA APARECIDA DA SILVA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 11, 23, 24, 25, 26 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 11: Recurso Deferido** - **Justificativa:** No texto da questão foi citado o Art. 7º da LDB 9394/96 e o artigo que condiz com as a afirmação é o artigo 6º da referida Lei. **Portado fica anulada a questão 11, por estar divergente o artigo citado com o artigo da Lei que corresponde o questionamento.** **QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C"**. **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 11 – Recurso Deferido** – Questão será **anulada**. **Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36271/2017**
Nome	**LUIS CLAUDIO DA SILVA SANTANA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 24, 25, 26 e 27– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para **"A".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D**" o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".**

	Questão 26 – Recurso Deferido - Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36298/2017**
Nome	**MÁRCIO SILVA PEREIRA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 10, 17, 21, 23, 24, 25, 27 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 10:** O desenvolvimento correto da expressão (x + 5)2 é: x2 + 10x + 25 e não como deseja o candidato, 2x + 25. **QUESTÃO 17: Recurso Indeferido** - Na referida questão em discussão, a alternativa correta é a letra "C" Constituição Federal de 1988. **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa solicitada pelo candidato, o qual solicita a alteração para alternativa "B" Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/1990. Conforme preconiza a questão qual seria a primeira Lei brasileira que reconhece a criança como sujeito de direitos e determina dentro da estrutura do Estado as instâncias que devem se ocupar em garantir o seu atendimento. Sendo assim a primeira Lei é a Constituição Federal de 1988 que em seu Art. 227 diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Portanto o recurso do candidato será **indeferido para a troca da alternativa "C" para "B"** **QUESTÃO 21: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C**" para "**B**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D**" o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 10 – Recurso Indeferido –** Mantém-se a alternativa "**D**" correta. **Questão 17 – Recurso Indeferido** - Alternativa correta Letra **"C".** **Questão 21 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36337/2017**
Nome	**NATALI MARIELA MANSANO ORNEL**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 26, 27 e 29– Solicita revisão das questões.

Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 29 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36310/2017**
Nome	**NETANIAS REABIAS DO NASCIMENTO**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26, 27 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36230/2017**
Nome	**NILMA LIMA GUIMARÃES SIMI**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 28 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36207/2017**
Nome	**PRISCILA QUINTINO DA SILVA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 24, 26, 27, 28 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para **"A".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**

	QUESTÃO 29: Recurso Deferido - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 28 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36312/2017**
Nome	**ROSELI MARQUES DE MORAIS**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26, e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36224/2017**
Nome	**SUELLEM KALINKA INACIA RINK**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26, 27 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preli-

	minar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36232/2017**
Nome	**THAIS CUNHA OLIVEIRA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 28 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36205/2017**
Nome	**VALÉRIA DOS SANTOS MARQUES**

Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 11, 17, 23, 24, 25, 26, 28 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 11: Recurso Deferido** - **Justificativa:** No texto da questão foi citado o Art. 7º da LDB 9394/96 e o artigo que condiz com as a afirmação é o artigo 6º da referida Lei. **Portado fica anulada a questão 11, por estar divergente o artigo citado com o artigo da Lei que corresponde o questionamento.** **QUESTÃO 17: Recurso Indeferido** - Na referida questão em discussão, a alternativa correta é a letra "C" Constituição Federal de 1988. **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa solicitada pelo candidato, o qual solicita a alteração para alternativa "B" Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/1990. Conforme preconiza a questão qual seria a primeira Lei brasileira que reconhece a criança como sujeito de direitos e determina dentro da estrutura do Estado as instâncias que devem se ocupar em garantir o seu atendimento. Sendo assim a primeira Lei é a Constituição Federal de 1988 que em seu Art. 227 diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Portanto o recurso do candidato será **indeferido para a troca da alternativa "C" para "B".** **QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B"**. **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B"** para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 11 – Recurso Deferido** – Questão será **anulada**. **Questão 17 – Recurso Indeferido** - Alternativa correta Letra **"C".** **Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 28 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36279/2017**
Nome	**VALQUÍRIA CABRAL DA SILVA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº.11, 23, 24, 25, 26 e 27– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 11: Recurso Deferido** - **Justificativa:** No texto da questão foi citado o Art. 7º da LDB 9394/96 e o artigo que condiz com as a afirmação é o artigo 6º da referida Lei. **Portado fica anulada a questão 11, por estar divergente o artigo citado com o artigo da Lei que corresponde o questionamento.** **QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 27: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 11 – Recurso Deferido** – Questão será **anulada**. **Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36216/2017**
Nome	**VITORIA DOS ANJOS VIEIRA FERREIRA**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 11, 23 e 26 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 11: Recurso Deferido** - **Justificativa:** No texto da questão foi citado o Art. 7º da LDB 9394/96 e o artigo que condiz com as a afirmação é o artigo 6º da referida Lei. **Portado fica anulada a questão 11, por estar divergente o artigo citado com o artigo da Lei que corresponde o questionamento.** **QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 11 – Recurso Deferido** – Questão será **anulada**. **Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36364/2017**
Nome	**WERICA CRISLAINE SOUZA NASCIMENTO**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 26, 27 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**

	QUESTÃO 27: Recurso Deferido - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para "**D**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra "**D**" o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 27 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "D".** **Questão 29 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36170/2017**
Nome	**CAROLINA CABRAL**
Cargo	**AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL**
Questões	Nº. 23, 24, 25, 26 e 29– Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 23: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"B**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 24: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"C" para "B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A**" para **"C".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"C"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 26: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"D**" para "**A**". **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"A"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.** **QUESTÃO 29: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi alterada a alternativa correta de **"A"** para **"B".** **Justificativa:** A alternativa correta da questão é a Letra **"B"** o que está divergente da alternativa assinalada no gabarito preliminar, portanto o recurso da candidata será **deferido, mas não para a anulação da questão e sim para alteração no gabarito oficial.**
Decisão	**Questão 23 – Recurso Deferido** - Alternativa correta alterada de **"B" para "A".** **Questão 24 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"C" para "B".** **Questão 25 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "C".** **Questão 26 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"D" para "A".** **Questão 29 – Recurso Deferido -** Alternativa correta alterada de **"A" para "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36257/2017**
Nome	**RODOLFO PERES LESSI**
Cargo	**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA**
Questões	Nº. 03, 04, 07, 20 e 30 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 03 - Recurso Indeferido –** Mantém-se como correta a alternativa "**b**". A questão 03 é sobre os passos de elaboração do Plano de Ensino. - Considerando que o teste seletivo tem a função de validar a contratação de professores para atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental. A sequência de elaboração dos planos de ensino deve partir da determinação de objetivos, seleção e organização dos conteúdos, análise metodológica dos procedimentos de ensino, seleção de recursos tecnológicos, organização das formas de avaliação, sendo correta a alternativa "**b**". A alternativa **d** apontada como a possível resposta é sem nexo, porque não iniciamos um planejamento pelos conteúdos, os mesmos são os meios a serem utilizados na concretização dos objetivos de ensino, sendo eles os determinantes de todo o processo pedagógico. Quanto às justificativas e documentos encaminhados nos links eles são de instituições específicas, de ensino superior, e não se referem à prática do Ensino Fundamental em nosso contexto. **QUESTÃO 04 – Recurso Indeferido** – Mantém como correta a alternativa "d". Os parâmetros curriculares nacionais são as referências para a elaboração das matrizes de referência de todos os sistemas de ensino: municipal, estadual e federal. Consideram-se também todas as orientações didáticas metodológicas, mas isso não apareceu nas possibilidades de resposta. Toda a referência de organização do Ensino está inserida nos Parâmetros Curriculares Nacionais que apesar de ser da década de 1980 ainda é esse o documento orientador. **QUESTÃO 07: Recurso Indeferido** – O candidato requer a anulação da questão e argumenta erro na grafia do texto. **Justificativa**: O termo (UFMT), ao final do enunciado e antes das alternativas, refere-se à Instituição que originalmente aplicou a questão em um de seus concursos. A grafia está correta, pois é a citação do autor e contempla às exigências do Edital. **QUESTÃO 20: Recurso Indeferido** – Mantém-se como correta a alternativa "D". **Justificativa:** Todas as alternativas estão corretas. Quanto à argumentação do candidato referente ao esporte competição, considera-se que a *"Competição Esportiva, enquanto componente curricular da educação física escolar tem como finalidade a aquisição por parte dos alunos das competências educacionais (instrumental, social, comunicativa e emocional), por meio da construção de espaços que garantam a discussão, organização e participação de competições esportivas, de forma crítica, participativa, autônoma, cooperativa e prazerosa, dentro de um contexto pedagógico de caráter contra hegemônico, procurando resgatar a competição como um dos elementos motivadores da Educação Física Escolar numa perspectiva Histórico-Cultural de educação"(http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/a...)* e não como esporte performance. **QUESTÃO 30: Recurso Indeferido** – Mantem-se como correta a alternativa "**C**". **Justificativa:** Segundo a FIG (Federação Internacional de Ginástica) os aparelhos oficiais da Ginástica Rítmica Desportiva são: Arco, bola, corda, fita e maças. Portanto a questão apresenta alternativa correta: **c)** *Fita – Arco – Maças.*
Decisão	**QUESTÃO 03 - Recurso Indeferido –** Mantém-se como correta a alternativa "**B".** **QUESTÃO 04 – Recurso Indeferido** – Mantém como correta a alternativa "**D**" **QUESTÃO 07 - Recurso Indeferido -** Mantém como correta a alternativa "**D**" **QUESTÃO 20 – Recurso Indeferido -** Mantém-se como correta a alternativa "**D**". **QUESTÃO 30 – Recurso Indeferido -** Mantém-se como correta a alternativa "**C**".

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36214/2017**
Nome	**RAQUEL SANTUZA SOSTENA**
Cargo	**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA**
Questões	Nº. 08 e 09 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Deferido** – A candidata argumenta que o conteúdo exigido na prova não é contemplado pelo edital. **Justificativa:** O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à História Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 09: Recurso Indeferido -** A candidata argumenta a falta de citação bibliográfica. **Justificativa:** A candidata argumenta a falta de citação da referência da publicação. Esclarecemos que a questão não faz referência direta a uma obra específica, no entanto cita o autor, atendendo, portanto o Edital.
Decisão	**QUESTÃO 08 - Recurso Deferido – Anula-se a questão.** **QUESTÃO 09 – Recurso Indeferido – Alternativa correta alterada de "A" para "D"**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36123/2017**
Nome	**OZEIAS PINHEIRO DA SILVA**
Cargo	**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA**
Questões	Nº. 08 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Deferido** – A candidata argumenta que o conteúdo exigido na prova não é contemplado pelo edital. **Justificativa:** O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à História Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.
Decisão	**QUESTÃO 08 - Recurso Indeferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36222/2017**
Nome	**DIVINA NATALICE FERNANDES MARTINS**
Cargo	**PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA**
Questões	Nº. 12 e 13 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 12 e 13: Recurso Indeferido** – mantém-se como correta a alternativa "**B**" para a questão **12** e mantém-se como correta a alternativa "**C**" para a questão **13**.

	Justificativa: A candidata argumenta que as questões apenas apresentavam as alternativas e que não apresentava o que o candidato deveria marcar dificultando o entendimento. Portanto o recurso da candidata está **indeferido** para ambas as questões **12 e 13.** A prova trata-se de Língua Portuguesa, leitura e interpretação, diante do texto exposto na questão **12**. É preciso ler o texto inteiro, identificar a informação subentendida, deduzir a ideia central expressa no contexto e concluir que há um lirismo sob um "eu" que sofre a desesperança de um amor acabado. É necessário, ainda, acompanhar as pistas linguísticas, buscando palavras que remetam a um mesmo campo semântico, observando-se sua predominância, de modo a realizar um raciocínio dedutivo e chegar ao que foi solicitado. Para isso, é importante observar expressões como "aquele melancólico refugiado da noite", "suas desditas amorosas", "como é que podia tudo ter se acabado assim", "difícil conviver com uma mulher que já nem era mais sua", "saber que está sendo dispensado", dentre outras passagens que remetem à informação presente na alternativa (B). Operar com o sentido global do texto requer mobilizar certo grau de inferência, operação mental que exige um leitor que não fique na superfície do texto, mas que aprofunde seus saberes linguísticos e discursivos. Na questão **13** - O texto principal da propaganda utiliza orações coordenadas: “Deixe a gripe na saudade” (oração coordenada)/“e marque um encontro com os amigos”(oração coordenada sindética aditiva). Para se aproximar do público-alvo, a peça publicitária utiliza a linguagem informal, como a expressão “deixar na saudade”. (C)
Decisão	**Questão 12 – Recurso Indeferido -** Mantém-se como correta a alternativa “B”. **Questão 13 – Recurso Indeferido -** Mantém-se como correta a alternativa “C”.

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo:36210/2017**
Nome	**WAGNER LUIZ FAQUINETI**
Cargo	**PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA**
Questões	Nº. 16 e 30 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 16 e 30: Recurso deferido** – As questões 16 e 30 estão anuladas. **Justificativa:** As questões 16 e 30 não foram colocadas às devidas fontes.
Decisão	**Questão 16 – Recurso Deferido – Anulada a questão.** **Questão 30 – Recurso Deferido – Anulada a questão.**

Data do Recurso: 19/12/2017	**Nº. Protocolo: 36153/2017**
Nome	**NEIDE VIEIRA DA SILVA**
Cargo	**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 06 – Solicita revisão da questão 06.
Parecer	**QUESTÃO 06 – Recurso deferido** - A candidata Neide Vieira da Silva solicita “revisão” da questão 06, levando em conta que não foi considerado o fuso horário entre Várzea Grande – MT e Guarulhos – SP. A candidata está correta. Assim anula-se a questão **06.**
Decisão	**Questão 06 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36356/2017**
Nome	**ALICE MARIA RODRIGUES SERAFINI**
Cargo	**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 05 e 06 – Solicita revisão das questões 05 e 06.
Parecer	**QUESTÃO 05 – Recurso Indeferido** - A candidata Alice Maria Rodrigues Serafini solicita “revisão” da questão 05. Questão 05 - Em uma aula de matemática, a professora do 5º ano B pediu a Pedro e Mariana que pesquisassem entre os alunos que estudam no período vespertino, que tipo de calçado cada qual estava usando. No final da pesquisa obtiveram o seguinte resultado: Alunos entrevistados: 450 48% dos alunos usavam sandálias; 22% dos alunos usavam tênis; 30% dos alunos usavam sapatos. O número de alunos que usavam sandálias ou tênis é: **a**) 135 **b**) 315 **c**) 350 **d**) 216 O enunciado da questão deixa bem claro que se trata de uma pesquisa pontual, em uma aula de matemática, buscando o tipo de calçado que cada aluno estava usando naquele determinado momento. Usando o raciocínio lógico, é entendido que nenhum aluno esteja usando dois tipos de calçados no mesmo tempo. Cada aluno esta usando um “ou” outro tipo de calçado. Portanto, realizada a revisão, mantenho a questão válida com a alternativa “**b**” como resposta correta.
Parecer	**QUESTÃO 06 – Recurso deferido** - A candidata Alice Maria Rodrigues Serafini solicita “revisão” da questão 06, levando em conta que não foi considerado o fuso horário entre Várzea Grande – MT e Guarulhos – SP.
	A candidata está correta. Assim anula-se a questão 06.
Decisão	**Questão 05 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa “B”.** **Questão 06 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36234/2017**
Nome	**VANDERLUCIA FERNANDES DOS SANTOS SIQUEIRA**
Cargo	**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 05, 08, 09 e 30 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 05 – Recurso indeferido** A candidata Vanderlucia Fernandes dos Santos Siqueira questiona a elaboração da questão 05.Em uma aula de matemática, a professora do 5º ano B pediu a Pedro e Mariana que pesquisassem entre os alunos que estudam no período vespertino, que tipo de calçado cada qual estava usando. No final da pesquisa obtiveram o seguinte resultado: Alunos entrevistados: 450 48% dos alunos usavam sandálias; 22% dos alunos usavam tênis; 30% dos alunos usavam sapatos. O número de alunos que usavam sandálias ou tênis é: **a**) 135 **b**) 315 **c**) 350 **d**) 216 O enunciado da questão deixa bem claro que se trata de uma pesquisa pontual, em uma aula de matemática, buscando o tipo de calçado que cada aluno estava usando naquele determinado momento. Usando o raciocínio lógico, é entendido que nenhum aluno esteja usando dois tipos de calçados no mesmo tempo. Cada aluno esta usando um “ou” outro tipo de calçado. Portanto, realizada a revisão, esclareço a dúvida da candidata. **QUESTÃO 08 – Recurso Indeferido** – A candidata argumenta pela anulação da questão por não ser exigência do edital o tema referido. **Justificativa:** O conteúdo em questão contempla a História de Tangará da Serra, conforme item 3.2 do Edital: Conhecimentos Gerais: “HISTORIA, GEOGRAFIA E ATUALIDADES: História e geografia do Estado de Mato Grosso e do município de Tangará da Serra. **QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.
	QUESTÃO 30 - Recurso Indeferido - A candidata solicita anulação da questão 30, alegando que a pergunta é semelhante a resposta. A questão não será anulada pois entende-se que essa semelhança não prejudica o candidato.
Decisão	**Questão 05 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa “B”.** **Questão 08 – Recurso Indeferido – Alternativa correta alterada de “A” para “D”.** **Questão 09 – Recurso Deferido - Anula-se a questão.** **Questão 30 - Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa “B”.**

Data do Recurso: 19/12/2017	**Nº. Protocolo: 36178/2017**
Nome	**MARIA EDNAURA ANDRADE VITORINO**
Cargo	**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 018 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 18 – Recurso Deferido -** A candidata Maria Ednaura Andrade Vitorino solicita “anulação” da questão 18. O argumento da candidata não é motivo de anulação da questão. Como esta questão já foi anulada por interposição de outro candidato, mantém a anulação da questão.
Decisão	**Questão 18 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36269/2017**
Nome	**ELINEIA FRANCISCO**
Cargo	**PROFESSOR ANOS INICIAIS – 1º AO 5º ANO - URBANO**
Questões	Nº. 08 – Solicita revisão das questão.
Parecer	**QUESTÃO 08 – Recurso Indeferido** – A candidata argumenta que “há mais de duas possibilidades de resposta corretas”. **Justificativa:** A resposta correta para esta questão é a letra **D**, todas as alternativas estão corretas.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Indeferido - A**lternativa o gabarito de “A” para “**D**”.

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36334/2017**
Nome	**FLAVIA LUCIANA DE OLIVEIRA ALBERTIN**
Cargo	**PROFESSOR ANOS INICIAIS – 1º AO 5º ANO - URBANO**
Questões	Nº. 05 – Solicita revisão da questão.

Parecer	**QUESTÃO 05 – Recurso indeferido** - A candidata solicita revisão (sugerindo anulação) da questão devido a pronuncia “ou” na pergunta da situação problema. Em uma aula de matemática, a professora do 5º ano B pediu a Pedro e Mariana que pesquisassem entre os alunos que estudam no período vespertino, que tipo de calçado cada qual estava usando. No final da pesquisa obtiveram o seguinte resultado: Alunos entrevistados: 450 48% dos alunos usavam sandálias; 22% dos alunos usavam tênis; 30% dos alunos usavam sapatos. O número de alunos que usavam sandálias ou tênis é: **a**) 135 **b**) 315 **c**) 350 **d**) 216 O enunciado da questão deixa bem claro que se trata de uma pesquisa pontual, em uma aula de matemática, buscando o tipo de calçado que cada aluno estava usando naquele determinado momento. Usando o raciocínio lógico, é entendido que nenhum aluno esteja usando dois tipos de calçados no mesmo tempo. Cada aluno esta usando um “ou” outro tipo de calçado. Portanto, realizada a revisão, mantenho a questão válida com a alternativa “b” como resposta correta.
Decisão	**Questão 05 – Recurso Indeferido –** Mantém-se como correta a alternativa “B”.

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36213/2017**
Nome	**HOLIANA MARIA FERREIRA LEITE**
Cargo	**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 09, 10 e 18 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 10:** O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Feudalismo estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 18 –** A candidata Holiana Maria Ferreira Leite solicita “anulação” da questão 18. A candidata está correta. No momento de digitação da questão, repetiu-se a opção “*o que se deve saber fazer?*”, quando a terceira pergunta deveria ser: “*como se deve ser?”* Portanto, atendo o pedido da candidata.
Decisão	**Questão 09 – Recurso Deferido - Anula-se a questão.** **Questão 10 – Recurso Deferido - Anula-se a questão.** **Questão 18 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36269/2017**
Nome	**JANAINA FERNANDES DE OLIVEIRA**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**
Questões	Nº. 06 e 11 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 06 – Recurso Indeferido** - A candidata solicita “revisão” da questão 06, levando em conta que não foi considerado o fuso horário entre Várzea Grande – MT e Guarulhos – SP. **A candidata está correta. Assim anula-se a questão 06.** **QUESTÃO 11 - QUESTÃO 11: Recurso Indeferido** – mantém-se como correta a alternativa “B”. **Justificativa:** A candidata argumenta que a resposta correta é a letra “D”, no entanto se considerarmos todas as alternativas corretas estaremos indo em desacordo com a Lei em questão, uma vez que a Pré-Escola é destinada a crianças de quatro a cinco anos independente de fazer seis anos durante o percurso. Portanto o recurso da candidata está **indeferido**.
Decisão	**Questão 06 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.** **Questão 11– Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa “B”.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36239/2017**
Nome	**JUSCELIA DA SILVA CAMPOS**
Cargo	**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 09, 10 e 18 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 10:** O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Feudalismo estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.
	QUESTÃO 18 – A candidata Holiana Maria Ferreira Leite solicita “anulação” da questão 18. A candidata está correta. No momento de digitação da questão, repetiu-se a opção “*o que se deve saber fazer?*”, quando a terceira pergunta deveria ser: “*como se deve ser?”* Portanto, atendo o pedido da candidata.
Decisão	**Questão 09 – Recurso Deferido - Anula-se a questão.** **Questão 10 – Recurso Deferido - Anula-se a questão.** **Questão 18 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36269/2017**
Nome	**JANAINA FERNANDES DE OLIVEIRA**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 06 e 11 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 06 – Recurso Indeferido** - A candidata solicita “revisão” da questão 06, levando em conta que não foi considerado o fuso horário entre Várzea Grande – MT e Guarulhos – SP. **A candidata está correta. Assim anula-se a questão 06.** **QUESTÃO 11 - QUESTÃO 11: Recurso Indeferido** – mantém-se como correta a alternativa “B”. **Justificativa:** A candidata argumenta que a resposta correta é a letra “D”, no entanto se considerarmos todas as alternativas corretas estaremos indo em desacordo com a Lei em questão, uma vez que a Pré-Escola é destinada a crianças de quatro a cinco anos independente de fazer seis anos durante o percurso. Portanto o recurso da candidata está **indeferido**.
Decisão	**Questão 06 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.** **Questão 11– Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa “B”.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36244/2017**
Nome	**ANA LÚCIA OLIVEIRA DE FREITAS**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 05 e 25 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 05 – Recurso indeferido** - A candidata solicita “revisão” da questão 05.– Em uma aula de matemática, a professora do 5º ano B pediu a Pedro e Mariana que pesquisassem entre os alunos que estudam no período vespertino, que tipo de calçado cada qual estava usando. No final da pesquisa obtiveram o seguinte resultado: Alunos entrevistados: 450 48% dos alunos usavam sandálias; 22% dos alunos usavam tênis; 30% dos alunos usavam sapatos. O número de alunos que usavam sandálias ou tênis é: **a**) 135 **b**) 315 **c**) 350 **d**) 216 O enunciado da questão deixa bem claro que se trata de uma pesquisa pontual, em uma aula de matemática, buscando o tipo de calçado que cada aluno estava usando naquele determinado momento. Usando o raciocínio lógico, é entendido que nenhum aluno esteja usando dois tipos de calçados no mesmo tempo. Cada aluno esta usando um “ou” outro tipo de calçado. Portanto, realizada a revisão, mantenho a questão válida com a alternativa “b” como resposta correta. **QUESTÃO 25: Recurso Indeferido** – mantém-se como correta a alternativa “C” para a questão 25. **Justificativa:** A candidata argumenta que a questão 25 “Ela nos dá duas opções de resposta”. A pergunta é a seguinte: No livro “*A Epistemologia Genética”*, o pensador suíço Jean Piaget divide o processo "dinâmico e infinito" do desenvolvimento da capacidade de conhecer em quatro períodos. Assinale a alternativa **INCORRETA.** a) sensório-motor, que vai desde o nascimento até os 2 anos; b) pré-operatório de 3 a 7 anos e operatório-concreto de 8 a 11 anos; c) Pré-operatório de 3 a 6 anos e operatório motor de 7 a 12 anos; d) Operatório formal, a partir dos 12 anos. **Justificativa** - Esclarecemos que não cabe a anulação da questão, pois quando argumenta que no texto relata que o Estágio Operatório Formal é por volta dos 11 aos 12 anos de idade, não descarta a resposta correta ser aos 12 anos, estaria sim errada se eu estivesse citado somente aos 11 anos. No próprio texto justifica-se que “No início da adolescência, ao se alcançar a independência da ‘concretude do real’, é possível se iniciar uma leitura mais reflexiva do meio em que se vive”. Inicio da adolescência é aos 12 anos de idade. Portanto não cabe anulação da questão por ter dupla interpretação. E é notório e visível que a alternativa “C” é a INCORRETA por não termos o estágio Operatório Motor de 7 a 12 anos. Portanto o recurso da candidata está **indeferido** para a questão 25.
Decisão	**Questão 05 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa “B”.** **Questão 25 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa “C”.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36340/2017**
Nome	**KARLLA JESSYCA FRANCO DE FREITAS**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 08 e 18 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Deferido –** A candidata requer anulação da questão". **Justificativa:** A resposta correta para esta questão é a letra **D**, todas as alternativas estão corretas. **QUESTÃO 18: Recurso Indeferido** – mantém-se como correta a alternativa "D" para a questão 18. **Justificativa:** A candidata argumenta que "O artigo 206 citado na questão 18, refere-se à Constituição Federal de 1988 e não de 1998 como está no caderno de prova". Esclarecemos que não cabe a anulação da questão devido um erro de digitação, pois ao referir-se à Constituição Federal no texto ao invés de colocar o ano 1988, foi escrito 1998. Por se tratar de uma única Constituição Federal que temos no Brasil, não daria dupla interpretação das questões e nem caberia interpretar como pegadinha. Para ser uma pegadinha, nas alternativas deveria constar "nenhuma das alternativas estão corretas" e ao contrário, constava: "todas as alternativas estão corretas". Portanto o recurso da candidata está **indeferido** para a questões 18.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Indeferido – Alterado o gabarito de "A" para "D".** **Questão 18 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36254/2017**
Nome	**MARILUCI ESTEVÃO DA SILVA**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 17 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 17: Recurso Indeferido** – mantém-se como correta a alternativa "D" para a questão 17. **Justificativa:** A candidata argumenta que de "acordo com a alternativa, um de seus princípios básicos é a garantia de padrão de qualidade nas instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental, já que é um dever e obrigação do município, sendo assim, a alternativa estaria incorreta se ao final fosse acrescentado o Ensino Médio, pois o mesmo não é dever do município e sim do estado, sendo assim, todas as alternativas estão corretas". Esclarecemos que a interpretação feita pela candidata está equivocada, visto que a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 em seu art. 3º que faz parte do "TITULO II" que se refere aos Princípios e Fins da Educação Nacional, em momento algum preconiza a obrigatoriedade do município em garantir padrão de qualidade somente para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. Quando se trata de Educação Básica, segundo o Art. 4º da referida Lei, O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) Portanto o que foi indagado pela candidata dizendo que a alternativa estaria incorreta se ao final fosse acrescentado o Ensino Médio, não procede, porque estaria sim correto se estivéssemos inserido o Ensino Médio, o qual faz parte da Educação Básica e o que Estabelece as Diretrizes Nacionais em seu Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extraescolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) Portanto o recurso da candidata está **indeferido** para a questões 17.
Decisão	**Questão 09 – Recurso Deferido - Anula-se a questão.** **Questão 17 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36179/2017**
Nome	**ANA MARIA SAMPAIO DOS SANTOS**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 08 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Deferido –** A candidata requer anulação da questão". **Justificativa:** A resposta correta para esta questão é a letra **D**, todas as alternativas estão corretas.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Indeferido – Alterado o gabarito de "A" para "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36360/2017**
Nome	**MARIA ROZENI SANTANA LOBO**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 05, 06 e 18 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 05 – Recurso indeferido** - A candidata solicita "revisão" da questão 05.– Em uma aula de matemática, a professora do 5º ano B pediu a Pedro e Mariana que pesquisassem entre os alunos que estudam no período vespertino, que tipo de calçado cada qual estava usando. No final da pesquisa obtiveram o seguinte resultado: Alunos entrevistados: 450 48% dos alunos usavam sandálias; 22% dos alunos usavam tênis; 30% dos alunos usavam sapatos. O número de alunos que usavam sandálias ou tênis é: **a**) 135 **b**) 315 **c**) 350 **d**) 216 O enunciado da questão deixa bem claro que se trata de uma pesquisa pontual, em uma aula de matemática, buscando o tipo de calçado que cada aluno estava usando naquele determinado momento. Usando o raciocínio lógico, é entendido que nenhum aluno esteja usando dois tipos de calçados no mesmo tempo. Cada aluno esta usando um "ou" outro tipo de calçado. Portanto, realizada a revisão, mantenho a questão válida com a alternativa "b" como resposta correta. **QUESTÃO 06 – Recurso deferido** - A candidata solicita "revisão" da questão 06, levando em conta que não foi considerado o fuso horário entre Várzea Grande – MT e Guarulhos – SP.A candidata está correta. Assim anula-se a questão 06. **QUESTÃO 18 - Recurso Indeferido** – mantém-se como correta a alternativa "D" para a questão 18. **Justificativa:** A candidata argumenta que a questão 18 "elaborada errada. Onde se lê; Segundo a constituição Federal de 1998, em seu artigo 206, o ensino será ministrado baseado nos seguintes princípios... Correto seria segundo a constituição de 1988". Esclarecemos que não cabe a anulação da questão devido um erro de digitação, pois ao referir-se a Constituição Federal no texto ao invés de colocar o ano 1988, foi escrito 1998. Por se tratar de uma única Constituição Federal que temos no Brasil, não daria dupla interpretação das questões e nem caberia interpretar como pegadinha. Para ser uma pegadinha, nas alternativas deveria constar "nenhuma das alternativas estão corretas" e ao contrário, constava: "todas as alternativas estão corretas". Portanto o recurso da candidata está **indeferido** para a questão 18.
Decisão	**Questão 05 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "B".** **Questão 06 – Recurso Indeferido - Anula-se a questão.** **Questão 18 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36360/2017**
Nome	**INGRID WERLE**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 05, 09 e 10 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 05 – Recurso indeferido** - A candidata solicita "revisão" da questão 05.– Em uma aula de matemática, a professora do 5º ano B pediu a Pedro e Mariana que pesquisassem entre os alunos que estudam no período vespertino, que tipo de calçado cada qual estava usando. No final da pesquisa obtiveram o seguinte resultado: Alunos entrevistados: 450 48% dos alunos usavam sandálias; 22% dos alunos usavam tênis; 30% dos alunos usavam sapatos. O número de alunos que usavam sandálias ou tênis é: **a**) 135 **b**) 315 **c**) 350 **d**) 216 O enunciado da questão deixa bem claro que se trata de uma pesquisa pontual, em uma aula de matemática, buscando o tipo de calçado que cada aluno estava usando naquele determinado momento. Usando o raciocínio lógico, é entendido que nenhum aluno esteja usando dois tipos de calçados no mesmo tempo. Cada aluno esta usando um "ou" outro tipo de calçado. Portanto, realizada a revisão, mantenho a questão válida com a alternativa "b" como resposta correta.

	QUESTÃO 09: Recurso Deferido – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 10:** O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Feudalismo estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.
Decisão	**Questão 05 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "B". Questão 09 – Recurso Deferido - Anula-se a questão. Questão 10 – Recurso Deferido - Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36273/2017**
Nome	**VERONICE JUSTINO BERNARDA DE MELO**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 05, 06, 08 e 18 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 05 – Recurso indeferido** - A candidata solicita "revisão" da questão 05.– Em uma aula de matemática, a professora do 5º ano B pediu a Pedro e Mariana que pesquisassem entre os alunos que estudam no período vespertino, que tipo de calçado cada qual estava usando. No final da pesquisa obtiveram o seguinte resultado: Alunos entrevistados: 450 48% dos alunos usavam sandálias; 22% dos alunos usavam tênis; 30% dos alunos usavam sapatos. O número de alunos que usavam sandálias ou tênis é: **a**) 135 **b**) 315 **c**) 350 **d**) 216 O enunciado da questão deixa bem claro que se trata de uma pesquisa pontual, em uma aula de matemática, buscando o tipo de calçado que cada aluno estava usando naquele determinado momento. Usando o raciocínio lógico, é entendido que nenhum aluno esteja usando dois tipos de calçados no mesmo tempo. Cada aluno esta usando um "ou" outro tipo de calçado. Portanto, realizada a revisão, mantenho a questão válida com a alternativa "b" como resposta correta. **QUESTÃO 06 – Recurso deferido** - A candidata solicita "revisão" da questão 06, levando em conta que não foi considerado o fuso horário entre Várzea Grande – MT e Guarulhos – SP.A candidata está correta. Assim anula-se a questão 06. **QUESTÃO 08 - Recurso Indeferido –** A candidata requer anulação da questão". **Justificativa:** A resposta correta para esta questão é a letra **D**, todas as alternativas estão corretas. **QUESTÃO 18: Recurso Indeferido** – mantém-se como correta a alternativa "D" para a questão 18. **Justificativa:** A candidata argumenta que a questão 18 "o enunciado não condiz com a informação sobre a Constituição, pois a Constituição é de 1988 e não de 1998". Esclarecemos que não cabe a anulação da questão devido um erro de digitação, pois ao referir-se à Constituição Federal no texto ao invés de colocar o ano 1988, foi escrito 1998. Por se tratar de uma única Constituição Federal que temos no Brasil, não daria dupla interpretação das questões e nem caberia interpretar como pegadinha. Para ser uma pegadinha, nas alternativas deveria constar "nenhuma das alternativas estão corretas" e ao contrário, constava: "todas as alternativas estão corretas". Portanto o recurso da candidata está **indeferido** para a questões 18.
Decisão	**Questão 05 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "B". Questão 06 – Recurso Deferido - Anula-se a questão Questão 08 – Recurso Indeferido – Alterado o gabarito de "A" para "D". Questão 18 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "D**".

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36293/2017**
Nome	**KALYNCA FALÇÃO LOCATELLI**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 05, 09 e 10 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 05 – Recurso indeferido** - A candidata solicita "revisão" da questão 05.– Em uma aula de matemática, a professora do 5º ano B pediu a Pedro e Mariana que pesquisassem entre os alunos que estudam no período vespertino, que tipo de calçado cada qual estava usando. No final da pesquisa obtiveram o seguinte resultado: Alunos entrevistados: 450 48% dos alunos usavam sandálias; 22% dos alunos usavam tênis; 30% dos alunos usavam sapatos. O número de alunos que usavam sandálias ou tênis é: **a**) 135 **b**) 315 **c**) 350 **d**) 216 O enunciado da questão deixa bem claro que se trata de uma pesquisa pontual, em uma aula de matemática, buscando o tipo de calçado que cada aluno estava usando naquele determinado momento. Usando o raciocínio lógico, é entendido que nenhum aluno esteja usando dois tipos de calçados no mesmo tempo. Cada aluno esta usando um "ou" outro tipo de calçado. Portanto, realizada a revisão, mantenho a questão válida com a alternativa "b" como resposta correta. **QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 10:** O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Feudalismo estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.
Decisão	**Questão 05 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "B". Questão 09 – Recurso Deferido - Anula-se a questão. Questão 10 – Recurso Deferido - Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36293/2017**
Nome	**MATILDE GOMES CALIXTRO**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 05 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 05 – Recurso indeferido** - A candidata solicita "revisão" da questão 05.– Em uma aula de matemática, a professora do 5º ano B pediu a Pedro e Mariana que pesquisassem entre os alunos que estudam no período vespertino, que tipo de calçado cada qual estava usando. No final da pesquisa obtiveram o seguinte resultado: Alunos entrevistados: 450 48% dos alunos usavam sandálias; 22% dos alunos usavam tênis; 30% dos alunos usavam sapatos. O número de alunos que usavam sandálias ou tênis é: **a**) 135 **b**) 315 **c**) 350 **d**) 216 O enunciado da questão deixa bem claro que se trata de uma pesquisa pontual, em uma aula de matemática, buscando o tipo de calçado que cada aluno estava usando naquele determinado momento. Usando o raciocínio lógico, é entendido que nenhum aluno esteja usando dois tipos de calçados no mesmo tempo. Cada aluno esta usando um "ou" outro tipo de calçado. Portanto, realizada a revisão, mantenho a questão válida com a alternativa "b" como resposta correta.
Decisão	**Questão 05 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "B".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36341/2017**
Nome	**SANDRA MARIA LIRA LADEIA**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA**
Questões	Nº. 08 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Indeferido –** A candidata requer anulação da questão". **Justificativa:** A resposta correta para esta questão é a letra **D**, todas as alternativas estão corretas.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Indeferido – Alterado o gabarito de "A" para "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36209/2017**
Nome	**TIAGO SHARDONG FERRÃO**
Cargo	**PROFESSOR CIÊNCIAS NATURAIS – ZONA URBANA E RURAL**
Questões	Nº. 17 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 17: Recurso Deferido** – anula-se a referida questão. **Justificativa:** O candidato está correto quando afirma que para a questão não há alternativa correta. Por falha da minha parte ao invés de colocar a letra **M**, coloquei a letra **S** que corresponde a unidade de aceleração. Portanto o recurso do candidato está **deferido**.
Decisão	**Questão 17 – Recurso Deferido –** Anula-se a questão.

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36323/2017**
Nome	**JULIANO GARCIA DE OLIVEIRA**
Cargo	**PROFESSOR DE MATEMÁTICA**
Questões	Nº. 08, 23 e 28 – Solicita anulação das questões.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Ge-

	ral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 23 – Recurso Deferido –** Não consta nas alternativas a resposta correta. Para que a alternativa "b" assinalada no gabarito fosse correta a fração deveria ser substituída por , fato pensado, mas não executado. Portanto, houve erro na digitação, no lugar de digitar foi digitado. **QUESTÃO 28 - Recurso Deferido -** faltou à palavra "aproximadamente" no enunciado do problema. A argumentação do candidato esta correta, tendo em vista que, não existe a alternativa com o valor R$3,07, apenas o valor aproximado R$3,1.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.** **Questão 23 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.** **Questão 28 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36327/2017**
Nome	**SUZANA CORREIA GOMES**
Cargo	**PROFESSOR DE MATEMÁTICA**
Questões	Nº 08 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36255/2017**
Nome	**MAURO JOSE DOS SANTOS**
Cargo	**PROFESSOR DE MATEMÁTICA**
Questões	Nº 08 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36316/2017**
Nome	**FABIANA DE CASTRO SILVA**
Cargo	**PROFESSOR DE MATEMÁTICA**
Questões	Nº. 08 e 23 – Solicita anulação das questões.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades **QUESTÃO 23 – Recurso Deferido –** Não consta nas alternativas a resposta correta. Para que a alternativa "b" assinalada no gabarito fosse correta a fração deveria ser substituída por , fato pensado, mas não executado. Portanto, houve erro na digitação, no lugar de digitar foi digitado.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.** **Questão 23 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36353/2017**
Nome	**ANA CLAUDIA TANAKA GONSALVES**
Cargo	**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**
Questões	Nº. 12 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 12: Recurso Indeferido** – mantém-se a questão tendo em vista que o erro material alegado não interfere no contexto apresentado na questão nem no conhecimento que se deseja aferir.
Decisão	**Questão 12 – Recurso Indeferido -** Mantém-se a questão como válida.

Data do Recurso: 19/12/2017	**Nº. Protocolo: 36163/2017**
Nome	**DAIANE APARECIDA SOUZA**
Cargo	**GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS - SEMAS**
Questões	Nº 19 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 19: Recurso Indeferido** – A Portaria nº 617 de 11 de agosto de 2010, no parágrafo único de seu art. 1º estabelece que: *"A revisão cadastral consiste na verificação periódica das informações socioeconômicas dos registros cadastrais das famílias beneficiárias do PBF em situação de pobreza e extrema pobreza, para a avaliação da continuidade do recebimento dos benefícios do Programa. (Redação dada pela Portaria nº 118, de 30 de dezembro de 2015)".* Ao confrontarmos com a alternativa **b** proposta na questão 19, conforme abaixo:
	"b) Na verificação periódica das informações socioeconômicas dos registros cadastrais das famílias inscritas no Cadastro Único, para a avaliação da continuidade do recebimento dos benefícios." Nota-se que as definições não são equivalentes uma vez que a Portaria nº 617/2010 estabelece normas e procedimentos para a **revisão cadastral dos beneficiários do Programa Bolsa Família** e a alternativa em questão trata das famílias inscritas no Cadastro Único sem a especificação quanto à condição de beneficiárias do Programa Bolsa Família. Assim mantém-se a alternativa constante no gabarito do Processo Seletivo 003/2017, pois a mesma corresponde ao que está definido na referida portaria.
Decisão	**Questão 19 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "A".**

Data do Recurso: 19/12/2017	**Nº. Protocolo: 36305/2017**
Nome	**JOAO BOSCO GONÇALVES**
Cargo	**GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS - SEMAS**
Questões	Nº 09 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.
Decisão	**Questão 09 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36200/2017**
Nome	**OZOLETE KLOTZ SANTIN**
Cargo	**AGENTE ADMINISTRATIVO II**
Questões	Nº. 12 – Solicita anulação da questão.
Parecer	**QUESTÃO 12: Recurso Deferido** - Não há alternativa para a resposta correta.
Decisão	**Questão 12 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36318/2017**
Nome	**PATRICIA PEREIRA GOMES**
Cargo	**ENFERMEIRO - UMS**
Questões	Nº. 06, 09, 24 e 28 - Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 06**: **Recurso Indeferido** – A candidata argumenta sobre a resposta correta". **Justificativa:** Quanto à questão 06 a resposta correta é a letra: a) Em Cuiabá e seus arredores, nos anos 1700, os escravos trabalhavam na agricultura, pastoreio, fabricação de açúcar e serviços domésticos, mineração, vendedores e também existiam os escravos da nação. De acordo com Elizabeth Madureira Siqueira (MADUREIRA, 1997), a alternativa correta é a letra A. As demais questões, contém elementos da resposta, mas a mais completa é a letra A. **QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 24: Recurso Indeferido** – mantém-se como correta a alternativa "A" para a questão 24. Justificativa: A candidata argumenta que de acordo com o Manual de recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil (BRASIL, 2011) sugere-se que a busca ativa em populações de alto risco de adoecimento, como população prisional, deve ser realizada com período de tosse igual ou superior a duas semanas. Esclarecemos que o enunciado da questão 24 solicita conceituar-se "Sintomático Respiratório", que de acordo com o mesmo Manual no Ministério da Saúde (BRASIL, 2011) Sintomático Respiratório são pessoas com tosse por tempo igual ou superior a três semanas, no entanto o que a candidata argumenta e no próprio manual se define está relacionado às estratégias especiais de Busca Ativa que neste caso não era o que se solicitava na referida questão. Portanto o recurso da candidata para a questão 24 está **indeferido.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi argumentado pela candidata que a alternativa "D" da questão 28 foi digitada com formatação em *itálico,* o que poderia induzir os candidatos ao erro, solicitando assim que fosse anulada a questão. Justificativa: A formatação em itálico não era recurso necessário para a confecção da referida alternativa, sendo assim consideramos que a mesma foi formatada de forma inadequada. Portanto o recurso da candidata está **deferido,** e a questão 28 está **Anulada.**
Decisão	**Questão 06 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "A".** **Questão 09 – Recurso Deferido - Questão 09 está Anulada.** **Questão 24 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "A".** **Questão 28 – Recurso Deferido – Questão 28 está Anulada.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36263/2017**
Nome	**LEONARDO ALVES RODRIGUES DOS SANTOS**

Cargo	**ENFERMEIRO - UMS**
Questões	Nº. 09 e 28 - Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi argumentado pelo candidato que a alternativa "D" da questão 28 foi digitada com formatação em *ítalico,* o que poderia induzir os candidatos ao erro, solicitando assim que fosse anulada a questão. Justificativa: A formatação em itálico não era recurso necessário para a confecção da referida alternativa, sendo assim consideramos que a mesma foi formatada de forma inadequada. Portanto o recurso do candidato está **deferido,** e a questão 28 está **Anulada.**
Decisão	**Questão 09 – Recurso Deferido - Questão 09 está Anulada. Questão 28 – Recurso Deferido – Questão 28 está Anulada.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36240/2017**
Nome	**GRASIELE MATUCHAKE REZENDE**
Cargo	**ENFERMEIRO - UMS**
Questões	Nº. 06, 08, 09 e 25 - Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 06**: **Recurso Indeferido** – A candidata argumenta sobre a resposta correta". **Justificativa:** Quanto à questão 06 a resposta correta é a letra: a) Em Cuiabá e seus arredores, nos anos 1700, os escravos trabalhavam na agricultura, pastoreio, fabricação de açúcar e serviços domésticos, mineração, vendedores e também existiam os escravos da nação. De acordo com Elizabeth Madureira Siqueira (MADUREIRA, 1997), a alternativa correta é a letra A. As demais questões, contém elementos da resposta, mas a mais completra é a letra A. **QUESTÃO 08: Recurso Indeferido** – A candidata argumenta sobre a resposta correta". **Justificativa:** A resposta correta para esta questão é a letra **D**, todas as alternativas estão corretas. De acordo com a bibliografia consultada (OLIVEIRA, 2012), todas as alternativas relacionam-se a Tangará da Serra. É este o parecer. **QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão foi argumentado pela candidata que a alternativa "B" da questão 25 está incorreta, pois segundo a referência pesquisada pela candidata no livro Smeltzer e Bare – Brunner & Suddarth em se tratando de cuidados de enfermagem a pacientes com DPOC esses pacientes geralmente precisam receber oxigênio de baixo fluxo de 1 a 2l/min, sendo que a questão trouxe em sua alternativa "B" que em média seria de 2 a 3l/min. Justificativa: considerando que as literaturas pesquisadas para elaboração da referida questão trouxeram parâmetros diferentes dos apresentados pela candidata, consideramos correto os fundamentos apresentados pela candidata. Portanto o recurso da candidata está **deferido,** e a questão 25 está **Anulada.**
Decisão	**Questão 06 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "A". Questão 08 - Recurso Indeferido – Alterado o gabarito de "C" para "D". Questão 09 – Recurso Deferido - Questão 09 está Anulada. Questão 25 – Recurso Deferido – Questão 25 está Anulada.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36304/2017**
Nome	**JULIANA LIMA DA SILVA**
Cargo	**ENFERMEIRO - UMS**
Questões	Nº. 25 e 28 - Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi argumentado pela candidata que a alternativa "B" da questão 25 está incorreta pois segundo a referência pesquisada pela candidata no livro Smeltzer e Bare – Brunner & Suddarth em se tratando de cuidados de enfermagem a pacientes com DPOC esses pacientes geralmente precisam receber oxigênio de baixo fluxo de 1 a 2l/min, sendo que a questão trouxe em sua alternativa "B" que em média seria de 2 a 3l/min. Justificativa: considerando que as literaturas pesquisadas para elaboração da referida questão trouxeram parâmetros diferentes dos apresentados pela candidata, consideramos correto os fundamentos apresentados pela candidata. Portanto o recurso da candidata está **deferido,** e a questão 25 está **Anulada.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi argumentado pela candidata que a alternativa "D" da questão 28 foi digitada com formatação em *ítalico,* o que poderia induzir os candidatos ao erro, solicitando assim que fosse anulada a questão. Justificativa: A formatação em itálico não era recurso necessário para a confecção da referida alternativa, sendo assim consideramos que a mesma foi formatada de forma inadequada. Portanto o recurso do candidato está **deferido,** e a questão 28 está **Anulada.**
Decisão	**Questão 25 – Recurso Deferido –** Questão 25 está Anulada. **Questão 28 – Recurso Deferido –** Questão 28 está Anulada.

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36278/2017**
Nome	**RAFAELA DE LAURA SANTOS OLIVEIRA**
Cargo	**ENFERMEIRO - UMS**
Questões	Nº. 06, 09, 25 e 28 - Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 06**: **Recurso Indeferido** – A candidata argumenta sobre a resposta correta". **Justificativa:** Quanto à questão 06 a resposta correta é a letra: a) Em Cuiabá e seus arredores, nos anos 1700, os escravos trabalhavam na agricultura, pastoreio, fabricação de açúcar e serviços domésticos, mineração, vendedores e também existiam os escravos da nação. De acordo com Elizabeth Madureira Siqueira (MADUREIRA, 1997), a alternativa correta é a letra A. As demais questões, contém elementos da resposta, mas a mais completra é a letra A. **QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades. **QUESTÃO 25: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi argumentado pela candidata que a alternativa "B" da questão 25 está incorreta, baseou-se no caderno da Atenção Básica n °24. Justificativa: considerando que as literaturas pesquisadas para a elaboração da referida questão trouxeram parâmetros diferentes dos apresentados pela candidata, consideramos correto os fundamentos apresentados pela candidata. Portanto o recurso do candidato está **deferido,** e a questão 25 está **Anulada.** **QUESTÃO 28: Recurso Deferido** - Na referida questão em discussão, foi argumentado pela candidata que a alternativa "D" da questão 28 foi digitada com formatação em *ítalico,* o que poderia induzir os candidatos ao erro, solicitando assim que fosse anulada a questão. Justificativa: A formatação em itálico não era recurso necessário para a confecção da referida alternativa, sendo assim consideramos que a mesma foi formatada de forma inadequada. Portanto o recurso da candidata está **deferido,** e a questão 28 está **Anulada.**
Decisão	**Questão 06 – Recurso Indeferido - Mantém-se como correta a alternativa "A". Questão 09 – Recurso Deferido - Questão 09 está Anulada. Questão 25 – Recurso Deferido – Questão 25 está Anulada. Questão 28 – Recurso Deferido – Questão 28 está Anulada**.

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36338/2017**
Nome	**KAROLINE LIMA LADEIA**
Cargo	**ENFERMEIRO - UMS**
Questões	Nº. 08 e 09 - Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Indeferido** – A candidata argumenta sobre a resposta correta". **Justificativa:** A resposta correta para esta questão é a letra **D**, todas as alternativas estão corretas. De acordo com a bibliografia consultada (OLIVEIRA, 2012), todas as alternativas relacionam-se a Tangará da Serra. É este o parecer. **QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.
Decisão	**Questão 08 - Recurso Indeferido – Alterado o gabarito de "C" para "D". Questão 09 – Recurso Deferido - Questão 09 está Anulada.**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36336/2017**
Nome	**ANDYARA LIMA DOS SANTOS VERCIANO**
Cargo	**MÉDICO INTERVENCIONISTA – SAMU**
Questões	Nº. 14 e 21 - Solicita revisão da questões.
Parecer	**QUESTÃO 14: Recurso Indeferido** – O primeiro médico a chegar ao local deve assumir uma função assistencial, iniciando o atendimento às vítimas. A chegada de novos recursos permitirá ao médico assistente assumir funções progressivas na cadeia de comando do incidente. **QUESTÃO 21: Recurso Indeferido** – O doente apresenta tramatopnéia, sinal que é patognomônico do pneumotórax ABERTO. Seu tratamento inicial inclui ou curativo de 3 pontas, ou oclusão seguida de drenagem pleural.
Decisão	**Questão 14 – Recurso Indeferido -** Mantém-se como correta a alternativa "**B**". **Questão 21 – Recurso Indeferido -** Mantém-se como correta a alternativa "**D**".

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36349/2017**
Nome	**RODINEIA DE FATIMA MACIEL DUTRA**
Cargo	**MÉDICO INTERVENCIONISTA – SAMU**
Questões	Nº. 14 - Solicita revisão da questão.

Parecer	**QUESTÃO 14: Recurso Indeferido** – O primeiro médico a chegar ao local deve assumir uma função assistencial, iniciando o atendimento às vítimas. A chegada de novos recursos permitirá ao médico assistente assumir funções progressivas na cadeia de comando do incidente.
Decisão	**Questão 14 – Recurso Indeferido -** Mantém-se como correta a alternativa "**B**".

	Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36366/2017**
Nome	**NELSON LUIZ DA CRUZ JUNIOR**	
Cargo	**MÉDICO INTERVENCIONISTA - SAMU**	
Questões	Nº **09** - Solicita revisão da questão.	
Parecer	**QUESTÃO 09: Recurso Deferido** – O candidato argumenta que o edital não contempla o tema exigido pela questão. **Justificativa**: O conteúdo da questão apresentada relaciona-se à história Geral: Idade Média estando em desacordo com o expresso no edital quanto ao tema atualidades.	
Decisão	**Questão 09 – Recurso Deferido – Anula-se a questão.**	

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36344/2017**
Nome	**CARLA APARECIDA SILVA LIMA**
Cargo	**FARMACÊUTICO CTA/SAE**
Questões	Nº. 08 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso Indeferido** – A candidata argumenta sobre a resposta correta". **Justificativa:** A resposta correta para esta questão é a letra **D**, todas as alternativas estão corretas. De acordo com a bibliografia consultada (OLIVEIRA, 2012), todas as alternativas relacionam-se a Tangará da Serra. É este o parecer.
Decisão	**QUESTÃO 08 - Recurso Indeferido – Alterado o gabarito de "C" para "D".**

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36276/2017**
Nome	**CLAUDE BERNARDINO RODRIGUES**
Cargo	**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA/BASQUETEBOL**
Questões	Nº. 28 e 29 – Solicita revisão das questões.
Parecer	**QUESTÃO 28: Recurso Indeferido –** Mantém-se como correta a alternativa "D" para a questão 28. **Justificativa:** O candidato argumenta que a alternativa "D" está incorreta, porém a questão pede que seja identificada a alternativa incorreta: "*Com relação ao Basquetebol todas as afirmativas abaixo estão corretas, EXCETO*". Portanto a alternativa correta é a "D". **QUESTÃO 29: Recurso Deferido –**, Confirmada a contestação do candidato, será deferido seu recurso mantendo-se a questão válida, sendo alterada a alternativa correta de "B" para "**A**". **Justificativa:** A sequência numérica que representa a alternativa correta é **1, 3, 2.**
Decisão	**Questão 28 – Recurso Indeferido -** Mantém-se como correta a alternativa "**D**". **Questão 29 – Recurso Deferido –** Altera-sea alternativa correta de "B" para **"A"**.

Data do Recurso: 20/12/2017	**Nº. Protocolo: 36302/2017**
Nome	**SHIRLEI FERREIRA JARDINI FURLAN**
Cargo	**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA/VOLEIBOL**
Questões	Nº. 08 – Solicita revisão da questão.
Parecer	**QUESTÃO 08: Recurso deferido** – Apesar da candidata não citar a questão, deduziu-se que se refere à questão 08, uma vez que a mesma foi anulada por interposição de recurso de outro candidato. **Justificativa:** A candidata argumenta que não consta nos conteúdos programáticos a História Geral, portanto é aceito a contestação e anula-se a questão. Referente às questões com peso 2,0 e 4,0, considerar-se-á as 10 primeiras questões como peso 2,0 e da 11 a 30 (20 últimas questões) como peso 4,0 – não prejudicando assim os candidatos.
Decisão	**Questão 08 – Recurso Deferido** – Anula-se a questão 08.

Tangará da Serra – MT, 27 de dezembro de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Selton Jose Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social

Magno Cesar Ferreira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Ademir Aparecido Anibale

Secretário Municipal de Esportes

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PREVITER
PORTARIA N.º 106/2017

"Dispõe sobre o ***CANCELAMENTO*** *da Portaria n. 105/2017 que versa sobre a concessão do benefício de* ***Aposentadoria por Idade*** *ao servidor* Sr. ***João Vieira da Silva."***

O Prefeito do Município de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal nº 876/2009 de 31 de março de 2009, que rege a previdência municipal de Terra Nova do Norte, art. 73 da Lei Municipal n.º 079/90, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do município, Lei Complementar nº 30 de 31 de dezembro de 2013 que altera em seu inteiro teor a Lei Complementar nº 26 de 06 de dezembro de 2011, que dispõem sobre o Plano de Cargos e Salários da Carreira Instrumental dos servidores pertencentes à área meio da Administração do Poder Executivo do Município de Terra Nova do Norte, e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício **APOSENTADORIA POR IDADE**, ao Sr. ***João Vieira da Silva,*** brasileiro, casado, portador do RG n.º 1685007 SSP/PR e CPF n.º 369.502.119-53, residente e domiciliado neste município, servidor efetivo, no cargo de Motorista – 40h, Classe "A", Nível ''05'', devidamente matriculado sob n. 102, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do PREVITER, n.º **2017.02.00075P**, a partir de **01.12.2017** até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de dezembro de 2017, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Terra Nova do Norte /MT, 27 de dezembro de 2017.

MARCILENE GUARIENTE

Diretora Executiva PREVITER

Homologo:

VALTER KUHN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

LEI N.º 4.327/2017

Dispõe sobre inclusão de artigos na Lei Municipal n.º 3.349/2.009, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído o art. 29-A, com Parágrafo único, na Lei Municipal n.º 3.349/2.009, com a seguinte redação:

Art. 29-A *Os descontos existentes junto ao art. 28 e art. 29 da Lei Municipal n.º 3.349/2.009, serão garantidos por uma única vez, sempre no ano subsequente ao requerimento comprovatório da construção do passeio público ou da liberação do "habite-se", não sendo possível a sua reutilização.*

Parágrafo único: Os contribuintes já beneficiados com os descontos do *art. 28 e art. 29 da Lei Municipal n.º 3.349/2.009, não gozaram novamente dos benefícios.*

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 21 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.58/2017 REGISTRO DE PREÇOS

PROC. ADM. N. 473254/2017 O Município de Várzea Grande-MT/Secretaria municipal de Saúde, torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.58/2017: Registro De Preços Para Futura E Eventual Aquisição De **Materiais Permanentes E Utensílios** Para Atender As Necessidades Do Departamento De Nutrição E Dietética Do Hospital E Pronto Socorro Municipal De Várzea Grande/MT, na modalidade Pregão Eletrônico/Menor preço por item, conforme condições e quantitativos previstos no Edital e Anexo. **ADJUDICADO e HOMOLOGADO 20/12/2017**, sagrando-se vencedora a empresa abaixo.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 75/2017

Validade: 12 (doze) meses.

M.M.COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME CNPJ 15.275.465/0001-22						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V.UNIT**	**V. TOTAL**
12	**REFRIGERADOR DO TIPO COMERCIAL** REFRIGERADOR DO TIPO COMERCIAL, COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 1553 LITROS, MONOBLOCO, MODELO COM 6 PORTAS, CONTROLADOR TEMPERATURA DIGITAL, COM PRATELEIRAS COM NIVEIS , REVESTIMENTO EXTERNO: ACO INOX 430, REVESTIMENTO INTERNO: ACO GALVANIZADO,, PES REGULLAVEIIS, TENSAO: 127V OU 220V. **GARANTIA DE 12 MESES.**	0004125	GELOPAR	02	R$ 6.305,00	R$12.610,00

Várzea Grande – MT. 20 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE:

Diógenes Marcondes

Secretário de Saúde

CONTRATADA:

M.M. Comércio De Equipamentos Ltda-Me

CNPJ: 15.275.465/0001-22

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 015/2017

Processo: 477995: O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 838/2017, comunica que, a Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadas na**CONCORRÊNCIA PÚBLICA 015/2017,** cujo objeto **Contratação de empresas de engenharia para execução de Obra de Construção de uma unidade de CRECHES PROJETO PADRÃO TIPO 1-PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE, no Bairro Alameda Julio Muller, em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 4249/2013-FNDE**, se dará no dia **09 de Janeiro de 2018, às 08h30min (hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. A Comissão de Licitação informa, que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande - MT, 27 de Dezembro de 2017. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 016/2017

Processo 478006/2017: O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 838/2017, comunica que, a Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadas na**CONCORRÊNCIA PÚBLICA 016/2017, cujo objeto Contratação de empresas de engenharia para execução de Obra de Construção de uma unidade de CRECHES PROJETO PADRÃO TIPO 1-PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE, no Bairro Maringá I, em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 4248/2013-FNDE**, se dará no dia **09 de Janeiro de 2018, às 14h30min (hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. A Comissão de Licitação informa, que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 27 de Dezembro de 2017. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 020/2017

Processo 486223: O Município de Várzea Grande, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por intermédio da Co-

missão Permanente de Licitação designado pela portaria n.838/2017, faz saber aos interessados que a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 020/2017,** cujo objeto é **Contratação de empresa capacitada em execução de obra, para reforma e ampliação da edificação existente, atendendo os critérios do padrão SMECEL/VG, com uma intervenção aproximada de 1.142,00m², contemplando serviços de demolição, elevação de alvenaria, pintura externa e interna, revestimento cerâmico e esquadrias, no CMEI- Centro Municipal de Educação Infantil "São Domingos Sávio'', localizada na Rua Mário Abraão Nassarden, Bairro Cristo Rei, localizada no Município de Várzea Grande/Mato Grosso incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos,** com previsão de realização de sua sessão **16 de Janeiro 2018, às 08h30min** (horário local) encontra-se **SUSPENSO**. Os motivos determinantes de sua suspensão se dá à necessidade de readequações, conforme demonstrado no Ofício nº 2352/2017/GS/SMECEL/VG/MT. Logo que os motivos forem sanados, a Administração Pública Municipal de Várzea Grande estará publicando a Reabertura do certame licitatório. Várzea Grande - MT, 27 de Dezembro de 2017. **Silvio Aparecido Fidélis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 002/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Castelo Branco, n. 2500, Centro Sul, Várzea Grande/MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.507.548/0001-10, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal Sr. **Lucimar Sacre de Campos**, brasileira, casada, portadora do CPF nº 078.334.311-68 e do RG nº 0249873-1 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Manoel Francisco de Paula, n. 145, Bairro Água Limpa, Várzea Grande/MT, e o seu Regime Próprio de Previdência Social denominado legalmente **INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VÁRZEA GRANDE - PREVIVAG**, Autarquia Municipal regulada pela Lei Municipal nº 2.719, de 07 de dezembro de 2004, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 00.584.491/0001-65, sediada na Av. Presidente Eurico Gaspar Dutra, n. 555, Bairro Ipase, Várzea Grande/MT, neste ato representado pelo Presidente Sr. **Juarez Toledo Pizza**, brasileiro, portador do CPF nº 107.092.821-68 e da cédula de identidade nº 1111039-2 SSP/MT residente e domiciliado na Rua Estevão de Mendonça, nº 1.021, Edifício Monreale, Apto 1018, Bairro Quilombo, Cuiabá/MT, doravante denominados **CONTRATANTES e a ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.234.260/0001-21, sediada na Avenida Rubens de Mendonça, 3.920, no Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu Presidente **Neurilan Fraga**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 0042840-0 SSP/MT, CPF nº 063.907.691-34, residente e domiciliado na Avenida Valentin Peron, nº 66, Bairro Centro, CEP: 70.430-000, Nortelândia/MT, doravante denominada AMM E **COORDENADOR DO PROGRAMA AMM-PREVI**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Vinculação nº 002/2015 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 002/2015, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 002/2015 fica prorrogado para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO

Na execução do presente termo aditivo observar-se-á o preço previsto na cláusula terceira do contrato nº 078/2012 com a alteração prevista na cláusula segunda do segundo termo aditivo firmado em 11 de dezembro de 2017, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios de Mato Grosso do dia 13 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no Instrumento original do Termo de Vinculação nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá aos CONTRATANTES à publicação do extrato deste Termo Aditivo na imprensa oficial, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8. 666/93

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

O foro do presente Termo Aditivo será o da Comarca dos CONTRATANTES, excluído qualquer outro.

E, por estarem de acordo, foi o presente Termo Aditivo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, 15 de dezembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Neurilan Fraga – Presidente

MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE

Lucimar Sacre de Campos - Prefeita Municipal

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE VÁRZEA GRANDE – PREVIVAG

Juarez Toledo Pizza – Presidente

Contratante

Testemunhas:

1. Renato Ferreira de Santana Lara

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT

C.P.F. n.º 569.651.251-87

2. Lieda Resende Brito

R.G. n.º 392034 SSP/MT

C.P.F. n.º 304.817.911-91

PORTARIA Nº 1209/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 492031/2017,

RESOLVE:

Reconhecer em favor da servidora, **ELÍSIA ALMEIDA DE AMORIM PAIVA**, matrícula 13824, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor, o Tempo de Serviço constante na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso/IPEMAT (fl. 12, autos nº 1.433/1999), no período de **01.01.1989 a 14.02.1992,** no total de **1.140** (**um mil cento e quarenta**) dias líquidos, correspondendo a **03** (três) anos, **01** (**um**) mês e **15** (**quinze**) dias, para **Todos os Efeitos Legais**. Em observância à súmula nº 473, do STF e o Principio da Lei do Tempo Rege o Ato, "Tem-

pus Regit Actum", aplicar-se-á ao presente caso o artigo 110, da LCM 1. 164/1991, em sua redação primitiva, ou seja, a alteração deita pela LCM 4.012/2014.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de dezembro 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1208/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 492031/2017,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n° 050/2000, que averbou em favor da servidora, **ELÍSIA ALMEIDA DE AMORIM PAIVA**, matrícula 13824, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, exercendo o cargo de Professor, o Tempo de Serviço Prestado à Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, no período de 01.01.1989 a 14.02.1992, num total de **03 (três) anos, 01 (um) mês e 13 (treze) dias líquidos,** correspondendo a **1.148 (Um mil, cento e quarenta e oito) dias, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de dezembro de 2017.

.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1207/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 488836/2017,

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora, **DALVA KAZUE YAMAGUTI SUMIYOSHI,** matrícula 9619, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Enfermeiro, conforme Certidãode Tempo de Contribuição constante na CTC do INSS nº 10001100.1.00178/17-2, prestado à iniciativa privada, empresas: SANTA CASA DE MISEICÓRDIA DE ARAÇATUBA TRANSIRAL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LIMITADA E INSTITUTO DE SAÚDE DO PARANÁ, nos períodos de **01.04.1985 a 04.10.1985; 16.06.1986 a 11.12.1986; e 15.05.1989 a 01.08.1990**, num total de **807 (oitocentos e sete) dias líquidos**, correspondendo a **02 (dois) anos, 02 (dois) meses e 17 (dezessete) dias, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de dezembro de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1210/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 490236/2017,

RESOLVE:

Averbar em favor da servidora, **CLARA MARGARETH DE ARRUDA,** matrícula 7931, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, esporte e Lazer, exercendo o cargo de Merendeira, conforme Certidãode Tempo de Contribuição constante na CTC do INSS nº 10001050.1.00028/11-2, prestado à iniciativa privada, empresa: SABINA MODA COMÉRCIO LTDA, no período de **29.05.1984 a 15.01.1985**, num total de **227 (duzentos e vinte e sete) dias líquidos**, correspondendo a **00 (zero) anos, 07 (sete) meses e 17 (dezessete) dias, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 27 de dezembro de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 057/SEGEFAZ/2017

Dispõe sobre o processamento do pedido de retificação de Documento de Arrecadação Municipal recolhido relativo ao ITBI.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO FAZENDÁRIA do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a necessidade de implementar medidas administrativas que visam modernizar e controlar a cobrança de tributos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Para protocolização do processo de retificação de Documento de Arrecadação Municipal recolhido relativo ao ITBI é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

I - Requerimento explicativo referente à retificação necessária, assinado pelo contribuinte ou por representante legal ou convencional;

II - Cópia do CPF e da carteira de identidade do signatário do pedido e do procurador, quando houver;

III - Cópia da matrícula do Registro Geral de Imóveis atualizada (em até 30 dias) e/ou prenotação;

IV - Cópia da Escritura Pública de Compra e Venda lavrada ou, quando financiado, o Instrumento Particular de Compra e Venda assinado;

§ 1º - No interesse da fiscalização tributária é permitida a solicitação posterior de outros documentos necessários ao procedimento fiscal, os quais deverão ser apresentados no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar de seu recebimento, prorrogável por igual período, em razão de motivo justificado, sob pena de indeferimento preliminar do pedido.

§ 2º O processo que for protocolizado em desconformidade com o indicado neste artigo será arquivado sem a análise do mérito, precedida de intimação do contribuinte realizada pela Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte para no prazo de 08 (oito) dias, a contar de sua ciência, suprir a ausência dos documentos.

Art. 2º Fica fixado o prazo de 10 (dez) dias para conclusão do procedimento previsto nesta Portaria, podendo ser prorrogado mediante necessidade apresentada pela autoridade fiscal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as normas complementares em contrário.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande – MT, 27 de Dezembro de 2017.

João Benedito Gonçalves Neto

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

PORTARIA Nº 058/SEGEFAZ/2017

Dispõe sobre o processamento do pedido da imunidade prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal de 1988.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO FAZENDÁRIA do Município de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a necessidade de implementar medidas administrativas que visam modernizar e controlar a cobrança de tributos municipais,

RESOLVE:

Art. 1º O procedimento fiscal de análise dos pedidos de imunidade prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal de 1988 deverá observar o disposto nos arts. 36 e 37 da Lei n. 5.172/1.966 (Código Tributário Nacional) e 37 da Lei Complementar Municipal n. 1.178/1.991 (Código Tributário Municipal), bem como, normas e princípios contábeis vigentes, quanto à escrituração da empresa e aos documentos apresentados.

Art. 2º Para protocolização do processo fiscal referenciado no artigo anterior o mesmo deverá estar instruídos com os documentos abaixo:

I – Requerimento assinado pelo sócio da empresa ou por representante legal ou convencional;

II - Cópia do CPF e da carteira de identidade do signatário do pedido e do procurador, quando houver;

III – Contrato Social com todas as alterações (mesmo que consolidado as alterações anteriores são necessárias), onde conste a integralização ou desintegralização dos imóveis;

IV – Cópia da matrícula atualizada (até 30 dias) de todos os imóveis localizados em Várzea Grande;

V - Livro Diário Registrado na Junta Comercial;

VI - Livro Razão dos 2 anos anteriores e dos 3 anos posteriores a data da integralização (Facultativo);

VII – Certidão Simplificada da Junta Comercial com máximo de 30 dias de emissão;

VIII - Declaração sobre qual seja a atividade preponderante da empresa;

IX – Declaração, sob as penas da lei, sobre o uso/destinação de todos os bens imóveis que estão sendo integralizados.

§ 1º - A exigência prevista no inciso VI não se aplica quando a empresa for constituída no mesmo exercício do requerimento.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, deverá ser apresentado o Balanço Analítico referente ao período de existência da empresa.

§ 3º - A Declaração de Inatividade não dispensa a apresentação dos livros contábeis referidos nos incisos V e VI.

§ 4º - No interesse da fiscalização tributária é permitida a solicitação posterior de outros documentos necessários ao procedimento fiscal, tanto da pessoa jurídica quanto de seu quadro societário ou equivalente, os quais deverão ser apresentados no prazo máximo de 08 (oito) dias, a contar de seu recebimento, prorrogável por igual período, em razão de motivo justificado, sob pena de indeferimento preliminar do pedido.

§ 5º O processo que for protocolizado em desconformidade com o indicado neste artigo será arquivado sem a análise do mérito, precedida de intimação do contribuinte realizada pela Coordenadoria de Atendimento ao Contribuinte para no prazo de 08 (oito) dias, a contar de sua ciência, suprir a ausência dos documentos.

Art. 3º Fica fixado o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão do procedimento previsto nesta Portaria, podendo, ser prorrogado mediante necessidade apresentada pela autoridade fiscal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as normas complementares em contrário.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 27 de Dezembro de 2017.

João Benedito Gonçalves Neto

Secretário Municipal de Gestão Fazendária

RESOLUÇÃO Nº. 13/2017/CMDCA/VG/MT

RESOLUÇÃO Nº. 13/2017/CMDCA/VG/MT

Dispõe sobre a Concessão de Renovação

do Registro de Funcionamento

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e Lei Municipal nº 4.095/2015 de 03 de setembro de 2015.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 261, realizada no dia 30 (trinta) de novembro de 2017.

Considerando o Parecer do Processo nº. 07/2017.

Resolve:

Art.1º - Conceder Renovação do Registro com Validade Bienal a expirar em 29 (vinte e nove) de novembro de 2019 à Mantenedora:

Associação Várzeagrandense Pró Atividades Esportivas.

§ Único – A Instituição deverá durante a vigência de o presente Registro manter todo o seu funcionamento observando os preceitos legais vigente sob pena de suspensão ou perda do presente.

Art.2º – A Renovação do presente Registro deverá ocorrer 60 (sessenta) dias antes de findo o prazo de vigência, conforme previsto na legislação.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 30 de novembro de 2017.

Katlin Oliveira Calmon

Presidente CMDCA

RESOLUÇÃO Nº. 15/2017/CMDCA/VG/MT

RESOLUÇÃO Nº. 15/2017/CMDCA/VG/MT

Dispõe sobre a Concessão

do Registro de Funcionamento

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e Lei Municipal nº 4.095/2015 de 03 de setembro de 2015.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 261, realizada no dia 30 (trinta) de novembro de 2017.

Considerando o Parecer do Processo nº. 20/2017.

Resolve:

Art.1º - Conceder Registro de Funcionamento com Validade Bienal a expirar em 29 (vinte e nove) de novembro de 2019 à Mantenedora:

Instituto Futsal sem Drogas.

§ Único – A Instituição deverá durante a vigência de o presente Registro manter todo o seu funcionamento observando os preceitos legais vigente sob pena de suspensão ou perda do presente.

Art.2º – A Renovação do presente Registro deverá ocorrer 60 (sessenta) dias antes de findo o prazo de vigência, conforme previsto na legislação.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada Publicada

Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 30 de novembro de 2017.

Katlin Oliveira Calmon

Presidente CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 37/2017

Plano de Ação Exercício 2017 – Secretaria de Assistência Social

Observou-se a necessidade apresentada pela Subsecretária de Assistência Social **Senhora Flávia Luiza Coelho Lannes Omar, para a celebração de termo de fomento com a Associação Madre Tereza de Calcutá para a realização do** projeto "Esporte e Vida Saudável CENPRHE".

Conforme acima explicitado, a Secretaria de Assistência Social, no âmbito de sua competência, considerando as demandas de serviços assistenciais existentes e a proposta de trabalho apresentada pela instituição aprovada e solicitação do CMDCA, primando pelo atendimento assistencial no Município de Várzea Grande, justificamos a celebração de **Termo de Fomento** entre a Prefeitura de Várzea Grande/Secretaria de Assistência Social por meio do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente e a Associação Varzeagrandense Madre Tereza de Calcutá.

Certo de que podermos contar com Vossa estimada colaboração, desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Dê-se publicidade e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 22 de dezembro de 2017.

KATHE MARIA KHOLHASE MARTINS

Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 36/2017

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

N. 36/2017

Plano de Ação Exercício 2017 – Secretaria de Assistência Social

Observou-se a necessidade apresentada pela Subsecretária de Assistência Social **Senhora Flávia Luiza Coelho Lannes Omar, para a celebração de termo de fomento com a Associação Caminhando Para Mais um Sonho para a realização do** projeto "Viva as Férias".

Diante disso, Subsecretária de Assistência Social **Senhora Flávia Luiza Coelho Lannes Omar apresentou justificativa para contratação, c**onforme explicitado.

A Secretaria de Assistência Social, no âmbito de sua competência, considerando as demandas de serviços assistenciais existentes e a proposta de trabalho apresentada, primando pelo atendimento assistencial no Município de Várzea Grande, justificamos a Dispensa para a celebração de **Termo de Fomento** entre a Prefeitura de Várzea Grande/Secretaria de Assistência Social por meio do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente e a Associação Caminhando para Mais um Sonho.

Certo de que podermos contar com Vossa estimada colaboração, desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Dê-se publicidade e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 22 de dezembro de 2017.

KATHE MARIA KHOLHASE MARTINS

Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 35/2017

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

N. 35/2017

Plano de Ação Exercício 2017 – Secretaria de Assistência Social

Observou-se a necessidade apresentada pela Subsecretária de Assistência Social **Senhora Flávia Luiza Coelho Lannes Omar, para a celebração de termo de fomento com a Associação Beneficente Vida Nova para a realização do** projeto "Ceia de Natal e Ano Novo das Casas Lares".

Conforme acima explicitado, a Secretaria de Assistência Social, no âmbito de sua competência, considerando as demandas de serviços assistenciais existentes e a proposta de trabalho apresentada pela instituição aprovada e solicitação do CMDCA, primando pelo atendimento assistencial no Município de Várzea Grande, justificamos a celebração de **Termo de Fomento** entre a Prefeitura de Várzea Grande/Secretaria de Assistência Social por meio do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente e a Associação Beneficente Vida Nova.

Certo de que podermos contar com Vossa estimada colaboração, desde já agradecemos e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Dê-se publicidade e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 22 de dezembro de 2017.

KATHE MARIA KHOLHASE MARTINS

Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 34/2017

RATIFICAÇÃO DO COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 34/2017

Plano de Ação Exercício 2017 – Secretaria de Assistência Social

Observou-se a necessidade apresentada pela Subsecretária de Assistência Social **Senhora Flávia Luiza Coelho Lannes Omar, d**o projeto "Alegria do Natal" a ser realizado no final de ano, com uma grande festa de confraternização entre alunos, pais, funcionários e comunidade, no qual será realizada a entrega de brinquedos, presentes para as crianças.

Desse modo, considerando as razões expostas, e diante da aprovação pela D. Procuradoria Municipal, **RATIFICO** o Comunicado de Dispensa de Licitação n. 34/2017 em epígrafe, para a celebração do Termo de Colaboração com a CEAF- Centro de Estudo e Assistência à Família, inscrita no CNPJ: 12.868.120/0001-94, estabelecida Rua Venezuela (Cohab Asa Bela), S/N, CEP: 78.150-444, Bairro Santa Isabel, Várzea Grande-MT, com valor R$ de 5.000,00 (cinco mil reais), pelo prazo de 1 (um) mês.

Dê-se publicidade e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 19 de dezembro de 2017.

KATHE MARIA KHOLHASE MARTINS

Secretária Municipal de Assistência Social

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO

AVISO

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Edital

n°. 001/2016-Educação e do Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, de 16 de maio de 2016, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

Tornar sem efeito O Edital de Convocação n° 002/2017 referente ao Processo Seletivo Simplificado Edital n°. 001/2016-Educação, em razão de erro material.

Várzea Grande-MT, 27 de dezembro de 2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO

AVISO

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Edital n°. 001/2016-Educação e do Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, de 16 de maio de 2016, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

Tornar sem efeito O Edital de Convocação n° 01/2017 referente ao Processo Seletivo Simplificado Edital n°. 001/2016-Educação, em razão de erro material.

Várzea Grande-MT, 27 de dezembro de 2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 05/2017-EDUCAÇÃO/PMVG/MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 05/2017-EDUCAÇÃO/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Edital n°. 001/2016-EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, de 16 de maio de 2016, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a contratação temporária, conforme item 12.3. do Edital nº. 001/2016-EDUCAÇÃO, junto à:

Local: SMECEL/VG – ANEXO I

(**Comissão de Coordenação do Edital do ato convocatório)**

Endereço: Rua João Libâneo, n° 222 Bairro: Jardim Aeroporto – Várzea Grande - MT.

Horário: 14:00h às 18:00h. (O CANDIDATO DEVERÁ COMPARECER IMPRETERÍVELMENTE AS 14:00h, SOB PENA DE SER PRETERIDO NA ESCOLHA DA UNIDADE ONDE IRÁ SER LOTADO.)

Data da Entrega dos documentos: 05/02/2018 (somente nesta data estaremos recebendo a documentação). OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NESTA DATA IMPRETERÍVELMENTE, SOB PENA, DE DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO CANDIDATO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

50100199 - PROFESSOR / NÍVEL SUPERIOR PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
4008800-6	LAURA SIMONE DA COSTA	16669576	40,55	743
4029938-4	LIA MARA DOS SANTOS	1616920-4	40,55	744
4000905-0	JULIANA EVA CAMPOS SILVA OLIVEIRA	13378805	40,35	745
4011334-5	ITAMAR SILVESTRE DOS SANTOS ARAUJO	10486623	40,35	746
4022744-8	MARIA MENDES MARTINS OTA	565571	40,3	747
4024875-5	IDA RODRIGUES RIGO	30575040	40,3	748
4020260-7	DOMINGAS EVA DE SOUZA	4865405	40,3	749
4029689-0	ELIANE APARECIDA FERREIRA DA SILVA	5809657	40,3	750
4026383-5	REGINA PEREIRA DA SILVA SVERSUTI	808540	40,3	751
4018562-1	GILSON CARDOSO SANTIAGO	583054	40,3	752
4022356-6	SANMINA MARTINS DE SOUZA PINHEIRO	0909174-2	40,3	753
4029351-3	MARIA VANUSIA DE SOUSA	946796	40,3	754
4026299-5	EVA CRISTINA LEITE	924689	40,3	755
4022700-6	JUCELHA DE ARRUDA CUNHA SOARES	14812150	40,3	756
4020026-4	ANDREIA ALVES DOS SANTOS TAQUES	26883775	40,3	757
4024622-1	TATIANE APARECIDA ALVES DA SILVA	16971248	40,3	758
4024397-4	WANIA RUFINO DA SILVA	2359294	40,25	759
4031571-1	GRACIA APARECIDA DE MORAIS	875400	40,25	760
4006882-0	SILVANA DOS SANTOS BARBOSA	874091	40,25	761
4025751-7	IVONILDES AUGUSTA GOMES MARTINS	10190805	40,25	762
4003777-0	LUCIANA ALVES DA SILVA	1169072-0	40,25	763
4027735-6	JEICY KELLY DA SILVA	17951135	40,25	764
4027328-8	DRIELLY CASTANHO JUREMEIRA	19792638	40,25	765
4023021-0	CRISTINA XAVIER DA SILVA E SILVA	9347615	40,1	766
4015485-8	MARILZE AUXILIADORA DA SILVA	2782162	40,05	767
4021332-3	ISANILDE MARIA MOREIRA	4388798	40,05	768
4018612-1	JANETE ARANTES DE ASSUNCAO	10638334	40,05	769
4009834-6	ELENICE BENEDITA DA SILVA	12388467	40,05	770
4022149-0	LAUDELINA APARECIDA DA COSTA	261909	40	771

4026187-5	LUCY FATIMA DE CAMPOS SAMPAIO	3451313	40	772
4005806-9	ELIZANGELA SOUZA DIAS	15373428	40	773
4026829-2	JOSIANNA BERENICE CAMPOS SILVA	15115860	40	774
4025338-4	SONIA CONCEICAO NASCIMENTO SILVA	0575066-0	39,95	775
4028114-0	VANILDES CLEUSA DE MORAES	435699	39,95	776
4030248-2	VALDETE BARROS DOS SANTOS	17713943	39,95	777
4023000-7	ADRIANA SANTOS BACANI AMORIM	11263377	39,95	778
4029632-6	RAQUEL NUNES DE SIQUEIRA TAQUES	798370	39,75	779
4002068-1	MARCIO BENEDITO PEREIRA DE SOUZA	993942	39,75	780
4024457-1	JUCILENE CATARINA DA VEIGA	11020202	39,75	781
4028956-7	MARIA DE FATIMA DE MORAIS	13799142	39,75	782
4031633-5	JUCINEIDE PINTO DA SILVA	5421926	39,7	783
4004646-0	ANA ALBINA MARTINS GOMES	0807744-4	39,7	784
4023515-7	ELIZETE MARIA DE AMORIM MAGALHAES	13435558	39,7	785
4031375-1	ROSA DAIANE ARAUJO NUNES	1993051-8	39,7	786
4026274-0	MONICA KARLA ZANGARI	13137310	39,6	787
4031744-7	VANIA BARBOSA DA SILVA SOUZA	988838	39,55	788
4019872-3	MARINALVA JOSE DE SOUZA MORAES	4033841	39,35	789
4026416-5	ALMIRA DOMINGOS PEREIRA	162358	39,3	790
4023624-2	SHIRLEY RGINA BORDIN	401630	39,3	791
4010840-6	SOLANGE MARIA DA SILVA	4935934	39,3	792

ANEXO I

Conforme item 4.1. - O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este edital, quando convocado, de acordo com a ordem de classificação e o quadro de vagas, deverá comprovar as seguintes exigências necessárias para contratação:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n.º 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal, § 1º do Art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/98, Art. 3º);

b) estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

c) no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

d) ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

e) não registrar antecedentes criminais ou, no caso destes ter cumprido integralmente as penas cominadas;

f) estar plenamente apto, física e mentalmente para o exercício dos cargos, através de Atestado Médico expedido pela rede pública ou privada;

g) declaração de não estar cumprindo sansão por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal e outras que se fizerem necessárias;

h) possuir os documentos comprobatórios e requisitos constantes no **Anexo I** e apresentar todos os documentos previstos no item 12 deste Edital.

ANEXO II

Conforme item 12.5. Além de comprovar as exigências do item 4, o candidato contratado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da contratação:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

a) 01 (uma) foto 3x4;

b) Cópia da Carteira de Identidade, autenticado em cartório;

c) Cópia do C.P.F, autenticado em cartório;

d) Cópia o Título de Eleitor, autenticado em cartório;

e) Certidão de Quitação Eleitoral emitido pela internet;

f) Cópia de Certificado de Reservista, para o sexo masculino, autenticado em cartório;

g) Cópia da Carteira de Trabalho (não possuindo, procurar o SINE/VG), autenticado em cartório;

h) Cópia do Cartão PIS/PASEP (não possuindo, anotar o número de identificação), autenticado em cartório;

i) Cópia do Comprovante de Escolaridade e cópia do Registro no Conselho Regional de acordo com a categoria, autenticado em cartório;

j) Comprovante de Residência recente (não possuindo, apresentar declaração de residência assinada pelo servidor), autenticado em cartório;

k) Cópia da Certidão de Casamento e cópia do CPF do cônjuge se houver, autenticado em cartório;

l) Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade se houver, autenticado em cartório;

m) Cópia do CPF dos dependentes maiores de 18 anos se houver, autenticado em cartório;

n) Atestado Médico de admissão Original,

o) Declaração de não acúmulo de cargo, reconhecido firma;

o.1) Apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

p) Declaração de bens, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

q) Declaração de Parentesco, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

r) Declaração de veracidade dos documentos apresentados, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

s) Curriculum Vitae simplificado;

Várzea Grande-MT, 26 de dezembro de 2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 04/2017-EDUCAÇÃO/PMVG/MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 04/2017-EDUCAÇÃO/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Edital

n°. 001/2016-EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, de 16 de maio de 2016, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a contratação temporária, conforme item 12.3. do Edital nº. 001/2016-EDUCAÇÃO, junto à:

Local: SMECEL/VG – ANEXO I

(**Comissão de Coordenação do Edital do ato convocatório)**

Endereço: Rua João Libâneo, n° 222 Bairro: Jardim Aeroporto – Várzea Grande - MT.

Horário: 08:00h às 12:00h. (O CANDIDATO DEVERÁ COMPARECER IMPRETERÍVELMENTE AS 08:00h, SOB PENA DE SER PRETERIDO NA ESCOLHA DA UNIDADE ONDE IRÁ SER LOTADO.)

Data da Entrega dos documentos: 05/02/2018 (somente nesta data estaremos recebendo a documentação). OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NESTA DATA IMPRETERÍVELMENTE, SOB PENA, DE DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO CANDIDATO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

50100199 - PROFESSOR / NÍVEL SUPERIOR PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
4030415-9	CREUZA DE SOUZA REZENDE	5798809	42,7	643
4029676-8	ZILDA FELIPE DOS SANTOS FRANCISCO	10616373	42,7	644
4002312-5	VALQUIRIA DE AMORIM XAVIER	1082880-0	42,7	645
4025865-3	DOMINGOS PEREIRA FILHO	0482174-2	42,65	646
4010664-0	JUCICLEIDE BRASILINA LAGO DA SILVA	26866218	42,65	647
4026083-6	WILMA DA COSTA E SILVA	602381	42,65	648
4030811-1	NORMA SANTA DE PROENCA	384651	42,65	649
4028895-1	ROSEMERI FERRETI	1924705-2	42,65	650
4022096-6	MARIA IDSBEL DE AVILA LEITE SILVA	9978445	42,65	651
4024564-0	RAQUEL SANTANA DE ARRUDA ALMEIDA	10616357	42,65	652
4005571-0	LAETE PASSOS DE SOUZA	12089532	42,65	653
4030368-3	KATIUCIA MONICA DO NASCIMENTO	12478814	42,65	654
4025507-7	ANA MARIA DA GUIA	1335851-0	42,65	655
4025353-8	LUCIENE FERREIRA MACIEL	13866257	42,65	656
4010992-5	FABIANNY GARCIA DA SILVA	11851520	42,65	657
4026953-1	GRAZEELI MONTEIRO DA SILVA OLIVEIRA	18596223	42,65	658
4015190-5	EVERTY LEANDRA PEREIRA SILVA MEDINA	23075899	42,65	659
4025844-0	MARIA MIRIAN DE FREITAS	13629999	42,6	660
4028940-0	RAQUEL FERNANDES PROENCA	5346142	42,6	661
4027715-1	EVANUZA ETERCIA GOMES	1083572-5	42,6	662
4017314-3	TANIA BATISTA DE SOUZA	10110038	42,6	663
4021021-9	SANDRA REGINA DOS SANTOS MACHADO	15504840	42,55	664
4026628-1	PATRICIA FRANCISCA GABRIEL	42599808-3	42,45	665
4027955-3	BIANCA ALEXANDRINA DE ALMEIDA RODRIGUES	1954636-0	42,45	666
4026898-5	NILVA NETE LEITE DE AMORIM GUEDES	6661858	42,4	667
4014488-7	VALDIRENE BEVILAQUA SABBADINI	953034	42,4	668
4021730-2	LEIDA BISPO MORAIS DA SILVA	287399	42,35	669
4015440-8	BENEDITA MENDES BASTOS	459356	42,35	670
4012601-3	OTILIA REGINA SOARES	604006	42,35	671
4020766-8	ROSIMEIRE GONCALINA DA SILVA	631950	42,35	672
4022325-6	LEIDE MARIA JARDIM DA SILVA	888674	42,35	673
4006745-9	SILVANA GOMES DOURADO	0917707-8	42,35	674
4031509-6	ANDREIA FERREIRA GOMES	1095005-2	42,35	675
4023311-1	MARIS HELENA PINTO DIAS	11949678	42,35	676
4031457-0	ARIANNA DE LIMA	13074466	42,35	677
4027265-6	MILANA RIBEIRO VENTURA DE ALMEIDA OLIVEIRA	16597575	42,35	678
4027997-9	DILZA DA SILVA	7186517	42,3	679
4028159-0	CELMA OENNING REZENDE	7771606	42,3	680
4026069-0	ANA MARIA DA SILVA	8998825	42,3	681
4028014-4	ANA DEVINA DE SOUZA	102381480	42,3	682
4029554-0	LEILA MARIA SILVA	10352740	42,3	683
4027615-5	MILVA MARIANO RIBEIRO DE SOUZA	11574445	42,3	684
4022359-0	PATRICIA FERREIRA DE BARROS	13702360	42,2	685
4031488-0	ELINEIA DE ANDRADE	1246572-0	42,1	686
4025923-4	ANA CAROLINA MENDES BARBOSA	22214550	42,1	687
4029932-5	ABILENE SAN MARTIN DE SOUZA	701617	42	688
4024317-6	ELIANE MARCIA COSTA MARTIN	101034267	42	689
4027805-0	IVANIL SEBASTIANA DA COSTA	0928827-9	41,9	690
4028999-0	EDILMA SEBASTIANA CURVO	904931-2	41,8	691
4029755-1	ZENILDA BRITO FARIA	5910854	41,7	692
4021844-9	ROSALINA COSTA SANTOS	0540956-0	41,7	693
4026117-4	REGINA LEA DE CAMPOS MORAES	3264017	41,7	694
4026295-2	GERACINA MARIA DE FIGUEIREDO	0970773-5	41,7	695
4018560-5	FRANCISCA BARBOSA DE MELO	0841958-2	41,65	696
4024934-4	GLORIA REGINA PINTO DE SANTANA LELIS	1041053-8	41,65	697
4024621-3	KELLY CRISTIANI DOS SANTOS	14885204	41,65	698
4026643-5	ROSANA TEREZINHA DE JESUS PEREIRA	1815241-4	41,65	699
4001231-0	ROSANGELA CANDIDA COSTA DE SOUZA	3412660	41,6	700
4027674-0	CELIA LETICIA RODRIGUES LEITE	1205580-8	41,6	701
4013531-4	MARIVANE DA SILVA	10735739	41,55	702
4025363-5	MARIA DAS GRACAS NEVES CARNEIRO	1468959-1	41,4	703
4028618-5	CREUSA LAVOYER ZONATTO	4213564	41,4	704
4024070-3	NILZA RAQUEL DE OLIVEIRA	507759	41,4	705

4019212-1	ODAIL SEBASTIAO DA SILVA	13996673	41,4	706
4025210-8	ELIANE MARQUES DA SILVA ALMEIDA	1224989	41,4	707
4023604-8	MARCIA PATRICIO DA SILVA CRUZ	13167561	41,4	708
4029303-3	NELY DE GODOY	16451163	41,4	709
4028938-9	MARIA BESSA DA FONSECA	7.113.447-5	41,35	710
4020515-0	DORACI ANTUNES DE CAMPOS ASSUNCAO	1222603-3	41,35	711
4005258-3	GIANNI TELMA DA SILVA	10547720	41,35	712
4024249-8	EDNALVA LAURA CURADO	11374950	41,35	713
4027152-8	LUCIANA RODRIGUES DE ARAUJO	13057146	41,35	714
4016586-8	ANA LUCIA DO PRADO FERREIRA	13534742	41,35	715
4027056-4	VALERIA RODRIGUES ROLDAO	19685955	41,35	716
4023027-9	MARIA LUCINEIDE DE SOUZA	438845	41,3	717
4025347-3	LUCILA SEBASTIANA DA COSTA	3240169	41,3	718
4030337-3	CILENE COELHO DE OLIVEIRA	491638	41,3	719
4025873-4	LOURDES EUGENIA DE ALMEIDA ARRUDA	8249377	41,3	720
4029879-5	DALVA MARIA DE ARRUDA	668505	41,3	721
4026145-0	SEBASTIANA CLEMENTE DE SOUZA	667552	41,3	722
4021534-2	IVETE CIMADON CABRAL	1336986-5	41,3	723
4025068-7	EVAIZE LEMES DOS SANTOS GUIMARAES	9358382	41,3	724
4028850-1	WANIA ROSA PEREIRA DE CASTRO	12414271	41,3	725
4028233-3	EUGENIA ROSARIA DA SILVA ARRUDA	1372871-7	41,3	726
4025405-4	EDNA VIANA SENTCHUK	1226506-3	41,1	727
4012926-8	EVA MARIA MARQUES DE ARRUDA	0676771-0	41,05	728
4027226-5	ODELZA BENEDITA DE ARRUDA	0600591-8	41,05	729
4027274-5	JOCENIRA THEODORA DE CAMARGO	1029472-4	41,05	730
4028087-0	GLAUCIA ARISTIDES DE BARROS SOUZA	11297549	41,05	731
4029008-5	LIDIANE DE ARRUDA FIALHO	12265330	41	732
4024726-0	TAISA TANI DA SILVA	15062899	41	733
4020013-2	REGIANE BELO DE DEUS	15001300	41	734
4003965-0	TEREZA ALVES BARBOSA	11291133	40,95	735
4024778-3	CELIA MARIA DA SILVA	10062998	40,75	736
4021791-4	CIRLEIA EUGENIO DE CAMPOS	876111	40,75	737
4019547-3	EMELLEN XAVIER DE ARAUJO	19672870	40,75	738
4000423-6	VANIA CRISTINA RISSATO BUZELLI	79537896	40,7	739
4014942-0	JOSIANE APARECIDA DO PRADO	22339167	40,7	740
4028803-0	EDJANE GOMES DA SILVA	807347	40,6	741
4029708-0	ELIETE GOMES DOS SANTOS	266720	40,55	742

ANEXO I

Conforme item 4.1. - O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este edital, quando convocado, de acordo com a ordem de classificação e o quadro de vagas, deverá comprovar as seguintes exigências necessárias para contratação:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n.º 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal, § 1º do Art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/98, Art. 3º);

b) estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

c) no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

d) ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

e) não registrar antecedentes criminais ou, no caso destes ter cumprido integralmente as penas cominadas;

f) estar plenamente apto, física e mentalmente para o exercício dos cargos, através de Atestado Médico expedido pela rede pública ou privada;

g) declaração de não estar cumprindo sansão por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal e outras que se fizerem necessárias;

h) possuir os documentos comprobatórios e requisitos constantes no **Anexo I** e apresentar todos os documentos previstos no item 12 deste Edital.

ANEXO II

Conforme item 12.5. Além de comprovar as exigências do item 4, o candidato contratado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da contratação:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

a) 01 (uma) foto 3x4;

b) Cópia da Carteira de Identidade, autenticado em cartório;

c) Cópia do C.P.F, autenticado em cartório;

d) Cópia o Título de Eleitor, autenticado em cartório;

e) Certidão de Quitação Eleitoral emitido pela internet;

f) Cópia de Certificado de Reservista, para o sexo masculino, autenticado em cartório;

g) Cópia da Carteira de Trabalho (não possuindo, procurar o SINE/VG), autenticado em cartório;

h) Cópia do Cartão PIS/PASEP (não possuindo, anotar o número de identificação), autenticado em cartório;

i) Cópia do Comprovante de Escolaridade e cópia do Registro no Conselho Regional de acordo com a categoria, autenticado em cartório;

j) Comprovante de Residência recente (não possuindo, apresentar declaração de residência assinada pelo servidor), autenticado em cartório;

k) Cópia da Certidão de Casamento e cópia do CPF do cônjuge se houver, autenticado em cartório;

l) Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade se houver, autenticado em cartório;

m) Cópia do CPF dos dependentes maiores de 18 anos se houver, autenticado em cartório;

n) Atestado Médico de admissão Original,

o) Declaração de não acúmulo de cargo, reconhecido firma;

o.1) Apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

p) Declaração de bens, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

q) Declaração de Parentesco, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

r) Declaração de veracidade dos documentos apresentados, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

s) Curriculum Vitae simplificado;

Várzea Grande-MT, 27 de dezembro de 2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 015/2017

Processo: 477995: O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 838/2017, comunica que, a Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadas na**CONCORRÊNCIA PÚBLICA 015/2017,** cujo objeto **Contratação de empresas de engenharia para execução de Obra de Construção de uma unidade de CRECHES PROJETO PADRÃO TIPO 1-PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE, no Bairro Alameda Julio Muller, em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 4249/2013-FNDE**, se dará no dia **09 de Janeiro de 2018, às 08h30min (hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, situado na Av. Avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT. A Comissão de Licitação informa, que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande - MT, 27 de Dezembro de 2017. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 03/2017-EDUCAÇÃO/PMVG/MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 03/2017-EDUCAÇÃO/PMVG/MT

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Edital n°. 001/2016-EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do Processo Seletivo Simplificado, de 16 de maio de 2016, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a contratação temporária, conforme item 12.3. do Edital nº. 001/2016-EDUCAÇÃO, junto à:

Local: SMECEL/VG – ANEXO I

(**Comissão de Coordenação do Edital do ato convocatório)**

Endereço: Rua João Libâneo, n° 222 Bairro: Jardim Aeroporto – Várzea Grande - MT.

Horário: 14:00h às 18:00h. (O CANDIDATO DEVERÁ COMPARECER IMPRETERÍVELMENTE AS 14:00h, SOB PENA DE SER PRETERIDO NA ESCOLHA DA UNIDADE ONDE IRÁ SER LOTADO.)

Data da Entrega dos documentos: 05/02/2018 (somente nesta data estaremos recebendo a documentação). OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NESTA DATA IMPRETERÍVELMENTE, SOB PENA, DE DESCLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DO CANDIDATO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

10200199 - TÉC. SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL / TÉC. MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR

INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
4019978-9	JEMES ALMEIDA DE OLIVEIRA	22419896	36,6	172
4010391-9	DAVID MARTINHO DA SILVA	22397353	36,6	173
4004440-8	WESLEY ROBERT DIAS	2173304-0	36,6	174
4022579-8	DHANYEL VICTOR BARBOSA DE AMORIM	23937203	36,6	175
4000960-2	MARCUS ANTONIO CARDOSO DE JESUS	132621	36,4	176
4004770-9	LUANN PEREIRA RIBEIRO	2277843-8	36,4	177
4024741-4	NILTON CEZAR DA CUNHA	4135946	36,4	178
4025986-2	CRISTIANE DE OLIVEIRA	23352205	36,4	179
4011154-7	ROOSEVELT PEIXOTO MARTINS	13801120	36,4	180
4025010-5	LUIZ AUGUSTO DE SOUZA	16758498	36,4	181
4001389-8	ALEFF HENAN FERREIRA DOS SANTOS	17687104	36,4	182
4031385-9	DOMINGOS EDMAR BORGES	974495	36,4	183
4025893-9	HELOWIZIE CAROLINE DOS SANTOS	26955245	36,2	184
4026562-5	KARLA CILENE DE MAGALHAES	675664-6	36,2	185
4007647-4	ALESSANDRO MACAUBAS LEITE DE CAMPOS	1316799-5	36,2	186
4028479-4	FLAVIO ASSUNCAO BASTOS	20947038	36,2	187
4016509-4	IVAN MARQUES DE ALMEIDA	24714496	36,2	188
4007572-9	CLEONEIDE DE OLIVEIRA RAMOS	686624	36	189
4028905-2	ROSANGELA DA CRUZ NASCIMENTO	11532386	36	190
4019992-4	ELIANE DA SILVA	19675950	36	191
4011512-7	ANIELTON DE SOUZA MORAES	20423780	36	192
4022024-9	FERNANDO HENRIQUE CURADO	249.085.3-3	36	193
4007523-0	JONILSON GONCALO DA SILVA	8594872	36	194
4010728-0	ALEDILSON DE PINHO ROSA	13980769	36	195
4017260-0	ELZA ALESSANDRA DA CONCEICAO	13236717	36	196
4029150-2	CLADEMIR DA SILVA LOPES	13758497	36	197
4024469-5	WILLIAN JONATAN SOUTHIER	26277816	35,8	198
4006763-7	ORIALIS BOSCO DO CARMO	13379046	35,8	199
4024058-4	JORGE FERREIRA DOS SANTOS JUNIOR	24565091	35,8	200
4029709-8	JOAO FRANCISCO DA SILVA FILHO	7696280	35,6	201
4015871-3	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA	722-395 1	35,6	202
4024824-0	SARA M FERNANDES E SILVA	17751810	35,6	203
4005276-1	MARCOS APARECIDO VIEIRA JUNIOR	23661810	35,6	204
4018815-9	DAVIANE SILVA PEREIRA	19179634	35,6	205

4007530-3	EVA DELGADO DA SILVA CEBALHO COSTA	17941814	35,4	206
4014903-0	EGIDIO PEREIRA N UNES	7373509	35,4	207
4021994-1	IVAN DA SILVA CORREIA	553121	35,4	208
4000770-7	RUSIVEL NEVES ARRUDA	769683	35,4	209
4017874-9	JADIR DOS SANTOS ARINOS JUNIOR	17743826	35,4	210
4029294-0	PEDRO HENRIQUE MARTINS DO NASCIMENTO	2607035-9	35,4	211
4010691-8	EDSON FERRAZ DA CRUZ	7507089	35,4	212
4025447-0	CLAUDIANE DOS SANTOS RIBEIRO	14361507	35,2	213
4010796-5	LUIZ CARLOS BISPO DA SILVA	24270016	35,2	214
4030612-7	LARISSA DA SILVA BARROS BOTELHO	25776819	35,2	215
4023373-1	WILSON GOMES AMADO	3595374	35,2	216
4030740-9	CHARLES WATSON BLOCK	50915875	35,2	217
4029969-4	LENILSON ROBERTO DE FIGUEIREDO	14206609	35,2	218
4006567-7	MARCELO CARRAFA DA SILVA	1670645-5	35,2	219
4018510-9	JHONATAN FERREIRA DE MORAIS SILVA	24744050	35,2	220
4001437-1	LUIZ MENDONCA SOBRINHO	26068613	35	221
4030773-5	KELI ROSIANE DAS CHAGAS	12369586	35	222
4029289-4	EUSMAR AQUINO DE SANTANA	1096835-0	35	223
4014864-5	WELLINGTON TIAGO SAUVESUK	23766476	35	224
4029466-8	SANDRO PIO DE SIQUEIRA	14637235	35	225
4006349-6	MARCOS ANDRE RIBEIRO GOMES	1423922786	35	226

ANEXO I

Conforme item 4.1. - O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado de que trata este edital, quando convocado, de acordo com a ordem de classificação e o quadro de vagas, deverá comprovar as seguintes exigências necessárias para contratação:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto n.º 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal, § 1º do Art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19 de 04/06/98, Art. 3º);

b) estar quite com suas obrigações eleitorais e em gozo dos direitos políticos;

c) no caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;

d) ter, na data da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;

e) não registrar antecedentes criminais ou, no caso destes ter cumprido integralmente as penas cominadas;

f) estar plenamente apto, física e mentalmente para o exercício dos cargos, através de Atestado Médico expedido pela rede pública ou privada;

g) declaração de não estar cumprindo sansão por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal e outras que se fizerem necessárias;

h) possuir os documentos comprobatórios e requisitos constantes no **Anexo I** e apresentar todos os documentos previstos no item 12 deste Edital.

ANEXO II

Conforme item 12.5. Além de comprovar as exigências do item 4, o candidato contratado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da contratação:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

a) 01 (uma) foto 3x4;

b) Cópia da Carteira de Identidade, autenticado em cartório;

c) Cópia do C.P.F, autenticado em cartório;

d) Cópia o Título de Eleitor, autenticado em cartório;

e) Certidão de Quitação Eleitoral emitido pela internet;

f) Cópia de Certificado de Reservista, para o sexo masculino, autenticado em cartório;

g) Cópia da Carteira de Trabalho (não possuindo, procurar o SINE/VG), autenticado em cartório;

h) Cópia do Cartão PIS/PASEP (não possuindo, anotar o número de identificação), autenticado em cartório;

i) Cópia do Comprovante de Escolaridade e cópia do Registro no Conselho Regional de acordo com a categoria, autenticado em cartório;

j) Comprovante de Residência recente (não possuindo, apresentar declaração de residência assinada pelo servidor), autenticado em cartório;

k) Cópia da Certidão de Casamento e cópia do CPF do cônjuge se houver, autenticado em cartório;

l) Certidão de Nascimento dos dependentes menores de idade se houver, autenticado em cartório;

m) Cópia do CPF dos dependentes maiores de 18 anos se houver, autenticado em cartório;

n) Atestado Médico de admissão Original,

o) Declaração de não acúmulo de cargo, reconhecido firma;

o.1) Apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;

p) Declaração de bens, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

q) Declaração de Parentesco, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

r) Declaração de veracidade dos documentos apresentados, reconhecido firma; **o formulário padrão para preenchimento encontra-se disponível no site da WWW.varzeagrande.mt.gov.br.**

s) Curriculum Vitae simplificado;

Várzea Grande-MT, 19 de dezembro de 2017.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

DECRETO Nº 89 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2.017.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande – CME, conforme Lei Municipal n.º 4.303/2.017, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legal que lhe confere Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande através do artigo 69, inciso VI; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.303/2.017;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal Educação – CME é Órgão Colegiado de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador do Sistema Público Municipal de Ensino; e

CONSIDERANDO que o colegiado possui função de controle social e assessoramento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

DECRETA:

Art. 1° Ficam nomeados os membros, titulares e suplentes, do Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande – CME, de acordo com art. 5º, da Lei 4.303/2.017, conforme especificamos:

I. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SMECEL/VG/MT

a. Titular: **Gonçalina Auxiliadora Leite Rondon**

b. Suplente: **Rita Mara de Arruda Cortez**

c. Titular: **Cláudia Aparecida dos Santos Valadares**

d. Suplente: **Daluza Benedita de Arruda**

II. CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB – CACS FUNDEB

a. Titular: **Maria de Fátima Gabriel Vieira**

b. Suplente: **Evanir Mendes da Cruz**

III. CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE VÁRZEA GRANDE – CMPIR

a. Titular: **Rosana Fátima de Arruda**

b. Suplente: **Marina Albuês Santiago**

IV. CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CMAE

a. Titular: **Natanael Silva Oliveira**

b. Suplente: **Adão Eugênio da Silva**

V. CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE VÁRZEA GRANDE – CMC

a. Titular: **Alex Rodney Maran Xavier**

b. Suplente: **Ana Paula Pinto Duarte**

VI. CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE VÁRZEA GRANDE – CMEL

a. Titular: **Charles Fabiano Araújo Quadro**

b. Suplente: **Giordany Moreira Godoy de Campos**

VII. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE VÁRZEA GRANDE – CMDCA

a. Titular: **Leandro Fábio Momente**

b. Suplente: **Luz Marina Coelho**

VIII. DIRETOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

a. Titular: **Eva de Paulo Vieira Santos**

b. Suplente: **Josiane Maria da Silva**

c. Titular: **Sarah Jane de Campos**

d. Suplente: **Flávia Lúcia Figueiredo e Silva**

IX. PROFESSOR DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

a. Titular: **Leize Grecco**

b. Suplente: **Carlos Roberto de Oliveira**

X. TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

a. Titular: **Soneize Maria de Souza Ferreira**

b. Suplente: **Neia Josefina Rodrigues**

XI. PAIS DE ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

a. Titular: **Darlon Davi Ulrich**

b. Suplente: **Keidiane da Silva Pereira**

c. Titular: **Leduína Jesus da Silva**

d. Suplente: **Maria Elizabeth Antônio**

XII. ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

a. Titular: **Benjamim de Almeida Lira**

b. Suplente: **Carlito Ferreira Romão**

XIII. REDE PRIVADA DE ENSINO

a. Titular: **João Pinheiro**

b. Suplente: **Ronivaldo Garcia de Oliveira**

XIV. SINDICATO DOS TRABALHADORES DO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO – SINTEP

a. Titular: **Alice Maria Pereira Ferreira**

b. Suplente: **Maristela Santana da Silva**

XV. ENSINO SUPERIOR

a. Titular: **Teobaldo Witter**

b. Suplente: **Ana Cristina da Silva Cassim**

XVI. PODER LEGISLATIVO

a. Titular: **Ícaro Gibran Reveles de Andrade**

b. Suplente: **Gisele Aparecida de Barros**

c. Titular: **Ademar Freitas Filho**

d. Suplente: **Rogério França Martins**

Art. 2º O mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande – CME, titular ou suplente, será de 04 (quatro) anos, de 17 de dezembro de 2.017 até 17 de dezembro de 2.021.

Parágrafo único: Será permitida uma única recondução dos Conselheiros, contadas as anteriores à Lei Municipal n.º 4.303/2.017.

Art. 3° O exercício do mandato de conselheiro do Conselho Municipal de Educação de Várzea Grande – CME é considerado serviço público relevante e não será remunerado

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal n.º 04 de 10 de janeiro de 2.017 e Decreto Municipal n.º 58 de 11 de agosto de 2017.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 26 de dezembro de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 90 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2.017.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Município de Várzea Grande – CACS/FUNDEB, de acordo com a Lei Municipal n.º 4.302/2.017, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legal que lhe confere Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande através do artigo 69, inciso VI; e

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.302/2.017.

DECRETA:

Art. 1° Ficam nomeados os membros, titulares e seus respectivos suplentes, para o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Município de Várzea Grande – CACS/FUNDEB, de acordo com a Lei Municipal n.º 4.302/2.017, conforme especificamos:

I. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL a. Titular: **Maria de Fátima Gabriel Vieira** CPF: 408.594.362-28

b. Suplente: **Rita Mara de Arruda Cortez** CPF: 473.517.901-68

c. Titular: **Alysson Vinicius Procópio da silva** CPF: 581.465.981-53

d. Suplente: **Ana Cristina Silva Cassim** CPF: 474.861.801-97

II. REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE – CME/VG

a. Titular: **Charles Fabiano Araújo Quadro** CPF: 035.418.991-31

b. Titular: **Rosana Fátima de Arruda** CPF: 603.781.071-00

III. REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR DE EDUCAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE

a. Titular: **Francisbene Monteiro Mayer** CPF: 621.664.411-49

b. Suplente: **Marizeth Maria de Campos Martins** CPF: 523.223.001-87

IV. REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE

a. Titular: **Maria Aparecida de Arruda Cortez** CPF: 174.843.751-876

b. Suplente: **Camilo Cardoso de Alcântara** CPF: 892.770.231-04

V. REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO DE VÁRZEA GRANDE

a. Titular: **Juscelino Dias de Moura** CPF: 522.989.221-87

b. Suplente: **Cilene Oliveira da Silva** CPF: 973.560.421-34

VI. REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

a. Titular: **Darlon Davi Ulrich** CPF: 886.035.391-20

b. Suplente: **Ledoína Jesus da Silva** CPF: 523.233.661-49

c. Titular: **Keidiane da Silva Pereira** CPF: 011.551.981-58

d. Suplente: **Maria Elizabethe Antônio** CPF: 692.390.291-68

VII. REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

a. Titular: **Manoel Alves Pereira** CPF: 906.584.321-04

b. Suplente: **Maria da Conceição Silva santos** CPF: 970.584.321-04

c. Titular: **Marina silva Barros** CPF: 016.942.011- 63

d. Suplente: **Sérgio Barqueiro** CPF: 241.794.181-34

VIII. REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

a. Titular: **Evanir Mendes da Costa Cruz** CPF: 325.999.191-34

b. Suplente: **Jane Márcia de Arruda Pires** CPF: 432.994.311-53

IX. REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

a. Titular: **Ícaro Gibran Reveles de Andrade**

CPF: 024.929.591-12

b. Suplente: **Gisele Aparecida de Barros**

CPF: 005.096.311-26

c. Titular: **Ademar Freitas Filho**

CPF: 607.253.541-00

d. Suplente: **Rogério França Martins**

CPF: 865.882.301-68

Art. 2º O mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Município de Várzea Grande – CACS/FUNDEB, titular ou suplente, será de 02 (dois) anos, de 17 de dezembro de 2.017 até 17 de dezembro de 2. 019.

Parágrafo único: Será permitida uma única recondução dos Conselheiros, para mandato de mais 02 (dois) anos.

Art. 3° O exercício do mandato de Conselheiro do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação do Município de Várzea Grande – CACS/FUNDEB é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 26 de dezembro de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 91 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2.017.

Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legal que lhe confere Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande através do artigo 69, inciso VI; e

CONSIDERANDO as Leis Municipais ns. 2.778/2.005 e 2.825/2.005.

DECRETA:

Art. 1º O Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, criado pela Lei Municipal nº 2.778/2.005, tem seu funcionamento regulado segundo as disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º O Fundo Municipal da pessoa Idosa tem por finalidade atender aos programas, planos e ações voltados ao atendimento à pessoa idosa.

Art. 3º São objetivos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa:

I – apoiar programas, projetos e ações que visem à proteção, à defesa e à garantia dos direitos da pessoa idosa estabelecidos na legislação pertinente; e

II – promover e apoiar a execução de programas e/ou serviços de proteção à pessoa idosa.

Art. 4º Ao Conselho Municipal de Direito da Pessoa Idosa cabe indicar as prioridades para a destinação dos valores constante no Fundo Municipal da Pessoa Idosa, mediante a elaboração ou aprovação de planos, programas, projetos ou ações voltadas á pessoa idosa do Município de Várzea Grande – MT.

Art. 5º O Fundo Municipal da Pessoa Idosa será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, a quem cabe gerência, controlo e orientação, trabalhando em conjunto para:

I – criação de plano de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa;

II – avaliação do demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idoso, mensalmente ou em menor período, quando solicitado;

III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo; e

IV – outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Art. 6º Constitui fonte de recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa as receitas provenientes de:

I – dotações orçamentárias do Governo e transferências de outras esferas governamentais;

II – doações de pessoas físicas ou jurídicas;

III – as multas administrativas aplicadas pela autoridade em razão do descumprimento, pela entidade de atendimento à pessoa Idosa, e às determinações contidas na Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2.003;

IV – as multas aplicadas pela autoridade judiciária por irregularidade em entidade de atendimento à pessoa idosa;

V – as multas aplicadas pela desobediência ao atendimento prioritária às pessoas idosa;

VI – as multas aplicadas ao réu nas ações judiciais que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, visando ao atendimento do que estabelece a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2.003;

VII – a multa penal aplicada em decorrência da condenação pelos crimes previstos na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2.003, ou mesmo advindas de transações penais relativas á pratica daquelas;

VIII – recursos resultantes de convênios, acordos ou outros ajustes, destinados a programas, projetos e ações de promoção, proteções defesa dos diretos da pessoa idosa, firmado pelo município Várzea Grande e por instituições ou entidades públicas ou privadas, governamentais ou não-governamentais;

IX – transferência do Fundo Nacional Idoso;

X – rendimentos ou acréscimos oriundos de aplicações de recursos do próprio Fundo; e

XI- outras receitas diversas que tenha por finalidade o atendimento a pessoa idosa.

Art. 7º Os recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa serão depositados em conta bancária especifica aberta em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal da Pessoa Idosa”.

Parágrafo único: A movimentação da conta bancária especifica referida no *caput* deste artigo somente se dará mediante movimentação eletrônica assinada em conjuntamente pela Secretario Municipal de Assistência Social, pelo Presidente do Conselho Municipal do Idoso e pelo Secretário Municipal de Gestão Fazendária.

Art. 8º Os recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa somente serão aplicados e movimentados por deliberação do Conselho Municipal de Direitos de Pessoa Idosa, de acordo com o respectivo Plano de Aplicação aprovado pelo referido Conselho.

Art. 9º O Fundo Municipal da Pessoa Idosa terá contabilidade própria, com escrituração geral, vinculada, orçamentariamente, à secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º A execução financeira do Fundo Municipal da Pessoa Idosa observará as normas regulares da Contabilidade Pública, bem como a legislação relativa a licitações e contratos e estará sujeita ao efetivo controle dos órgãos próprios de controle interno do Poder Executivo, sendo que a receita e aplicação dos respectivos recursos serão periodicamente, objeto de informação e prestação de contas.

§ 2º Para atendimento ao disposto nos parágrafos primeiro deste artigo, a Secretaria Assistência Social encaminhará á Secretaria Municipal de Gestão Fazendária e ao Tribunal de Contas do Estado, após aprovação pelo Conselho Municipal de Diretos da Pessoa Idosa:

I – mensalmente, demonstrativo de receitas e despesas (balancete);

II – anualmente, relatório de atividades e prestação de contas, com Balanço Geral, observadas a legislação e as normas pertinentes.

§ 3º Para a Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, o documento mensal a que se refere o item I do parágrafo 2º deste artigo deverá ser acompanhado de cópias dos respectivos comprovantes das receitas e despesas, o mesmo Conselho Municipal da Pessoa Idosa.

Art. 10. O exercício financeiro do Fundo Municipal da Pessoa Idosa coincidirá com o ano civil.

Art. 11. O saldo positivo do Fundo Municipal da Pessoa Idosa, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 12. As atividades de apoio administrativo necessária aos serviços do Fundo Municipal da Pessoa Idosa serão prestadas pela Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, diretamente e/ou através de entidade que, integrante da Administração Municipal indireta, seja àquela vinculada.

Art. 13. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 26 de dezembro de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 92 DE 26 DEZEMBRO DE 2.017.

Dispõe sobre a revisão tarifária extraordinária dos serviços de água e esgotos no município de várzea grande – MT, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o art. 9º, inciso VI, da Lei Municipal nº 1.733 de 05 de junho de 1997, e;

CONSIDERANDO os estudos técnicos desenvolvidos pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento – ASSEMAE que avaliou o custo real da água no município de Várzea Grande – MT, levando em consideração os custos para tratamento e distribuição;

CONSIDERANDO que os reajustes inflacionários realizados anualmente não acompanharam o aumento de todos os itens da cesta de insumos essenciais da autarquia;

CONSIDERANDO a alta dos insumos como combustível, energia e produtos químicos, os quais, em parte, são influenciados diretamente pela variação do preço do dólar;

CONSIDERANDO o custo econômico da disposição da água e esgotamento sanitários em condições adequadas e eficientes, visando à recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço;

CONSIDERANDO que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços; e

CONSIDERANDO que as tarifas cobradas deverão compreender: as despesas de funcionamento, operação e manutenção; as quotas de depreciação, provisão para devedores e amortização de empréstimos; a constituição de fundo de reserva para investimento; eventuais cobranças ou tributos que venham a incidir sobre os serviços e os investimentos para ampliação e modernização dos sistemas.

DECRETA:

Art. 1º Fica aplicado o percentual de 23,28%, a título de revisão tarifária extraordinária, conforme a tabela tarifária dos serviços de água e esgotos - anexos I e II do presente Decreto.

Art. 2º Os valores constantes dos anexos I e II entrarão em vigor a partir do dia 01 de fevereiro do ano de 2.018.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de 01 de fevereiro do ano de 2.018, revogando disposições em contrário.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 26 de dezembro de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ANEXO – I				
ESTRUTURA TARIFÁRIA				
Categorias	**Classe de Consumo**		**Tarifas**	
	Tipo	**Intervalo**	**ÁGUA**	**ESGOTO**
			R$ / m³	R$ / m³
Residencial	R1	0 a 10 m³	2,58	1,29
	R2	11 a 20 m³	6,70	3,35
	R3	21 a 30 m³	7,23	3,61
	R4	Acima de 30 m³	7,84	3,92
Comercial	C1	0 a 10 m³	4,98	2,49
	C2	11 a 20 m³	6,55	3,27
	C3	21 a 30 m³	7,08	3,54
	C4	Acima de 30 m³	7,66	3,83
Industrial	I1	0 a 10 m³	4,98	2,49
	I2	11 a 20 m³	6,55	3,27
	I3	21 a 30 m³	7,08	3,54
	I4	Acima de 30 m³	7,66	3,83
Pública/	P1	0 a 10 m³	6,55	3,27
Outras	P2	11 a 20 m³	11,16	5,58
	P3	21 a 30 m³	12,08	6,04
	P4	Acima de 30 m³	13.05	6,52

TABELA DE VALORES DE NOTIFICAÇÕES – p/m² de Área			
Área	**m²**	**m²**	**Total**
Classe	Mínimo	Máximo	Volume (m³)
1	0	40	40 m³
2	41	80	130 m³
3	81	120	220 m³
4	121	99999999	307 m³

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ANEXO – II

SERVIÇOS COMPLEMENTARES

ITEM	**DESCRIÇÃO**	**VALOR - R$ ATUAL**
1	**Ligação Nova de Água**	
1.1	**Sem Hidrômetro**	
1.1.1	DN 1 e ½ a 2”	200,58
1.1.2	DN 1”	168,93
1.1.3	DN ½ a ¾”	105,57
1.2	**Com Hidrômetro**	
1.2.1	DN 1 e ½ a 2” com hidrômetro de 11 até 20 m³/h	1.203,59
1.2.2	DN 1” com hidrômetro de 4 até 10 m³/h	591,25
1.2.3	DN ½ a ¾” com hidrômetro de 3 m³/h	232,27
2	**Reativação de Ligação de Água**	
2.1	No Cavalete	42,22
2.2	No Ramal	73,90
2.3	Na Rede de Distribuição	105,57
3	Ligação Nova de Esgoto	221,71
4	Reativação de Ligação de Esgoto	105,57
5	**Diversos**	
5.1	Padronização de Cavalete	52,78
5.2	Aferição de Hidrômetro até 5 m³/h	42,22
5.3	Aferição de Hidrômetro de 7 a 10 m³/h	84,44

5.4	Aferição de Hidrômetro de 20 a 30 m³/h	105,57
5.5	Emissão de reaviso de débito	3,45
5.6	Emissão de 2ª Via	3,45
5.7	Emissão de Certidão de Débito	3,45
5.8	Rompimento e Reposição de Pavimento p/m²	73,90
5.9	Rompimento e Reposição de Calçada p/m²	73,90
5.10	**Suspensão do Abastecimento por Solicitação**	
5.10.1	No Cavalete	41,87
5.10.2	No Ramal	73,90
5.11	Pesquisa de Vazamento no Ramal Predial	42,22
5.12	Conserto em Cavalete	42,22
5.13	Conserto em Ramal	69,69
5.14	Vistoria Cadastral	13,84
5.15	Vistoria de Ligação	13,84
5.16	Vistoria de Leitura	9,50
5.17	Vistoria Domiciliar/Economia	16,70
5.18	Reparo ou Desobstrução de ramal de Esgoto	84,44
5.19	Deslocamento de Ramal de Água	98,43
5.20	Deslocamento de Ramal de Esgoto	95,02
5.21	Descarga de Caminhão Limpa-Fossa em ETE	52,78
5.22	**Substituição e Colocação de Hidrômetro**	
5.22.1	De até 3 m³/h	52,78
5.22.2	De 4 até 10 m³/h	105,57
5.22.3	De 11 até 30 m³/h	158,36
5.23	**Aprovação de Projetos**	
5.23.1	Aprovação de (projeto de 01 a 100 unid/hab-lote)	1.794.84
5.23.2	Aprovação de (projeto de 101 a 200 unid/hab-lote)	3.589,71
5.23.3	Aprovação de (projeto de 201 a 300 unid/hab-lote)	5.278,99
5.23.4	Aprovação de (projeto acima de 301 unid/hab-lote)	8.798,03
6	**Fornecimento de Água Tratada**	
6.1	**Sem Transporte / m³**	
6.1.1	Para Consumidor (clientes)	2,44
6.1.2	Para Outros (não cliente)	10,55
6.2	**Com Transporte**	
6.2.1	Para Consumidor (clientes)	6,11
6.2.2	Para Outros (não cliente)	23,22
7	**Fornecimento de Água Bruta**	
7.1	Sem Transporte / m³ nas ETA's I e II	2,40

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 93 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2.017.

Declara ponto facultativo no âmbito do Poder Executivo Municipal no dia 29 de dezembro de 2.017, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seus artigos 69, inciso VI; e

CONSIDERANDO o encerramento das atividades bancárias no dia 28 de dezembro de 2.017.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo, nos órgãos do Poder Executivo municipal, o dia **29 de dezembro de 2.017 (sexta-feira)**.

Art. 2º Este Decreto não se aplica aos plantões e às atividades essenciais que não permitem interrupções.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 27 de dezembro de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.270/2017

Dispõe sobre a instituição do Programa 'Adote um Ponto de Ônibus' no município de Várzea Grande.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa "Adote um Ponto de Ônibus", que tem por finalidade receber a colaboração, diretamente, de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, na implantação, melhoria e conservação de pontos de parada de ônibus no Município.

Parágrafo único. Os contemplados deverão manter as normas de conservação estabelecidas pelo setor competente e seguir as normas NBR 9050 de acessibilidade.

Art. 2.º O Programa caracteriza-se pela adesão espontânea dos interessados, que se comprometerão a observar as condições ajustadas em "Termo de Cooperação" a ser firmado com o município de Várzea Grande.

§ 1.º No "Termo de Cooperação" constará o prazo máximo de 30 (trinta) dias para o início das obras necessárias e de 60 (sessenta) dias para seu término, bem como o período de adoção para efeitos de realização da conservação e manutenção do equipamento público.

§ 2.º Na hipótese de não serem respeitados os prazos estabelecidos no "Termo de Cooperação", considerar-se-á rompido automaticamente o compromisso assumido perante a municipalidade.

§ 3.º Para cada ponto de parada de ônibus haverá autorização específica.

Art. 3.º O Poder Executivo através da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana colocará à disposição dos interessados o rol dos locais passíveis de serem beneficiados pelo Programa e os modelos padrão de ponto de parada de ônibus.

Art. 4.º Vetado.

Parágrafo único. É vedada propaganda de:

I – cunho político;

II – fumo e seus derivados;

III - jogos de azar;

IV – armas, munição e explosivos;

V – bebidas alcoólicas;

VI – produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida;

VII – fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;

VIII – revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado para crianças e adolescentes.

Art. 5.º Poderão ser celebradas parcerias com outros órgãos ou entidades públicas ou privadas para os fins do Programa.

Art. 6.º Cada ponto de partida de ônibus poderá ser adotado por mais de uma entidade.

Art. 7.º A concessão terá a validade de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada por igual período mediante requerimento próprio.

Parágrafo único. A prorrogação dependerá exclusivamente de comprovação das normas estabelecidas no artigo 1.º desta Lei.

Art. 8.º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, inclusive com a minuta do “Termo de Cooperação”.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 20 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.315/2017

“Dispõe sobre a alteração do inciso I, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 1.346/93, que trata sobre a arrecadação de Terras Vagas pelo Município de Várzea Grande e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do inciso I, do Art. 3º, da Lei Municipal nº 1.346, de 22 de setembro de 1993, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º.- .....

I – Publicar-se-á edital para conhecimento público e de terceiros interessados, com a devida caracterização do imóvel por duas vezes na imprensa oficial do município, ou naquela que for utilizada de forma oficial, com intervalo de 15 dias, mencionando-se que os interessados terão o prazo de 15 dias para manifestar qualquer interesse de forma oficial, a partir da data da segunda publicação.

...”

Art. 2º.- Permanecem em vigor os demais artigos que por força desta alteração não sofreram modificações.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 14 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.316/2017

Dispõe sobre a reserva de no mínimo 10% (dez por cento) dos imóveis construídos como habitação popular pelo Município a pessoas portadoras de necessidades especiais e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DECAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei**:**

Art. 1.º - Fica reservado, no mínimo, 10% (dez por cento) dos imóveis construídos pelo Município como habitação popular para pessoas portadoras de necessidades especiais.

§ 1º. A pessoa portadora de necessidades especiais de que trata a presente lei poderá não ser o chefe da família, mas, não sendo o chefe, deverá comprovar que mora com ela;

§ 2º. O disposto no “caput” deste artigo só se aplica a programas habitacionais com mais de vinte unidades construídas, sendo que, acima de vinte unidades, o disposto no “caput” deste artigo aplicar-se-á a cada vinte unidades, desconsiderando-se as frações;

§ 3. O disposto nesta lei aplica-se a todo e qualquer programa empreendido pela municipalidade, independente do nome que o programa venha a ter;

§ 4. O disposto nesta lei aplica-se a casas e apartamentos, sendo que, no caso de apartamentos, os localizados no andar térreo serão aqueles destinados prioritariamente a portadores de necessidades especiais para facilitar sua locomoção;

§ 5. Na distribuição dos imóveis, inexistindo candidatos portadores de necessidades especiais devidamente inscritos, a distribuição das unidades de habitação popular ocorrerá de acordo com as demais leis sobre a matéria.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 3º. O poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande - MT, 14 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.317/2017

Denomina o Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI do Residencial Aurília Curvo de “Professor Edson Reveles Pereira”, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado o Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI localizado na Rua das Margaridas, nº 07, equipamento comunitário 02, residencial Aurília Curvo em Várzea Grande MT de “Professor Edson Reveles Pereira”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande - MT, 14 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 4.318/2017

Dispõe sobre isenção da taxa de alvará e da taxa de vistoria para TAXI e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam isentos do pagamento da taxa de alvará e da taxa de vistoria, no exercício financeiro de 2.018, os contribuintes que operam o serviço de TAXI no município de Várzea Grande.

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor a partir da sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 14 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.319/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, a efetuar o pagamento dos Médicos integrantes do Programa Mais Médicos, do Ministério da Saúde e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, a efetuar o pagamento referente à auxílio moradia e alimentação no valor de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)** aos Médicos integrantes do Programa Mais Médicos, do Ministério da Saúde, que atuarem no município de Várzea Grande.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria e convênio.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal n.º 3.946/2.013.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 14 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 4.320/2017

Dispõe sobre alteração de artigo e inclusão de parágrafos na Lei Municipal n.º 3.313/2.009 e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1.º da Lei Municipal n.º 3.313/2.009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º *Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos fiscais às pessoas jurídicas que atuam no ramo da construção civil e incorporação imobiliária e que venham a estabelecer no município de Várzea Grande empreendimentos imobiliários que visem atender a população cuja faixa de renda esteja abrangida pelo PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, FAIXA 01, instituído pelo Governo Federal e com termo de adesão firmado pelo município junto a Caixa Econômica Federal – CEF.*

Art. 2º Fica incluído § 1º ao art. 1.º da Lei Municipal n.º 3.313/2.009, com a seguinte redação:

§ 1º Os empreendimentos do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, FAIXA 1,5 e FAIXA 02, gozarão, tão somente da redução do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN reduzido para a alíquota de 02% (dois por cento), não absorvendo os benefícios do Imposto Predial e Territorial

Urbano – IPTU e do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

Art. 3º Fica incluído § 2º ao art. 1.º da Lei Municipal n.º 3.313/2.009, com a seguinte redação:

§ 2º A paralisação, suspensão ou interrupção da obra, além do não cumprimento dos prazos estabelecidos para construção e incorporação, ensejará a imediata revogação dos incentivos fiscais.

Art. 4° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos imediatos.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 14 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.321/2017

Dispõe sobre alteração da Lei Municipal n.º 4.213/2.017, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o *caput* art. 3º da Lei Municipal 4.213/2.017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º *A verba por produtividade somente será devida quando a arrecadação mensal dos recursos ordinários próprios (IPTU, ITBI, ISSQN, Dívida Ativa, taxas líquidas, multas, juros, restituições e rendimentos próprios), for igual ou superior a* ***R$ 6.000.000,00*** *(seis milhões de reais) até o limite máximo de* ***R$ 20.000.000,00*** *(vinte milhões de reais).*

Art. 2º Fica alterado o § 4º do art. 3º da Lei Municipal 4.213/2.017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º Para efeitos de cálculo, somente serão contabilizados os valores ainda não inscritos na Dívida Ativa.

Art. 3ºO cargo anteriormente denominado como Inspetor de Tributos Municipais II, renomeado para Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal, manterá o direito ao recebimento verba por produtividade.

Art. 4º Revoga-se a Lei Municipal n.º 4.278/2.017.

Art. 5º Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2.018.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 14 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 4.322/2017

Dispõe sobre revogação do § 1º do art. 4º da Lei Municipal Complementar n.º 3.515/2.010 e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica **REVOGADO** o § 1º do art. 4º da Lei Municipal Complementar n.º 3.515/2.010.

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 14 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 38/2017

Constitui Comissão para avaliação de interesse do Município em imóveis ofertados em Dação de Pagamento

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VI, do art. 69 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão para avaliar o interesse do Município na aceitação de imóveis ofertados em Dação de Pagamento, composta pelos Titulares da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, Secretaria Municipal de Viação e Obras, Secretaria Municipal Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável e Procuradoria Patrimonial.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, "Paço Municipal", Várzea Grande MT, 18 de Dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 4.326/2017

Dispõe sobre lançamento do imposto predial e territorial urbano – IPTU e da taxa de licença para localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria e prestação de serviços - Alvará, referente ao exercício financeiro de 2.018, fixando o prazo de vencimento, forma de pagamento, e ainda, quanto ao parcelamento dos demais créditos tributários e não tributários municipais cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2.017 e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU – EXERCÍCIO 2. 018

Art. 1° A apuração do valor venal, para fins de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e taxa de limpeza urbana, referente ao exercício financeiro de 2.018, será conforme os critérios, normas e métodos fixados nas Leis Municipais, além das suas respectivas alterações, devendo ser arrecadado nas seguintes condições:

I - **COTA ÚNICA**: com pagamento, até **30 de Março de 2.018**, com desconto de:

a) 15% (quinze por cento) para as inscrições imobiliárias (imóveis) que não possuam débitos em aberto, ou;

b) 5% (cinco por cento) para as inscrições imobiliárias (imóveis) que possuam débitos em aberto;

II - **PARCELADO**: sem desconto, em até 08 (oito) parcelas mensais e consecutivas, com o pagamento da 1ª parcela até **30 de março de 2.018**.

§ 1º Nenhuma parcela poderá ser inferior ao valor equivalente a 03 (três) Unidade Padrão Fiscal – UPF do Município de Várzea Grande.

§ 2º Após o vencimento do prazo para pagamento do tributo lançado em COTA ÚNICA ou da 1ª (primeira) parcela na opção PARCELADO, passarão a incidir a cobrança de multa, juros e correção monetária até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente.

§ 3º As isenções quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e Taxas que o acompanham, referente ao exercício financeiro 2.018, deverão ser solicitadas a partir de 1ª janeiro até 30 março de 2.018, cabendo ao interessado comprovar as condições necessárias para sua obtenção, nos moldes da legislação vigente à época.

a) O não preenchimento das condições para o deferimento da isenção, obriga o contribuinte ao recolhimento do tributo, com os devidos acréscimos legais, no caso, correção monetária, juros e multa;

b) No caso do deferimento da isenção, será referente ao exercício corrente, com sua validade por 02 (dois) anos, devendo o contribuinte ao final deste prazo, apresentar a documentação necessária para manutenção e renovação da concessão do benefício.

§ 4º O contribuinte que solicitar isenção e não for deferida, gozará dos benefícios do parcelamento ou pagamento à vista, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da notificação do indeferimento.

§ 5º Os descontos incidirão sobre o valor base do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

CAPÍTULO II

ALVARÁ – EXERCÍCIO 2.018

Art. 2º A apuração do valor da Taxa de Licença para Localização de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços - ALVARÁ, referente ao exercício financeiro de 2.018, será efetuada conforme os critérios, norma e métodos fixados na Lei Municipal Complementar n° 1.178/1.991, e demais alterações, e deverá ser arrecadado nas seguintes condições:

I - **COTA ÚNICA**: com pagamento, até **28 de fevereiro de 2.018**, com desconto de 10% (dez por cento) somente para as inscrições econômicas que não possuam débitos em aberto; ou

II - **PARCELADO**: sem desconto, em até 03 (três) parcelas mensais e consecutivas, com o pagamento da 1ª parcela até **28 de fevereiro de 2.018**, sendo que nenhuma parcela poderá ser inferior ao valor equivalente a 05 (cinco) Unidade Padrão Fiscal – UPF do Município de Várzea Grande:

§ 1º Após o vencimento, os valores para pagamento do tributo lançado em COTA ÚNICA ou da 1ª (primeira) parcela na opção PARCELADO, passarão a incidir a cobrança de multa, juros e correção monetária até a data do efetivo recolhimento nos termos da legislação vigente.

§ 2º A emissão do certificado do Alvará, que deve ser conservado permanentemente em lugar visível, no estabelecimento do contribuinte, fica condicionado ao pagamento e regularidade tributária do referido tributo, somado a comprovação da atualização cadastral das informações inerentes a inscrição econômica, e ainda, desde que preenchida e cumpridas todas as exigências legais.

CAPÍTULO III

DÉBITOS VENCIDOS

Art. 3° Os débitos de natureza tributária, não adimplidos, cujo o fato gerador tenha ocorrido até **31 de dezembro de 2.017**, poderão ser recolhidos nas seguintes condições:

I - **COTA ÚNICA**: com desconto de 80% (oitenta por cento) sobre os juros e multas, excluindo-se a aplicação do desconto nas multas que forem decorrentes do não cumprimento de obrigação acessória;

II - **PARCELADO**: com desconto de 40% (quarenta por cento), sobre os juros e multas, excluindo-se a aplicação do desconto nas multas que fo-

rem decorrentes do não cumprimento de obrigação acessória, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas; ou

III - **PARCELADO**: em até 24 (vinte) parcelas mensais e consecutivas, sem desconto, nos termos da Lei Municipal Complementar n.º 1.178/1. 994.

§ 1° Os benefícios concedidos neste artigo não autorizam a restituição ou compensação de importâncias anteriormente descontadas ou recolhidas referentes a tributos e seus acréscimos.

§ 2º A opção do requerente em usufruir dos benefícios contidos na presente Lei, impõe aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas e constitui confissão irrevogável da dívida contida no parcelamento, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito, produzindo os efeitos previstos no artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional.

§ 3° Configura-se a aceitação irretratável das condições para concessão dos benefícios, o pagamento em Cota Única, ou da 1ª Parcela, para os casos de parcelamento.

§ 4° Fica permitido o reparcelamento de débitos de exercícios anteriores, por uma única vez.

Art. 4° A dívida ativa não tributária referente à restituição ao erário, poderá ser recolhida em até 12 (doze) parcelas mensais, mediante acordo que não altere a natureza da dívida.

Parágrafo único: O acordo importará sempre, na correção monetária e juros legais sobre as parcelas vincendas.

Art. 5° A formalização do pedido de parcelamento dar-se-á por opção do sujeito passivo, mediante requerimento, que implica no reconhecimento dos débitos nele incluídos, ficando condicionada à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos, bem como a desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo, além da comprovação de recolhimento de custas e encargos porventura devidos, conforme legislação em vigor.

§ 1° Os débitos incluídos no parcelamento serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso.

§ 2° Os débitos tributários não constituídos, incluídos no parcelamento por opção do sujeito passivo - denúncia espontânea - serão declarados na data da formalização do pedido de ingresso.

§ 3° O pagamento da parcela em atraso, desde que não rescindido o parcelamento, implicará na aplicação dos demais encargos legais incidentes.

§ 4° Nenhuma parcela poderá ser inferior:

I - ao valor equivalente a 05 (cinco) Unidade Padrão Fiscal – UPF do Município de Várzea Grande para as pessoas físicas;

II - ao valor equivalente a 10 (dez) Unidade Padrão Fiscal – UPF do Município de Várzea Grande para as pessoas jurídicas.

§ 5° O ingresso no parcelamento impõe ainda ao sujeito passivo:

I - o pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior à data de homologação; e

II - na autorização de débito automático, quando for o caso, das parcelas em conta corrente, mantida em instituição bancária cadastrada pelo município.

§ 6º Aos Procuradores em exercício na Procuradoria do Município é outorgada a condição de autoridade administrativa competente para celebrar o parcelamento com base nesta Lei Municipal Complementar, na hipótese em que envolver créditos tributários inscritos em dívida ativa.

§ 7º Aos Inspetores de Tributos Municipais e Auditores Fiscais Tributários da Receita Municipal, em exercício na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, é outorgada a condição de autoridade administrativa competente para o parcelamento, com base nesta Lei Municipal Complementar, na hipótese de créditos tributários não inscritos em dívida ativa, dentro do limite de cada competência funcional.

Art. 6° Independentemente da fase processual, no caso do débito estar ajuizado, caberá ao requerente, após a sua efetiva liquidação, cumprir com as despesas processuais, bem como os honorários advocatícios.

§ 1º Os honorários advocatícios serão devidos no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor líquido objeto do termo de acordo, sem incidência do disposto no art. 16 da Lei Municipal n.º 3.738/2.012, podendo ser parcelados em no máximo 05 (cinco) parcelas que incidirão nos primeiros boletos do parcelamento. (redação conforme inteligência dos seguintes dispositivos legais: art. 85, §2º do NCPC, art. 22, §2º da Lei nº 8.906/1994, Tabela XIV - ADVOCACIA FISCAL - Seccional da OAB/MT e art. 15 *"caput"* da Lei Complementar Municipal nº 3.738/2.012).

§ 2º Serão devidos honorários advocatícios nos acordos celebrados para negociação dos créditos inscritos na Dívida Ativa pela Procuradoria Geral do Município, objetos ou não de Execução Fiscal.

§ 3° Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo do parcelamento a que se obrigou.

§ 4° Liquidado o parcelamento nos termos desta Lei, o Município, após o pagamento das custas e honorários advocatícios, informará o fato ao Juízo da Execução Fiscal e requererá a sua extinção, nos termos do Código de Processo Civil.

Art. 7° O requerente será excluído do parcelamento de forma automática, sem qualquer notificação prévia, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

II - estar em atraso com o pagamento de qualquer parcela há mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos; e

III - não comprovação da desistência de eventual embargos à execução nos termos legais, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de homologação do parcelamento.

§ 1º Ocorrendo atraso superior a 10 (dez) dias de uma determinada parcela, fica a autoridade administrativa competente autorizada a promover, por falta de pagamento, protesto extrajudicial do Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento.

§ 2º A exclusão do sujeito passivo do parcelamento implica em perda de todos os benefícios concedidos nesta Lei, acarretando a exigibilidade do saldo do crédito tributário remanescente, com a totalidade dos acréscimos legais, previstos na legislação municipal, bem como, a recomposição relativamente ao saldo devedor remanescente dos benefícios concedidos nesta Lei.

Art. 8° Os benefícios constantes nesta Lei serão concedidos às inscrições que estejam com dados cadastrais atualizados no Município, cabendo aos respectivos contribuintes, quando imprecisas as informações, efetuar a sua regularização e atualização.

CAPÍTULO IV

DÉBITO – EXTINÇÃO – PRESCRIÇÃO

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir de ofício, os créditos tributários decorrentes do lançamento da Taxa de Alvará anteriores ao exercício de 2.013, bem como, ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e TAXAS que o acompanham, anteriores ao exercício de 2.013, não inscrito em dívida ativa, desde que não estejam em processo de execução judicial e nem tenham sido objeto de autuação, notificação, intimação, novação, parcelamento ou concessão especial de pagamento.

Art. 10. Fica o Poder Executivo autorizado, por meio de Decreto, a editar normas complementares e regulamentares a fiel observância ao disposto nesta Lei Complementar, inclusive, em relação às condições e prorrogações de prazos para obtenção dos benefícios estabelecidos.

Art. 11. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2.018.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 21 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.328/2017

Dispõe sobre revogação de inciso da Lei Municipal n.º 3.350/2.009 e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica **REVOGADO** o inciso III do art. 1.º da Lei Municipal n.º 3.350/2.009.

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 21 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.329/2017

Dispõe sobre revogação de Leis Municipais, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogadas as seguintes Leis Municipais: 0355/1.968, 0409/1.970, 0644/1.978, 0696/1.981, 0831/1.985, 1.815/1.997, 1.906/1.998, 1.915/1.998, 2.149/2.000 e 2.859/2.006.

Art. 2° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 21 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.330/2017

Cria o Centro Ecológico Municipal de Recreação e Lazer "Bernardo Berneck" e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica criado o Centro Ecológico Municipal de Recreação e Lazer "Bernardo Berneck", no município de Várzea Grande, com uma área de 284.823,54m² (duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte e três metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), registrada no 1.º Serviço Notarial e de Registro de Imóveis da Comarca de Várzea Grande – MT, sob a Matrícula: 46.937 e inscrição imobiliária nº 403.233.0673.0000.10.000.

Parágrafo único. A área possui a seguintes dimensões: um lote de terreno urbano com uma área de 284.823,54m² (duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte e três metros e cinquenta e quatro centímetros quadrados), situado no bairro Água Vermelha, nesta cidade de várzea Grande/MT, perímetro 2.166,20m, com as seguintes confrontações: Norte: Abdala José de Almeida (atual Atlantic Veener); Sul: Abdala José de Almeida e Paulo Jorge Prado; Leste: Área 02, Área 03(acesso ao Parque Ecológico) e Área 04; Oeste: Abdala José de Almeida. Descrição do Perímetro: partindo do M-1 confrontando com Abdala José de Almeida (atual Atlantic Veener) com rumo magnético de 80º59´00"SE, e distância de 686,22m chega-se ao M-2; do M-2 confrontando-se com Área 02, Área 03(acesso ao Parque Ecológico) e Árua 04 com rumo magnético de 12º08'30" SE e distância de 406,31m chega-se ao M-4; do M-4 confrontando-se com Abdala José de Almeida com rumo magnético de 71º25'00"NW e distância de 341,20m chega-se ao M-5; do M-5 confrontando-se com Abdala José de Almeida com rumo magnético de 24º46'25"NW e distância de 500,00m chega-se ao M-1, ponto de partida desta descrição.

Art. 2º A área onde se localizará o Centro Ecológico Municipal de Recreação e Lazer "Bernardo Berneck", será destinado a implantação de um espaço urbano planejado, podendo vir abrigar até mesmo instalações que a administração pública julgar necessárias.

Art. 3º Sua criação tem por objetivo:

I. implantação de um espaço urbano planejado;

II. a pratica de atividades esportivas;

III. atividades de recreação tanto das escolas como da população em geral;

IV. abrigar instalações que a administração pública julgar necessárias;

V. criação do centro de educação ambiental e espaço para viveiros; e

VI. promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades, cidadania e educação e conscientização ambiental, além transformar o Centro Ecológico em um grande ponto de encontro e diversão para a população.

Art. 4º O Centro Ecológico Municipal deverá incluir programas de educação ambiental, de lazer ecológico entre outras atividades a serem regulamentadas por Decretos municipais.

Parágrafo único. Deverão ser implantadas medidas de segurança do parque contra incêndio e também de segurança da integridade física dos transeuntes e visitantes, bem como infraestrutura básica como sanitários públicos, trilhas para caminhadas ecológicas, dependências para administração, e outros equipamentos sociais.

Art. 5º O Centro Ecológico Municipal, não poderá ser utilizado para eventos que tenham como finalidade: cunho político, sendo expressamente proibido dentro de suas dependências.

Art. 6º O horário de funcionamento do Centro Ecológico Municipal, será definido mediante Decreto.

Art. 7º Para fins de implementação da presente Lei poderá o Poder Executivo estabelecer convênios e parcerias com entidades públicas e privadas.

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande - MT, 21 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 4.332/2017

Dispõe sobre alteração do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza-ISSQN, referente ao serviço de transporte de natureza municipal e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza-ISSQN, referente ao serviço de transporte de natureza municipal, item 16, da Lei Municipal Complementar n.º 2.645/2003, terá alíquota de 02% (dois por cento).

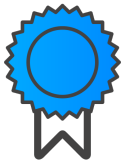
Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogando disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 21 de dezembro de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Dec 27 21:31:52 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)